

CARLOS VIANA BANDEIRA

LADO A LADO DE RUI

(1876 - 1923)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CASA DE RUI BARBOSA

LADO A LADO DE RUI



RUI BARBOSA

(Seu clássico retrato de Ministro da Fazenda no Governo Provisório.)

CARLOS VIANA BANDEIRA

LADO A LADO DE RUI

(1876 a 1923)

HOMENS E FATOS. ANGÚSTIAS E ATRIBULAÇÕES.
CARTAS DE RUI, DAS MAIS ÍNTIMAS, INÉDITAS E
COMENTADAS.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CASA DE RUI BARBOSA - 1960

À memória de minha mulher Guilhermina Viana Bandeira — dádiva generosa dos Céus — ante cujas virtudes se suavizaram os tormentos de uma vida tóda de trabalho e probidade, e a quem devo a descendência que, voltada para o bem — assim Deus a prolongue —, nos tornou a velhice abençoada, na melhor saúde de espírito, que não sei como a Ele agradecer; e ainda por se ter confundido sempre, de pleno coração, com os profundos sentimentos de tão longos anos, que neste livro mal se refletem; e mais ainda por ter insistido, nos seus últimos dias, pela publicação d'este trabalho, por ela auxiliado e estimulado;

A minha filha Maria Luisa Bandeira Dias Garcia, espelho cristalino do caráter materno, áncora afetuosa do crepúsculo de seu Pai;

E aos meus filhos Carlos, Rui e Fernando, pelo quanto elos merecem.

com a mais pura afeição, de

CARLOS VIANA BANDEIRA.

Rio, abril de 1959.

PREFÁCIO

Poucas vezes desempenhei com mais prazer o papel dos antigos editores: o de apresentar um trabalho ao público.

Devo dizer inicialmente que conheço poucos livros tão autênticos, no sentido de espelharem exatamente o espírito de seu autor. Agradeço a Deus ter conseguido aproximar dêle um colaborador tão capaz e compreensivo como o organizador dêste volume, que transpõe para estas páginas o relato vivo, saboroso e tantas vezes emocionante da vida de meu velho amigo coronel Carlos Viana Bandeira. É uma riquíssima fonte de informações a conversa com o Sr. Carlito, como todos o chamamos. Como me tenho valido dela! Não sei dizer desde quando. Mas pertenço a uma família profundamente entrelaçada com a dêle, como se verá dêstes relatos, somos devotos do mesmo culto, pertencemos, assim, ainda que em gerações diversas, à mesma constelação, que é como um escritor moderno caracteriza a irredutibilidade de nossas posições sentimentais.

Desde que fui pôsto à frente desta instituição, já lá vão mais de vinte anos, procurei os íntimos de Rui Barbosa, entre os quais, o coronel Carlos Viana Bandeira. Não me surpreendeu o carinho, o tom verdadeiramente paternal com que me acolheu desde as primeiras vezes que a élê recorri. Narrar, já se disse, é o privilégio dos velhos. Mas no caso do coronel Bandeira, o que nos espanta logo de inicio, é que o narrador não perde de vista um instante a preocupação da prova. Um senso histórico inato, despido de qualquer pedantismo e retórica o conduz na mais simples narrativa. A sua maior alegria é juntar imediatamente ao fato narrado, a prova, a carta, a notícia, o documento. Daí não poder élê viver, somente com suas recordações, como é tão comum entre os de sua idade, mas sem o seu arsenal, que são os seus documentos, escrupulosamente guardados, catalogados e estudados.

Quando em 1946 o procurei para preparar o prefácio da coleção dos artigos d'A Imprensa, o que recebi não foi um relato apolögético, como costumam fazer os colaboradores dos grandes homens: foi uma documentação tão abundante, uma narrativa tão exata e com uma sinceridade tão lisa, inclusive no reconhecer as

qualidades dos seus contraditores, que não tive mais que fazer senão pôr em ordem cronológica os dados que me foram tão graciosamente fornecidos.

Dai por diante nunca recorri ao velho amigo em vão. Sempre lhe fiquei devendo não sómente a informação procurada, mas esclarecimentos, estímulos e conselhos sem os quais nada teria feito. Na alma do velho colaborador, ainda vibra até hoje o mesmo sentimento de devoção ao patrono desta Casa, que o animava no tempo em que Rui ocupava visivelmente esta mansão.

Desde logo senti que tal fonte de informações históricas, no mais alto sentido do termo, não poderia deixar de se consubstanciar num livro, livro que fosse o mais possível a expressão da conversa, da convivência com o coronel Bandeira, ou melhor com a família Bandeira, porque, como diz justamente o organizador do volume, não é nunca sob a forma de diálogo que nos entendemos com ele. De tal maneira é ele um homem entrosado em sua gente, que, ao cabo de algum tempo, é sempre em um pequeno círculo que se começa a sentir o milagre da evocação do passado. E mesmo agora, desaparecido o centro irradiante de simpatia e de beleza que era a extraordinária dona de sua casa, é sempre num círculo de família que nós conversamos. A família é o único ambiente adequado e digno do estilo de suas confidências. Para ela ele viveu e vive. Para ela e para os íntimos desdobra ele as riquezas de sua privilegiada memória e as curiosidades de sua ingênita arte de narrar.

Mas parecia-me sempre que pesaria sobre mim grave responsabilidade se não conseguisse fixar em letra de forma algumas revelações de sua conversa que não pertencem a um homem, nem a uma família, nem uma roda de amizade, nem mesmo a uma geração. Como o leitor verá, há nestes documentos e nestes relatos páginas que pertencem ao patrimônio histórico da nação, fatos que pertencem a nossa galeria de grandes feitos e que não podemos deixar de fornecer à meditação e ao estudo dos vindouros.

O que me causa especialmente espanto é que vivendo no meio dos papéis do arquivo de Rui Barbosa, papéis a que o autor não tem, nem quer ter acesso, conforme esclarece, até hoje não ouvi dêle uma só narrativa, repito, há mais de vinte anos, que contradiga qualquer dos milhares de documentos que estão sendo arrumados e catalogados. Nada, portanto, me permite pôr em dúvida a sua palavra, já de si tão convincente.

Por outro lado as provas de que Rui Barbosa confiava ao cunhado, que tinha realmente como filho, as missões mais delicadas, abundam nestes arquivos de aço. Por ser de um feitio moral e

sentimental pouco adequado a certo gênero de contactos sociais, Rui tinha que confiar em outros as tratativas do lado profissional de sua carreira.

“Não sei pedir dinheiro a ninguém”, disse Rui na célebre Escola da Calúnia, “ainda mesmo em restituição do que me tomam, ou em pagamento do que me toca. Não devo; não cobro, não peço: é a minha norma. Credores, Graças a Deus, não tenho. Dos meus devedores não arrecado. Aos meus clientes não solicito. Com o prumo na despesa, o estribo no trabalho e fé na Providência, que até hoje me tem valido, capricho em não me exceder, para não necessitar, em não necessitar, para não faltar aos meus, nem estender a mão a estranhos. Não tenho de meu senão para viver como pai de família laborioso e sobre carregado. Mas, mercê daquele que me tem continuado com as forças para labutar hoje de tão bom grado e tão sem cansaço como em môço, vivo sem me humilhar, nem incomodar a outrem.

“Comecei, honrando a memória de meu pai, e espero acabar, deixando honrada a minha. Isto, porém, não porque tenha a bossa de bom agenciador nos meus interesses pecuniários; mas porque nunca me escasseou que fazer; e tudo o que ganho, se encaminha para o meu lar. Com a parte financeira da minha profissão nunca lidei. Amigos, companheiros, ou co-interessados me suprem, a esse respeito o desjeito e acanhamento.”

É a veracidade impressionante deste depoimento que o arquivo de Rui vem revelando a quem o estuda. O seu alheamento ao lado financeiro da profissão, da qual só lhe interessava o aspecto moral e técnico; a sua permanente preocupação em manter um nível de vida condigno com sua posição sem jamais ter acumulado qualquer espécie de capital, e vivendo rigorosamente de seu esforço diário, consumindo até o fim da vida, as quantias às vezes vultosas de seus honorários, formavam um quadro que explica a angústia em que sempre viveu. Não faltava trabalho mas nunca organizou a sua vida de forma a que, cessada a sua atividade profissional, pudesse ser mantido o nível de suas despesas.

Dai a necessidade de ter em torno de si os homens de confiança que compensassem o “desjeito e acanhamento”, traço permanente e profundo de seu caráter. Com ninguém tinha Rui o hábito de se abrir inteiramente como com o seu cunhado. Ele o acompanhou desde o inicio da carreira. Era criança, mas conheceu todos os seus primeiros amigos, vi-os desaparecerem, viu surgir a família, viu aparecerem novos amigos, sofreu com ele as calúnias, o exílio e as perseguições. Única testemunha de todas as fases de sua vida, desde o “ninho murmuroso” da Bahia até o crepúsculo de Petrópolis.

Não precisava que o convencessem da pureza moral do seu herói porque ele tinha dela um conhecimento pessoal, direto, íntimo. Por isso mesmo, não é de admirar que por meio d'ele, tenha Rui exercido uma ação benfazeja em relação a muitos casos de que outros parentes nem se quer supusessem a existência. Por isso também não é espantoso que homens de sensibilidade humana agudíssima como os Pinheiro e os Rodrigues Alves tenham sentido n'ele o caminho para certas aproximações mais perigosas. Daí, também, este serviço supremo que prestam os verdadeiros amigos àqueles que realmente estimam: o de contrariar. Que serviço inestimável prestou o coronel Bandeira a seu cunhado enfrentando a própria irmã e batendo-se pela ida à Bahia em fins de 1919, editando um fiasco que teria levado Rui Barbosa pela rua da amargura!

Nem é preciso sublinhar o que já foi provado em relação aos sacrifícios que representaram os jornais A Imprensa e o novo Diário de Notícias. E a Imprensa significa o apogeu de Rui como jornalista.

Nada disso, porém, que estamos abordando tem qualquer paralelo com o valor moral da própria narrativa que se vai ler. Isto é, o que ela significa como lição por ela própria. A lição moral que é abrir de par em par as portas de sua vida e dizer perante seus descendentes, seus parentes, seus amigos, e seus compatriotas que viveu uma vida rigorosamente iluminada pelos ideais da infância.

É esta a lição que me honro de trazer para a série de publicações desta instituição. Não há nada mais digno de ser publicado sob a égide desta Casa do que páginas como estas, ricas de verdade, de confiança e de fé.

Casa de Rui Barbosa, 24 de julho de 1960

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

AO LEITOR

A intenção que sempre tive, desde 1923, de dar ao público as cartas a mim dirigidas por meu cunhado RUI BARBOSA, para que os brasileiros conheçam interessantes minúcias de sua luminosa vida, tanto mais que o estudo dela se tornou imperativo de lei — a que instituiu a Casa de Rui Barbosa — essa intenção vinha defrontando insuperável obstáculo na ausência, em mim, de pendores literários, ao par do justificável escrúpulo, principalmente perante os que me conhecem, de aparecer como autor de obra escrita por outrem. Sim, porque nem só naquelas cartas eu pensava, senão, também, ao lado delas, nas recordações, bem vivas, que me ficaram, quanto a fatos e a nomes, da convivência fraternal de quase meio século, havida entre mim e RUI.

Quando apareceu o livro do sr. gen. Pedro Aurélio de Góis Monteiro, homem, por certo, dotado de todos os recursos intelectuais para escrevê-lo por si mesmo; livro esse redigido por outra pessoa, o ilustre jornalista Lourival Coutinho, em forma de entrevista, eu vi, nesse precedente aberto em nosso meio, um exemplo por ser imitado, e a respeito conversei com o digníssimo amigo sr. dr. Américo Jacobina Lacombe, no sentido de resolver, em meu proveito, o problema do redator que me conviesse. E já desanimava, na corrida acelerada dos meus dias, quando o diretor da Casa de Rui Barbosa me trouxe a esta outra sua casa o sr. Naylor Bastos Villas-Boas, a quem credenciou como capaz de acudir ao meu ardente desejo, por ser ele ruista, por ter tido contactos com o excelso brasileiro, por vir escrevendo sobre este e por ser até autor de livro em preparo, intitulado A Rui o que é de Rui. Aliás, já me tinha vindo às mãos um dos seus trabalhos, sobre as dívidas de RUI, saído em revista séria de S. Paulo. Ao

lê-lo, murmurei intimamente um ecce homo, e liguei o telefono para sua residência. Responderam-me que o sr. Villas-Boas se achava na cidade do Salvador.

Afinal, entendemo-nos. Meu livro, Deus querendo, sairá. Sairá com a base de notas, que são minhas; com a reprodução de recordações, que são minhas; com a seleção de assuntos, que é minha; com as cartas que eu guardei e posso; e, do sr. Villas-Boas, com a redação, que vá com o meu pensamento e portanto me agrade. Assim combinamos, para que a responsabilidade das afirmações e da fé seja só e absolutamente minha; e através de composição literária por élle emprestada falarei eu, na primeira pessoa.

É o que de antemão fica ressalvado.

CARLOS VIANA BANDEIRA

PRIMEIRA PARTE
FATOS E RECORDAÇÕES

1 — PRECE E AFIRMAÇÃO

Pensa o autor na extensão a ser desde agora percorrida e nas emoções, que se lhe renovarão, e começa orando :

Senhor meu ! Concedeи que minha vida, misericordiosamente alongada, se prolongue ainda tanto quanto preciso, mantendo-se-me o espírito lúcido como continuo a sentir-lo, mercê de Deus, até que eu realize esta sagrada aspiração, em que juro empenhar todo amor à verdade, em honra da memória de um homem, que, sem jamais Vos esquecer, se tornou, em seu tempo, um dos Vossos privilegiados, na sabedoria, na moral, no aperfeiçoamento pelas injustiças cruéis e no sofrimento de todo dia, a fim de melhor lutar pelo bem de seus semelhantes; para que mais ainda possam conhecê-lo e nunca deslembrai-lo, ao menos, os seus compatriotas de amanhã. Assim seja a Vossa vontade.

2 — INÍCIO DE CONVIVÊNCIA

Rui nasceu em 1849; eu sou de 1870. Diferença de idades, portanto, de 21 anos. Ele casou-se em 23 de novembro de 1876, no arrabalde da Barra, onde residia meu pai, Alfredo de Ferreira Bandeira, que nunca desmentiu moralmente os Ferreira Bandeira ⁽¹⁾, da Bahia, e em precário estado de saúde. Dois meses depois, 23-1-77, veio êste a falecer, no subúrbio do Rio Vermelho, para o qual os médicos fizeram-no mudar-se em busca de melhorias. A família ficou em dificuldades, apesar dos recursos de que ainda podia dispor, tendo educado bem os filhos até ali. Nesta situação e cedendo a suas instâncias, minha mãe e eu acolhemo-nos sob o teto de Rui, tanto mais naturalmente quanto êle já não tinha os pais, e a irmã Brites, acompanhada da tia paterna Leonor, estava em seu próprio lar, ca-

⁽¹⁾ Veja-se, na *Rev. do Inst. Genealógico da Bahia*, n. 1, ano I, a notícia sobre a Família Ferreira Bandeira, da autoria do dr. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho.

sada meses antes. Ei-lo, destarte, com encargos um pouquinho maiores do que havia imaginado. É verdade que minha mãe, Maria Luísa, podia contar com igual apoio da filha mais velha, Adelaide, mulher do corretor Dobbert, em boas condições de vida, sendo uma e outro de excelentes corações. Além de Adelaide, havia dois filhos rapazes, já colocados. Mas, tendo aquela a sua prole e sendo, a par disto, mais forte a inclinação afetiva de minha mãe por Maria Augusta, enquanto começava a sentir a amizade filial do novo genro, tudo isto concorreu para que o recebêssemos como cabeça-da-família. Eu, o caçula com 6 anos, mal ia entrando em fase do entendimento. Meus olhos e meu coração, não obstante, passaram a encher-se de Rui, que, além do mais, era doido por crianças. Por meninos, principalmente, que lhe faltaram no lar paterno e em que, no meio escolar, não soubera exercer ascendência, dada a sua timidez. Pus-me, desde essa ocasião, *lado a lado de Rui*. E ele sempre assim me veria em tôda a sua vida.

3 — LARGO DA PIEDADE

Ao casar-se, Rui morava na chamada Rua Direita da Piedade, em prédio do capitalista Lacerda, o que construiu o *Parafuso*, ou, melhor dizendo, *Elevador Lacerda*. Seria, mais tarde, sogro do dr. Pedro Lago. Sua grande residência dava a frente para o Largo da Piedade e a direita para aquela artéria. Na moradia contígua a esse lado estava Rui; e aí minha mãe, levando-me, passou em boa hora a residir. Maria Augusta rejubilou. Rui, com a alegria dela, sentia-se feliz. De algum modo, da morte de meu pai resultava o consolo daquela reunião de entes que tanto se queriam. Dali mudamo-nos para cima da farmácia quase em frente à igreja, na esquina da mesma rua com o outro lado da praça ora recordada. Passei a freqüentar a escola do rigoroso professor França. E quando Rui podia divertir-se à custa da minha vivacidade, não fazia por menos. Aliás, eu estava habituado a isto desde quanto ele noivara. Tenho-o na retentiva, com as leves lunetas cavalgando-lhe o nariz que mal avultava sob a fronte avantajada. Sua gravidade era natural e constante, e só a rompia quando muito à vontade ou em ambiente íntimo. Eu provocava-lhe momentos brincalhões. Chamava-me a si, fazia-me festas e fartava-se de mandar-me repetir certas palavras longas. Destas, *Pindamonhangaba* e *Itaquaquecetuba* ⁽¹⁾ nunca mais me esqueci.

(1) *Itaquaquecetuba* : Paróquia da província de S. Paulo, na comarca de Jacareí, a 16 Km sul de Santa Isabel. Orago, Nossa Senhora da Ajuda. Tem 1 788 habitantes livres e 90 escravos com 202 fogos. Faz parte do município de Mogi das Cruzes. (*Dicionário de Geografia Universal / Por / Uma sociedade de homens*

Como não deslembro os *desafuros* com que às vezes tentava exaltar-me: — *Seu Fíncias! Seu Lambisgóia!* — O que é fato é que do mundo de afeição de que ele rodeava zelosamente minha irmã, a moça que sempre ouvi dizer que era uma das mais belas da Bahia em seu tempo, eu desfrutava minha parte, intrometendo-me insistente mente entre os dois. Conservo uma recordação dessa moradia de cima da farmácia. Arrumou-se um dia a casa mais a capricho. Minha mãe e Cota desdobravam-se. Pelo modo como puseram a mesa, o almoço iria ser de gala. Com pouco, chega Rui, com um senhor de aspecto grave e seu filho, um menino mais taludo do que eu. Viajavam por mar, voltando de Recife para a Corte. Rui fôra buscá-los a bordo para homenageá-los em família. Eram seu primo, dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina e o Totóm, de regresso de um passeio à capital pernambucana. Mandaram que êsse menino e eu tomássemos uns ares da rua. Descemos. Dava-se, porém, que o Totóm portava um rebenque, à guisa de bengala, e não havia nada que ele deixasse de chibatear, ao seu alcance. E como não nos houvéssemos afinado muito bem — ele, cheio de fogo, e eu, de-pé-atrás, — já lhe adivinhava o pensamento de dar-me também uma chibatada. Na cara que lhe fiz, soube calcular qual seria a reação, fôssem quais fôssem as consequências. E tanto bastou para nada acontecer de desagradável entre nós. Ficou-me, porém, para sempre a impressão de tal momento delicado.

4 — OS VIANA BANDEIRA

Fomos cinco os filhos do casal ditoso: Adelaide (Sinhá), José (Casusa), Alfredo (Alfredinho), Maria Augusta (Cota ou Cotinha) e eu (Carlito). A primeira casou-se com o alemão naturalizado Fernando Gustavo Dobbert, pessoa socialmente benquista, corretor na praça da Bahia e homem de recursos. Foi exemplar chefe de família. Sua história seria de capítulos melancólicos ao fim. Tornou-se bom amigo de Rui, cujo apoio não lhe faltou, quando se viu ferido pela adversidade. Com a República, mudou-se para o Rio, vindo ocupar lugar, também, de corretor, que Rui lhe conseguiu. Meu irmão José dedicou-se ao comércio. Podia, mas não quis formar-se. Era possuidor de vigorosa inteligência e alguma cultura. Rui elogiava-lhe os conhecimentos do vernáculo. Alfredo dedicou-

de ciência / debaixo da direção de / Tito Augusto de Carvalho / Editor — David Corazzi / Empresa Horas Românticas / Rua da Atalaia, 40 a 52, Lisboa / MDCCCLXXVIII. — Conserva ainda o nome como um dos distritos do citado município. (*Divisão Territorial do Brasil — Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio de Janeiro, 1945.*)

se à contabilidade comercial, vindo a ser reputado guarda-livros e, assim, contador de uma das mais importantes casas ensacadoras de café da Corte. Da prole, somente eu acompanhei minha mãe em casa de Rui, como já disse. Sómente eu presenciei mais de perto a grandeza dalmá com que él a tratava, para ver retribuído o amor verdadeiramente filial com a fina educação e os nobres sentimentos que a ela vinham da estirpe, rica de títulos e bens materiais. À sombra de Rui fui, portanto, sendo criado. Não direi que o ambiente de seu lar, quando nêle me integrei, me fôsse estranho, porquanto no de meu pai também havia dignidade e distinção. Mas, entrando na idade da compreensão, foi na atmosfera do respeito que Rui impunha em volta de si, que comecei a formar o meu caráter, a disciplinar-me, a policiar-me, a sentir o que devia ou não devia fazer, sem castigos, mesmo escolares, nem repreensões e poupando ao máximo os esforços maternos pela minha educação doméstica. Basta dizer que nunca me vi no direito de levar para dentro de casa um dos colegas, qualquer que fôsse; e, ainda, que a escrivaninha, os livros, os papéis e os lápis de Rui eram coisas em que eu temia tocar com as pontas dos dedos. E quando él presente, com que solenidade se movimentava a vida familiar! Sua palavra era doce para a espôsa, afável para a sogra, branda para mim e suave para com as serviçais. Lembro-me de suas escravas: Judite, preta, e Lia, parda, que él alforriaria antes do 13 de maio, para mantê-las a aluguel. Já aqui no Rio, a Judite era gabada pela singular clareza com que levava e trazia recados em época anterior ao telefone. Entre os que mais a elogiavam estava d. Francisca Jacobina, a principal das relações de Rui e Maria Augusta.

5 — PRIMEIRAS REMINISCÊNCIAS

Rui tinha vida regradíssima. Procurava vestir-se bem. Não se apresentava na intimidade senão de maneira que pudesse receber os amigos mais constantes em seu lar. Eram vários; mas os de aqualquer-hora se resumiam em Rodolfo Dantas, um Loureiro, funcionário da Polícia, o Olímpio Chaves, a quem dispensava respeitosa atenção, o Francisco Gesteira, o dr. Francisco Sodré, o dr. Salustiano Souto, o dr. Augusto Guimarães, cunhado de Castro Alves, e outros poucos. Entre os visitantes mais grados estavam o cons. Dantas e a senhora, a estimada d. Amália. Vez por outra, uma reunião familiar. Não me recordo de ouvir piano quando naquelas casas da Bahia, embora fôsse Maria Augusta, como era Rui, amante da boa música, que ela gostava de executar. Não trouxera para sua casa o da casa de meu pai. Rui não dansava para com isto Cota se sub-

metia a muita restrição, resignando-se e levando em conta os extremados ciúmes do marido. O mais do seu tempo em família, êle passava no gabinete de trabalho, de pena em punho e movimentando livros. Nessas horas pisávamos nas pontas dos pés. À mesa, deixava a cabeceira para a mulher e punha-se à sua direita, hábito êste que conservou durante tôda a vida. A não ser que houvesse convidados cerimóniosos, não se consumia vinho algum, em que êle, havendo, também tocava para acompanhá-los. Rui era sóbrio, embora, como todo mundo, gostasse de certos pratos. Ao café da sobremesa precedia-lhe pequenino cálix do velho conhaque 'Três Estrélas'. Eis a sua única extravagância, o seu único vício. Fá-lo-ia, quem sabe, como suposto estímulo à mais pronta digestão, tanto quanto se habituara, desde cedo, ao uso do cloral, prevenindo sonos bem reparadores de sua incessante fadiga do cérebro. Seu maior prazer era o teatro, que só freqüentava na companhia da mulher. Estas as primeiras reminiscências que guardo de um passado de 80 anos. Não vou, não desejo ir além delas com o auxílio de estranhos, biógrafos ou não. E se fôsse homem de preocupações literárias, procuraria trazer para aqui os quadros da época, que retratassem o movimento urbano da Bahia dos bondes puxados a burros, das ruas mais movimentadas pelo ir e vir dos escravos, e do ar domingueiro da praça ao bimbalhar dos sinos da Igreja da Piedade (também ouvidos quando havia incêndio), chamando à missa, a que acorriam fidalgos e plebeus, cada qual indo conforme as fôrças e as posses, menos Rui, que nunca foi ateu, e Maria Augusta, solidarizando-se com êle. E de quem mais eu me lembalaria? Da graciosa menina sempre ao alcance dos olhos de todos nós, aquela que era a fadazinha do largo: a Belinha Lacerda, filha do homem rico, de quem Rui era inquilino.

6 — MUDANÇA PARA A CÔRTE

A mudança de minha mãe para a casa de Maria Augusta foi sem dúvida muito providencial, tanto a esta como para Rui: a Cota, porque viu continuada a amorosa assistência materna, que lhe fortalecia o ânimo na vida difícil que o marido levava. Deputado provincial já em 77, jornalista em franca atividade, advogado e cérebro de muitos correligionários do Partido Liberal, trabalhava como um escravo, no dizer de então; e a êle, porque lhe propiciava tôda a ordem e economia doméstica sem maiores canseiras para a espôsa, que não tardaria em dar-lhe a primeira filha. Ademais, ninguém melhor do que minha mãe se responsabilizaria pela casa, durante a viagem que Rui fêz ao Rio de Janeiro, pouco depois de

casado. Com essa excursão ensejava-se a Cota a oportunidade de conhecer os velhos Barbosa de Oliveira (o cons. Albino e sua mulher, d. Isabel) e os Ferreira Jacobina (o dr. Antônio de Araújo e d. Francisca, filha dos primeiros), figuras máximas do tronco de Rui; e êsse conhecimento recíproco teria sido — creio-o hoje — o móvel do passeio, que êle, Rui, não podia realizar sem grandes sacrifícios. Em 2 de junho de 78 nasceu na Bahia, na residência por cima da farmácia, o primeiro rebento do casal: aquela a quem se daria o nome da extinta avó materna, Maria Adélia. Foi seu padrinho de batismo Rodolfo Dantas. Essa menina se converteria, com sua inteligência finamente cultivada, sua bondade extremada e sua forte resignação diante da adversidade, no maior bem do coração de Rui, depois de Maria Augusta. Durante toda a vida do pai, soube ser-lhe, mesmo casada e com filhos, a cooperadora em horas ainda as menos atarefadas, e a assistente angelical nos momentos mais amargos. Fundia a sua alma puríssima com a da própria mãe, como se Deus achasse que só duas grandes almas femininas bastariam à tutela de uma vida grandiosa. De modo que, na casa de S. Clemente, o nome de Dedélia enchia gratamente todos os corações, sem queixas nem ciúmes.

Crescendo na política, Rui viu-se apresentado na lista dos candidatos à deputação geral, mandato equivalente ao de deputado federal na República. Eleito, em 78, teve que providenciar sua vinda para o Rio. A mudança efetuou-se em janeiro de 79, sendo entregue a chave da casa da Rua Direita da Piedade. Minha mãe e eu teríamos que vir também. A filha já não podia dispensá-la. Imagino-a de joelhos diante do nicho familiar, rezando fervorosamente por todos nós, entre o susto de deixar, deixando muito dos seus, a velha terra dos pais e dos filhos, e o enleio de conhecer o que se dizia: *grandezas da Corte*. Eu, nos meus 9 anos, ao saber da viagem, calculei... Calculei como Rui começava a avultar em meu pensamento, nas proporções de um semi-deus.

7 — LARGO DO VALDETARO

Estou forçando-me a ser memorialista. Mas não cederei de todo aos fluxos da memória, que, por milagres do cérebro, arde, nas velhices ainda sadias, em fulgurantes crepitações. Porei de margem lembranças da partida, do percurso marítimo e da viagem, que se me gravaram nítidas na imaginação bem fresca. E recordarei que, na Corte, fomos morar no prédio penso que do cons. Pinto Lima, por êle antes ocupado. Ainda é visto como já se mostrava, no antigo Largo do Valdetaro, em frente ao palácio do barão de Nova Fri-

burgo, sabidamente, hoje Palácio do Catete, sem as águias de bronze depois postas pelo governo. Confirmo, na indicação da casa, o que está em *Mocidade e Exílio*, do Prof. Américo Jacobina Lacombe, edição de 1934, pág. 96. Todos os aspectos, tôdas as ruas, tudo me pareceu agradável, bonito, surpreendente. O que, porém, me causou mais forte impressão foram os vendedores ambulantes de peixe, aquêles homens estranhos, de cabelos compridos. Corri a Rui e pedi-lhe explicações: — “Por que tinham êles semelhantes tranças, feito as moças?” — Achando-me graça na observação infantil, respondeu, com o carinho de sempre, que tal era o costume da raça chinês. Tanta atenção lhe dei, que a narração por êle feita a propósito nunca mais se me dissipou da mente. Referiu-se a que, quando estudante em Recife, ocorreu ali bárbaro crime, no Lázareto de Imigrantes. Um chin matou a facadas o companheiro, sem que os demais dêles, que assistiam à horrível cena na mais fria das indiferenças, fizessem qualquer movimento por evitar a tragédia; fato êsse que, nestas circunstâncias, horrorizou e revoltou a população da capital pernambucana. O horror e a revolta teriam calado mais profundamente no espírito sensível de Rui, sempre avesso à violência, ao sangue, ao crime. Outra lembrança que me ficou daquela casa é a dos bandos de perus, que se tangiam, grugulhando, pelas ruas, ao pregão de — “P’ru gordo! P’ru gordo!” — Fôsse eu estender-me a respeito de quanto vi e ouvi nos dias de minha longínqua infância, com o poder de memória com que tudo retenho... Lastimo-o em certos momentos, pois muitas vêzes é preferível o esquecimento ou o alheamento à recordação de tanta coisa desagradável ou triste, de que se enche o passado de tôda gente.

8 — PICADA DE CENTOPÉIA

Contudo, tenho que continuar, recordando. De uma das sacadas daquele imenso casarão, era-me divertido apreciar, sem a liberdade que tinha na Bahia, o movimento do largo em que ainda se conservam os grandes edifícios num dos quais habitávamos. Todos nós éramos poucos para enchê-lo. Dedélia, a pequerrucha, absorvia os cuidados paternos e da avó. Rui continuava a trabalhar, parece que ainda mais do que outrora. Rodolfo Dantas mandava-lhe constantes portadores e costumava aparecer em pessoa. Freqüentavam-nos, também, o cons. Dantas e a senhora e, com assiduidade, os parentes de Rui, tomados de franca amizade a Maria Augusta e minha mãe. A casa vivia florida, ainda mais com os ramalhetes trazidos por êles, pois se levava muito em conta o gôsto de Rui pelas rosas. Quando havia participantes de fora no jantar, o que por vêzes acon-

tecia, minha mãe se intrometia na cozinha, para que fôssem servidos pratos a capricho. Alma de baiana... Rui saía não raro com a mulher: visitas passeios, teatro. Os meios de transporte, salvo os tilburis, não diferiam dos da Bahia. Eu, sempre sob as vistas de minha mãe e com ela participando das considerações dos visitantes, me sentia, devo dizer, um tanto distante de Rui, que se perdia em mundo maior e muito mais agitado. Fui posto a freqüentar uma escola particular nas proximidades, onde minha mãe me fazia chegar o almoço para poupar-me à caminhada pelas ruas. Não guardei o nome do professor, sinal de que não me entrou no peito. Enquanto progredia nas letras primárias, ia-me desenvolvendo no desembaraço das crianças que se habituam com pessoas estranhas, de boa educação, das quais recebem atenções. Fazia um apurado curso de polidez social, cujos frutos eu colheria em todo o futuro. De fato, a família recebia sempre visitas, não só de conterrâneos, de mim mais ou menos conhecidos, como de pessoas que eu nunca vira antes: damas e cavalheiros, afora os parentes. Não fôssem Rui e Cota sociáveis como sabiam ser. Não deixarei para trás a casa do Largo do Valdetaro sem registrar um episódio digno de nota pela sua singularidade. Certa noite, já todos recolhidos, Maria Augusta correu a bater aflijitivamente na porta do quarto de minha mãe. Vinha pedir sua ajuda em favor de Rui, que mal reprimia os urros, contorcendo-se em dôres. Disse que ele estava com a cólica hepática já sofrida noutras ocasiões. Acercamo-nos todos do coitado, à luz dos bicos de gás. E ele contestava: Não era a cólica. Era dor terrível numa das pernas, surgida repentinamente. Tinha a impressão de ter sido picado por inseto venenoso. Pus-me então de gatinhas por baixo da cama do casal, e qual não foi o meu assombro ao deparar com enorme centopéia, serpeando nervosamente. Dei o alarme e matei-a a chineladas. Tudo esclarecido, minha mãe dirigiu-se à cozinha, preparou um emplastro de alho moído e azeite doce quente, com que bem depressa as dores de Rui cessaram.

9 — DE NOVO, NA BAHIA

Foi naquela casa que Rui recebeu a dolorosa notícia do falecimento de sua irmã Brites, ao ser mãe pela segunda vez (2-3-79). Nela, minha mãe tinha a satisfação da presença de meu irmão Alfredo, já colocado na Corte, o qual nos aparecia freqüentemente, sendo muitas vezes útil a Rui, que o estimava. Naquela casa nasceu, a 10 de junho de 79, o segundo rebento do casal feliz, o menino Ruizinho, a quem se deu o nome de Alfredo, do avô materno, e de quem minha mãe seria madrinha de batismo. Naquela casa Rui

meditou sobre os lances tribunícios com que seu nome começou a impor-se, como uma das maiores figuras parlamentares brasileiras em todos os tempos. Naquela casa experimentou ele uma das mais gratas satisfações íntimas de sua vida, qual fosse a de conseguir do cons. Dantas, então ministro da Justiça, o nomeação do cons. Albinho José Barbosa de Oliveira, o patriarca da família, para a presidência do Supremo Tribunal de Justiça, de que já era membro (quem haveria de imaginar que tal se desse?!), e a quem tanto favores generosos devera o pai de Rui, como este mesmo nos seus tempos de estudante. Nela nos achávamos quando se resolveu a ida de todos à Bahia. Assentou-se, então, que minha mãe, Ruizinho e sua babá e eu partiríamos adiante, que Rui, Cota e Dedélia seguiriam depois. O primeiro grupo viajou em outubro de 79. Ficamos acolhidos na Rua do Bângala, em casa de meu tio materno, o bacharel Miguel Luís Viana, juiz de direito. Nessa ocasião, agravou-se-me o mal da perna direita, por acidente sofrido em passeio com meu pai. Fui, então, operado, fazendo-se-me a extração de um fragmento do fêmur. (Ainda hoje o conservo, graças aos cuidados de minha tia materna Elisa, para ir comigo à sepultura.) Quando Rui, Cota e Dedélia chegaram, com as serviscais Judite e Lia, fomos morar na antiga Estrada (depois Corredor) da Vitória, n.º 224. Era casa de bastante terreno, tanto na frente, ajardinada, como nos fundos. Rui, no seu amor às flores, entristeceu-se com os estragos nelas ali causados. Ouço-o ainda dizer sentidamente: — “Se a formiga não fosse o flagelo das plantas, eu teria aqui um roseiral”.

10 — BAHIA, CÔRTE, BAHIA

Rui e Cota voltaram à Corte. Minha mãe, muito apegada a Ruizinho, e este a ela, penosamente dêle se desgarraria. Dedélia fôra para ficar na Bahia (o que não se deu), pois seriam entregues as chaves do casarão do Largo do Valdetaro. E Cota teria que chegar no Rio a tempo de dar à luz o terceiro fruto conjugal: a menina Francisca, nascida em 12-6-80, na Rua dos Inválidos, sob o teto dos amigos Jacobina. Coube-lhe o nome da excelente dama, fidalga e hospitaleira, que batizou a menina com o dr. Luís de Sousa Dantas. Imperioso devia ter sido o motivo dessa vinda de Rui ao Rio de Janeiro. Já em outubro desse ano, estaria o casal, com a Dedélia e o último rebento, em nossa terra, visto que Rui precisava achar-se lá pelas eleições de 31 desse mês. E na Bahia permaneceram até fins de 81, quando Rui, Cota, Dedélia e Francisca regressaram ao Rio. Não tardou que Dobbert, satisfazendo a recomendação de Rui, tomasse para minha mãe, Ruizinho e eu outra casa, no arrabalde

da Barra, do elevado aluguel de 50\$000 mensais, ao lado de uma fábrica de gelo. Em janeiro de 82, passamo-nos para ela. Lembro-me de que bem próximo residia a família do dr. Américo Pinto Barreto, que nos dispensava simpatia. O grande amigo de Rui, como fôra de seu pai, o Gesteira (Francisco de Aragão), intermediário de meu cunhado perante os seus vários credores na Bahia (as tais dívidas deixadas pelo dr. João Barbosa), fazia chegar mensalmente às mãos de minha mãe, de ordem, a quantia destinada ao aluguel e à manutenção de todos nós. (Sua correspondência, no arquivo de Rui, é interessantíssima, a respeito dos passos que dava por fôrça do que êle lhe escrevia). Já em janeiro de 82 ocorria o reconhecimento de Rui como deputado geral, para mais uma legislatura. Podia êle, portanto, tomar, com segurança, outra casa no Rio e ter-nos a todos nós, novamente, em torno de sua pessoa. Alugou, então, a de n.º 109 atual, na Rua do Resende, bem próximo dos Jacobina, nos Inválidos, como ficou dito. Pouco antes residira ali Martinho Álvares da Silva Campos, então presidente do Conselho. Era, sem dúvida, uma excelente moradia.

11 — NA CÔRTE, DEFINITIVAMENTE

Tínhamos que voltar ao Rio e chegou a hora das arrumações. Eu, nos meus 12 anos, já menos retraído e tímido, tal a importância que começavam a dar-me, era o homenzinho da casa. E, assim, cabia-me a vez de começar a ser útil a Rui; isto, em 1882. Com que prazer íntimo, com que juvenil orgulho em fazê-lo, comecei a encaixotar-lhe os livros, muitos dos quais eu já havia encapado! E a esvaziar-lhe as gavetas, tocando naqueles papéis e nas pequenas cousas do seu uso em trabalho, como se tudo fôsse sagrado! Viemos depois de março: as pessoas e os caixotes. Os móveis e tudo o mais ficaram entregues ao leiloeiro Rodrigo Gesteira (irmão de Francisco de Aragão), para irem ao martelo. Na casa da Rua do Resende parece que nos sorria a felicidade perfeita. Minha mãe, libertada da tormentosa preocupação que lhe trouxera a guarda de Ruizinho, senão também de Chiquita, que estou propenso a crer que igualmente ficara; enquanto sabia dos cuidados excessivos de Rui por seus filhos, que só a ela seriam confiados, — minha mãe via-se enfim ao lado da filha, a quem tanto queria, e do genro, a quem amava com desvelos maternais, e na tranquilidade que havia muito, longe dêles, lhe faltava. Eu, vendo-a alegre, sentia-me venturoso. E toca a arrumar os livros de Rui nas novas estantes, de que se enchia seu gabinete de estudo. Neste, já penetrava e saía a meu arbítrio, mas sempre dominado de um imperativo de respeito pelo ambiente, que

me era como o de um santuário restrito à penetração de poucos. Sim, eu já me permitia tocar nas cousas outras de Rui, porém, sempre, com o sentido do zélo e da ordem. E qual não foi a minha surpresa quando êle me pediu, certa vez, que lhe aparasse as unhas, o que por sua miopia não gostava êle próprio de fazer. Atendi-o e de tal maneira, que nunca mais prescindiu dêste meu concurso — nunca mais — enquanto, precisando, me tinha ao alcance do seu apêlo. Até à morte. Não sendo eu, seria Cota.

12 — RUA DO RESENDE

O *Lambisgoia*, o *Fúncias* transformara-se. Agora, era, no sentimento de Rui, alguém que, sobre o carinho de antes, começava a ser merecedor, mais e mais, de um crédito de afeição e confiança, que seria imensurável. Vejamos. Rui era louco pelas flôres. Sabia dar-lhes os nomes. As rosas tinham sua preferência. Isto dito, registre-se que aquela casa dispunha de grande terreno aproveitável e sem formigas. Ei-lo, pois, em condições de dar arras ao velho desejo de praticar a jardinagem, ainda mais como um derivativo em sua atividade intelectual. E eis-me à sua disposição, pronto e prazenteiro. Aos sábados era certo o aviso: — “Amanhã, iremos ao Fonseca”. — Falava do proprietário de uma floricultura da Rua do Riachuelo, em frente ao Plano Inclinado de Paula Matos para Santa Teresa. Partíamos, logo após o café ou chá com leite, que tomávamos reunidos às 7 da manhã, sem saltar o clássico pãozinho *provença*, torrado e com manteiga, de que êle tanto gostava. (Quando com as dôres de cabeça, que precediam suas terríveis enxaquecas, Rui se restringia ao chá puro com torradas daquele pão, e não saía de casa). De volta, ficávamos à espera do carrinho-de-mão com as novas espécies de roseiras e outras mudas. Assim, sábados e domingos, Rui e eu cultivávamos o jardim: êle, com o podão, limpando roseiras e palmeiras, cortando hastes sécas aqui e ali, ajeitando galhos, melhorando canteiros, e eu a revolver a terra, a adubar os pés das plantas, a regá-las continuamente. E mais: anotava num caderno os nomes das culturas, para catalogá-las e posteriormente tentar enxertos. E colocava no pé de cada planta uma taboinha, que pintava de branco e onde, a tinta ainda fresca, inscrevia a lápis o título da variedade num processo que resiste muito ao tempo. Tudo feito de acordo com os ensinamentos do Fonseca, homem inteligente e bom, com quem Rui conversava sobre jardim, porque o apreciava.

13 — JARDIM AO GÔSTO DE RUI

O jardim, dêste modo formado, despertava elogios gerais e enchia de justo prazer os olhos de Rui, como os de Cota, na contemplação das roseiras floridas, que iam a cerca de uma centena. Não raro ouvia dêle palavras com que lastimava ter de colher, para os jarros das salas, o que tanto atraía abelhas e colibris. E quando visitantes lhe gabavam a exuberância da floração, Rui salientava o trabalho que isto custava, quer a si, quer, dizia, ao seu *ajudante* — “o Carlito”. Havia no terreno dois frondosos pessegueiros salta-caroço. Quando carregados, eu tratava de envolver muitos de seus frutos, enquanto verdes, em pequenos sacos feitos por minha mãe: medida contra os sanhaços vorazes. Uma vez maduros os pomos, eu os colhia e os entregava a Rui, que apreciava frutas e sabia agradecer-me. Não raro, por estas e outras de todo instante, êle me elogiava abertamente, frisando a atenção e os desvelos de que eu procurava cercá-lo. Era isto o mais cordial dos estímulos. Isto, a moeda com que acabou de comprar-me para sempre o coração. E já não precisava pedir-me: eu lhe fazia, cuidadoso, as pontas dos lápis, marca Faber, oitavados, e dos de côres azul e vermelha. Eu lhe abria um-nunca-mais-acabar de livros em brochura, depois, em grande parte, encadernados para a biblioteca que se tornaria famosa. Aliás, também êle gostava de fazê-lo, usando peça de sobremesa, cabo de marfim, do faqueiro familiar, a qual deve achar-se entre os objetos colecionados da Casa de Rui Barbosa. (O canivete de que eu me utilizava, presente de Rui, sempre conservado por mim com ciúmes, tiraram-no do meu bôlso, em 94, os *consolidadores* de então, quando, para melhor segurança da República, me mandaram mofar no cubículo n.º 92 da Casa de Correção, presídio de ladrões e assassinos. Fiquei sem êle, e ainda bem, Deus louvado!, pois podia ter sido muito pior. Lá chegaremos).

14 — O CONS. ALBINO E OS JACOBINA

Na Rua do Resende, Rui teria fruído a maior porção de dias mais completamente felizes, à influência das benfazejas calmarias de sua vida pública. Estava longe de ver-se envolvido nos vórtices das grandes agitações, que viriam colhê-lo na Praia do Flamengo, em S. Clemente e mesmo em Friburgo e Petrópolis. É certo que os encargos parlamentares, os ônus de membro do Partido Liberal e os deveres da advocacia, já um tanto compensadora, lhe tornavam curtas, como sempre, as horas do trabalho, começadas com o nascer do sol. Mas, para a suavização das eternas canseiras, tinha êle a perene ale-

gría do próprio coração, e da mulher, e da sogra, a sua outra *Mamãe*, com a garrulice dos três anjinhos e a convivência fraternal dos Jacobina. Era de verem-se ambas as famílias reunidas, noite e noite, ora no Resende, ora nos Inválidos, sem esquecer-se o solar do cons. Albino, ao lado da filha, e irmanadas na mais pura e firme das amizades. Eram na sala do Resende as reuniões. Terminada a refeição da noite, voltava à grande mesa o vistoso pano, uma bela toalha européia ou oriental, de caprichosas fantasia e franjas, como as que tanto se usavam; ao centro, a jarra com flores ou uma planta víçosa; e em torno do móvel ria-se e se cavaqueava, às vêzes com todo humor e doses de suave malícia. Não raro, com a participação de terceiros, amigos prediletos ou convidados distintos, jantavam reunidos, lá ou cá. Iam, não raro, ao teatro, em grupo. Antônio Jacobina vinha habitualmente à casa de Rui. Tinham sempre o que conversar ou discutir. Chegava ao entardecer, já acesos os bicos de gás. E, por esperá-lo do gabinete, sentava-se bem perto de um dos focos e abria um livro, na sala de jantar. Invariavelmente. Se não conversava, lia alto. Mas a fonte fluente da jovialidade era sua esposa, d. Chiquinha, criatura verdadeiramente encantadora e fascinante. Notável era a perseverança com que, sobre a aprimorada educação doméstica da prole, acompanhava seu progresso escolar. Primava em querer bem instruídas as filhas, quando as letras ainda não constituíam, entre nós, título de recomendação da mulher. Não tinha limites sua afeição a Rui e Maria Augusta, sentimento no qual éramos envolvidos minha mãe e eu, e que se projetava no dos filhos: Isabel, Maroquinha, Francisca, Antônio, Eduardo, Alberto e Paulo, todos muito queridos no Resende, todos tendo ali uma extensão do próprio lar. E distingo: Isabel (depois, senhora dr. Domingos Lacombe), um primor de gentileza e polidez, fundadora do Colégio Jacobina; Maroquinha (depois, senhora dr. César Rabelo), um encanto pelo espírito religioso e viva inclinação à poesia; Francisca (depois, senhora dr. Henrique Lacombe), dada com amor às letras e professora, por muito tempo, do citado colégio; Antônio (o Totóm), que, na época da *consolidação*, mal vindo da Europa, foi purgar, como eu e outros, meses seguidos de cadeia, por ser assim de Rui, mesmo inocente; Paulo, o que faleceria bem moço. A todos reunia-se d. Maricota, professora no subúrbio, irmã de Jacobina. Mais ainda: o dr. José Eustáquio (Casusa), também irmão daquele e residente em chácara no Meier, o qual se ia tornando cada vez mais amigo de Rui, até ser padrinho de sua última filha, Baby, trazida do exílio.

15 — REUNIÕES FAMILIARES

Este, o mundo das afeições mais caras, em que palpitava o coração de Rui. Por causa dêle, as festas familiares celebravam-se com o mais sincero júbilo. Eram a 23 de outubro, 5 e 23 de novembro, respectivamente aniversários de Cota e Rui e data de seu casamento. A êle, porém, a mais grata era a primeira delas. Nas vésperas, saía comigo para as compras em que havia pensado. Começava pelo *Palais Royal*, onde, a seu gôsto, com que combinava plenamente o da mulher, Rui era especialmente atendido por seu dono. o sr. Ferreira, com quem tinha gôsto em tratar. No dia da festa, enchia de flores a casa. Comprava braçadas de plantas ornamentais e desbastava o jardim. E êle em pessoa, tendo-me ao seu dispor, enfeitava tôdas as dependências, sem se cansar, até que os próprios olhos ficassem satisfeitos. Minha mãe e as domésticas empenhavam-se nos arranjos culinários muito especiais. Cota preocupava-se com a boa apresentação das crianças. A sala de jantar e a biblioteca eram de móveis de carvalho, que, importados da Europa, se encontravam na praça, em vários estilos. Ou pela natureza, ou pelo clima, tal madeira se arruinava depressa, tomada de caruncho. As louças e os cristais, Rui os comprou na *Casa Milliet*, à Rua dos Ourives, onde ia habitualmente. Essa loja mudou-se, depois, para a Rua do Ouvidor, sendo já dos irmãos Leonardos. O mais velho dêles, Tomás, demonstrava ter grar de apreço a Rui, com quem todo negociante, para ser seu amigo, precisava conduzir-se numa linha de rigorosa educação e probidade, a par de alguma transigêncie no respeitante ao preço, que êle sempre discutia. O sr. Ferreira e êste Tomás Leonardos enchiam-lhe as medidas.

16 — PROLONGAMENTO DO LAR

As festas familiares, na Rua do Resende, eram mais animadas do que aquelas reuniões costumeiras, pela mesa posta com esmôro e os doces a valer, e muitas flores, muita luz, havendo parelhas à porta, com a presença dos velhos Dantas, do Rodolfo, de alguns colegas da Assembléia Geral e amizades outras, distintas e ceremoniosas. Mas, faltava o piano. De sorte que, ao final, restando os mais íntimos, iam todos para a mansão dos Jacobina. Fazia-se, então, música, cantava-se ao som do teclado. Nisto, embevecia a todos a voz de d. Francisca Jacobina, criatura plena de graça e de *verve*. Minha mãe, rejuvenescida, ia comigo a êsses saraus, em que se viam os primos Américo (oficial-de-marinha), Félix (que seria secretário de Floriano Peixoto, ministro da guerra do Provisório), Luís (lente da



ALFREDO FERREIRA BANDEIRA
(Pai do Autor.)

Escola Politécnica) e Adolfo Barbosa de Oliveira. Foi nessas ocasiões que minha mãe, principalmente por causa de d. Chiquinha, ao que hoje penso, firmou a convicção, justa naqueles tempos e que lhe era sentença, de que — a mulher só atinge a plenitude da beleza aos quarenta anos. Na Rua do Resende, repito, Rui teria vivido brevemente os seus mais tranqüilos e alegres dias.

17 — ESTUDO E COLÉGIOS

Eu pouco saía com élle, quando morávamos naquela rua. Nas horas em que cabia fazê-lo, o que me era positivamente preferível, havia as lições. Fôra pôsto no colégio do professor Meneses Vieira, na Rua dos Inválidos. Dali, passei para as aulas do Mosteiro de São Bento. Transferi-me em seguida, a conselho do Dr. Jacobina, que tinha lá os seus meninos Antônio e Alberto, para o Colégio Alemão, na Rua dos Arcos. Neste, cursavam também os filhos do barão de Tefé, que os ia buscar de *vitória* e bondosamente me tomava entre êles, a nenhum dos quais nunca convidei a entrar comigo em casa, no velho sistema de só ter amizades fora da porta. No Colégio Alemão, levei muito a sério os estudos, mantendo o hábito de meter-me, ao entardecer, em meu canto de sala, para estar com os compêndios. Uma vez, de tanto assim ver-me o dr. Jacobina, ouvi-lhe exclamação admirativa de meus esforços. Sabendo eu que seus filhos tinham explicadores, envaideci-me intimamente com isto, pois o homem era de cara fechada e de poucas palavras. O fato é que o meu progresso no conhecimento da língua de Goethe chegou a ser tal, que dêle viria a admirar-se meu cunhado Dobbert, com quem eu gostava de ensaiar em seu idioma. Depois, com o desinteresse e o desuso, fôi-se-me o germano, que eu não colocava *über alles*.

18 — PRAIA DO FLAMENGO

Com todo aquêle bem-estar da Rua do Resende, não demorou nela Rui, que dali se mudou para o antigo n.º 14 da Praia do Flamengo. No seu notável discurso parlamentar de 13-10-1896 (*Em resposta a César Zama*), Rui diz que ali teve seu “domicilio desde 1884 a 1894, pagando sempre o aluguel mensal de 225\$000.” Restam a ser considerados os motivos da mudança. A meu ver, foram três. Um estaria nos aborrecimentos trazidos pelas enchentes que insulavam em casa, aos grandes aguaceiros, os habitantes de todo o bairro. Quando começavam e as águas iam invadindo os prédios, multidões de baratas subiam dos vazios sob o piso de nossa cozinha e quase lhe cobriam as paredes, para assombro de Lia, a cozinheira.

Outra razão, a maior talvez, era a atração da praia para os banhos, de que Cota gostava (Rui, não) e desejava tomar com as crianças, tendo-os como salutares. Tanto assim que, das segundas às sextas (meus sábados e domingos eram de Rui), vinha ela comigo para a Praia do Boqueirão, que alcançava o Passeio Público e cobria quase o espaço onde está o Senado. Nesse lugar havia uma fábrica de bebidas e um movimentado serviço de massas e frios, já no terraço do mesmo logradouro, em cujo *Balneário* nos metíamos nas roupas da época, para os banhos a que afluíam as melhores famílias. No Flamengo, êstes estavam à mão, transposta a baixa muralha primitiva com aberturas para a praia, quando não havia a linha de bondes puxados a bêstas, que se construiria mais tarde; e as crianças teriam mais sol, mais puros ares, mais liberdade, mais distrações na contemplação de sérres, de coisas e da natureza. Depois, o próprio Rui queria ao mar. E a terceira causa? Estoutra seria o fato de Rodolfo Dantas, casado, estar morando no Palácio do Catete. Assim ficavam a poucos passos um do outro os dois amigos. Ademais, Alice Dantas moça de belos dotes físicos e morais, muito simples, mas de feitio tal que lhe restringia as amizades, afeiçoou-se a Maria Augusta sem reservas. E ei-los: Rui a ir constantemente ao palácio⁽¹⁾ e Alice a vir ao encontro de Cota, por dentro do parque, do qual saía pelo portão do fundo para tomar à esquerda. E, agora, a nova casa de Rui era, ainda mais, um chamariz dos Jacobina. Mesmo porque, realizando a sua e a aspiração de Cota, pôde Rui pôr ali o piano, com que se acresciam os prazeres da convivência social.

19 — VIZINHOS

A nova casa dava a frente para a rua e dispunha de um amplo espaço em forma de leque, do comprimento de uns 50 metros. Isto significa que, quanto mais se estendia tal área, mais entrava na linha das quadras dos quintais da direita e da esquerda. Era seu proprietário um sr. Macedo Sobrinho,⁽²⁾ com negócios de café, o qual havia feito ali um parque de palmeiras, canteiros floridos, uma cascata, quartos para serviços, coradouro, galinheiro, chiqueiro (que então se permitia) e caramanchões de parreiras. Rui, muito mais ocupado do que antes, não pôde voltar a ser jardineiro como no

(1) As águias, que distinguem esse palácio, datam de 1898. As fotografias de seus primeiros tempos mostram que antes havia nêle estátuas de figuras humanas. As águias, aliás, condores, foram encomendadas a Bernardelli.

(2) Álvares de Azevedo Macedo Sobrinho, tio dos Macedo Soares. Foi sócio de Francisco Teixeira Leite Guimarães. Com êle abriu a Rua Macedo Sobrinho, em parte da chácara que fôra do mar. Bittencourt e é hoje a Casa de Saúde S. José.

Resende, de onde determinou a possível transplantação do roseiral para os espaços do coradouro e do chiqueiro; e, assim, cingia-se a breves ordens e rápida fiscalização do trabalho entregue a práticos. Destarte, o jardim do Flamengo se tornou também admirável, sendo apreciado e louvado como modelar. Não devo omitir a vizinhança mais próxima, a partir da elevação pedregosa em que hoje assenta o Hotel Glória, na qual se erguia a habitação do sr. Russel, que deu nome àquela trecho praieiro. Logo à direita dessa atual construção, morava o barão da Passagem, alm. Delfim Carlos de Carvalho (n.º 2). Em seguida, residia o maj. Carlos Nunes de Aguiar, um dos mais diletos amigos de Rui (n.º 4). No prédio imediato, a viúva Pais Leme (n.º 6). Logo depois, os irmãos Carneiro da Rocha, ambos almirantes: um, combatente, outro do corpo-de-saúde (n.º 8). No número 10 havia uma pensão. Situava-se no n.º 12 uma "república de estudantes". (Neste, eu teria futuramente o meu primeiro lar de casado). No número seguinte, Rui. A seu lado direito, o professor de piano Faulhaber. E na esquina da Rua Silveira Martins, já assim chamada, um prédio, cujo pavimento térreo era venda de sécos-e-molhados e em cujo sobrado morava um casal de franceses, tornando-se depois em "república". Dentre seus habitantes lembro-me do jovem Tasso Fragoso (futuro general) e do Carvalho Leite, que se formaria em medicina e se casaria com minha sobrinha Helena Dobbert. Como me lembro dos dois netos do velho Russell (filhos do dr. Alfredo de Almeida) o Alfredo Mourão e o João-Frederico Mourão, futuros notáveis juristas o segundo dos quais destinado à presidência do I. P. A. S. E., que hoje já não exerce. Colegiais, que eram, iam para as aulas na companhia do alquebrado jardineiro. Depois dos Russell, no sentido da Praia da Glória, situava-se a residência do antigo cons. Francisco Otaviano de Almeida Rosa. Continuei a freqüentar o Colégio Alemão, a que ia farto dos banhos de mar; e, dando já expansão ao meu modesto gênio criador, punha-me, com o canivete de estimação a que já me referi, a fazer gaiolas, cujos ponteiros ou taliscas me vinham das palmias sêcas que ali mesmo apanhava. Fazia-as tanto para os meus pássaros como para dar⁽¹⁾.

(1) Rui não dava atenção aos meus pássaros engaiolados. Se a desse, não saberia como criminá-lo, pois também fôra criança... Senão, vejamos a carta a seguir, com que atende a convite para uma visita à "cidade-operária" da Boa-Viagem, criada pelo notável industrial baiano Luís Tarquínio:

"Bahia, 26 de maio de 1897. / Prezado amigo e colega dr. Elpídio de Mesquita. / Não obstante a extrema estreiteza de tempo, de que disponho, tenho o maior prazer em acudir ao convite do ilustre fundador da cidade-operária que floresce na Boa-Viagem sob o nome de "Empório Industrial do Norte". Por aqueles lugares me esperaria, noutros tempos, a saudade; ali vivi, ao pé de meus avós,

Com a nossa instalação no Flamengo, em 1884, coincidiu violenta irrupção de febre amarela. Entrou em pânico o Rio de Janeiro. Os estrangeiros, principalmente, curtiram horríveis momentos de inquietação. Os óbitos entre êles eram aterradores. Carlos de Aguiar estêve à morte. Uma alemã, governante dos filhos dêle, faleceu. Houve corrida para Petrópolis, de diplomatas e quem quer que pudesse. Rui confiou em Deus e a crise passou sem nos atingir. Outra recordação minha, ligada àqueles dias, é a seguinte: Rui, indo para a cidade, seguia pela Rua Silveira Martins, para pegar o bonde na Rua do Catete. Um belo dia chega êle em casa com uma novidade: tinha visto em janela desta rua certa moça extremamente parecida com Maria Augusta. O caso se tornou impressionante, porque a visão veio a ser quase diária, e Rui não deixava de encarecê-la no seio da família, insistindo na semelhança. Uma certeza havia: Cota não tinha o dom da ubiqüidade, nem seria capaz de pôr-se a espionar o marido. Levava-se com humor a história; mas esta se divulgou em nossa intimidade de tal modo, que teve de tirar-se a limpo. E, afinal, apurou-se que a beldade se chamava em família Maricota; que, de fato, era o retrato de minha irmã; que costumava estar a hora justa à espera do namorado; que êste era o estudante Pereira da Cunha (futuro oculista notável, que o foi até de Rui), com quem ela se casaria; e que Rui... com tôda aquela miopia e tôda aquela gravidade, sabia descobrir moças bonitas à janela. Houve quem trouxesse a nossa casa Maricota e o noivo. A amizade se fêz e ficaram afetuosamente ligados a nós, depois de casados êles. Dêsse encale nasceram as filhas Glorinha, Beatriz (afilhada de Rui), Edite e Dulce e os rapazes Mário e Luís, netos de João Batista de Oliveira Ferraz, granadeiro de d. Pedro II e casado com d. Brasília, pais de d. Maricota, Beatriz veio a ser espôsa do dr. João Penido Burnier, nome conhecido até na Europa, pelo seu saber. Enviuvando, casou-se êste com a cunhada Edite. A caçula Dulce, moça singularmente bela, muito culta e caridosa, deu-nos a grata satisfação de tomar a mim e a Iaiá como padrinhos de casa-

muitos dos primeiros anos de minha vida. Quão grato me será ver surgir naqueles sítios o paraíso do trabalho, e saber que outras crianças colhem, sem esforço, o futuro, onde eu apanhava flores agrestes, pássaros e borboletas! / A notícia de que o meu nome vai designar uma escola moderna, uma escola do povo, americana na fisionomia e no espírito, coroa a minha viagem à Bahia com um contentamento, uma doçura, um raio de luz, que me parece um sinal de Deus, uma esperança, entre as tristezas de hoje. / Não direi mais: tenho o coração em alvorço. Até amanhã. / Seu amigo e colega / RUI BARBOSA." (Cópia in Arquivo da Casa de Rui Barbosa.)

mento, sempre merecendo nossa particular afeição. Luís, muito aplicado, formou-se em direito e é hoje advogado de valor. Mário que entrou para o comércio, já é falecido. Liga-se ainda ao nome do dr. Joaquim Pereira da Cunha a lembrança de seu irmão Heitor, oficial-de-marinha, componente da comitiva brasileira do ex-presidente norte-americano Teodoro Roosevelt em sua excursão do Mato-Grosso ao Amazonas, tendo também adquirido fama como caçador de leões na África.

21 — EXCURSÕES URBANAS

Desde o Flamengo, Rui fazia questão de minha companhia ao destinar-se à rua e em seu escritório. Percorriamos vias centrais, ora em compras, ora pagando êle contas de fornecimentos anteriores. Longe estava de ser aberta a Avenida Central, assim primitivamente crismada. As artérias do comércio eram muito outras quanto à higiene, ao calcamento, à largura, às fachadas sem mostruários, aos gabaritos, a tudo enfim. O Rio colonial, que hoje se recorda em gravuras de velhos tempos, mal se tinha modificado nas mais intensas veias de seu tórax. Rui cruzava-as naturalmente. De momento a momento, um chapéu se erguia à sua passagem. E êle a isto se descobria, levemente, sem expansões. Os que assim lhe eram corteses se revestiam de grave satisfação. Conhecidos lhe interrompiam a marcha para ligeira conversa, a que êle se prestava com imperturbável lhaneza. Não se preocupava com a popularidade de que era alvo crescente. Não via senão os que tinha pela frente. Não se recolhiam vazias as mãos que se lhe estendessem em rogos de caridade. Detinha-se, tomava do bolso do colete uma moeda e a deixava mansamente na dextra do pedinte. Quando ia pagar conta, dirigia-se diretamente ao chefe da casa, pedia o recibo, examinava-o e o punha no bolso do fraque. Mal sorria às medidas dos comerciantes com quem não se entendia; mas, ao tratar com qualquer dêles, sua palavra era comedidamente amável e ceremoniosa. Quando acaso surgiam divergências, ou se lhe reconhecia de pronto a razão, ou de logo se dava por vencido. Não se exaltava jamais na rua, mesmo porque sua presença era senha de absoluto respeito onde notada. As contas que trazia, como aquelas que êle em casa liquidava, pois fazia questão de documentos e recibos, Rui guardava cuidadosamente, sabendo onde. Elas por si sós seriam a expressão mais fiel de uma vida cujos hábitos, gostos e preferências da distinção normal repeliriam imputações de sordidez e provariam a ausência de esperdícios ou ostentações onerosas; antes testemunhariam que Rui sempre fêz por afinar com o largo círculo de relações sociais de todos os graus, muitas delas

profundamente afetuosas, como as sabia criar e conservar a fidalguia de Maria Augusta. Infelizmente êsse volume desmedido de notas e faturas de tôda variedade, entendeu-se que era coisa sem valia, depois da morte de Rui. Separou-se de tudo o mais de seu arquivo e queimou-se! Sua memória e mesmo algo do seu bom nome, nessa ocasião, se volatilizaram em grande parte no fumo do monte de papéis lamentavelmente incinerados.

22 — ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

Os escritórios de Rui foram sucessivamente na Rua do Rosário, n.º 84, na da Quitanda (esquina do Ouvidor), na da Uruguaina e por último na da Assembléia. Raro era o dia em que não o esperassem comitentes, amigos e políticos, sobretudo baianos. Difícil seria alguém falar-lhe se chegasse depois dêle, salvo se por motivo relevante, ou sendo pessoa de muita consideração, capaz de forçar a entrada. Rui tinha nas salas a carteira, vários assentos e estantes com livros. Paredes sem quadros nem gravuras. Na rua não trabalhava a fundo e só em breve correspondência ou ligeiros papéis do fôro. Seu tempo era pouco para as entrevistas do dia. Teve como auxiliares a seu serviço o Amaral¹ (solicitador), seu compadre e dedicado amigo, e, quando êste morreu (Rui achava-se no exílio), o Teixeira, na qualidade de escrevente. Rui prezou tanto o Amaral, que a sua viúva sempre deu pensão mensal que, na época, representava um bom auxílio. Foram companheiros de Rui na advocacia, a um tempo : o Rodolfo Dantas (que não era de muito esforçar-se) e o Sancho Pimentel. Desfeito êsse conjunto, Rui aceitou a colaboração de Ulisses Brandão, pessoa de simpatia e de andar claudicante, pelo defeito físico (a meia corcova), que lhe forçava o tronco para a frente. É preciso ressaltar que quer com aquêles, quer com êste, Rui teve suas grandes causas exclusivas e não impedia os colegas de ter os seus próprios comitentes. Acredito que a comunidade de patrocínio partia sempre de Rui. Desligado dêle, Sancho Pimentel recebeu o concurso de Edmundo Bittencourt² (com quem muito me relacionaria). Rui dispensava-lhe certo apreço, chegando a confiar-lhe encargos de advocacia.

(1) José António do Amaral, nome, também, de um capitalista que subscreveu ações do Banco do Brasil, dando motivo a ser Rui acusado de ter pôsto ações bancárias em nome de um auxiliar. Rui foi compadre dêsse seu amigo, que lhe era de uma fidelidade absoluta.

(2) Rui teve causas junto com Edmundo Bittencourt, possuidor de uma grafia admirável. Há fotocópias de autos, no Arquivo Nacional, com sucessivas petições de um e outro. Por sinal que uma, de Rui, começa por um largo elogio ao trabalho de Edmundo : Trabalho "escrito por um moço com o vigor de um mestre", ou coisa semelhante.

23 — INDUMENTÁRIA E HÁBITOS

O Rui liberal era um firme conservador quanto à maneira de vestir-se, quase a mesma em todos os tempos. Usava sistemáticamente, fora de casa, fraques, os quais lhe eram de tons e fazendas diferentes. Ficavam-lhe bem os de fantasia de linho, em estação própria, muito da moda entre homens de alta distinção. Suas gravatas ou eram brancas, de laço horizontal, ou coloridas. Possuia-as em grande variedade. Trazia aqueles clássicos punhos e colarinhos positiços, que brilhavam engomados; o relógio em corrente de ouro, pendente do colete, como de ouro tinha os botões do peito da camisa e dos punhos; botinas pretas ou marrons, de elástico, Clark; chapéu cinzento, de feltro. Nas mãos, jóia alguma além do anel de aliança. Nenhum brilhante. A pasta, quando cabia conduzi-la, a bengala ou guarda-chuva e um livro, para ler no bonde ou na carroagem, desde quando passou a usá-la. Vez por outra era visto a conduzir obra apanhada nas visitas quase diárias às livrarias, pela impaciência de folheá-la. Estas eram a *Laemmert*, a *Garnier*, a *Briguiet* e alguns *sebos*. Com que reverência os livreiros recebiam-no! (Certa vez, chegou-lhe ao conhecimento a notícia de que se pretendia vender a *Livraria Briguiet*. Pois não é que Rui me perguntou a sério se eu queria administrá-la! Respondi-lhe negativamente e mudou-se de assunto).¹ Rui gostava de usar, em casa, calças brancas de linho liso, ou em fantasia, e paletó do mesmo tecido, ou escuro, de lã, se a temperatura o exigia. Compunha-se com rigor na intimidade (torno a dizê-lo), não só pelo amor à decência, como porque a todo momento recebia amigos, conhecidos e não raro pessoas estranhas. Conheci-lhe dois alfaiates: a *Casa Raunier* e depois um sr. Brandão, português. Suas roupas, enfim, haviam de ser bem assentadas, do melhor fio e de padão discreto.

24 — HISTÓRIA DE UM CHAPÉU DE ABA QUEBRADA

E por estarmos na indumentária, entro a registrar uma passagem, antes que me esqueça. No Flamengo, Rui tinha prazer em passear, logo depois do jantar, pela praia, com Maria Augusta, indo eu também. Dava o braço à mulher, com quem não cessava de conversar, marchando a passos lentos ao longo da velha amurada. Iamos da porta de casa até à Travessa do Cotelipe, hoje Rua Tucumã. O caso é que Rui, de roupas leves naquelas tardes cálidas, punha um chapéu

(1) Briguiet propôs, de fato, sociedade a Rui. A proposta escrita acha-se na *Casa de Rui Barbosa*.

de lebre, de aba quebrada à frente. Tempos depois, em roda familiar onde se recordavam coisas passadas, eu já casado perguntei-lhe se não se lembrava daquele chapéuzinho de aba virada, que lhe ficava tão bem. Gracejei. O Conselheiro quase explodiu : — “Eu, de chapéu de aba quebrada ? Você está louco...” — Escoam-se os anos. Rui morre. E eis que um dia, aqui em casa, me depara o *Correio da Manhã* (16-2-1944) uma crônica, em itálico, de *João Paraguaçu*, sob o título de — *Rui, conspirador ?* — em que se alude a determinados alfarrábios em mão de terceiros, e da qual traslado êste trecho :

“Pus-me a ler os papéis. Há coisas a que nunca aludiram os historiadores e cronistas. Assim, por exemplo, o relatório informa como foi que Bernardino Ferreira, então delegado auxiliar, acompanhou, certa noite, os passos de Rui Barbosa, às vésperas da Proclamação. Num bonde do largo da Lapa, que seguia no rumo do antigo Senado, o futuro ministro da Fazenda da ditadura provisória percebeu que estava sendo seguido e logo se occultou a um canto do banco e descendo as abas do chapéu de feltro. Bernardino narrou a Basson que Rui, envolvido na conspiração, inteiramente comprometido, ia para casa de Deodoro. Efetivamente foi o que sucedeu”.

Sorri de mim para mim e murmurei a quem continua vivo em minha alma, como tantas vêzes lhe fiz, silenciando-o : — “Então, seu Rui, eu tinha ou não tinha razão?”

25 — FORA DA CÂMARA E LIVRE DAS DÍVIDAS

Volto à casa do Flamengo e às recordações que ela me desperta. A lembrança de agora, que não é de desprezar-se, vem logo do mesmo ano da mudança (1884) e diz com um homem de certo nome, trazendo ar suplicante: era o conde de S. Salvador de Matozinhos. Salhou êle de sua carruagem em nossa porta, na companhia de Carlos de Aguiar. Recebi-o, fi-lo entrar para a sala-de-visitas, enquanto o Aguiar ia anuciá-lo a Rui, que se achava em cima, na biblioteca. Este tardava. Crescia a inquietação do visitante, diante de mim. Nossos olhares cruzaram-se a êle, abatido, me falou : — “O Conselheiro demora. Venho pedir-lhe um grande favor. Não sei se me atenderá. Que acha?” — Respondi-lhe com desembaraço : — “A demora é mau sinal...” — E foi : Aguiar desceu para dizer ao Conde que Rui não podia satisfazê-lo. Rui, tolhido de bater-se pela abolição, como se sabe, não concordou em reassumir a chefia de *O País*. (Sabe-se ainda que Quintino Bocaiúva acedeu em substituí-lo e ficou no lugar

até morrer). Pouco antes, Rui (cujo título de Conselheiro data de 31 de maio de 1884) sofrera em silêncio a amarga decepção de se ver excluído do gabinete do cons. Dantas, organizado em 6 de junho; e em julho perdera a deputação geral com a dissolução da câmara. Já em dezembro ainda de 84, seria derrotado nas eleições baianas, para nunca mais voltar ao parlamento imperial. Tanto melhor para êle, que, quanto mais entregue à sua banca-de-advogado, mais frutos colheria dos seus esforços, sempre sacrificados pela política, o jornalismo e os encargos parlamentares, ou a causa pública. Deixando de ser deputado em julho, como ficou dito, já em 23 de novembro de 84 assim lhe respondia o seu correspondente e amigo Francisco de Aragão Gesteira, que, na Bahia, lidava com os credores herdados do dr. João José Barbosa de Oliveira :

"Bahia, 23, 9bro, 84. — Rui — Recebida ontem, sábado, pela manhã, a sua carta com a pasmosa ordem de rs. 8:200\$000, e dada ontem mesmo execução às suas determinações, remeto-lhe hoje, inclusa, as suas três grandes e últimas letras resgatadas com os competentes recibos; e também, em dinheiro, 4\$000 de saldo que havia e lhe mandei dizer na minha última, visto cessarem agora aqui os seus negócios pecuniários. Ficamos, pois, assim justos de contas.

Parabens, mil parabens! É de todo o meu coração que o felicito, que muito folgo em ver enfim estancado tanto sangue derramado de sua algibeira, todos os anos, quase todos os meses, para alimentar estabelecimentos bancários!

Quem tão magistralmente tratou, no seu parecer apresentado à câmara, da libertação dos cativos, merecia, com efeito, ser também libertado das peias que embargam na vida os movimentos desassombrados! Viva o homem de bem! Parabens ainda, e mil abraços!

Não deixe de acusar-me, sem tardança, também, o recebimento de tudo o que aí vai.

Agora, com um adeus saudoso, só lhe peço uma cousa, que é não esquecer-se de quem aqui continua a estar ao seu dispor, e é com verdade — Seu do C. — F. Gesteira". (O original está no arquivo da Casa de Rui Barbosa.)

26—GUARDA NEGRA? JOSÉ LUCAS...

A criação da “guarda-negra” é fato histórico. Deu-se nos últimos meses da monarquia, compondo-se ela de gente decidida da ralé, em quem se explorava o rude sentimento de gratidão à princesa impe-

rial d. Isabel, pelo 13 de Maio. Tinha por fim cercear, com ameaças, a propaganda republicana, cujos chefes ou mais graduados simpatizantes corriam assim perigo de vida. Tornava-se temível por sua aparição ao anoitecer, percorrendo ruidosamente as ruas com fantásticos archotes fumegantes. Os gritos, os gestos, os trejeitos, a ousadia tornavam-na tenebrosa. Contavam-se os indiciados no seu ódio. Rui via-se entre êstes e não faltou quem o aconselhasse a precaver-se, e a sua família, e a seus bens. Obteve êle, então, de um dos irmãos admirantes Carneiro da Rocha, os serviços do José Lucas. Era um paraibano de singular força física, coragem fantástica e ferocidade incrível em certos momentos. Caboclo, caladão, rosto picado das beixigas, calhou como verdadeiro *right man* para a ocasião. José Lucas passou a figurar como ajudante-de-copeiro, sabendo muito bem que lhe cumpria, acima de tudo, responder pela segurança da casa, noite e dia, tendo aposento nos fundos. Cavaqueava muito com o cozinheiro Sinfrônio, baiano, a quem chamava *compadre*. Quase o mata em casa, certa noite, indo visitá-lo. Rui não se entendia com êle. As recomendações lhe eram dadas por mim, a quem obedecia sem pestanejar. Mas, que idolatria a sua pelo chefe da família ! O mal do Lucas estava na bebida, que não precisava ser muita para alterá-lo. O sinal da conta era, às vêzes, o gesto de tomar um prato de louça branca entre as mãos e partí-lo ao meio. Com êle, pois, Rui estava satisfeito. Para enfrentarmos a "guarda-negra", cujos rugidos já nos tinham ecoado pela porta, fizemos larga provisão tanto de garrafas vazias (petardos com a vantagem de inçar de cacos o chão), quanto de taxas cabeçudas, de umas que caíam de pontas para cima. Eles que viessem ! Uma tarde, Rui chegou apressadíssimo para o jantar visto ter que tornar ao Palácio Itamarati, a fim de participar de reunião do Governo Provisório. Posta a mesa, que é do gêlo ? Nem êste, nem o José Lucas, que já devera tê-lo comprado. Fui incumbido de buscar o homem de onde estivesse, e para isto contava com o carro *vitória* do ministro. Tomei-o e mandei tocar para a polícia, um pouco adiante do Palácio do Catete. Como eu pressentira, lá estava êle detido, por desordem. O delegado, todo atenções, pronunciou-se a soltá-lo. Uma das praças mostrava o dedo luxado em luta com o cabra e reclamava justiça. Abriram-se as grades e a fera, vendo-se livre por minha intervenção, pregou tal murro na mesa dos papéis daquela autoridade, que tudo nela saltou. Irritei-me e repreendi-o aos gritos, concitando ainda a mesma autoridade a meterê-lo de novo no xadrez. Mas tudo se apazigou com o José Lucas já quase em pranto e acabei levando-o para casa. Vinha eu no contentamento íntimo de ver que êle continuava a nos convir.

Sem estímulos para cursar escola superior, tratei de entrar de vez na escola da vida, deixando o Colégio Alemão e empregando-me, em julho de 87, com o corretor Luís Honold. As relações e a experiência que ao lado dêle adquiri, como zangão da praça, serviram-me de firme degraus. Dêle — homem de bem, amigo sincero do Brasil, casado com filha de senhora francesa e criada em meio brasileiro — desliguei-me nos primeiros meses de 89, quando Honold partiu para os Estados Unidos. Guardo ainda a carta que de lá me fez com promessas para sua volta, que eu não podia esperar de braços cruzados. Honold (¹) aproximara-me de outro norte-americano, o Sr. W. P. Tisdel, que tratava de instalar aqui no Rio a sucursal da chamada *Equitable* (*The Equitable Life Insurance Company*), competidora da poderosa *The New York Life Insurance Company*, as quais acabaram despertando a atenção dos nossos capitalistas para a indústria dos seguros de vida, disto resultando a fundação, de comêço, da nossa *Sul América*. Passei a auxiliar êsse Tisdel com o bom ordenado de 100\$000 mensais. Agi como braço direito dêle naquela instalação, que, tratando-se de companhia estrangeira, requerera muito formalismo oficial. Posso dizer que fui eu quem montou a *Equitable* no Brasil. A proclamação da República apanhou-nos juntos, ao Tisdel e a mim, na surpresa por ela ocasionada. Participamos, não há dúvida, da *bestificação geral*. Não sei quem, vendo-me despreocupado, falou: — “Vai para casa, Bandeirinha, que a República foi proclamada e o Rui está metido nela!” — Dirigi-me, não obstante, ao escritório, de onde, pouco depois, saí, para ir almoçar com o Tisdel no restaurante do *Hotel Globo* na Rua 1.^º de Março, como costumava fazer. Notei que a percepção popular abrangia apenas a parada do Campo de Santana, o ferimento do barão de Ladário, o desfile das tropas pelas ruas do centro e a morte de certa moça, em janela do Ouvidor, por tiro acidental partido de carabina do mesmo desfile. Em casa, à noite, a vibração avassalou-me totalmente, pela razão, que vi confirmada, de que Rui havia participado da conspiração facilmente vitoriosa e ia ser, ou já era, ministro. (Muito mais feliz havia sido pelo 13 de Maio, de maior repercussão, deixando-se ficar em Friburgo.) Ei-lo, pois, envolvido no terrível novôlo, cuja ponta extrema dos fios diabólicos êle iria desatar no

(¹) Senti muito que na fase da elaboração dêste livro tivesse falecido a sra. Jeanne Honold, viúva de Eugênio. Era, em moça, uma perfeição de beleza feminina, e, por seu espírito, leria hoje comovidamente estas páginas, onde presto homenagem de minha saudade à memória de boníssimos amigos.

exílio de 93-94. Eis-me subitamente importante, pois que todas as portas se escancarariam ao *cunhado do Rui*, ao *cunhado do sr. conselheiro*, ao *cunhado do sr. ministro da Fazenda*.

28 — VISITA DO CONS. DANTAS

Montada a sucursal da *Equitable*, quis o Tisdel que eu desse preferência ao agenciamento de seguros. Ora, tinha menos jeito para *pedir* do que para *propor*. O segundo verbo é próprio dos corretores de bolsa, enquanto o primeiro vai mais com os agentes de seguros. Deixei, pois, o Tisdel, que então me fêz presente de um relógio de ouro, vindo para mim dos Estados Unidos, e do qual ainda falarei. Com esse amigo, continuou o meu sobrinho Fernando Dobbert, lá pôsto por mim, e que, por suas habilidades, tinha já o avantajado salário de 500\$000 mensais. E voltei à corretagem, para ganhar muito dinheiro naquela época do “encilhamento”, que já vinha do visconde de Ouro Preto. Fiz o que muita gente fazia. Preciso ressalvar que nessa rendosa atividade nem eu tomava conhecimento da vida tormentosa do titular das finanças, nem ele sabia dos passos felizes do novo corretor. Cheguei mesmo a quebrar o hábito, mantido na *Equitable*, de ir, finda a tarefa do dia, passar algum tempo na redação do *Diário de Notícias*, onde Rui compareceu até 14 de novembro de 89. Mal nos defrontávamos, nas atribuições em que ele vivia na Praia do Flamengo. Portanto, conversar sobre a Bolsa... Deus me livre! Querem a prova? Comecemos pelo Itaboraí: um velho, pardo, com ares de gravidade, porteiro do Ministério da Fazenda. Trazia o nome do fato de ter sido cria (filho de escravo, criado em família) do visconde de quem usava o apelido. Costumava estar em casa do ministro, para receber ordens. Em certa ocasião, todos ainda reunidos em torno da mesa do almôço, o Itaboraí, dando à voz o mais respeitoso dos timbres, aproximou-se de Rui: — “Sr. ministro... Sr. ministro...” — (Parecia possuído de susto e assim atraíu a atenção de Rui). — ...“está à entrada o sr. cons. Dant!” — Rui recomendou-lhe que o conduzisse ao salão e foi logo ao encontro do visitante. (Abro um parêntese para registrar que, tendo sido muito comentada essa visita tempos depois, houve quem fôsse de opinião que, tratando-se de eminente amigo, antes íntimos e nunca cerimonioso, outrora chefe e agora subordinado de Rui, mais delicado fôra que êste o acolhesse sem qualquer etiqueta. Mas, pergunto, não o esperaria Rui, sabendo já de que ia tratar de assunto relevante, que não condizia com o ambiente familiar?) O fato é que houve a importante entrevista, e quando o presidente do Banco do

Brasil se despediu, Rui reapareceu-nos sorridente e transbordou : — “O Dantas retirou-se radiante. Suas palavras finais foram estas : Rui, meu filho, eu disse ontem a Amália, que se você não me despachasse o requerimento do Banco do Brasil, o velho Dantas não seria mais presidente”. — Estava lavrado, como Rui acrescentou, o decreto que autorizava o banco a fazer uma emissão de emergência de 20 mil contos. Senti-me, assim, depositário de segredo de medida do governo, ainda não revelada ao público. Temi trair-me e, pois, não dei um passo relativamente a ações daquele instituto nacional, as quais baixavam na Bôlsa. Mas, com pouco, eis que sobem elas de maneira espetacular. Os zangões mais expertos encheram-se. O corretor Bandeira nenhum proveito tirou do assunto, que, fora do ministério, poderia ter sido dos primeiros a saberem... se o ministro não fosse quem era.

29 — EDUCAÇÃO ESCOLAR DOS FILHOS DE RUI

Não deixarei de lado umas poucas notas sobre a educação escolar dos três primeiros filhos de Rui, da qual êle entrou a cuidar desde o Flamengo. Direi assim que Dedélia e Ruizinho tiveram por primeiro mestre o professor João Köpke (tão ilustre quando côxo, coitado !), que dirigia “instituto” de sua trabalhosa fundação, na Rua Real Grandeza, em casa que já não existe. Merecia êle a integral estima de Rui, está claro, e por vêzes nos dava o ar-de-sua-graça, conforme na época se dizia; sendo, pois, conhecido pessoal de Cota. Aluísio de Castro, da mesma idade de Ruizinho, freqüentava aquelas aulas. Dedélia fez apreciáveis progressos com êsse notável educador, que ficou seu amigo enquanto viveu. Já Ruizinho, por sua vivacidade e influência do meio, trazia o genitor de olho-vivo. E a primeira gazeta inocente do filho, levou-o a mandar cortar-lhe à escovinha o cabelo. Por causa disto, minha mãe, para quem aquêle neto era um pequenino deus, se lançou a prantos ocultos. O amor de Rui pelos filhos, se era extremo, como demonstrava, não lhe avassalava, entretanto, o sentimento do dever paterno. Por isto mesmo, resolveu ainda abreviar o projeto de enviar o menino para um centro de educação estrangeiro. Mandou chamar o Adolfo Has-selmann e com êle trocou idéias, passando a tratar do enxoval do rapazinho, que, sem tardança, partiu para além-mar. Cota, minha mãe (ai ! dela, que nunca mais o veria) e o próprio Rui ficaram de corações despedaçados; mas assim o pai havia decidido. (É do meu conhecimento que Köpke escrevia muito a Rui, quanto a interesses do instituto, dependentes de bancos. Suas cartas, preciosas no es-

tudo de uma vida de muitas dificuldades, mas iluminada pelo ideal da instrução, acham-se no arquivo recolhido pela Casa de Rui Barbosa. O professor, sem meios para continuar a manter o seu acreditado estabelecimento, muito antes dos tempos em que o ensino particular se tornaria indústria das mais rendosas, o fechou). Rui tomou a resolução de internar Dedélia e Chiquita, à sua vez, no afamado curso da professora Hentz, na Rua Conde de Bonfim. Ela era casada com o dentista americano dêsse nome, com quem Rui se tratava. Escapam-me datas a êste respeito; mas lembro-me de que eu ia ver as sobrinhas de comêço, notando-as muito sentidas fora da sombra afetuosa dos pais e da avó. Ao separar-mo-nos, enchiham-se-lhes de lágrimas os olhinhos. Não demoraram, porém, dóceis que eram, em afeiçoar-se aos hábitos e disciplina da escola, onde completariam a primorosa educação ao gôsto dos seus genitores¹. Hasselmann era pessoa amicíssima de Rui. Conheceram-se na Bahia, onde êle servia como guarda-mor aduaneiro. Rui, ministro, nomeou-o inspetor da Alfândega do Rio. Entendiam-se cordial e perfeitamente. E como êle tinha parentes e relações na Europa, sua colaboração, nos problemas da viagem, matrícula e indicação de correspondente para Ruizinho, foi decisiva. Hasselmann tornou-se nome de alta consideração nesta capital, chegando a figurar entre os fundadores da Companhia Sul América. Resta dizer que estando Ruizinho em Zurich e Rui no exílio, teve êste enséjo para, afastando-se de Londres, conhecer a Suíça, ainda que a pressa e com minguados recursos. Impulsos de coração de pai...

30 — PODER E INFERNO

Nunca me senti mais distante de Rui do que nos meses em que êle foi ministro, embora continuássemos sob o mesmo teto. Em verdade, êle, o homem afetuoso em família, é que vivia separado de todos nós, num inferno de atribulações a que só poderia resistir por muito pouco, além do que resistiu. Durante longas horas noturnas,

(¹) O Colégio Progresso era pioneiro de práticas educativas. Mrs. Eleanor Leslie Hentz estava a par das últimas experiências pedagógicas norte-americanas. Conversava muito com o dr. Antônio Jacobina, Rui e Rodolfo Dantas. Este, quando ministro, foi levado a visitar o colégio pelo seu amigo. Rui cita várias vêzes a experiência do colégio no *Relatório e Parecer* sobre a *Reforma de 1882*. Junta mesmo, como demonstração, exercícios de geografia e cartografia de algumas alunas, entre as quais uma das filhas de Jacobina. (Estão reproduzidos na reedição feita na C.R.B.)

Como Köpke era também um inovador, vê-se que Rui entregou os filhos aos professores mais adiantados de seu tempo.

imersa-se no trabalho. Mergulhado no trabalho encontrava-o mais do que nunca o sol. Pedintes e solicitantes de tôdas as escadas sociais tomavam-lhe em casa os instantes que podia ter para ouvi-los. Mensageiros oficiais chegavam e partiam de momento a momento. Figurões da situação surpreendiam-no ao almôço ou ao jantar, que eram apressados, por isto ou por aquilo. À mesa, só se conversava sobre coisas graves. Uma tarde trouxe o nervosismo de que precisava mastigar sem perda de tempo, pois que urgia voltar à presença de Deodoro, para dissuadi-lo de uns fuzilamentos já deliberados. Rui chegou até a preparar em casa, no meu aposento, acomodações de emergência para pernoites de um secretário, que de comêço teve, a fim de não faltar quem lhe cumprisse ordens a qualquer ocasião. Foi o Paulo Couto, já oficial-de-marinha, tipo fino de inglês, com o qual Rui tinha contado nos dias da revolução, e que parecia disposto para o que desse-e-viesse. Estranhou-se que Rui tomasse por secretário pessoa que não era tida como intelectual. Respondeu que estimava conservar a seu lado aquêle com quem seria fuzilado, se o movimento falhasse. Um dia, porém, abriu mão dos serviços de Paulo Couto, que se afastou com certo ressentimento. Fizéramos boa camaradagem, eu e él, e viemos a rever-nos inesperadamente na Polícia, por artes dos *consolidadores*. Depois, deu para aparecer no Flamengo o Tobias do Rêgo Monteiro. Suas relações com Rui resultaram de carta de apresentação do cons. Dantas, pedindo que se lhe desse um lugar na redação não sei se de *O País* ou do *Diário de Notícias*. Rui não pôde atender, mas guardou boa impressão do encontro. Quando ministro, fez do Tobias oficial-de-gabinete, encarregado de redigir correspondência pessoal. Estou vendendo-o, na biblioteca de Rui, a mostrar-lhe minutias manuscritas e perguntar: — “Está bem assim, conselheiro?” — Rui tomava o papel, lia-o e quase sempre respondia gravemente: — “Está”. Foi nesse turbilhão que nasceu o quarto filho de Rui, a quem se deu o nome do avô paterno (14-1-90). Se não ocorre a demissão, em fevereiro de 91, do ministério de 15 de Novembro, o Joãozinho teria sido levado à pia batismal por Deodoro. (Foi-o pelo dr. José Gonçalves da Silva, prócer baiano). Cota e Rui chegaram a visitar a esposa do marechal, trocando as duas o tratamento de *comadre*. “Excelentíssima Comadre”, dizia o generalíssimo a Rui, em recados escritos. D. Mariana (Mariana Cecília Meireles da Fonseca), testemunhando o grau de amizade havida entre Deodoro e Rui, enviou a êste, quando o marido faleceu, o tinteiro que fôra de seu uso particular. Esta lembrança muito comoveu e sensibilizou o antigo ministro e máximo amigo do chefe do Governo Provisório.

Prossigo. Impondo-se uma serenidade de mártir, lutando contra si, contra seus sentimentos, contra tudo e contra todos, Rui viveu, no ministério, os mais espinhosos dos seus dias. Largá-lo era a sua impossível aspiração constante. Daí os repetidos gestos de demissão, que se lhe apontam. Daí o não se deixar fascinar pela sub-chefia, da qual desistiu, indicando Floriano, com o desgosto de Wandenkolk, que entendia dever o cargo caber à marinha, desde que a chefia era de figura do exército. Mas, como deixar Rui o pôsto, se, no báratro da fase histórica, era êle quem tinha que pensar, que agir construtivamente, e, quando podia, pôr uma dose de comedimento ou bom-senso no tumulto das medidas radicais? E eis o Montepio dos Funcionários da Fazenda, primeiro passo para o de todo o funcionalismo federal; eis o favor à Irmandade da Cruz dos Militares; eis a criação do Banco dos Funcionários Públicos, e tantíssimos casos pessoais, que desafiam os seus biógrafos. O carteiro e o estafeta lhe traziam diariamente pilhas e pilhas de cartas e telegramas. Só em lê-lo... Eram pedidos, reclamações, gritos de perseguidos clamando por justiça, pretensões de tôda ordem, umas razoáveis, outras absurdas... Eu observava o que podia e já nos meus 19 anos abismava-me com a importância que Rui alcançava. E não é de admirar que me visse abordado por meio mundo, para chegar-lhe uma angustiosa ou interessada solicitação. Até, mesmo, de pessoas das relações dêle, ou de Cota. Cito, por exemplo, o caso de nossa vizinha e amiga, a baroneza da Passagem, por quem me via abordado insistente em favor de um filho, que havia feito concurso para repartição do Ministério da Justiça e se tinha por preterido. Esquivei-me o mais que pude, alegando sentir-me criança para tratar com Rui sobre certos assuntos. Tive, entretanto, que ceder. A oportunidade chegou-me à mesa. Assumi ares de vítima e arrisquei em momento azado: — "Até a baroneza da Passagem..." — "Que quer ela?" — Expus. — "Diga à baroneza que hoje mesmo falarei ao Aristides Lobo". — Dois dias depois saía a nomeação. E eu passei a ver a bondosa titular no côro dos que me tinham na conta de *maior-de-espadas*. É que, havendo possibilidade, havia boa-vontade, sem se olhar para posição, nem côr; tanto mais que os humildes nos afluiam à porta em maior número. Eram assim os dias de Rui ministro. Quando deixou de sê-lo, que abençoado sossêgo para todos nós! Cota e minha mãe ergueram, em graças, as mãos para os céus. E a casa esvaziou-se. A última dizia: — "Foram-se as andorinhas..."



MARIA LUIZA VIANA BANDEIRA
(Mãe do Autor.)

32 — TACADAS SÔBRE TACADAS

Minhas atividades em torno da Bolsa proporcionavam-me resultados, que me faziam nadar em dinheiro. Os sucessos eram expostos em nossa roda como “tacadas”. De quando em quando, uma de 20, de 30, de 50 contos. Vez por outra, uma de 100 ou mais. Agora, sim, apresentava-me como um capitalista. Enchi-me de boas roupas, calçados, chapéus e bengalas. Ombrearia com o Paulo Couto, cuja variedade de tecidos e tudo o mais me causara admiração. O relógio de ouro, presente do Tisdel, portava-se numa indumentária à sua altura. Já presenteava liberalmente minha mãe, Cota, os sobrinhos e o próprio Rui. Já criava os meus romances e me metia em cautelosas aventuras. Já me sentia condignamente *cunhado do conselheiro Rui Barbosa*. Aos sábados, podia tomar o trem para um fim-de-semana em Pindamonhangaba, se tal me apetecesse. Sim: Aquela mesma Pindamonhangaba, que eu mal pronunciava quando menino, por instâncias de Rui, às risadas. Lá o meu sobrinho Dodó geria uma fazenda de amigo dêle, isto resultante de história que me abstenho de contar. Fartava-me então de bucolismo, de encantos campestres, coisa nova para mim. Em certa ocasião vêm-me às mãos um grande lote de ações de banco que se fundava com singular notoriedade. Aguardo os acontecimentos. E eis que me procura o meu cunhado Dobbert, já corretor da Bolsa aqui no Rio, e por elas me oferece a vantagem de 200 contos. Recuso. — “Dou-lhe 350 contos!” — Não aceitei e tomei o trem de S. Paulo, para o passeio habitual. Quando regressei, a cotação das tais ações estava em alta retumbante. Larguei-as, ganhando 400 contos. Gastá-los era um problema para quem já de nada mais precisava.

33 — CHEGAM AS PRIMAS

Chegaram então ao Rio, para passarem uns tempos conosco, minhas primas pelo lado materno Guilhermina (Iaiá) e Escolástica (Zíu), as quais, logo que desembarcaram, foram para o Alto da Tijuca. Lá veraneava Rui, numa casa cujas chaves passaram para suas mãos das do dr. José Carlos Rodrigues. A mim é que cabia ser o cavalheiro — e com que satisfação! — das graciosas e gentis parentas, desejosas de ir a tôda parte. E de tal forma as cousas se conduziram, que, quando as meninas regressaram à Bahia, Rui teve de escrever a carta que aqui mesmo vai inserta:

“Rio, 18 de julho 1891. — Minha prezada amiga d. Escolástica. — Suas filhas, que hoje se afastam de nós, depois de

quase seis meses de estada nesta casa, sem dar-nos, em todo esse tempo, um só momento de desprazer, deixam aqui muitas saudades e afeição entre nós e nossos amigos. Um dos de nossa família, porém, ficou mais magoado que os outros. É o Carlito, a quem não posso recusar o serviço, que ele me roga, de pedir-lhe a mão de sua filha Guilhermina. — É sempre com o maior escrúpulo e receio que intervenho em pretensões desta delicadeza, bem que, até hoje, me possa gabar de feliz patrocínio de tais causas. Se, ainda agora, pois, me aventuro a ser perante V. o intermediário da aspiração do meu cunhado, é porque, até onde pelo presente se pode julgar o futuro, acredito acertada esta aliança para ambos os que a pretendem. — O Carlito cresceu, formou-se em nossa casa, como filho meu. Conheço-o, portanto e posso aboná-lo; porque ele o merece. É de boa índole, ativo, hábil, pode ter um bom futuro no comércio, onde já conquistou posição e fortuna, que o habilita a ter casa sua, e desempenhar as obrigações de chefe de família. Depois, tem a felicidade de escolher na Iaiá, não só um coração de moça delicadamente formado, como uma bonita cabecinha cheia de juízo, que pode ser para o marido conselheira prudente e educadora eficaz. — A união, pois, parece-me digna de sua bênção. — Disponha de mim, de Maria Augusta, recomende-nos a tia Elisa e Carolina, e creia-me sempre seu am^o af^{so} — RUI”.

Antes, procedera Rui igualmente com o dr. Jacobina, solicitando a mão de sua filha Belinha para o Domingos Lacombe, de cujo casamento foram ele (Rui) e Cota os padrinhos. Lembro-me também de que em 1918 Rui faria o pedido de d. Hilda à viúva Neto dos Reis, para casar-se com o nosso amigo Carlos de Sousa Dantas, filho de Rodolfo, realizando-se assim um felicíssimo enlace. Carlos Dantas era tão devotado a Rui, que não descansou enquanto não viu seu pai de relações refeitas com o maior amigo de sua mocidade, por cuja causa era homem para enfrentar qualquer situação que lhe criasse.

34 — QUEM CASA QUER CASA

Casei-me na Bahia em 6 de setembro de 1891. Também Rui e Cota foram meus padrinhos. Presenteei logo minha mulher com muitas jóias caras (ai! delas) e reservei 100 contos de réis para uma viagem à Europa. (Ver-se-á por que não a fizemos). Rui e Cota quiseram que eu continuasse a morar com eles. Minha mãe o estimaria sinceramente. — “Não, mestre Rui, quem casa quer casa”. — E tomei

aquela de n.º 12 do Flamengo, à esquerda da de Rui, a qual por felicidade se achava a aluguel. Casando-me, fiquei sendo genro de minha tia Escolástica, da maior respeitabilidade no seio de sua grande e ilustre famflia e viúva do bacharel Miguel Luís Viana, irmão de minha mãe; e tornei-me cunhado dos meus primos Miguel Luís Viana (Miguelinho), engenheiro; João Luís Viana (Juca ou Bijuca), médico; Francisco Luís Viana (Chico), médico militar; Augusto César Viana, médico e futuro lente e diretor da Faculdade de Medicina da Bahia; Artur Luís Viana, advogado; Escolástica (Ziu), que se casaria com Henrique de Vasconcelos, de família de destaque da Bahia; e Maria Constância, que faleceria moça e solteira.

35 — NABUCO É QUEM RASGA PAPEL

Na casa n.º 12 da Praia do Flamengo, residi durante 2 anos, pagando o aluguel mensal de Rs. 200\$000. A bem exprimir, morava tanto nela quanto na de Rui, dado o carinho dêle, de Cota e minha mãe para com Iaiá. Nessa casa, Rui, a lembrança nossa, instalou, na sala-de-visitas, que dava para o mar, um gabinete de trabalho, mais afastado das aulas de piano do professor Faulhaber. (Venha a propósito uma anedota que Rui contou, quando lhe perguntaram se aquelas lições, com o martelar contínuo do teclado, não o perturbavam : Um inglês lia seu jornal, e uma mósca lhe poisa nos óculos. O homem tange-a uma, duas, três vêzes, e outras tantas ela volta aos vidros. E êle conforma-se, dizendo : "Deixa, que ela está no seu modo de viver...") — Rui não era de anedotas, e as que dizia não provocavam gargalhadas, pois tinham o cunho de fábulas brevíssimas com o seu conteúdo de moral). Nessa outra sala de trabalho, Rui nos aparecia bem cedo, com alguns livros e, sempre, muitas notas em pequeninas tiras de papel, coisa, que êle se habituou a economizar. Na escrivaninha à sua disposição havia tudo o que lhe fôsse necessário. Quando êle se retirava, ia eu ver se as coisas estavam em ordem. Nunca deixavam de estar. Mas uma observação me intrigava : jamais havia papel rôto na cesta. — "Você não rasga papel, Rui?" — "Eu ? Não. Quem rasga papel é o Nabuco". — Isto me ficou. Joaquim Nabuco, na tortura do estilo, seria um destruidor imoderado das fôlhas que enchia, umas depois de outras, até ver-se satisfeito. Rui, ao contrário, elaborava fácil e correntemente e depois recolhia todos os apontamentos que lhe serviram à lucubração corrente, sem nada gastar de mais, sem desfazer nada. Noutra ocasião, já em S. Clemente, surpreendido por mim diante de invulgar quantidade de tiras, que êle havia enchido em breve espaço, comentou, como que querendo ir ao encontro de reparo meu : — "Dizem que

eu sou longo, Carlito; mas, como é que um homem há de escrever sem deixar dito tudo o que pensa?" — Eis a explicação formal : Rui, quando escrevia, esgotava-se, embora, depois, retomando o assunto, novo flux de argumentos outros voltassem a encher-lhe fluentemente o cérebro prodigioso.

36 — LUTO

Corria tudo muito bem. Rui cuidava dos seus constituintes, procurando ressarcir o tempo perdido em desproveito de sua economia, enquanto ministro, e eu continuava a fazer bons negócios, quando uma nuvem, terrivelmente sombria, começou a cerrar o horizonte cristalino que nos era comum : acentuou-se o progresso da terrível moléstia — diabete — de minha mãe. Seus sofrimentos refletiam-se dolorosamente em todos nós, se bem que sua resignação fôsse a de santa diante do fatal martiriológio. Não medimos sacrifícios em seu favor : Rui, Cota, eu e Iaiá. Dobbert e Adelaide com os filhos tinham partido, em setembro ou outubro, para a Europa, indo êle exercer o cargo de fiscal de imigração dado por Floriano. Aos 26 de dezembro de 92, minha mãe, com 58 anos de idade, entregou sua bela alma ao Criador, deixando-nos amargurados na mais profunda desolação. Disse o dr. João Mangabeira, em síntese feliz, que Maria Augusta foi "a grande mulher de um grande homem". É de reconhecer-se, por outro lado, que Maria Luísa, pela excelência dos seus dotes morais, foi — a mãe perfeita de uma grande mulher. Houvesse enséjo e lugar para se recordar a nobreza daquêle espírito singularmente forte, a cujos exemplos e conselhos, em horas amaríssimas, Rui e Cota tiveram o ânimo reerguido e os corações retemperados na fé e na esperança cristãs... Os mais íntimos, vale lembrar, impressionaram-se com a iniciativa, que ela tomou, de decidir Cota a recusar a homenagem de riquíssima jóia, que se lhe queria oferecer enquanto Rui era ministro : — "Minha filha, não lhe fica bem, por causa do nome de seu marido..." — Eu houvera jurado a minha mãe que, quando homem, não mediria sacrifícios em minha dedicação a Rui, testemunhando nossa gratidão pelo bem do seu cordial amparo, quando meu pai morreu. Deus quis que ela, ao despedir-se da vida, já começasse a sentir a sinceridade do meu juramento.

37 — FLORIANO

Assumindo Floriano o poder, tudo fazia acreditar-se que suas relações com Rui continuariam amistosas, como eram no Governo Provisório. Trago em refôrço desta hipótese três fatos. Um foi a

nomeação de meu cunhado, com. Fernando Dobbert, para a chefia de comissão de imigração em Lisboa. O pedido se fêz por intermédio do eng. Licurgo de Melo, irmão do alm. Custódio, ministro da marinha. Licurgo sempre foi amigo de Rui e um dos mais assíduos freqüentadores do Flamengo. Floriano, atendendo-o, sabia que se tratava de cunhado de Rui. (Duas anotações paralelas : 1.^a — Licurgo sumiu-se repentinamente, com estranheza de todos nós, desde dias antes da deflagração da revolta de setembro. Ficamos pensando, depois, que Custódio proibira as visitas do irmão, pelo receio de indiscrição, por parte de Licurgo, sobre o premeditado levante. Essa proibição, aliás, foi por este confirmada ao Tobias. 2.^a — Assim como Floriano facilmente nomeou Dobbert, assim bem depressa, o demitiu, por causa de Rui, deixando-o em dificílima situação econômica na Europa, com a família). Noutra ocasião, Rui, preocupado com a derrubada dos governadores decidiu-se a ir em pessoa ao marechal. Tomou-me no carro e fêz-se para casa dêle, no bairro de S. Cristóvão, se bem me recordo. Quando chegados fiquei eu no veículo à espera de Rui. Depois de alguma demora, ei-lo de volta, prazenteiro, a me dizer : — "Estou satisfeito." — O terceiro fato...

38 — ESTADO DE SÍTIO

O terceiro fato relaciona-se ao 10 de abril de 92. Vejamos. Eu andava com a idéia de comprar uma fazenda, dentre as que estavam hipotecadas ao Banco de Crédito Real, do cons. Francisco de Paula Mayrink, com quem sempre me entendi muito bem, o qual se achava em Caxambu. Precisava de uma carta sua para o barão de Peres, português, diretor do banco, a fim de começar a encarar praticamente a questão. Para aquela estação-de-água parti, ao encontro do cons. Mayrink (deodorista às claras), no dia 8; mas, em Cruzeiro, onde tomaria, como ainda se faz, o trem da Rêde Mineira, tais eram o movimento de tropas e a perturbação dos horários, que voltei ao Rio. No dia 9, teimando, tomei de novo, às 4 da manhã, o comboio de S. Paulo. Naquele ponto a baldeação já se fazia em ordem. Apanhei o trem para Caxambu, onde cheguei à noite, e logo encontrei-me com o banqueiro, que assim me falou : — "Que há de novo lá por baixo, meu filho?" — Sem perceber sentido oculto na pergunta, respondi que de nada sabia. E passei a tratar do meu caso. Ele me disse que eu regressasse logo e procurasse o Peres no banco, pois, indo escrever a este sobre vários assuntos, incluiria o do meu interesse. Voltei ao hotel, para aguardar o trem da manhã de 10. Nessa hospedaria Rui era muito conhecido e estimado, e quando o dono soube que eu era cunhado dêle, tôdas as facilidades se me criaram para eu ir

àquele encontro com o cons. Mayrink. Com pouco, defronto os seus dois secretários (os dois, ao mesmo tempo!), também procedentes do Rio. Um dêles chamava-se Ataíde e era totalmente calvo. E noto que evitam aproximações comigo. O Ataíde chegou a dizer-me: — "Sr. Bandeira, é melhor que se conserve afastado de nós". — Tinha um ar reticencioso, com o qual me dava a entender que eu devia interpretar a razão. Continuei, porém, a não desconfiar de nada. A 10, pela manhã, tomei o trem de volta. Já em Cruzeiro havia certa exibição de força, procurando fiscalizar o movimento das bagagens dos passageiros que desciam. Fiz indagações a um militar. Respondeu que não tinha que dar satisfações. Tomei a minha maleta, iludi a vigilância e aboletei-me no carro da Central. Quando parei no Rio, tive conhecimento da grande novidade: estado de sítio! Trepei num tilburi, que rodou para a Raiz da Serra da Tijuca, onde eu apanharia o carro da subida. Rui lá continuava em veraneio.

39 — BORDO DO AQUIDABÃ

Não posso falar daquele ponto sumamente pitoresco, sem deixar de lembrar-me da excelente vivenda dos irmãos Luís e Eugênio Honold, este enriquecido na indústria dos anúncios comerciais, pois lá eles construiram maravilhosa piscina, onde eu não me fartava de mergulhar, quando me apetecesse.¹ Mas, vamos à realidade. O homem do tilburi foi pondo-me ao par das novidades: 13 generais e muitos paisanos presos. O *Aquidabã* estava cheio dêles... Quando me defrontei com Rui, notei-o pisando em brasas: — "Prendeu, sim, os treze generais! Mas eu vou requerer *habeas-corpus!*" (Parecia que estava no seu elemento...) — No dia seguinte, 11, estou em seu escritório, não mais pensando em comprar fazenda nenhuma, quando nos aparece o maj. Jaime Benévolo, hoinem de estatura sub-média, mas de boa compleição, com defeito numa das vistas, discípulo filosófico de Benjamin Constant. À sua chegada, afastei-me até à janela, a fim de que conversassem à vontade. Fiquei pensando que seria um enviado de Floriano em serviço de sondagem. Mas, notando que os dois se mantinham com ausência de gravidade, falei: — "Dão licença para que eu participe da conversa?" — Acederam francamente. Ouvi, então, confirmada a prisão, também, do meu dileto amigo Clímaco

(1) Lembro-me dêsses banhos com a mesma emoção com que me recordo daqueles do Flamengo, porque, afinal, foram os meus melhores recreios de rapaz. Nos últimos, afoito nadador, afrontava até as marés mais iradas (as que tangiam as franjas das espumas na entrada da Rua Silveira Martins, muito próxima da praia, em ressacas ruidosas) e ia alcançar o farolzinho do recife lá adiante, para susto de Rui, que me advertia: — "Não me fiques por lá numa dessas, seu maluco!"

Barbosa e essa notícia me entristeceu bastante. E que Floriano os deportaria, a todos, para Cucuí. Assaltou-me nesse momento o desejo irreprimível de ir ver o meu amigo a bordo do *Aquidabã* e perguntei ao major Benévolo se êle me obteria autorização expressa de Floriano. Rui saltou: — “Você está louco?” — “Louco... por que?” — “Meter-se agora a bordo do *Aquidabã*!” — (Louco não estava êle para fazer o que fêz por aquêles mesmos prisioneiros...) Respondeu-me o major que sim; que eu seguisse dali com êle até ao *Itamarati*. Saímos juntos e juntos entramos em palácio. Ele deixou-me em certa dependência e penetrou mais no interior. Espiando para dentro, lobiguei o Floriano, que passava de uma para outra sala. Sem tardança, volta-me o maj. Benévolu com uma autorização firmada pelo marechal, para o comandante daquele navio. Nela estava expresso o meu nome por inteiro. Mostrei-a a Rui, que ficou estupefacto. No cais, tive dificuldade em encontrar um bote. Os botes de remadores portuguêsses daquêle tempo... Todo barqueiro que me ouvia falar em aproximar-me do navio capitânea desconversava, arrenegando. A muito instar, dizendo-me autoridade, obtive um. E lá me fui. Os prisioneiros achavam-se reunidos no grande salão da nave. Que surpresa ao me verem! Enquanto eu conversava com o Clímaco, muitos dêles passaram a rabiscar recados para suas casas. A oficialidade recebeu-me bem e portou-se nobremente. Quando tornei a terra, era como um estafeta de mensagens de tôda natureza, que tratei de fazer que chegassem aos seus destinos... muito cautelosamente, como as recebera e conduzira. Portanto — e, afinal, concluindo — no poder parecia estar alguém de quem Rui não poderia esperar o mal. Depressa, contudo, viu que se enganava...

40 — DESAFIOS À DITADURA

No *Diário de Notícias*, que era de Antônio Azeredo, Rui escreveu de 7 de março a 14 de novembro de 89, ganhando, como redator-chefe, o ordenado, a que se chamaria simbólico, de Rs. 200\$000 por mês. Deixando o Governo Provisório, Rui desejou voltar a êsse jornal, em que ainda publicou os editoriais de 29 de novembro e 23 de dezembro de 91. Passara-se o poder a Floriano, que restaurou o Congresso, infundindo confiança a Rui. Não tardaram, todavia, as deposições dos governadores que haviam prestigiado Deodoro, inclusive o da Bahia (23-11-91). Rui, tendo acabado de lavar o peito com os discursos senatoriais em defesa de sua ação ministerial, resignou ao mandato de senador; mas logo viu seu nome sustentado pelos elementos de mais prestígio da Bahia, num desafio à ditadura. Concorre ao pleito para preenchimento de sua própria vaga, vence e vai à

terra natal para agradecer a reeleição. É recebido como um triunfador, discursa, faz conferências e torna ao Rio, de ânimo restabelecido e cheio de razões para enfrentar a situação. Mas, faltava-lhe um órgão. É então que, associando-se a Joaquim Lúcio, compra por 70 contos, entrando com a maior parte, o *Jornal do Brasil*, fundado e montado por Joaquim Nabuco e Rodolfo Dantas, em prol da causa da monarquia, já extinta. Voltou a fôlha à rua, com Joaquim Lúcio na gerência e Tobias Monteiro como secretário. E começa a pena de Rui a desferir golpes de oposição, desde 21 de maio de 93. Azevedo, florianista, afasta-se prudentemente de Rui. Eu, contudo, não deixei de continuar a manter relações com o homem de Mato Grosso, que persistia em tratar-me cordialmente.

41 — 5 DE SETEMBRO

Não podia correr facilmente a vida econômica do *Jornal do Brasil*, em cujos maiores apertos o santo milagreiro era o cons. Mavrink, que a Rui jamais faltaria. Eu, já tendo criado o “Frontão” (Clube Frontão Brasileiro), que funcionava vantajosamente, contribuía de alguma forma para a receita daquela fôlha com encomendas valiosas de impressos de tôda ordem. Contudo, gozava o jornal do maior prestígio no seio da imprensa carioca, onde, nas terríveis trepidações do momento, o que mais impressionava era a assombrosa coragem de Rui, tornando-se, na imprensa, o acusador e nos tribunais o defensor em causas empolgantes de todos os dias, nas quais a ditadura se via envolvida. Nessa quadra (segunda metade de 93), eu, ainda de luto por minha mãe, perdi, inopinadamente, meu primo-gênito Raul, quando só lhe faltavam 4 dias para completar um ano. Iaiá se achava em delicadas condições de saúde e, pois, tanto por ela quanto por mim, resolvi desfazer minha casa, para passar uma temporada na Bahia. Alojei-me em espaçosa sala nos fundos do pavimento superior de uma pensão na Praia do Flamengo, de n.º 48, com viagem marcada para a manhã de 6 de setembro. As malas, que se usavam grandes, pesadonas, estavam prontas. Encarreguei o José Lucas de transportá-las até à guardamoria da Alfândega, a fim de seguirem conosco. Mas, justamente na tarde de 5, êsse dedicado amigo curtia uma de suas carraspanas, e faltou assim ao compromisso! Dei-me ao desespero. — “Onde está o José Lucas?” — Ninguém sabia. Tive que conformar-me. (No dia 6, em cima da hora, ainda poderiam ir as malas para bordo). Quando me sentia mais calmo, chamei-me o telefono. Quem seria? Era justamente aquêle que mais horror tinha em usá-lo; era Rui, a dizer-me vexado: — “Venha falar comigo aqui em casa, imediatamente!” — Que haveria com êle?, passei a pensar, enquanto corria à sua presença.

Estávamos, repito, na tarde de 5 de setembro de 93, que me traz à mente êste fato: Quando Rui voltou do exílio, foi visitá-lo seu amigo, o oculista dr. Moura Brasil, de quem ouviu esta passagem daquela ocasião: Encontrara-se êle, Moura Brasil, com o Brício Filho, um dos fanáticos de mais hierarquia entre os florianistas de paletó-saco, e lhe perguntou: — “Que há de novo?” — “Estamos procurando o Rui como agulha em palheiro...” — Mas, que se passaria com Rui, para aquêle chamado imperioso e aflitivo? — Outra recordação: quando Antônio Martins Marinhas, capitalista, amigo e cliente de Rui, lhe propôs e mesmo recomendou que comprasse a casa da Rua S. Clemente, n.º 104, Rui me mandou chamar, também pelo telefone, *com pressa* — recomendava — sem aquela aflição. Encontrei-o ao lado de Cota, e fui logo ouvindo-o. Pôs-me ao par da proposta do Marinhas. Disse-me do plano, que os dois conceberam, de adquirir-se a propriedade sem abrirem mão, de entrada, de qualquer importância. E então fixou-me com aquêle olhar ainda mais penetrante quando esperava resposta decisiva: — “Que acha você? Quero sua opinião”. — Maria Augusta aguardava minha palavra com todo o interesse estampado na fisionomia. Pensei um pouco e abri-me: — “Mestre Rui, eu, no seu caso, não comprava...” — “Por que?” — saltou minha irmã, cerrando o sobrecenho. — “Porque de Rui, não tendo comprado casa alguma, já se diz o que se diz, quanto mais quando souberem que comprou um palácio”. — (Referia-me ao maldoso boato de ter-se êle tornado dono do grande edifício do Modesto Leal, nas Laranjeiras, tendo sido eu a pessoa que lhe mostrara o pérfido anúncio, que deu motivo a uma carta sua ao *País*, datada de 5 de julho de 92).⁽¹⁾ Rui esfriou: — “Estás ouvindo, minha filha? Não foi o que te disse?” — E para mim: — “Pois, vou pensar”. — Venceria, afinal e felizmente, o desejo de Maria Augusta, que tinha aquela oportunidade como única. Comprou-se, como a história registra, a casa que é hoje um grande bem nacional, sem dinheiro algum de

(1) Um dos fatos que mais devem engrandecer a vida moral de Rui é sua recusa em aceitar o palácio que um grupo de amigos, encabeçados pelo cons. Mayrink, propôs comprar, por subscrição, para ser oferecido a meu cunhado, quando deixasse o ministério. Tratava-se da famosa *casa das Laranjeiras*, depois adquirida por Modesto Leal, e que a maledicência dava como já pertencente a Rui desde quando ministro. Narra o dr. Américo Lacombe ter ouvido de Tobias do Rêgo Monteiro, que foi minha mãe, Maria Luísa, a primeira pessoa a manifestar-se contrariamente à aceitação da oferta. E que ela, com o seu apurado bom-senso feminino, viu que a coisa não cheirava bem. Tobias transmitiu a Rui a discreta opinião de sua sogra e êste rejeitou logo o presente, cujos rumores ficaram... até hoje! Sabe-se que Tobias era auxiliar de Rui, ministro, e, assim, frequentava assiduamente o Flamengo, tendo lugar distinto à mesa da família.

entrada, numa transação que seria a maior das preocupações de Rui em seu exílio, e que talvez fracassasse se não pudesse eu arranjar, com o meu amigo e companheiro de negócios, Afonso Caminha, do *Banco Impulsor*, as primeiras parcelas que acudiriam às cláusulas das hipotecas das mesmas datas da compra.

43 — “QUE HÁ, MESTRE RUI?”

Quando Rui se via atingido por uma paralisante contrariedade, desgosto, ou angústia, anulava-se em atitude que eu já lhe conhecia: sentado, a perna direita sobre a esquerda, o tronco vergado para a frente, o cotovelo direito fincado na perna cruzada, o queixo apoiado na dextra em concha, os dedos dessa mão plantados na face direita e os olhos perdidos numa vaga visão distante. Ao depará-lo assim, quando cheguei à sua presença, percebi que grave seria o motivo do seu chamado telefônico. E falei-lhe: — “Que há, mestre Rui? Que é da minha irmã, das meninas e do pessoal desta casa?” — “Seu Carlito, não me fale... Você sabe que eu não acredito em revolução nesta terra. Isto não deve passar de boato. Mas acaba de sair daqui uma comissão de oficiais do exército e da marinha... o Sebastião Bandeira, o Retumba, o Benjamin de Melo e outros... que me veio impor a retirada imediata do Rio, para, amanhã, eu não ser colhido por uma revolta da armada. Cota e as meninas iriam para a sua casa, se você não a tivesse desmanchado. Nestas circunstâncias irão para a dos primos Jacobina”. (Tôdas elas já estavam se arrumando no pavimento superior). “Deixo tudo entregue por ora aos seus cuidados, para as devidas providências, que tomará com o nosso José Lucas e o Sérgio. Bem. Veja o carro, para partirmos”. — (Este era, já, o *landau*, que lhe fôra oferecido por amigos, e se acha na Casa de Rui Barbosa). Fiz vir o carro, ao qual os levei. Todos nós chorávamos. Qual seria o nosso destino? Quando nos reveríamos? (Só em julho de 95).

44 — CADA QUAL PARA SEU LADO

Eu tinha em mãos uma carta que Rui me encarregou de entregar ao seu compadre, o dr. José Gonçalves da Silva, na Bahia, quando lá chegasse. É aquela em que Rui jura não ter qualquer participação na revolta. Sempre de ânimo forte, expus ao Sérgio e ao José Lucas o bastante, em meios têrmos, para ficarem cônscios da grande responsabilidade da guarda daquela casa, até quando Deus quisesse, e a ambos fiz a recomendação especial de responderem, a quem quer que fôsse, que ignoravam o meu paradeiro (visto que

não sabiam do de Rui), não dando a ninguém o endereço da pensão a que já me referi. Quanto a Rui, vim a saber que nessa mesma noite saiu da casa do dr. Francisco de Castro, com o Tobias, que o não largava, em direção à rampa do antigo Mercado da Glória, para tomarem uma lancha, que dali os conduziria ao *Aquidabã*. Puseram-se lá à espera da embarcação, que não chegaria, até que resolvaram voltar à residência do amigo, desistindo do passo a que mais tarde sempre classificaria como *uma grande leviandade*. Da casa da Rua Buarque de Macedo, passaram para o asilo que se lhes ofereceu na Legação do Chile. Estou em meus aposentos, já bem tarde, meditando sobre os perigos que positivamente corriam, quando me batem à porta. Cautelosamente, tratei de reconhecer as pessoas que me vinham ao encontro, mandando que riscassem um fósforo. Tratava-se do Teixeirinha (o dr. Joaquim Pereira Teixeira) e do Freitinhos (o dr. José Augusto de Freitas), amigos e, pois insuspeitos, os quais, tendo ido à morada de Rui para avisá-lo da próxima sublevação, souberam do meu endereço, pelo Sérgio, que traíra a promessa feita a mim. Destinavam-se êles a proteger a vida de Rui, conduzindo-o a uma fazenda no interior do Estado do Rio. Respondi-lhes que em absoluto não sabia do rumo tornado por aquele a quem procuravam. Houve, nessa noite de 5, um grande espetáculo no Teatro Lírico, que se encheu de oficiais de marinha. Finda a festa, a 1 hora da madrugada de 6, dirigiram-se êles diretamente para os seus navios. Logo mais, a cidade despertava no nervosismo das sensacionais notícias. Pela manhã, ardendo em misto de inquietação e curiosidade, corri ao Antônio Azeredo, que me blaterou apoplético: — “Está vendo, seu Carlito, a desgraça a que o Rui lançou milhares de brasileiros?!” — “Quem? Rui?!!” — “Rui, sim! Ele é o grande culpado de tudo isto!” — Não poderíamos conversar. Fiz meia volta, com a alma cruciada pela injustiça, que eu previa ser universal. Rui — conspirador-mor! Rui, que nem tinha acreditado na revolução, tramada em sua absoluta ignorância! Rui, que nem do teatro dela queria ausentar-se! Santo Deus!! Conspirador, porque, das colunas de um jornal, abertamente, corajosamente, à maior luz de todos os dias, combatia, ele só, os desmandos, a opressão, a usurpação da ditadura, que haviam começado com a suprema violência das deposições de governadores, feitas por aquêles que, ávidos de posição e poder, se mascaravam de defensores da ordem... da ordem constitucional, violada, estraçalhada, destruída, contra os protestos de Rui!!! Azeredo era o índice dêles. Ainda permaneci alguns dias aqui no Rio, tratando de negócios de Rui e meus, pois agora teria de afastar-me por tempo indeterminado. E segui com minha mulher

para nossa terra, ficando lá hospedado muito cômodamente em casa do meu cunhado, o dr. Augusto César Viana, professor da Faculdade de Medicina.

45 — ENTREGUES AO SENHOR-DO-BONFIM

Logo que cheguei à Bahia, pensei em transmitir a carta de Rui ao dr. José Gonçalves da Silva, que havia sido deposto do governo do Estado. Não o conhecia, e, então, servi-me do dr. Leovigildo Filgueiras, antigo freqüentador do Flamengo, o qual, conservando-se como amigo daquêle chefe sertanejo, era, entretanto, exaltado floriano. Quando cheguei à residência do ilustre compadre de Rui,achei-o num grande alvorôço, cercado de numerosos correligionários. Filgueiras tomou-me pelo braço e conduziu-me à presença do anfítrião : — “Dr. José Gonçalves, aqui o sr. Carlos Bandeira, cunhado do cons. Rui Barbosa. Está chegando do Rio e traz dêle uma carta para o Senhor”. — O prestigioso ancião mal olhou para mim, recebeu friamente o que lhe era destinado e não sei que monossílabos murmurou, nenhuma atenção dispondo-se a dispensar-me. Nunca mais o procurei. E cuidava de iludir, no fraternal acolhimento de meu primo e cunhado, a amargura das minhas preocupações quanto a Rui, quando me aparece o Tobias. É que tinha seguido com êle para Buenos Aires e com êle tinha vindo, naquela sua esperança de tomar Maria Augusta e os filhos a bordo do *Madalena*, sem saltar no Rio, para desembarcarem na Bahia, onde calculava ficar em paz, porque nada devia. Deu-se, porém, o que se sabe : Rui viu-se forçado a ir de novo para a capital argentina, podendo agora levar tados os seus. E assim o Tobias teve que aportar, afinal, na Bahia, indo abrigar-se na mesma casa onde eu e minha mulher já estávamos acolhidos. E porque *noblesse oblige*, o excelente quarto que nós ocupávamos foi cedido a êle, enquanto passávamos para o sótão, de telha-vã. Destarte, vivíamos quase deslembados dos *consolidadores*, totalmente absorvidos com os canhões do *Aquidabã* e dos demais vasos por êste capitaneados.

46 — BRAVURA INÚTIL

Reproduzo agora, numa tentativa de ordenação cronológica, interessante história, que, quando me vi prêso, me foi contada, na Polícia Central, pelo 1.º delegado da 1.ª Delegacia (Rua do Lavradio), um bondoso baiano já de idade, de cujo nome não consigo recordar-me, e que me disse ter conhecido meu pai e o de minha mulher. Lembro-me, contudo, de que êle substituía no momento o 1.º dele-

gado, dr. Cesário de Melo. Bem se vê que a história resultou de investigação minha sobre o motivo determinante da prisão do José Lucas. O fato é que êste, apercebendo-se dos acontecimentos, entendeu de reagir a seu modo. Tomou, pois, uma gravura de Floriano, pregou-a numa das palmeiras do jardim da casa e pôs-se a fuzilá-la com balas de verdade. Isto, à mais plena luz solar! E a cada tiro um — *Viva Custódio! Morra Floriano!* — Logo e logo em frente de casa se acumulou uma multidão de circunstantes estarrecidos. Não seria preciso dizer que a inaudita cena foi de mui curta duração. E ao se ver defrontado por um esquadrão de policiais, José Lucas tratou de fechar-se por dentro, passando a tranca na porta. Os beleguins fizaram o possível para derrubá-la, mas em vão. Chamaram um carpinteiro instalado ao lado (nos baixos da casa do pianista Faulhaber), a fim de que se resolvesse o caso a serrote. O homem, sabendo de quem se tratava, negou-se: — “Pelo amor de Deus, ! porque, depois, êle (José Lucas) me apanha de jeito e ai ! de mim”. — A fôrça voltou a meter os ombros na porta, com brados de intimação para o cabra render-se. Este gritou de dentro, que ia abrir. Houve natural expectativa. E num ímpeto de fera enraivecida, eis que o valente parabano salta para a rua, empunhando uma tranca. Não se dispunha a fugir, não. Dispunha-se a vender caro a vida. Cercaram-no, então, os soldados. José Lucas rodou vigorosamente a madeira e atingiu uns tantos dos que o caçavam. A exibição tornava-se sensacional. A praia regorgitava de espectadores. O ator confirmava a fama, porém tinha, fatalmente, que acabar abatido pelo número dos perseguidores. O sangue começou a jorrar-lhe dos ferimentos; e o corpo, a macerar-se de golpes bárbaros. Agora, é um fardo inerte, que se leva arrastado, deixando na arena o vinco rubro, do que tôda uma época começava a tingir o Brasil. E assim foi parar, primeiramente, na Delegacia do Catete, onde eu um dia o encontrara detido, como já está narrado. Canudos viria dali a três anos. A amostra da raça, que lá seria extermínada pela supremacia das armas, acabava de ser dada, nas barbas do governo, pelo que em breve a pagaria na chacina oficial dos fuzilamentos em massa. A época não comportava bravuras. Nem as de Rui, nem as do José Lucas, nem, futuramente, as dos vencidos justiçados nos rincões sécos da Bahia...

47 — HORA DO SACRIFÍCIO

Acordamos um dia com êste cabograma: “Buenos Aires, 20 de novembro de 1893. — Dr. Augusto Viana. — Corredor da Vitória, 48. — Bahia. — Pedimos Carlito seguir Rio urgente tudo nosso abandono saudades. — *Cota*”. — Horas depois, formou-se grande roda, que

se pôs a comentar o caso : Artur Rios, Vergne de Abreu, Pacheco Mendes, João de Castro Rebêlo, Torquato Bahia, assim como Leovigildo Filgueiras, que não escondia seu acintoso florianismo : e todos sentiam como Tobias, que me havia dito : — “O Rui não sabe como anda aquilo por lá. Vai expô-lo à cadeia. Sua ida será uma temeridade”. — Minha situação era delicadíssima, visto que Iaiá se achava em estado de adiantada gestação. Tobias aconselhou-me a telegrafar assim ao meu cunhado : “Bahia, 21 de novembro de 1893. — Rui Barbosa. — Buenos Aires. — Minha ida Rio perigo iminente todavia fico seu dispor. — *Carlito*”. — Só consegui passar êste despatcho graças à boa-vontade do meu amigo Alfredo Parish, súdito inglês, funcionário do cabo submarino, casado com Guilhermina (Iaiá), filha de Augusto Luís Viana, meu tio, irmão de minha mãe. Não demorou a resposta : — “Buenos Aires, 21 de novembro de 1893. — Dr. Augusto Viana. — Corredor Vitória, 48 — Bahia. — Diga *Carlito* só temos apelar para êle saudades. — *Cota*.” — Tratei de embarcar sem mais hesitações. Tobias achou que eu cumpria um dever, mas, certo de que eu seria prêso, tais as notícias que lia e recebia, convenceu-se de que, depois de mim, haveria a sua vez. Parti da Bahia a 1.º de dezembro, data de aniversário de minha pobre mulher, que sofria intensamente. Despedi-me dela às 7 da manhã. Chovia torrencialmente, por mau agoiro. Levaram-me a bordo os meus cunhados Augusto e Artur. Quando o vapor inglês *Waldbalst* se afastou de terra, o meu desespôro era tamanho, que pensei em jogar-me ao mar. Entrei a cuidar de mim e de minha missão. Aquêles dois cabogramas (de que ficaram cópias na Bahia) poderiam, em meu bôlso, comprometer-me. Atirei-os às ondas, pela escotilha do camarote, metidos numa pequena lata que continha mudas de mamão-da-Índia, por mim trazidas para a chácara de S. Clemente. Aguardei o deslizar das horas e entreguei a sorte a Deus.

48 — HOMO HOMINI LUPUS

Na tarde de 4, antes do navio transpor a barra, eu recebi ordem de prisão. De fora mesmo do pôrto, dominado pela revolta, fui conduzido para a Escola Militar, na Praia Vermelha. Dali levaram-me para a Polícia Central, por instruções do gen. Costallat, comandante da escola. Acompanhado dos alunos Manuel Rabelo e Alberto Duarte, vi-me diante do cor. Valadão, a quem fui entregue com as seguintes palavras : — “O general manda apresentar a V. ex. o sr. Carlos Viana Bandeira, passageiro da Bahia. Embora nada haja contra êle é cunhado do sr. Rui Barbosa”. — Ouvindo-as, o coronel perguntou-me bruscamente : — “Onde está o sr. Tobias do Rêgo Monteiro, na

Bahia?" — Respondi-lhe sem pestanejar : — "No Hotel Paris." — O coronel, sempre exaltado, ao seu secretário : — "Mande prender o sr. Tobias do Rêgo Monteiro, no Hotel Paris, na Bahia." — E, para mim : — "Compareça aqui amanhã, ao meio dia". — Já quase 8 horas da noite, convidei para jantarem comigo aquêles dois jovens militares e mais o meu amigo do coração Bernardo Monteiro, nessa ocasião delegado, o qual ficou pasmo quando deu comigo naquela situação. Bernardo Monteiro era também sincero amigo de Rui e parente de Belisário de Sousa. Durante o jantar, os dois alunos, môços como eu, apostaram que eu não seria preso e autorizaram-me a apelar para êles se tal acontecesse, o que tomei por simples gentileza. Mas, vamos ao principal.

49 — SOPÉ DE UM GÓLGOTA

O endereço que indiquei, de Tobias, dizendo-o no Hotel Paris, foi um mal refletido estratagema para salvá-lo, dando-lhe tempo à fuga. O fato é que meu cunhado Augusto César Viana iria passar o verão no arrabalde do Rio Vermelho, de onde Tobias se removeu para a casa de um comerciante, de nome Alfredo Mota, com quem fizera relações amistosas. No dia 5, às 12 horas, compareci à chefia de polícia, atendendo à intimação do cor. Valadão. Ia tranqüilo, tanto mais que, ao amanhecer, procurei o Antônio Azeredo para aconselhar-me sobre a atitude que devia tomar. Esse amigo, depois de receber-me com quatro pedras na mão contra Rui, considerou friamente que, se houvesse ordem de prender-me, já o teriam feito desde a véspera; contudo, iria à presença do mar. Floriano. Que eu o aguardasse, portanto, às 11 horas, na polícia. De fato, apareceu-me a tempo e foi logo abrindo-se : — "Acabo de estar com o marechal, tendo falado a seu respeito. Dêle ouvi o seguinte : — Não hei de vigar-me dos meus inimigos, na pessoa dos seus parentes". — Daí julgar Azeredo que eu não seria molestado, mas que devia apresentar-me ao cor. Valadão. E despediu-se de mim, oferecendo-me novos préstimos. Continuei esperando o homem dos seis galões, que não aprecia. Por três ou quatro vezes, saí para tomar café. Às 3 da tarde, chegou o coronel e imediatamente mandou chamar-me. Recebeu-me, então, de maneira violenta : — "O sr. é um mentiroso!" — "Mentiroso... não!", arrisquei. — "Mentiroso, sim! Diga o nome e a moradia de seu cunhado, na Bahia!" — Hesitei. Passava-me pela mente a idéia de continuar a "restrição mental"; mas, refletindo melhor, respondi com firmeza : — "Dr. Augusto César Viana, Rua Corredor da Vitória, n.º 48; porém, neste momento, deve estar no Rio Vermelho". — "Em algum lugar?" — "Isto não sei", acudi. — Reproduziu-se a

cena da noite anterior : — “Mande prender o sr. Tobias do Rêgo Monteiro, na Bahia, em casa do dr. Augusto César Viana!” — Respirou e prosseguiu : — “Conduzam o sr. Carlos Viana Bandeira para a 1.^a Delegacia Auxiliar, onde deve ficar detido!” — Tive ímpetos de protestar contra a grosseria e a prepotência daquêle homem a encarnar um poder supremo; mas isto seria de graves consequências imprevisíveis, como aconteceu com o nosso dedicado amigo dr. Joaquim Pereira Teixeira, que, tendo revidado a semelhantes brutalidades, foi ameaçado de punição severa. — “Está bem”, repliquei, sopitando tôda a minha indignação. Logo depois, penetrou na sala o maj. Carlos Nunes de Aguiar, amigo íntimo de Rui. Não me dirigi a êle, por cautela. Saberia, posteriormente, que êste também me tinha em conta de maluco, por ter vindo da Bahia.

50 — PASSOS DA ESCALADA

Na 1.^a Delegacia Auxiliar encontrei oito detidos. Dispunhamos os nove, para a dormida, tão somente da mobília ali existente : 8 cadeiras e 1 sofá. Todos aguardavam inquirição, para terem o devido destino. Estranharam os oito a minha presença, e, após examinarem as fotografias que se encontravam sobre a mesa do delegado, indagaram-me : — “Por que está preso ? — Como refém do meu cunhado Rui Barbosa”, retruquei. — Todos, então, me abraçaram, tratando-me como companheiro de infortúnio. E um dêles : — “Imagine que êsses canalhas disseram que o senhor era ladrão de charutos. Por isto procuramos vê-lo num daquêles retratos de fichados da Polícia, a fim de protestarmos contra a sua inclusão entre nós. Miseráveis!” — Realmente, eu havia trazido da Bahia vinte caixas de bons charutos Danemann, para distribuir entre amigos. (“Bandeirinha, você vai levar charutos para a polícia fumar”, avisara-me lá o Tobias). Sem os cabogramas com que eu mostraria ter vindo para servir a Rui, entra-me na 1.^a Delegacia Auxiliar o dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, que tinha sido intimado a prestar declarações. Pensando eu, naturalmente, que sua presença era por minha causa, marchei para êle em atitude expansiva. Qual não foi, porém, a minha decepção ao vê-lo afastar-se de mim e exclamar irritadíssimo : — “O sr. é um leviano!” — Tinha-me êle, sem dúvida, em conta de maluco. Parecia-lhe um louco desafio meu, ao governo, a minha vinda ao Rio em tal ocasião. — “Está bem!” — respondi-lhe, tudo comprendendo e nada podendo explicar.

51 — PRESO... PORQUE ESTAVA SÔLTO

Tobias não tardou a ser preso em casa do comerciante Alfredo Mota, onde a polícia acabou encontrando-o. Dali viu-se conduzido para o quartel do exército no Forte-de-S. Pedro. Requereu ordem de *habeas-corpus*, que lhe foi concedido pelo Tribunal de Relação da Bahia, sob a presidência do des. Luís Viana, futuro governador do Estado. Isto, porém, nada lhe adiantou, porquanto veio, escoltado, para o Rio de Janeiro, sendo recolhido à Casa de Correção. Foragido, seu crime era o de ser um dos amigos de Rui, também dos quais Floriano não se serviria em sua vingança... Fui ali encontrá-lo na 8.^a galeria, quando me transferiram da Detenção: eu, no cubículo n.^o 91 e ele no de n.^o 92. Quantas vezes o guarda, camarada, abriu as nossas grades para que conversássemos à vontade... E quantas outras consideramos a nossa triste situação de pobres refens, inofensivos e fracos... Dir-se-á que eu arrastei Tobias, como ele pressentira; mas, analisando-se bem os fatos, ver-se-á que, se eu não tivesse vindo ao Rio, ou não sofreria cadeia, ou antes de mim ele é que seria colhido, porque ele é que estava no index, com o seu nome por extenso.

52 — VIDA PREGRESSA

Para os *consolidadores* fazerem comigo o que fizeram, pouco se lhes dava que fôsse eu um môço, chefe de família, socialmente bem classificado, de todo voltado para o trabalho honesto e sem qualquer indício de periculosidade. Pouco se lhes dava, se agiam por amor à ordem e por patriotismo... (É uma beleza, entre nós, o patriotismo dos que gozam as graças do poder, os sorrisos da fôrça e os favores do tesouro! É um patriotismo de que se saem sempre incólumes e bem nutridos, pois não é?) Qual era o meu passado? Ao tempo da minha prisão, aos 23 anos de idade, já contava o número de três empreendimentos de minha iniciativa. O primeiro foi o Banco Impulsor, no qual tive o concurso dos capitalistas Afonso Caminha Pereira da Silva, meu amigo particular, cons. Mata Machado e cons. Francisco de Paula Mayrink. O segundo foi o Frontão, cuja história deixo para depois. O terceiro, o Banco Vitalício do Brasil, com carteira de seguros de vida, tendo também Rui na presidência, o dr. Jacobina como diretor-tesoureiro e, ainda mais: Ângelo Ramires, o idealizador da empresa, na gerência; eu, como sub-gerente, com a remuneração mensal de Rs. 1:000\$000; meu irmão Alfredo, guarda-livros; Zimermann, atuário de seguros. Conselho-fiscal: dr. José de Barros Pimentel, dr. Silvio Romero e maj. Carlos Nunes de Aguiar. Participávamos

dêsse instituto de crédito, como maiores acionistas, o cons. Mayrink e eu. O capital era de R\$ 5.000:000\$000, sendo a primeira chamada de 10%. Jacobina, se me não engano, subscreveu 300:000\$000. Levei o capital na praça até o limite de 4.000 contos. O cons. Mayrink, com quem eu sempre contava, assegurou-me que o restante seria coberto pelo seu Banco de Crédito Real, dando-me neste sentido um *memorandum* expresso. Agora, um episódio correlativo: Quando eu estava organizando esse banco, Rui adoeceu gravemente de febre tifoide. Tendo-se apelado para seu médico, dr. João Paulo de Carvalho, este não pôde vir vê-lo, por estar de cama. Tobias lembrou, então, que se chamasse o dr. Francisco de Castro, com o que Rui concordou. E ficaram os grandes amigos, um do outro, que a história registra.

53 — BANCO VITALÍCIO DO BRASIL

Estando organizado o Banco Vitalício do Brasil com todas as formalidades da lei, parti para a Bahia, indo a casar-me. De lá seguiria rumo à Europa, em viagem de núpcias, da qual minha cunhada Ziu tomaria parte. Quando me dispunha a comprar as passagens, recebi telegrama de Rui, reclamando minha presença *com toda a urgência*, sem mais explicações. Eu e Iaiá, com tia Elisa e Ziu embarcamos, pois, com destino ao Rio, ficando para depois a excursão pelo Velho Mundo. Para o dia de S. Nunca. Rui foi receber-nos a bordo, estando a seu lado, entre outros, o José do Patrocínio, que ainda sustentava ter Deus acendido um vulcão na cabeça do meu cunhado. Apanhando-me a jeito, Rui explicou-se: Jacobina lhe dissera o seguinte, tomado de pavor: — “*Seu* Rui, estamos direitinho nas grades do xadrez!” — O caso dizia com a integralização do capital do banco. Eu caí das nuvens. Pois, não bastava o compromisso formal do cons. Mayrink! Não estava, assim, o completivo do capital nos cofres do Banco de Crédito Real, à disposição do Vitalício?! Os meus argumentos acabaram tranquilizando a Rui e mesmo Jacobina. Mas, minha contrariedade foi tamanha, que não quis saber mais de nada e entrei a desfazer tudo, dando a cada qual a sua parte, a começar pelo próprio Jacobina, e ficando com o prejuízo de 50 contos, relativos às despesas da instalação. O cons. Mayrink, aprovando minha resolução, arcou também com uma parcela das perdas, menor do que a minha. A mobília da gerência do banco, deu-a de presente a Rui, que a aproveitou em seu escritório da Rua do Rosário. Há uma carta de Rui a Jacobina, que atesta atitude irrevergível, que foi minha, cujo propósito era o de restituir-se, como se restituíu, a quota de capital aos acionistas, sem prejuízo para nin-

guém, correndo, como está dito, as despesas já feitas, por minha conta e a do cons. Mayrink. Ei-la :

"10 de novembro de 1891.

Meu caro Jacobina.

Como a reunião de hoje é de amigos, sobre cujo voto não pode haver dúvida, uma vez que a idéia proposta é a única solução possível, — peço-lhe que me releve a ausência, forçada por embargos imperiosos, e dê-me por presente, aprovando o que V.V. deliberarem.

Recomendações à Prima Chiquinha.

Seu primo e amigo

RUI".

(Mocidade e Exílio, *S. Paulo*, 1934, pág. 162.)

54 — CLUBE FRONTÃO BRASILEIRO

Do Frontão, que sempre navegou de vento-em-pôpa, mas entrou a regredir por uma série de razões, preponderando entre elas a da minha ausência na Bahia, seguida dos meses de cadeia que sofri, — direi o seguinte. Foi-me apresentado, por amigo comum, o cidadão argentino Bernardino Sancifrian, chegado de Buenos Aires com a deliberação de explorar, aqui no Rio de Janeiro, o jôgo-da-pela denominado "frontão", esporte muito atraente e bastante apreciado na Espanha, onde concorria com as touradas, e já transplantado com sucesso para a república platina. Aceitei em princípio a possibilidade de organizar uma empréssia, se a lei o permitisse. Assim foi que se fundou o Clube Frontão Brasileiro, instituição recreativa, com os seus estatutos e regimento aprovados por ato do chefe de Polícia, em 1.º de outubro de 1892. Montou-se o clube na Praça da República, n.º 51 (antigo), onde foram levantadas as instalações do *Frontão*, como era geralmente chamado e cuja construção atingiu a mais de 200 contos de réis. Entre os grandes acionistas eu era o principal e de um lote das minhas ações *ao portador* fiz presente a Rui. Passo a expor os nomes dos responsáveis pela novidade, para demonstrar quão distante era ela de coisa que parecesse feita para explorar indignamente o povo : presidente, deputado José L. de Almeida Nogueira; vice-presidente, maj. Carlos Nunes de Aguiar; Secretário, Tobias do Rêgo Monteiro; tesoureiro, Carlos Viana Bandeira; diretor-técnico, dr. Duncan L. Wagner; diretores : des. José Joaquim de Palma e dr. José Pinto de Sousa Dantas. Conselho-fiscal : senador Raulino Horn, maj. Afonso Artur Borges Leal, deputado

Fernando M. Simas. Sócios efetivos : deputado José L. de Almeida Nogueira, maj. Carlos Nunes de Aguiar, Tobias do Rêgo Monteiro, Carlos Viana Bandeira, dr. Duncan Wagner, dr. Andres W. Wagner, dr. José Pinto de Sousa Dantas, com. Artur Ferreira Torres (banqueiro), senador Raulino Horn, maj. Afonso Artur Borges Leal, deputado Fernando M. Simas, deputado Antônio Azeredo, senador Manuel Vitorino Pereira, deputado Artur César Rios, dr. João Luís Viana, dr. Leovigildo Filgueiras, dr. Clímaco Barbosa, com. Fernando G. Dobbert (corretor de fundos), Fernando A. B. Dobbert, Fernando Pedro Monteiro de Sousa, José Leopoldo Modesto Leal (banqueiro), Leopoldo Gianelli, Pedro Martins da Rocha, dr. Manuel Caetano de Oliveira Passos, des. José Joaquim de Palma, dr. Aristides Milton, Alfredo Viana Bandeira, dr. Juan C. Uranga, Bernardino Sancifrian, Manuel Joaquim da Silva Júnior e Luís Galves.

55 — ESPORTE, E NÃO JÔGO

O negócio foi dando excelente resultado. Por isto mesmo surgiu logo contra o Frontão uma campanha difamatória acompanhada de ameaças, visando a convencer os clubes de corridas desta capital de que as sociedades desportivas do jôgo-da-pela eram adversárias do hipismo. Diante da tremenda pressão, foi votada a lei municipal n.º 139, de 1.º de janeiro de 1895, dispondo que: "Os estabelecimentos denominados Frontões só poderão funcionar aos domingos, do meio-dia em diante, pagando cada um a licença de 50:000\$000 anualmente, por semestres adiantados." Requeriu então o Clube Frontão Brasileiro, e lhe foi concedido, mandado de manutenção, o mesmo tendo feito a Companhia de Frontões Nacionais, proprietária do Frontão do Rio, a qual dirigiu também um memorial ao Conselho Municipal do Distrito Federal, ilustrado por pareceres de eminentes jurisconsultos, inclusive o cons. dr. João Batista Pereira, provando que o jôgo denominado *pelota* não entrava na classe dos jogos proibidos. Neste sentido corroboraram. A. Ferreira Viana e João Barbalho de Uchoa Cavalcanti. A justiça brasileira firmou, afinal, o princípio de que o jôgo-da-pelota deve ser tido como desporto, nos moldes do de corrida-de-cavalo, e jamais como jôgo-de-azar. A campanha foi árdua. Tive, porém, o escrúpulo de não envolver nela o nome de Rui, mormente porque se tratava de *ser ou não ser jôgo*. Nem para advogado da empresa eu o convidei. Dêle há, apenas, um parecer de jurisconsulto, dado à Companhia Frontões Paulistas, no qual asinou, naquele sentido de desporto, com as seguintes autoridades : Visconde de Ouro-Prêto, João Barbalho, Ferreira Viana, Batista Pereira, em favor da Companhia Frontões Na-

cionais; e Lafaytte, Ouro-Prêto, Silva Costa, Bush Varela, Andrade Figueira, Eduardo Ramos, Benedito Valadares, Sancho Pimentel, Melo Matos, Paulo Ramos Júnior, Brasílio Machado, Alcântara Machado, Leovigildo Filgueiras, Severino Prestes, Duarte de Azevedo, Pedro Lessa, João Mendes, João Monteiro, Oliveira Escorel, Martins Júnior, Gaspar Drummond e Geminiano Brasil, em favor da Companhia Frontões Paulistas. O advogado de nossa emprêsa foi o dr. Sancho de Barros Pimentel. E Rui dela nunca tomou conhecimento, só sendo seu acionista, não com o seu dinheiro, mas pelo presente, que lhe fiz, de um lote de ações *ao portador*. Fique isto claro, uma vez por tôdas. Nem era jôgo, nem monopólio de jôgo, como se chegou a afirmar de má-fé, ou ainda se poderá dizer, levianamente. Aqui no Rio funcionavam três frontões: o da Praça da República, de nossa responsabilidade; o da Rua Silveira Martins e o da Rua do Lavradio. Havia mais dois, no Brasil: um em S. Paulo e outro em Niterói; e creio que se fundou um terceiro, na Bahia. Cada qual dêles era de emprêsa distinta, sem ligações com qualquer das outras.

56 — PROSSEGUE A *VIA CRUCIS*

Voltemos, agora, à minha *via crucis*. Da 1.^a Delegacia de Polícia, onde eu fôra ter por iniciativa do gen. Costallat (aquele que, no momento da prisão, me dissera mansamente: — “Não tenha receio. Aqui não se andam trucidando mulheres nem crianças...”, o que era, certamente, alusão a palavras de Rui em Buenos Aires), conduziram-me para a Detenção, pondo-se-me desde logo entre desordeiros, bêbados e ladrões, que me receberam com as suas chufas, por me suporem de sua laia. Dormíamos em esteiras ao chão. A privada era dentro do mesmo espaço. Sobre ela, a torneira de água, que nos servia para todos os fins. Nesse ambiente apanhei sem demora febre tifóide, e fui assim removido para a enfermaria do estabelecimento. Mal restabelecido, levaram-me dali para a já conhecida Polícia Central, no Lavradio, em cujas grades fui pôsto, na horrível promiscuidade que eu já não podia estranhar. Requisitou-me, então, — pois não se sabia ao certo às ordens de quem eu estava, — a 1.^a Delegacia (esta e a 2.^a no mesmo edifício), onde passei a gozar de regalias e a ter, quanto à alimentação, um excelente tratamento: ia livremente da 1.^a à 2.^a e participava das iguarias de que se fartavam desde o cor. Valadão até o mais ínfimo funcionário, sendo tudo fornecido por um hotel das proximidades (não sei quê *Federal*), cujo nome não guardo bem. Que mesas, que banquetinges diárias eram servidos num salão da parte térrea da casa! Chegavam os charutos até para mim (que os passava a terceiros), na minha vez de fartar-

-me. É que eu, o benjamim dos encarcerados, dando-me com todos, podia ser apontado como o exemplo mais frisante das arbitrariedades de então, visto sofrer só pela culpa de ser “cunhado do sr. Rui Barbosa”; e dêste modo, para todos aquêles que não viviam mergulhados no ódio, infundia digo mesmo compaixão; e daí o rirem e o brincarem comigo, permitindo-se-me as regalias e propiciando-me os bons repastos. Ademais, era o 2.º delegado o dr. Dutra, que várias vezes tinha sido chamado à casa de Rui, no Flamengo, por sua profissão de médico. Condóeu-se êle de me ver ali no deplorável estado físico em que me deixara a febre tifóide. E passando a dispensar-me especial e generosa atenção, enquanto era, aliás, severíssimo para com os presos comuns, não precisei de mais nada para incidir nas graças dos habitantes daquele pequeno purgatório. (Bondoso dr. Dutra, Deus te tenha a Seu lado! Ainda me lembro daquele gesto que tanto me impressionou, quando me chamaste à tua carteira, abriste um gavetão cheio de papéis amontoados e me disseste: — “Está vendo? São cartas anônimas contra os portuguêses, para que Floriano os mande enforcar. Veja se é possível!”)

57 — OUTROS ATORMENTADOS

Nessa ocasião, apareceram-me, presos, o arquiteto Januzzi, de quem falarei mais adiante; o Paulo Couto, a quem também voltarei; o dr. Alfredo Valdetaro, de quem me acerquei, ficando seu amigo, como diria em carta a Rui; o Hipólito Alves de Araújo; um senhor idoso, gerente ou coisa que valha da firma Norton Megaw (agente de navios), chamado se bem me lembro Carlos Caldas e acusado de facilitar correspondência entre conspiradores; e mais uns poucos, de cujos nomes com esforço acabaria recordando-me. Januzzi, não se mostrava poltrão. De punhos cerrados a voz quase tonitroante, ameaçava de fazer virem para a frente da delegacia uns 300 homens às suas ordens. (Ainda estou em dúvida sobre se seriam operários seus, ou marujos da nave italiana, de fogos acesos na Guanabara, entre outras.) Acalmei-o o mais que pude, e quando o sangue se lhe esfriou, o nosso homem, associando lá umas tantas idéias, recordou-se de que era credor de muitos contos de réis, por obras feitas na casa de S. Clemente; e passou a azucrinar-me a paciência, para que eu concorresse em prol da breve liquidação do seu haver. Já contava uns dois meses na boa vida da 1.ª Delegacia, quando, com tôda essa gente recém-chegada, me vi tocado para o Quartel-General do Exército, onde se decidiria, de plano, o destino de cada qual, que tanto podia ser a liberdade imediata (tanta gente a comer!)

como o fusilamento sumário e em segredo, de preferência na Ilha das Enxadas (dos *Comblains* é que ela era), ao que tanto se sabia. Procedeu-se à chamada dos presentes, em formalidade atemorizante, e quando se bradou pausadamente *Carlos... Viana...*, o homem da Norton Megaw, isto é, Caldas, sem esperar pelo sobrenome, que era meu, caíu redondamente para traz, e custou a refazer-se. Afinal, partimos para o casarão do Campo de Santana, onde permanecemos até às 9 da noite. Recordo-me da exclamação do Paulo Couto, o antigo secretário de Rui, ministro: — “É verdade! Eu, preso, neste mesmo salão onde fiz o Alvim ministro do Interior!” (*Sic* e sem comentários, a não ser que ele se dirigia a mim e estava perfeitamente lúcido.) A turma tornou à 1.^a Delegacia sem condenado algum à morte. No momento da partida, vimo-nos à frente de um degradante carro de presos. — Que é isto?!” — bradei em atitude de insubmissão, no que, aliás, era único e contumaz. — “Não entro! Não tomo isto!” E vou falar ao dr. Dutra!” Decidia-me assim a voltar para dentro, quando se resolveu que podíamos seguir de carruagem, mas às nossas expensas. Enchemos, então, umas vitórias e deste modo alcançamos a bastilha da Rua Frei Caneca. Coube-me aí a 6.^a galeria, considerada como a dos insubordinados.

58 — DISPENSOU-SE A CRUCIFICAÇÃO

A comida ia-nos em enorme taboleiro que, com grande ruído característico, transitava arrastado pelo chão. E parava diante de cada célula, para a distribuição das marmítas. Os talheres, repugnantes, eram os dos sentenciados. Invariavelmente: sôpa, feijão e picadinho. Um cubo para os dejetos de todos. Pela manhã, levavam-no para fora das grades e com pouco se restituía vazio, mas sempre infecto, ao seu lugar. Dormia-se em catres de madeira, sendo também de pau os travesseiros do uso dos sentenciados. Foi-me permitido comprar colchão e travesseiro de palha. Nessa situação, veio à minha presença o cons. Silva Costa, que, suspeito por ser monarquista, havia sido preso como conspirador e pôsto na 8.^a galeria, onde gozava de condescendências, inclusive a de poder passear pelo jardim da casa. Expôs-me ele que obtivera permissão para falar-me, e por isto lhe abriram a grade da 6.^a. E segredou-me: — “Olhe, vou dar-lhe uma notícia. Dizem que estou para ser solto. Se fôr... já pedi ao diretor o meu cubículo para você”. (Grande e santa alma! Como é que se mete na cadeia um homem desses!!) — Eis de que modo fui ocupar o cubículo n.^o 91 da 8.^a, onde passei a ter por vizinho o Tobias. Aí recebi um bilhete do José Lucas, cheio de desafetos ao mar. Floriano, com o pedido de algum dinheiro para cigarros. Man-

dei-lhe quanto me era possível (Rs. 50\$000) e fiz o seu escrito em mil pedacinhos. O desgraçado se achava na prisão comum, um grande salão por cima da 8.^a (Nunca mais me daria êle sinal de si.) E um belo dia vi-me sólto: 23 de julho de 94. Contava 7 meses e 19 datas de cadeia! Fiquei devendo o milagre ao cor. Vieirinha, funcionário do Tesouro, o qual se movimentou por minha causa, cedendo aos rogos de meu irmão Alfredo e mais ainda de sua mulher, a boníssima Chiquinha, que com êle se davam.

59 — LIBERDADE

Eu estava sem vintém. Procurando reatar relações, notava que alguns dos velhos conhecidos se esquivavam. (Deus do Céu, como há de tudo, neste mundo, quanto a almas e corações, coragem e poltroniceira! Não perderei tempo convosco, pobres diabos...) Do Frontão já nada podia esperar, pois nêle era apenas o acionista com portas fechadas na administração. Ainda bem que suas ações gozavam de boa cotação, e isto me consolou. Nem estava para questões. Fiquei morando na casa de S. Clemente, pronta para receber seus donos e à guarda do meu primo Juca e do cozinheiro Sérgio. Voltei à corretagem. Fui recuperando aos poucos o terreno perdido. As primeiras "tacadas", supri-me de recursos para ir à Bahia, como ardente desejava, é claro. Com que emoção, com que excessos de transbordamentos íntimos recebi nos braços o meu filho Carlos, bem tenrozinho! Nem saberia descrever os transportes de felicidade ao envolver, num primeiro amplexo de desordenada emoção, a menina que era minha mulher, a cujo martírio, muito maior do que o meu, o generoso Deus pusera têrmo. Tornei ao Rio sem ela. Aproveitei bem os ensejos de outras boas "tacadas". Fiz-me de novo para a Bahia. Voltei ao Rio. Regressei à Bahia. Aqui, os interesses, as fontes de recursos; lá, o sentimento, as alegrias, a felicidade. Mas o pensamento continuava-me voltado para Londres, na saudade de Cota e de Rui, com quem já me pusera em assídua correspondência.

60 — DO RIO AO TÂMISA

E êle? Que passos deu Rui, do Rio ao Tâmisa? Seus biógrafos, a êste respeito, deixam tudo a desejar: Buenos Aires, Lisboa, Londres... E as datas? E os estágios? Não é a vida de Rui assunto histórico, em que elas precisam ser completas e definitivas? Pois venha sobre isto o roteiro a seguir, que reputo fiel e cuja minúcia não será facilmente excedida. Tem-se como certo que, de 5 para 7 de setembro de 93, Rui dormiu na casa do dr. Francisco de Castro, à

Rua Buarque de Macedo. De 7 para 12, pernoitou na Legação do Chile, em Santa Teresa, assim como o Tobias. De 12 a 20, viajou a bordo do *Madalena*. De 20 a 28, permaneceu em Buenos Aires, onde publicou o célebre manifesto em que se declara desligado da vida pública em seu país, acreditando poder regressar e viver pacificamente na Bahia, até o fim da revolução. De 28 de setembro a 3 de outubro, Rui e Tobias estiveram de novo a bordo do *Madalena*, em sua viagem de regresso ao norte. Cota e as crianças tomariam o mesmo navio e iriam todos saltar na Bahia. Mas há nisto, ao que se descobre em tempo, um grande perigo para Rui. Transporta-se êle, então, para bordo do *Aquidabã*, e neste dorme de 3 a 6 de outubro. Nessa data, vai tomar, fora da barra, o vapor *Galicia*, onde já haviam embarcado Cota e filhos com o rumo de Buenos Aires. Tobias continuou no *Madalena*, indo desembarcar na velha metrópole de Todos-os-Santos. A 18 de outubro, sem as demoras da quarentena sofrida por êsse transatlântico, em setembro, Rui e os seus aportaram na capital platina. Lá estêve até 20 de março de 94, quando partiu para Lisboa, em viagem direta, pelo italiano *Ligúria*. Na capital portuguêsa permaneceu de 11 de abril a 27 de junho, quando, obrigado a deixar o país, rumou para a Inglaterra. Está, assim, em Madrid de 28 a 30 dêsse mês. Demora-se em Paris de 2 a 20 de julho. E nessa última data chega a Londres. (Dados conhecidos e notas particulares do próprio Rui, hoje guardadas na *Casa* de seu nome.)

61 — DIVINA PROTEÇÃO

Mas, que aconteceria a Rui se êle tivesse seguido no *Madalena* para sua terra? Seria preso? Seria trucidado? Há, conhecido, êste telegrama do Rio para o gen. Galvão de Queirós, comandante do Distrito Militar na Bahia, pelo qual se vê quanto foi iludida a vigilância ditatorial do Rio de Janeiro: "Partiu hoje vapor *Madalena* levando Rui Barbosa. Esperai-o vigilante. Fazei-o prender e recolha prisão militar segura e bem guardada, não atendendo reclamação autoridade seja qual fôr." Mas, paralelamente, há, inédita, esta importante carta daquele general, constante da correspondência de Rui, na *Casa* que guarda seu arquivo:

GABINETE do Comando do 6.^º Distrito Militar e de tôdas as fôrças em operações no Estado do Rio Grande do Sul

Pelotas, 3 de setembro de 1895.

Exmo. Sr. Conselheiro Rui Barbosa.

Estas palavras que vos dirijo hoje não significam uma retratação, não são uma desculpa nem importam em esfôrço para

uma reconciliação entre aquêle a quem as dirijo e o ex-comandante do 3.º Distrito militar, incumbido de prendê-lo pelo Governo do Marechal Floriano Peixoto. Elas traduzem simples e sinceramente um sentimento de gratidão que vos tributo e a admiração que sempre desperta aquêle que elevado pelo seus talentos e virtudes cívicas se destaca dentre seus concidadãos.

Não tenho necessidade de reconciliar-me convosco de quem nunca me afastei, a quem sempre rendi a mais subida homenagem de respeito e consideração e por quem teria me exposto às mais rigorosas penas para não ter o dissabor de prender nas águas da Bahia, quando isso me era ordenado. Aí está o Dr. Presidente do Senado que vos dará testemunho da minha resolução de vos mandar seguir no *Madalena* para a Europa, se nêle vos encontrasse, quando vos procurei, não para prender e sim para impedir que saltando à terra podesseis conflagrar o Estado cuja tranqüilidade e ordem me estavam confiadas. Na Bahia existe ainda o mesmo Governador Dr. Rodrigues Lima que também teve ciência prévia do que pretendia eu fazer dirigindo-me ao *Madalena* naquela ocasião, pois tive o cuidado de tomar antecipadamente êstes dois cidadãos para darem mais tarde testemunho dos meus intuitos, quando ao invés de coníilar a vossa prisão aos meus comandados, como me cumpria fazer, fui em pessoa cumprir a ordem do Marechal.

Como baiano, como um dos brasileiros que durante as manifestações que recebestes na vossa última visita à Bahia, manifestou-vos sua admiração e o seu orgulho por contar-vos entre seus concidadãos, não podia, não devia, não queria prender-vos no pôrto da Bahia. Fôssem quais fôssem as consequências, declarei ao Dr. Manuel Vitorino e Rodrigues Lima, vos faria seguir para a Europa não permitindo sómente que saltásseis. Isso só o faria tratando-se do Dr. Rui Barbosa, que, vos digo, me deve mais por êsse fato do que pelo mais importante serviço prestado por gratidão de qualquer gênero.

Assim, não é a minha carta uma reconciliação nem uma desculpa à vista da declaração que fizestes de que não éreis suspeito, tratando-se de minha pessoa no Senado.

Também não é uma retratação, pois, deveis vos recordar que no meu Quartel General na Bahia quando me destes a honra de uma visita, disse-vos mais do que hoje me confesso penhorado pela defesa que fizestes dos meus atos. Aceitai, pois, os meus protestos de gratidão.

Com tôda consideração e estima, sou vosso patrício e admor

INOCÊNCIO GALVÃO

Admitamos a sinceridade dessa missiva e não deixemos, por outro lado, de admitir a possibilidade do trucidamento de Rui, no pôrto baiano, pelos agentes florianistas, que daqui seguiram, disfarçados, no *Madalena*. E, então, perguntemos ainda: o gen. Galvão evitaria o trucidamento? O gen. Galvão teria, afinal, o topete de faltar, como pensava, ao cumprimento de ordem emanada de Floriano? Só Deus sabe o que haveria acontecido a Rui, e Ele o escondeu com a sua divina proteção. Esta é que é a verdade em tudo isso.

62 — O BOM POVO BAIANO

Achava-me na Bahia, e já era, a meu lado, sabedor da data do regresso de Rui ao Brasil, quando recebi telegrama do dr. Jacobina, confirmativo. Encontrava-se no governo do Estado o dr. Rodrigues Lima, amigo de Rui. Chegado o *Madalena* a 22 de julho de 1895, no pôrto da capital baiana, houve como que um festivo feriado nacional, tão expontânea e imponente foi a manifestação do povo e das autoridades, ao receberem o que chegava da dolorosa expatriação. Rui, abatido e emocionado em excesso, abraçou os amigos em casa do meu cunhado Augusto Viana, no Corredor da Vitória, n.º 48, onde eu e Iaiá ainda permanecíamos. Maria Augusta, emagrecida, não sabia disfarçar a extrema felicidade íntima. Não há mal que sempre dure... Eu não pode conversar com o meu cunhado, já pela minha própria comoção, já porque Ele não chegava para os que desejavam cumprimentá-lo. Ali estava o escol da Bahia social e política, com as naturais omissões do despeito ou do ódio; e, nas ruas, palpitava o bom povo baiano, possuído de intenso júbilo. No mesmo paquete, Rui e os seus prosseguiram viagem para o Rio. Fiquei em nossa terra. Aqui, faltava-nos casa e já éramos cinco ou seis: pai, mãe, duas criancinhas (Carlos e Rui) e uma ou duas domésticas, que haveríamos de trazer. Ademais, eu estava pleiteando, com certa esperança, uma concessão de bondes, entre as Cidades Alta e Baixa, pela Ladeira da Montanha.

63 — LADO A LADO, NOVAMENTE

Não demorei em vir fixar-me definitivamente no Rio. O próprio Rui, interessado nisto, fêz procurar-se uma residência, que me conviesse, perto dêle. Deste modo, foi que me instalei na mesma Rua S. Clemente n.º 46, perto da praia. Continuei freqüentando a Bolsa, onde meu nome permanecia em evidência; mas encarava todas as possibilidades de negócios, que me aparecessem. E tinha o meu

círculo de entendimentos. Dêste, o que não se contentava com os encontros de rua era o José do Patrocínio, que ia sempre à minha morada. Conversava muito, encaixado cômodamente numa poltrona, com uma das pernas estirada sobre cadeira leve. É que nela êle trazia bem velha úlcera. Dizia que havia de viver com a sua chaga, pois o médico afirmava que, se esta fechasse, êle morreria. O que o *José do Pato* queria é que eu fôsse gerente da *Cidade do Rio*. Metera-se-lhe na telha, que *eu sabia onde estava o dinheiro*. Dinheiro... o cruciante problema da fôlha, a todo instante, apesar do talento do homem. (Não conhecem o caso ou a anedota? Em certa manhã, entrou pela redação um senhor, propondo anúncio urgente e em letras gordas. O pessoal envolveu-o. Redigiu-se o anúncio: Da rua tal, número tanto, desaparecera um cãozinho de estimação, côr assim, pêlo, patas, cauda, focinho e orelha assim e assim... Atende pelo nome de *Charmant*. Quem o restituir à sua dona será gratificado com Rs. 50\$000. Uma fortuna: 25 dólares, mais ou menos, naqueles tempos. Pois mal o interessado deu as costas, a redação em péso se esvaziou: saíram todos, às carreiras, à procura do cachorro, antes que o público lesse o anúncio.) Eu estava longe de atender aos desejos de José do Patrocínio, a quem, aliás, estimava: é que reconhecia não serem firmes os seus sentimentos em relação a Rui. Tinha o pressentimento da ruptura irremediável a qualquer momento, como veio a dar-se. A verdade é que José do Patrocínio, por ser criatura terrível, se via temido e cortejado por todo o mundo, menos por um homem — Rui — e com esta exceção não se conformava. Romperam: *Aretino* (ferro em brasa, com muita erudição e luvas de pelica) para lá. (1) *Plagiário* para cá. E acabou-se. No entanto, a trinca de ouro do abolicionismo: Rui, Nabuco, Patrocínio, entrara na história ainda fresca. Um dia, encontro-me com o mestiço genial, no Largo do Rocio. Troquei com êle algumas palavras inconseqüentes e segui o meu rumo. Soube-o Rui, que, mansamente, assim me censurou: — “Então, estêve em conversa de rua com o José do Patrocínio, hein?” — Estive. E por quê não?” — Calcule-se, pois, até que ponto se distanciaram um do outro. Voltarei a êle.

64 — ROSEIRISTA

Rui, chegando ao Rio (não me refiro à grande recepção que teve, porque não a testemunhei), foi logo para a casa de S. Clemente. Maria Augusta tornava-se completamente ditosa. Inaugura-

(1) Veja-se o editorial *A Difamação*, em *A Imprensa*, de 13-12-1898, várias vezes reproduzido posteriormente como peça de antologia.

vam êles uma vida nova, não de fausto, mas de distinção, que o meio e as relações lhes impunham, quando não a própria posição de Rui no cenário nacional. Agora, sim, êle iria cuidar, à inteira vontade, dos livros e das rosas.⁽¹⁾ Agora, sim, a nossa querida Cota⁽²⁾ imperaria, por suas graças, fidalguia e virtudes, em sua "vila", na casa que, se lhe não fôsse a firmeza de vontade, deixaria de inscrever-se na história. Senão, vejamos como fala a neta — Lucila Batista —, em traços finamente expressivos, daquele solar e de seus nobres donos :

"Nos dias brilhantes da casa de S. Clemente, em que se respiravam, misturados, a glória de Rui Barbosa, a grandeza de sua alma de apóstolo e a mesquinhez das paixões humanas, uma pessoa nos aparecia como a nota humana de calma, de equilíbrio : nossa avô Maria Augusta.

"O avô, já velhinho, que, pela manhã, percorria o parque, examinando, e podando cada roseira, observando planta por planta, tinha, sempre, a seu lado, aquela mulher graciosa, majestosamente tranqüila, que nos falava, sorrindo, mesmo nas horas em que as preocupações, os problemas, a repercussão dos acontecimentos, mais ou menos graves traziam todos em suspenso.

"Quando a vida nacional estremecia aos embates das crises políticas, nós, as crianças, podíamos observar aquêle grupo formado por duas pessoas, em que os contrastes não colidiam, mas, antes, se completavam. Ele, vibrante, tempestuoso, às vezes triste, como que vergado sob um peso, cujo alcance não percebíamos; ela, sempre serena, tão natural, em que cada gesto parecia corresponder a uma atitude interior de pacificação.

"Se o avô sofria, podíamos perceber o redobrar da solicitude atenta e carinhosa da esposa, criando, em torno dêle, uma atmosfera de proteção, que apelava até para a nossa colaboração de crianças.

(1) A propósito de rosárias, aprecie-se a jóia desta carta de Rui a seu prezado amigo Salvador de Mendonça (nov. de 1913), copiada pelo dr. Américo Lacombe do original existente no Itamarati :

"Meu caro amigo. / As suas rosas têm a fragrância da mão dadivosa, que as cultiva, a beleza do espírito do jardineiro que as respirou ao nascerem, e nos fazem pensar na fortaleza da alma que se consola em as ver pelos seus olhos, essa fortaleza estóica de que tanto necessitamos hoje os que vivemos de outra época, e nos sentimos solitários no deserto moral da atualidade. / Também fui roseirista, e tenho saudade de ter deixado essa vocação, em que V. refulgia o bom gôsto do seu temperamento de artista pouco satisfeito do seu tempo. / Obrigado, muito obrigado, meu amigo, por esta expressão comovente de sua afeição, a que ligo inestimável apreço. / RUI BARBOSA."

Um mês depois, Salvador de Mendonça falecia, pois já se achava enférmo.

(2) Rui também dispensava à mulher o tratamento de *Cota* ou *Cotinha*, mas muito na intimidade, isto é, sem a presença de ninguém de fora da família.

O calor da doçura envolvia, constantemente, aquela força de convicção e de luta, que arrebatava toda uma nação, fazendo-a vibrar pelas causas, em que se jogavam os valores morais do homem.

“De um lado, cercava-nos a grandeza daquêle que, centro da vida de um povo, se humanizava no avô interessado por cada neto e cuja figura sublinhava a imensa gama das fraquezas humanas, desenvolvendo-se em torno e transparecendo no incenso, na lisonja; de outro, a bondade tranquila e equilibrada de nossa avó, cuja beleza física parecia confirmar ao nosso encantamento a verdade daquilo que, nela, sentíamos.

“Se nos envergonhávamos, no íntimo, de captarmos a miséria mal escondida nos corações dos homens, a percepção da união verdadeira de nossos avós era um ponto estável, no meio de tantos motivos de interrogação.

“Nas manifestações populares, nos *garden-parties* ou nas festas, em que êstes salões e jardins resplandeciam de luzes, e, ao som da música, desfilavam convidados brilhantes e animados, as crianças, admitidas a observar os mais velhos, sentiam, claramente, a irradiação particular de cada um dos avós: a força contida e sempre alerta de um, o dom de harmonia de outro.

“Nas grandes provações, sobre a Vila Maria Augusta desolada, as horas escorriam, suspensas ao quarto do doente, e as noites, como os dias, eram cheias de movimento e de gente. Do seu lado, os pequenos sentiam o rumor da casa e da vigília, marcada, junto a êles, pelo fogareiro do corredor, sempre aceso. Então, essa mesma avó, que centralizara a vida brilhante dos salões de festa, despia de si o que não fôsse desvôlo pelo ser amado. E, em tudo isso, nenhuma nota chocante de ostentação de sofrimento: este transparecia, sereno, como suave fôra o brilho de sua felicidade.” (*D. Maria Augusta Rui Barbosa — Dois Depoimentos* — Ministério da Educação e Cultura. Rio, 1955.)

65 — CRIADAGEM

Rui trouxe da Europa muitos livros, uma mobília de sala-de-jantar e duas *nurses*: a do Joãozinho e a da Baby. A do menino (Miss Santos) era espanhola educada na Inglaterra e assim se exprimia tanto no castelhano como no inglês. Tinha boa apresentação e mostrava querer ao menino, que com ela aprendeu satisfatoriamente o segundo idioma. Demorou-se alguns anos em casa de Rui, até regressar à Europa. A *nurse* de Baby era viúva três vêzes de maridos que achara na polícia civil inglesa, e de cada qual dêles recebia pacificamente a respectiva pensão. Rui pagava-lhe Rs. 140\$000

por mês. Um dia, apareceu em certa parte da casa um saquinho cheio de libras esterlinas. Era dela, que, às voltas com o seu tesouro, o esquecera à tôa. Gozava da estima familiar. Soube ensinar inglês à menina, de quem cuidava com zêlo. Afeiçoou-se muito ao Brasil e gostava de tratar com os íntimos da família. Mas, deu para provar, às escondidas, vinhos e licores, e nisto se traía. Daí talvez, o caso do saquinho de ouro, em que convertia os seus recursos, quer provenientes do salário doméstico, quer recebidos do erário britânico. Foi envelhecendo e relaxando. E com seis ou sete anos de ausência, tornou à pátria. Numerosa era a criadagem em S. Clemente: cocheira, horta, jardim, mordomia, cozinha, copa e quartos, tudo isto com responsáveis exclusivos. Dinheiro houvesse. Faziam alguma saudade a Judite (a emérita em transmitir recados) e a Lia, as quais, alforriadas antes do 13 de Maio, voltaram livremente do Flamengo para a boa-terra, como quiseram. Sérgio, o cozinheiro, transferira-se da praia para S. Clemente.

66 — CARRUAGENS

Rui, desde os últimos tempos daquela praia, raramente se servia dos bondes, pois dispunha do *landau* que lhe fôra oferecido por amigos. Estes fomos o Carlos de Aguiar, eu e o Fernandes Barroso, dono de um armário da Rua do Ouvidor e firme admirador de Rui. (Se-lo-ia, também, do Rosa e Silva, de quem costumava aproximar-se pessoalmente. Assim que, vendo um dia, de carruagem, o vice-presidente da República, o cumprimentou de maneira excessivamente efusiva, com acenos de braço. Rosa e Silva mandou chamá-lo, creio que no *Senado*, e fêz-lhe uns reparos: Não admitia aquelas intimidades com o segundo magistrado da nação. O fato seria comentado, mas sem humilhação para o nosso herói, que também deu boa risadas, visto ser alegre, folgazão e bastante estimado.) Esse *landau*, afinal, reservado para o uso da família, pertencera ao meu cunhado Fernando Dobbert, que, numa guinada da sorte, depois de ganhar muito dinheiro na Bolsa, foi se desfazendo do que possuía (eu mesmo lhes comprei alguma coisa) até mudar-se para Lisboa, numa comissão oficial de imigração obtida com o mar. Floriano, que dela depressa o afastaria. Ao lado desse *landau*, ver-se-ia o *coupé*, um carro leve e gracioso, presente meu, com todos os arreios da parelha, a Maria Augusta, do qual Rui se ocupou em seu célebre discurso *Em resposta a César Zama*. Posteriormente Rui adquiriu um carro vitória, que lhe serviria até ser vendido a terceiro. Rodou muito, a aluguel, em Petrópolis, onde o apontavam como tendo pertencido

ao Conselheiro. (1) Tempos depois, Maria Augusta seria obsequiada, pelo nosso querido amigo dr. Joaquim Pereira Teixeira, já deputado federal pela Bahia, com vistoso carro automotor, um Benz, fabricado para o Kaiser Guilherme II, que não chegou a possuí-lo. (2)

67 — QUASE COMO PIERRE CURIE

Agora mesmo, um velho cocheiro e depois motorista de Rui, o português Luciano Carneiro, de quem muito me recordo, entrevisado pela *Revista da Semana* (n.º 33, de 16-8-1958), traz-nos recordações interessantes. Nenhuma restrição lhe faço, a não ser quanto à afirmativa de que Rui aprovara a candidatura de David Camista à presidência da República. Sabe-se que tal não se deu. Poderia ser, entretanto, historiado por aquélle benquisto proletário o grave acidente de trânsito, que sofremos, Rui e eu, em 10-5-1910, quando esse mesmo Luciano Carneiro na boléia. Embora avançando cronologicamente um pouco, mas porque estou a tratar de carros e automóveis, passo a narrar o fato. Famos no *vitória* : eu à esquerda de Rui, segundo a boa regra. Ele se dirigia primeiramente à *Livraria Briguier*, então na Rua do Carmo. Entraríamos pela Sete de Setembro, onde a carruagem costumava estacionar à nossa espera, pois era obrigatório um pedacinho a pé para chegar-se àquela casa. De frente da entrada da Travessa do Ouvidor, surgiu-nos por detrás um pesado caminhão a burros. Quase há tremendo choque. O desastre seria pavoroso : uma salada de quatro muares e dois veículos, em que se somavam de cinco a seis pessoas. Já a lança do caminhão nos entrava no *vitória* e roçava pela face de Rui, fazendo-lhe levíssima escoriação, para começar. E eis que o cocheiro do enorme carro de carga, servindo-se-lhe dos freios que eram felizmente bons, retém a sua parelha com tamanho poder de músculos, que as bêstas estacaram, sentadas, isto é, com os trazeiros plantados no chão. Fêz-se logo um círculo de populares em torno da cena e alguns dêles, exaltados,

(1) Como Rui, no seu tempo, restavam no Rio de Janeiro vários *conselheiros*, da monarquia. É interessante a observação de que o povo os apontava reverentemente : *Cons. Fulano*, *Cons. Beltrano*. Mas, quando se tratava de Rui, era bastante dizer — *o Conselheiro*.

(2) Estamos com uma anotação do dr. Américo Lacombe, que diz : — “Este carro Benz tem uma história complicada. João-Rui me contou que o Teixeirinha o comprara na alfândega, de onde o mar. Hermes, que o ganhou, não pudera retirar porque era pobre. Mas o Sr. Joaquim de Lamare, antigo industrial, me disse, após visitar a Casa, que aquélle carro fôra dêle, de Lamare, que o encorrendara na Alemanha e él mesmo o vendera ao Teixeirinha, e que o Kaiser não tinha nada com o caso.” — A seu lado, o autor destas memórias afirma que conheceu uma fotografia, da *Europa*, na qual o Teixeirinha aparece no automóvel em causa.

quiseram arrancar do assento o cocheiro vigoroso, para puni-lo ali mesmo. Saltei logo da vitória e os acalmei com certa energia. Tranquilizaram-se os ânimos. Rui não chegou a excitar-se. Desceu do carro e tomou o rumo da *Briguiet*. Os jornais noticiaram o acidente com tintas fortes. E nos dias subseqüentes o telégrafo fatigou-se com as centenas de mensagens de regozijo e felicitações de todo o país, por ter Rui escapado incólume. Na verdade, por um triz, êle e eu deixamos de morrer estúpidamente na via pública, empastelados entre ferragens e patas mulares. Nem era para menos. Resguardou-o o destino da sorte que esperava a Pierre Curie, numa noite chuvosa, em Paris.

68 — NAVALHAS E TESOURAS

Morando em S. Clemente, Rui adotou o hábito de barbear-se em casa. O primeiro de seus oficiais tinha o sobrenome de Bitencourt. Era um português desembaraçado, de algumas letras, dado ao espiritismo, e, assim, com uma clientela cada vez mais avultada, a quem êle receitava homeopatia. Instalou-se, no fim da vida, à Rua Voluntários da Pátria, onde se fêz importante, criando fama. Seu enterro tornou-se acontecimento memorável, tal a multidão de pessoas de tôdas as classes sociais, que o acompanharam ao S. João Batista. Passou, depois, a servir a Rui um figaro, também lusitano, que atendia por Azeredo, antigo auxiliar do primeiro. Não sei por que motivo veio êste a ser substituído por um colega, chamado Ricardo, igualmente de além-mar, amigo do mordomo Antônio, seu introdutor em S. Clemente. Tinha êsse barbearia na mesma rua, a poucos passos da casa de Rui. Talvez ainda viva, porquanto recentemente deu entrevista a certo jornal, que ora não me ocorre, lembrando três correlativas particularidades: uma, é que Rui não conversava, enquanto sob a ação da tesoura ou da navalha; outra, que muito áspero ou duro era o pêlo do seu rosto; e a terceira, que não dava gorgeta. Em Petrópolis, meu cunhado fazia-se servir pelo afamado Artur Soares, brasileiro, muito polido, descendente de franceses. Firmou-se como profissional de alta reputação, pela preferência que naquela cidade lhe davam os vultos da maior importância, como os presidentes da República, o capitalista Gaffrée, etc.

69 — À ESPERA DE CLIENTES

Rui retomou sua banca no escritório da Rua do Rosário, n.º 84 onde não tardou em ocupar todo o andar. Fiquei com a chave da saleta dos fundos, tendo lá a minha carteira. Percebi que êle estava

prazieroso nessas novas condições de instalação. Na sala maior coloquei alguns trastes e a grande e pesada mesa central da presidência do Banco Vitalício do Brasil, móvel que me havia custado Rs. 100\$000 e hoje deve encontrar-se na *Casa* de S. Clemente. Em torno dessa mesa reuniam-se Rui e os amigos. A ela sentavam-se os constituintes dêle, folheando autos ou jornais. Triste para Rui era a falta do seu amigo e fiel auxiliar, o solicitador José Antônio do Amaral, falecido em 5 de janeiro de 95.

70 — “PAGUE-SE, MAS QUE LADRÃO!”

Dentre os que começaram a reaparecer ali estava o Tobias. Outros nortes já lhe atraíam a bem viva agulha magnética, e alta era a sua cotação. Contava-se que o procurara um dos próceres do momento com afluxivo apêlo: — “Tobias, precisamos salvar o governo do Prudente, que se afunda por falta de ministro da justiça! Tem que ser o Amaro Cavalcanti. Vá a êle! Convença-o de que urge aceitar o cargo.” — Tobias foi, viu e venceu, o que não parecia fácil, e ver-se-á a causa. (Ouvi-o dizer: — “Custei a arrancar aquêle caboclo!”) Tempos depois afirmar-se-ia caber-lhe a indicação do Epitácio Pessoa ao Campos Sales, para ministro da Justiça. Isto levou-me à lembrança de conversa em casa de meu cunhado Augusto Viana (fins de 93), com a qual nós muito nos chocamos. Tobias arrematara-a dizendo: — “Querem apostar? Juro que o Epitácio chegará à presidência da República antes de Rui!” — Pulei em cima dêle. Quase nos atracamos. Não é de admirar-se que, com tamanha presciênciia, tenha ido aos 50.000 contos, com que, diziam, morreu, soiteiro, em Petrópolis. Mas o caso do Amaro era que êste, florianista, nada queria com o governo do Prudente: primeiro, por ser apontado entre os jacobinos; segundo, por motivo do “Pague-se, mas que ladrão!”, do louvor dos adeptos do “maréchal de ferro”, dando-se o “ladrão” como sendo o Amaro. Não, êle, não. Êle representava o Brasil num país do sul, onde havia um general a quem Floriano molhava as mãos, para manter a fronteira limpa de revoltosos brasileiros. Por intermédio, naturalmente, do diplomata Amaro Cavalcanti, entendiam-se o “de ferro” e o “do arame”. Chega ao “de ferro”, certa vez, carta do Amaro, dizendo que o “do arame” reclamava mais *tanto*. O mau fígado do “de ferro”, que, afinal, só queria gastar à conta do Tesouro o que lhe parecia convir aos interesses nacionais, engorgitou-se, e êle explodiu: — “Pague-se; mas que ladrão!” — O ladrão era o reclamante, está claro, e não o portador da reclamação, que num fato de tal natureza, não

podia pôr de público os pontos nos *ii*. Mas a *vox populi!* O documento em que se lavrou êsse memorável despacho faz ou fazia parte de papéis da família do mar. Floriano, e que, por iniciativa do gen. Ferreira Ramos, genro dêle, foram adquiridos, creio que pelo *Itamarati*, no governo Washington Luís.⁽¹⁾ Devo esta informação ao Luís Pereira de Sousa, primo e amigo do presidente paulista (de Macaé), e pessoa a quem coube colaborar na proposta do gen. Ferreira Ramos, levando ao chefe do Estado os mesmos papéis. Quanto ao general, conheci-o e tive com êle constantes aproximações. Reformado, tornou-se ensacador de café, ganhando muito dinheiro. Homem boníssimo, baiano, veterano da guerra do Paraguai, trazia, por sinal, a mão direita deformada por bala recebida em campanha.

71 — O TEMÍVEL ZÉ DO PATO

Que era temível o José do Patrocínio, como deixei dito, não resta dúvida. E o comprovaréi com um fato apenas, ligado às reminiscências do meu escritório junto do de Rui, na Rua do Rosário. Lá estou, quando fui procurado pelo Afonso Borges Leal, amigo de meu amigo Afonso Caminha e antigo ruista de 18 quilitas, sendo, depois, florianista de 4 costados. (Chegou a vestir a farda de coronel da guarda-nacional, tão aparentemente mavórtica, de 93 a 95.) Era para pedir-me que, a título cordial, eu levasse a Rui certa minuta de contrato para coleta do lixo (o tal, de que eu desisti quando instado pelo Manuel de Pascoal), para êle ver se estavam em boa forma as respectivas cláusulas. Imediatamente fui ao meu cunhado, que para mim olhou significativamente, como a dizer-me: — “Você, *seu* Carlito, não se cansa de arranjar-me destas... por amor ao próximo.” — E tomou da pena para as correções sobre a própria minuta, quando lhe objetei: — “Não, Rui, faça as emendas em papel à parte.” — “Por quê?” — “Não quero sua grafia metida nisto, que vou devolver ao Afonso Borges. Eu copiei suas palavras e lhes darei, do meu próprio punho.” — Rui entressorriu e atendeu-me. Assim fiz. O Afonso estranhou: — “Carlito, eu queria era a letra do Rui, que dá mais fôrça”. — “Isto não! O que Rui escreveu é o que está aqui, transscrito rigorosamente por mim.” — O solicitante saiu meio descontente. Eu rompi as tiras de Rui. Dias depois, êle, que como jornalista atacava o contrato do lixo — vejam só! o negócio em que eu pensara em meter-nos! — era

(1) É interessante que a êste respeito, corroborando a perfeita honestidade do nosso enviado, declara o dr. Jacobina Lacombe, ter visto documentos do arquivo de Amaro Cavalcanti, diplomata, mas a cujos conteúdos não convém divulgação, por transporem fronteiras geográficas.

surpreendido com uma tremenda ameaça da *Cidade do Rio*: O homem que na *Imprensa* caluniava o contrato do lixo, era o mesmo que, de próprio punho, colaborara na redação dêsse contrato. Aguardassem os leitores o *placard* na porta do jornal, onde seria exibida a prova dessa solene afirmativa! (Mais ou menos assim.) Aliás, quase todos os jornais eram, também, contra o negócio. Rui ficou perplexo, aturdido, prostrado. E quando me viu chegar, estendeu-me a fôlha, em completo abatimento, em verdadeiro estado de susto, esperando o que eu lhe pudesse dizer a respeito. Estava, reconheci, absolutamente esquecido das particularidades da ocorrência. Recordei-lhe tudo. Que alívio! Que recomposição de ânimo! — "Você, Carlito, sempre foi o meu anjo-da-guarda!" — E o *placard* não veio. Mas, a trama, a cilada e o veneno não deixaram de causar seu mal. Pelo menos, o temor de Rui e a espectativa da opinião pública. Era o que bastava aos recursos jornalísticos de José do Patrocínio, como tantos reconheciam.

72 — ALMA VALOROSA

A convalescência espiritual de Rui durou pouco. Não foi além de 1.º de novembro de 1896, quando doloroso choque sofremos todos nós com a morte inesperada do dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, de saúde assaz precária há muitos anos, em virtude de males crônicos.⁽¹⁾ Fomos imediatamente para a casa da Rua dos Inválidos. Rui e Cota imergiram-se na angústia dos seus queridos amigos. Até voltar do sepultamento daquêle que fôra aqui a amarra de sua vida no exílio, Rui verteu lágrimas irreprimíveis. Eu só o vira assim pela morte de minha mãe. Foi sinceramente profundo o luto de sua alma, porque êle sabia retribuir com plenitude de sentimento toda a amizade que lhe era constante. No retraimento em que continuaram a manter-se antigos correligionários, principalmente baianos, alguns, a bem dizer, escabriados pela indiferença para com a sorte do exilado, aquela perda valeu por um duro agravamento de silenciada amargura. Depois, veio a guerra de Canudos (nov. de 96 a out. de 97). Rui com o seu horror à violência, à pressão, ao crime e principalmente ao sangue, passou a viver em crescido so-

(1) Anotação do dr. Jacobina Lacombe: — "Jacobina sofria de disenteria bacilar crônica, desde moço, com altos e baixos. Isto lhe consumia os nervos. O dr. Ortiz Monteiro, seu colega no magistério da Escola Central, e que sofria da mesma moléstia, curou-se depois com a vacina que chegou ao Brasil posteriormente à morte de Jacobina. Ortiz sempre lamentava a falta de sorte do colega."

Rui tomou a si cuidar do túmulo de Jacobina. Era êle, pois, quem pagava as despesas de limpeza e jardinagem. Maria Augusta conservou êsse cuidado afetuoso até bem tarde.

bressalto pelas crueldades entre irmãos, de que tinha notícias. Se pitava quanto possível exteriorizações a respeito. Na família, porém, ou com amigos dos mais chegados, qualificava incisivamente a carnificina em catingas baianas. Dizia, mesmo, que ela poderia emparelhar-se aos maiores quadros de perversidade da história universal. Passada a luta, êle, no parlamento, na imprensa, ou em conferências políticas, repetiria aquêle modo de ver. Euclides da Cunha confirmá-lo-ia.

73 — CANUDOS

O pior dos efeitos da guerra de Canudos foi a exacerbção de ânimos, aqui no Rio, a cada derrota das fôrças oficiais, levando os jacobinos às violências já sabidas. Era a insensatez de suporem que Antônio Conselheiro, João Abade, Antônio Beatinho e sua gente seriam capazes, naqueles ermos nordestinos, do que Custódio, Saldanha, Gumercindo e Aparício não lograram cá, pelo sul, isto é, a restauração da monarquia, objetivo dêles na crença dos mesmos exacerbados. Essa exaltação violenta de grupos se tornou ameaçadora a monarquistas mais graduados e até mesmo a Rui, cuja vida voltou a correr perigo, jurado por pessoa de prol, que lhe votava o mais rancoroso dos ódios. Para que apontar-lhe o nome? Retirou-se, portanto, no auge da crise, para Friburgo, onde a sociedade e o povo o acolheram e protegeram corajosa e gencrosamente. Improvisou-se até uma guarda popular para a vigilância de sua residência. Só eu sei da indignação recalcada, que lhe causava êste estado de coisas, essa situação que êle qualificava mais revoltante do que os mais negros dias da ditadura recente.

74 — BAHIA AGITADA

Depois de passar um delicioso verão em Friburgo, no começo 97, em casa que Rui me obteve perto da sua, senti necessidade imediata de partir para a Bahia. Entreguei, pois, a chave do n.º 46 da Rua S. Clemente, e lá fomos ter sob a hospitalidade do meu excelente cunhado e amigo, dr. Augusto César Viana. E não tardou que Rui ali também chegasse, com Maria Augusta (maio de 97), a fim de agradecer ao povo baiano o estrondoso triunfo que êste lhe dera sobre César Zama, na eleição senatorial a que ambos concorreram, para preenchimento da vaga do próprio Rui. A derrota de Zama fôra tanto mais fragorosa, quanto, na razão de 10.000 para 90.000 votos (ou 95.000), o ampararam em comum florianistas, jacobinos e a solidariedade do próprio governo federal, fraco diante dos primei-

rábios, a que agora volto os olhos. Estava a chegar o vapor *Espírito Santo*, no qual vinha da Bahia o gen. Artur Oscar, que pusera fim aos guerreiros de Canudos. Na Guarda-Moria da Alfândega antecipavam-se, para a recepção, congressistas como os senadores Alvaro Machado, Pedro Velho, Ramiro Barcelos, José Bernardo, e os deputados Augusto Severo, Elói de Sousa, Barbosa Lima, além de outros, possivelmente. Destacava-se entre êles o vice-presidente Manuel Vitorino Pereira. Fêz-se o sinal da entrada do paquete e todos se movimentaram para irem a bordo. Lá chegado, o dr. Manuel Vitorino, médico que era, se deteve diante dos oficiais feridos, que tornavam da campanha. No navio foi também visto o cor. Hermes Rodrigues da Fonseca, centralizando um grupo de camaradas. E eis que surge o presidente Prudente de Moraes, acompanhado do mar. Bittencourt — ainda o maior ministro da guerra da história republicana — que houvera ido à região conflagrada, onde, como bem narra Euclides da Cunha, suas prontas determinações seriam decisivas para o breve término da penosa campanha militar. Dentro em pouco, encheram todos a lancha que os traria ao Arsenal de Guerra, onde está hoje o Museu Histórico. O desembarque, nas docas dêsse estabelecimento, demorou muito, pois teve de ser feito por meio de um bote, ou porque era baixa a maré, ou pela agitação das ondas. Foi, pois, em área do Arsenal de Guerra, como se sabe, que o anspeçada Marcelino Bispo, menos de 10 minutos depois do desembarque do presidente, o alvejou com um tiro perdido. Toma a frente do chefe do Estado o mar. Bittencourt, que, procurando imobilizar o criminoso, com êle se abraça, sendo então apunhalado. O arsenal ficava entre muros e grades, cujo portão principal instantâneamente se fechou. A capital entrou em franca agitação: uns, os que combatiam o presidente, comentavam friamente o fato, com a irreverência de tratá-lo por *Biriba*; outros, espumando, arquitetavam imediatos planos de vingança contra a oposição, à qual culpavam os esquecidos de que, da fraqueza do governo na repressão do assassinio de Gentil de Castro, em março, resultava o atentado de 5 de novembro. O jornal *República* foi o primeiro a hastear bandeira em funeral. Dias depois, seria empastelado. Farejou-se Rui por toda parte. Apontava-se o dep. Alcindo Guanabara como o inspirador mais ativo da *révanche*, Meio mundo teve que depor. Meio mundo viveu em temores. Estado de sítio de quatro meses. Atormentou-se sobretudo o visconde de Ouro Preto. Martirizou-se o Diocleciano Mârtir. Esfalfou-se num apertado inquérito o chefe-de-polícia, que era o dr. Edwiges de Queirós. Leiam-se os jornais da época. Compulse-se a volumosa obra policial intitulada *Relatório sobre o antentado de 5 de novem-*

bro. (1) Dessa vez, eu estaria de palanque, como a caça no seu dia, se não fôssem os meus cuidados pela sorte de Rui, com sua consciência mais tranqüila do que nunca. Tão isento era êle nessa época dramática, que os seus próprios inimigos, vendo-o inacessível a qualquer suspeita, o deixaram em paz. Deviam ter feito o mesmo, com igual justiça, em 93-94.

77 — HOMEM INCORRIGÍVEL

Comungando, já, com o poder, Rui era, entretanto, o homem incorrigível de sempre. Vejamos. Eu havia regressado da Bahia e me achava com êle, em Friburgo, no verão de 98 — êle entre os seus e eu entre os meus, cada qual em seu canto — mas sempre reunidos para o costumeiro cavaco. Notei-o preocupado, numa tarde, quando nos achávamos a sós. E eis que êle toma uma decisão, e fala-me: — “Preciso descer amanhã, e você irá comigo, porque necesito do seu concurso.” — “Estou pronto; mas, para quê?” — “Vou bater às portas do Supremo Tribunal Federal. Silêncio. Nem Cota sabe...” — “Ora, mestre Rui, você está vivendo agora tão sossegado...” — “É um dever. Não poderei esquivar-me.” — Descemos. O Rio era o fôrno, que costuma ser no curso do verão. No trem, perguntou-me Rui se eu conhecia alguém, de boa letra, que se prestasse a trabalhar desde a tarde, entrando pela noite, fôsse por quanto fôsse. Pessoa de confiança. Lembrei-me do Teixeirinha (o dr. Joaquim Pereira Teixeira). Rui ponderou que êle era dedicado ao Seabra, *leader* do governo, na Câmara dos Deputados. Não convinha. Respondi-lhe que se êsse também nosso amigo aquiescesse, prometendo discreção, ninguém melhor do que êle. Falar-lhe-ia logo que chegasse. Desembarcados, fomos almoçar na Confeitaria Pascoal, de onde Rui seguiu para seu escritório e eu parti à cata do Teixeirinha. Não me foi difícil encontrá-lo e convencê-lo. Ele se sentia feliz em servir a Rui. Levei-o à presença dêste, e com pouco mais, fomos os três jantar naquela confeitaria, donde nos dirigimos para S. Clemente. Conduzia eu uma provisão de biscoitos e café para a vigília do Teixeirinha. E a biblioteca povoou-se de duas sombras quase silenciosas naquelas horas noturnas. Rui, que trouxera as tiras escritas em Friburgo, recolheu-se aos seus aposentos. Eu, forçando por não cochilar, assistia ao prestimoso Teixeirinha; e êste a escrever laudas sucessivas em letra primorosa. O sol ali nos encontrou já ao fim da tarefa. Rui nos reapareceu, tomou o traslado, leu-o e apôs-lhe a assinatura. O banho, alguma coisa nos estômagos, a partida minha e do Teixeirinha para o Supremo Tribunal Federal, onde

(1) Não me consta que tivesse sido publicado.

demos entrada a petição. Já era hora do almoço e tocamos para a *Pascoal*. Soubemos, depois, que, naquelas tarde e noite, o Teixeirinha havia sido procurado alucinadamente pelos do seu meio boêmio, por toda a parte onde poderia estar. Seabra, quando soube do caso, disse-lhe o diabo. José do Patrocínio, para quem o Prudente de Moraes já tinha os predicados de um deus, enfureceu-se. Rui passou a dormir plácidamente naquele delicioso recanto da Serra dos Órgãos, a que tanto queria. Estava lançada a petição de *habeas-corpus* a favor de João Cordeiro e outros desterrados em Fernando de Noronha. (N. 194 da *Bibliografia* de Fernando Nery. Está publicada nas *Obras Completas*.)

78—DE NOVO, NA ESTACADA

Ei-lo, pois, entregue à sua vocação de mexer no diabo com vara curta. A paz entrava a baixar sobre a nação. O sol de Campos Sales começava a raiar, não muito promissor a Rui, por trazer como satélite o dr. Sevenino dos Santos Vieira, chefe político baiano com quem Rui não afinava muito bem, embora ele, Severino, fosse aliado do governador Luís Viana, principal sustentáculo da candidatura de Campos Sales. A uma antiga tentativa feita por mim e o Teixeirinha, no sentido da montagem de um jornal em que retomasse o pôsto de 89 e de 93, Rui respondera negativamente (carta de 10-1-97.) Tínhamos em vista as moderníssimas máquinas do *República*, de Francisco Glicério e Alcindo Guanabara, empastelado pelos empreiteiros do terror recrudescido aos ecos lutuosos da campanha de Canudos. Teixeirinha esperava, apenas, os recursos dependentes de seu pai, negociante na Bahia. Eu dispunha de alguma reserva e da relativa riqueza das jóias de minha mulher, tudo isto somado a uma eterna sede de empreendimentos, nunca saciada. Faltou a esperança daquêle amigo. Enfrentei sózinho e malabaristicamente a situação, e entreguei a Rui *A Imprensa*. A transação da compra é de longo histórico, mas está plenamente documentada no arquivo da Casa de Rui Barbosa. E foi assim que Rui pôde voltar ao jornalismo, de 1898 a 1901, ou dentro do período de Campos Sales, que tinha (sendo Tobias seu secretário) *um café da manhã às vezes bem amargo* nos edificantes editoriais do seu antigo colega do Governo Provisório. Mais amarga, porém, amaríssima foi a nossa odisseia. Passos dela ainda se podem retratar na correspondência de Rui, a mim — ele em Friburgo e eu aqui — a ver-se na parte competente deste livro. A gerência do jornal sempre estêve comigo. Seu primitivo secretário foi o brilhante José Veríssimo, que se afastou por uma desavença, sendo substituído pelo não menos capaz dr. Joaquim Pereira Teixeira.

79 — AGORA, UM PURGATÓRIO

De *A Imprensa* muito há que dizer-se, menos nesta parte do que na dos comentários às cartas de Rui. Foi um verdadeiro purgatório, cujos lampejos só encantavam os que os viam à distância. Os famosos editoriais começaram em 5 de outubro de 98, ou já no ocaso do governo de Prudente de Moraes, a quem Rui, ainda por esta circunstância, não atacaria. E o jornal começou a impor-se, disputando, com a maior tiragem, o primeiro lugar entre as fôlhas cariocas, ou fluminenses, na linguagem daquêle tempo. Os artigos ruianos eram quase diários. Eu me punha no encalço de meu cunhado, para, sem perda de tempo, receber-lhe as tiras em S. Clemente, se êle aqui no Rio, levá-las às carreiras à redação, na Rua do Ouvidor, e dar pressa à composição, pela qual tudo o mais ficava esperando como operação final. O corre-corre se agravava quando Rui, sempre mal satisfeito com a revisão, queria êle mesmo fazê-la. Então, eu voltava a S. Clemente com as provas, esperava que fôssem revisadas, para tornar com elas à impressão. Era êste um encargo que me tomava muito tempo precioso, e não raro me causava sérios aborrecimentos, pois nem sempre a correção corria ao sabor de Rui, que se zangava. Se o artigo vinha de Friburgo, a coisa tomava aspectos de tragédia. Mas o que mais me afligia era o problema das férias semanais. Eu não dispunha da insensibilidade ou filosofia do José do Patrocínio em sua *Cidade do Rio*. Salário devido tinha que ser pago à hora, ainda que, além do mais, eu precisasse emprenhar a alma. Êste problema, do meio para o fim, à proporção que se foram esgotando os recursos de que eu podia lançar mão — e todos se esgotaram com a última pulseira de minha mulher — tornou-se-me torturante. E a instituição dos vales? Os apelos, a todo instante, de R\$ 5\$000 ou 10\$000, a que os meus sentimentos não eram de esquivar-se... Naquela época, não tinham as gazetas movimento de balcão. Nula era-lhes a receita dos anúncios. A matéria-paga, incerta. Assim, paradoxalmente, aumentavam as dificuldades da empresa tanto quanto crescia a importância do jornal. Tudo correndo à conta da venda avulsa, outro fator de renda que em absoluto não cobria a progressão dos gastos, o resultado seria o que foi. Não tardamos em pressenti-lo. Agüentar como agüentei a borrasca, enquanto possível, foi prodígio que nem eu sei quanto me custou.

80 — “POR QUE NÃO?”

Certa vez, cheguei à presença de Rui e perguntei-lhe pelas tiras. Ele escrevia, na ocasião, uma série de artigos de ataque à chamada reforma policial Alfredo Pinto, os quais eram lidos àvidamente e

comentados a valer. Estava Rui à sua secretaria, elaborando um dêsses cautérios, e me disse : — “Espere um pouquinho, e vá se entretendo com isto.” — Tomei o papel que sua mão me estendia. Era uma carta amável do presidente Campos Sales, pedindo encontro no Catete (dezembro de 98). Li-a, vislumbrei com satisfação um melhor nível político ao alcance de Rui, e ponderei-lhe : — “Neste caso, você não vai mais escrever o artigo de amanhã.” — Ele fixou-me intensamente e retrucou : — “Por que não!” — “Deixa de atender ao chamado do Campos Sales?” — “Irei depois do artigo.” — Encarei-o firme e passei a usar da franqueza que não raro costumava ter-lhe : — “Você está errado, mestre Rui.” (Disse-o por dizer, pois, conhecendo-o como o conhecia, senti que inúteis seriam quaisquer argumentos para demovê-lo de decisão política já assentada. Nem Cota seria disto capaz. Ninguém.) E fui mais adiante. — Você não parece um doutrinador, conforme se diz que é...” — “Como não?” — “O doutrinador professa e está pronto a ir ao encontro de quem, mostrando vontade de acertar, lhe deseje ouvir os conselhos. É o que o Campos Sales está fazendo.” — “Só irei depois do artigo de amanhã. — Está bem.” — Saiu o editorial. Em seguida, Rui respondeu a Campos Sales, prontificando-se a atendê-lo, e pedindo que lhe marcassem dia e hora. Linguagem igualmente cordial. O presidente nada mais lhe disse. Tobias, que ao lado dêle se vinha arredando de Rui, não deu mais sinal de si. E Rui continuou a escrever incansavelmente as páginas doutrinárias, de combate e as acadêmicas, que aí estão. Eis a simples história do abismo cavado entre Rui e Campos Sales. Eis mais um fruto da intransigência de meu cunhado, sempre alheio às próprias conveniências pessoais.

81 — RUI VERSUS TOBIAS

Sei contar também a curta história, posterior, do rompimento entre Rui e Tobias, virtualmente afastado dêle. A certa altura do governo de Campos Sales, saiu, no *Jornal do Comércio*, uma grosseira mofina contra meu cunhado, envolvendo-lhe o nome em vantagens relativas ao Frontão por mim criado. Apontou-se aquilo como obra do Tobias, que andaria esquecido da posição de secretário daquela companhia, composta, aliás, em seus órgãos dirigentes e em seu corpo de acionistas, de homens de alta reputação social, financeira, ou política do Rio de Janeiro. Rui, lendo a mofina, não teve contemplações e revidou implacavelmente. Tobias espinoteou. Agora, sim, o presidente da República e seu secretário estavam perfeitamente homogêneos em relação a Rui. Nem um nem outro lhe achavam mais qualquer virtude. (Entre parêntesis : Quando Rui morreu, To-

bias decidiu-se levar suas homenagens a Maria Augusta. Esta lhe falou, então, de Iaiá e de mim. — “Por que não vai visitá-los?” — Veio. A idade e os achaques prenunciadores da artério-esclerose que o vitimaria, muito o haviam humanizado. Relembramos coisas idas. Nessa ocasião, deu-me sua palavra de honra, que não lhe cabia nenhuma responsabilidade na mofina que levou Rui a explodir, sem, contudo, trazê-lo nominalmente ao pretório. ⁽¹⁾

82 — CRISE INTESTINA

A certa altura dos dias avançados de *A Imprensa*, achei-me em franca desinteligência com o dr. Cunha e Costa, no seu jôgo de aborrecer-me com coisinhas de todo instante. Sentindo as medidas cheias, expus tudo a Rui, em Friburgo, mostrando a radical incompatibilidade entre mim e o substituto do Teixeirinha. Na ocasião, aliás, o jornal tomava esperançoso alento com a campanha de Rui motivada pelo atentado policial, bem conhecido, ao velho e irredutível monarquista, cons. Andrade Figueira. Datava essa campanha de 13-3-1900, e prosseguia em vibrantes editoriais intermitentes, que faziam a opinião pública fremir de revolta contra o governo, e levavam a fôlha a dar duas e três edições sucessivas. Todos nós cobráramos o maior ânimo. Aquilo parecia uma tábua-de-salvação. Lembro-me desta exclamação do Edmundo Bittencourt : — “Carlito. *A Imprensa* vai acima ! O Rui abriu a brecha!” — De fato, era ela esperada com insofrida impaciência, e os seus tais artigos enaltecidos por todo o mundo. Sacudiam os inconformados monarquistas, que costumavam reunir-se no Instituto Histórico e Geográfico, seguindo na esteira do venerável correligionário violentado em sua residência, e agora de coração plenamente aberto para o antigo adversário parlamentar no terreno do abolicionismo. É então que se agrava a crise provocada pelos planos do Cunha e Cota. Sabedor dêles e dela, que faz Rui ? Escreve-lhe as seguintes linhas, de que eu seria portador em sobre-carta aberta :

⁽¹⁾ A êste respeito, o dr. Américo Jacobina Lacombe oferece a seguinte versão, de algum modo em harmonia com o exposto :

Tobias continuava freqüentando a casa de S. Clemente, mas irritando Rui pelas ligações dêle com o Catete, cada vez mais íntimas. Até que um dia Rui lhe mandou umas setas certeiras em artigo de 1899. Tobias desta vez enfiou a carapuça. Foi o mano Zacarias quem o alertou. E nunca mais foi a S. Clemente. Dizia êle que tinha brigado com Seabra por causa de Rui. E afirmou, também, ao dr. Lacombe que o autor da verrina do *Jornal do Comércio* fôra o juiz Edmundo Muniz Barreto, antigo colaborador, que não gostava de Rui.

Friburgo, 19 de março de 1900.

Presado colega da Cunha e Costa.

Como nos achamos em época de pouca segurança no correio, desejaria saber se chegou às suas mãos a carta expressa que lhe dirigi no dia 16.

Segue hoje para o Rio meu cunhado Carlos Bandeira, com quem espero que me fará o favor de conferenciar acerca da Imprensa. Espero que termine pelo restabelecimento das boas relações entre ambos uma situação, que cada vez mais me aflige, e que nos faz muito mal. De um lado considero preciosos os seus serviços à fôlha. Do outro não se pode separar dela aquêle que a inventou, que a fundou, e a quem devo ainda a vantagem de ter introduzido na Imprensa um auxiliar do seu valor. Entendam-se pois, um com o outro, e resolvam-me esta crise lamentável.

Creia-me, meu caro colega, seu colega afetuoso

RUI BARBOSA

83 — “NÃO BRINQUE COM O BANDEIRA!”

Com esta carta no bôlso, estou descendo de trem. Uma dúvida me absorve : devo lê-la ? não devo lê-la ? Vence a curiosidade e interro-me dos dizeres de Rui. Não ! Não poderia haver mais conversa minha com o Cunha e Costa. Eu deixaria de entregar-lhe aquêle papel ! Meu impulso foi, portanto, o de saltar no curso da viagem, para esperar o trem da subida. Verifiquei, entretanto, que êste já havia cruzado com o nosso. Cheguei, pois, ao Rio sómente para tornar manhã cedo à estação, de volta a Friburgo. Rui surpreendeu-se com a minha presença e conformou-se com a restituição que lhe fiz, sem azedumes, porém firmemente, de sua carta de intenção conciliatória, da qual eu obtive a cópia feita pelo punho do meu cunhado Artur, que trabalhava em *A Imprensa*. Perduraria, assim, o impasse na direção dela, quando mais necessária era a harmonia interna. Não fôsse ter-se o Cunha e Costa na conta de elemento indispensável, à espera da hora H dos seus cálculos desleais. Poucos dias depois, o Fróis, caixa, que tudo observava, foi a êle e lhe abriu francamente os olhos : — “Não brinque com o Bandeira, que já está por um nada, e é muito homem para ir às últimas.” (O aviso teria sido em têrmos de mais calor.) Cunha e Costa, que, afinal, queria a morte de *A Imprensa*, quando fundaria, talvez com os restos dela, um jornal seu, a ser entregue à direção intelectual de Rui (e já o havia convidado por missiva, que teve resposta indecisa), abandonou o terreno com uma carta de demissão a mim dirigida, na qual podia também que

lhe fôssem feitas as contas. Escafedeu-se. Dei então o lugar ao Artur Dias (genro do dep. Neiva), ótimo companheiro de trabalho. E continuamos nas fornalhas do nosso purgatório.

84—DE PORCO A PORQUEIRO, NÃO

O fim do purgatório seria, para mim, em 15-4-1900, quando o jornal saiu pela última vez sob a minha gerência. No comêço da campanha Andrade Figueira, a exaustão de recursos de que eu podia dispor chegava ao fim. Deliberado a tomar as medidas de fechamento do jornal, já sem surpresa para Rui, emprazei conversa com Edmundo Bittencourt, a cujas luzes se cumpriram as formalidades legais de sua fundação, sendo mesmo dêle a letra perfeita (muito apreciada de Rui) da ata de constituição da emprêsa. Encontrar-nos-somos a certa hora na Confeitaria Rio Branco, no Largo da Carioca. Lá cheguei com algum atraso, porque me demorara mais do que supus numa operação de caucionamento de valores familiares, para alimentar as últimas chamas daquela fogueira voraz. Desculpando-me, exibi-lhe as cautelas. E êle, penalizado: — “Ora, Carlito, você empenhando as jóias de sua mulher!” — “São quase as derradeiras, meu amigo.” — O entendimento acabou com uma proposta dilatória do Edmundo: Ele assumiria a responsabilidade da emprêsa, ficando com duas mil de suas ações de 200\$000, e cabendo-me as 1.000 restantes. Tudo continuaria como estava, e eu, na gerência, perceberia um conto de réis mensais. Recusei. Nem queria pensar mais na fôlha, nem me dispunha a administrar coisa alguma com dinheiro alheio. — “Pois bem: você fica de fora, mas eu pagando-lhe sempre um conto de réis.” — “Também não. Você leva tudo, e eu vou tratar de minha vida noutro negócio, por aí.” — “Bem, se você quer assim...” — “Mas há ainda uma condição: sem falar prèviamente com Rui, nada fecho. Subirei amanhã para Friburgo. Conversarei com êle, e de lá lhe mandarei um telegrama de solução à sua proposta.” — Isto combinado, viajei. Espus o ocorrido a Rui, que me ouviu imerso em profunda tristeza. Por fim, disse-me: — “Faça o que lhe convier, Carlito. Tudo aquilo é obra sua, é seu dinheiro.” (Não minto dizendo que seus olhos começavam a marejar.) E êle prosseguiu: — “Mas eu passar de porco a porqueiro...” (*Textual.*) — Aquilo comoveu-me. Doía a Rui a hipótese de escrever êle num jornal em que não pudesse dar ordens, como vinha fazendo. E então resolvi: — “Pois bem, agüentarei um pouco mais. Até você ter por encerrada a campanha Andrade Figueira.” — E desci, e marchei ainda com o meu lenho, para ver ir-se a jóia final de minha mulher, em, repito, 15-4-1900.

85 — FÊNIX DE VIDA CURTA

Lá para fins de julho, ao aproximar-me da casa de Rui (eu nesta época já morava na Rua 19 de Fevereiro, n.º 4), dei, ao portão, bem cedo, com um *tilburi*. Quem o visitava àquela hora? Quando transpunha a entrada do jardim, vinha saindo o Ulisses Brandão, na sua ginga, que mais se acentuava por força do embrulho por él conduzido. E foi logo me dizendo: — “Levo aqui as ações da *Imprensa*. — Entrei e fui direto ao meu cunhado: — “Rui, o Ulisses agora mesmo me falou que você lhe fez entrega das ações da *Imprensa*. Para quê?” — “Para ver o que poderá resolver, a fim de pôr o jornal na rua.” — “Mas, Rui, são ações e debêntures ao portador. Não vá él dispor delas de maneira que figuremos sem a maioria.” — “É por poucos dias o seu exame, para uma solução conveniente do assunto.” — Sejamos breves. Essa solução veio a ser a saída do jornal como saiu a partir de 2-8-1900, sob a direção do Ulisses e do eng. Luís Carlos Barbosa de Oliveira, primo e amigo de confiança de Rui, o qual com pouco tiraria o corpo fora. Foi então que Rui, fazendo a minha vontade de não mais participar da vida do órgão, redigiu este comunicado, cujo autógrafo me seria entregue (ainda o guardo) pelo Artur Dias, a título, segredou-me, de “lembrança consoladora”:

CARLOS BANDEIRA/Mudada, com o concurso de novos interesses, a administração desta folha, faltariam a um dever de gratidão e justiça, se não registrássemos aqui as nossas obrigações para com o seu primeiro gerente, Sr. Carlos Viana Bandeira.

A iniciativa dêle deve este jornal a sua fundação, a sua organização administrativa e financeira; à sua inteligência, dedicação e probidade o desenvolvimento, que a A Imprensa atingiu, e graças ao qual pode hoje reaparecer.

Nesta casa terá, pois, o nosso bom amigo sempre o lugar, a que os seus serviços lhe asseguram direito, e continuará a todo tempo a ser considerado como um companheiro e um benemérito.

(A *Imprensa*, n.º 665, de 2-8-1900.)

86 — RECEITA RECUSADA

Não quis fazer a história do jornal. Tratei apenas, nesta e na outra parte das presentes memórias, de episódios que me vivem nas lembranças do passado. A história de *A Imprensa* está feita, e muito bem feita, pelo dr. Américo Jacobina Lacombe, no prefácio do vol. XXV. 1898 — Tomo I — *A Imprensa* — Rio, 1947 — das *Obras Com-*

pletas de Rui Barbosa. Confirmo o que nessa valiosa crônica me diz respeito, sem desmerecer a parte que a outros se relaciona, e recomendo-a à leitura atenta dos estudiosos interessados em saber o que era um jornal em aquêles tempos, de dificuldades... que já se foram. Note-se que o com. Antônio Martins Marinhas me afirmou, ao sentir que o jornal ia fechar-se sob a minha gerência, que, se eu fôsse ao Joaquim Murtinho (de quem êle, Marinhas, era íntimo), êste estaria pronto a me facilitar uma operação salvadora no Banco do Brasil. Respondi-lhe que não me seduzia a notícia, porque eu não consideraria o assunto sem falar com Rui, e não me sobrava coragem para conversar-lhe a tal respeito, estando em causa o ministro da fazenda de Campos Sales. Tempos passados, narrei a Rui a sugestão do Marinhas e, então, ouvi: — “Fêz muito bem. Eu, em hipótese alguma, concordaria em recebermos semelhante favor.”

87 — FRENTE A FRENTE DE DEODORO

Deixando *A Imprensa*, fiquei desocupado e em difíceis condições de vida. Estava, porém, despresso, e na firmeza de não tomar dinheiro emprestado a quem quer que fôsse, firmeza que mantive. O Antônio Martins Marinhas, pressentindo o meu drama, perguntou-me: — “Por que não vai ao Campos Sales, para pedir-lhe um dos lugares de fiscal-do-impôsto-de-consumo, que acabam de ser criados?” — “Eu, ir ao Campos Sales?! Como? Como?!” — Por muito môço e por não ter atividade oficial, eu não me aproximara do Governo Provisório. Mas de um ou de outro dos seus antigos membros era pessoalmente conhecido da casa de Rui, onde quase todos iam. Dentre êstes, o gen. Francisco Glicério dispensava-me atenção com delicadeza cativante. Por ocasião dos burgos agrícolas, perguntou-me êle, encontrando-me na rua: — “Então, Sr. Bandeira, não quer também um burgo?” — Eu sabia perfeitamente do que se tratava, pois vivia atento a tôdas as novidades, a respondi-lhe dubitativamente: — “Eu, sr. general... sem o Rui saber...” — “Pois fale ao Rui, e me responda.” — Enchi-me de ânimo, e medindo bem as palavras, certo da discordância, falei a meu cunhado. Disse-me êle que, se o Glicério queria fazer espontâneamente a concessão, por que recusá-la? Corri ao ministro da agricultura, e a concessão foi-me feita. Tempos depois, o gen. Ferreira Ramos ofereceu-me por ela 300 contos. Recusei. Já tinha um plano de exploração. Pu-lo em prática, e foi-se tudo por água abaixo. Do Governo Provisório, aproximei-me também do generalíssimo, conforme passo a expor. Trabalhava já com o Tisder, o norte-americano que vinha batalhando pela instalação de uma sucursal da *Equitable* no Brasil. Dependeu o funcio-

namento dessa companhia de seguros de um decreto governamental, pela Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas. Esse ato, porém, vinha sendo dificultado por manobras da companhia rival, a *New York Life Insurance Company*, já instalada no Brasil; e a *Equitable* nada conseguia, apesar de ser seu advogado o dr. Sinimbuzinho (assim chamado), filho do grande Sinimbu, parente do então ministro da pasta, dr. Lourenço de Albuquerque. Proclamada a República, Tisdel, por meu intermédio, solicitou a Rui audiência para tratar do assunto. Rui prontamente atendeu, e, como não podia deixar de ser, ficou impressionado com a perseguição à *Equitable*. Sem demora, pois, conseguiu despacho de Deodoro, favorável ao registro dela. Mas, houve logo movimentação por parte da *New York Life*, e o ministro Demétrio Ribeiro era induzido a procrastinar o registro. Tisdel, com as mãos na cabeça, apelou ainda para mim, desejando ir novamente ao ministro da fazenda. Rui ouviu-o outra vez, e, não se dando bem com Demétrio Ribeiro, resolveu tornar com o caso a Deodoro. Este inflamou-se: — “Que? Estava se passando aquilo? Vou mandar que me devolvam os papéis! Venha o seu cunhado falar comigo.” — Fui. O marechal fêz-me entrar no cômodo do Palácio do Itamarati, onde arquejava com a sua dispnéia, recostado num canapé, ou a “marquesa” daqueles tempos. Beijei-lhe religiosamente a mão, procurando sopitar a emoção do momento. Desembaraço, todavia, não me faltava: — “Senhor marechal, o cons. Rui Barbosa, meu cunhado...” — “Sei do que se trata. Já tenho aqui os papéis. Dei-lhes solução conveniente! E o senhor irá com êles ao ministério, agora mesmol!” — Tocou a sineta. Acorreu um secretário, paisano, a quem transmitiu breves ordens. E, para mim: — “Pode acompanhá-lo.” — Beijei de novo sua mão, sem mais palavras, e segui o secretário. Dentro em pouco, vi-me em carruagem oficial, tendo ao lado uma pasta. Ia comigo um contínuo do Itamarati. Mandei tocar pela Rua do Hósptio, onde era o nosso escritório. Parei na porta, galguei as escadas aos saltos, surgi diante do Tisdel, espantado, e levei-o à janela. — “Está vendo aquela carruagem?” — “Yes.” — “Vai nela o processo da *Equitable*, com despacho do Deodoro, dando a concessão! Acabei de falar com êle agora mesmo...” — Voltei ao carro e parti para o ministério. No dia seguinte, saí a decreto. Para Tisdel, a moralidade só nos chegou com a República.

88 — ATÉ HOJE...

Assim foi com Glicério, de quem me tornaria amigo, e com Deodoro. Mas, do antigo ministro da justiça do Provisório, o meu conhecimento era só de vista. Contudo, nem esperei pela prome-

tida carta de recomendação do Marinhas. Num dia de audiência público (o presidente veraneava no próprio federal do Silvestre), tomei o bondezhinho de Santa Teresa, e eis-me diante dêle. — “Como vai a bela senhora sua irmã?” — Francamente, a pergunta soou-me como um mau presságio, pois excluía a pessoa de Rui. Respondi-lhe num sorriso forçado, e entrei no assunto. Ouviu-me o homem com aparente boa-vontade, fêz uma anotação promissora, e deixou-me sair esperançoso. Dias depois, encontrei-me com o Tobias, e disse-lhe do meu pedido. — “E por que não me procuraste, Carlito?” — Isto ainda me trouxe algum alento. Certo, porém, é que... até hoje.

89 — CASA IMPERIAL

Veraneava Rui na Praia de S. Domingos, em Niterói (princípio de 1901), quando em meu escritório da Rua do Rosário me procurou o Guilherme Catrambi, filho do com. Catrambi, procurador da Casa Imperial banida. Falava em nome de seu pai. Disse-me que ele estava com o encargo de contratar advogado para conduzir em juízo o inventário dos bens dos príncipes de Saxe, conforme carta recebida da Europa. Leu-me um trecho dela com a lista dos patronos, dentre os quais sairia o preferido: Silva Costa, Ferreira Viana, mais alguns, e por último Rui Barbosa. Interrompi-o, então: — “Sim? Pois você não sairá daqui. Há de ser o Rui.” — Num relance imaginara quanto seria vantajoso para êste aparecer como advogado de descendentes de d. Pedro II. Catrambi ponderou-me que havia uma condição muito especial, com que talvez Rui não concordasse. — “Qual é a dúvida, homem?” — É que teremos para isto determinada quantia; mas como nos vemos forçados a despesas imprevistas, é conveniente ficarmos com uma reserva para atendê-las de pronto. Assim, pensamos em contratar a causa por tanto, pagando, porém, menos tanto.” — “Pois resolvamos o assunto agora mesmo, por minha conta. Paga 300 contos menos 100.” — Não: Pago 200 menos 100.” — “Paga 250 menos 80.” — “Não: Pago 200 menos 80.” — Paga 200 menos 60.” (A conversa foi mais ou menos assim: curta e precisa.) Ficou certo o ajuste de 200 menos 60.” Parti no mesmo instante para S. Domingos, feliz daquela colheita de quem andava de rôdes sempre estendidas para apanhar pescados (ou constituintes) em proveito de Rui. Lá chegado, fui logo dizendo: — “Seu Rui, trago-lhe um negócio que firmei decisivamente por minha conta, cônscio de sua concordância.” — E tudo lhe contei. Sua reação fisiológica não me agradou. — “Que está vendo no caso? A particularidade do dinheiro? Dinheiro que é o que menos o preocupa numa boa causa? Não pensou na reconciliação da família imperial com

você, antes de qualquer outro dos responsáveis pelo banimento dela? Não vê o efeito moral da escolha de seu nome como patrono de tal processo? Não queria pensar na repercussão honrosa para ele de tal fato? Não imaginava abrir as portas de seu escritório aos monarquistas ainda irredutíveis? Pois em tudo isto eu havia considerado no meu entendimento com o Catrambi..." — "Bem, seu Carlito, você sempre tem suas razões. Vá. Diga-lhe que aceitarei a causa conforme o ajuste... Paguem, afinal, quanto quiserem ou puderem pagar." — Firmou-se imediatamente o contrato, e Rui entrou logo na primeira prestação (40 contos), ficando a receber mais duas, de 50 contos cada uma. E o Guilherme Catrambi continuou a ser para nós um homem de bem. E de que Rui deu conta do mandato, a prova está no *Inventário dos bens imperiais, petições e documentos dos Príncipes de Saxe (1903)*, com o n.º 219 na bibliografia organizada por Fernando Nery. Lembro-me ainda de que fui convidado para servir como "avaliador judicial" daqueles bens, e não o aceitei.

90 — GOLPE CRUDELÍSSIMO

Não esqueceria o golpe crudelíssimo que atingiu a Rui e Cota, como a todos nós, com o desaparecimento imprevisto do dr. Francisco de Castro, cuja amizade ele tinha na conta de dádiva dos céus, e cuja sabedoria e evangélica bondade, na cátedra e no sacerdócio da profissão, lhe envolviam o nome numa auréola de santidade. Grassava no Rio a peste bubônica, e Castro, em visita a um dos seus clientes, contraiu-a de maneira fulminante. Faleceu a 11 de outubro de 1901. Na manhã dessa mesma data, ou de 12, a triste notícia propalou-se como o eco de estarrecedora catástrofe, pois nem se sabia que estava doente o homem puro, ídolo dos sofredores. Estremeceu, pois, de pezar a cidade. Rui, aturdido, tomou a carroagem e partiu para a hoje Rua Tamoios (esquina de Sen. Vergueiro), onde se dera o óbito. Entrou em prantos na casa transida de luto. Recebeu-o o Francisquinho, para cujo quarto seguiram convulsivamente os dois, abraçados. Não acompanhei Rui no enterramento do seu restante grande amigo, porque o meu cunhado Juca, que morava comigo, amanheceu subitamente enférmo, para temor das empregadas, as quais, receosas de que fôsse a peste, nos abandonaram a casa. Iaiá, esperando para breve o meu Fernando, teve que responder por todos os encargos domésticos, inclusive os banhos do irmão acamado. Eu permaneci ao lado dela, e, assim, deixei, por essa vez, de ser o companheiro preferido de Rui, no dever cristão de levar à sepultura os entes de sua estima. Nos dias seguintes, continuou ele sucumbido. Tenho para mim que se sentiria num vácuo, ou como que desam-

parado. Quem o tranquilizaria, agora, com igual doçura de gestos ou de palavras, na sua cabeceira de doente? Quem, à sua mesa de jantar, ou nos seus salões, lhe traria igual brilho de espírito e igual forma de sedução verbal e de respeito à grandeza do próprio nome? E a quem, mais, no silêncio da biblioteca, Rui ouviria, com interesse, a opinião decisiva em tanta coisa superior? Foi uma perda irreparável esta, para Rui, no vazio de amigos, que só não era absoluto por que não lhe faltavam em casa o Carlos de Aguiar e o des. José Joaquim de Palma. O Rodolfo Dantas, ausente do Brasil havia algum tempo, falecera em Paris, em 12 de setembro de 1901.

91 — PARECER E RÉPLICA

Agora, nem sequer me lembro das minhas idas e vindas a S. Clemente, no leva-e-traz as tiras dos artigos-de-fundo de *A Imprensa*. Mas nem por isso deixei de dar com Rui, tôdas as manhãs, afogado sob uma montanha de livros e dicionários e laudas e anotações, umas e outras cheias de sua letra, nem boa nem má, e sim perfeitamente inteligível. Era aquêle um trabalho a que se vinha dedicando tempos seguidos. Está-se a ver que êsse trabalho foi o *Parecer*, logo continuado na *Réplica*. O primeiro, que o forçou ao segundo, enquanto resultava das suas mais sérias convicções, já expressas, de legislador contrário à elaboração atamancada de um código civil, valia como golpe mortal nas esperanças do governo de Campos Sales, em deixar sancionada a grande lei a que se lançara. Este foi o preço que o presidente pagou, por ter desistido do apoio de Rui, desde fins de 98. A *Réplica*, que fêz transbordar o assombro do país inteiro, apareceu já no comêço do governo do cons. Rodrigues Alves, isento daquela intenção, a qual seria menos do antecessor malogrado no empenho de passar à história como o agente do nosso Código Civil, do que de seu ministro da Justiça, o dr. Epitácio Pessoa, que, tendo afinado com Rui, num breve ensaio, sem riscos, de resistência à ditadura de Floriano, nunca mais perdoaria ao autor do *Parecer*. Trago, a propósito, a seguinte versão, um tanto difusa, de época posterior. O ministro das Relações Exteriores, intérino, dr. Luís de Sousa Dantas (governo do presidente Venceslau Brás), não dissimulava o acentuado desgosto que Rui lhe causou com a embaixada a Buenos Aires. Isto, pelo notável discurso sobre os *deveres dos neutros*, que muita gente, entre nós, considerou flagrantemente descabido naquela missão. Tamanho foi o dissabor do chanceler, que chegou a pensar em não ir receber a Rui, de volta da Argentina; e tornou-se preciso algum esforço da parte de certo íntimo seu, amigo de Rui (o Carlos Dantas), advertindo-o das graves

conseqüências imprevisíveis de tal procedimento, para dissuadi-lo da desconsideração premeditada. Mas, antes de irmos ao ponto em mira, quero deixar registado o seguinte, quanto ao descabimento do discurso sobre os *deveres dos neutros*, no que dou eu próprio êste testemunho, relativo a palestra entre nós : — “Mestre Rui, andam dizendo por aí que V. se excedeu, como embaixador, com aquela conferência na Faculdade de Direito de Buenos Aires. Será verdade que V. não podia fazê-la?” — Sim, em rigor não podia; mas, falei a convite, em ambiente científico, porque não quis deixar passar a ocasião, que era única.” — Enfim, vamos ao ponto. Com os seus ressentimentos, justos ou não, andou Sousa Dantas imaginando em exteriorizar a desaprovação do governo, ou pelo menos do Itamarati, a Rui, a quem nunca mais procuraria. Um discurso no Senado, de autorizado partidário da situação, seria de muito efeito. Epitácio Pessoa estava a calhar. Teria ido a ele o chanceler, com o fito da ação parlamentar punitiva. Para tanto, fornecer-lhe-ia os argumentos, que eram os do próprio Itamarati. O senador paraibano desanimou-o com esta resposta : — “Pois, hei de eu comprar barulho com êsse homem!?” — Ao *êsse homem* é que desejei chegar : a êste dizer revelador de indisposição para com alguém da expressão de Rui. Figura da gravidade de Epitácio Pessoa não o empregaria por força de humor, que o caso não comportava. Em Epitácio Pessoa havia, portanto, uma natural prevenção contra o autor do *Parecer* e da *Réplica*. Dissemos tudo isto... às custas da última. Nada faltou escrever-se dela, de maneira encomiástica. Eu, porém, que vi como Rui a elaborava, direi que o que mais me impressionou foi a extensão das tiras, que iam a metros — tanto por causa de outras havia eu esperado por ele. É que Rui, explorando uma questão filológica sob um número cardinal, dado a cada tira, ia enchendo-a dos exemplos a todo o passo colhidos dos mil volumes compulsados. Assim, já no assunto n.º 80 (chegaram os números a 496), deparava-se-lhe um exemplo, ou reforço, proveitoso ao de n.º 35; então — e nisso sua memória era miraculosa — voltava à tira dêsse número e nela o inscrevia. Isto, 10, 20, 50 vêzes de cada assentada. Acontecia, portanto, que umas e outras tiras, com os acréscimos de todos os dias, ligados a goma, seacompridavam desmedidamente. As centenas delas e suas espantosas extensões ficaram-me na lembrança, pelo muito que me impressionaram. E é só do que penso quando me falam na *Réplica*.

92 — DE ALMA CURVADA

Passo a referir-me a Pinheiro Machado, e sinto que se me curva a alma em reverência à memória de um homem, um verdadeiro

homem, que sempre me mereceu a mais enaltevida estima e o mais puro respeito, mesclados de justificada gratidão. Tratei muitas e muitas vêzes com êle, de viva voz, a sós ou não. Testemunhei revoltas, fúrias, ódios contra sua pessoa, em resultado do crescente poder com que comandou a política brasileira, de Rodrigues Alves a Vençeslau Brás. E o que tenho a dizer sobre êle é o que a história não deixará de confirmar. Não lhe cabe a responsabilidade dos regimens oligárquicos que o favoreceram, ou de que se serviu; nem a dos vícios eleitorais, desde a votação até às depurações, de que tanto se beneficiou o seu vasto prestígio. Nem êle os implantou, nem, com tôda a sua fôrça, teria fôrça para extirpá-los dos velhos hábitos brasileiros, pois ainda aí continuam, mau grado as reformas de intenção saneadora. Não era farsante, nem hipócrita, nem golpista, nem despistador. Gaúcho de lei, sim, que trazia no sangue o dom de comandar homens e situações. Mas, agia com desassombro pessoal, com alta coragem cívica, com tal nobreza de atitudes e bravuras física e moral, que tudo isto constituía a chave do seu império. Tinha lhaneza no trato e gravidade e circunspecção impressionantes. Que é de uma fotografia sua, sorrindo sequer? O porte, os traços viris, a estatura concreta, o traje, tudo isto lhe acentuava o perfil de singular figura predominante. Teve todo o poder em suas mãos durante cerca de quinze anos; mas, nem do Tesouro, nem do Banco do Brasil se sabe que se aproveitasse, para si, ou para amigos, direta ou indiretamente, de um ceitil dos dinheiros públicos. Não patrocina-ria escândalos, bandalheiras, cananhices. Não corrompia, não per-seguiu, nem humilhava. Não tinha filhos que o levassem ao pater-nalismo às custas do erário republicano. A esposa ficava-lhe no lar. Não cortejava as massas ignaras, não as enganava, nem lhes mentia. Não praticava a demagogia. Não temia as multidões descontentes. Não tinha jornais. Não lisonjeava a imprensa. Não empregava jornalistas. Deixava que êstes agissem à vontade, contra ou a favor de seus atos. Não fazia seu o trabalho intelectual de secretários. Não adulava os militares. Seu maior poderio foi durante o governo do mar. Hermes. Não se fêz presidente da República porque não quis. Deu o exemplo do desagravo da honra a bala, cavalheirescamente, incapaz de mandar ferir por braço assassino. Seu rompimento com Rui valeu por um desastre político das mais graves consequências para o país. Era um republicano convicto, com os vícios, as falhas, ou os defeitos inerentes ao caráter nacional. Seu covarde assassinio foi uma catástrofe para o Brasil, que perdeu o maior dos seus grandes políticos, tendente sempre a aperfeiçoar-se, antes que a piorar, na prática do regime. Má, com êle, a República? Dir-se-á que ela

tem melhorado? Rui havia-me à conta de filho. Pois estas são as palavras de minha plena consciência, em honra da memória do mais valoroso amigo e depois adversário de Rui.

93 — TÉRMO DA PROSCRIÇÃO

Desde a ascenção do cons. Rodrigues Alves ao Catete, passou a findar a proscrição imposta pelo destino a Rui, da política brasileira; proscrição que só não foi absoluta, radical, levando-o para fora do Senado — o que lhe seria, afinal, uma felicidade — se lhe faltasse o apoio do cons. Luís Viana, governador da Bahia (1896-1900). Esse apoio viria a ter, porém, os limites traçados pela indisposição contra Rui, por parte do presidente Campos Sales (1898-1902), subido ao governo pelo concurso principal do mesmo Luís Viana. É que Campos Sales tinha em seu ministério o dr. Severino dos Santos Vieira, a quem não convinha a firmeza política de Rui. Tudo isto são coisas sabidas. O que é preciso conhecer-se é que Rui não forçava situações, nem acenava para a misericórdia de ninguém. Haja vista êste fato. Estava eu de partida para a Bahia, a negócios, em 97, quando êle me fêz portador da seguinte carta:

Rio, 26 de junho de 1897.

Meu Caro Colega Consº Luís Viana.

Aproveito a volta à Bahia de meu cunhado, já recomendado por mim à sua proteção, para lhe renovar a expressão de meu reconhecimento pelas finezas com que me obsequiou durante a minha última estada em nossa terra. À medida que as circunstâncias vão tornando cada vez mais reduzido o meu valor na política, aculta para mim o apreço dos afetos desinteressados, que a gratidão, a simpatia, ou a amizade inspira. Nessas a sua atitude para comigo depois da agressão-Zama e da cabala-Glício, assegurou-lhe direito a uma parte considerável, que os anos, espero em Deus, consolidarão.

Disponha, pois, do amº e colega

RUI BARBOSA

94 — MENSAGEM RETIDA

Ao chegar eu à Bahia (entrava-se a cogitar do sucessor de Prudente), dou com uma entrevista a jornal do Rio, na qual o governador Luís Viana declarava que se o Estado houvesse de manifestar-se a respeito de nome baiano, a preferência recairia no do gen. Dionísio de Cerqueira (ministro do exterior de Prudente), por ser o mais naturalmente indicado. [Sic.] Isto me causou um choque.

Continuava proibida a entrada de Rui no mundo político, que lhe estava fechado. E decidi reter por enquanto a mensagem de que eu era portador. Nisto, recebo um telegrama assim : — “Carlito — Corredor da Vitória, 48 — Bahia — Não convém entrega minha carta — *Rui*.” (O autógrafo foi por mim oferecido, em minha casa, ao escritor Luís Viana Filho, quando me procurou, tratando de sua biografia de Rui.) — Como eu sabia compreender Rui e penetrar-lhe a fundo o sentimento ! Está-se vendo como êle procurava evitar se pensasse que cortejava os senhores do poder, diante de grandes momentos. Mas, vamos a Pinheiro Machado, que já tarda.

95 — RASGO DE PINHEIRO

Pinheiro Machado fôra convidado para uma reunião de ministros, convocada pelo presidente Rodrigues Alves, nos primeiros dias do seu quadriênio, em sua própria residência, à Rua Senador Vergueiro. Depois de tratados os principais assuntos, êle, aproveitando uma pausa, assim se externou : — “Sr. presidente, os governos da República não têm correspondido ao valor do cons. Rui Barbosa. Imagine v. ex. que êste homem ainda não pôde ver empregado o seu cunhado, no cargo de fiscal-do-impôsto-de-consumo.” — Volta-se o presidente para o ministro da fazenda : — “Dr. Bulhões, há alguma vaga de fiscal-do-impôsto-de-consumo?” — Não sr. presidente; mas temos uma de inspetor fiscal.” — E o chefe do governo : — “General : o nome do cunhado do cons. Rui?” — “Carlos Viana Bandeira.” — “Dr. Bulhões, nomeie o sr. Carlos Viana Bandeira inspetor fiscal.” — Dois dias depois, era publicado o decreto (2-10-1902). A particularidade mais interessante desta reminiscência é que o dr. José Joaquim Seabra (ministro da justiça), tendo estado atento a tôda essa passagem daquela reunião, mal pôde deixá-la e correu a S. Clemente, para narrar tudo a Rui. (De fato, o que fica dito reflete-lhe as palavras, que não seriam de esquecer-se.) Mas, à porta de entrada, pisou tão desastradamente num leve tapete, que êste deslisou, e o visitante caiu em cheio a fio comprido. Rui, na biblioteca, ouviu o eco do baque do corpo e saltou a ver quem era, sendo o primeiro a acudi-lo. Ficamos todos mortificados por tão lamentável ocorrência.

96 — RUI NA LIGHT

Outra do Pinheiro Machado. Vinha eu de bonde para o centro da cidade, a ler *O País*, e dou com a notícia da morte do jurisconsulto Carlos de Carvalho, consultor jurídico da *Light* (setembro de

1905). Instantâneamente, pensei no nome de Rui para o vantajoso lugar. Tomei logo o rumo do velho Senado, onde me fiz anunciar ao seu vice-presidente. Aliás, eu era bem conhecido ali, pelo pessoal da portaria, dadas a freqüência com que me via e a amabilidade que me dispensavam vários senadores, a começar por Pinheiro. Ele recebeu-me em seu gabinete. — “Senhor general, receio estar cometendo grande leviandade com êste passo, sem o conhecimento de Rui. Se assim fôr, rogo-lhe de antemão que me perdoe.” — E o general, no seu sotaque bem arrastado, tornando abertos os ês mudos e circunflexos : — “De que se trata?” — Estou acabando de ler esta notícia do falecimento do cons. Carlos de Carvalho, consultor jurídico da *Light*, e penso que êste cargo convém a Rui...” — “E que é que vosmecê quer que eu faça?” — “Que consiga a nomeação.” — “E vosmecê não sabe que eu sou agora um homem desprestigiado?” — “Como, general?” — “Não está vendo que me põem no chão êsses meninos do *Jardim da Infância*?” — Reprimi uma esfusiente gargalhada, e insisti : — “Ora, general, vamos falar seriamente!” — Pinheiro divagou o olhar para um ponto indefinido, e disse-me : — “Dê um tiro certo naquela parede.” — Percebi que ele cogitava de quem servisse para o caso. — “Já atirei, general.” — “Então, diga.” — “Nilo Peçanha.” — Era o governador do Estado do Rio, o qual dispensava especial consideração a Rui, e estava firme ao lado de Pinheiro. — “Muito bem. Acertou. Vosmecê vai levar, agora mesmo, uma carta minha ao Nilo.” — Foi à carteira, escreveu a missiva, e me entregou. Parti para Niterói. De volta, expus o ocorrido a Rui, que se surpreendeu com a minha iniciativa, parecendo, entretanto, não lhe dar muita fé : — “Você, seu Carlito, se mete em cada uma...” — Passados poucos dias, recebi um cartão do general (J. G. Pinheiro Machado), nestes termos :

Amº Carlos Bandeira.

Pelo telegrama incluso, verificareis que, se o nosso amigo Rui ainda não foi, será convidado para advogado da Light and Power. Parabens. 17-9-1905. [O telegrama era do dr. Rêgo Barros, diretor da Companhia do Gás, a êle, Pinheiro.]

97 — ARAUTO DO JÚBILÓ

Os freqüentadores de S. Clemente embandeiraram em arco, quando apareci com a espantosa notícia. E um dêles, por mais categorizado, chamou a si o cuidado de ir à própria *Light*, para apurar as coisas, levando o telegrama do dr. Rêgo Barros, já que eu não quis abrir mão do cartão do Pinheiro. Esse perscrutador foi

o des. Palma, que lá se entendeu como pessoa de Rui. E chegou logo às mãos dêste a seguinte carta :

THE RIO DE JANEIRO TRAMWAY LIGHT AND
POWER COMPANY, LIMITED

101 Rua da Quitanda

Rio de Janeiro, 19 de Setembro de 1905.

Exmo. Senr. Conselheiro

Dr. Rui Barbosa

Venho por esta confirmar o pedido que ontem fiz a V. Ex. de aceitar o cargo de Jurisconsulto desta Companhia.

Como lhe expus, não é meu intuito que V. Ex. tenha que acompanhar causas judiciais no fôro, mas que nos seja facultado consultar V. Ex. sobre todos os interesses concernentes à companhia, e que igual privilégio seja franqueado aos advogados que a representam.

Os seus honorários de Rs. 2:000\$000 (dois contos de réis) serão satisfeitos no 1º dia de cada mês.

Manifestando a V. Ex. o vivo contentamento de que está esta Companhia possuída, por ter V. Ex. nos feito a honra de aceitar este cargo, aproveito a ocasião para lhe apresentar os meus protestos de mais alta e distinta consideração, com que

Sou, de V. Ex.

Atº, Ven., Crº e Obrº

ALEXANDER MACKENZIE

As coisas assim concretizadas, lembrei a Rui que não tardasse os agradecimentos devidos a Pinheiro Machado. Partimos juntos para o Senado, e presenceei a cena. Rui, meio tolhido, voz pausada e comovida, murmurou ao excelente amigo : — “General, deixe-me agradecer-lhe o convite, que acabo de receber da *Light*, para servir como seu consultor jurídico, o que devo a v. ex.” — E Pinheiro (que, nunca lhe tinha dirigido uma palavra a respeito) : — “A mim, não tem que agradecer coisa alguma, *seu* Rui. Agradeça aqui ao seu cunhado...” (pôs-me no ombro a dextra) “... mas o sr. Palma não tinha nada que meter-se no caso.” — Fiquei pensando que, sem a intervenção desta terceira pessoa, as vantagens de Rui teriam sido maiores.

98 — NÃO ERA SINECURA

Caibam também aqui estoutras correlativas lembranças : Mackenzie exultou com a aquisição de Rui para a *Light*. Escrevia-lhe constantemente, a qualquer propósito, obtendo dêle pareceres su-

cessivos. Estes, às vezes, eram de tamanha importância, que Mackenzie enviava logo a Rui, a título de remuneração espontânea, cheques que iam a 25, 30 ou 50 contos. Rui os acusava, precisando a espontaneidade, sem esquecer-se de que seus direitos não iam a mais de 2 contos de réis mensais. E trabalhou incessantemente para a *Light*, seja no tocante aos interesses dela aqui no Rio, bem se vê que complexos e vultosos, seja quanto aos da Bahia, onde ela tinha serviços de gás, bondes e luz, e lutava tenazmente contra os Guinle. Causas da *Light* foram levadas ao Supremo Tribunal Federal por Rui, e conduzidas a vitória. Pode-se afirmar que a *Light* se viu, afinal, *montada na lei* pela orientação jurídica de Rui. Mackenzie lhe devotava estima ilimitada, homenageava-o sempre e por ele manifestava admiração profunda, revelando, não raro, o espanto que lhe causava a maneira pronta com que Rui apreendia toda questão que ele lhe expunha, como a imediata segurança do seu remédio jurídico. Mas o que poucos sabem é que a uma quantidade incalculável de gente humilde, pretos e brancos, Rui serviu, empregando na *Light*. Um cartão seu a Mackenzie era um tiro. Eu mesmo levei-lhe vários desses pedidos, e só por motivo muito forte os via sem solução. Meu sobrinho Fernando Dobbert foi dos primeiros que lograram ser colocados assim por meu cunhado, sendo posto a funcionar ao lado de Mackenzie. Este, no comêço de nossas relações, supôs-me formado em direito e externou a intenção de me dar um lugar no contencioso da emprêsa. Chegou a distinguir-me com um jantar cordial. Visto que eu não era bacharel, Mackenzie, tomado de simpatia por mim (e os nossos contactos eram repetidos, alguns por encargos de Rui), acedeu em dar o lugar que seria meu ao dr. José Augusto de Freitas. O dr. Francisco de Castro Filho, advogado da companhia e, nela, senhor de um prestígio da maior firmeza, protestou: — “Ou eu ou o dr. Freitas.” — Mackenzie desfaz com este o ajuste, dando-lhe uma indenização de 50 contos.

99 — O HOMEM, NA INTIMIDADE

Outra, ainda, do gen. Pinheiro Machado. Rui encarregou-me, num domingo, de levar uma carta para ele, que morava na Rua Haddock Lobo. Recebeu-me d. Benedita, que insistou para que eu esperasse seu marido, pois já era tempo de voltar. Tinha ido dar um dos seus passeios a cavalo. Realmente, a demora foi curta, e o general entrou a palestrar comigo. Não estava perfeitamente desocupado. Descansando numa poltrona, as longas pernas cruzadas, de momento a momento chibateava as próprias botas, de que se não desfizera. De repente, exclamou: — “Isto vai acabar... Ama-

nhã, isto vai acabar.” — (Referia-se aos *Pingos e Respingos* do *Carreiro da Manhã*, vi logo.) — “Mas, general, isto não o atinge.” — “Como não atinge, meu velho amigo?” — (Era-lhe usual êsse afetuoso *meu velho amigo*.) — “Como não atinge? Isto corre mundo!” — Enchi-me da ânsia de contar tudo a Rui. Levantei-me. E o general, senhor de si: — “É cedo. Vosmecê vai ficar para almoçar. Vai experimentar um arroz à gaúcha, de que há de gostar. — Nhanhã, o Bandeira almoça conosco.” — O almoço decorreu serenamente: o general à cabeceira; a senhora à sua direita, seguida da afilhadinha, que criavam; e eu à esquerda do anfitrião. A menina estava de mau humor, porque a incomodava um dente quase sólto, que não a deixava mastigar. D. Benedita aborrecia-se com esta coisa. Veio o arroz fumegante, na própria panela de argila em que fôra cozinhado. E vieram outros pratarrões de mesa farta. Louvei muito a iguaria recomendada ao meu paladar. E o general, que gostava de que lhe gabassem a rubiácea: — “Vosmecê não falou no café...” — “Magnífico!”

100 — AMBOS BRIOSOS

Ardendo em impaciência para correr até Rui, tive de demorar-me ainda um pouco, por civilidade. O general passou a observar a Zilá, que estava a reclamar carinhos. — “Vem cá, menina. Deixa-me ver êsse teu dente.” — A criança marchou para o padrinho, já sentado num sofá, e, abrindo a boquinha, ajustou-se-lhe entre os jocinhos. O general mexeu com o indicador no dente frrouxo. — “Vai buscar o meu alicatezinho.” — Inquietei-me, pronto para intervir. Zilá não tardou com o instrumento, nada cirúrgico, e submeteu-se. E eu, nervoso: — “Não faça isto, general” — “Por que não? — E galhofeiros: — Nhanhã, o Bandeira está com, mêmô.” — E eu: — “Ela pode ter uma hemorragia. Acabou de almoçar agora mesmo...” — “Não haverá nada, meu velho amigo.” — De fato, deu-se a fácil extração, e a garota foi-se, em procura de bochechos de água fria. Tratei de despedir-me. — “Diga ao Rui, que à noite irei à casa dêle.” — “E por que não vão jantar lá?” — Houve uma pausa. — “Bem lembrado. Nhanhã, jantaremos hoje com os nossos amigos de S. Clemente.” — Ao entardecer, apareceram os três, de automóvel. Como eu, após o jantar, fizesse movimento de retirada, falou-me o general: — “Não se vá sem mim. Sairemos juntos.” — E foi isolar-se com Rui na biblioteca. Lá para mais de 11 horas, reapareceram êles, e as visitas trataram de ausentar-se. E o general, ainda para mim: — “Agora, vá conversar com o Rui.” — Não o fiz, porque já se aproximava a meia-noite, mas, às 7 da manhã da segunda-feira, eis-me em S. Cle-

mente. E soube que às 8 haveria o duelo entre Pinheiro e Edmundo Bittencourt. Do encontro, saiu o último ferido. O fato teve a mais larga repercussão em todo o país, após encher as ruas do Rio de Janeiro de comentários de toda a ordem. Lembro-me ainda de que os padrinhos do Pinheiro foram o seu colega do Senado, Ramiro Barcelos, nada amigo de Rui, e o gen. Hermes.

101 — NOBREZA DE PINHEIRO

Mais outra de Pinheiro Machado. Desde que Rui assumiu o patrocínio da causa do David Saxe de Queiroz, o Manuel Lopes de Carvalho, que o financiava, passou a considerar-se um virtual devedor de Rui. Tinha este sua velha predileção pela Confeitaria Pascoal, onde às vezes se nutria, e em cujos balcões se supria de artigos de dispensa, pagando regularmente suas contas. Pelo exposto, o Manuel sugeriu a Maria Augusta ser melhor o conselheiro não se lembrar das quitações mensais, até quando tivesse de receber os honorários relativos àquele causa. (Nunca receberia um vintém, apesar do muito trabalho que teve, e isto por culpa do David, que, levado pela ambição, recusou um acordo amigável, que lhe daria 4.000 contos, e, esperando 14.000, recorreu para o Supremo, contra os conselhos de Rui, tudo perdendo, afinal.) Aceita a sugestão, que era, em suma, um bom negócio para o proponente, está claro, Rui se despreocupou, e seu débito chegou a atingir a cifra de 15 contos. Solicitou, então o Manuel, a Maria Augusta, 5 contos, alegando dificuldades. Rui, apercebendo-se da situação, e, no momento, sem dinheiro, prostrou-se no maior dos desânnimos, e mandou chamar-me. Encontrei-o a cismar, de pernas cruzadas, o cotovelo fincado no fêmur direito, e o queixo amparado pela mão do braço em vertical. — ‘Que há, mestre Rui?’ — Fui inteirado do que ocorrera, e tomei nota de que ele precisava, quanto antes, dos 5 contos pedidos. Toquei para o Banco de Crédito Popular, pensando no Modesto Leal, antigo amigo de Rui. Falei-lhe em 10 contos, até o fim do mês, quando Rui contava receber a primeira das duas restantes prestações de 50 contos, da causa do inventário dos príncipes imperias. E frisei: — ‘Mas, não há de ser o Rui quem lhe dará a letra. Sou eu, com o endosso dêle, concorda?’ — Modesto Leal disse que sim, e assentamos a operação para a manhã seguinte, quando eu levaria o documento. Lá voltei, deixando Rui aliviado. Mas, que é do homem? Tinha ido para sua fazenda, no Estado do Rio. E agora? Que explicar a Rui? Que outra providência tomar, naquele sábado? Abri a bôca e disse o diabo. Enchi de desafetos o banco. E saí para o escritório de Rui. Lá estou, redigindo um te-

legrama atrevido, quando vejo ao meu lado o Antônio Azeredo. Percebeu êle a minha exaltação. Contei-lhe o que se havia passado, e mostrei-lhe o despacho, que pretendia expedir. — "Vamos com calma, Carlito. O telégrafo não aceita estas expressões. Escreva outro, que lhe vou ditar. Hoje, à noite, eu e o Pinheiro estaremos com o Modesto Leal em sua fazenda. (De fato, costumavam reunir-se lá os três, em fins de semana, para gozarem os prazeres do campo.) Quando o telegrama chegar, interpelarei o Modesto, virá o Pinheiro ao caso, discutiremos, e a solução terá que ser favorável ao Rui." Modelei-me, e segui o conselho amigo. Na segunda-feira, fui procurado pelo Azeredo, que me narrou o sucedido: — "Meu plano deu certo. Quando veio o telegrama, interpelei o Modesto. Disse-me que era seu, e que você estava aborrecido. Indaguei do motivo. Confessou-me que viajara, faltando com a promessa dos 10 contos para servir ao Rui. Começo a estranhar tal procedimento, e intervém o Pinheiro com todo o calor. Aquilo não estava direito! E, dando fim à questão, decidiu imperioso: — "Seu Modesto Leal, ponha em seu banco 10 contos de réis à disposição do Rui, por minha ordem!" — "O Pinheiro fêz isto, Azeredo?!" — "Não perca tempo, Carlito. Vá receber os 10 contos, e pague-os depois a êle." — Para encerrar o capítulo: No fim do mês, com os 50 contos dos príncipes, ficaram satisfeitas as dívidas ao Pinheiro e ao Manuel da Pascoal.

102 — PELA ÚLTIMA VEZ

O que eu, forçando a memória, poderia narrar acerca do gen. Pinheiro Machado, dava para encher muitas fôlhas destas. Além dos fatos comprovantes de sua boa-vontade para comigo e Rui, já expostos, é de ver-se o que, na outra parte dêste livro, se refere à carta de 19-9-1905. Sua relações com o colega do Senado, até o irremediável rompimento de 1909, sempre foram cordialíssimas, francesas e com intimidade, que meu cunhado só permitia ao Palma e ao Aguiar, pois é certo que, para não interromper palestra, êle admitia Pinheiro até no quarto de vestir. O general estava constantemente à mesa presidida por Maria Augusta. Conhecia tôdas as pessoas de S. Clemente, e as tratava com amável simplicidade. Para comigo, sua bondade, direi mesmo, seu carinho, não tinha falhas. Quanta e quanta vez fui ao Senado, à sua procura, e lá me demorei em conversa com êle, e de lá saímos juntos, de bonde, e do bonde descemos para uma excursão pela Rua do Ouvidor e outras, do centro urbano, acabando habitualmente em *A Tribuna* do Azeredo e do Bartolomeu! O interesse que êle tinha por mim era evidente. Recordo-me de que, à mesa, em S. Clemente, me interpelou sobre

minha recente ligação com o Alcindo Guanabara (1908), fazendo reparos e prognósticos, que eu não tardaria em ver quanto eram procedentes. Recordo-me também de que, quando começou a esboçar-se a fatal divergência entre Rui e êle, me vi a seu lado, no recinto do Senado, finda a sessão, e, com o coração transido de amargura, lhe formulei, balbuciente, esta natural pergunta : — “Mas, general, por que é que não apoia a candidatura do seu amigo?” — Ao que de pronto respondeu : — “Como?! Para ser derrotado em meu próprio Estado, pondo-me em oposição ao Borges de Medeiros?” — Nesta ocasião, chegou Pinheiro, certa noite, em S. Clemente. Ia para um grande encontro, o decisivo, o último, possivelmente, daquela singular fraternidade política, que vinha de 1902. Rui estava febril, e numa de suas violentas enxaquecas; mas ditava, do seu leito, a Dedélia, o discurso de recepção a Anatole France (maio de 1909). A família sabia, portanto, que êle não atenderia a ninguém. Contudo, Pinheiro tinha que ser uma exceção, principalmente em tal momento político. Assim não pensou, todavia, alguém de casa (Maria Augusta não o faria jamais), que lhe mandou dizer, por um serviçal, que Rui não podia recebê-lo, pois estava com dor-de-cabeça. Pinheiro chocou-se profundamente, e replicou : “É melhor assim, porque, se me recebesse, ficaria com outra muito maior.” — Rodou sobre os calcanhares, para nunca mais voltar. (E Rui sem saber de nada : o homem mais avesso a indelicadezas neste mundo!) Já estava assentada nos bastidores a candidatura do mar. Hermes, de que certamente o general fôra tratar. A 15 de junho, fazia ela a sua primeira vítima em quem era, talvez, o seu maior culpado : o presidente Afonso Pena. E eis Rui a carregar, de novo o lenço da oposição, sob os ódios políticos de todos os quadrantes (e como sabem tê-los os *governistas* brasileiros, aos quais tanto se deve a “felicidade” desta pátria!) e sob a admiração religiosa da generalidade do nosso povo, de norte a sul, em sua liberdade de pensar e sentir.

103 — ESPERANÇAS E DESESPERANÇAS

Era, entretanto, sabido que, no que dependesse de Pinheiro, o nome de Rui seria lançado, pelas forças políticas dominantes para a sucessão de Afonso Pena. Eu tive disto um vislumbre, partido do próprio general. Havia obtido a apresentação, no Senado, com o apoio dêle e do Antônio Azeredo (a quem êle tratava por Ninô, onde quer que lhe falasse), do projeto de criação de um cartório, em que eu seria provido. Isto, à revelia de Rui, de quem, arriscando eu uma palavra neste sentido, quando o vi firmado na estima do

Afonso Pena, ouvira esta : — “Peça ao Pinheiro.” — O projeto já havia passado naquela casa, e estava em curso na Câmara dos Deputados, onde um dos que se lhe opunham era o parlamentar gaúcho Germano Hasslocher. Mas Pinheiro amaciou-o com uma carta em têrmos, de que me fizera portador. Começaram então a atacar a matéria o Brício Filho (*O Século*), o Medeiros e Albuquerque (*A Notícia*), e até o Edmundo Bittencourt (*Correio da Manhã*). As coisas chegaram a tal pé, que tomei a decisão de voltar ao general, a fim de lhe manifestar o aborrecimento em que me achava. Ele teve por conveniente sustar-se a marcha do projeto, até que se amainassem as prevenções. Suas palavras foram estas : — “Deixe estar. Brevemente, vosmecê terá isto e mais alguma coisa.” — Por êsse *brevemente*, dito com significativa intenção, eu percebi, de modo claro, que se cogitava, com possibilidade de sucesso, da candidatura de Rui à presidência da República. Isto veio a falhar. O que não falhou foi o cartório, que acabou criado por lei, e, graças ao prestígio do dr. José Joaquim Seabra, se deu a um Sebastião, que era guarda-livros da casa Guinle. Este felizardo, a par dos seus possíveis méritos pessoais para o cargo, tinha a virtude de ser o hospedeiro daquele político baiano, quando no Rio. Amor com amor às vezes se paga. Doutra feita, estando eu a sós, com Pinheiro, no Senado, falei-lhe convém a vosmecê é uma colocação aqui no Senado.” (Passava por dlo o Rui fôr presidente, o senhor há de arranjar-me um emprêgo no estrangeiro. Não poderei viver descansado no Brasil.” — “O que convém a vosmecê é uma colocação aqui no Senado.” (Passava por nós o senador Azeredo.) “Ninô, venha cá. Nós precisamos providenciar sôbre um bom lugar aqui, no Senado, para o nosso amigo Bandeira.” — Protestei sinceramente : — “Não, general. Falta-me feitio de burocrata. Sou homem de ação e movimento, e o meu campo é outro.”

104 — O BOCADO NÃO É PARA QUEM O FAZ

Não se julgue, pelo que ficou dito, que as atenções do cons. Rodrigues Alves para com Rui fôssem devidas à influência de Pinheiro Machado. Não. O presidente sabia dispensar a Rui a melhor consideração, e êste havia em alta conta a sabedoria, a operosidade e o equilíbrio político do grande estadista. Não o freqüentava Rui, é fato. Mas o baiano que estava no ministério da justiça não seria capaz de barrá-lo junto ao chefe do governo, como se dava com o baiano do ministério de Campos Sales. Antes, procurava dêle aproximar-se, e não hesitava mesmo em ocupá-lo, como

demonstra o trabalho que assim figura na bibliografia de Rui, elaborada por Fernando Nery: “232 – *Competência de fóro para conhecer dos fatos criminosos ocorridos na noite de 14 de novembro de 1904* – Parecer de Rui a pedido do ministro J. J. Seabra em – 1904.”⁽¹⁾ Assim, pois, não tinha Rui motivo para manter o retraimento, a que se habituara, em face do mandante do Catete, Vejamos um exemplo, que, nem por ser único, perde de valor. Havia aqui um velho tabelião, Paulo Pereira Tôrres, com três filhas (não sei se mais alguma) casadas: a Elisa (Sinhá) com o dr. Luís Barbosa, que chegou a ser médico de Rui, ao lado do dr. Francisco de Castro, por iniciativa minha; a Alice, com o Juliano Silva, sobrinho do dr. Alfredo Valdetaro, médico de nomeada, antigo monarquista liberal e meu amigo, desde que nos conhecemos na prisão ao sabor *consolidadores*; e a Francisca, com o maj. (guarda-nacional) Quintino Bocaiúva, filho do valoroso republicano de quem tinha o nome. Morre o velho notário, e o dr. Luís Barbosa, de minhas relações, pediu-me imediatamente a presença em sua casa. Meti-me na clássica sobrecasaca preta, e lá me fui. Ouvi, então, que era de tôda a conveniência da família, principalmente por motivos econômicos, a nomeação do maj. Bocaiúva para o cartório vago. Que eu amparasse tal pretensão, levando-a a Rui, para êste defendê-la junto ao presidente. (Eu, que sonhava tanto com um tabelionato para mim!) Falei a meu cunhado, e logo o vi de cara amarrada: – “Como? A que título pedir eu isto ao Rodrigues Alves?” – E para aliviar-se: – “Faça-me você uma sugestão, seu Carlito?” – “Muito simples! Alegue que é para atender ao médico que tanto lhe servira, em ocasião de moléstia bem grave, e que, portanto, não sabe como equivar-se à solicitação, que lhe parece justa.” – “Pois bem, direi isto mesmo.” – E fêz a carta, e foi logo atendido. Estava, afinal, em boa paz com o Catete. Essa paz se projetaria no governo do cons. Afonso Pena, mais franca, mais aberta, mais firmemente.

105 — A BAHIA COM RUI, COMO SEMPRE

Mas é preciso ressalvar que Rui não foi haurir prestígio junto ao presidente mineiro. Na Bahia, seu nome sempre se manteve na estima do povo, que por último lhe fizera a consoladora manifestação da volta do exílio. Figuras de destaque social nunca cessaram de louvar-lhe a individualidade. Na imprensa, veteranos como Requião, Lélis Piedade e Aluísio de Carvalho (*Jornal de Notícias*), e o dr. Virgílio de Lemos (*Diário de Notícias*), bem como novos, do quilate de

(1) Este parecer está publicado nas *Obras Completas*.

Homero Pires e Lemos Brito, não deixavam esmorecer a chama da admiração da terra ao seu grande filho. De sorte que Rui tinha, nela, se não arregimentada e ativa, uma corrente partidária em estado latente, pronta para acompanhá-lo ao menor aceno. Haja vista o fato de Virgílio de Lemos, de larga cultura literária, jurídica e filosófica, emérito professor de direito, e o mais ilustre jornalista baiano do seu tempo, creio eu, chegar a levantar, em 1903, a candidatura de Rui ao governo do Estado (sucessão de Severino Vieira : 1900-4), e, em 1905, à presidência da República (sucessão de Rodrigues Alves : 1902-6). Rui, porém, desautorizou ambos êsses movimentos, para apoiar, no primeiro o dr. José Marcelino de Sousa que seria sempre seu irrestrito amigo, e, no segundo, a Afonso Pena. De modo que, já ao fim do quadriênio Rodrigues Alves, tinha Rui, naturalmente, a Bahia a seu lado. Podia falar por ela nos conselhos da política nacional, desde que, por suas antigas relações pessoais com Afonso Pena, nisto assentiam Severino Vieira e José Marcelino. Desavindo êstes, em 1907, Rui atuou, junto a Afonso Pena, no sentido de prestigiar-se a facção do segundo, que conseguira impor o seu sucessor (dr. João Ferreira de Araújo Pinho : 1908-12). Continuou, portanto, a ser o chefe da política baiana no centro. Viram-no assim Pinheiro Machado, Rodrigues Alves e Afonso Pena. Assim o reconhecia o nosso mundo político. E eu, quando, achando-me na Bahia, em 1903, foi levantada a candidatura de Rui ao governo do Estado — o que em absoluto não podia convir-lhe — só para servir ao seu nome, mandei imprimir grande quantidade de cartões-postais, em que êle aparece no retrato oficial de ministro da Fazenda. Muita gente enviou, nêsses veículos, mensagens de saudações, não só a êle como a amigos de todo o Brasil. Foi um sucesso sem exemplo entre nós. Há, no arquivo de Rui, na *Casa* de seu nome, vários exemplares de semelhantes postais a êle próprio dirigidos.

106 — Meca de políticos

Ainda mais no governo de Afonso Pena, transformou-se S. Clemente na Meca dos políticos baianos. Sobretudo de deputados, dentre os quais alguns de notável valor pessoal. Cito, por exemplo, o Leovigildo Filgueiras, antigo florianista, que nutria, agora, a esperança de ser o sucessor, no Palácio das Mercês, do governador José Marcelino de Sousa, e, nisto, se manifestava claramente em sua assídua correspondência, quando em férias na Bahia, a Rui, e até a mim. Eu, sem queda para a política, me dava com todos êles, e de todos recebia, é claro, a melhor consideração. Sabia, entretanto,

distingui-los, como se nota o joio no trigo. Sómente a partir da cisão entre os chefes José Marcelino e Severino Vieira (1907), achando-se Rui em Haia, serenaram um pouco as visitas e romarias à Vila Maria Augusta, cessando a dos congressistas que ficaram com o segundo, colocado em oposição. José Augusto de Freitas (o Freitinhas de outrora) manteve-se ao lado de Rui, como continuaram o João Mangabeira (o dileto), o Virgílio de Lemos, e Elpídio de Mesquita, o citado Filgueiras, o Campos França, o Pedreira Franco e outros.

107 — NÃO ERA UM LOUVAMINHAS

Eu sou suspeito para falar sobre o dr. José Augusto de Freitas. Já seu pai, o distinto médico baiano cons. Freitas, me operara, eu menino, na Bahia. O filho, que brilhantemente fizera o curso de Recife, militou desde cedo na política de sua terra, pelos primórdios da República, e acabou vindo para o Rio, onde se firmaria como advogado, e alcançaria invejável situação econômica, na direção da Companhia Sul América. Minha estima por ele aumentava dia-a-dia. Seus triunfos, momentaneamente profissionais, me alegravam, pela confirmação de sua vigorosa inteligência e reconhecida cultura. Seu caráter me impressionava. Não era, diante de Rui, um louvamínhas, e sim um correligionário de singular envergadura moral, que se fazia respeitado tanto quanto sabia respeitar. Notando que ele, a seu lado, me tinha amizade, tomei-o e à querida d. Joaninha como padrinhos do meu caçula Fernando, que êles, à falta de filhos comuns, me levariam e educariam com esmero. Eu e Iaiá, portanto, lhes freqüentávamos amiúde a casa, bem próxima da de Rui, onde está hoje o Colégio Jacobina.

108 — JARRÕES AZUIS

Quando esperava a constituição do ministério do cons. Afonso Pena, onde se tinha como certo um baiano, passou-me pela mente que êste poderia ser o dep. Freitas, dado o seu destaque na bancada em que figurava. E pus-me a agir, certo de que os acontecimentos convergiriam comigo. Para reafirmação pública do relêvo de Rui entre os próceres do Estado, seria expressivo que se anunciasse uma manifestação da representação da Bahia, coesa, a ele, na data de seu aniversário, dez dias antes da posse do novo presidente. Com a manifestação, um valioso presente. Seria o par de jarrões azuis, que, por suas dimensões e extraordinária beleza, punha o meu cunhado de olhos compridos na loja dos irmãos Leornardos, à Rua do Ouvidor. Custava uma fortuna: Rs. 5:000\$000; mas, comprado

por meio de subscrição, podia ser. E fui catequizando o dr. Freitas (nunca me permiti tratá-lo senão assim), quer no sentido da manifestação, quer no do presente. E êle ia cedendo aos poucos. Eu lhe disse, afinal : — “Prepare-se ! Acabará ministro da Justiça.” — Ele ficou lisonjeado e um tanto confiante. Se eu lhe dizia... E, junto a Rui, um sutil trabalho, a sondá-lo, a tentar influí-lo, a querer vê-lo definir-se em favor do dr. Freitas. Até que lhe ouvi a concordância, se bem que em termos cautelosos : — “Sim, se consultado, apontá-lo-ei para ministro da Justiça.” — Corri ao compradre e lhe confiei a nova com tôdas as reservas. Então, decidiu que se trataria da manifestação do dia 5, e se faria o presente dos jarrões, em nome da bancada baiana. Mas, antes da data esperada, o Afonso Pena deu por organizado o seu ministério: à Bahia coube, não a pasta da Justiça, e sim a da Indústria, Viação e Obras Públicas, na pessoa do jovem eng. Miguel Calmon. É que o presidente com êle muito se engracara por lá, durante a excursão ao Norte, antes de assumir o poder, e isto infuiria na escolha.⁽¹⁾ Para a Justiça iria o dr. Augusto Tavares de Lira, môço de muito valor, do Rio Grande do Norte. Morreu, então, por falta de calor, a idéia da manifestação. O dr. Freitas amou-se, pois seu nome estivera em muita evidência. Queria culpar o Rui. Testemunhei-lhe a perfeita correção de meu cunhado, e responsabilizei o Pena, que era sabidamente voluntarioso. Rui, todavia, não chegou a se aborrecer de todo, abandonando, mesmo, por achar feliz o critério presidencial. Já nas vésperas do dia 5, restando-me a esperança dos jarrões, vou ao compradre decepcionado : — “Então, dr. Freitas, e o presente?” — “Que presente?” — “Os jarrões.” — “Que jarrões?” (Tinha o ar mais cônscido dêste mundo.) — “Não se lembra? Não combinou comigo que os jarrões da loja dos Leonardos seriam dados de presente ao Rui, no dia 5?” — “Eu... dar jarrões ao Rui?!” — “O senhor, não: a bancada.” — “Ora, meu compadre, tratemos de outra coisa...” — “Como outra coisa? Não sabe que eu já o preveni? Que êle está esperando? Com que cara vão os senhores ficar? Então, os jarrões eram por causa da pasta, que falhou?” — No dia 5 de novembro de 1906 o casal amigo — dr. José Augusto e d. Joaninha de Freitas — compareceu distintamente ao festivo aniversário de Rui, e o presenteou com os riquíssimos jarrões, que se conservam no salão nobre da casa de S. Clemente.

(1) Rui quase brigou com Pena por causa da nomeação do Calmon. As cartas trocadas entre ambos a êste respeito foram publicadas por d. Marieta Mercedes Lopes de Sousa in *Rui Barbosa e José Marcelino* (Casa de Rui Barbosa, 1950). Rui só recuou quando — ao que se soube — o próprio Calmon o procurou e pôs a pasta à sua disposição, dizendo que só a aceitaria com a aprovação de Rui e do governo baiano.

109 — IR OU NÃO IR, EIS A QUESTÃO

O fato mais relevante das boas relações entre Rui e Afonso Pena foi, sem dúvida, o convite para a embaixada de Haia. Agradaria isto, porém, ao convidado? Ser-lhe-ia algo vantajoso? Sentir-se-ia preferido outro brasileiro? Não, em absoluto. E dou o meu testemunho da já afirmada indecisão de Rui em aceitá-lo. Diz-se que era por ele temer de suas próprias possibilidades para a grande missão universal. Seria, em parte, por essa razão, pois um fracasso no cenário de Haia, à altura da vida em que já estava, valer-lhe-ia tanto quanto a morte física. Mas, em grande parte, o receio seria pelas dificuldades financeiras posteriores, desde que teria de afastar-se, como se afastou por alguns meses, de suas atividades profissionais, e de ver retardada a solução de algumas das suas causas já submetidas à justiça, a começar pela do Estado do Amazonas. Outro sem o seu interesse público, o seu ânimo de lutador, o seu acendrado civismo, o seu brio político, recusaria ao primeiro balanço dos prós e contras. Mas, Rui... No justo momento, fêz-se notar a atuação amiga de Antônio Azeredo, para que ele aceitasse. Sincero e íntimo, presentindo um dos fatores da hesitação, Azeredo correu ao prefeito, gen. Sousa Aguiar, a fim de tomar-lhe o compromisso de abreviar-se na Prefeitura o processo do pagamento, em apólices municipais, da indenização devida ao com. Antônio Martins Marinhos, pôr força de sentença judicial em causa que Rui patrocinara, e que alguma coisa lhe renderia. Azeredo — que sabia ser amigo, mas, antes de tudo, era político — conseguiu remover o maior obstáculo. Rui criou coragem, certo de que, regressando de Haia, disporia de recursos para retomar o ritmo de sua vida dispendiosa. E, pois, decidiu-se pela aceitação, com todos os sacrifícios pecuniários, nunca, porém, podendo banir do espírito a tremenda suspeição de vir a falhar. Deus o amparou. Glórias para o Brasil. Vitória do governo de Afonso Pena.

110 — RUI E AFONSO PENA

Depois do êxito de Haia, as relações entre Rui e Afonso Pena deveriam estreitar-se ao extremo — pois não? — tanto mais que se conheciam, um ao outro, cordialmente, desde quando estudantes em São Paulo, e em todo o curso de suas longas carreiras políticas — esta, tranqüilíssima, e aquela, por demais agitada — se reencontravam sem a recordação de quaisquer atritos. Sei, entretanto, que o mineiro era “de amargar.” Rui sentia-o e retraía-se. Excepcionalmente, visitava-o, no Catete ou no Rio Negro. Maria Augusta mui poucas

vêzes cumpriu o dever social de ir ver-lhe a família, aqui ou em Petrópolis. Muita afeição houve, até certa época, entre Baby e Dora, a filha mais môça do casal Afonso Pena, que por isto a recebia carinhosamente. Mas, o pedido de Rui, para ser nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal o des. José Joaquim de Palma, visto que jurista notável e socialmente irrepreensível, esse pedido nunca mereceria consideração. ⁽¹⁾ Aos ouvidos de Rui chegou a observação de que Pena, quando eu trabalhava junto a Pinheiro Machado para obter um cartório, à revelia de meu cunhado, comentara: — “Se o Rui, antes de ser presidente, já quer o cunhado tabelião, quanto mais chegando a sê-lo.” (Admitia-se, então, a candidatura de Rui.) — Um amigo meu, das relações de S. Clemente, o dr. Clímaco Barbosa, subiu autorizado as escadas do Catete, e falou a Pena: — Senhor presidente, eu sou reconhecidamente um republicano histórico, e, por meu caráter, acho-me em difícil situação econômica. Falta-me em casa até o pão para os filhos. Venho respeitosamente apelar para os sentimentos de v. ex., esperando uma colocação correspondente à minha profissão de médico.” — Atalhou-o o mineiro: — Senhor doutor, o governo não é padaria.” — Foi uma crueldade, que a todos nós molestou. Assim não ocorreu, todavia, com Edmundo Bittencourt, quando no Catete demoradamente se fazia ouvir, logo depois da posse presidencial. A certo momento, e talvez por cálculo, o chefe da copa penetrou no salão da audiência e anunciou que o jantar estava à mesa. Edmundo Bittencourt comprehendeu e, desembaraçado: — “Vá, senhor conselheiro, que eu já não o perturbarei. Despeço-me de v. ex.” (Foi o que muitos souberam, e de que nunca me esqueci.) — O fato revela que o ríspido Afonso Pena sabia suportar com tolerância um diretor de jornal como o *Correio da Manhã*.

111 — CARTA DE REBELDIA

Comprovaria o temperamento de Afonso Pena esta versão da maneira como ele lançou e oficializou a candidatura do dr. Davi Camista, segundo se propalou na época talvez com malícia: — O chefe do governo reuniu o ministério, e ao fim do encontro usou da palavra, assim, mais ou menos: — Tenho a comunicar aos senhores, que é candidato à minha sucessão na presidência da República o ilustre senhor ministro da fazenda, que se acha presente. — Os outros cinco titulares (ao tempo eram seis) bateram entusiásticas palmas a

(1) Houve, aliás, troca de cartas entre Rui e Pena, sobre a solicitada nomeação do des. Palma para o Supremo Tribunal Federal. Veja-se, pois, o arquivo da correspondência de Rui, na C.R.B.

esse edito, em tom consular. Principalmente o mar. Hermes, que, ao retirar-se com alguns dos colegas, exultava, achando muito feliz a iniciativa presidencial. Semanas depois, escrevia él ao presidente a carta em que se declarava candidato, fulminando-o. Tais fatos, na sua essência, pertencem à história; mas o que ela ignora é que a carta do Hermes ao Pena, que lhe causaria o irremediável “traumatismo moral”, foi redigida por Antônio Azeredo, com tino bastante para não figurar como bagageiro de nenhum vitorioso. E era por él que Rui sabia de tudo quanto se passava nos bastidores da politcalha, até separarem-se os dois: um, no civilismo, e o outro, no militarismo renascido. Voltando a Afonso Pena, direi que Rodrigues Alves, sem ter menos fibra, era mais sensível.

112— ESCRÚPULOS EXCESSIVOS

O dr. Davi Campista afigurava-se um homem fino e encantador, sem prejuízo do seu caráter e de seu civismo. Rui nada perderia com él na presidência da República. O que o revoltou foi o processo adotado pela Pena, quando lançou a candidatura do seu ministro. O fracasso desta converteu-se em desgraça nacional, que só aproveitaria aos menos capazes, em todos os sentidos. Digo-o porque me dava muito com él, Campista. Morávamos na Rua S. Clemente, lado a lado. Mantinham íntimas relações, por isto mesmo, sua família e os meus. Minha Maria Luísa tomou por madrinha de crisma a filha dèle, Lucila. (Ainda hoje conservam elas, sem arrefecimento, a velha amizade daqueles dias.) Quanta e quanta vez, do alto de minha janela notei parar, pela manhã, na porta da casa contígua, depois de candidato o seu dono, um automóvel de grande personagem. Sabem quem? O gen. Pinheiro Machado, que ainda não se via obrigado a embarcar no trem do hermismo. Nessa ocasião, ouvi do ilustre vizinho, ao lado de sua senhora, estas palavras afeituosas: — “Jusita, levaremos o Carlito para o Catete, se até lá formos.” — Ao que respondi: — “Não, meu querido amigo. Tenha por certa a minha recusa, porque não sou homem de gabinete.” — Mas, saberia eu tirar partido da amizade assim, de um ministro da fazenda? Vejamos. Quando Rui chegou triunfante de Haia, veio a mim o dr. Caldas Viana, seu antigo companheiro de escritório, já redator do *Jornal do Comércio* e inquiriu-me: — “Carlito, aqui tenho um bom negócio. Quer saber?” — “Como não?” — E él explícou-me que o Tesouro devia 3.000 contos ao Severino, empresário de companhia teatral, por efeito de decisão passada em julgado. Dava él, pois, 400 contos a Rui para, como advogado, pleitear o pagamento. — Assumi atitude de ofendido: — “Então, parece-lhe que Rui

é homem para se interessar por assunto assim, puramente administrativo, e neste momento em que volta de Haia?" — Saí dali e fui contar-lhe o sucedido. — "Respondeu muito bem", — disse-me êle. O dr. Caldas Viana deixou o caso, que foi cair nas mãos do juris-consulto Ulisses Viana. Sem tardança, eu soube que tudo havia sido conseguido facilmente. Estranhei aquela pronta acessibilidade ao titular da Fazenda, e, em conversa com o Caldas Viana, ouvi-lhe estas palavras: — "Nada de mais. O pagamento já estava autorizado. Faltavam apenas recursos no Tesouro. Quando o Ulisses falou ao Campista, havia-os." — Vê-se que eu afinava com os escrúpulos excessivos de Rui; e se vê também que havia em mim o devido respeito ao homem-de-bem que se chamava Davi Campista.

113 — IDÉIA FIXA

Quando começou a campanha civilista, faltava-lhe um órgão próprio, e disto eu ouvia queixas, murmuradas em torno de Rui, por figuras eminentes, como o sen. José Marcelino, os deputados Irineu Machado, Pedro Moacir e outros. É que, a princípio, o *Correio da Manhã* se mantinha em posição dúbia, com o redator Gastão Bousquet a favor de Hermes, e o Leão Veloso (Gil Vidal), deputado civilista, na defesa de Rui. Seria preciso que d. Amália Bittencourt, senhora de fibra, telegrafasse ao marido, que se achava na Europa, insistindo por que o jornal se definisse pelo civilismo, para isto, afinal, se dar. Mas, quem o adivinharia? Em certo momento, pois, acudindo ao desejo que eu trazia comigo, exclamei para a roda de S. Clemente: — "Pois eu vou fundar um jornal!" — Rui retrucou-me incisivo: — "Fundar um jornal?! Você está louco!" — "Hão de ver!" — A réplica de Rui tinha suas razões: uma, que eu, como funcionário público, me expunha a fatal sacrifício; outra, que, por causa de jornal meu, já havia purgado muito, e estava provido da mais amarga experiência; finalmente, que uma fólha custaria o dinheiro, de que já não me era fácil dispor. Além disto, ainda me doía a peça do Alcindo Guanabara, com quem eu fizera a segunda *A Imprensa*, para ficar à disposição de Rui (que nunca se serviu dela), e que, na hora precisa, êle, Alcindo, segurou, dizendo-me "que os seus amigos não queriam que largasse o revólver que tinha na mão". Respondi-lhe, então, que instalaria ali mesmo um órgão, defronte daquele, com melhor capricho, para combatê-lo. Ficasse certo. — "Bandeira, não faça isto. Você vai aborrecer-se. Sofrerá muito. Acabará sendo demitido do seu emprêgo." — "Você vai ver. *seu* Alcindo!" — De sorte que, quando eu afirmei, em S. Clemente, que ia montar um jornal, cedia à idéia da ameaça assim feita a quem, aliás, me dava os mais prudentes conselhos.

114 — LEVADO À BRECA

Reunindo uns 40 contos, para começar, comprei, por opção, as máquinas de *O Brasil*, fôlha criada primorosamente pelo eng. Roxo Roiz, e que depressa fôra à garra. Tomei dois pavimentos altos num edifício da esquina de Assembléia com Rio Branco, onde há hoje um arranha-céu. Providenciei salas e oficinas com todos os requisitos, já apalavrado o dr. Pedro Moacir, valoroso tribuno gaúcho, como redator-chefe. E disse a Rui que a fôlha se intitularia *Diário de Notícias*, para destruir êle o militarismo, assim como com o outro aluíra o Império. Já aí o Pedro Moacir achou de manifestar-me estranheza, por não tê-lo ouvido sôbre o nome do jornal. Com pouco, tomaria atitudes e fazia sugestões e exigências pelas quais vi logo que era um divergente, antes que convergente. Contudo, a peleja foi travada com *O País* e *A Tribuna*, os quais, próximos ao *Diário de Notícias*, ocupavam os outros vértices de um triângulo de lutas em pleno centro urbano: os primeiros, hermistas; o último, civilista. É como, obviamente, as violências seriam sómente dos adeptos daqueles jornais contra êste, tivemos de resguardar até a segurança da sua entrada pelas ameaças de assaltantes de costas largas: à noite, fechado o portão principal, fazíamos ligações de fios elétricos, e molhávamos fartamente a área em volta. Era o aviso, e de nada mais precisamos. Mas, funcionário, achei de organizar a emprêsa como sociedade de ações ao portador, e tudo adquirir em nome de testas-de-ferro, aqui omitidos. Quando me abririram os olhos, fiz como a figura da anedota muito conhecida, isto é: risquei o fósforo, para ver se tinha gasolina. Tinha. Levei a breca. Alcindo riu-se de mim a valer, suponho. E mais riria quando, o marechal no poder, me vi demitido, numa vassourada de vinditas, que foi sem dúvida a primeira das glórias do governo recém-inaugurado. Nesse *Diário de Notícias*, em que tudo perdi, Rui escreveu um artigo em julho de 1910, alguns em 1911 (maio a outubro), e em 1912 (janeiro e fevereiro), já inflamado pelo outro fato glorioso daquêle governo, ou seja o bombardeio da Bahia.

115 — MAIS POBRE DO QUE NUNCA

Durante o governo de Nilo Peçanha (maio de 1909 a novembro de 1910), inaugurado com o célebre programa de “paz e amor”, Rui não fêz senão lutar contra tôdas as fôrças ostensivas ou ocultas das oligarquias estaduais dominantes, sincronizadas com o Catete. Aquêle vice-presidente em exercício já não podia ser o estadista que tanto o vinha distinguindo, e o visitara cordialmente dias antes da morte

imprevista do presidente Afonso Pena. E finda, com o pleito de 1.º de março de 1910, a campanha política, quando o país inteiro se agitou sadiamente ao verbo de Rui pregando o civilismo, cresceu contra êste uma onda tremenda, da mais insidiosa difamação. Dizia-se que êle se locupletara com o soberbo movimento cívico-democrático. Não bastava a sua completa exaustão física, quer pela série de conferências que proferiu em diferentes grandes centros eleitorais, quer pelas providências (atos e farta correspondência) relativas às eleições; nem a amargura das numerosas cartas de todos os dias, expondo-lhe perseguições de norte a sul, impostas aos que por sua candidatura mais se expandiram, muitos a cobrarem o impossível amparo de sua pena ou de sua palavra; nem a indignação, a revolta que ainda hoje causará a montanha de denúncias, daqui, dali, dacolá, contra a deslavada, cínica e afrontosa fraude eleitoral, que lhe arrebatou impunemente o mandato do povo; nem a interrupção total de suas atividades profissionais, meses seguidos; nem o sofrimento moral trazido pelas demissões do genro e do cunhado, como de tantos outros amigos pessoais, logo no início do governo marechalício. Nada disto bastava. Alardeava-se que os tesouros dos Estados da Bahia e de S. Paulo lhe encheram as burras. No entanto, Rui estava mais pobre do que nunca. Não podia sequer — êle, tão necessitado de afastar-se do podre ambiente político de então — não podia sequer fazer uma estação-de-água em Minas, como tanto lhe aprazia. Seria assim que, no imperativo de buscar repouso fora desta Capital, seguiu primeiramente com destino à fazenda dos primos Barbosa de Oliveira, no Rio das Pedras, em Campinas. De lá, então, escreveu-me as cartas de 26-12-1910, 3-1, 1-2 e 6-3-1911, depois das quais me vieram as de Poços de Caldas, aos 22-3 e 1-4 dêsse último ano, tôdas elas estampadas na segunda parte dêste livro. E lerem-nas hoje os sucessores dos que o infamaram, para sentirem o calibre da miséria dos seus antepassados. E verão : a fazenda, sem ônus, e, com o poupadão ali, os ligeiros dias da estância mineira, ao invés de uma restauradora excursão recreativa pela Europa, como sempre fizeram os que trazem os bolsos cheios. Ainda em 1913, Rui aceitaria, resignado, um veraneio à Praia de Ipanema, em casa cedida pelo conde Modesto Leal, para não deixar de trabalhar.

116 — TESTEMUNHO FIDEDIGNO

A propósito da infamação, guardo, há 10 anos, a resposta que inserirei adiante, do dr. Batista Pereira. É suspeito? Sim, suspeitíssimo. Mas, quem já o viu mentir? Note-se, portanto, como êle, trazendo-me à baila — porque eu, fundador do *Diário de Notícias*,

devia ter-me fartado com as sobras dos milhões da campanha civilista — note-se como êle à particularidade se refere:

*Rio de Janeiro, 10 de março de 1948.
15, Henrique Dumont, Ipanema.*

Meu caro Carlito.

Respondo ao seu quesito afirmativamente: Você no Diário de Notícias, durante o Civilismo, recebia apenas para o custeio da referida fôlha cinco contos de réis. Posso atestar o seu desinteresse e o seu espírito de sacrifício na referida Campanha, onde perdeu as suas últimas economias. Você sabe que o Civilismo custou ao nosso Rui mais de duzentos contos de contado e mais de dois mil de pareceres e causas foi forçado a recusar. O seu sacrifício, meu caro Carlito, seguiu o dêle.

É com grande prazer que afirmo as verdades acima e que mais uma vez repito a frase do Senador Alfredo Ellis em São Paulo ao repelir a calúnia de que Rui se locupletara com a campanha civilista: "a política só tem sido para o Rui a arte de empobrecer". Poderia o velho senador aduzir: "para o Rui e para os seus assistentes mais íntimos".

Você foi um desses, meu caro Carlito.

Um grande abraço do velho amigo e parente

BATISTA PEREIRA

117 — NÃO FOI SEM-MAIS-NEM-MENOS

Dois pontos, entretanto, precisam ficar bem claros: *um*, é que eu, esbulhado da propriedade do órgão, só estive nêle em curta fase da campanha civilista; *outro*, é que, por isto, só recebi três prestações da tal subvenção de 5 contos mensais. E tem ela sua história, que não perde em ser contada. Batista acompanhava Rui, em S. Paulo, naquela campanha, quando achou conveniente declarar aos próceres políticos paulistas, entre os quais se achava o dr. Cincinato Braga, que: O *Diário de Notícias* se fundara por iniciativa e mediante capital do cunhado do Rui, sr. Carlos Viana Bandeira, sem auxílio de nenhum Estado da União, muito menos de chefe político, e continuava vivendo com recursos próprios. Merecia, pois, a atenção do Partido Civilista, que deveria concorrer para sua manutenção. — Desde essa ocasião o dr. Cincinato Braga começou a entregar pessoalmente à gerência da fôlha os minguados 5 contos de réis, tomando de mim recibos em duplicata. Já datava de meses a circulação do jornal. Todavia, foi sem mais nem menos o auxí-

lio? Não. Prestando-o de comêço, o dr. Cincinato Braga deixou uma lista de milhares de nomes de pessoas de diferentes cidades paulistas, às quais urgia enviar-se, via postal, o chamado *baluarte da campanha civilista*. Esperava êle e acreditamos nós, que muitos se tornassem assinantes da fôlha. Se tal ocorresse, ainda bem. Mas, nem um só! E o certo é que nos sobrecregamos com os ônus do papel de impressão, dos selos e do aumento do pessoal para a distribuição estabelecida. O *deficit* decorrente da subvenção foi imediato. Tudo isto, eu, relembrando o assunto, para deixar Rui habilitado e considerá-lo, lhe expus em carta de 10 de fevereiro de 1911, que deve achar-se em seu arquivo, na *Casa* que lhe guarda o nome.

118 — SUSTO RAZOÁVEL

Mas, seria só a infamação o que restava, para Rui, da campanha civilista por parte dos *vitoriosos*? Veraneava êle na Praia do Ipanema, em casa cedida pelo conde Modesto Leal (ao lado do Colégio São Paulo, que ainda existe), quando mandou chamar-me com urgência. (Eu havia tomado, para a estação, uma casinha à Rua S. Expedito, em Copacabana.) Acudi-o na mesma hora, e êle contou-me que acabara de ser procurado pelo dr. Maurício de Lacerda, secretário do gabinete do presidente Hermes da Fonseca, a fim de o prevenir, confidencialmente, da possibilidade de atingi-lo alguma violência por parte de certos elementos categorizados. Convinha-lhe, pois, retirar-se de imediato do Rio. Assentamos logo que todos — nós dois, e os dêle, e os meus (pois eu não tomara gôsto pelo papel de refém na época do outro marechal) — partiríamos rumo à capital paulista; e assim fizemos sem perda de tempo. Lá, hospedou-se Rui em hotel do centro, o *Rotisserie*, e eu no *Francarolli*, próximo à estrada-de-ferro, no Brás. A verdade, felizmente, foi que, passado cerca de um mês, nos convencemos de que poderíamos regressar sossegados, o que realizamos.

119 — MANDAVAM OS TENENTES

E por que não temermos? Mandavam os tenentes. Já tinha sido executado o plano da intervenção na Bahia, culminado no nefando bombardeio (10-1-1912) ao sabor do general que navegava na onda dêles. Um que a si mesmo se intitulava “caboclo”, e era apontado com freqüentador de “terreiros” onde baixa “santo protetor”, coisa, aliás, do gôsto de muita gente boa, onde os há. E já se havia urdidido, também, a intervenção federal em S. Paulo, que, pensada duas vêzes, gorou. Gorou porque sua polícia era forte, disciplinada

e homogênea, pela instrução de missão militar francesa, e suprida de moderno material bélico. Só por isto. Nenhum general, por mais poderoso que lhe fôsse o "santo", se arriscaria a enfrentá-la, em proveito de tenentes ávidos de posições políticas, no cansaço das fileiras. Em S. Paulo, portanto, achar-nos-famos plenamente garantidos, quer pelo poder estadual, quer pela solidariedade do seu grande povo. E tão às claras lá estivemos, que a Rui ofereceu o dr. Alfredo Pujol um banquete distinto, a que eu, convidado, compareci com Iaiá. — Quanto à expressão "caboclo", linha acima, veja-se a entrevista do gen. José Sotero de Meneses com *O Século* de 14-2-1912, nesta Capital (comentada em RUI BARBOSA, *O Caso da Bahia — Petições de habeas-corpus — Obr. Compl.* — Vol. XXXIX. 1912 — Tomo I, pág. 232), onde ao leitor se depara esta passagem: — "Eles queriam passar a rasteira no caboclo, mas deram com as ventas no chão." — Linguagem de "terreiro", em que "eles" valem por todo o poder executivo e os órgãos legislativos baianos, ou sejam: ao lado do governo, o Senado e a Câmara dos Deputados, por suas maiorias, tudo violentamente derrubado, a ferro e fogo, por aquêle general e seus tenentes, futuros deputados federais.

120 — ORA BONS VENTOS, ORA VENDAVAIS

A minha demissão do cargo de agente-fiscal-do-impôsto-do-consumo, é claro que me causou graves embaraços, destruindo o ritmo de minha vida; mas não me trouxe desespero, nem me levou a pedir misericórdia, nem dinheiro emprestado a ninguém. Graças a Deus! Rui foi o primeiro a dissuadir-me de agir judicialmente, por eu não contar 10 anos de serviço. De sorte que o vi correr à justiça em socorro do Batista Pereira, e vencer, enquanto eu me arranjava com outro advogado, o dr. Lopes da Cruz. E o pão? Não havia de sair-me do *Diário de Notícias*, onde eu jogara as minhas últimas economias, para ver-me dêle esbulhado. Ensaiei, pois, uma lavanderia, onde reuni uns poucos contos de réis. Fechei-a para com esse dinheiro montar a sociedade mutuária *O Globo*, em cuja presidência coloquei Rui, que disto manifestara desejo, para eximir-se de presidir outra sociedade, de cuja organização se tratava; na vice-presidência, o dr. Irineu Machado; diretor médico, dr. Modesto Guimarães; secretário, dr. Francisco de Castro Filho; no Conselho Fiscal, o dr. Âlvaro Alvim e outros. Instalei uma fábrica de tintas de imprensa. Abri uma indústria de perfumes. Criei a emprêsa *Comercial Brasileira*, onde, exportando manganês, ganhei muito dinheiro durante a primeira-grande-guerra. Tentei o fabrico da soda cáustica por pro-

cessos modernos, montado *A Carbônica*.⁽¹⁾ Dei passos com um escritório de comissões e consignações. Em tudo isto, bem se vê que eu procurava aliar-me a homens operosos ou a capitalistas, muitos dos quais nunca deixaram de reconhecer em mim um sujeito corajoso, trabalhador e de bom conceito. Noutros empreendimentos já me havia metido, ou ainda me envolveria. Não estou aqui, porém, para fazer a história de minha vida à parte da de Rui. Direi apenas que nuns o vento me soprou bonançosamente pela pôpa; noutros, sacudiu-me com a fúria de vendaval destruidor; de cada naufrágio, porém, eu ressurgia mais rijo e mais animoso, até que... até que venci: voltei, no governo do presidente Artur Bernardes, ao meu lugar da Fazenda, abrindo mão dos atrasados. Foram, portanto, acima de 12 anos de espera, a lutar em vários campos, sem jamais faltar aos apelos de Rui, nem deixar de atender-lhe às costumeiras solicitações de todos os dias. Também nunca cessei a minha velha caça a consultas jurídicas e questões judiciais. Achando, ou levava a Rui, tal fosse a expressão da coisa, ou, não aceitando, ou não podendo êle comprometer-se, a propunha ao meu amigo do peito, dr. Francisco de Castro Filho, que, no frigir dos ovos, se lembrava de mim. Não digo que Rui de mim se esquecesse: eu é que dêle não iria exigir, ou esperar qualquer vantagem pecuniária, por saber que quanto lhe chegasse às algibeiras já estava sempre comprometido, ou para ser empenhado.

121 — PESCANDO PARA RUI

Falei da minha velha procura de consultas jurídicas e causas judiciais em proveito de Rui. Quantas teria eu apanhado? Torna-se difícil uma revelação exata. Hei-de referir-me à do Amazonas. Já aludi ao inventário dos bens imperiais. Mencionarei o caso da firma Salgado, Cardoso, Lemos & Cia. E ainda me ocorrem: o parecer relativo aos limites entre o Paraná e Santa Catarina (n.º 385 da bibliografia preparada por Fernando Nery); as razões de apelação do com. Domingos Manuel da Costa (n.º 437 da cit. bibliogr.); a questão do Estado do Rio Grande do Sul (n.º 544); o encargo dado

(1) Em 1918 (ou 19), sendo ministro da Agricultura o dr. Pereira Lima, foi aberta concorrência pública para a instalação de uma fábrica de soda cáustica. Procurado pelo químico industrial Paulo Dietrich, que se dizia profundo conhecedor do assunto, organizei a empresa *A Carbônica*, que pleiteou e obteve concessão para fabricação daquele produto, no Distrito Federal. Convidei Rui para presidente da companhia, da qual era acionista, e iniciamos a construção da fábrica, perto do Largo do Benfica. Chegamos a gastar nisso todo o capital da empresa, e nada obtivemos quando apelamos para o governo no sentido de pagar-nos o auxílio previsto na concessão. Assim foi que acabamos perdendo todo trabalho e o nosso dinheiro, porque não nos foi possível concluir a obra.

a Rui pelo dr. Ernesto Pereira Carneiro; e um parecer solicitado pela Companhia Sul América. Conseguí, ainda, que Rui fôsse tomado como advogado permanente do Lóide Brasileiro, da Companhia Marconi e do Banco Hipotecário. Quanto ao parecer relativo aos limites entre o Paraná e Santa Catarina, posso recordar-me apenas de que já havia sido proposto a Rui, cuja demora muito inquietava o interessado. Recorreu, pois, êste a mim, para arrancar-se o trabalho em breve prazo, o que me foi dado obter. As razões de apelação do com. Domingos Manuel da Costa se devem a ter sido eu procurado por êste, para servir de intermediário junto a Rui. Tratava-se de um português possuidor de terras e de uma fazenda no Paraná. Esta causa foi um insucesso para Rui, a quem nada rendeu, perdendo êle tempo e trabalho. (Havia disto, também.) O encargo do conde Pereira Carneiro rendeu a Rui 300 contos, e resultou de minhas relações com o capitalista e industrial pernambucano, que, dirigindo a Companhia Comércio e Navegação, se viu a braços, durante a guerra, com as solicitações do governo francês ao Itamarati, para servir-se, por arrendamento, dos navios da mesma emprêsa, em transportes interoceânicos, quando eram quase fatais os afundamentos por submarinos alemães. Estava na pasta das Relações Exteriores o ministro Nilo Peçanha. Rui conduziu o assunto de maneira bem feliz, e conquistou, afinal, a irrestrita estima de Pereira Carneiro. No arquivo da casa de S. Clemente deve existir farta documentação a êste respeito. A causa do Rio Grande do Sul, em ação contra êle movida pela *Compagnie du Port de Rio Grande do Sul*, tem uma história singular. Façamo-la, deixando para depois a do parecer dado à Companhia Sul América.

122 — MAQUINAÇÕES DO CORAÇÃO

Habituado a achar-me cedo na rua, atendo no telefono, às 7 horas da manhã, ao dr. Francisco de Castro Filho: — “Carlito, não saia, não vá à casa de ninguém” (Rui) “sem falar comigo. Espere-me aí, que irei tomá-lo em meu automóvel.” — Estamos rodando: eu, a puxar conversa, ardendo em curiosidade, e êle, eufórico, mas reservado para mortificar-me. A certa altura, bateu-me na perna e exclamou: — “Vais ganhar muito dinheiro!” — Judiava-me. Paramos à porta do dr. Sancho de Barros Pimentel, numa grande casa na Rua Barão do Flamengo, defronte do Hotel dos Estrangeiros, na Praça José de Alencar. Entramos. E eis que Castro recebe de Sancho uma consulta, feita pela *Compagnie du Port de Rio Grande do Sul*, em litígio com o Estado dos pampas. Por essa consulta, de que eu devia ser portador a Rui, e arrancar-lhe à toda a solução, lhe seriam pagos 300 contos. Quando eu ouvi falar em Rio Grande

do Sul, saltou-me no pensamento o dr. Borges de Medeiros com a sua ferrenha oposição a Rui; e, desde logo, entrei em maquinações, que não afinariam com os propósitos nem de Castro, nem do Sancho. Vislumbrava eu as grandes vantagens políticas que dali poderiam resultar para meu cunhado. Castro e eu deixamos depressa o Sancho, e, ao nos separarmos, já no centro da cidade, o meu plano estava perfeitamente delineado. Cumpria executá-lo. Eram mais de 10 horas. Já se abrira o Banco do Brasil (o banco que havia sido meu, e direi como). Fui ao gabinete do presidente, e fiz-me anunciar. Conheciamo-nos pessoalmente, o dr. Homero Batista e eu. Ele recebeu-me de imediato. Expus-lhe que naquelas poucas horas eu houvera sido feito portador de consulta da companhia tal a Rui, que ainda a desconhecia; e que, pela relevância do assunto, tomava a iniciativa de ir à presença dêle, Homero, acreditando ser mais conveniente que, ao invés de dar Rui o parecer, o Estado o chamasse à defesa de sua causa. O presidente do Banco do Brasil bebia-me ávidamente as palavras. Quando me dispus a ouvi-lo, saiu-lhe esta exclamação: — “Sr. Bandeira, que grande serviço está prestando à minha terra!” — E se comprometeu a telegrafar, no mesmo momento, para o governo de Pôrto Alegre, encarecendo o imperativo de contratar os serviços de Rui. Combinamos que eu voltaria à tarde; mas, decorridas algumas horas, sou procurado em meu escritório por enviado do dr. Homero Batista, que já instava por minha presença. Ouvi-lhe, então, que o dr. Borges de Medeiros aplaudia a escolha de Rui, e autorizava o contrato de advocacia, sem medir sacrifícios. Adverti logo que não se acenasse com dinheiro a Rui, a quem eu iria relatar todo o ocorrido, desde o instante matinal do meu contacto com o dr. Francisco de Castro Filho. Rui decidiria. Assim prevenido, o dr. Homero Batista mostrou-se ansioso por um resultado favorável. Quando, ao entardecer, conversei com Rui, ele ficou suspenso, e de entrada me disse: — “Mas, *seu* Carlito, em que entaladela você me coloca!” — “Escolha, Rui, ou a companhia, ou a paz com o Rio Grande.” — O homem imergiu-se numa profunda onda de hesitação. Eu, silencioso, aguardei-lhe a palavra decisiva. — “Bem, conversarei com o Homero Batista.” — “Restituo, então, a consulta ao Francisquinho?” — “Restitua.” — Não houve, da parte dêste, o mais ligeiro aborrecimento, depois de ouvir-me uma confissão sincera e minudente. E apenas comentou: — “Carlito, Rui não poderá jamais calcular a estima que você lhe dedica.”

As coisas acertaram-se entre Rui e o dr. Homero Batista. Com pouco, chegou a S. Clemente a papelada da causa. Mais alguns dias, manda-me o Homero recado, para saber se Rui já havia começado as razões, porque o prazo corria. Sondei-o. Nem uma pena! Outros recados seguiram-se. Não se alterava a situação. Homero mostrava-se nervoso, chamava-me, insistia no tempo a escoar-se, dizia-me dos pontos que deviam predominar na análise de Rui. Eu voltava a este, e reproduzia-lhe toda a aflição do presidente do Banco do Brasil, e, de oitiva, entrava na parte jurídica. Rui, uma vez, enervou-se: — “Você já examinou os autos?” — “Eu, Rui? Quem sou eu para examinar autos...” — E Homero: — “Sr. Bandeira, diga ao conselheiro, que o Estado não medirá sacrifícios, não olhará para despesas!” — “Não vamos por aí, dr. Homero: não é falando-se em dinheiro, que se apressará o Rui.” — Intimamente, porém, eu pensava que de 1.000 a 2.000 contos poderia ele levar, porquanto a causa era de 22.000. E Rui... nada! Aquilo era uma coisa absurda, incompreensível. E Rui... silencioso. E Rui... cai de uma pequena escada, em sua biblioteca (15-9-1915), e quebra a perna... E Rui aceita a embaixada a Buenos Aires (julho de 1916)... Quando ele regressou da Argentina, mostrei-lhe esta carta do dr. Homero Batista:

Gabinete do Presidente do Banco do Brasil.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1916.

Ilmo. Sr. Carlos Bandeira.

Meus cumprimentos.

De acordo com a autorização que, em carta de 26 do mês p.p., pede o Exmo. Sr. Senador Rui Barbosa de comunicar a V. S.^a o que porventura ocorresse na sua ausência, relativamente à questão que ao Estado do Rio Grande move a Companhia do Pôrto, apenas cabe-me informá-lo de que, à vista de não ser mais possível demorar em apresentar as razões de apelação na aludida causa, por estar aberta a vista ao advogado do Estado há quase dois meses, fomos obrigados a entrar com as requeridas razões, privados embora dos doutos suplementos do egrégio senador. Isto, porém, nada importa; o Estado não prescinde do concurso do Conselheiro Rui, o qual se poderá tornar efetivo assim que ele regressar de Buenos Aires.

Subscrevo-me com todo apreço

at.^o cr.^o obr.^o

HOMERO BATISTA

Rui, ao ler esta carta, sofreu um surdo abalo, que o emudeceu. Talvez nunca lhe tivesse acontecido caso semelhante. Laudeílino Freire foi o advogado substituto. Bem mais tarde, coube a Rui escrever quanto bastou para a defesa oral dos direitos do Rio Grande do Sul, no Supremo Tribunal Federal. Quando acabou de proferi-la, em 25-1-1919, não teve que aguardar senão a sentença favorável ao Estado, dada por unanimidade. Ganhou com isto... 150 contos. E o que perdeu com aquèle procedimento omissio, que só êle explicaria, ninguém poderá calcular. Em dinheiro e no terreno da política...

124 — DE QUEM FÔRA O BANCO DO BRASIL

Deixei afirmado que o Banco do Brasil *já havia sido meu*. Passo a explicá-lo, recuando, embora, um tanto, no tempo. Primeiros meses da República. Eu, zangão da praça, trabalhando com o corretor Luís Honold, tenho que ir à diretoria do instituto oficial de crédito, para levar ao barão de Quartim, um dos seus diretores, 50 ou mais apólices federais, de cuja compra êle encarregara nosso escritório. Subo a escadaria da entrada, e dou conta do meu recado; e quando, pelos corredores do antigo edifício daqueles tempos, me dirijo à saída, cruzam os meus passos com os do cons. Dantas, presidente do estabelecimento. — “Oh, meu filho! Que é o que o traz a esta sua casa?” (O velho chefe liberal, bem manso no falar, tinha muito êsse “meu filho” para quem quer que fôsse.) — Respondi-lhe, sem querer desviar-me da direção da rua. — “Espere. Venha cá. Deixe-me apresentá-lo a um amigo, aqui.” — Tomou-me pelo braço, e levou-me a uma sala, onde parecia cismar, em sua carteira, o cons. Diogo Velho, diretor também. — “Diogo, quero apresentar-lhe êste excelente môço.” — Revesti-me da necessária gravidade e... noto que o cons. Diogo Velho se fazia de surdo. Mirrado e um tanto corcundinha, afigurar-se-lhe-ia em mim um solicitante de emprêgo bem apadrinhado. — “É o Carlos Bandeira, cunhado do cons. Rui Barbosa...” — O cons. Diogo saltou, bem vivo e armado, já, de um sorriso cativante. Os três de pé, apertei a nobre mão estendida para mim com palavras amáveis. Agradeci-as, dizendo da minha profissão, e pedindo respeitosamente ordens. Estou me retirando. Os dois veneráveis anciãos acompanham-me, um à minha direita e outro à minha esquerda, ambos nas suas clássicas sobrecasacas negras. Brilhavam os olhos do cons. Dantas carinhosamente, através dos seus óculos de finos aros de ouro. E assim fomos até ao alto da escadaria conducente à rua. Diz o cons. Dantas: — “Adeus, meu filho. E não se esqueça de que êste banco é seu. (Como que as palavras lhe

saiam frisadas.) — Confirma o outro : — “Sim, meu rapaz, êste banco é seu” — Era de ficar convencido. Desci, entretanto, para a via pública, na perseguição habitual dos meus tostões.

125 — PERDA DE ALBUMINA

Vez por outra, ia eu ao gabinete do meu compadre dr. José Augusto de Freitas, presidente da Companhia Sul América. Um dia, deparei-me com êle num círculo de diretores, que discutiam sem chegar a acordo. Eu apreciava a cena, e, conhecido de todos, alvitrei : — “Por que não pedem um parecer ao Rui?” — “Bem lembrado”, redarguiu o Freitas. — Nessa cabeça-de-ponte, ponderei : — “Mas o homem cobra caro.” — “Quanto cobrará?” — “O preço é com êle.” — Mostrava, entretanto, que a ponderação era mais um grajejo. Redigiu-se logo a consulta, que, horas passadas, eu entreguei em S. Clemente. Rui satisfê-la sem demora, e pediu 30 contos. Voltei com o parecer à *Sul América*, e observei que ficaram contentes não havendo o mais leve reparo quanto ao preço. Antes do pagamento, alvitrei a Rui : — “Por que não faz com êste dinhiero um seguro de vida total de 50 contos, em favor de Cota?” — Por felicidade, êle não estava em apuros da ocasião (1909), e aceitou a idéia. Tratei do assunto na *Sul América*, e comuniquei a Rui a data em que devia apresentar-se para a inspeção médica. Esta seria conduzida pelo dr. João Moreira Magalhães que também era diretor. E que sucede? O seguro não podia ser feito, porque Rui perdia taxa elevada de albumina. Ouvi-o eu do dr. Magalhães, confidencialmente, com o conselho de que, sem se despertar a atenção do paciente, se obtivesse de seu médico uma dieta discreta, para fazer-se depois novo exame. Tranqüilizou-me o dr. Magalhães, recomendando-me que não alarmasse a família de Rui, porque o mal era correlativo à sua idade e vida intelectual intensa. Conversei com minha irmã, não deixando de ficar preocupado. Cota entendeu-se com o dr. Miguel Couto, que assistia a Rui, e a dieta se fêz sem êste dar por ela. Um dia, o dr. Miguel Couto realizou, lá mesmo em S. Clemente, ligeiro exame de micção (lembro-me de que se serviu de uma colher de sôpa na reação a que procedeu), e achou a situação excelente. Agora, era levar de novo Rui à *Sul América*, o que não seria fácil. A que pretexto? Ele dava o seguro por consumado, e só pensava no asunto pela demora da apólice. Falei-lhe que fôra avisado de que tinha havido troca de vidros, e, assim, confusão tal, que o melhor era ter-se novo material para segundo exame. Rui amolou-se : — que não era culpado pela confusão, que não lhe sobrava tempo a perder com as trapalhadas alheias, que não voltava

mais, e se atassem como pudessem. — Insisti maneiramente, e venci-lhe a resistência. O dr. Magalhães recebeu-o quase que brincando: — “Foi de propósito, conselheiro, para termos a honra e o prazer de outra visita de v. excia. Há de desculpar-nos. Prometo que não abusaremos mais.” — Rui procurou corresponder à delicada acolhida, e submeteu-se. Tudo bem.

126 — DA MÃE À FILHA

Mas essa história precisa ir adiante. Preenchido o prazo de 10 anos do seguro dotal, deu-se por saldada a apólice, e o dinheiro continuou na *Sul América*, a render juros. Imaginava eu que a qualquer momento Rui lançaria mão desses recursos, pois não lhe faltariam motivos. E falei-lhe: — “Rui, por que você não transforma o seguro, transferindo-o para o nome da filha solteira, a Baby?” — “E como é que se faz isto?” — “Muito simples. É só reformar a apólice, sem necessidade de mais exame. Eu resolverei tudo num momento.” — “Pois trate do caso.” — Preenchi na *Sul América* as fórmulas próprias e as levei à assinatura de Rui. Agora, a segurada era Maria Luísa Vitória Rui Barbosa. Ninguém mais o sabia. Decorridos 14 anos do primitivo seguro, faleceu Rui. Na data seguinte à do enterro, apareceu-me o Ruizinho, ainda mais sucumbido do que antes: — “Não sabe, Carlito, abri o cofre de meu pai, e lá só achei 5 contos de réis... E agora?” — “Mas vocês não ficaram tão pobres assim. Têm a biblioteca e as casas de Petrópolis e de S. Clemente. Quanto não valem elas?” — “E para os dias de hoje, Carlito, inclusive as despesas do inventário?” — “Bem, eu sei quem pode emprestar a vocês 50 contos, já e já.” — Ruizinho respirou fundo, arregalou os olhos como a querer agarrar afilivamente a bôia ao alcance da mão, e perguntou-me: — “Quem é?” — “A Baby.” — “A Baby?”, “Sim, a Baby, para quem Rui deixou essa quantia num seguro de vida da *Sul América*.” — Foi a salvação. Depois, pagaram-lhe o seu dinheiro, e ela comprou o terreno onde construiria duas pequenas e boas casas na Rua Santa Clara. Deus abençoou tanto essa herança, que vale a pena de indagar à hoje viúva do eng. José da Costa Guerra, que foi feito dessa duas propriedades. Porque, em sua resposta, não falará em menos de 1.800 contos. (Não era, pois, sem fundamentos que Rui, gracejando entre os seus, dizia: — “Se eu fôsse presidente da República, o meu ministro da fazenda era a Baby...”)

127 — UM GRANDE SUSTO

Mas, retomemos Rui em vida, porque ainda há bastante o que contar de nós. É sabida, por seus biógrafos, a luta que ele travou,

na imprensa, no Senado e no Supremo Tribunal Federal, por motivo do sanguinoso bombardeio da Bahia. Sua saúde, tanto ou quanto refeita no descanso de cerca de 5 meses, entre a quietação sadia da Fazenda do Rio das Pedras e as virtudes do clima e das águas de Poços de Caldas, mal resistira ao tremendo abalo. Pois se ao barão do Rio Branco o choque moral do crime, pelo descrédito que acarretou aos foros da civilização brasileira, trouxe-lhe a enfermidade e a morte... Finda a peleja, em que Rui cresceu ainda mais na admiração dos brasileiros, teve êle que voltar orgânicamente arrasado àquela estância mineira. Lá, tomou casa, em que ficaram Maria Augusta, Dedélia e Batista Pereira. Ruizinho ia ver os pais de vez em quando. Davam os jornais do Rio, diariamente, notícias daquela periclitante saúde, que, em abril de 1912, chegou a ser desesperadora. De todo o país choviam para S. Clemente e Poços de Caldas telegramas em que se indagava de Rui, e se erguiam preces por seu restabelecimento. Lá estive, nessa fase angustiosa. Levei comigo o dr. Modesto Guimarães, para conhecer também das condições físicas de meu cunhado, ou dêle despedir-me. Esse médico já me havia salvado a Iaiá de uma enfermidade indefinível. Tomando-a aos seus cuidados, modifcou-lhe todo o regimem terapêutico, e prescreveu a ela imediata mudança de ambiente. Fomos então para Petrópolis, e logo as cores, a disposição e a alegria voltaram a minha mulher, quando eu já estava começando a desanamar. Depois, tudo certo, ao solicitar ao dr. Modesto Guimarães a conta, respondeu-me que à sua pessoa é que cabia pedir a mim e a Iaiá um favor: — Que lhe batizássemos a Edina. Eis-nos compadres e escravos. Posteriormente, Dedélia, mocinha, volatilizava-se numa grave astenia. Rui e Cota desesperavam-se, entre médicos e vãos remédios. — “Por que não experimentam o dr. Modesto Guimarães?” — Vi narizes torcidos. Não era “sumidade”; não personificava a ciência médica. Mas, afinal, concordou-se. E o meu amigo, agindo mais por hipnose, pois de drogas muito pouco se servia, deixou a moça perfeitamente sã. Foi êsse facultativo que a uma simples palavra de convite, que lhe dirigi, se prontificou a ir comigo até Poços de Caldas. Não cobrou nada por isto, quando lhe pediram a nota. Deu-se por honrado em estar ao lado de Rui alguns dias, para deixar-nos animosos. Com pouco mais, a têmpera de meu cunhado vencia a crise. Mas, que foi grande o susto da família, dos amigos e de todos os pais, não há dúvida que sim.

128 — NOVOS ASPECTOS

E as coisas tomaram novos aspectos. Marcha o governo marechalício, rubro e sáfaro, para o ocaso. Está-se a cogitar do seu sucessor.

Em todo o país, recomeça-se a murmurar o nome de Rui. Registam-se na Bahia, por parte dos que sempre o acompanharam, entre os quais se destacavam Virgílio de Lemos, João Mangabeira (o sacrificado), Homero Pires, Lemos Brito e outros, movimentos de certa repercussão. Em Minas já se concentram pronunciados esforços de paredros situacionistas, que pensam abertamente no homem de Haia e do civilismo para a derrubada de Pinheiro Machado. Belo Horizonte palpita na organização de comitês e de planos de campanha. Lá, um Bernardino de Lima e um Augusto de Lima, sempre amigos e admiradores de Rui, assumem a dianteira da proclamação de sua candidatura. Ele de tudo está sabendo, mas não se inflama. Vejo-o completamente apático. As mossas do que havia sofrido eram-lhe vivas e profundas. Recebo, então, este recado do dr. Francisco de Castro Filho :

Carlito

Negócio urgente que diz respeito a V. e ao nosso Rui. Procure-me hoje no Pôrto das 2 às 5, e logo que chegue avise ao Coelho p.ª chamar-me.

Não falte.

FR. C.

24/12/913

(Ele era advogado também da Port of Pará, a cujo escritório me chamava. Coelho, o porteiro de seu gabinete.)

Quando cheguei, lá estavam umas poucas pessoas, e entre estas o dr. Manuel Vilaboim, político paulista, filho da Bahia, meu velho conhecido. Com a minha presença, os demais se retiraram, de modo que ficamos a sós o Castro, o Vilaboim e eu. — “Aqui está o homem” — disse o primeiro ao segundo, indicando-me. — Este respondeu : — “Não pode haver melhor.” — Dispensei-me de escrever sobre esse encontro, desde que posso reportar-me ao dr. João Mangabeira, em seu notável livro de 1943 (*Rui — O Estadista da República*, pág. 192). Vejamos :

“HERMES E RUI — Todavia, por mais estranho que pareça, Pinheiro Machado, evidentemente de acôrdo com o marechal Hermes, tenta, em 1913, a candidatura Rui. Incumbe Manuel Vilaboim e Francisco Castro Filho de sondarem Rui sobre a aceitação de sua candidatura, uma vez que não insistisse na revisão constitucional. Até mesmo porque Pinheiro estava certo de que Borges de Medeiros com isso não concordaria. Vilaboim e Francisco de Castro, porém, julgaram preferível, antes da conversa direta, tanto receavam a recusa de Rui, incumbir Carlos Bandeira, cunhado dêste, de fazer a primeira tentativa. A recusa foi imediata e decisiva. Ele próprio

já o dissera em carta de 28 de novembro: "Não sou uma pessoa, mas um programa." E, na campanha civilista asseverara: "Se me perguntam qual é o meu programa, eu lhes respondo: — O meu programa está na minha vida."

"Não tendo êxito essa iniciativa, renovou-a Pinheiro, através de Hercílio Luz, políticamente ligado a Rui. O senador catarinense procurou Carlos de Sousa Dantas, que aí está vivo e são, filho de Rodolfo Dantas e íntimo da casa de Rui, e pediu que obtivesse dêste hora para recebê-lo. Disse então a Carlos Dantas que Pinheiro desejava apenas uma entrevista a um jornal, na qual Rui não insistisse na revisão. E era o bastante para Borges de Medeiros sufragar-lhe o nome, que o marechal já aceitara. E quando Carlos Dantas, à tarde, tudo comunicou a Rui, este lhe disse: "Diga ao Hercílio que venha amanhã almoçar comigo. Mas é inútil tocar no assunto. Eu sou um programa: e seu primeiro ponto é a revisão. Não sou homem para subir à presidência transigindo com os meus princípios." Hercílio foi. E pela tarde repetia a Carlos Dantas mais ou menos essas palavras, que o desalentaram. Não compreendia essa atitude teimosa e obstinada.".....

129 — QUESTÃO LIQUIDADA

Entrei, portanto, nesse grave assunto como Pilatos no Credo. Cabe-me, destarte, concorrer para que o episódio se esclareça tanto quanto de mim dependa. Assim, pois, só tenho por acrescentar que, depois de ouvir o dr. Vilaboim, afirmei a certeza da discordância do meu cunhado, nestas palavras: — "Rui não podia sair daquilo", isto é: do programa de revisão constitucional, de que se tratou. E a nenhum passo me comprometi. Não gostava de meter-me em política. Naturalmente que logo dei contas a Rui de todo o ocorrido. Assim, quando o sen. Hercílio Luz, em S. Clemente, ensaiou entrar na matéria, Rui lhe cortou o pensamento com estas palavras, antes das que se lhe atribuem: — "É excusado. O Carlito já liquidou esta questão." — O interessante é que acerca dêsse acontecimento eu só vim a conversar com o dr. Homero Pires, num almoço em minha residência, muito depois da morte de Rui; de sorte que me causou surpresa vê-lo referido pelo dr. João Mangabeira. E já que de tanto se sabe, saiba-se ainda que, fazendo-se-me de isca para apanhar-se a Rui em pescarias partidárias, eu cheguei a ser visitado, naquela época — pasmem os leitores — pelo dr. Carlos Peixoto Filho, a figura mais destacada da oposição parlamentar a Pinheiro Machado e a grande esperança do *Jardim da Infância*, de tanta evidência. — E há quem diga que Rui viveu correndo atraç do poder!

130 — MANÁ CAÍDO DO CÉU

A referência à Companhia Sul América trouxe-me a recordação de certo fato, que, mesmo negativo, vale ser registrado. É que indo eu ao encontro do meu compadre dr. José Augusto de Freitas, dou, lá, com él, como que à minha espera, entre o diretor, dr. João Moreira Magalhães, e o advogado Laudelino Freire. — "Carlito, temos um assunto para você resolver com o Rui" — falou-me o presidente da companhia. E fui inteirado de que êles pensavam na publicação imediata das obras de Rui, sob as seguintes condições: Reserva dos direitos do autor, que ficariam mantidos; direção intelectual do dr. Laudelino Freire; 45% dos lucros da venda assegurados a Rui; 5% a mim; e os 50% restantes para a emprésa que iriam organizar. Rui teria ainda 7 contos mensais par proceder à revisão das obras, antes de serem entregues ao prelo. Quanto à minha parte, protestei: não aceitaria nada, porque não me via com direito a nada. E só transmitiria o assunto a Rui se lhe pudesse dizer que 50% eram para él. Isto aceito, corri a S. Clemente, certo de estar levando um maná, caído do céu. Mas Rui não se entusiasmou. Disse-me que ia pensar. Quanto él dava dessas respostas... Quando deixava papéis de lado, para ver depois... — "Mas, homem de Deus, decida isto logo, pois o que querem é resposta urgente." — "Amanhã." — No dia seguinte, o Freitas: — "Então, Carlito, que resolveu o Rui?" — Entressorri, e respondi-lhe ter-se él emprazado para decisão à noite. Mas, deixando a labuta da rua, à tarde, toquei para S. Clemente, e varei pelos corredores até à biblioteca, onde era certo encontrar meu cunhado, que não havia saído de casa. De fato, vi-o com o des. Palma e minha irmã. — "Rui, o Freitas acaba de pedir solução rápida da proposta de que ontem falei a você." — "Carlito, eu tenho um compromisso, a êsse respeito, com o Ruizinho e o Martins." — Não me restou senão voltar ao Freitas, como fiz, para narrar-lhe o ocorrido. Mas devo deixar esclarecido que nenhum fruto resultou do compromisso a que Rui se referiu.

131 — MÃOS E FRONTE FRIAS

Por falar no Laudelino Freire, deixem-me fazer sobre sua pessoa ligeiro registro: o do desejo que él tivera de que Rui o recebesse, contando comigo para isto. — "As suas ordens. É quando você quiser. Basta falar-lhe antes." — Mas o Laudelino tinha e não tinha pressa. Eu pensava que él queria levar um assunto bem estudado, para enfrentar Rui. — "Não se preocupe, homem, porque não

há ninguém mais simples na intimidade do que êle." — Chegou o dia. Com o jovem e talentoso sergipano, a quem Rui se agradaria de receber, porque já lhe tinha do nome o mais lisonjeiro conhecimento, transpus a entrada da casa de S. Clemente. Vamos penetrar pela porta lateral. Assim que a alcançamos, Laudelino pára, saca o lenço, enxuga a testa e os pulsos, e mostra-se pálido. — "Bandeira, estou sem coragem. Veja como trago as mãos e a fronte frias!" — "Ora, seu Laudelino!" — Tomo-o pelo braço, galgo com êle os degraus internos, e com êle chego à biblioteca, onde Rui o esperava. O encontro foi cordial ao extremo. Vi que conversavam sobre letras e autores, e sei que ficaram estimando-se um ao outro, para sempre. Com o eng. Geraldo Rocha não houve suores gélidos, quando, para satisfazê-lo, o apresentei a Rui. Dirigia êle, nesse tempo, a *Port of Pará*, sendo pessoa dileta de Farquhart. Estava de viagem para a Europa, e dêsse pretexto se valia para apresentar despedidas em S. Clemente, e pedir ordens. Começava a ter nomeada. Fizera a odisséia da construção da Madeira-Marmoré, e, pois, dispunha de muito assunto fora do comum como exímio conversador. No dia seguinte ao dessa apresentação, disse-me Rui : — "Carlito, aquêle baiano, o dr. Geraldo Rocha, é um homem bastante inteligente." — Ficara, portanto, bem impressionado, e não era para menos; mas, não se conservaram amigos; não chegou a firmar-se estima entre os dois. Da desestima a Rui, aliás, e à sua memória, sempre viria a dar várias demonstrações gratuitas o baiano inteligente. Não sei que mal Rui lhe fêz.

132 — PAZ ENTRE BAIANOS

Evidentemente, Rui não subiu à presidência da República, sucedendo ao mar. Hermes, porque resistiu. O povo brasileiro sofrera demasiado, e se desiludira bastante do militarismo; e os políticos, que tinham a responsabilidade do comando da nação, tendiam afinal para o chefe do civilismo. Era a esperança que a todos restava. Mas êle muito e muito havia carpido, e trazia grandes chagas abertas. A dor sobre-humana, que lhe causava o grande número de pais-de-família, perseguidos políticos, com a nudez e a fome no lar, porque o acompanharam; essa dor, de que os gemidos lhe chegavam todos os dias, lhe era cruciante, por injusta e irremediável. Tomara a êle, com a sua apurada sensibilidade, poder estar bem longe, para não ouví-los em vão. Quem lhe adivinhasse os pensamentos entender-lhe-ia por certo uma constante e surda murmuração : — Basta de sofrimentos por minha causa ! — Sua tendência era, pois, para o alheamento, a abstenção. Restituído o Brasil ao governo civil do presi-

dente Venceslau Brás (1914-1918), homem que era todo equilíbrio e ponderação — a quem Rui deveu a nomeação de Raul Airosa para um tabelionato — o remédio do tempo curaria alguns dos males resultantes da época da bota-e-espora. Era deixá-lo atuar. Sem o incentivo do alto, sem mais o retinir de espadas no Catete, impôs-se natural moderação em suas sucursais, quero dizer, nos governos dos Estados; e de tal modo, que o que parecia impossível se tornou viável. Refiro-me às boas relações políticas, que puderam ser restabelecidas entre Rui e o dr. José Joaquim Seabra. A propósito delas, haja lugar para mais uma reminiscência, que começa pelo pedido que me fêz meu cunhado, em Poços de Caldas, de lhe arranjar eu uma causa, para quando êle regressasse ao Rio, pois se achava com as finanças combalidas Nessa época, Seabra — que dera fôrça ao eng. Júlio Viveiros Brandão, preposto dos Guinle na Bahia, a ponto de fazê-lo eleger-se intendente do município da Capital — Seabra com êle se desaveio, passando a tratá-lo a ferro-e-fogo. Júlio Brandão cometera o grave êrro administrativo de depositar na casa de seus antigos patrões o produto de empréstimo realizado no exterior, à conta da intendência que geria. Agora, para dispor ela do seu dinheiro...

133 — VELHO CONHECIDO

No Rio, com aquêle apêlo de Rui, desejoso de uma causa, interro-me, pelos jornais, da questão do produto do empréstimo externo baiano em mãos dos Guinle. Os governos estadual e municipal digladiavam-se em campos opostos. Então, por inspiração própria, telegrafei ao governador Seabra, sugerindo-lhe Rui para a defesa do Estado. Seabra respondeu-me logo, aceitando a idéia, e se comunicou ao mesmo tempo com Rui, estimando a lembrança do seu nome, como eu fizera. Este negou-se, porém, a patrocinar causa contra o Município, e eu apontei, então, ao dr. Seabra, o dr. F. de Castro Filho. A verdade, contudo, era que o litígio envolvia os irmãos Guinle, e nêle ao Estado se associaram tanto a Intendência, desde que Júlio Brandão desta fôra destituído por ato do Conselho Municipal, como êste próprio órgão. Seabra aceitou Francisco de Castro, que, então, teve de partir para a Bahia. Pareceu-lhe conveniente ir eu também. Segui, levando de Rui carta portadora de cumprimentos ao governador. Rui e Castro entenderam, desde o começo, que a questão devia ser solucionada mediante acôrdo, visto que, nos tribunais, as delongas trariam ao Estado e ao Município elevados prejuízos, embora certa a vitória dêles. E para que houvesse breve solução, urgia que se reconciliassem Seabra e Júlio Brandão, ainda intendente. Isto ficou a meu cargo. Ao chegar à Bahia,

tratei de visitar o governador, que de imediato me retribuiu a cortesia (eu estava hospedado na Pensão Wagner, na Vitória) e, assim, me abriu as portas do palácio. Ressalvo, entretanto, que Seabra e eu éramos velhos conhecidos daqui do Rio. Não fôsse élle, desde os agros tempos de Floriano, um homem que necessitava da sombra de Rui. Não fôsse élle cunhado do meu compadre dr. José Augusto de Freitas, a quem gostava de freqüentar. Quando Luís Viana governava a Bahia, Seabra, vivendo fora de sua terra, pensou em aproximar-se dela, e neste sentido pediu-me que eu lhe obtivesse, de Rui, uma boa apresentação pessoal para aquêle governador. Isto nada me custou, porque Rui, sem qualquer hesitação, escreveu a carta desejada. Portanto, repito, Seabra e eu éramos velhos conhecidos. E as palavras que Rui lhe dirigiu, não seriam mais do que o testemunho de querer esquecer o pecado do maior beneficiário do bombardeio da Bahia.

134 — TONITROANTE E ESPALHA-BRASAS

O fato é que fui a palácio, onde o governador me dispensou atenções especiais. Mas quando lhe expus a conveniência de cessar o ferro-e-fogo contra o Júlio Brandão, ainda intendente, éi-lo "tonitroante", éi-lo "espalha-brasas", como o pintavam seus adversários provincianos. Ainda me soa aos ouvidos a trovoada final da recusa peremptória: — "Não, não, não, Carlito! Isto, não!" — Tornei ao Rio com o Castro, empenhado a fundo na solução pacífica do caso. E o interessante é que Rui, que pretendera ficar de parte, não conseguiu estar sossegado: nem Seabra, nem o Conselho Municipal de Bahia, nem o sucessor de Júlio Brandão cessavam de expedir-lhe longos e repetidos cabogramas, que o forçavam a entender-se com o Castro, a meditar no assunto, a redigir respostas bem ponderadas, em constantes e longas mensagens. Era, na verdade, o patrono virtual dos interesses opostos aos da casa Guinle. Certa feita, fui destacado pelo Castro para tratar com o dr. Guilherme Guinle, um *gentleman*, que me acolheu delicadamente, mas se recusou a concorrer para a acomodação a que se visava. Ela, contudo, veio a ser realizada. Ficaram protegidos os direitos estaduais e municipais em jôgo. Rui, que orientou a Francisco de Castro, não recebeu, nem poderia pleitear coisa alguma. Castro foi bem pago, e gratificou-me com 50 contos. Mas, de tudo isto que rolou por meses, e de que resultou uma enorme papelada no arquivo da casa de S. Clemente, houve, por certo, um incalculável proveito: a trégua da exacerbada política baiana, que, manejada por Seabra em Soterópolis, se mostrava dócil a Rui, no centro. Pouco durou ela, entretanto, porque

o governador, cuidando de sua sucessão (1916), já não quis ouvir a Rui, e resolveu-a conforme convinha aos correligionários de que lá se cercava. Não serviria um nome de alto nível, em quem igualmente recaísse a aprovação de Rui. E sim um capaz de guardá para Seabra, outra vez, a cadeira governamental que lhe cumpria deixar. E eis Rui, de novo, como nos tempos de Campos Sales, sem lastro político oficial na Bahia, sem comando de forças situacionistas no Rio. Tudo, aliás, muito de acordo com aquela inclinação para o alheamento e a abstenção.

135 — ACONTECIMENTOS TREMENDOS

O destino tem lá os seus caprichos. Passado o governo da truculência, reservou êle, para o da serenidade e restauração da ordem, acontecimentos que sacudiriam o Brasil. Um dêstes afastou a Rui da calmaria em que esperava refazer as forças e a economia doméstica. Ei-los : o assassinio de Pinheiro Machado (9-9-1915), a primeira-grande-guerra, a gripe-espanhola. — O assassinio de Pinheiro Machado trouxe a Rui o maior abalo moral, talvez, por êle sofrido em sua vida política. Suas prontas reações mentais foram a carta que dirigiu à viúva do general, e um artigo que estampou no *Diário de Notícias*. É de compreender-se aquêle abalo. Rui e Pinheiro eram, sim, adversários políticos, cada qual do alto da sua posição de combate; mas, pela nobreza com que se entestavam, respeitando-se um ao outro, e como que sempre lembrados da grande afeição em que se haviam mantido, não se filtrava ódio recíproco em seus corações. Eu juro que, se se corresse a Rui, dizendo-lhe que Pinheiro estava em perigo de vida, ou ao contrário, êste ou aquêle não perderia um minuto em pôr-se ao lado do que precisasse ser socorrido. Ocorre-me agora a seguinte passagem, que deixei de narrar quando me referi à visita que fiz a Pinheiro, a propósito dos trabalhos parlamentares da elaboração do Código Civil. Ele exultou com aquela possibilidade de reaproximar-se de Rui. Lembrou-se de que por êste lhe havia sido dada a gravata, que no momento trazia, e falou-me : — “Está vendo ? Ainda é presente dêle.” — Depois, saiu-se com esta : — “Bandeira, o Rui é a minha garantia” — Ao que redargui : — “E o general é a garantia dêle.” — Quando saímos daquela visita, eu e o Porfírio Nogueira, êste obtemperou-me que eu não devia ter respondido daquela forma, falando em nome de meu cunhado. — “Por que não, se eu entendo que Pinheiro confessa que espera contar com Rui em qualquer grave momento de sua vida, sendo, portanto, justa a recíproca?” — Tudo expus a Rui, inclusive esta minha interpretação, e êle me tranqüilizou : — “Respondeu

muito bem." — Guardo da tragédia do *Hotel dos Estrangeiros* nítida lembrança. Soube dela na rua, e corri para casa ao encontro de Iaiá. Ela estivera em reunião familiar na residência do dr. Henrique Roxo, quando lá ecoou a notícia do tremendo acontecimento. Arrefeceu-se de súbito a alegria dos anfitriões e convidados. Multiplicaram-se os comentários de tôda a ordem, alguns até impiedosos, e houve quem, desde aquêle momento, afirmasse ser sabido que o criminoso já vinha seguindo os passos de sua próxima vítima. Fiquei sentidíssimo, porque nunca deixara de estimar a Pinheiro, embora dêle me fôsse aos poucos retraindo. De casa, corri a ver Rui. Encontrei-o espiritualmente arruinado. (O horror que êle tinha ao crime e ao sangue!) Cercavam-no os amigos de sempre. E todos eram de opinião que êle devia precaver-se, pois outro louco como o Manso de Paiva bem poderia surgir do lado de lá. Ademais, a atmosfera urbana estava eletrizada em excesso.

136 — LAMENTÁVEL OCORRÊNCIA

Explica-se, assim, o não comparecimento de Rui ao entérro do grande amigo de outrora. Depois, afirmou-se que Rui, já pronto para a missa de 7.º dia, tivera momentânea necessidade de consultar um livro de suas estantes, e, indo apanhá-lo, caiu da leve escada de que se servia, quebrando, como se sabe, a perna esquerda (15-9-1915). Oponho meus embargos à ida à missa. A situação era a mesma da data do entérro. Além disto, Rui não me falara nas exéquias, para que eu o acompanhasse, tanto mais que me sabia no dever de, indo êle, ir eu também a elas. Não, não creio que Rui se dispusesse a comparecer à missa de Pinheiro Machado, prescindindo de minha companhia, e muito menos sem me dizer nada a respeito. Mas eu a ela fui, sem lho participar. Na igreja, procurei um cantinho bem discreto, de onde observei a presença do nosso grande escol político e social. À saída, dou com os senadores Azeredo e Afonso Alves de Camargo. Este, igualmente de minhas relações, dali mesmo se dirigia, com o colega, para o Cais Pharoux, visto que Camargo ia embarcar para o Paraná. Junto-me aos dois. No cais já se achava o dr. Sancho de Barros Pimentel, advogado daquêle Estado, o qual, logo ao ver-me, me fêz esta indagação: — "Carlito, é verdade que o Rui quebrou a perna?" — "Estou sabendo disto agora." — Com pouco, em S. Clemente, me certificava da lamentável ocorrência.

137 — PEDRA A ROLAR DA MONTANHA

A guerra, irrompida em 1915, foi envolvendo o Brasil aos poucos, até que o torpedeamento dos nossos navios de nação neutra fizesse o resto. Rui, porém, polarizou, desde o começo, os sentimentos de revolta dos brasileiros contra os métodos bélicos da Alemanha. Continuava a ser o cérebro de Haia. Os da família, os freqüentadores de S. Clemente sentiam-lhe o crescendo das vibrações íntimas, tanto mais fortes quanto mais pronunciadas iam sendo as vantagens militares dos impérios centrais. É que nêle se tangiam as cordas do patriotismo, uníssonas com as da sua consciência de jurista internacional. Ninguém mais do que ele previa a sorte tenebrosa do Brasil, escravizado e seccionado, se a Germânia vencesse aquela parada. É nesse estado de espírito, nesse elevado grau de emotividade, que recebe o convite para a embaixada de Buenos Aires. E foi o que se sabe. Depois, vieram os afundamentos dos nossos barcos. O Brasil sofre. Avassala-o a terrível angústia da nossa impotência militar. Rui, então, com o seu verbo, assume-lhe a liderança perante mundo, e supre a nossa fraqueza, enquanto galvaniza em suas atitudes a indignação e o brio nacional. Qual banca de advogado, qual necessidade de recursos para o custeio do lar, qual cabeça para para mais nada! O que lhe interessava era a queda de Lauro Müller, por incompatível com a direção de nossa chancelaria; e ela se deu. O que ainda lhe interessava era a nossa declaração de guerra ao vandalismo prussiano; e ela também se deu. Se a meus olhos Rui cresceu, naqueles dias, em proporções desmedidas, quanto mais aos do homem-da-rua em todo o Brasil! E quem poderia medir-se com ele, dentro ou fora de nosso país? E onde o coração vibrante desta nação ardida de entusiasmo e horror, senão na casa de S. Clemente? É dessa quadra uma exclamação bem significativa da cólera santa de Rui, saída de Afrânio de Melo Franco em conversa com o seu amigo, de quem guardo vivas saudades, Carlos de Sousa Dantas: — “Rui é uma pedra que rola fragorosamente da montanha. Ninguém o impedirá de atingir agora a presidência da República.”

138 — NO IDIOMA GAULÊS

E eu também cresci o meu tantinho, visto que para muita gente continuava a ser... o cunhado do cons. Rui Barbosa. É assim que me procura, em minha residência, o banqueiro indígena Custódio Coelho (gordo, barrigudinho), levando consigo uma grande figura financeira da França, já aclimada entre nós, ou seja o sr. Marcel Bouilloux Laffont, a quem o Rio de Janeiro iria dever um dos

seus primeiros edifícios de apartamentos, em belo estilo francês, na esquina de Santa Luzia, quase defronte do Palácio Monroe. Mas, que desejavam os dois cresos? Vejamos. Rui, de partida para Buenos Aires, confiou muito reservadamente ao diplomata uruguai Manuel Bernardez a versão, para o castelhano, da conferência sobre *problemas do direito internacional*. Pois de tal modo funcionaram as antenas de Laffont, que ele pretendia obter uma cópia, em português, dessa conferência, para o fim expresso de estampá-la em nosso *Jornal do Comércio*, a bem dizer de sua propriedade, no mesmo dia em que ela fôsse pronunciada na capital portenha. Era assegurar-se a perfeição da forma, e era poupar-se muito em dinheiro, evitando-se que a fala de lá nos viesse pelos fios telegráficos ou submarinos. Convém lembrar que Laffont só se exprimia em seu idioma, que eu ia conseguindo compreender; mas, sempre que desejava entendê-lo com a melhor segurança, pedia ao Custódio Coelho que me servisse de intérprete. Acabei, portanto, perguntando a mim mesmo: Qual a inconveniência de tal pretensão? Nenhuma. Só poderia haver conveniência, e geral. Levei Laffont a Rui, que o recebeu no salão central e o ouviu diante das pessoas presentes: o Custódio, eu e familiares. E a conversa passou a ser no idioma gaulês. Eu fiquei sobrando. E o certo é que a conferência que Rui proferiu ao mundo em Buenos Aires, a 14 de julho de 1916, saiu nesta mesma data em nosso velho *Jornal do Comércio*, e foi um estrondo.

139 — LAMPEJO DE GÊNIO

Mas, por que era êsse jornal, a bem dizer, propriedade de Laffont? O Bartolomeu, que geria *A Tribuna*, de Antônio Azeredo, e era conhecido germanófilo, sabendo em crise econômica o antigo órgão da esquina do Ouvidor, movimentou-se ativamente no sentido de salvá-lo... com capitais alemães. A fôlha abalada estava na posse do com. Botelho, que, vindo da outra banda do Atlântico, começara a servi-la — não o desonra dizê-lo — em funções de balcão. Foi êsse homem que, num lampejo de gênio, deixou que tomassem vulto os cálculos do Bartolomeu, e, na hora exata, ao que tanto se propalou, vai ao Laffont, terminante: — "Senhor, o *Jornal do Comércio* está para cair nas mãos da Alemanha! Será, porém, da França se vossa excelênciâ o quiser..." — No dia seguinte, Laffont forneceu-lhe, segundo se ouviu, a soma de 3.000 contos de réis, deixando-o, ainda mais, à frente do grande diário, cuja marcha para a derrocada teve destarte um *alto!* espetacular.

, Laffont tornou-se meu amigo, se bem que nossos entendimentos fôssem trabalhosos, porque nem êle saía do seu idioma, nem eu do meu. Dêle, entretanto, nada eu pretendia, nem acreditava que êle ainda precisasse de mim. Enganei-me. Um dia, apareceu-me o homem, querendo que eu intercedesse junto ao dep. Otávio Manga-beira, a fim de que tivesse andamento mais rápido na Câmara Federal certo projeto de lei, que, certamente, estava nas cogitações do afamado banqueiro. Objetei-lhe que o melhor seria falar eu a Rui. Êste não viu mal na pretensão, e tratou com o parlamentar baiano. O resultado foi imediato. Laffont, bem contente, pensou em agradar-me. Não me tomava, porém, como um especulador do nome de Rui. Respeitava-me. E, então, saiu-se com esta: — Concordaria eu em que um pintor francês, que aqui se achava, fizesse o retrato a óleo da minha mulher? — Não concordei. Não via motivo para tanta amabilidade. Mas, queria êle dar que fazer ao pintor? Pois que oferecesse a Rui o retrato de Maria Augusta. Eu serviria de intermediário. — "Parfaitement, monsieur Bandeira!" — Rui acedeu fria e hesitantemente. Cota, que estimou a novidade, prestar-se-ia a pousar quando quisessem. Enfim, lá está o belo trabalho a óleo de Gustave Brisgand. É verdade que, enquanto o artista o traçava, Rui se preocupava: — "Seu Carlito, seu Carlito, não vá, depois de tudo, aparecer-me uma conta, que eu não possa pagar!" — Eu o tranquilizava com firmeza, e, curioso e bisbilhoteiro, consegui saber que o preço cobrado a Laffont pelo pintor foi de 25 contos de réis.

A história de um retrato atrai a de um busto. Vamos a esta. Apareceu aqui no Rio um escultor português já de nomeada, desejoso naturalmente de forçar, entre nós, as portas da fama e da fortuna, que às vêzes são uma e única. E assim meteu-se-lhe na cabeça que devia começar por um busto de Rui. Vem o homem a mim. Que eu lhe conseguisse o grande favor do consentimento do conselheiro. Que nada lhe cobraria. Que, antes, se daria por muito grato e muito honrado. Comoveram-me suas palavras, e vi-lhe claro o pensamento: um testemunho, um elogio de Rui à arte dêle, eis o objetivo. Quis ponderar-lhe que meu cunhado era avôsso a bustos e estátuas; mas isto seria uma crueldade a quem de uns e outras precisava para viver. E fui a S. Clemente advogar a causa do recém-chegado escultor lusitano. Quando se tratava de pessoa ou coisa portuguêsa, Rui sensibilizava-se. Nunca me esqueço, por exemplo,

de que entre os vários grandes vultos estrangeiros, que o visitaram, a um só êle acompanhou até ao portão da rua, à saída : Gago Coutinho. Proposto o assunto, ouço de Rui esta : — "Mas, *seu* Carlito, isto não me vai custar nada, mesmo?" — "Em dinheiro, nenhum vintém, mestre Rui." — "Então, venha o solicitante conversar comigo." — Entenderam-se. Rui, de comêço, resistia em submeter-se pontualmente ao estudo. Depois, vendo o trabalho marchar, esperou interessadamente o fim. Mas, quem mais satisfeito se mostrava com o artista era o mordomo Antônio. Não se separavam os dois. De sorte que o cinzel que trabalhou no busto de Rui acabou esmerando-se numa redução dêsse mesmo busto para o Antônio. Quem havia de imaginá-lo? Essa escultura acha-se hoje na Biblioteca Nacional, e uma cópia dela vê-se na herma posta ao pé da escada, ala esquerda, à frente do edifício da casa de S. Clemente. Estou podendo registrar, finalmente, o nome do notável e feliz artista : Pinto do Couto.

142 — GRIPE-ESPAÑOLA

A tragédia horripilante da gripe-espanhola de 1918, naquèle antigo Rio de Janeiro, creio que ainda está à espera de um exímio historiador. Êste não poderia ser eu, se para tanto tivesse pendores, porque, ao invés de observá-la como espectador, lhe senti a garra quase fatal nas minhas carnes. Sei que ela implantou nesta metrópole semanas de insânia e terror absoluto. Ricos e pobres pagaram-lhe o imposto da morte, do luto, ou do sofrimento mais atroz. Ninguém escapou, pelo menos, da dolorosa perda de um ente querido, ou de um amigo. Lares sem conto, ruas, bairros inteiros se viram sem sinal de vida, sem vibração de trabalho, cruzadas as vias públicas por figuras tangidas de susto ou angústia, de medo ou abandono, a correrem da morte. Eram criaturas que se viam sós, de uma hora para outra, ou tinham saído do lar à procura de socorro para um sér, que agonizava sem qualquer meio de salvação. Os fogões, apagados. As salas, em desordem. Os quartos, com ares pestilentes ou pútridos, dos vômitos ou dos vasos repletos dos dejetos de muitos dias. E um desumano serviço de arrecadação de mortos a domicílio. Já não havia veículos próprios para tão hediondo mister. Turmas de homens empedernidos e aterrados da própria missão varavam as residências pobres, que dormiam abertas e desprotegidas, e apanhavam os corpos inanimados que nelas iam encontrando. Alguns ainda viviam. Sua respiração, seus alentos finais eram perceptíveis. Isto não importava. Os que restavam de pé, fantasmas inertes, não reagiam. Bondes-caixões da *Light* iam se enchendo dessa horrível carga

— cadáveres e agonizantes — que se arrumavam uns sobre os outros, em direção aos cemitérios. Nesse transporte macabro, penosos gemidos se faziam ouvir. E era assim que às covas continuamente abertas se atiravam corpos ainda quentes e palpitantes. Os coveiros agiam desvairadamente. Afinal, enlouquecidos, queriam enterrar-se uns aos outros, uma vez que êles próprios fraquejavam e caíam na exaustão da labuta incessante. Tornou-se preciso mantê-los em ação sob as vistas de pelotões policiais. Tudo se esgotava: o alimento, nos armazéns; as roupas, enviadas às lavadeiras; os remédios, nas farmácias e drogarias. Corajosas almas altruísticas multiplicavam infinitos esforços para acudirem ao mundo crescente de necessidades do povo martirizado. Chegou a faltar às classes médias e aos abastados o próprio esquife. A esposa do dr. Américo Barbosa de Oliveira, primo de Rui, em cujo palacete da Glória se davam distintas recepções à alta sociedade do Rio de Janeiro, foi uma das vítimas dessas ultradramática emergência. Tornou-se célebre o chá-da-meia-noite na Santa Casa de Misericórdia, a derradeira refeição, a última caridade feita à multidão de desenganados de todos os dias. Um senhor, capitalista, que vivia fora do Rio, e aqui dispunha de casa montada, entregue à guarda de serviçal de confiança, teve a notícia de que êste se achava enférmo. Apressou-se emvê-lo. Ao chegar, disseram-lhe que seu empregado havia sido conduzido, havia poucos momentos, para a sepultura. Provido de ânimo, foi-lhe atrás, querendo alcançá-lo antes de ser enterrado. — “Que é dêles?” — “Lá está.” — Aproximou-se do corpo atirado ao chão do cemitério, e notou que lhe restava algum calor. Pôde, então, salvá-lo. (Este é um episódio, entre mil outros que poderiam ser narrados por inumeráveis testemunhas.) Mas, as dezenas, as centenas dos desgraçados de quem deixou de se achegar uma alma decidida como aquela? — Eu morava na Rua S. Clemente, n. 327. Atingiu-me o mal, e aos meus filhos. Deus nos poupou Iaiá, por quem fomos corajosamente tratados. Um dia, recebo a visita do banqueiro Custódio Coelho. Perguntei-lhe pelo dr. Francisco de Castro Filho, que eu sabia também colhido pela epidemia. E a resposta, hesitante, desconversada, foi-me um punhal cravado bem no fundo da alma. Já havia sido sepultado o meu grande, o meu nobre, o meu infeliz amigo, de tão exelso coração! Era assim... quem sabia dos amigos vivos? Quem sabia dos amigos mortos? Dos amigos, dos parentes, dos conhecidos...

Estava já em convalescência, assistido ainda por meu generoso e dedicado compadre dr. Modesto Guimarães, e tinha Iaiá a meu lado em momento da presença d'este clínico, quando ouvimos o telefono tilintar. A criada atendeu, e nos veio dizer: — "É o sen. Álvaro de Carvalho, que deseja falar com o sr. Bandeira." — Iaiá foi ao aparelho, e logo tornou para melhor explicação. O político paulista queria saber se poderia vir falar-me às 3 horas da tarde, impreterivelmente, sobre assunto de alta relevância e máxima urgência. Mandei responder que sim. A gripe-espanhola marchava para seu declínio. O cons. Rodrigues Alves, eleito sucessor do presidente Venceslau Brás, não tomara posse, por enférmo, em 15 de novembro de 1918, fazendo-o, em seu lugar, o vice-presidente Delfim Moreira. E a guerra terminara, dando lugar às negociações da paz. As 3 horas recebo a visita do senador, simpático e fidalgo, trazendo o habitual charuto de alto preço, cujo aroma agradava até aos avessos à nicotina. — "Bandeira, venho incumbi-lo de missão importatíssima." — Sorri, e aparteei: — "A mim, neste estado?!" — "Você tem que ouvir-me. O conselheiro Rodrigues Alves encarregou-me de procurar um amigo de Rui, a meu critério, para fazer chegar-lhe, da maneira mais confidencial possível, as palavras que vou transmitir a você, a pessoa a quem escolhi para isto." — "Por que escolheu a mim, senador? Não há o Ruizinho, o Batista Pereira, o Palma?" — "Pensei em todos êles; mas prefiro você, pela sua modéstia, pela sua lealdade, pela sua inteira dedicação a Rui... fora da política. De suas qualidades me falaram o meu prime. dr. José Augusto de Freitas, e o dr. Joaquim Pereira Teixeira. Ouça. É preciso que vá ao Rui, e diga-lhe que eu aqui estive como a própria pessoa do Rodrigues Alves. Diga-lhe que o presidente lamenta achar-se acamado em Guaratinguetá; senão, êle é quem iria pessoalmente à casa de Rui. Diga-lhe que está mal informado a respeito da *vária* do *Jornal do Comércio*, pensando ser da autoria do Domício da Gama. Não. Nada partiu do ministro do Exterior. É o que o Rodrigues Alves me autoriza a afirmar. Diga a Rui que o Rodrigues Alves vai mandar seu filho, o Juquinha, a S. Clemente, levando-lhe carta; e que o Domício da Gama também o procurará, para dar-lhe tôdas as explicações sobre o caso da *vária*." — Eu o ouvia, e gravava-lhe as palavras. Em certa altura, o Álvaro de Carvalho assume ar dramático, olha em volta de si, e segreda-me, em sombria entonação: — "Sr. Bandeira, o Rodrigues Alves só não veio ao Rio, trazido por esta questão, porque... desgraçadamente... não se levantará mais do seu leito de enférmo. Afirmo-o a você, com tôda a reserva.

Não fôsse esta circunstância, êle próprio é quem iria insistir com o Rui, para prestar à nação o serviço de chefiar a nossa embaixada à conferência da paz. Digo-lhe mais, porque eu sou um dos poucos confidentes do Rodrigues Alves, que êle — uma vez que Rui aceite a embaixada, e parta para a Europa — êle, Rodrigues Alves, que já se sente sem forças para assumir o governo, pensa em lançar um manifesto, indicando Rui à presidência da República.” — Aí, atalhei : — “Mas não se transmita isto ao Rui. Será contraproducente.” — “Espero que você tenha dado tôda a atenção às minhas palavras, e, como lhe parecer melhor, as leve ao Rui, mas sem perda de tempo.” — “Façamos, então, o seguinte, senador : Conversarei hoje mesmo com êle, pelos fios, e alvitrarei um almoço íntimo, à baiana, a que não poderei ir, oferecido ao senhor, para começarem a entender-se melhor.” — “Pois, muito bem; mas, desde já, afiance-lhe que, neste assunto, o ministro do exterior sou eu, Álvaro de Carvalho. Ele só se entenderá comigo. Diga-lhe que não quero nada para mim, não pretendo colocar ninguém na embaixada, e só desejo que êle atenda confiantemente ao Rodrigues Alves, e que ambos prestem um grande serviço ao país, diante da situação internacional, que é de extrema seriedade quanto à defesa dos direitos de tantas nações que vão ajustar a paz.” — “Telefonarei já ao Rui, senador, e depois lhe direi alguma coisa.” — Quando o Álvaro de Carvalho se retirou de minha casa, principiou a chover copiosamente. Baixava de repente a temperatura. Senti uns desagradáveis arrepios mórbidos. Era a recaída. Mas eu tinha algo em que pensar. Eu devia agir com a cabeça bem segura e muita prudência.

144 — “VIVA ! VIVA ! SALVAMOS A PÁTRIA !”

Realmente, sabendo embora do horror de Rui a conversar pelo teléfono, não podia deixar de assim falar-lhe. Chamei-o. Notei que demorava. Atendeu-me séco. Expus-lhe a impossibilidade de ir a sua presença, e que, pela gravidade e presteza do assunto que tinha a transmitir-lhe, mas de viva voz, se impunha que êle aparecesse em minha residência. Prometeu fazê-lo às 9 horas do dia seguinte, e o cumpriu. Veio acompanhado do João. Não vi, nem num nem no outro, fisionomia prazenteira. Adverti o João da excepcional importância do caso, de que não devia transpirar a mínima particularidade, fôsse a quem fôsse. E passei a recapitular tôda a conversa da véspera. Rui, fechado. Fui expandindo-me com a loquacidade e a minúcia que o assunto despertava em minha vigorosa memória. Rui, carrancudo. Quando, porém, lhe falei da delicadeza da saúde do Rodrigues Alves, e no pezar que êste sentia pelo impedimento de ir

em pessoa à presença de Rui, meu cunhado sensibilizou-se e como-veu-se incontidamente. Abrandou-se-lhe a fisionomia como que a um tóque de vara mágica. Voltei-me para o João, e falei-lhe sério : — “Olhe, isto não se diz a ninguém. As condições melindrosas da saúde do cons. Rodrigues Alves, presidente da República, são segredo-de-estado ! O Álvaro de Carvalho recomendou-me a mais absoluta reserva a êste respeito!” — Rui tomou a palavra : — “Pois bem, Carlito, diga ao Álvaro de Carvalho, que eu já tinha pronto um artigo sobre a *vária*, mas que não o publicarei.” — “Muito bem, mestre Rui ! E... o almoço?” — “Vou trocar idéias em casa. Amanhã à tarde voltarei aqui, e lhe direi mais alguma coisa.” — Fiquei exultante. Retirando-se Rui, liguei para o senador. E quando lhe adiantei que meu cunhado tinha pronto, porém não mais publicaria, um artigo sobre a *vária*, o Álvaro de Carvalho rompeu em *vivas* e aplausos, que me espantaram : — “Ora bem, sr. Bandeira ! Eu estava certo de que você é um excelente diplomata. Viva ! Viva !! Salvamos a pátria ! Vou telegrafar já ao Rodrigues Alves. Ele ficará satisfeitosíssimo, e isto lhe fará bem.” — No dia seguinte, Rui não me apareceu, nem me disse nada. Assim no segundo e no terceiro. Senti as coisas radicalmente transformadas. Pressenti as causas. Abstenho-me de transpô-las, em sua rudeza, para estas páginas, porque tal passagem, esta pequena passagem da grande vida de Rui, melhor seria composta de *meas culpas* de diferentes personagens. O meu depoimento aqui está. Os de outros, que jamais virão, se viessem, amparados na verdade, seriam lamentavelmente tristes. O que se sabe é que... Rui se recusou a ir a Versailles. Rui deixou vazio o lugar que lá se lhe reservava, ao lado de Woodrow Wilson, Lloyd George e Clemenceau... E o Brasil continuou... a descer...

145 — DIAS DE PROFUNDA TRISTEZA

Na revista *O Tempo*, número de 15-1-1924, edição especial, encontra-se não só a carta, em *fac-simile*, do cons. Rodrigues Alves a Rui, de 3 de dezembro de 1918, com o convite para êste chefiar a embaixada do Brasil em Versailles (a tal carta que o sen. Álvaro de Carvalho me afirmou que iria ser entregue pelo Juquinha, isto é, o dr. José Rodrigues Alves), como, em seguida a ela, uma apreciação sobre a dita conferência da paz, que atesto ser da autoria de Mário de Lima Barbosa. Este trabalho assim termina :

A dor que causou em Rui Barbosa êsse episódio bem amargo de sua existência, deu-lhe para três dias de profunda tristeza, em quase imobilidade e sem articular uma única palavra. Dias

inteiros com os olhos baixos, a mão espalmada na testa e a cabeça pendida para a frente. Houve até lágrimas naqueles olhos... Quando ele tornou a falar, como que reanimado pela consciência, disse: "Não! Eu não poderia mesmo aceitar!" Eles tinham mostrado bem claramente que não desejariam que eu fosse a Versailles. Não seria no fim da minha vida que iria desmecerer do meu brio. Eu queria muito ir, mas que fazer? O Brasil não podia ter um representante tão diminuído! Cuidemos de outras coisas...".

Ainda assim, a tristeza lhe voltava de vez em quando. Foi um dos mais amargos períodos de tôda a sua vida".

Conhecendo-se a carta, a bem longa carta de Rui a Rodrigues Alves (que faleceria em 16-1-1919), na qual foram dados os motivos da recusa à aceitação da embaixada, chega-se à conclusão de que Rui pressentia que, com a esperada morte do presidente, ele, se embaixador fosse, ficaria sem o necessário amparo no governo de seu país. Mas, para assim pensar, ele fazia tábua-rasa de tôdas as afirmações do sen. Alvaro de Carvalho, que era um político de muito valor e bem capaz de estar ao lado de Rui, com o Estado de S. Paulo, em tal emergência; ele mantinha de pé as suas primeiras suspeitas contra Domício da Gama, sem lhe esperar as anunciadas explicações; ele cedia ao jôgo dos possíveis interessados em sua recusa. Um raciocínio ele não quis fazer, sendo ele o mesmo homem que em Buenos Aires afrontara os sentimentos germanófilos da chancelaria brasileira: ou seja o cálculo de que, estando em Versailles, naquela época em que via a seu lado a opinião agitada dos nossos compatriotas, ninguém ousaria tecer, no Brasil, com ou sem Rodrigues Alves, tricas e futricas para diminuí-lo no conserto dos construtores da paz mundial. E por que Rui não fêz este raciocínio? Sejamos, afinal, fracos, uma vez por tôdas. Não o fêz porque entre os que o rodeavam nenhum se animou a encorajá-lo, a instigá-lo, a tocá-lo para a frente com um *sursum corda* que o soerguesse, naquela fase, muito sua, de pessimismo e descrença. Nenhum dêles achou de proceder como Antônio Azeredo, quando o via longos dias indecisos, diante do convite para a embaixada de Haia. Nenhum dêles, cada qual mais ressentido — tenho razões para crê-lo — por ter recaído em mim, pobre-diabo, a preferência do sen. Alvaro de Carvalho para a missão já exposta. Eu, sim, é que o libertaria do seu desânimo, e o despertaria para o grande papel que dêle o mundo esperava, se a recaída da gripe não me retivesse em casa naqueles desgraçados dias. Ah, isto eu saberia fazer.

O presidente Venceslau Brás, afastando-se do poder, fêz falta, deixou saudades a Rui, que dêle recebera a distinção e o apoio conhecido. As próprias comemorações do jubileu cívico (agosto de 1918), o moderado chefe do executivo emprestou o prestígio de sua magistratura, e assegurou a plenitude da participação oficial, onde quer que se desse. Foi, portanto, um governo em que Rui não teve como lutar contra o poder. Mas, já nos meses de Delfim Moreira a sina do meu cunhado voltou a cumprir-se à força do constante fatalismo. E por quê? Porque esse vice-presidente em exercício, de honrada vida pública, aliás, era vítima, desgraçadamente, de demência progressiva, que lhe permitia, contudo, momentos de lucidez, sem os quais não poderia habitar o Catete. E como pôde governar? Não passou de uma farsa política, necessária, a sua gestão, em que de nada podia entender, e tudo assinava, correndo menos mal as coisas do estado graças a Deus e à média do critério no conjunto ministerial, em cuja composição prevalecera o dedo de Rodrigues Alves.

Ao homem de quem tais coisas se contavam, Rui pediu uma audiência, para expor alguns dos desmandos que, na Bahia aflita, sob o mando de Antônio Moniz, sucessor e antecessor de Seabra (uma beleza!), punham em risco de vida as figuras mais salientes da oposição, algumas já feridas a bala, em comícios públicos, na Praça do Palácio. Os tais comícios eram em prol da candidatura de Rui, para o período complementar de Rodrigues Alves, em cujas eleições (13-4-1919) concorria também o afortunado Epitácio Pessoa, o político mais ditoso da república-velha, aquêle que estava em Versailles, no lugar que meu cunhado recusara. (Note-se a visão de Rodrigues Alves, prevendo que Versailles era para nós uma porta aberta em direção ao Catete.) Mas, voltando ao fio partido, tratemos do único encontro de Rui com Delfim Moreira, que lhe defere e marca a audiência, e o recebe com tôda a solenidade presidencial. E eis o homem de Haia diante do homem de Santa Rita do Sapucaí, a falar em direitos políticos, em liberdades públicas, em garantias à oposição... A oposição baiana, já ameaçada também pela tropa-de-linha da guarnição da Bahia, alguns de cujos elementos mais ardorosos estariam, pelo exemplo de 1912, a namorar cadeiras na Câmara Federal. E Rui tomou a palavra, e começou a falar no tiro-

teio, no sangue e na morte amplamente noticiados pelo imprensa carioca. Deixou-nos êle, dessa conferênciia, a narrativa de que constam estas linhas :

“Mas vi que tinha falado e me esforçado provavelmente em vão. Percebi não ter demovido S. Ex.^a da impressão de frieza glacial, senão de indiferença, em que o achava, quando, às minhas primeiras palavras, me atalhou, dizendo: “Supapearam-se, e houve alguns tiros, como quase sempre acontece”. (Obr. Compl. — Vol. XLVI. 1919 — Tomo II — *Campanha Presidencial* — Rio, 1956. — Pág. 266.)

A entrevista foi, destarte, inoperante. Rui arrumou as malas, e partiu, com a mulher, para a Bahia, a pôr-se ao lado dos amigos ameaçados. Isto, em abril de 1919. Eu fiquei a cismar. Nos seus quase 70 anos, êle conservava a mesma fibra dos 44, que contava quando, na era de Floriano, com as ruas do Rio de Janeiro fervilhantes de *consolidadores* e jacobinos, não perdeu o ânimo de cruzá-las, até que isto se lhe tornasse impossível.

148 — “BOA IDÉIA, BANDEIRA!”

Naqueles dias, Rui já não dispunha de um jornal. Ai, que saudades lhe faria aquela *Imprensa do Carlito*, que, com as jóias de sua mulher, agüentou a mão até ao fim da “campanha Andrade Figueira”, em cujos três meses finais já não puderam ser pagos os honorários do redator-chefe, no total de 9 contos! Ai, que saudades lhe faria *A Imprensa*, na fase do Ulisses Brandão, que, sem desamor a jóias familiares, ainda arrancou de Rui, ao que me parece, uns 20 contos, para ela se liquidar sem a grita dos credores! Ai, que saudades lhe faria o meu *Diário de Notícias* da campanha civilista, e de cuja posse me escamotearam tranqüilamente, dando-me prejuízo de cerca de 80 contos! Mas de nada me valiam essa dura experiência e essas amargas lições. Desde que travei amizade com o dr. Ernesto Pereira Carneiro, passei a estar com êle, diariamente, bem como com o Custódio Coelho, durante o almôço, que fazíamos juntos, num cubículo do Restaurante Sul América, na Rua 7 de Setembro. Ocorreu-me, então, saber que nova crise abalava o nosso mais velho órgão da imprensa. Lancei, pois, o barro à parede: — “Conde, por que não compra o *Jornal do Comércio*, pondo-o nas mãos do Rui como redator-chefe?” — Soou-lhe em cheio a lembrança, a que assim correspondeu: — “Boa idéia, Bandeira! Vou consultar o meu amigo X” (não lhe guardei o nome), “rei do bacalháu em

Recife", e direi qualquer coisa a você quando tiver resposta." — Deixei-me a esperá-la, guardando a delicadeza de não interpelá-lo. E qual não é a minha surpresa, quando soube, na rua, que Pereira Carneiro comprara, não aquele órgão, que era um problema industrial, e sim o *Jornal do Brasil*, com o seu movimentado balcão de anúncios populares, qual inexaurível mina-de-ouro ! Punha-me a olhar silenciosamente para o conde amigo, e a ouvir-lhe aquela sincera exclamação de um primeiro momento : — "Boa idéia, Bandeiral" — Cresceram ao máximo, depois, os rumores de que o *Jornal do Comércio* teria que passar a outras mãos. Ouvi até dizer-se que o Tobias Monteiro, a propósito, se movimentava interessadamente. Contagiado da boa-sorte do já presidente Epitácio Pessoa, apontavam-no como seu "ministro-sem-pasta". Encontrei por acaso o gerente da fôlha, Oscar Costa, com quem me dava, e fiz-lhe as minhas indagações. Homem polido, sincero e de atitudes nobres, que já havia sido gerente de *O País*, disse-me êle que era verdade; que o com. Botelho sofria forte pressão do alto, visto que o jornal figurava como devedor insolvável do Banco do Brasil. — "Com quanto se poderá encarar o negócio?" — "Com menos de 5.000 contos você não arranjará nada." — "Pois eu vou comprá-lo, seu Oscar Costa, e já!" — O homem ficou sem dúvida impressionado com aquela minha afirmativa. Parti. Fui direto ao Teixeirinha, ligado intimamente ao banqueiro Guedes, do Ultramarino, e lhe expus o problema, incumbindo-o de ver o que poderia conseguir de tal fonte de recursos. Teixeirinha prontificou-se a ouvi-lo, mas sem demora me desvaneceu : no momento, o assunto não interessava ao Banco Ultramarino. Esfriou-se-me o entusiasmo. Hoje, rememorando tudo isto, espanto-me de não me ter lembrado do Laffont.

149 — CALDO ENTORNADO

E ninguém quis ficar com o *Jornal do Comércio*, cujas dificuldades se agravavam dia-a-dia. Fui, então, ao Oscar Costa, levando-lhe uma sugestão, de mim mesmo nascida : — Que o Botelho convidasse a Rui para redator-chefe da fôlha, e iriam ver. — "Oh, magnífico ! Vou telegrafar a êle, que se acha em S. Paulo. Volte aqui amanhã." — Ponho Rui ao par desta conversa, e vejo-o pronto a acecer. Botelho, chegado da capital paulista, abraça com força tal lembrança. Levo-o em pessoa ao Rui, pela manhã. Tudo às mil maravilhas. — "Mas, comendador, eu só aceito com uma condição : a de que o meu cunhado Carlos Bandeira me acompanhe no serviço do jornal." — "Como não, senhor conselheiro ! Isto para nós

é até uma obrigação, que nos dá todo prazer." — Redigir-se-ia contrato, entre cujas cláusulas se estabeleceria caber a Rui a indenização de 400 contos de réis se o jornal se visse na contingência de prescindir da direção dêle fóra de prazo. Tudo acertado, Botelho voltaria à tarde, para assinar o têrmo, encerrando-se o assunto. Rui e eu estaríamos à espera, em S. Clemente. Dei as minhas voltas, e cheguei em tempo. Nada, porém, de Rui. Passam-se os minutos e as horas. Que teria acontecido, visto que não apareciam nem meu cunhado, nem o comendador? Lá para as tantas, chega o primeiro, e explica-me. Ia pela avenida, com o Mário de Lima Barbosa, quando, na esquina de Ouvidor, êste lhe alvitra: — "Conselheiro, vamos subir? Vamos conversar agora mesmo com o Botelho?" — Rui concordou, e lá conversaram. Na data seguinte, sairia a *vária*. Nada mais... Com a minha clara intuição das coisas, senti o caldo entornado. — "Mas, seu Rui, eu... aqui... esperando?!" Isto é coisa que me fizessem?! E o contrato?" — "Ora, Carlito, não leve a mal. Estas coisas acontecem. O contrato fica para depois, quando da minha volta da Bahia. Partirei amanhã, já sabe?" — Isto, é um primeiro capítulo. Aprecemos, por enquanto, a *vária*:

"VÁRIAS NOTÍCIAS — Podemos comunicar hoje aos leitores uma notícia que nos enche de legítima ufania e há de também causar nesta Capital e em todo o Brasil e no estrangeiro o mais vivo contentamento. Trata-se do convite que fizemos ao eminente Brasileiro Sr. Conselheiro Rui Barbosa para Diretor do *Jornal do Comércio*. O venerando patriota e formidável jurisconsulto e homem de letras, cuja grande figura constitui o melhor patrimônio da nação, aquiesceu benévolamente aos nossos desejos, e assumirá o seu pôsto nesta emprêsa, assim regresse da Bahia. A orientação suprema da fôlha, na sua parte intelectual e doutrinária, ficará exclusivamente a cargo do admirável publicista. Ao mais velho jornal brasileiro impunha-se, na verdade, esta homenagem ao seu antigo e glorioso colaborador Sr. Rui Barbosa, o expoente sem par da cultura nacional, e a quem o regime deve, como muito bem disse, com o mais nobre e o mais alto espírito de isenção, o eminente Sr. Epitácio Pessoa num telegrama da Europa, trinta anos de ininterruptos serviços à liberdade e ao direito. É-nos grato adiantar esta boa notícia na véspera do aniversário da fundação da República, cujo aparelho constitucional foi modelado pelo gênio do grande Baiano, ainda

hoje o melhor intérprete dêsse trabalho e o mais autorizado para dizer que modificações élle porventura necessita". (*Jornal do Comércio*, sexta-feira, 14 de novembro de 1919.) (1)

150 — COITADO DÊLE!

Aquela *vária* foi um tiro, um canhonaço tremendo, a cujo fumo Rui embarcou para sua terra, a fim de fazer a campanha pela candidatura do juiz-federal Paulo Fontes ao governo do Estado, objetivando-se com ela varrer-se de lá o seabrismo. Ao bota-fora, já convidíssimo pela presença de amigos e correligionários de Rui, compareceu ainda, em massa, o pessoal representativo do *Jornal do Comércio*, desde o Botelho, e o Félix Pacheco, e o Oscar Costa, e o Ernesto Sena, até o mais modesto dos redatores. Nunca se vira daquilo. E de um e outro espectador, não era raro ouvir-se exclamação dêste gênero: — "Chihi! O Epitácio está perdidol" — Depois, a demissão, na capital baiana, do correspondente do velho órgão, freqüentador do Palácio da Aclamação, o qual seria substituído por elemento ruista. Epitácio já estaria alvorocado pela inconcebível direção de Rui na prestigiosa fôlha nacional. Seabra devia ter pôsto as mãos na cabeça. Tremeram as oligarquias, de norte a sul. Mas eram apenas sustos do momento. Rui, enterrado vivo e a fundo no caldeirão da política baiana, não se lembrava de que era jornalista. Os dias corriam. Eu procurava não perder contactos com o Botelho, de quem começava a ouvir tiradas reveladoras de sua impaciência pela demora de Rui. Propalava-se, entretanto, que o governo aper-tava, no Banco do Brasil, os cordéis em que mexia com o comendador. Por outro lado, subiam-lhe as escadas, vez por outra, emissários oficiais. Apontava-se, dentre êstes, o cte. Armando Burlamaqui, patente da marinha-de-guerra, muito do Epitácio, e penso mesmo que de sua casa-militar. Quem poderia com essa gente? A certa altura, expande-se o Botelho: — "Você precisa passar um telegrama ao cons. Rui Barbosa, para que élle dê sinal de si no jornal, porque eu já estou sendo acuado ao extremo por pessoas bem ao alto." — "Pois não! E é já." — "Redija-o aqui mesmo." — "Não. Vou fazê-lo em meu escritório, e lho mostrarei." — Saí, minutei o despacho em minha própria carteira, e o levei ao Botelho, que o aprovou, prontificando-se a mandar expedí-lo. — "Não, senhor. Eu mesmo me encarrego disto." — E que é da resposta? Nenhuma. De sorte que — para encurtar a história — quando Rui tornou da Bahia, a fim de curtir

(1) Convém anotar-se que Rui viajou para a Bahia duas vêzes, em 1919, uma em abril e outra em novembro.

em breve as amarguras do desfecho de sua campanha por lá, ninguém do *Jornal do Comércio* — ninguém! — compareceu ao desembarque... E, pior ainda, nem uma linha deu a fôlha sóbre a chegada de Rui! Eu não podia deixar de notar e anotar tudo isto; mas achei prudente não manifestar-me sem ser provocado. Observo a fisionomia carrancuda de Rui, e espero. É quando vem a mim Maria Augusta, e me diz que êle está reparando o fato de eu não lhe dizer nada sóbre o *Jornal do Comércio*. — “Pois, Cotinha, ainda quer êle queixar-se de mim? E o telegrama que lhe enderecei para a Bahia, e ficou sem resposta? O melhor é eu ir a êle.” — E fui: — “Então, mestre Rui, você reparando”, etc., etc. — “De fato.” — “E o telegrama”, etc., etc. — Não teve o que responder. Prossegui: — “Em todo o caso, precisamos de uma palavra do Botelho. Hoje mesmo vou liquidar esta questão com êle.” — Em seu gabinete, observo que o ambiente já é outro. Numa das mesas, uma grande quantidade de debêntures, recém-emitidas. — “Então, seu Botelho, isto é coisa que se faça? Ninguém, do *Jornal do Comércio*, no desembarque de Rui?! Nem uma linha sequer sóbre sua chegada?!” — O comendador gaguejou qualquer coisa. As palavras saíam-lhe sem nexo, mal mastigadas, contrafeitas. — “É preciso dar-lhe uma satisfação” — insisti. — “Não quer ir almoçar com êle, amanhã, para explicar-lhe o que entender?” — Foi como se lhe metesse ar nos pulmões comprimidos. — “Será melhor. Irei.” — Expus tudo isto a Rui, mas o adverti desde logo: — “Não previna o almoço, porque êle cá não virá.” — À noite, em minha casa, recebo do Botelho aviso telefônico com que vi confirmada minha suposição. Eis o segundo e último capítulo dêste episódio, no que toca ao meu cunhado. As circunstâncias com que se movimentou haveriam concorrido para que o comendador, mais uma vez, se servisse da melhor alternativa, em seus lampejos de gênio. Mas quem souber do fim melancólico, da humilhante pobreza em que concluiu os seus dias, nesta terra onde a tão alto o elevou a sorte, dirá apenas, compassivamente, o que ora digo: — Coitado!

151 — RESPOSTA NÃO RECEBIDA

Positivamente, eu não recebi resposta ao telegrama, que, de acordo com o com. Botelho, expedi a Rui, na Bahia. De sorte que foi com surpresa que li, no trabalho do dr. Luís Viana Filho, esta passagem:

“E, com o ardor de quem iniciasse a carreira, Rui saiu pregando pelo sertão. Era admirável. Aos poucos, soprado pela sua

palavra, o incêndio crescia. O povo ameaçava reivindicar, pelas armas, o direito do voto, que o governo lhe negava por todos os meios, e a revolução despontava no horizonte. Rui sentia-se exausto". [Até aqui, muito bem.] "Ao cunhado, que lhe mandara pedir um artigo respondera então de mau humor: "Trabalho continuamente. Devem poupar-me um pouco, pois até as máquinas rebentam". (19) E tinha razão. A aventura era demasiada para a sua idade".

É assim a nota correspondente :

"(19) Em telegrama, de 21 de novembro de 1919, dirigido a Rui, solicitara-lhe o cunhado Carlos Bandeira o artigo que deveria marcar o início da gestão de Rui à frente do *Jornal do Comércio*, conforme fôra acertado antes da vinda de Rui para a Bahia. Rui não enviou o artigo. E jamais chegou a assumir efetivamente a direção do *Jornal do Comércio*. (*A Vida de Rui Barbosa*, S. Paulo, 1952; pgs. 413 e 417-18.)

Como entender-se, então, o que se expõe? A minha estranheza, o ilustre autor deu-me a explicação que se segue :

"Prezado amigo Sr. Carlos Bandeira.

"Cordais cumprimentos.

"São os seguintes os informes que posso sobre a citação a que se referiu em nossa última conversa:

"Pasta de Carlos Bandeira, n.º 1, no arquivo da Casa de Rui. Telegrama de Carlos Bandeira a Rui, em 21 de nov.º de 1919, assim redigido: "Botelho pede escrever daí pelo menos o primeiro artigo sua entrada jornal acho toda conveniência abraços". Rui colocou em baixo a seguinte nota: "Resp^{ta} a 22 nov.º — Você não me devia fazer tal pedido. Humanamente impossível. Trabalho continuamente. Devem poupar-me um pouco. Até máquinas rebentam. R. B."

"Tudo, pois, conforme suas lembranças.

Disponha do am.^º obr.^º

LUÍS VIANA"

Chego, portanto, a esta conclusão: Rui minutou ao pé do meu telegrama a resposta que tinha a dar-me; e, ou se esqueceu de redigí-la em papel próprio, ou chegou a fazê-lo, para ser expedida. Aí, alguém da casa do meu cunhado dr. Augusto Viana, onde Rui e Cota se acolhiam, acharia melhor evitar a expedição, que poderia

magoar-me injustamente. Assim sendo, quem o teria feito? Eis uma bondade cuja autoria lamento não poder averiguar, se é que a houve. De qualquer maneira, consigno minha gratidão ao citado autor, sem cuja boa-vontade eu teria batido a outra porta intermediária, desde que venho mantendo o propósito de não tornar à casa de S. Clemente após o falecimento de Rui. Tenho cá, para isto, as minhas razões. Só estive lá no dia do sepultamento de minha irmã, por se ter assentado que dali sairia o corpo rumo ao cemitério. Deste modo, nada sei, nem poderei saber por mim mesmo, acerca do arquivo a que houve referência linhas acima.

152 — CULMINÂNCIAS DO MUNDO CIVILIZADO

Solucionando a seu modo o caso da Bahia, a qual continuou a ser bem-de-usofruto dos que a vinham explorando, a despeito da indignação popular, o presidente Epitácio Pessoa procedeu coerentemente: não se tornava instrumento de destruição de camarilhas políticas êle que, graças a elas, governava a República. (Ele, como quase todos os seus antecessores.) Rui desistiu de chefiar a delegação brasileira na Liga das Nações, em Genebra, e foi escrever *O art. 6.º da Constituição e a intervenção de 1920 na Bahia*. Aquela desistência importou em grave dano outro, que da politicalha resultava para o Brasil em face do mundo. Lamentaram-no todos os bons concidadãos. A descrença dominava meu cunhado por completo, e, sem economias, não lhe restando ao certo senão o minguado subsídio de senador, renunciou, em março de 1921, ao seu mandato, para, já falto de energias físicas, decidir-se a viver dos honorários de advogado. Era, de um lado, muita repugnância àquele mundo político, e, de outro, cega coragem diante das necessidades da vida, em seu térmo. Marchava para os 72 anos, e, a não serem o firme sentimento da alma nacional e os poucos amigos que não o abandonavam, quase todos já seus íntimos, vivia em solidão. A Bahia, porém, não se conformou com a renúncia, e os políticos ainda nela dominantes acharam prudente reelegê-lo em sua própria vaga, em junho do mesmo ano de 1921. Em julho, voltou ao Senado. Já era membro da Corte de Arbitramento de Haia, ao lado de Clóvis Beviláqua e Amaro Cavalcanti, quando se viu eleito, em 14-9-1921, Juiz da Corte Permanente de Justiça Internacional, pelo maior número de votos entre seus colegas, todos de fama universal. Isto quer dizer que, enquanto, no Brasil, o punham para trás os que já vinham fazendo a desgraça dêste país — é, ou não é, um país atormentado o Brasil? — no exterior o chamavam para as culminâncias do mundo civilizado.

Mas, já não se agita. Seu desejo, sua conveniência estava em dar o braço à mulher e partir para Genebra, onde tinha sua cadeira na suprema corte da justiça dos povos. Chegou mesmo a pensar num e outro transatlânticos para a viagem. Mas, transcorria na Europa a estação gélida. O cargo não era bastante remunerado. Nada tinha com él o tesouro brasileiro. A Liga das Nações só pagava aos seus juízes 4.000 florins (1:750\$000) mensais, que, diga-se de passagem, Rui só entrou a receber depois de bem seguro de lhe sei isto lícito enquanto ausente de Genebra, e que venceu até 28 de fevereiro de 23. Com que desgosto se via él impedido, por tôdas as formas, de rumar para a Suíça, de fugir das pompas epitacianas! Sim: as comemorações do 1.º centenário de nossa independência, a exposição nacional, a visita do presidente de Portugal e de outras celebridades mundiais, especialmente convidadas. A contrapartida de tudo isto seria o rasgo dos "18 do Forte". Rui não tomava conhecimento dos festejos públicos.⁽¹⁾ Tinha sofrido um ataque de edema pulmonar, que quase o levou à morte (julho de 1922). Sugestões penso que partidas do dr. Manuel de Carvalho Leite, marido de Elenita Dobbert, e ligado ao proprietário do Sanatório de Palmira, levaram-no até lá numa estação de cura. Realmente, él se achava enfraquecido em excesso. Aceleravam-se a olhos vistos os efeitos daquela enfermidade. É verem-se os retratos que dêle se apanhavam em família. Naquele estabelecimento de saúde, onde se ofereceram a Rui e Cota acomodações à parte dos misteres relativos ao tratamento dos tuberculosos que lá se internam, Rui, em clima prodigioso, com um passadio dietético e um repouso que nada deixavam a desejar, experimentou, acredito, os mais pacíficos dias terrenos dos seus longos 72 anos. Foi-lhe essa estação um prêmio de tranqüilidade, pelo menos física e talvez mental, antes da sepultura. Não tive ensejo de ir até lá, se bem que meu cunhado me convidasse insistente. Nem de lá houve motivo para Rui escrever-me. Sei, todavia, que él prezou os dias passados na antiga Palmira, onde não trabalhou, e apenas leu sem cansaços. Apreciou-os, além do mais, porque era um contemplativo da natureza. Fartava-se com os encantos do mar e das praias, e deliciava-se com os belos aspectos terrenos e os longes dos horizontes. Mas, apenas, visualmente, cerebralmente. Assim, também, com os animais, filhos da natureza. Seria capaz de obser-

(1) Rui acedeu ao convite de Epitácio para receber, à sua direita, no Catete, as delegações estrangeiras em solenidade de 7 de setembro, na qualidade de membro do Tribunal de Haia. Além disto, Rui visitou uns pavilhões da Exposição de 1922, do que há filmes.

var um vigoroso cão pacífico, ou um bem tratado gato-de-raça; mas repelia aproximações. O homem requintadamente asseado, que não deixava de ir lavar o bigode sempre que se levantava da mesa, não espalmaria a mão, em gesto carinhoso, sobre a anca de bonita montaria, ou de vistoso animal de tiro. Galináceos e palmípedes, queria-os à distância. Aves engaioladas, bem longe dêle. Gostava de mirar uma bela parelha luzidia e roliça, como as que tivera na cocheira. Trazia prêso o cão-de-guarda de S. Clemente. Mas, deleitava-se com o chilrear dos tico-ticos e o gorgear dos sabiás, que sempre lhe enchiam o parque. (Os pardais, intrusos, desgraciosos e devastadores, só nos vieram, como se sabe, com o prefeito Pereira Passos.) Tinha estima à vaquinha, que lhe deram de presente, quando él veraneava no Alto-da-Tijuca. A distração da caça, se a visão lhe fosse normal, não o atrairia jamais. O esporte da pesca era repelido por seu temperamento. O hipismo não passaria por sua cabeça. Portar uma arma, mesmo na hipótese de defesa imprescindível, nunca! Revólver e baralho são objetos em que suas mãos sempre deixaram de tocar, salvo por mera curiosidade. Todo seu horror, porém, se concentrava na idéia de ter cobras perto de si, ou de alguém dos seus. Contudo, havia uma serpe em que seus olhos pousavam grataamente: a do grupo (não de bronze) no qual ela aparece dominada pelas garras de soberba águia; grupo que él encontrou onde ainda se acha, no jardim da casa comprada a John Roscoe Allen, em 1893. Em suma, Rui amava, sim, a natureza e as suas criaturas, mas a seu modo, com as suas restrições. E nunca mais a sentiria como a sentiu na terra de Santos Dumont.

154 — COM O REI ALBERTO

Lá se achava quando teve notícia de que o rei Alberto, da Bélgica (visita anterior às festas do centenário), manifestara o desejo devê-lo. Deixaria, assim, exemplo ao presidente de Portugal, dr. Antônio José de Almeida, e ao estadista norte-americano Charles Hughes, que foram visitá-lo em S. Clemente, cada qual à sua vez. Mas o rei não iria à *Vila Maria Augusta*, nem muito menos a Palmira. Tampouco era de se lhe deixar insatisfeita aquela aspiração natural e tão honrosa para o Brasil. Só havia uma solução: vir Rui de lá ao encontro do admirado soberano, que o recebeu com um almôço, familiar no Palácio Guanabara, onde se hospedava. Depois, estariam juntos os três, no Palácio do Catete — raro momento do século — Sua Majestade o Rei dos Belgas, Sua Excelência o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Membro de mais expressiva votação da Corte Permanente de Justiça Internacional, diante

da qual poderiam vir a ser julgados atos quer do primeiro, quer do segundo, de repercussão mundial. Foi, portanto, devido a um rei, que Rui voltou a pisar o pavimento do nosso palácio presidencial, depois de ali se desiludir de Delfim Moreira. E para nunca mais.

155 — NOBREZA DE EPITÁCIO

Teria eu sido, até aqui, injusto, ainda que levemente, para com o presidente Epitácio Pessoa, que se mostrou sem dúvida como homem digno e forte? Neste caso, vamos a um episódio que só não silencio porque resulta em testemunho de sua nobreza, pois que mesquinho parece que não sabia ser. A seu ministro da Fazenda, dr. Homero Batista, aliás meu velho conhecido, pedi eu que Rui recomendasse certa pretensão de meu filho Rui Viana Bandeira, e o resultado motivou esta carta, cujo texto dispensa explicações:

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1920.

Exmo. Amo. Dr. Homero Batista:

Muito me penhorou a sua delicada e obsequiosa carta de hoje sobre o caso do meu recomendado Rui Bandeira.

Fico sumamente agradecido a V. Exa. pela consideração e boa-vontade com que acolheu a minha ingerência em tal assunto.

Mas eu não ousara, quebrando assim, constrangido, a regra do meu costume, senão por me haverem dito que a matéria era da alçada ministerial.

Desde que, porém, dêsse êrro me desengana agora a sua amável resposta, peço a V. Exa. que, relevando-me o equívoco, queira ter por não existente a recomendação, que, vistos os esclarecimentos de V. Exa., já me não seria lícito manter.

Espero que, atendendo-me, se dignará V. Ex. aumentar, com esta, as suas atenções para com o seu velho amigo e col^a

RUI BARBOSA

Minha irmã, contrariada, movimentou-se, então, junto ao dep. Otávio Mangabeira — de quem meu filho Rui se tornaria um dos amigos mais presentes nos vindouros dias da ditadura Vargas — e pediu-lhe ela que defendesse a pretensão do rapaz perante o presidente Epitácio. Mangabeira entendeu de ir a um santo, e não ao deus do momento, e falou pelo telefone, para Petrópolis, ao cte. Armando

Burlamáqui, da casa-militar presidencial. E já sem esperar-se, chegou da parte dêste a comunicação, que originou estoutra carta de 17 meses depois daquela :

Petrópolis, 20 março, 922.

Exmo. Snr. Dr. Epitácio Pessoa:

Queira V. Exa. receber os meus agradecimentos pela nomeação do Snr. Rui Bandeira, meu afilhado, para um lugar de fiscal de banco, ato cuja consumação me comunicou hoje, e dc que me avisou, há dias, por meu filho.

Faz cerca de um ano, que escrevi neste sentido ao dr. Hómero Batista, cujas relações comigo supunha eu me permitissem fazer-lhe tal pedido, e que eu acreditava dispusesse de autoridade, para resolver o caso. Quando vim a saber que não, para logo renunciei a semelhante pretenção por outra carta ao seu ministro da Fazenda.

Assim, a resolução espontânea de V. Exa., chamando a si o assunto, e decidindo-o com tamanha amabilidade, me penhora com dobrados motivos de reconhecimento, que, creia V. Exa., muito estima confessar-lhe o

seu mto. at.^o e obr.^o cr.^o

RUI BARBOSA

É ao presidente que o meu dito filho deve a feliz entrada no serviço público federal, em cujos cargos soube conduzir-se com irrestrita dignidade, até à aposentadoria que tão merecidamente desfruta.

156 — DEUSA FORTUNA

Discordo plenamente de quem disser que Rui viveu a correr baldadamente atrás do poder. Não. Sua história é muito diferente, e só com a retórica, para que não falte uma pitada de seu sal nestas fôlhas, poderia ser simplesmente figurada. A deusa Fortuna vivia a piscar olhos a Rui, e como êle desconfiasse, ela vinha, brejeira, ao encontro do enamorado, com uma taça cheia do mais fino dos néctares. Rui, porém, mal molhava os lábios; e ela, vingativa, dava-lhe as costas, abandonando-lhe o cálice na mão. Quando êle ia levá-lo de novo aos lábios, a bebida já se havia transformado em fel. Qual dos seus triunfos não se converteu em acerba amargura? — Pensava-se em impedir militarmente a posse do presidente Artur Bernardes. A grande, a rumorosa, a dramática razão estava nas chamadas

"cartas falsas". Rui, no seu recolhimento, era um simples espectador, entre os de maior graduação. E eis que lhe vem ter em casa o grave caso político, vendo-se êle constituído em árbitro supremo da veracidade ou da infâmia então fartamente discutida. Ele não se decide nem por uma, nem por outra. Pergunta, apenas, pela procedência daquelas mensagens. E como não se quisesse ou pudesse dízê-la, a sentença ficou subentendida no consenso geral: não podiam ser verdadeiras. Bastou êste singelo procedimento de Rui, que êle soube desenvolver e justificar através de exemplo históricos, para que o *Correio da Manhã*, que sempre se batera pelas causas ruistas, se tornasse inimigo acérrimo de meu cunhado, até o último dos seus dias. Os fatos são públicos e notórios. Encheram uma época. Mas, se Rui perdeu o aprêço do órgão prestigioso e combativo, que pretendia serem verdadeiras as cartas, grangeou, por outro lado, a boa-vontade do presidente Bernardes, que não sabia esconder os propósitos de dar uma lição em regra aos adversários vencidos. Rui não poderia esperar que aquela sua atitude, firmada em seus apurados sentimentos de justiça, lhe acarretasse qualquer proveito. Da política só queria, na ocasião, um sossêgo integral.

157 — APERTO DOLOROSO NA GARGANTA

O fato é que o presidente Artur Bernardes, ajustando contas com Seabra, não tardou em pôr-lhe abaixo a igreja na Bahia; e a ferro-e-fogo, como lá ela se fundara. Um dia depois do outro... Por isto mesmo, e como no brinquedo do — abra a bôca e feche os olhos — Rui era o senhor dos destinos políticos do seu Estado. Sem queimar um cartucho! Dedo da deusa Fortuna... Bernardes oferecera a êle a pasta das Relações Exteriores, que não foi aceita. Era-lhe, todavia, impossível negar-se ao comando dos anti-seabristas de várias tonalidades, transmudados de antigos marcelinistas e severinistas em calmonistas e laguistas e mangabeiristas. Diga-se: um enorme saco de grandes bichanos estimados e aparentemente dóceis. Um dêles, contudo, supunha-se no direito de miar mais grosso. É uma história bem clara, bem curta, bem conhecida e bem pacífica nos seus pontos de apoio. Nela, recorda-se a casa de S. Clemente como bôca de formigueiro em plena atividade; e a de Petrópolis, à feição de Meca de crentes não intimamente harmonizados entre si, apesar das aparências. Numa reunião nesta última (palavras de um criterioso autor):

Rui, indignado, falou longa e veementemente, ouvido em silêncio por todos os presentes. (*) Ao terminar, começou a sentir um como aperto doloroso na garganta.

Nessa mesma noite, às 11 horas, entrou a sentir-se mal. Agravando-se-lhe os padecimentos, foi chamado, pela manhã de 28 (fev. de 23), o dr. Correia de Lemos, seu médico-assistente em Petrópolis, o qual, examinando-o, achou gravíssimo o seu estado. Foi então chamado, do Rio, o dr. Luís Barbosa, médico da família. Este, em conferência com os drs. Lemos, Modesto Guimarães e Pais Leme, concordou com o diagnóstico: começo de paralisia bulbar. Os dois médicos passaram a noite de 28 para 1.º de março à cabeceira de Rui. Pela manhã, não apresentando melhorias, foi chamado, do Rio, o laringologista professor João Marinho (**), que conferenciou com os colegas, e confirmou o diagnóstico. Todo esse dia 1, Rui passou mal, falando com muita dificuldade, coordenando mal as expressões, quando lhe faziam algumas perguntas.

F. NERY,

(*Rui Barbosa*, Rio, 1932, p. 179.)

158 — “LEIA ESTE PAPEL”...

Quando Rui subia para temporada em Petrópolis, era certo convidar-me e a Iaiá, pois não nos faltariam lá boas acomodações, sendo sincero nêle e em Cota o confessado prazer de nossa companhia. Eu, com os meus problemas e escrúpulos, nunca aceitava, contentando-me com uma ou outra escapada serra acima, quando possível, para matarmos saudades. Mas, realmente, o que a êle convinha era a minha presença no Rio, tanto para eu não faltar com os olhos em S. Clemente, como pelos encargos de que, então, ainda mais necessitava incumbir-me. E por isto penso que suas insistências para que eu também subisse poderiam ter sido mais teimosas. Quando galgou, porém, aquêles contrafortes para não mais regressar, parece que o coração se lhe enchia dos mais tristes pressentimentos, porque o convite, dessa vez, me foi feito de tal modo, que me comovvi, e, já

(*) O dr. Alcindo Sodré contou ao dr. Américo Lacombe, que da rua se ouvia o discurso de Rui. Note-se que a casa é afastada da calçada.

(**) O dr. Lacombe ofereceu-me a êste respeito a seguinte anotação: — “Há engano na narrativa. João Marinho disse-me que estava em Petrópolis (e não no Rio) quando foi procurado pela sra. Airosa. Perdeu o trem das 7,30 e desceu no de 8,30. Foi ver Rui, que achou perdido. Ao subir, de volta do Rio, dirigiu-se logo para a Rua Ipiranga, preocupado, e assistiu então à morte de Rui.”

não vendo mais nada azul, acedi. E lá fomos : eu, Iaiá e Maria Luísa. — Devotei toda a vida a Rui, nos mais elevados impulsos da alma. Não esperava agradecimentos, nem recompensas. E quando notava que ele queria de mim o que de outrem não desejava esperar, então, que me rasgassem as veias, que me esgotassem de todo o sangue, e eu concordaria, na felicidade completa de lhe ser útil. Chego a admitir que esqueci a igreja de meus pais, as missas e tudo de sua religião, que, aliás, nunca abjurei, porque fiz de Rui o culto, que me bastava. E, assim, quando recebi dêle o apêlo, a bem dizer súplice, para acompanhá-lo a Petrópolis no verão ou comêço de 1923, eu é quem estava de peito grato por ele não deixar de rogar-me que o servisse, na consumação em que pressentia o fim. — Outro ato seu, de fase anterior, que igualmente me comovera, e ainda mais a ele me escravizou, é o que passo a narrar, começando pelo chamado que me fêz a S. Clemente, em hora determinada. Atendi, e o encontrei na biblioteca, juntamente com o des. Palma e o dr. João Viana, meu cunhado. — “Venha cá, leia êste papel, e o subscreva no lugar marcado.” — Tomei o documento, e firmei-o sem a leitura. — “Não quis ler?” — “Ora, mestre Rui, pois eu preciso ler o que você quer que tenha a minha assinatura?” — “Então, ouça (*e leu*) : É da minha vontade que minha mulher, Maria Augusta Rui Barbosa, seja minha herdeira universal... (e por aí afora.) — “É testamento?” — “Sim, testamento, e, você, testamenteiro. Agora, Palma e Juca, assinem como testemunhas.” — Isto cumprido, Rui expandiu-se : — “Faço-o, aliás, tardivamente. Devera tê-lo escrito nos tempos de Floriano, ou quando me vi caçado, em Friburgo, pelos jacobinos sedentos de sangue, que até lá foram para dar-me cabo da vida. Mas, Deus quis que só hoje o escrevesse, e está consumado.” — Semelhante demonstração de confiança tocou-me o fundo da alma.

159 — CLAMOR POR JUSTIÇA

Há outro fato para o rol. Comentava eu a minha pobreza de sorte, quanto a não ter havido um presidente, que se decidisse a reconduzir-me ao lugar de que Hermes me demitira, e quando via nomeado cônsul o dr. Lima Barbosa, por solicitação de Rui a Bernardes. — “É verdade, *seu* Rui, nem o Venceslau Brás, que acabou seu amigo... E aí está o Bernardes, com um ministro baiano, que não se esquece desta casa...” — Doeu-lhe êste lamento, visto que, num repente, se movimentou : — “Telefone para o Miguel Calmon. Peça-lhe que venha aqui falar comigo, tão cedo quanto puder, avisando-me.” — Calmon, muito measureiro, muito cortês, muito beijamão, apareceu sem demora. Eu mesmo fui recebê-lo e o conduzi

à presença de meu cunhado. Este não pestanejou: — "Dr. Miguel Calmon, desejo sua interferência junto ao presidente Artur Bernardes, para que, uma vez por tôdas, se faça justiça ao meu parente Carlos Bandeira, que, no governo do marechal, foi vítima de um esbulho (*textual*), quando, sem motivo algum, e só por minha causa, o demitiram de seu lugar na Fazenda. E até hoje luta sem descanso, pela reparação que lhe é devida. É uma vítima eterna de vinditas sem fim!" — O ministro da Agricultura, tocado pelo calor daquelas palavras, portou-se como se recebesse uma alta missão. — "Pois não, conselheiro! Daqui a pouco lhe trarei a resposta." — E depressa retornou, esclarecendo que eu devia requerer a readmissão. Fiz, logo, a petição necessária, pensando docemente na soma dos atrasados, que, por certo, não chegariam aos muitos contos de réis que Batista Pereira havia recebido, de contado, quando logrou reassumir o cargo de que igual violência o afastara. Em outra ocasião, Calmon reafirmou incisivamente: — "Pode estar seguro, conselheiro, de que será atendido." — E agora, eis-me a acompanhar o papel, agindo em causa própria, e a saber dos rigores do Bernardes, das exigências do Bernardes, da calma do Bernardes. Dêsse mesmo presidente, que criara ou criaria o quadro, ou o viveiro dos fiscais-do-impôsto-do-sélo-adesivo (dezenas dêles), com que agraciou, sem concurso, parentes e afilhados de correligionários, cargos que, depois, se transformaram, num passe de mágica, em agentes-fiscais-do-impôsto-do-consumo... Dêsse mesmo presidente, que os jornais acusavam de constituir um seu contraparente (um Vaz), em cabide-de-emprêgos, dando-lhe, cumulativamente, cinco, seis ou sete cargos de polpudos vencimentos. Espírito público do Bernardes, em matéria de nomeações? Era ver-se o caso do Carlos Viana Bandeira... Afinal, Rui esmoreceu, e veio a morrer sem ver atendido seu desejo.

160 — APÉLO A DEUS

Não tenho senão que aceitar o exposto por Fernando Nery quanto aos momentos cruciantes dos dois últimos dias da vida de Rui, na Rua Ipiranga, em Petrópolis. Acresentarei, apenas, que a falação, que lhe motivou a crise mortal, foi sob o impulso de uma exaltação espantosa. Ouviu-se em tóda a habitação. Em tôda ela guardou-se um silêncio de sêres aterrados. Nem se tivesse havido um tremor de terra. O que já se impunha era o restabelecimento da possível calma. A mesa, posta para o almôço, era bom pretexto. Cota, assustada como nunca; eu, inquieto por demais; o mordomo Antônio, em arrepios de temor. Veio êle a mim, para que eu trouxesse Rui à refeição. Neste sentido, aliás, nós dois nos conduzimos ao

mesmo tempo. Rui deixou-se arrastar, e tomou seu assento. Domi-
nava-se. Beliscou alguma coisa. A luta pela serenidade era geral, e
acabou triunfante, sob o domínio de Cota. Mas, à noite... — Eu
sempre fui, em todos os tempos, o enfermeiro de Rui. Minha vo-
cação se manifestou no momento em que descobri a centopéia em
baixo da cama dêle. Por isto, cabia-me estar-lhe à cabeceira na noite
de 28 de fevereiro. Quando todos começaram a recolher-se, Maria
Augusta, estratificada em bravura, chamou-me à alcova, e fêz-se subs-
tituir por mim. Rui tomara um laxante, cujos efeitos se manifesta-
vam de vez em quando. Reclamava-me. Entregava-se a meus braços.
Era um feixe de ossos, que não iria a mais de 50 quilos. Via-se
atendido; aliviado, asseado e ajustado ao travesseiro, e murmurava :
“Coitado de você!” — Isto, em todo o correr da noite. — “Coitado de
você!”, “Coitado de você!”, “Coitado de você!” E nada mais. Por
quê? Não era êle quem estava à morte? Segredava-lhe o que me
ocorria, vãs palavras de irrisório confôrto, de mal sussurradas espe-
ranças. O peito, porém, se me apertava, e eu estrangulava na gar-
ganta as exclamações da angústia e da piedade, que não podia ex-
ternar. Às 8 da manhã de 1.º de março, reapareceu-me Maria Au-
gusta, espectral, como sombra da mulher que sabia ser em sua na-
tural vaidade; e, sem palavra, reassumiu seu posto. Retirei-me para
meu aposento, onde em vigília me esperava Iaiá. Atirei-me ao leito,
dizendo à minha entristecida mulher : — “Estamos sem o nosso Rui,
que já mal respira.” — Fernando Nery assim conclui a sua interes-
sante narração, na qual, entretanto, se esqueceu da presença do
dr. Miguel Couto :

.....

Todo êsse dia 1, Rui passou mal, falando com muita dificuldade, coordenando mal as expressões, quando lhe faziam algumas perguntas. À 1 hora da tarde, dirigindo-se ao dr. Lemos, disse Rui: “Doutor, não há mais nada a fazer”. Entre as 3 e 4 horas, teve esta exclamação: “Meu Deus! Tende compaixão dos meus padecimentos !”

Chamado frei Celso, da ordem dos Franciscanos, de Petró-
polis, foram-lhe ministrados os sacramentos da confissão e ex-
trema-unção.

Nesse mesmo dia, quinta-feira, às 20 horas e 25 minutos,
expirava Rui Barbosa”. (*Rui Barbosa* — Rio, 1932, ps. 179-80.)

Post scriptum. A muito conjecturar, acabei convencendo-me de que o — Coitado de Você! — era reflexo da íntima e profunda tristeza com que Rui conhecia morrer sem me deixar readmitido. Mais tarde, Maria Augusta tratou do assunto com o dr. Cincinato Braga, queixando-se do desapreço do presidente Bernardes à solicitação de Rui. Cincinato, sempre amigo, procurou o dr. Rafael Sampaio Vidal, ministro da Fazenda, e tal pressão lhe teria feito, que o ato saiu. Saíu sem direito aos atrasados. — Quanto ao testamento de Rui, de cujas condições minha irmã não podia ser desconhecedora, devo registrar que ninguém da família me falou a respeito em tempo algum. Não sei ao certo o que fizeram do instrumento. Cota, a maior interessada, não se manifestou. Estaria por tudo. Iria eu ser mais realista do que... a rainha? O que fiz, na minha estranheza, foi tomar a resolução de não pôr mais os pés na casa de S. Clemente, a pretexto nenhum. E, como já deixei dito, só estive lá, de março de 1923 até hoje, para acompanhar o corpo de Maria Augusta, de sua antiga *Vila* até ao S. João Batista.

SEGUNDA PARTE
CARTAS DE RUI

Encerram-se nesta parte cartas do brasileiro ímpar, muitas traçadas em fases bem angustiosas de sua madureza, para o autor de hoje, que fará, ao pé de cada uma delas, os comentários e as notas elucidativas de cabimento.

Inéditas e lavradas na certeza de que o segrêdo dêste seu cunhado e amigo de integral confiança sempre as protegeria até rompê-las, foram, entretanto, conservadas com zêlo justificado, com desvelado carinho. Ainda bem.

Agora, pertencem à história, e, retratando em tôda a nudez uma alma por vêzes cruciada em amarguras ingentes, ao invés de destruídas, passam a constituir mais um dos volumes da bibliografia sobre Rui Barbosa, a qual cresce e avultará no Brasil, com raízes já no estrangeiro, muito à frente das de outros também grandes compatrios. Estas cartas comporiam vantajosamente, sem dúvida, uma obra a mais ao lado das do próprio Rui, para riqueza de sua já vasta bibliografia póstuma. Bastaria que para tanto fôssem remetidas à *Casa de Rui Barbosa*, onde, aliás, acabarão guardadas. Lá, o mui ilustre diretor, dr. Américo Jacobina Lacombe, que traz no sangue e de bêrço o bem da veneração ao nome do insigne brasileiro, saberia explorá-las, com a maestria de historiador emérito, muito mais proveitosamente do que ora se faz. (Perdoe-me êle, que lhe há de chegar a vez.) Mas, um dever de consciência, de coração, do mais fundo de um sér que só não envelhecerá no culto de tão gloriosa memória, as conduz a estas páginas do modo como se mostrarão, isto é, envolvidas em palavras que, por seu cunho do mais apurado respeito a tais papéis, nem a admiração nem a saudade nunca viciarão em nenhum sentido; palavras que hão de valer pelo mais aquilatado, mais sincero e mais autorizado depoimento, tardio, se quiserem, sobre o Rui íntimo, o Rui abatido, o Rui humano.

Ei-las :

Friburgo, 3 jul., 87.

Carlito.

*Tive imenso prazer com a notícia de estares empregado.
Procede bem, escrás feliz. Pedes os meus conselhos. Em pouco
se resumem: sê bom p^a. com tua mãe, dócil a teus superiores
e econômico do teu dinheiro.*

Até logo. Um abraço do teu cunhado e amigo

RUI.

Freqüentando o escritório de Rui, na Rua do Rosário, n.^o 84, eu me via tratado com bondade por seus comitentes. A um e outro, à revelia dêle, arriscava pedidos de emprêgo. Assim foi que alcancei êsse, aos 17 anos, no serviço do corretor de câmbio Luís Honold, norte-americano, estabelecido na Rua 1.^o de Março. O insignificante ordenado inicial dava para comprar 3 libras esterlinas. Honold, que se tornou grande amigo meu, tratava com Rui como intermediário do capitalista João Correia de Moraes, que o tinha como advogado na pretendida concessão de grandes emprêsas no norte (navegação do Tocantins, portos fluviais, ferrovias, etc.), as quais ficaram em nada. Eu havia pedido o lugar a êsse Moraes, que se prontificou a levar-me para Goiás, onde morava. As lágrimas de minha mãe a isto se opuseram. Moraes escrevia muito mal, e Rui tinha que consertar. Lembro-me de que Rui, um dia, já amolado, me disse: — “Seu Carlito, corrigir um trablho é pior do que fazê-lo.” — (Esta mesma observação ouvi de novo, noutro ensêjo, ao des. Palma, também caceteado.) Eu ia para o emprêgo bem satisfeito da vida, depois de tomar o meu banho de mar na Praia do Flamengo, quase à porta de casa, ao n.^o 14. As 8 da manhã, já almoçado, esperava o patrão. Levava, para o reclamo do estômago antes do jantar, um pãozinho *provença*, que minha mãe cuidadosamente embrulhava. Fiz nessa colocação um grande curso de práticas comerciais e industriais, pois de tudo ali se tratava, com o qual, depois, me atirei livremente à vida, por conta própria, para colhêr as melhores vantagens.

Friburgo, 18 de janeiro 88.

Querido Carlito.

Vai o requerimento que Você pediu.

*Vovó não lhe escreve mesmo, por estar ocupada fazendo
uma moqueca.*

*Todos estão bons, e lhe mandam mil saudades e carinhos,
como também a Alfredo e Chiquinha.*

Vai para Você um especial abraço da sobrinha obediente

HELENA.

N. B.

*Cota envia saudades e lembranças a Alfredo e Dodó e
manda dizer que aqui há bem boas fazendas de saia.*

No pé dessa carta Rui escreveu :

Carlito.

*Aí vai, estampilhada e assinada, uma fôlha de papel para o
requerimento de Mamãe sôbre a tua matrícula na escola militar.
Entrega essa fôlha de papel da minha parte ao Amaral, a fim
de q. êle escreva, ou mande escrever a petição nos têrmos con-
venientes.*

*Peço, outrossim, a êle q. encaminhe êsse requerimento, pelo
qual tenho todo o interesse, desde q. Mamãe nisto se empenha,
e empregue os meios de que dispuser para o bom êxito desta
pretensão.*

*Dize a Alfredo q. ainda não lhe escrevi, porque continuo
a andar atarefado e doente, mas que o farci qualquer dêstes
dias.*

*Ao Morais dize que esta semana lhe remeterei a sua enco-
menda.*

Muitas saudades ao Dobbert e ao Dodó.

Teu cunhado e am.^o

RUI.

Minha mãe jamais se conformava em não ter um filho formado, e, assim, encerrava suas esperanças em mim, cujo emprêgo não podia satisfazê-la. Se tôdas as importantes famílias baianas apresentavam um ou mais doutores, por que não a dela ? Convenceu-se afinal de que valeria uma patente do exército, e ei-la interessada em matricular-me na escola militar. As palavras de Rui refletem essa firmeza materna. E o requerimento veio em branco, mas assinado, para que aqui se enchesse e tivesse o curso tão incisivamente recomendado. Mas, logo ao preliminar exame de sanidade fui excluído. Motivo : sensível falha na perna direita, por fôrça da extração de um fragmento do fêmur, hoje recomposto com a idade e resultante de acidente em tenros anos. Dissipou-se, pois, a esperança de minha mãe, e eu continuei com o corretor Honold. — Passemos agora às pessoas. Alfredo é o meu irmão, guarda livros; e Chiquinha, sua mulher.

A signatária da primeira carta é filha mais velha de Fernando Dobbert, já residente com os seus no Rio; moça de apurada cultura e muito espírito, que veio a casar-se com o médico Manuel de Carvalho Leite. Dodó é também filho de Dobbert e Adelaide, irmã de Maria Augusta. Possuía excelente grafia, falava algumas línguas, faria parte da embaixada à Conferência de Haia (1907), quando já era empregado de categoria da *Light*, onde entrou a pedido de Rui. A terceira e última filha de Dobbert chamava-se Ana (Anita). Morreu solteira, como o irmão. Amaral (José Antônio do) era o solicitador de Rui, seu grande amigo e compadre. A él, já falecido, Rui se referiu, em termos honrosos, no célebre discurso parlamentar de 13-10-96, *Em resposta a César Zama*. Morais já tem referência na carta anterior. Sua encomenda não seria senão trabalho de Rui, por él esperado. Finalmente, note-se o carinho de Rui para com a sogra, tratando-a por "Mamãe", como sempre a tratou de viva voz. Explica-se o grifo em *sobrinha obediente* na carta de Helena, por estar em causa quem não seria mais moça do que o tio. As expressões *boas fazendas de saia*, familiarmente usuais, davam a entender: moças bonitas.

164 — CARTA DE 14-2-1893

Bahia, 14 fev. 1893.

Carlito e Iaiá, Chiquita e Ruizinho recebam os nossos abraços e as nossas saudades.

Ontem lhes escrevi a todos pelo correio, carta registrada. Até breve. Estamos contando os dias.

Carlito diga ao Azeredo que os amigos aqui estão inquietos pela demora até hoje do cartão de ouro, cuja vinda élê anunciou por telegrama, e q. até hoje ainda não chegou.

RUI.

Rui encontrava-se na Bahia, em visita à terra natal. Tinha resignado ao mandato de senador e ia, respirando da tremenda labuta no Govêrno Provisório, entrar em contato com os numerosos amigos, que reclamavam sua presença. O cartão de ouro tinha sido encomendado a Antônio Azeredo, para ser pôsto na estatueta de bronze que o Partido Federalista da Bahia oferecera a Rui, por intermédio de Manuel Vitorino Pereira com o belo discurso de 7-2-1893. A êste propósito, conservo a seguinte carta de Azeredo, em papel com o timbre do Gabinete do 1.º Secretário da Câmara dos Deputados:

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1893.

Carlito.

Recebi a tua carta e as cartinhas de Rui, pelo Sr. Mourão, a quem deste o trabalho de vir até aqui, tomando eu as providências que o caso requer. Infelizmente, quanto à parte relativa ao cartão nada posso resolver, pois telegrafei para Bahia e não tive resposta sobre o caso.

As casas Farani e L. de Resende pediram-me Cr\$ 3:000\$000 por um cartão simples, sem brilhante algum, e como êles me autorizaram a gastar somente 3:500\$000 com a estátua e inscrição, esta comprada por 2:365\$000, sobravam-me 1:135\$000 que não davam para o cartão, o que comuniquei ao Manuel Vitorino pedindo instruções. Não obtendo resposta, apesar de insistir por ela, nada pude adiantar, ficando tudo suspenso.

Eis o que há a respeito, em todo caso vou telegrafar para Bahia.

Sinhá abraça a Iaiá, e Nair ao Raul.

Adeus.

Teu am.º

AZEREDO.

Mourão era cunhado do dr. Pinto da Rocha e nosso afilhado de casamento. A Iaiá, que começa a aparecer, é minha mulher, Guihermina Viana Bandeira. Raul, o meu primogênito, falecido com 1 ano de idade. Sinhá e Nair, a esposa e a filha do missivista.

165 — CARTA DE 28-11-1893

28 de novembro de 1893

Meu caro irmão

Pelo seguinte vapor lhe escreverei sobre outros assuntos, respondendo às suas cartas, e ocupando-nos com aquilo que nos toca ao coração. Hoje, pela urgência das circunstâncias, com o pouco tempo de que disponho, apenas tratarei dos nossos interesses, cuja gestão lhe vamos confiar, dando-lhe as instruções, que lhe prometemos por telegrama de 24 do corrente.

V. encontrará, na caixinha entregue aos cuidados da prima, os nossos papéis de valor.

Eles constam de:

1.º Uma quantia em dinheiro, cuja soma temos registrada em nossas notas, e que V. encontrará intacta.

2.º Seis letras do Banco, a vencerem-se, tôdas na mesma data, em um dos últimos dias dêste mês, ou num dos primeiros de dezembro. Escuso dizer-lhe a importância, que sabemos, e V. verificará.

3.º Uma letra de dez contos, daquele nosso amigo, com quem V. arranjou a transação, já vencida há muito tempo.

4.º As letras do A., correspondentes à hipoteca.

Passo agora a expor-lhe rapidamente as nossas intenções em relação a cada um desses objetos.

1.º — As letras do A. dê-as em remissão da nossa dívida para com ele, recebendo dele o último recibo, de resgate total do débito, nos termos da escritura. Esse recibo será em duplicata, firmado por ele e sua mulher. Um dos exemplares V. me enviará com a devida segurança. O outro guardará na caixinha, que tornará a dar a guardar à prima.

2.º — Quanto à letra de dez contos, se não fôr cobrada agora, V. tomará nova letra ao devedor, incluindo nela os juros devidos, e a encerrará igualmente no mesmo lugar.

3.º — A soma em dinheiro, existente na caixinha, V. a entregará à prima, em cujas mãos estêve até agora a caixa, para os fins que exporemos em carta a ela, ou seu marido.

4.º — As letras do Banco, V. receber-lhe-á o valor, e depositá-lo-á em um banco inglês, ainda que sem juros, em seu nome. (Parece-nos ser a colocação mais conveniente). Disso me dará V. um documento particular, em duplicata, da qual deixará uma das vias na caixa, remetendo-me a outra pelo correio.

Se os bancos não receberem dinheiro, V. verá o melhor meio de guardar em segurança essa quantia, contanto que não fique no mesmo estabelecimento onde está, ou noutro sujeito aos mesmos perigos da atualidade. Em último caso, dê o dinheiro a guardar em espécie, encerrado numa caixinha, à mesma pessoa que tem guardado a outra até hoje.

Se até o dia do vencimento da prorrogação da hipoteca o M. não houver arranjado a substituição que me prometeu num banco, queremos que a hipoteca seja resgatada. Para esse fim se tirará a importância total dela da letra do Juca, se ele a pagar. Se não, tire-a do que receber das letras do Banco, antes de recolher a importância arrecadada ao estabelecimento, conforme acabo de recomendar-lhe.

Por um desses dois meios, em suma, V. resgatará a hipoteca, se o M. não cumprir a promessa, que tantas vezes e tão espontaneamente me fêz, de subrogá-la a um banco.

No resgate da hipoteca haja o maior cuidado em que a quitação me seja dada com todas as solenidades legais, e para isso V. proceda de acordo com o meu compadre entendido nestes assuntos.

É necessário, por todos os modos absolutamente, cobrar a letra do Juca, ou, pelo menos, obter dele imediatamente hipoteca

em bens suficientes para garantí-la. V. comprehende que êsse prejuízo para mim seria mortal. Nem esqueçam nisso os meses de juros vencidos, cuja importância já sobe a dezesseis contos. Na hipótese dêle renovar a letra com hipoteca, eu desejaria que se cobrassem ao menos êsses juros, para minhas despesas aqui. Em tal caso, V. reúna essa quantia à soma em dinheiro existente atualmente na caixinha, e entregue tudo à prima.

Escuso recomendar-lhe o cuidado, com que é necessário proceder em tudo isto, para evitar algum descaminho, ou contratempo.

V. não pode avaliar os extremos embaraços da nossa situação. Sua presença aqui, depois de arranjado tudo isto, nos seria sumamente útil; porque só assim nos poderíamos entender perfeitamente. E, se o dispensamos de vir até cá neste momento, foi pela urgência de prover meios para a satisfação da hipoteca, cujo prazo não nos deixara tempo à sua vinda e regresso ai antes do vencimento. Veja, pois, se concluídos êsses serviços, que lhe confiamos, nos vem visitar. Nesse caso, com as precauções precisas. traga-nos a nossa caixinha de papéis valiosos.

Sua irmã e amiga

C.

Esta carta é flagrantemente, tôda ela — reflexão, pensamentos e palavras — de Rui, que lhe traçou a minuta e deu-a a Cota para copiar. Quando neste sentido pudesse restar dúvida, esta se desfaria diante do pronome pessoal *me*, com que êle por vêzes trai. Ele, na data, mal chegara exilado ao Prata. Vê-se que o atribulava a situação delicada de seus negócios (principalmente a questão da hipoteca da casa de S. Clemente, que havia comprado pouco antes de deixar imprevistamente o Brasil); negócios, todos êles, abandonados na precipitação da partida para Buenos Aires. Ressalta a inteligência do cuidado com que esta carta foi redigida. De onde ela é? De quem, para quem, para onde? Quais as terceiras pessoas nela envolvidas e onde com estas era de tratar-se? Tudo em incógnitas. A própria letra, não se saberia de quem, se, extraviada ou caída em poder dos *consolidadores*, fosse esta carta. Só deixava de ser misteriosa para mim, Jacobina e sua mulher, d. Chiquinha. Das mãos de Rui foi ter às dêsse seu amigo, que a leria e me enviaria. Mantinham os dois correspondência por intermédio de casas comerciais ou malas diplomáticas. Mas, na posse de Jacobina, êle não me pôde remeter, ou entregar. Eu já estava preso, na Casa de Correção. Nem nunca soube desta missiva. Descobriu-a o escritor Luís Viana Filho em suas buscas no arquivo de Rui, facilitadas pelo dr. Américo Lacombe, e deu-me cópia. Incrível, porém realidade. — Resta res-

salvar que o dr. Lacombe veio a declarar-me que, salvo engano, o que se acha na C. R. B. não é senão a *minuta*, do punho de Rui, colhida entre os papéis do exílio. Ele mesmo a escreveu e assinou com a sigla C. [Cota], o que aumenta o valor do documento.

166 — COMENTÁRIOS ADITIVOS

Feito necessariamente o esclarecimento precedente, passemos às personagens. Os primos são o dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina e sua mulher, Francisca, ou Chiquinha. O "nossa amigo" é o capitalista Afonso Caminha Pereira da Silva, com quem eu muito me dava e que fôra por mim apresentado a Rui, para servi-lo em casos de dinheiro, no que sempre se entenderam muito bem. "A" é esse mesmo Afonso. A letra de dez contos representava débito de José Rocha (ou Juca), cunhado de Carlos Nunes de Aguiar, um e outro amigos de Rui. Tal débito resultou de serviços profissionais. Juca Rocha — que firmara a fama de um dos homens mais valentes do Rio de Janeiro e era amoroso chefe de família, em que se contavam várias moças de rara beleza — tinha proposto dar por hipoteca sua casa; mas Rui, em atenção a Aguair, não se definiu neste sentido, e guardou a letra, que jamais levaria a protesto. "M" é o grande negociante, comendador Antônio Martins Marinhos, que de constituinte de Rui se converteu em dedicado amigo, para ser-lhe sempre útil com presteza e cordialidade que o enobreciam. O "compadre" é o solicitador Amaral. — Não recebendo eu esta carta e vindo Rui a saber da minha prisão, passou êle a haver-se, daí, por diante, com o seu primo e amigo dr. Jacobina, sem cuja dedicação, constante e corajosa, as amarguras do exílio de meu cunhado deixariam de ser-lhe cruéis, para serem crudelíssimas.

167 — CARTA DE 22-8-1894

Teddington, 22 de Agosto, 1894.

Meu caro comadre.

Terminávamos ontem, às 8 horas da noite, em Teddington, pequena cidade do campo a 1 hora de Londres, na casinha que habitamos, o nosso jantar solitário, quando um envelope, tarjado e lacrado de preto, que naquele momento chegou às nossas mãos por obséquio de um amigo, nos veio surpreender com uma alegria inesperada, uma das raras que, há um ano, temos, a notícia da tua restituição à liberdade, trazida pela tua carta do primeiro do corrente.

No desterro, meu bom irmão, até o contentamento é triste. Este mesmo, com ser tão grande, não nos vinha tão repassado de dor? Por que havíamos de estar privados de ver-te, de abraçar-te, de beijar-te com efusão, como eu, ainda ante-ontem, pedia ao Juca que te fizesse por nós, ignorando, mas pressentindo a tua volta ao ar livre, à convivência dos teus? Que fiz eu, minha pobre família, meus filhos, o Joãozinho, que todos os dias pergunta quando voltaremos à praia do Flamengo, que fizemos, para merecer esta situação, este ódio, o abandono geral dos amigos, a insensibilidade dos próprios parentes, a dispersão completa das nossas relações? Estarei eu pagando o bem, que tenho feito, ou o desejo que continuo a ter de fazê-lo? Não quero blasfemar, meu bom amigo. Grandes pecados devo ter, e tenho. De muitos males me acuso. Deus é sempre justo. Nós é que nos supomos orgulhosamente com direito à felicidade, quando ela não vem a ser mais que uma concessão da sua misericórdia. Mas, ao menos, para conforto nas minhas provações, me resta o sentimento de que, se sou perseguido, nunca, absolutamente nunca, persegui a ninguém, e de que, se expio, neste momento, outras culpas da minha vida, as que agora me irrogam, as responsabilidades que presentemente me assacam, são falsas, gratuitas, caluniosas, iníquas. O pior, meu irmão, é que não sei se encontrarei forças, para suportar os dissabores da tremenda montanha de injustiças, que me esmaga. O fim da vida vem rapidamente sobre mim nesta noite desconsolada. Em doze meses envelheci no espírito e no corpo. Vê-lo-ás, se me tornares a ver. Tu me falas no futuro. Esse só poderá vir para os meus. A minha decepção não tem remédio. Seus estragos, físicos e morais, em mim são irreparáveis. Dizes que me divirta o mais que puder. Podes crer que não nos temos divertido nada. Basta dizer-te que, em 6 meses de Buenos Aires, fomos ao teatro apenas uma vez, levados por uma senhora amiga, que a isso nos forçou, indo nos buscar com um camarote comprado ad hoc. Em Lisboa, o mesmo. De Paris, para onde todos correm, fugimos nós, não para Londres, onde raríssimas vezes temos ido, mas para um ninhozinho escondido no campo inglês, belo, lindo, mas melancólico e povoado de saudades infinitas para os corações tristes.

Mas perdoa, meu bom amigo, esta digressão. Afinal (torno à minha idéia) não temos senão que ser gratos à Providência. Outros sofreram infortúnios muito mais cruéis. O meu seria mais tolerável, se não me viesse aos 44 anos de idade, e precisamente na época de minha vida mais ativamente consagrada a benfazer aos meus semelhantes, aos meus compatriotas. Entretanto, o prazer que ontem nos deste, compensa muita coisa. Apesar

de muito descontado pela amargura da ausência, nós o recebemos como uma bênção do céu. Não imaginas a nossa emoção. Encheram-se-nos os olhos de lágrimas. Tua irmã, que parecer ter perdido as suas brilhantes cores de outro tempo, ficou instantaneamente escarlate. E o Joãozinho, comentando com a mais inocente seriedade as nossas impressões íntimas, fêz desfechar a cena em riso, exclamando: — “O Lufian é um bulo !”

Abraça por todos nós, de todo o nosso coração, a Iaiá, cuja felicidade festejamos de longe. Para ti, meu caro, êste transe no começo de tua vida, êsse transe absolutamente imerecido e duro, deve ser um tesouro de experiência, apressar-te a madureza da razão, fortalecer-te os sentimentos domésticos, mostrar-te num clarão as misérias ferozes do mundo, convencer-te de que os verdadeiros gozos não podem estar senão da alma para dentro, e ensinar-te a ser refletidamente religioso, a ser reconhecido a Deus, que nas maiores tribulações nunca nos desampara.

Es e serás sempre meu filho, agora mais do que nunca. Onde minha família tiver uma casa, tu a terás. Onde houver um bocado de pão para meus filhos, um quinhão dêle será para ti.

Já vês como me deve ter magoado o acolhimento séco e retraído, que te deu o J., quando era natural que te abrisse os braços, comovido pelos teus injustos sofrimentos. Mas eu te peço que lhe perdoes, lançando essa aspereza acerba à conta das moléstias que o aflijem, e da irritação em que o deve entreter o estado atual das coisas. Todas as criaturas são compostas de bem e mal. O barro, de que fomos amassados, é mais ou menos ruim. Bons são aqueles, em que no meio da matéria ordinária se encontra alguma partícula de ouro fino. É o que se dá com aquêle meu amigo. No seu caráter há qualidades raras, inestimáveis hoje. Sua fidelidade, sua devoção a mim nesta quadra terrível cativaram-me para sempre. Abandonado por todos, não encontrando para quem me voltasse depois do que te aconteceu, achei nêle o arrimo e a salvação. Se não fôsse o seu auxílio, eu teria talvez perdido a razão lutando com a miséria e a fome na Europa. Releva-lhe, pois, o desgosto, que te deu, pelo muito bem que me tem feito.

Pois ainda queres, meu amigo, que eu seja padrinho de um filho teu? Muito me comove êste sinal de tua afeição persistente. Mas acho que deves olhar mais ao futuro de teu filho, buscando-lhe, entre os válidos, entre os úteis, um protetor santiificado pelos laços espirituais, do que aos teus sentimentos pessoais para comigo, que estou certíssimo da tua amizade. Que posso eu mais valer neste mundo? Não é o meu nome um portador de desgraça? A minha sombra não será fatal aos que me

amam? Não é por mim que padecem agora tão ingratamente meus filhos, minha mulher? Sinceramente eu te pediria que desses a teu filhinho outro pai espiritual. Mas, se insistires, aí vai a procuração, para te não contrariar.

Eu tinha esquecido completamente os títulos, em que me falas. Vou escrever hoje mesmo, a seu respeito, ao J. Quantos eram êles? A quanto os comprei, e a quanto estão? Dize-me.

Outrossim, quero que me avires a memória sobre o estado, em que se acha o meu negócio com Afonso (hip. e letras). Tu sabes melhor da minha situação do que eu.

O J. Rocha tem me deixado até agora a ver navios: nem um real do capital, ou dos juros, dos quais já me deve um ano. O C. de A. escreveu-me a 25 de abril, (última carta dêle), assegurando-me a certeza do pagamento, e declarando-me que se esperava únicamente a tua liberdade, para o cunhado celebrar, em garantia, a prometida hipoteca a ti. Escrevi-lhe, pois, com as devidas reservas, combinando definitivamente a solução dêste assunto, já retardado em demasia. O meio será enviares daí procuração, nos termos que se combinarem, para a escritura. Sabes a importância do principal e prêmios atrasados desde agosto (inclusive).

Tenho duas imensas cartas ao Carlos sem resposta até hoje: uma de 8 ou 18 de abril, de que foi portador uma senhora, D. Josefina, moradora na ladeira da T., a qual sei que foi entregue; outra, que com certeza o foi também, confiada ao Alvaro de A., amigo dêle, que dêle me levara também a Lisboa uma carta. Dize-lhe que pode escrever-me perfeitamente, usando do endereço, que hoje te envio, ou por intermédio de bancos, ou negociantes. Lembra-lhe o negócio do Pinho, que êle, na sua aludida carta, me afirmava pagaria até o fim de abril. Não concebo como, depois de tudo isso, e conhecendo as dificuldades, com que aqui tenho lutado, o Carlos passa 4 meses sem me escrever. É indesculpável.

Dize-me o que há sobre a Ensacadora e o Fronton. Tudo isso ficou em teu poder, não é assim? no dia em que nos separamos. Não tem havido dividendos?

Hás de crer que uma mala de roupa esperada por nós desde novembro ainda não nos chegou às mãos até hoje? Entretanto a que tínhamos encomendado à prima Chiquinha foi-nos remetida imediatamente.

O J. fala-nos sempre na dedicação do Bijuca a nós. É uma grande satisfação para nós essa doce exceção entre tantos abandonos, que nos amarguram. Outro prazer, que tivemos, foi o procedimento do Alfredo e de Chiquinha contigo. Mas por que

é que êsse ingrato não nos escreve? Se soubessem como êsses esquecimentos nos fazem infelizes!

Para cômulo de minha fortuna, meu amigo, o nosso destérro não será estéril... em filhos. Em setembro ou outubro, espero um inglês, ou inglesa com direito a hospedagem perpétua nesta casa. Imagina os receios com que encaro essa perspectiva depois do perigo formidável que Maria. Aug. correu o ano passado. E aqui sem amigos, nem médicos conhecidos!

Procura, visita e abraça por mim ao bom Olímpio Chaves. Esse sim, é que não parece feito do nosso barro. Juro que êle me há de ter feito justiça no côro das deserções que me amaldiçoam. Pergunta-lhe se êle conhece, além do dêle, outro coração fiel aos entusiasmos baianos do princípio de 1893. Se êle me quiser escrever, será uma visita de Deus no nosso deserto. Não ficará sem resposta, como de outras vêzes. Podes mostrar-lhe esta carta, tirante a parte relativa a negócios, que não lhe interessa. Desejo que êle, o filósofo crente, veja bem o interior de minha alma. Dá-lhe recomendações para D. Mafalda.

Em 30 de maio registrei eu mesmo, no correio de Lisboa, uma carta com sobrecapa a Sinhôzinho, como verás pelo inclusivo recibo. Ela era de M. Augusta a Iaiá. Mas até agora não foi acusada. Também daqui já ela e as meninas escreveram à minha cara comadre. Escrevam-nos o mais que puderem. Não há maior bálsamo para a nossa tristeza.

O Joãozinho creio que vai escrever-te. Está de uma travessura, que deixa o irmão a perder de vista. A casa vive num corrupio. Vou tomar agora uma ama inglesa para êle.

Nestes dias tenho que fazer uma viagemzinha de uma semana à Suiça, a fim de reconduzir o R. Vou só.

M. Augusta precisava bastante, na situação em que se acha, da presença de Adelaide aqui. Infelizmente, porém, ela não pode vir por falta absoluta de recursos. Estão em circunstâncias lamentáveis, tendo o Rhymer faltado a tôdas as promessas; e os meios escassos, de que aqui disponho, não me permitem socorrê-los. Vê quantas agonias!

Recomenda-nos à tua boa sogra, a Tia Elisa, a Tia Carolina, a tôdas as tuas cunhadas e cunhados. Manda-me aí da Bahia uns dois ou três exemplares da Viagem à Terra Natal. Sabes o que é. Encontra-se no Diário e talvez em tua própria casa. Vê se me arranjas também um volume, dos que deves ter visto no meu escritório, contendo a Constituição e as leis da República.

*Visita por mim a Tia Nanô, ao Lopes e aos meus sobrinhos.
Acaricia o teu filhinho e recebe muitos abraços de
teu compadre do C.*

R.

*Nestes 20 dias nos mudaremos para Londres, a fim de estar
perto dos médicos, e buscar sítio mais temperado.*

Tendo saído da prisão no dia 23 de julho, escrevi longa carta a Rui, sem deixar de dizer-lhe que partiria em breves dias com destino à Bahia, para onde se vê que ele me respondeu. O “abandono geral dos amigos, a insensibilidade dos próprios parentes”, de que ele se queixa, era-lhe tanto mais sentido quanto grandemente sofría a natural sede de notícias diretas do Brasil. Compreende-se que uns não se comunicavam com ele por desinteresse; outros, por discrição; outros, por não lhe terem o endereço preciso, que convinha não ser divulgado, se bem que fosse absoluta sua segurança na pequena Inglaterra; e outros, por cálculo, por instinto de defesa, neste imenso Brasil. De sorte que, só quem lhe escrevia mesmo, e com muita coragem, era o Jacobina. A respeito dêste, narrara eu a Rui, sentidamente, o desgosto que me havia resultado de inesperado encontro com o mesmo, na 1.^a Delegacia Auxiliar. Daí as palavras que assim começam, nesta carta: — “Já vês como me deve ter magoado o acolhimento seco e retraído, que te deu o J.” ... — Entrevê-se que eu não fiz carga cerrada ao grande amigo do meu cunhado. Mas, o que mais se sente é quanto, no espírito justiciero de Rui, cabia o gôsto de defender por defender. Podem enaltecer-lhe como quiserem as sobrenaturais qualidades do caráter e do talento. Quem não disser, todavia, que Rui só era mais-do-que-perfeito quando na defesa, não terá dito, a meu ver, o bastante a seu respeito. Por isto é que na sua paixão por ela se atirava, muitas vezes espontâneo, sem medir coisa alguma e muito menos os próprios sacrifícios. A defesa de homens, de causas ou de princípios era, para ele, a razão de sua vida. — Carlos, nascido na Bahia, enquanto o pai preso, no Rio, foi o afilhado de Rui, no exílio. Batizou-o, por procuração, o tio Augusto Viana, em cujo lar e sob cujo teto Iaiá o trouxe à luz. Graças aos Céus, aí está, chefe de família, só tendo dado a seus pais satisfação e orgulho. — Os “títulos, em que me falas”, eram do *Banco Popular*. Rui comprara mil dêles, pela quantia de Rs. 5:000\$000, a minhas instâncias. Veio a vendê-los, a aviso meu, em alta repentina, logrando lucro muito vantajoso, que lhe foi providencial na ocasião. — Seu negócio com o Juca Rocha liquidar-se-ia posteriormente. A esperada hipoteca nunca se faria, nem Rui constrangeria o devedor, seu amigo e cunhado de seu

amigo Carlos de Aguiar. — A “dedicação do Bijuca” estava no fato de se prestar êste meu cunhado a dar todo o concurso de sua boa-vontade ao Jacobina, quanto às providências e aos arranjos relativos à casa de S. Clemente e à mudança, para ela, das alfaias e tudo o mais da Praia do Flamengo, que, justiça se faça ao governo de Floriano, nada sofreu na ausência de Rui, enquanto sua destruição total seria de consumação fácil, na época, aos seus inimigos. — O “procedimento do Alfredo” (meu irmão) “e de Chiquinha” (sua mulher) constou dos pedidos que andaram fazendo, logrando êxito, em prol da abreviação da data de minha liberdade. Ela, com muito mais decisão do que êle, tendo as barbas de mólho, pois também era *cunhado do sr. Rui Barbosa*. Sómente ela foi quem me visitou na prisão, por duas ou três vezes, sempre armada de cartão de licença, que se esforçava em conseguir. Lá apareceu, afinal, a 24 de julho, para saber que eu tinha saído na véspera. — Atendi a Rui quanto ao Olímpio Chaves, já velho, seu grande amigo, como fôra de seu pai, e que ficou sensibilizadíssimo. — Vê-se que Ruizinho seguiu da Suíça para Londres, onde passou dias com a mãe. Não foi senão para alegrá-la, que Rui assim dispôs, sem olhar a despesas, que, com êle, inexistiam diante de prazer para sua Cota. — Adelaide e alguns dos seus acabaram passando uma temporada em casa de Rui, naquela “absoluta falta de recursos” em que Dobbert veio a achar-se em Lisboa, pela demissão, sofrida de Floriano, do próprio emprego que êste lhe dera ali, de chefe de comissão de imigração. — Providei a remessa dos livros. A *Visita à Terra Natal*, e não *Viagem*, como Rui apressadamente disse, tinha sido impressa no *Diário da Bahia* por um grupo de amigos, com esta dedicatória: “A Bahia a Rui Barbosa” (1893, 121 páginas).

168 — COMENTÁRIOS ADITIVOS

Passemos às identificações mais necessárias: Juca ou Bijuca, o médico João Luís Viana, meu cunhado. Joãozinho, João Rui Barbosa. *Lufian*, Floriano em pronúncia infantil. J., dr. Antônio d'Araújo Ferreira Jacobina. Afonso, Afonso Caminha Pereira da Silva, capitalista, credor hipotecário dos remanescentes da hipoteca da casa de S. Clemente. J. Rocha, João Martins da Rocha, amigo e cliente de Rui, devedor de honorários por serviços profissionais. C. de A. e Carlos, maj. Carlos Nunes de Aguiar, amigo de Rui e cunhado do precedente. D. Josefina é uma tia do conde de Leopoldina. Álvaro de A., Álvaro de Andrade, amigo de Carlos Nunes de Aguiar. Pinho, conde Sebastião de Pinho, capitalista, banqueiro, cliente de Rui, devedor de honorários na questão da *Companhia Chopim* e de um

parecer jurídico. (V. arquivo de Rui, na *Casa de Rui Barbosa*, pasta "Sociedades Anônimas"; Questão de Nulidade, Razões de Sebastião de Pinho e Companhia Chopim, contra o dr. José Antônio P. de Magalhães Castro em 1892.) *Ensacadora, Companhia Ensacadora de Café. Fronton, Companhia Frontões Nacionais.* Chiquinha d. Francisca Barbosa de Oliveira Jacobina, mulher do dr. Antônio d'Araújo Ferreira Jacobina, primos de Rui. *Inglês, ou inglésa*, Maria Luísa Vitória Rui Barbosa Guerra, filha mais nova de Rui, nascida, de fato, em Londres. D. Mafalda é irmã do Olímpio Chaves. Sinhôzinho, o médico Augusto César Viana. *Cara comadre* é Guilhermina Viana Bandeira, minha mulher, ou Iaiá, na intimidade. R., Ruizinho, ou Alfredo Rui Barbosa. Rhymer, aliás Ricardo Rymer, amigo da família Dobbert e negociante na praça do Rio de Janeiro. Tia Elisa, Elisa Viana, irmã de Maria Luísa, sogra de Rui, em cuja casa de S. Clemente veio a falecer, solteira. Tia Carolina, também irmã da precedente. *Cunhadas e cunhados* : dr. Francisco Luís Viana, dr. Luís Viana, dr. Augusto César Viana, dr. Artur Luís Viana, Escolástica Viana de Vasconcelos e Maria Constança Viana. Tia Nanô, Maria Leonor Barbosa de Oliveira, tia paterna de Rui. Lopes, João Lopes, cunhado de Rui, com a profissão de corretor, na Bahia. *Sobrinhos* : Amália de Oliveira Lopes e Cristiano de Oliveira Lopes, filhos da falecida Brites, irmã de Rui e esposa do precedente. Filhinho, Carlos Bandeira Filho.

169 — CARTA DE 12-9-1894

Teddington, 12, 9, 94.

Meu caro comp.^e

Ontem de noite recebemos, com o alvorôço com que tudo quanto nos vem da pátria e da família é sempre recebido nesta casa triste, a tua segunda carta, datada de 14 do p.p. Já vês que podes escrever-nos sem receio de extravio, porquanto as tuas comunicações chegam regularmente ao seu destino.

Calculamos que de ontem para hoje terás recebido a minha longa carta de 22 de agosto, resposta imediata à tua primeira, que daqui seguiu, registrada, pelo Thames, a 24. Neste momento pelo telegrama publicado no Times desta manhã, que acabam de trazer-me, vejo que o Thames, com uma viagem extraordinária, aportou no Rio de Janeiro a 9. Portanto, desde 7, ou 8, deve-te ter ido parar às mãos essa minha carta, que levou endereço a D. Escolástica. Outra sobre capa, com endereço a Sinhôzinho, registrada aqui na mesma ocasião, levou a procuração para o ba-

tizado. Quando poderei eu ver o afilhadinho? Se soubesse a amargura das impressões, que esta interrogação me desperta no espírito acabrunhado...

Dizes que me esqueça dessa terra, e firme a minha vida em Londres. Bem sei que nela não semeei senão ingratidões, com os benefícios que fiz, ou procurei sempre fazer. Bem sei que a atmosfera que pesa sobre o nosso país seria hoje irrespirável para mim. Mas é isso mesmo o que me opõe e o que me dilacera. As saudades da pátria, no desterro forçado, matam. É um viver contínuo de impaciências e sobressaltos, de esperanças instantâneas e longos desalentos sucessivos, em que o coração, a alma e a vida se gastam prematuramente num sofrer insuportável. Contam-se os dias um a um, contam-se as horas, e é como se se contassem anos. Nada consola desta agonia, nada, nem mesmo a presença da família. A própria felicidade doméstica se torna dolorosa; porque o chefe de família, cujos infortúnios impõem aos companheiros de seu lar o suplício da expatriação, definha incessantemente, corroído pelo sentimento íntimo de que a sua presença entre os vivos se tornou uma desgraça para os que lhe são caros.

Supões que eu posso estabelecer aqui a minha banca de advocacia. Eu mesmo já nutri, bem que muito passageiramente, essa idéia. Bem depressa me convenci, porém, antes mesmo de qualquer experiência, que era uma rematada tolice. Certamente o país onde me acho é o mercado principal dos grandes interesses brasileiros; e as questões, as pretensões, as transações que criam, constituem matéria vasta e opulenta para o trabalho de advogados, com a mais pingue renda para todos. Noutras circunstâncias, pois, seria um excelente plano deixar o Rio, e fundar aqui o meu escritório.

Mas na minha posição atual isso é absolutamente impossível; porque todos os negócios brasileiros aqui tratados têm dependências, próximas, ou remotas, mais ou menos consideráveis, com a administração, e, por consequência, um advogado mal visto a ela seria perdição dos clientes, que acaso cometesssem o despropósito de escolhê-lo.

Não sei, pois, o que será de mim, com a duração muito longa do régimen, que me persegue. Apesar de ser a vida aqui mais barata do que no Brasil, de vivermos aqui com a mais cuidadosa economia, de fugirmos sistemáticamente aos divertimentos, de não irmos a um teatro, de não ter eu até hoje comprado um par de sapatos para mim, de achar-me ainda agora, com as mesmas botinas, Clarke, que calcei a 5 de setembro de 1893 (!), as despesas avultam enormemente. Além de tudo, tenho a edu-

cação dos filhos, que na Europa custa muito caro, e Deus, para címulo da minha expiação, quis ainda agora aumentar-me o número dêles. Vivo, pois, quase sob a pressão do terror, vendo esgotarem-se-me progressivamente, com o medonho câmbio atual, os meus recursos, e aproximar-se o período da penúria e do desespero. Deus se compadeça de todos nós!

Fico inteirado de quanto me comunicas no tocante ao Bco. do C. Pop. Já escrevi ao Jacobina também a este respeito, em carta que élle, a esta hora, deve ter recebido. Agora peço-te que me desfies o que há no tocante à Ensacadora, ao Fronton e ao negócio da casa com o Afonso. Não sei se o Jac. recebeu os juros da Ensacadora e do Fr. Creio que não. Não seria melhor vender as ações da Ensac. e as do Fronton?

Quanto à casa, me parece também, atento o estado precário de saúde do Af., liquidar logo com élle o negócio, entregando-lhe as letras, e purgando a hipoteca. Do contrário, numa eventualidade possível de morte, viríamos surgir graves dificuldades. Logo que fôres para o Rio, trata disso, e entende-te com o Jacob. a respeito, se fôr necessário.

Outrossim, te rogo que resolvias afinal com o C. de A. o negócio do cunhado, o J. R., comigo. Já é tempo. O C. de A. escreveu-me, a 25 de abril, dizendo-me que aguardava apenas a tua liberdade, para se firmar a ti a escritura de hipoteca. Depois, até hoje, nem mais uma palavra! apesar de haver-lhe eu dirigido duas longas cartas em maio, as quais certamente chegaram ambas ao seu destino, pois de uma se encarregou a D. Josefina, tia do conde de L., na sua volta ao Brasil, e da outra o Alvaro de Andrade, amigo do C. de A., que fôra portador da dêle para mim. Dize ao C. de A. que élle me tem feito sofrer imensamente com estes séculos de esquecimento em que me deixa. No tratares o negócio do J. R., não esqueças que élle já deve um ano vencido de prêmios (desde agosto, inclusive, de 92), os quais o C. de A. me tem assegurado repetidamente que élle pagará.

Também me afirmava élle, na carta de 25 de abril, que o Pinho pagaria naquele mês. Será possível que êsse miserável leve a cabo o seu propósito de calotear-me em quantia para êle tão insignificante?

Eu pedira ao Carlos o favor de arranjar-me de algum modo, aqui na Europa, um crédito de certa quantia, que me deixasse tranquilo quanto a necessidades imprevistas, cuja ocorrência me poderia, de um momento para outro, colocar em embaraços, não tendo no estrangeiro ninguém, a quem recorra, e não podendo usar do telégrafo para casos urgentes. Em abril, segundo

a sua última carta, êle tratava disso. Depois, a êsse respeito, como a respeito de tudo mais, silêncio até hoje...

Se não fôres já para o Rio, escreve-me ao Bijuca, a fim de que êles providenciem seriamente sôbre as tais malas enviadas para o Rio da Prata depois da minha vinda. Elas devem conter roupa de valor e outros objetos, que tínhamos pedido para o Rio desde novembro do ano passado, e que estou vendo assim correm o risco de ficar definitivamente perdidas. Se eu ao menos soubesse a quem foram endereçados ali êsses volumes, daqui mesmo teria dado passos e tomado as medidas precisas. Mas nem essa informação, que aliás era essencial, recebemos nunca.

Tenho imenso prazer com as excelentes relações, que últimamente adquiriste. Permite Deus que elas possam contribuir de modo sério, para lançares as bases de teu futuro, cujo bem me interessa tanto como o de meus filhos. (Sempre te considerei um dêles). Se precisares de quaisquer recursos, pede-os ao Jac, de minha parte, mostrando-lhe esta minha carta.

Conquanto, reduzido pela evidência do impossível a não pensar sequer em advocacia em Londres, para onde nos devemos mudar até o dia 25 do corrente, estando já quase tratada a minha casa ali, — aqui me acho, em todo caso, pronto para qualquer trabalho, negócio, ou comissão, em que possa ganhar alguma coisa. Espero que me recomendarás para isso aos teus amigos.

O Joãozinho vai muito bem. Não se esquece de ti. Hoje acordou, dizendo que tinha sonhado com Iaiá (tua mulher). Quer a todo custo dar cabo do Lufian. Ao chegarmos a Londres, vai ter uma nurse, criada inglesa, que com êlc se ocupe exclusivamente. É o mais travesso de meus filhos.

Dá-me notícias do Tob. Ninguém me fala nêle, e eu tenho o mais sincero interesse por vê-lo desembaraçado. Faço votos, para que já tenham cessado as suas tribulações.

E o J. Lucas, coitado? Há notícias do seu paradeiro? Abraça-me a Iaiá, D. Escolástica, Tia Elisa, Carolina, tuas cunhadas e cunhados. Saudades ao Olímpio. Dize-lhe que outro dia enviei-lhe um impresso, por carta registrada.

Afaga e abençoa o afilhadinho, a quem Deus proteja.

Sempre com a maior amizade

Teu do C.

R.

Dize a Tia Nanô que pelo primeiro vapor lhe escreverei. As meninas têm escrito muitas vêzes para lá.

Estamos a 12 de setembro de 94, ou faltando 2 meses e 3 dias para Floriano passar o governo a Prudente de Moraes. O que se

propalava, porém, o que se repetia, é que se não daria essa transmissão de poder, de vez que a ditadura era uma necessidade nacional para a preservação daquela república. A Constituição? Ora... a constituição! Isto era lá argumento de conspiradores... (E assim aconteceria se a cirrose do fígado ditatorial não estivesse, a seu lado, conspirando impune e abertamente contra a vida de Floriano.) Rui, bem de longe, tudo pressentia e de muito sabia. Daí o desânimo que lhe minava o espírito, fazendo-o viver sem vislumbres de esperanças para o fim do seu infortúnio. — Suas possibilidades financeiras eram cada vez mais restritas; mas o seu pessimismo lhas aumentava em terríveis proporções. Não seja divagação ociosa dizer-se aqui, que eu já tinha observado que Rui, deixando-se possuir da idéia de não poder pagar uma dívida em hora certa, se entregava a um temor tal, que se tornava inerte, como que a tremer por dentro. Várias vezes assim o surpreendi e outras tantas tirei-o da prostração em que só e somente se afigurava covarde. É nessas condições que ele me vem escrevendo e se perde em considerações sobre miseráveis haveres, na dependência de pessoas indiferentes à sua sorte. Rui não era homem de se deter em coisas dessa ordem, quando a vida lhe corria normal. Sim, jamais pensaria ele em fazer pressão sobre quem lhe desse o que quer que fosse. — Uma das partes interessantes desta carta é a luz, que Rui faz quanto à questão defrontada por seus biógrafos, de ter tido, ou não, banca de advogado em Londres. — As personagens são algumas das cartas anteriores, mesmo Sinhôzinho, meu cunhado dr. Augusto César Viana, com quem estávamos. — Quanto ao *Banco de Crédito Popular*, o que se deu foi a já referida alta na cotação de suas ações, que eu me apressara em comunicar a Rui, e de que ele colheria bom lucro inesperado. Já o contrário ocorreu com a *Ensacadora*, que continuava enguiçada. Dos títulos do *Frontão*, de que eu fizera presente de um lote, nominais, a Rui, já deixei dito que lhe resultaram apreciáveis vantagens. — O Afonso Caminha estava, realmente, mal de saúde e não viveria por muito tempo. Esta foi a forte razão de minha primeira volta ao Rio, para liquidar, como liquidei com ele, os negócios de Rui. Aliás, enquanto prêso e sempre que podia, eu tomava providências acerca desses negócios, que eram, então, os meus primeiros cuidados. Minha cunhada Chiquinha — ela, antes que ninguém mais — indo visitar-me na Correção, de lá se retirava cheia de encargos e recados. — Com o dr. Jacobina, a quem sempre respeitei cordialmente pelos inestimáveis serviços que prestava a Rui, o meu ressentimento não me permitiu mais aproximações. Lamentavelmente, reconheço. — O Pinho, penso que acabou liquidando suas contas com Rui. Penso... — Ainda na prisão, dera eu providências sobre as

malas transviadas, que acabaram chegando a Rui em Londres. — As “excelentes relações” foram as que fiz na Correção com o dr. Alfredo Valdetaro, médico, monarquista, do antigo Partido Liberal, de grande conceito na sociedade de seu tempo. Lá também se achava êle, como o cons. Silva Costa. — O Tobias ficou na prisão quando de lá me retirei. Mas sem tardança sairia. É preciso lembrar que êle tinha um irmão militar, o qual chegaria a general. Graças a isto foi que o Tobias entrou direto para a 8.^a galeria, aquela que, por seus privilégios em relação às outras, merecia ironicamente a designação de “nobre”. — O José Lucas nunca mais reapareceu, e, pois, é certo que por sua insubmissão, tenha tido o sanguinário destino reservado, na Ilha das Enxadas, aos 500 ou 600 marujos, brasileiros môcos e cheios de vida, inocentes de culpas políticas, que foram colhidos a bordo dos navios revoltados, quando seus oficiais os deixaram, aceitando asilo português, na águas da Guanabara, restituídas à paz, e passando-se para bordo da *Mindelo* e da *Afonso de Albuquerque*, ver-se-iam todos presos em Peniche e Sagres; fato que Rui profligaria, diante do próprio governo de Lisboa, em *Justiça aos Vendidos* (*Correio da Manhã* de lá, aos 29-4-94), isto lhe custando a feliz intimação com que saiu de Portugal e foi viver sossegadamente sob o generosa proteção de liberalíssima Inglaterra.

170 — CARTA DE 17-9-1894

Teddington, 17 de setembro, 94.

Meu caro compadre.

Hoje estou num dos meus maus dias, não só porque o meu espírito está sob o peso de contrariedades, que aqui não te posso explicar, como porque é uni desses, em que o lúgubre inverno desta terra principia a nos dar de longe as mais sombrias amostras da sua inexprimível tristeza. Não podes imaginar a melancolia que nos acarbrunha, como a nossa casa aparece tumularmente escura e muda, sob a impressão do desterro, da distância e do abandono. Nestas ocasiões me volta insistente e cada vez mais negro o pressentimento, que me acompanha desde o primeiro dia do exílio, — o pressentimento de que a satisfação de meus gratuitos inimigos será completa, de que não tornarei a pisar a terra de minha pátria, a abraçar os meus amigos... Mas não te quero agoniar. Recebi ante-ontem a tua terceira carta; e, seja qual fôr o esforço, que me custe, não quero deixar de responder-lhe com a mesma pontualidade, com que respondi às duas primeiras.

Tive eu, e todos, nesta casa, tiveram viva alegria, com a notícia que me dás acerca do Tobias. Naquele momento acabávamos de falar muito nêle, e pouco antes, na minha última carta, eu te pedira informação acerca do seu destino, que nos inquietava. Abraça-o por mim, e dá-lhe saudades de todos os meus. Dize-lhe que, apesar da minha sorte ser diversa da sua, o quinhão de tribulação que me coube, e continua a caber-me, tem sido bastante, para me fazer, às vezes, invejar o destino dos que não sobreviveram.

Provavelmente já estarás no Rio ao receber desta. Confio muito em ti para o bom desenlace de certos interesses meus, ou antes de tua irmã, de teus sobrinhos e dos teus próprios filhos, que eu considero meus, porque pessoalmente eu já não tenho aspirações de espécie nenhuma.

Pela minha correspondência anterior já sabes que incumbências te encarrego especialmente. Peço-te que tomes sob teu especial cuidado a casa de S. Clemente, e não a deixes deteriorar-se, que veles pelos meus livros, prodigalizando-lhes a naftalina, para os preservar, e que te entendas com o primo J. sobre a conveniência de segurar o prédio e os móveis, ao menos na parte concernente a estes negócios, bem como com o Amaral, se ocorrer alguma dificuldade jurídica, ou acautelar juridicamente os meus interesses nesse ponto, — bem que o meu velho compadre pareça ter-me atirado às urtigas.

Dize-me também alguma coisa sobre os títulos da Ensacadora, e recebe os meus agradecimentos pela venda oportuna dos que, para esse fim, confiaste ao Bijuca, a quem, por vários motivos, estou muito reconhecido.

Se venderem o J. do Brasil, peço que me reservem, pelo menos, uma coleção completa, se não fôr possível obter duas.

Não te esqueças de providenciar sobre a mala, ou malas de roupa, que me mandaram para Buenos Aires, e cujo destino até hoje ignoro, porque nem me mandaram dizer a quem as tinham consignado.

A estas horas deves estar no Rio. Quando poderei eu respirar os mesmos ares? De dia em dia me oprime mais esta viagem forçada e dolorosa.

Escuso recomendar-te a minha casa. Já estará ela segura? Deve sê-lo pelo preço que me terá custado com as obras, mais o valor dos livros e móveis. Estes estão já seguros, e parece-me que devem continuar na mesma companhia.

Maria Augusta tem recebido as cartas da comadre, a quem escreverá, logo que lhe seja permitido. Os meninos vão todos

bem: João desenvolvendo-se; Dedélia e Chiquita empenhadas em progredir no colégio, e Ruizinho na Suíça. Todos nós nos abraçamos contigo e com a comadre.

Teu cunhado e comadre

R.

Aqui temos Rui em irremediável hipocondria, da qual se evade de ânimo momentâneo, para responder de pronto ao amigo, que da pátria lhe escreve. — Vemos o júbilo que lhe causou a libertação de Tobias, tão estimado, também, de toda aquela família habituada a acolhê-lo intimamente. Tobias, por sua inteligência e expansibilidade, vivia a captar simpatias e estima. A colocação que Rui lhe deu abriu-lhe, por certo, as portas do sucesso, por quanto — naquela função de alta confiança de quem, no *Govêrno Provisório*, centralizava o pensamento e a ação de todos os que o compunham — havia de grangear a cordialidade dos demais ministros, a começar por Campos Sales, com quem faria a célebre viagem à Europa, secretariando-o. — Nunca deixaram de estar segurados a casa de S. Clemente e seus livros e móveis. O problema seria o da reforma das apólices securitárias em tempo, e isto se fêz na Companhia Aliança da Bahia. — O Amaral, de fato, andava frio quanto a Rui. Não que o tivesse “atirado às urtigas”, mas por ser um cauteloso chefe de família. Quem no peito batesse por amor a Rui estaria em grades. — Os préstimos do meu cunhado e primo Bijuca a Rui, enquanto ausente, foram realmente valiosos, já por iniciativas próprias, já em colaboração com o dr. Jacobina. Foi êle quem assistiu à realização das obras da casa de S. Clemente e quem dirigiu a mudança, para esta, de tudo quanto Rui e Cota deixaram no Flamengo. — Efetuou-se, realmente, a venda do *Jornal do Brasil* aos irmãos Mendes de Almeida, que acabaram transformando-o na mina-de-ouro que se sabe. Essa operação foi conduzida exclusivamente por Jacobina, que assim passou obviamente a dispor de maiores fundos para acudir aos encargos de Rui. — Na liquidação, porém, do crédito do construtor e arquiteto Jannuzzi, a parte preliminar coube a mim. Passo a narrá-la. Logo que se fêz a compra da casa, Rui e Cota trocaram idéias com Jannuzzi — o homem da ocasião — sobre um plano de adaptações e reformas, de maior ou menor relevância. A escada de ferro, por exemplo, de uns 10 degraus, à entrada lateral esquerda, é desse plano. Mas, antes que Rui firmasse um contrato em regra a respeito, pois não era homem que se metesse em emprêsa tal sem o indispensável



GUILHERMINA VIANA BANDEIRA
(Espôsa do Autor.)

formalismo jurídico, se viu forçado a abandonar o Rio. Jannuzzi, não obstante, atacou o serviço e, com a concordância tácita dos que o acompanhavam como pessoas de Rui, os concluiu sem receber nada por conta. Quando me achei, pela segunda vez, na 1. Delegacia Auxiliar, lá êle, detido, me viu, e, aproveitando o momento, tratou do assunto. Não pude dizer-lhe senão que, quando estivesse sólto, encararia a questão. Fi-lo, entretanto, sentir que, se êle era, como parecia ser, amigo de Rui, se sacrificasse também numa espera confiante e conformada. Não falasse muito, nem alto, sobre a dívida de Rui. (O homem era um boca-rasgada.) Apanhando-me na rua, tornou-se-me uma sarna. Queria porque queria o pagamento, e devia ter suas razões. Interpelei-o: — “Mas, em quanto importam os trabalhos?” — “Setenta contos.” — Quase caio. Cento e quarenta custara a casa, sem um X haver sido pago ainda, naquela dôr-de-cabeça de hipotecas. Concitei Jannuzzi a uma redução, para ver o que seria possível fazer. — “Quanto paga?” — “Trinta contos.” — Jannuzzi esperneou. Disse-lhe eu que nada tinha com o fato, que precisava mais de cuidar de minha vida, que lamentava tudo aquilo, que a situação difícil de Rui, na Inglaterra, não facilitava uma pronta solução, e que estava de malas feitas para a Bahia, no dia seguinte. Nova troca de considerações e... Quarenta contos. Assentada esta cifra, fui ao Sancho de Barros Pimentel e tudo lhe expus, solicitando-lhe, afinal, que, como advogado, preparasse um recibo capaz de satisfazer a Rui, pois iria promover em seu escritório (de Sancho) o encontro do Jannuzzi com o dr. Jacobina, que era quem lidava com os recursos de meu cunhado. Dali marchei para o *Banco Construtor* onde era certo encontrar a terceira pessoa. A recepção foi fria. Contudo, narrei-lhe confiantemente o que se passara e disse-lhe que o Jannuzzi tinha pressa em receber. O dr. Jacobina explodiu. Que era que eu andava arranjando?! Quarenta contos!!! Só o que faltava... Mantive-me cordato e falei que apenas me restava voltar ao Sancho, para dar o dito por não dito, e depois rumar para a Bahia, com a consciência tranquila. Quando estou saindo do escritório do colega de Rui, passa por mim o dr. Jacobina, que, vendo-me, me chama com um aceno. — “As suas ordens, doutor.” — “Ouça. Você realizou um excelente negócio. Procedeu muito bem. Diga ao Jannuzzi que me procure.”... — Parti para a Bahia um dia depois, mais feliz do que esperava. A dívida ia ser e foi liquidada em duas prestações iguais.

7. Sinclair Gardens/W. Kensington/Lond.
14 de dezembro, 1894.

Meu caro Carlito.

Dentro em quatro dias deverás ter recebido, por mão do Jacobina, a carta, que te escrevi a 24 do p.p., e que há de ter seguido, pelo Madalena, a 30 do corrente. Estarás por ela inteirado acerca dos motivos que explicam a interrupção da minha correspondência contigo por tanto tempo.

Por minha vez fico ciente de quanto me comunicas sobre negócios meus, e espero que, com a tua habilidade, a tua diligência e a tua solicitude por mim, resolverás os demais, especialmente no que toca ao J. Rocha e ao Gianuzzi.

Podemos, pois, tocar imediatamente o assunto principal da tua carta de 12 de novembro, há pouco recebida. Minha confiança em ti continua a ser absoluta e ilimitada. Podes disso estar certo. Tua probidade, tua devoção a mim, tua perspicácia em negócios, tua habilidade em resolver as dificuldades asseguramente, no meu espírito, um juízo cada vez mais favorável e uma estima de dia em dia mais acentuada. No que eu te disser, pois, não imagines a menor quebra nessas minhas disposições para contigo. Como tu guardaste para comigo sigilo completo sobre a natureza do assunto a que aludes, não posso avaliá-lo senão pelo teu conceito, e confesso-te que ele me seduz. Como, entretanto, os mais experimentados e os mais hábeis estão sujeitos ao erro, não seria impossível suceder que te enganasses. Às vezes acontece provarem mal os cometimentos aparentemente mais seguros. Pago o Giannuzzi e deduzidas as minhas despesas no destérro, que, apesar da minha severíssima economia, devem subir, graças ao câmbio atual, a perto de 60:000\$000, meus recursos devem estar reduzidos por tal modo, que, se perdêssemos a quantia pedida por ti, pouco me restaria. Isso te digo, não para que não empreendas o negócio aludido, caso ele seja garantido, mas unicamente para que só te embarques nêle, se de todo não oferecer riscos. Desejo apenas que reflitas com madureza, como aliás costumas, e que só te deliberes a levar a idéia a efeito, se fôr completamente extrema de perigos. Em suma, confio na tua discreção, e entrego o caso a ela, enviando-te a inclusa autorização para o Jacobina, com quem, se quiseres, podes conversar sobre o assunto.

Meu caro Carlito, os teus sentimentos por mim muito me penhoram. Mas êles exprimem apenas o fervor da tua amizade.

Meu valor pessoal é bem pouco. Nem de outro modo se explicaria o meu desgraçado naufrágio aos 44 anos de idade, quando me vejo, por assim dizer, obrigado a principiar vida nova. Felizmente não perdi tudo, tendo salvado o coração de um ou outro amigo como tu. Mas, por isso mesmo, e porque te tenho em conta de filho, rogo-te encarecidamente que te não faças recomendar ao ódio de meus inimigos, expondo-te demasiado com as tuas defesas por mim. Não digo que me deixes insultar em tua presença; mas evita, quanto ser possa, as ocasiões, retrai-te, e evita conversar em assuntos estranhos à tua profissão.

Cota agora começa a se fortificar; mas está ainda muito débil. Adelaide, Anita e Dodó acham-se ainda conosco. Suas circunstâncias são deploráveis. Maria Luisa vai crescendo aos pulos. Dizem as inglesas que ela parece ter já 2 meses, quando apenas conta um. É morena. Chamo-lhe eu "a mulatinha inglesa", com os que cavaqueiam aqui. O João é um brejeiro e capadócio de marca. Não esquece a Praia do Flamengo, nem os amigos.

Adeus, meu Carlito. Avalio o teu aborrecimento na ausência de Iaiá. Cota brevemente responderá à carta dela. Mil beijos e bênção ao nosso Carlinho, de tua irmã e do teu compadre

R.

As cartas para mim devem trazer sobrecapa, com este endereço:

*John Cameron Grant, Esq.
17 Kensington Court Gardens.
W. London.*

Agora, Rui está refeito no seu fraco ânimo. A preocupação, que lhe abatia o espírito, diante da debilidade de minha irmã em vésperas daquela assustada maternidade, era do passado. Ela vencera bem o transe delicado, as coisas voltaram ao ritmo da vida de Teddington. — O assunto de minha carta de 12 de novembro, em que Rui se demora, todo receoso, mas, afinal, vencido pela confiança no meu tino, dizia com a idéia, em que pensei vê-lo comigo associado, da fundação de uma companhia coletora do lixo no Rio de Janeiro. Veio-me essa idéia de conversa que tive com o Manuel, dono da *Confetaria Pascoal* (Manuel da Pascoal, chamava-lhe), muito amigo de Rui, a ponto de contribuir para salvar-se êle de trucidamento na Bahia, como nos conta o dr. Américo Jacobina Lacombe em *Moçidade e Exílio*. O Manuel da Pascoal, nosso velho conhecido da casa da Rua do Resende, onde nos distribuía matinalmente o pão, e já capitalista, benquisto e conceituado — honra se lhe faça — cogitava de levantar fundos para a organização de uma empresa cole-

tora do lixo. Falou-me, pintando a coisa com tais tintas róseas, que me convenci das boas perspectivas do negócio. Transmiti-as a Rui, para que êle empregasse algum dinheiro, juntamente comigo. Mas, depois de muito refletir, recuei, e não fiz mal, estou certo. — O conselho de Rui, para que eu não me recomendasse ao ódio dos meus inimigos, foi por eu lhe ter narrado por alto o seguinte fato, ocorrido pouco antes na Bahia. Almoçávamos em casa de um negociante, no Rio Vermelho. Lá estava meu cunhado Augusto Viana com a sua roda. Fazia-se também presente o jovem Francisco de Castro Filho, já dedicadíssimo, como sempre seria, a Rui. O nome dêste veio à baila, pois era em tôda parte a palavra de ordem em conversas generalizadas. Faziam-se-lhe referências quase uníssonas, de respeito, admiração, estima e solidariedade. Pois não é que — coisa, já, de fim de regabofe bem molhado — de um dos comensais parte uma ofensa ao homem do exílio! Retruquei-lhe na altura. Reagiu. Pus-me de pé e falei alto. Foi pior. Empunhei, então, uma garrafa de champanha e marchei na direção do atrevido. Aí, já as intervenções de calma chegaram ao máximo, e tudo, em breve, tornou ao bom humor de antes. E como êste episódio não foi o primeiro, do gênero, do conhecimento de Rui, achou êle de aconselhar-me que evitasse conversar em assuntos estranhos à minha profissão. — Estamos vendo que, afinal, minha irmã Adelaide e os filhos Dodó e Anita, foram até Londres, naquela emergência. Tinham ido de Lisboa, onde meu cunhado Dobbert perdera o emprêgo, por determinação de Floriano, o que não se vingava dos inimigos na pessoa de seus parentes. Dobbert voltou sózinho ao Brasil, ao encontro de sua filha Helena, que com o seu desembaraço e sua inteligência, tanto colaborara com meu primo Juca, na mudança dos bens, do Flamengo para a casa de S. Clemente, cujas primeiras arrumações muito lhe deveram. — Nada mais tenho a dizer sobre as obras feitas pelo Jannuzzi, além do que já deixei em relação à carta precedente. Cabe esclarecer, todavia, que o encontro que tive com o afamado construtor, do qual resultou a liquidação de seu crédito, se deu após minha permanência na Bahia, ao ver-me sólto. Isto, a julgar pela seguinte carta, que dêle guardei:

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1894.

Amigo Carlito.

Sinto profundamente em dizer-te que fiquei sumamente descontente em ter-se ausentado desta capital, sem ao menos mandar-me um bilhetinho seu. Sabe perfeitamente quanto lhe estimo e quanta simpatia lhe voto, e que portanto não é sem razão a

minha queixa, tanto mais quando lhe tinha deixado o meu cartão com o endereço da nossa casa para que quando saisse do seu tormento viesse diretamente em nossa casa. Não sei a que atribuir tamanho esquecimento, a não ser como creio que foi de que a ansiedade de abraçar a sua prezada família o tivesse suspenso todos os dias que demorou-se aqui depois de ter saído.

Estimo que a esta hora o seu físico esteja restabelecido de todos os seus sofrimentos, e que goze a tranquilidade e a paz da sua família que há longos meses almejava, e que Deus lhe dê forças para poder resistir às tempestades que sem esperar sobrevêm e que são aliás hoje a ordem do dia.

Carlito. Soube que na casa da Rua S. Clemente iria morar alguém, e que os criados de antemão têm começado a lambujar o que eu fiz. Como sabe até agora não temos recebido nem um vintém do nosso suor, pois que as últimas promessas que me foram feitas pelo Major Carlos de Aguiar de nada valeram a não ser em deixar-me perder o meu precioso tempo em tê-lo de procurar diversas vezes inutilmente.

O Sr. Amaral diz-me que sómente uma vez estêve com o amigo, e que não tiveram tempo de cogitar sobre o meu urgente negócio. Eu confiei, e confio ainda de que o amigo não abandonará a minha sacrossanta causa, isto é, de tratar de embolsar a nossa casa comercial das quantias dispendidas na obra; não digo de ser tudo de uma vez, mas ao menos, em parte, para poder acudir aos nossos compromissos, os quais não são pequenos. O resto da conta das obras que mandei ao Sr. Amaral, creio que a quantia que se nos deve é de 66.700\$000 mais ou menos. Não posso precisar a soma porque escrevo de nossa casa particular, e portanto não tenho os livros da casa comercial. Quis aproveitar a oportunidade de remeter-lhe esta carta por meio do Sr. Bueno, cunhado do Sr. Acácio de Aguiar, nosso amigo.

Espero que me responda com a maior urgência, podendo dirigir a sua carta à Rua de Monte Alegre n.º 42, Santa Tereza, ou Rua do General Câmara n.º 60.

*Desejo-lhe muita felicidade a si e a sua Exma. família e de mim receba um abraço e um aperto de mão sincero
do seu amigo obrigado*

ANTONIO JANNUZZI.

Ilmo. Sr. Carlos Viana Bandeira.

T. Sinclair Gardens, W. Kensington, Lond.

25 dezembro 94.

Meu caro Carlito.

Recebi, há três dias, a tua carta de 5 do corrente. Calculo, por ela, que estarás, há muito, no Rio. Deves, pois, ter sido chamado pelo Jacobina, a quem, no dia 14 dêste, enderecei um telegrama, cuja tradução é: — “Dê a Carlito a importância total pedida.” — Abstive-me de fixar a soma, por me parecer assim mais conveniente, e acreditar que aquele nosso amigo buscaria saber de V. a matéria, a que eu aludia. Nessa mesma data lhe escrevi sobre o assunto, e a carta deve ter surtido efeito, se o telegrama o não logrou. Contudo, meu caro Carlito, devo confessar-te que o sigilo guardado por ti sobre o objeto e a natureza desse negócio não me deixa de inspirar apreensões.

Há alguns interesses meus, sobre os quais devo chamar a tua atenção, pedindo-te que me informes, depois de providenciar a respeito:

1.º — As malas, ou mala de roupa nossa, mandada para o Rio da Prata desde o começo do ano. Se tivessem feito o que era natural, comunicando-me o nome da pessoa a quem remeteram a encomenda, eu mesmo teria deslindado isso logo. Mas não o fizeram. E, por mais que eu me tenha cansado a escrever para aí sobre tal assunto, até hoje não sei nada. Peço-te que me desembrulhes essa meada, e me esclareças. Não estou no caso de sofrer esse prejuízo.

2.º — Que há sobre as ações do Fr.? A julgar pelo que aqui sei, elas não dão mais resultados. Não seria melhor vendê-las?

3.º — Que notícias me dás da Ensacadora? É impossível que não tenham tido dividendo. Não seria também conveniente aliená-las?

É hoje dia de natal. Deus te dê feliz a ti e aos teus. Que o ano vindouro te seja tão benigno e afortunado, quanto o que acaba agora te foi nefasto e cruel. Eu continuo triste, triste e triste. Sou hoje um homem bem diverso do que V.V. me conhecera. Perdi de todo a confiança no futuro, e cada vez o vejo mais escuro. Hoje estou num do meus dias negros do deserto. Conquanto a data seja de alegria e esperança, uma e outra acabaram para mim.

Se alguma vez carecer de telegrafar-me, peça ao Jac. o meu endereço telegráfico. Observe, porém, a esse respeito toda a

reserva, e o não transmita a outros. Com a facilidade de passarem estas coisas de boca em boca, já a polícia brasileira soube aí que as minhas cartas vinham com endereço ao Grant, e teve o desplante de mandar perguntar-lhe a ele, pelo correio daqui, quem eram os remetentes delas. (*)

Recebe saudades de todos, recomenda-nos a Iaiá, e acarinha o afilhadinho.

Seu compadre do C.

R.

Podes avaliar como nos penaliza o estado de Casusa. Eu, há muito, que esperava êste fim. Deus queira que alguma coisa possas fazer.

(*) N. B. Não sei se êste fato é anterior ou posterior ao novo governo. Desconfio ser anterior.

Recomendo-lhe o José Lucas. Vejam meios de libertá-lo.

Não sei, até hoje, que fim deram à casa da Tijuca, ou, sequer, aos móveis meus, de valor considerável, que nela se continham. Peço-te que me informes disso.

Dize ao C. de A. que não posso deixar dc queixar-me muito e muitíssimo dêle; pois não comprehendo como a uma carta, qual foi a sua de 25 de abril (!), cheia de protestos da mais devotada amizade, se possam seguir quatro meses de silêncio mortal. Como teve êle a coragem de deixar ao amigo ausente e abandonado sem resposta as duas longas, íntimas e afetuosíssimas cartas, que naquele mês lhe escrevi? Como não lhes acusou ao menos o recebimento? Protestava-me êle, naquela sua derradeira missiva, estar preso ao Rio principalmente pelo seu propósito de levar a bom resultado os compromissos do cunhado para comigo, jurava-me que êle não faltaria a êsses compromissos, afirmava-me que a dívida do Pinho seria infalivelmente desempenhada até ao fim de abril... e depois nunca mais teve uma linha, que me dirigir, sobre coisas de tanta monta para o pobre de mim e a minha desgraçada família, amarrada à dolorosa sorte de seu chefe. Já é intolerável o procedimento do Juca R. para comigo. Rogo-te que tomes isso a ti, e, com o C. de A., se êste ainda se lembrar de mim, o obrigues a pagar, ainda que aos poucos, e dar as garantias tantas vêzes prometidas. Só de juros vencidos já lá vão 13 1/2 meses!! Onde irei eu parar, privado aqui de todos os meios de ganhar a subsistência, sobre carregado com as despesas crescentes de minha família e, além de tudo, despojado assim de recursos tão dificilmente adquiridos? Que, ao menos, tenham pena de mim, se não me têm amizade, êsses que tão cruelmente me abandonam.

Não te esqueças também daquela letrinha daquele amigo, que está entre os meus papéis deixados ao J. Não o incomodes. Mas vê o meio de não perder essa quantia.

Deus te prospere os teus esforços, dando-te a felicidade doméstica e a independência no trabalho. Deus faça a tua mulher e a teus filhos mais felizes do que os meus, desafortunados pelo destino que os liga ao meu infortúnio. Que nunca te possa passar pelo espírito a idéia, dominante no meu, de que a origem dos sofrimentos da família é a vida impertinente e inútil do seu chefe. Afaga ao Carlitinho, abraça a Iaiá, recomenda-nos ao Bijuca, e não te esqueças de nós.

Seu comadre do C.

R.

Começo pelo acentuado desalento, pela pronunciada amargura que nesta carta se retrata. A impressão superficial que ela deixa, é de que resulta das dificuldades, ou preocupações de ordem econômica, que a Rui oprimem, tão abertamente confessadas. Sim, porque, na data dêste escrito, já estava no governo o dr. Prudente de Moraes, e tudo levava a crer que o país marcharia, como marchou, para a pacificação geral e a tranquilidade dos espíritos tão desejada, embora, de um lado, os remanescentes da revolução, no sul, e, de outro, a convicção dos florianistas, de que o marechal retomaria o poder, que êle, aliás, não transferiu em pessoa ao seu sucessor, como se sabe. A causa, porém, da profunda depressão, que mais uma vez se manifesta nesse Natal, o último do exílio, outra não podia ser senão a indiferença de uns e a ingratidão de muitos, que Rui contava como amigos. — A ordem, ao dr. Jacobina, para entregar-me a importância que eu lhe pedisse, e que não produziu efeito, prendia-se ao caso, atrás exposto, da emprêsa coletora de lixo. — As malas, já ficou dito, foram ter, afinal, a Londres, em virtude de providências também de minha parte. A respeito delas, já eu, enquanto preso, andei tomando as iniciativas que estavam ao meu alcance. — Não acabou bem a questão das ações, quer do *Frontão*, quer da *Ensacadora*. — Meu irmão Casusa passava muito mal, do coração, na Bahia. Rui, posteriormente, acolheu-o em seu lar, onde êle faleceu. Outra pessoa da nossa família, que também se finou em S. Clemente, foi a querida tia Elisa. — Mais uma vez o José Lucas. Nota-se como Rui se preocupava com êle, que, está visto, teve a maior culpa em sua desventura. Nunca mais nos foi possível saber positivamente do seu paradeiro. Rui não descansava em suas indagações, e veio a ouvir de um oficial do exército, por êle apreciado, que o caboclo, certamente, seguiu com uma das levas de prisioneiros da ditadura, homens humildes e centenas de mari-

nheiros, para a Ilha das Enxadas, onde os fuzilamentos eram constantes e sumários. Com o Sérgio (o cozinheiro), que soubera conduzir-se, nada aconteceu. — Tudo quanto estava na casa do Alto da Tijuca ficou entregue ao maj. Carlos Nunes de Aguiar, a quem Rui prezava sinceramente. Só ele poderia dizer, e há de ter dito a Rui, o destino dado àqueles móveis de valor considerável, que lá ficaram em setembro de 93. A estima de Rui ao Carlos de Aguiar era tal, que a esposa dêste seria madrinha, ao lado do dr. José Eustáquio Ferreira Jacobina, da menina Baby, nascida em Londres. Isto significa que Carlos de Aguiar voltou a merecer a irrestrita amizade de Rui, mau grado as queixas, que nestas cartas se registram. — Tenho como certo que, seja a dívida do Juca Rocha, seja a do Pinho, tudo se liquidou favoravelmente a Rui, tempos depois. — Da "letrinha daquêle nosso amigo" ocorre-me o que se segue, salvo confusão de minha parte, ou infidelidade da memória nesta altura da vida: Pouco antes do exílio, certa pessoa, de nome conceituado e que sempre mostrou estimar a Rui e a mim, sem ser freqüentador do Flamengo — homem de cultura e de caráter — se viu na contingência de pedir-lhe 20 contos emprestados. Rui, desejitado para a negativa, arranjou-lhe com esforço 10 contos, dos quais recebeu letra. Ei-lo, agora, a não querer nomear o devedor do meu conhecimento, nem incomodá-lo. Tal pessoa, porém, continuando sem meios, procurou o Amaral e, expondo-lhe o caso, entregou-lhe, em pagamento, 10 ações de um conto de réis da *Companhia Evôneas*, que estavam em boa cotação. Amaral, zelando pelos interesses de Rui, tratou logo na regularizar a transferência da propriedade das mesmas ações. Assim foi que — coisa singularíssima — Rui se tornou acionista da *Evôneas* sem pensar nisto.

173 — CARTA DE 23-1-1895

Londres, 23 de janeiro, 1895.

Carlito.

E alta noite, e levanto-me da cama sob o peso das mais tristes preocupações, para lhe escrever. Com a chegada, hoje, da mala do Trent, última hipótese para que eu ainda apelava, foram-se-me as últimas esperanças de receber notícias, que me tranquilizem.

Da sua parte especialmente, deixe dizer-lhe com franqueza, não sei como explicar tal fato. Em duas ou três cartas, que me dirigiu da Bahia, recorreu a mim, fazendo-me um pedido, cuja

satisfação importaria a mais alta prova de confiança, que um homem de outro poderia esperar; porquanto, sem me declarar, sequer, o emprêgo, que pretendia dar-lhe, podia-me V. uma soma, que, atualmente, representa quase a totalidade de meus recursos. Entretanto, eu não hesitei em anuir, e, não contente de haver-lhe comunicado por carta a minha aquiescência, enderecei ao J. um telegrama, atendendo a que V. me dizia urgentíssimo o caso. Foi isso em 14 do mês p.p., isto é, ha quarenta dias. Dois ou três dias depois, a saber, em 16 ou 17 de dezembro, chegava V. ao Rio de Janeiro, e naturalmente encontrava completamente satisfeito o seu desejo. Que é, pois, o que devia fazer após isso? Naturalmente, não perder um momento em me relatar o ocorrido, de modo que a primeira mala do Brasil viesse tirar-me dos cuidados, em que me devia trazer uma situação como essa. Entretanto, no dia 19, o paquete, que daqui sai, traz-no carta da prima Chiquinha, por onde sabemos da sua chegada ao Rio; depois outro vapor nos dá a saber, por carta de Mimita, a mesma notícia; terceiro vapor é portador, para Adelaide, de outra carta da filha; seguem-se a êsse mais dois paquetes. E de V. não recebo uma linha! Nem de ninguém daí! Confesse que êsse abandono chega a ser crueldade, e que eu, diante dêle, tenho mais que sobejos motivos, para imaginar as explicações mais funestas, e encher-me dos mais graves temores. Não quero falar nos outros amigos (porque a todos tenho escrito longas e a alguns repetidas cartas, as quais, sempre registradas, chegaram certamente tôdas ao seu destino). Mas da sua parte, nas circunstâncias especiais dêsse negócio, que pode ser talvez um desastre, e que, em todo o caso, eu não sei o que é, porque V. entendeu não dever manifestar-me, o seu longo, inexplicável silêncio, em recompensa da cega amizade com que eu procedi, é uma falta, cuja gravidade não quero qualificar. Imagine agora o efeito dela sobre o espírito de um homem acabrunhado como eu por desgostos que me vão acabando rapidamente a vida. Imagine a impressão causada por isso em sua irmã. Imagine tudo isso aqui, no estrangeiro, sob o sentimento do abandono geral em que êsses e outros fatos nos têm mergulhado. Realmente é uma coisa ingrata a vida, e não vale a pena de vivê-la. Outras circunstâncias vêm ainda agravar os nossos sustos, aumentados pelo silêncio como que combinado de todos os amigos e parentes. Ontem, por exemplo, telegrafei ao J., pedindo-lhe a remessa, por telégrafo, de um dinheiro, que necessito urgentemente; e até hoje a esta hora da noite não tenho a menor resposta. Que será isso? Estou doente.

Pelo amor de Deus, logo que receba esta carta, mande-me um telegrama, que me dê tranquilidade, a pouca que ainda me pode restar.

Estou vendo agora que de nada serve ter, como tenho, reformado os meus hábitos de aversão à correspondência epistolar, escrevendo as extensíssimas e numerosas cartas, que para aí tenho escrito. Vou tornar ao meu costume antigo. É melhor; porque ao menos assim não me poderei queixar do silêncio dos outros.
Seu compadre,

R.

P. S. Se quiser telegrafar-me, creio que já sabe o meu endereço telegráfico. Já lho mandei, se me não engano. E, caso não saiba, pergunte ao Jac. Seria bom que V. também registrasse para si um endereço, e mo comunicasse, para nos podermos entender melhor pelo telégrafo.

Temos aqui referências à prima *Chiquinha*, que já se sabe ser a extremosa esposa do dr. Jacobina, a quem todos nós queríamos tanto quanto ela nos queria, e a *Mimita*, apelido de minha sobrinha Helena Dobbert, aquela que, por sua idade em relação ao tio, não lhe tomava a bênção. — Vê-se que minha irmã *Adelaide* e sua filha *Anita* ainda permaneciam em Londres, em casa de *Rui*. — Não me pareceu necessário o registro do endereço telegráfico, que ele me sugeriu. — E quanto ao susto, à queixa, ao mal de que ele me acusa, tudo muito razoável por seu estado de espírito, sómente suavizado diante de cartas que lhe chegassem do Brasil, — vejamos o que dirá na próxima missiva de 5 de fevereiro.

174 — CARTA DE 24-1-1895

Londres, jan. 24, 95.

Carlito.

Esqueceu-me um ponto na minha carta de ontem. O Coelho, a quem V. visitou na Bahia, supondo obsequiar-me com isso, é um refinado cavalheiro de indústria, dos mais perigosos, com quem V. deve evitar todo contato. Fui vítima dêle.

Lembranças a Iaiá e afagos ao afilhadinho.

Seu do C.

R.

Noutra fôlha :

João, filho de e de

Nascido a 14 de Janeiro, 1890

Batizado em (4, ou 5?) de fevereiro de 1893.

*Tia Carolina, ou Elisa, deve lembrar-se da data.
Tu sabes os nomes dos padrinhos.*

O João acha-se até hoje sem assentamento de batismo; porque, não tendo eu levado a nota, fiquei de mandá-la depois, e esqueci-me. Trata-me disso, com o zélo que costumas, a fim de suprirmos quanto antes essa falta.

Deixemos em paz o roedor, com quem eu jamais tivera relações de minha parte. — Quanto à outra fôlha, registe-se que satisfiz de pronto ao desejo de Rui. — E vamos aos padrinhos de João: Ele, o dr. José Gonçalves da Silva, chefe político sertanejo baiano, de grande prestígio e da maior popularidade, portador de nome ilustre e de notória respeitabilidade; foi o primeiro governador constitucional do Estado, deposto no governo de Floriano. Ela d. Joana (Joaninha), espôsa do dr. Francisco de Castro, senhora adorável e boníssima, de rosto lindo como um cromo. Enviuvando, casou-se com o dr. José Augusto de Freitas. Uma e outro fizeram-se meus compadres, levando à pia batismal o meu Fernando, por quem tinham afeição de pais.

175 — CARTA DE 5-2-1895

Londres, 5 de fev., 95.

Meu caro C.

Não imaginas o bem, que me veio fazer a tua carta de 14 do p.p., tirando-me dos tristes cuidados em que nos trazia o teu demoradíssimo silêncio. Chegáramos até a recear pela tua vida, temendo que te achasses envolvido no horrível desastre da barca Terceira. Quando se está só e a esta distância, a inquietação toma às vezes proporções medonhas e as alucinações do coração parecem verdadeiras realidades. Não te magoes, pois, com o tom da minha última carta. Sempre te quis como filho meu. Julguei que te descuidavas de mim, e desafoguei francamente contigo como um pai desafogaria.

O negócio, que me expões, afigura-se-me, com efeito, excelente. Dou-te a minha plena autorização para tomares em mão do Jac., a quem aliás já tinha endereçado, em 14 de dezembro, um telegrama sobre o assunto, a quantia (cem) em que me falas para o depósito. Não te telegrafo agora, não só porque receio ainda estejas na Bahia, como porque não confio no endereço da rua do Rosário, que me indicaste. Deves adotar um nome telegráfico, e registrá-lo, a fim de que eu te possa telegrafar

diretamente, quando precise. A despesa é pequena. Pede ao Jac. que te guie nisso, indicando-te um nome conveniente, ensinando-te a maneira de registrá-lo, e comunicando-me, logo que registrado esteja.

Agradeço-te muito a solução, que deste, ao caso Gianuzzi. Satisfaz-me completamente. Não se podia obter melhor, nas circunstâncias a que chegara a questão.

Muito prazer me dás em teres fixado a residência em S. Clemente. Fizeste o que devias. E eu não te tocara nisso; porque sempre o considerei subentendido.

Não te mandei procuração para a Ensacadora, porque não me lembra ao certo o seu nome. Dize-me por extenso, indicando-me, ao mesmo tempo, o número das ações, e logo terás êsse documento.

Agradece por mim ao Bijuca a sua carta de 14 do passado. Dize-lhe que M. Augusta ainda não respondeu a D. Dulce, porque só agora o poderá fazer, tendo a carta e o retrato dela chegado aqui precisamente no momento em que iam manifestar-se os primeiros sinais do nascimento da criança, cujos resultados a deixaram adoentada quase até agora. Mas a êsse retrato e às circunstâncias em que êle chegou me referi longamente na minha carta de 24 de nov. ao meu bom am.^º F. de Castro, a qual encerrava outra ao Francisquinho. (E, se me não engano, a do Bijuca estava também incluída nela). Como, porém, nem o pai, nem o filho me respondessem, entro em dúvida sobre se a receberam, e envio-te o recibo do registro aqui, para que me indagues, e me informes do ocorrido.

Entristece-me profundam.^{te} o que me dizes do J. Lucas. Mas o coração não nos palpita aqui que êle tenha morrido. Supomos antes que o tivessem mandado para o matadouro do Rio Grande.

Adeus, meu C. Aqui em casa não temos novidade, salvo uma pequena doença de M. Augusta. Baby, que até agora era alimentada a mamadeira, está agora com uma ama de leite, que fui obrigado a mandar vir de Portugal. Esta inglesinha, em dois meses e meio, já me tem custado não menos de £ 250, ou perto de seis contos de réis! O Dob. está aqui, há 3 dias. Veio buscar a senhora e a filha para as levar para o Brasil. Não sei quando isso será.

Mande-me notícias do afilhadinho e da Iaiá.

Teu do C.

R.

Não cabiam os temores de Rui quanto à catástrofe, de luto-síssimas consequências, ecoada em Londres, da barca *Terceira*, visto que eu jamais tinha ido a Niterói. — Vê-se que a Rui pareceu excelente o negócio da empresa de coleta do lixo, em que só não me meti mais pelo medo da sorte do seu dinheiro, do que da do meu. — O escritório de advocacia da Rua do Rosário ficou sob a guarda do solicitador Amaral, durante parte da ausência de Rui. — Repito que não anotei endereço telegráfico, por não me ver na necessidade de usar os cabos. — Muito me alegraram os aplausos de Rui, concernentes à solução que achei para o caso do Jannuzzi. — O das ações da *Ensacadora* morreu naquilo mesmo: não chegou a haver a procuração de Rui. — D. Dulce era a esposa do médico Samuel de Andrade Pertence e irmão do diplomata Ciro de Azevedo. Ela e Cota queriam-se muito. Todos nós a estimávamos. — Do dr. Francisco de Castro e de seu filho homônimo, Rui recebeu, no exílio, cartas bastante confortadoras. O último, ainda rapaz, acompanhava os sentimentos do pai, tornando-se um dos mais afetuosa admiradores de Rui. — Note-se como o preocupava o pobre do José Lucas naquelas ingentes atribulações do momento. Eu comunicara a Rui que me constava já se ter dado o fuzilamento do desgraçado. ⁽¹⁾ — Meu cunhado Dobbert foi, de Lisboa, ao encontro da mulher e da filha Anita. A Helena ficara no Brasil, não chegando, pois, a acompanhar os seus a Portugal. Dodô, que tinha ido a Londres com a mãe e a irmã, voltou à capital portuguêsa, onde permaneceu como secretário particular do conde de Leopoldina, arruinado pela perseguição de Floriano. Tão arruinado, que chegou até a mandar tomar dinheiro emprestado a Rui, que lhe serviu e disto muitos poucos souberam.

⁽¹⁾ Carta de Rui a Tobias do Rêgo Monteiro (Londres, 24 de nov. de 94):
"Muito prazer terei, se puderem fazer aí alguma coisa pelo pobre do José Lucas."

Carta de Tobias a Rui (Rio, 6 de jan. de 95):

"Sobre o José Lucas nada se descobriu. Apenas saí da prisão procurei soltá-lo: um ajudante do *major* [Floriano Peixoto] prometeu a um amigo meu que o faria; depois disse que não o tinha encontrado. Já falei ao José Félix a ver se com os militares faz alguma coisa também. Desconfio que o pobre morreu, salvo o caso de lhe terem assentado praça, como fizeram a muita gente, que, em seguida, era mandada para o Rio Grande do Sul. Fique certo de que continuarão os meus esforços para descobrir a verdade."

L., 10 de Jan. 95

Meu caro Carlito.

Escrevo-te apenas para te abraçar, no teu aniversário, por todos nós, que o recordamos como o de um irmão e de um filho. Creio que o terás passado na Bahia, para onde soubemos que tinhas partido, e de onde supomos que ainda não terás regressado.

Aqui vamos cheios de incômodos. Cota está de cama, com uma forte constipação. Tínhamos atravessado até agora incôlumes o terrível inverno deste ano, um inverno quase sem precedentes este ano. Felizmente a moléstia não é grave. Mas por outro lado temos tido também grandes aborrecimentos. Mal sucedidos com as amas inglesas para Baby, mandamos vir uma de Portugal. Esta chega-nos aqui sem leite e grávida! Tenho de devolvê-la, com as despesas consideráveis de ida e volta, e buscar outra agora entre as daqui. Demais a mais a criança é rabujenta, apesar de sadia e forte. Cota tem sofrido muito com isso. Creio que vamos deixar de ter casa, e metermo-nos em uma pensão.

Já te escrevi, dizendo-te que me parece excelente o negócio da limpeza, e que tomasses ao primo Jac. os cem pedidos para o depósito.

Envio-te incluso o recibo da carta do F. de Castro, que me esqueci de meter, como te anunciara, na minha anterior.

Saudades de nós todos a Iaiá e mil carinhos ao Carlitinho.

Seu compadre do C.

R.

Realmente, eu estava na Bahia, numa daquelas fugas a que me forçava a saudade da mulher e do filho, êste nos coeiros. — Rui não chegou a realizar o propósito, ora manifestado, de meter-se numa pensão, onde lhe faltaria ambiente para escrever as *Cartas de Inglaterra*, a primeira das quais êle remeteu ao dr. Jacobina em 10 de janeiro de 1895, como se vê em *Mocidade Exílio* (V. comentários anteriores.) Cem contos de réis, bem se vê. Mas é preciso ficar dito que parte dessa quantia era dêle e parte minha, porque os valores da “caixinha” passada às mãos do dr. Jacobina eram tanto de Rui quanto meus e de mais alguém, conforme só êle, Rui, sabia. Ainda me deterei neste ponto.

L., 6 de março, 95.

Meu caro Carlito.

Recebi, há poucos dias, a carta que da Bahia me escreveste em 29 de janeiro.

Estimo que sejas feliz na empresa, em que me falas. Não posso formar juízo sobre este gênero de negócios. Mas confio muito no teu bom senso, e creio que não te terás enganado nos teus cálculos. Tenho tanto empenho em ver assentado o teu futuro, como o de meus filhos, em cujo número sempre te inclui.

Já tive a ocasião de agradecer-te a tua intervenção decisiva na questão do Gianuzzi. Faço-o agora de novo, para te agradecer ainda uma vez, depois do que me dizes, sobre os embaraços que para isso encontraste.

Descanso na tua atividade quanto ao Juca R. Fio que os teus passos, reunidos aos do Carlos, porão termo a essa insolúvel prebenda, obtendo-me, se não o reembolso, ao menos garantias, que me assegurem.

Aguardo, para te mandar a procuração concernente à Encadadora, que me digas, como já te pedi, o nome dessa Companhia, que não me lembro ao certo.

Estamos contentes com as notícias, que me dás, sobre as obras da casa. Peço-te que me envies as medidas das portas e janelas dos principais aposentos, com o número especificado delas e a altura dos tetos; porque Cota deseja comprar aqui cortinas. Fizeste muito bem em hospedar-te ali. A casa é tua, como de meus filhos, e me magoarias, se não entendesses assim.

Já te escrevi sobre o negócio da limpeza, pondo à tua disposição o dinheiro pedido para o depósito, e remetendo-te carta de autorização ao J. para te entregar a quantia.

Tivemos em casa uma epidemia de influenza, que me pôs de cama a família e até parte da gente de serviço. Felizmente estão todos restabelecidos.

Meu endereço de agora em diante é —

17. Holland Park Gardens

W. Kensington

London.

É esse o n.º da casa, que vamos habitar. Será melhor escreveres-me (registrando sempre as cartas) com endereço a mim mesmo. Creio já não haver mais risco nisso; pois recebo muitas



D. ISABEL JACOBINA LACOMBE

Trazendo-a a êste livro, presta o Autor homenagem de bem antiga e distinta amizade a quem, criança, recebia de Rui afagos iguais aos que êle distribuía pelos próprios filhos, com os quais a confundia; a mesma que sempre o venerou em vida e, no abençoado ocaso de hoje, dêle manifesta carinhosa saudade, com o coração afetuoso que lhe é profundo.

cartas do Brasil sobrescritadas a mim. Assim procedeu recentemente o F. de Castro, a quem vou responder.

Meu enderéço telegráfico é simplesmente

*"CUNCTATOR
LONDON."*

Estimamos o restabelecimento do afilhadinho. Cota agradece-te muito a lembrança alusiva ao teu novo projeto de filho. Coitada da Iaiá! É preciso descansar, sr. compadre!

Recebe o coração do teu verdadeiro amigo

R.

Peco-te o favor de entregares, com urgência, as cartas inclusas.

A empresa, que não iria adiante, era a tal, já referida, de uma linha de bondes no curso da Ladeira da Montanha, para ligar a trilhos a Cidade Alta à Baixa. — Quanto ao Jannuzzi, Juca Rocha, Carlos de Aguiar e à *Ensacadora*, tudo, bem se vê, é seguimento, já esclarecido, de cartas anteriores. — Estavam prontas e pagas ao Jannuzzi as obras e adaptações feitas na casa de S. Clemente. — Envieia as medidas solicitadas, de modo que Rui pôde comprar em Londres as cortinas a que aludiu, ao gôsto de Cota. — Sempre que vinha ao Rio acomodava-me em S. Clemente, onde passou a morar, também, meu primo e cunhado Bijuca. Nossa presença aumentava a segurança da casa, aliás, bem guardada pelo bom cozinheiro Sérgio e sua mulher. — De fato, já estavam desfeitas as sombras negras da perseguição, pela qual o próprio enderéço de Rui na capital inglesa devia ser coisa de poucos amigos, e as cartas para êle tinham que ir com enderéços cautelosos. Sente-se de suas palavras, que êle está restituído à possível tranqüilidade. — Esperava eu ser presenteado por minha mulher com o terceiro filho (o Rui), que seria o segundo vingado. — As cartas do *post scriptum* se destinavam a amigos de Rui, cujo maior prazer era o de fazê-las a recebê-las.

178 — CARTA DE 20-4-1895

Londres, 20 de abril, 95.

Meu caro Carlito.

(Reservada)

Tenho presentes as tuas de 27 de fev., 16 e 25 de março, pela última das quais vejo que já estás no Rio, o q. aliás também me comunicou o Jac. Calculo o q. te custou separares-te pela

segunda vez de Iaiá. Mas em verdade não poderias conduzi-la contigo. Lamento que perdesse tanto tempo na Bahia em vão, conquanto pela tua linguagem depreendo q. não descorçoaste de obter o que pretendias.

Agradeço-te o que me participas conseguiste em relação ao Rocha. Creio que, com efeito, se for observado o ajuste, e não cessar a fonte de onde élê espera os recursos, é um grande passo para o resultado final, desde que ainda seja tão elevada como calculas. Hás de recordar-te de que élê não pagava os juros desde agôsto (inclusive), isto é, que está devendo 20 meses de prêmio, o que eleva a dívida a 160. Será conveniente regularizar isso também pela maneira que se te afigurar mais seguro, ou exequível, fixando, por um modo positivo e mediante escrito, o total do débito, além das obrigações de ora em diante inerentes a élê por falta ou atraso de pagamento.

Ontem partiu para o Rio a família D.

..... Eu tinha as maiores apreensões, depois dos perigos que ela (refere-se a Maria Augusta) correra no Rio com o nascimento do nosso penúltimo filho. Ela, por sua parte, estava acabrunhada de sustos. Não tínhamos aqui uma família amiga, uma senhora de confiança, para acompanhá-la. Foi nessas circunstâncias que pensou em mandar vir essa companheira íntima [trata de Adelaide, irmã de Cota e mulher de Dobbert, a qual se achava em Lisboa], para assisti-la na crise, e estar com ela o primeiro mês.

Por essa, além de outras razões, ainda não pude agradar a minha volta. A opinião dos amigos, a êsse respeito, tem-se dividido, entendendo uns, como o Tobias, que não devo regressar senão em julho, depois de concluídos os debates parlamentares sobre os atos da ditadura, outros, como o Jac., q. a minha presença é, não só conveniente, como necessária desde já, precisamente por causa desses debates. Eu inclino-me de todo para esta última opinião: parece-me a mais consentânea com o meu dever. Mas, ao mesmo tempo, sinto uma repugnância profunda pela política, e, além disso, estou doente, abatido em extremo, exausto por uma anemia, alguns de cujos fenômenos me acabrunham. Entre outros, tenho uma zoada contínua nos ouvidos, que me impacienta, e leva à maior hipocondria. Além disso, não vejo aí sinais de que a minha ausência faça falta aos interessados na condenação dos atentados do ditador. O meu nome não aparece

na imprensa, a não ser para acusações e ataques. E eu, meu C., estou cansado, cansadíssimo, desanimado...

Sinto q. estejas também doente. Mas, na tua idade, isso é passageiro. Deves tomar banhos salgados, e consultar o F. de Castro.

Fazemos votos para que Iaiá seja feliz na crise próxima. Ela, coitada, já necessita de descansar. Creio q. já te agradeci por Cota a tua lembrança em relação ao teu esperado filhinho. Não queremos magoar-te, dizendo-te q. poderias dar-lhe madrinha mais útil. Bem sabes q. a nossa amizade por ti já não precisa de mais âncoras, e que tens filhos serão sempre considerados como nossos. Maria Augusta manda por este vapor um retrato a ti, outro a Iaiá, que deverá ser-lhe entregue na Bahia por Adelaide. São diferentes um do outro. E o teu foi escolhido por Cota de propósito, apesar de parecer-lhe o menos bom, por ser, na opinião dela, o teu retrato.

Ontem de tarde recebi as amostras de papéis da casa de S. Clemente. Podes dizê-lo ao Carlos, a quem lerás as partes que entenderes desta carta, dando-lhe lembranças, e assegurando-lhe que lhe escreverei pelo primeiro paquete (25 ou 28 do corrente).

Acho boa a tua idéia, quanto à criação de vacas, para explorar, na chácara, a venda do leite. Mas para isso não será preciso ter homem habilitado e sério?

Manda-me plantar em S. Clemente, especialmente junto à parede da casa, na parte onde se acha a sala-de-jantar, jasmim-rios e roseiras-trepadeiras (sobretudo marechal Niel e Captain Christy trepadeira), de modo que subam para o terraço. Devem-se comprar para isso os maiores pés que se encontrarem. É recomendação de Cota.

Nenhum direito tem o Sancho a ressentimento de mim. Eu não podia suportar que nós lhe merecêssemos a mínima lembrança. Quando M. Augusta se viu sem mim no Rio, de setembro a outubro de 1893, nem ele, nem sua senhora, por quem tanta estima sempre tivemos, lhe dirigiram sequer um cartão de visita, quando todos os nossos amigos, compreendendo a cruel situação dela, a rodearam de provas de atenção, buscando confortá-la. Depois, o Jaime Cibils, ao voltar do Rio para o Rio da Prata, disse-me, em Buenos Aires, q. o Sancho "quase não tinha coragem de pronunciar o meu nome". Eu considerava-o, pois, entre aqueles q. me contavam como homem perdido, e desejavam evitar o contato perigoso das minhas relações. É justo, portanto, que o não incluisse no número daqueles (uma meia dúzia apenas), a quem participei o nascimento de Maria Luísa. Saí do Brasil

perseguido, proscrito, ameaçado de prisão e de morte, que se me quis dar em Buenos Aires, abandonado por todos. Não devia, pois, escrever àqueles que nunca me escreveram. Tal silêncio, em ocasião tão excepcional, ou era um sinal específico de indiferença, ou expressão do receio de incorrer em um risco grave. Ninguém podia tomá-lo de outro modo, e, em qualquer das hipóteses, seria, pelo menos, indiscrição de minha parte o violentá-lo. Podes ler isto ao Sancho; porque tenho que ele mesmo me dará razão.

Maria Luísa, por quem me perguntas, é o retrato, a miniatura de Mamãe: corpo, fisionomia, expressão, tudo. Tenho muito prazer de que o nome escolhido lhe acertasse tão bem, e que me coubesse a fortuna de ser o autor de uma reprodução tão interessante de pessoa tão cara, cujo lugar na minha memória é indelével. Todos os mais vão bem, estudando, e crescendo. Dedélia e Ruizinho estão mais altos do que eu e Cota.

Adeus, meu C. Muitos abraços e saudades do teu do C.

R.

P. S. A propósito de vaca, esquecia-me recomendar-te q. procurasses saber onde se acham as minhas, ou, pelo menos, a minha, q. estavam, ou q. estava em poder do Amaral.

Dize ao Carlos q. eu nunca recebi documento nenhum dos valores meus que estavam em poder d'este meu infeliz amigo, e, portanto, não tenho direito a reclamação judicial. Sei q. as ações de Evôneas e outras encontradas na burra são minhas, e muitas vezes lhe pedi q. as vendesse. Mas (coitado!) não o fêz, e esqueceu-se de deixar declaração, q. ressalvasse a minha propriedade. Que hei de fazer, pois, agora? Não vejo recurso.

Constou-me aqui q. se tinha suicidado o Dr. Pereira da Cunha. Será possível essa desgraça, e q. ninguém nela me tocasse?

Esta carta não vai na íntegra porque, em grande parte, que fica omitida, trata de assuntos familiares em virtude dos quais o próprio Rui a recomenda como reservada. — O que eu pretendia era a já mencionada linha de bondes no curso da Ladeira da Montanha. E é tempo de expor melhormente o caso. Senhor da idéia, fui ao governador Luís Viana e lha externei, pedindo-lhe que me dissesse se eu poderia contar com a boa-vontade do poder público, uma vez que a obra não pesaria em nada nem no orçamento do Estado, nem no do Município. Eu já tinha consultado amigos aqui no Rio, que

estavam prontos a concorrer com o capital necessário. O dr. Luís Viana ouviu-me com bondosa atenção e recomendou-me que tornasse à sua presença passados dois dias. Assim fiz. Confiou-me êle, então que emprazara a resposta porque necessitava, a respeito, a opinião do com. Campos, do Banco da Bahia; e que nada obstava a que eu me lançasse à emprêsa. Entrei, pois, com o pedido de concessão e a planta do traçado da linha de carris; e, encontrando-me com o eng. Domingos Teodoro de Azevedo Filho, ido à Bahia a negócio do seu interesse, deixei-o a par do assunto. De pronto êle prometeu associar-se a mim com algum dinheiro, e concordou em fazer uns estudos preliminares em proveito de projeto e orçamento em regra. Madrugamos assim, êle e eu, muitos dias, ladeira abaixo e acima, com a trena e certos instrumentos, chegando a acontecer que o próprio Luís Viana, indo cedo para sua fazenda, nos visse em plena atividade e nos estimulasse. Quando tive o primeiro parecer favorável do Conselho Municipal, alguém, chegado ao governo do Estado, pediu-me que fôsse ao seu encontro, em sua própria residência (coisa, por sinal, onde residira o dr. Augusto Viana e onde tive a felicidade de casar-me com Iaiá, e da qual aquêle meu cunhado se havia mudado para o Corredor da Vitória, n.º 8). Essa pessoa me disse, sem cerimônia, que ou eu a interessaria na metade da concessão, ou nada conseguiria. Como não quis dar-lhe a resposta de cabimento, por estar sob seu teto, retirei-me sem mais nem menos. O fato causou péssima impressão nas rodas do *Diário da Bahia*, que eu habitualmente freqüentava. Não me animei a ir ao governador dizer-lhe do ocorrido. Com que palavras? E fiquemos por aqui.

179 — COMENTÁRIOS ADITIVOS — a)

Estabeleci um ajuste com o Juca Rocha, que se comprometeu a pagar parceladamente sua dívida a Rui, e assim teria feito com êle, em pessoa, quando êste regressou do exílio. — A família Dobbert esteve com Rui e Cota em Londres, durante seis meses. — Eu e Iaiá não quisemos outros padrinhos para nosso Raul (falecido com um ano), assim como para o Carlos e o Rui, senão a Cota e ao marido, sem lhes olhar para a bonança ou a tempestade. — A grande área da chácara de S. Clemente inspirou-me o pensamento de um estábulo para a venda do leite, sempre rendosa. Tudo ali a isto se prestava, a começar pela saída aos fundos. Vê-se que Rui não impugnou a idéia, o que mostra que êle estava mesmo decidido a encarar praticamente a vida. Mas eu, afinal, enchia-me sempre de receios quanto à sorte do dinheiro de Rui em empreendimentos de minha iniciativa. E não se falou mais no caso. — Rui, não poderia haver dúvida,

estava já em si, a julgar pela preocupação com roseiras, embora falando por sua mulher. Eu satisfiz-lhe os desejos relativos a estas e aos jasmíneiros. — Com respeito ao Sancho de Barros Pimentel (a quem Rui, ministro, fizera advogado do *Banco da República*), nota-se como meu cunhado era sensível às faltas dos amigos, como sabia não esquecê-las. O fato é que aquêles, que não lhe eram perfeitamente devotados, deixavam de compreendê-lo em suas atitudes políticas, e muito menos se solidarizavam com ele. Para que citar dez ou vinte exemplos, da Bahia e do Rio? E Rui, a seu lado, não se conformava, como eu, bem móçó, tanto me conformei, com a natureza humana. Isto de ser-se cirineu... Reconciliaram-se Rui e Sancho, mas tenho para mim que não voltaram a ser, um do outro, os amigos de outrora. — Alude-se em *Mocidade e Exílio* a um Jaime Cibilis Buchareo, para cuja casa, em Buenos Aires, Rui pediu que mandassem as cartas a ele destinadas. (Pág. 228 da ed. de 1934.) Não tenho idéia dessa prestimosa pessoa. — A ameaça de morte, em que Rui se viu, em Buenos Aires, não é ocorrência desconhecida, e mostra o que lhe teria acontecido se ele se deixasse ficar ao alcance dos famosos *consolidadores*, onde quer que fôsse. — Regista-se mais uma vez o tratamento carinhoso de "Mamãe", que Rui dispensava à sogra, mesmo depois de morta, e sente-se quanto ele a amava filialmente. — O solicitador José Antônio do Amaral não teve a felicidade de rever Rui. Faleceu em 5 de janeiro de 1895. Rui jamais deixou de reconhecer sua perfeita dedicação e que nunca lhe faltou ele à cordial confiança de todos os tempos. Haja visto o fato eloquente de confessar Rui que não tinha meios para reclamar judicialmente a posse de coisas suas que estavam em cofre cujo chave se achava em mãos do falecido, desde que este não deixara declaração ressalvando aquela propriedade. E lá, entre as mesmas coisas, as 10 ações de Evôneas, a que já me referi nos comentários à carta de 25-12-1894 (172.) — A vaquinha, de que Rui se lembra, morreu enquanto sob a guarda do Amaral. — Para aquela casa da Alto-da-Tijuca, ainda com todos os pertences de Rui, passou-se o Carlos Nunes de Aguiar com a família, de sorte que só a este cumpria dar as explicações e contas devidas a Rui, como deve ter dado. — Lembro-me bem da *Companhia Evôneas Fluminense*, a cujo respeito conversas recentes me levam a consignar o que se segue. Era uma grande sociedade anônima, tendo por principal acionista o barão do Rio Negro. Acabou numa crise ruidosa, resultante de briga entre o barão e seu primo João Paulo de Almeida Magalhães. O filho do barão, Raul de Carvalho, chegou a ser acusado, pelo Domingos Teodoro, seu sógro, de fraude por excesso de emissão de debêntures. Raul afastou-se para Londres, onde procurou Rui, que lhe deu um pa-

rever sobre extradição. Foi êste Raul de Carvalho quem emprestou a Rui o dinheiro para seu regresso ao Brasil, porque o conde de Leopoldina lhe tomara por empréstimo as reservas, a curto prazo. Parte disto, aliás, encontra alguma confirmação na *resposta a Zama*. — Foi felizmente falso o boato atinente ao dr. Pereira da Cunha.

180 — COMENTÁRIOS ADITIVOS — b)

Ficam encerradas as cartas que Rui me fêz de Londres. Quem se interessar pelo estudo de sua vida, deve lê-las ao lado daquelas por êle dirigidas ao seu grande amigo, dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, insertas em *Mocidade e Exílio*. Umas e outras se esclarecem, completam-se, fazem-se concludentes como as fôlhas de um diário íntimo. Os mais rancorosos inimigos de Rui, naquela época, quer na Bahia, quer no Rio, espicaçavam-se de curiosidade pela maneira como êle conseguia viver em seu destérro: se curtindo privações, como uns acreditavam, se nadando em ouro, ilicitamente acumulado, como outros maldosamente assoalhavam; e dariam tudo por saírem da dúvida suscitada pelas opiniões diversas. Não o soberam nunca de modo satisfatório. Mas, agora, sabe-o a posteridade edificada pela moral do grande ditador, do gestor absoluto das finanças republicanas, de fim de 89 a comêço de 91.

O que, porém, sobremodo me interessa é o esclarecimento, que Rui deixou ao dr. Jacobina, desde que eu estava preso, a respeito da "caixinha" em que guardava seus haveres, confiada, afinal, a êsse grande amigo. Ouçamo-lo numa de suas cartas insertas em *Mocidade e Exílio* (pág. 224, ed. cit.):

"A chave dessa caixinha eu a remeti a Carlito na aludida carta, de onde V. poderá havê-la. Mas, se isso importar obstáculo ou demora, force a fechadura, para executar as provisões que lhe vou recomendar. Existe nela uma quantia em dinheiro e outra em letras, vencidas, de um banco daí. V. far-me-á o favor de mandar cobrar as letras, e, juntando à sua importância, que representa não só propriedade minha como de Carlito e de um amigo interessado em negócios meus, a soma em dinheiro, remeter-me para aqui mediante um estabelecimento estrangeiro. Parece-me essa resolução a mais sensata, uma vez que a baixa atual do câmbio, pela fôrça da situação brasileira, deve considerar-se como estável e crescente. A remessa deve deve ser feita em favor de soberanos." (Carta de Buenos Aires, aos 15-1-1894.)

O terceiro amigo era o banqueiro Afonso Caminha. Quanto a mim, esclareço que, desfazendo minha casa da Praia do Flamengo a fim de seguir para a Bahia, donfiei à guarda de Rui as economias de que podia, no momento, prescindir. Nestas condições, nos apelos, que eu lhe fizesse, de dinheiro em proveito meu, pessoal, o a que visaria eram os meus recursos. Mas não o fiz: suas necessidades seriam então mais aflitivas do que as minhas.

181 — CARTA DE 10-1-1897

Friburgo, 10 de Janeiro, 1897.

Carlito.

Por melhor vontade que sinta de ser agradável a ti e aos amigos, que desejam minha volta à imprensa, não me acho com forças para essa nova revolução na minha vida. Quando eu fui jornalista, acreditava na opinião, nos homens, nas idéias. Hoje quase que só creio em Deus; e este não sei por que caminhos agora nos quer conduzir, nem tenho a presunção de que me tome para seu instrumento, ainda que dos mais humildes, no melhorar a condição de nossa terra. Depois, já não tenho na saúde e alegria de minha mulher aquela fonte de energia interior e sossego doméstico, em que estava sempre o segredo principal da minha valentia na luta.

Acresce que o exercer a imprensa, como se deve, e mais de uma a exerci, isto é, absorvendo-me todo nela, me vedaria a prática assídua de minha profissão, onde, como bem sabes, cavo agora, a muito labutar, os meios de acudir a pesadíssimos encargos, sustentando família, e educando filhos.

E, por último, o meu hábito, no jornalismo, é não transigir em prejuízo da verdade.

Ora, a república, entre nós, não quer ouvi-la: manda apedrejá-la quando a não assassina, pelo poder, ou pela multidão.

Releva-me, pois, o pezar que te causo, em não concordar nesse plano. Já não valho senão para os deveres de pai, esposo e amigo.

Teu cunhado e amigo

RUI.

Os amigos que desejavam a volta de Rui ao jornalismo eram vários. Como principal menciono o Teixeirinha, que se prontificou a associar-se a mim na compra de máquinas e materiais já em vista (os da *República*), condicionando-se, porém, ao assentimento de seu

pai, negociante na Bahia, de quem esperava o capital, que veio a falhar. — Rui está a mostrar como se deve praticar a imprensa, como a encara e à profissão de jornalista e como notava a falta de ambiente para o exercício elevado do jornalismo; falta essa de alto a baixo: do poder à multidão. Essa multidão não é outra senão aquela que ainda uivava nas ruas com saudades da ditadura e de suas seduções entre os ignaros e os velhacos em todos os tempos. Não tardariam as demonstrações de sua insanía. E tão sincero era êle, na sua recusa, dada a intolerância da época, que só em outubro de 98, nas vésperas do governo de Campos Sales, voltaria à sua paixão pelos editoriais, ainda assim muito instado. (O original desta carta foi por mim oferecido ao dr. Carlos Lacerda, quando em visita que me fêz.)

182 — RECADÔ DE 17-1-1897

Friburgo, 17 jan. 97.

Carlito.

Sigo no trem da tarde.

Saudades.

RUI.

Simples aviso por mão de pessoa conhecida, vindâo no trem da manhã, aviso com o qual eu mandava abrir o escritório da Rua do Rosário e prevenia a todos aquêles com quem Rui tinha assuntos a serem resolvidos.

183 — CARTA DE 23-1-1897

Friburgo, 23 jan., 97

Carlito.

Creio q. vamos obter para ti uma excelente casinha, q., com os móveis, te sairá por cerca de 170\$000 mensais. É comodíssimo. Virás comer em nossa casa, onde, se te não oferecemos apartamentos permanentes, é porq. contamos com a visita certa de alguns amigos e amigas, como D. Joaniinha, Dulce e Adelaide, q. já nos avisaram da sua próxima vinda.

Recomendo-te a minha questão dos livros com o Laemmert, a q. ligo o maior preço.

Vai à minha livraria, e, na maior das duas estantes q. ficam aos lados da porta do meu gabinete, divisão do centro, corpo inferior, segunda prateleira, contando do chão, encontrarás deitados um sobre o outro dois livros com o título: RIBAS: Direito Civil. Tira-os, empacota-os bem, e envia-mos por algum comissário, ou portador seguro, no trem de terça-feira.

Remete-me também por esse trem, com urgência, 20\$000 de estampilhas de 1\$000.

Ai vai a carta para a marechala, q. me farás chegar ao seu destino, logo q. a recebas.

Saudades a Iaiá e carícias ao Ruizito.

Teu cunhado e am.^o

RUI.

Experimentamos, eu e os meus, prazeres sem conto na casinha de Rs. 170\$000, de cujo proprietário não me recordo. Para Iaiá, menina em relação às demais, foi um encanto a convivência de d. Joanninha (esposa do dr. Francisco de Castro) e mais tarde nossa comadre, d. Dulce (esposa do dr. Samuel Andrade Pertence) e minha irmã Adelaide Dobbert, que muito a estimavam. Por aí se vê quanto Rui e Cota eram acolhedores e sociáveis, só se sentido bem quando rodeados de amigos. — Rui sempre estava às voltas com livreiros e editores. A *Livraria Laemmert* era das mais antigas em suas preferências. De sorte que lembrar-me eu agora da "questão" a que êle se refere, poderia deixar de ser possível. Mas, lembro-me: foi uma encomenda de livros à Europa, feita por intermédio da *Laemmert* e que deu em extravio, trazendo muito aborrecimento a Rui. Afinal, tudo se resolveu a contento dêle. — A recomendação relativa ao volume de Ribas, indicando-se o lugar exato em que se achava, na vastidão da biblioteca da casa de S. Clemente, é um dos exemplos típicos da memória visual de meu cunhado e da ordem em que sabia pôr, um a um, os milhares das obras ali reunidas. Fui e achei certinho o livro apontado. — Quanto, porém, à "marechala", tenho que repetir o que às vezes retruço aos que cuidam ser eu infalível nas recordações indistintas do passado: Não! Minha mente não chega a ser como solícito garção, que atende de pronto à chamada da campanha. Seria esposa ou viúva de alguns dos vários oficiais generais amigos, que êle os teve em bom e brilhante número, e de quem Rui se apressava em acolher alguma solicitação do momento.

N. Friburgo, 18 de março, 97.

Reservada

Meu caro Carlito.

Não preciso apresentar-te o dr. Domingos Teodoro de Azevedo Filho, q. tu já conheces. Desejo que tomes como se meu fôsse o negócio, que o leva aí. Ele te mostrará a carta, que a esse respeito escrevi para aí. Saberás por ele os motivos, que induzem a interessar-me por ele, em benefício de quem te peço q. não poupes os mais eficazes esforços.

Por ela ainda verás a minha situação atual. Os 90.000 votos da Bahia causaram aqui grandes receios à política do Glicério & Ca., que, por isso, deliberaram aproveitar a derrota de Canudos, para me encambulharem a mim e ao L. Viana e Artur, com os monarquistas Celso etc., meus inimigos conhecidos, na fúria da perseguição desencadeada aqui. De modo q. tudo agora serve de pretexto a um "mata! mata!" contra mim. Impera agora às escâncaras o assassinato político. A situação é pior que no tempo do Floriano, isso graças principalmente à política do vice-presidente, que, dominado pela ambição da presidência futura, entregou ao jacobinismo as posições mais fortes no governo. Achei-me com o Hermes e o Amaro, a quem o Rio de J. deve o não estar mergulhado em sangue. Minha casa no Rio e minha residência aqui estão guardadas por força armada. Escapiei de ser assassinado aqui em Friburgo. Se a futura eleição presidencial não puser no governo um homem de estado conservador e firme, para estirpar o elemento sanguinário e delirante, o país estará perdido. Eu, por minha parte, serei obrigado a ir ganhar o pão no estrangeiro. Agora mesmo não sei se poderei continuar a vida política. Para isso será necessário que os malfeiteiros me vejam seriamente apoiados por alguns pronunciamentos eficazes da Bahia, aonde pretendo ir em meiado de abril, se não houver aí inconveniente.

Cota estêve muito mal. Agora vai recobrando forças. Perdoa-me a minha falta de cartas. Não imaginas o q. tem sido a minha vida. Acredita sempre na minha amizade, abraça Iaiá, abençoa os afilhadinhas, e recomenda-me a todos os nossos bons parentes, que estou ansioso por ver.

*Muitas saudades do teu
amigo e comp.^e*

R.

Podes mostrar esta carta ao Cons.^{ro} L. Viana.

Esta é, sem dúvida, uma das mais interessantes cartas da presente coleção. — Meu filho Carlos tinha adoecido de maneira que muito nos preocupamos, Iaiá e eu. Tomamos, pois, a resolução de voltar à Bahia, onde a amizade e solidariedade dos parentes dela em muito nos valeriam, e onde me chamava a antiga pretensão da linha de bondes no curso da Ladeira da Montanha. A verdade é que, se não fosse Rui eu preferiria a velha terra, com a minha sogra e os meus cunhados e em situação estável, ao Rio, em vida incerta, enquanto me cresciam os encargos da família. Entreguei as chaves da casa n.º 46 da Rua S. Clemente e partimos para a de meu cunhado Augusto Viana, no Corredor da Vitória, n.º 48. Levava o requerimento da pretendida concessão, da lavra de Rui, nos termos que a seguir darei. Rui tinha tal interesse pela empresa, que se decidiu a associar-se a mim. Dizia que, se preciso fosse, hipotecaria a própria casa. O requerimento era assim concebido :

Ilmos. e Exmos. Snrs. Membros do Conselho Municipal.

Carlos Viana Bandeira, cidadão brasileiro, vem requerer-vos faculdade exclusiva para a construção e exploração, nesta capital, de uma linha de carris elétricos, destinada ao transporte de passageiros e carga, partindo de *o cais* das Amarras, entrando pelas ruas de Sta. Bárbara, cortando a rua subindo pela ladeira Barão Homem de Melo, atravessando e subindo a ladeira de São Bento montanha, largo do Teatro, entrando pela rua de São Pedro onde será seu ponto terminal.

Para a execução desse melhoramento, o supte. solicita, em seu favor, ou no da companhia que com tal intuito organizar, exercer direito de desapropriação, segundo as leis em vigor, para as obras e edifícios necessários, como armazens, depósitos, estações, oficinas, etc.;

uso e gôzo privilegiado por 50 anos da referida linha e suas vantagens;

1.º) o direito de cobrar pelo transporte das pessoas a passagem de cem réis e pela da carga, nos carros de bagagem, o frete estipulado na tarifa que a Intendência Municipal aprovar.

Em compensação obriga-se:

2.º) a apresentar as plantas definitivas no prazo máximo de dois meses, contados do ato que firmar a concessão;

3.º) a empregar os trilhos de tipo mais recente, conforme o desenho junto, destinados a evitar à superfície das ruas o inconveniente das saliências, que as estragam, dificultando o trânsito aos veículos comuns;

4.º) a evitar no percurso da ladeira do Barão Homem de Melo a colocação de postes para o serviço de tração;

5.º) a dar em benefício dos cofres municipais 5% do lucro líquido da empresa, apurado semestralmente;

6.º) a retribuir, com vencimento que se convencione, o funcionário, que para a fiscalização correspondente à observância da cláusula anterior nomear a municipalidade;

7.º) a iluminar com focos elétricos o topo da ladeira no largo do Teatro e

8.º) a entregar à municipalidade no fim de 50 anos, salvo renovação anterior de contrato, o domínio e posse das linhas e seus acessórios.

Não necessita o impetrante de espraiar-se em consideração, para demonstrar a quem conheça esta capital e suas necessidades o progresso, com que êste empreendimento a virá dotar. Estabelecer a comunicação direta entre os pontos de convergência do tráfico no litoral e a cidade alta, facilitar o movimento de passageiros e carga entre os dois planos, poupar aos habitantes o tempo e os embaraços que atrasam e encarecem a remoção de pessoas e mercadorias entre os dois bairros, criando uma corrente de transporte barato, contínuo, cômodo e, por assim dizer, instantâneo entre o centro do comércio e as zonas de habitação, é satisfazer a uma das mais antigas exigências da nossa vida social, eliminando os maiores obstáculos opostos pela topografia do lugar ao desenvolvimento da nossa atividade, e concorrendo sobre todos quantos artifícios se imaginem, para fundir numa só as duas cidades em que se divide esta capital, e favorecer-lhe a população com uma das condições mais apreciáveis de conforto e economia.

O supte. espera, portanto, favorável deferimento.

Bahia, 6 de agosto de 1897.

CARLOS VIANA BANDEIRA.

(Nota: No livro de entrada n.º 184 do Conselho Municipal, deu-se entrada a esta petição, que tomou o n.º 4.779, e à respectiva planta junta, que tomou o n.º 4.780.)

185 — COMENTÁRIOS ADITIVOS

Depois, o que está narrado nos comentários à carta de 20-4-1895.
— O dr. Domingos Teodoro de Azevedo Filho já tem referência nos sobreditos comentários. Se bem me recordo, êle pretendia, do go-

vérno baiano, a concessão de um trecho ferroviário. Era pessoa de excelentes qualidades, e da estima de Rui, que tinha pelo pai dêle grande apreço. — Os 90.000 votos foram os da sensacional vitória de Rui, quando se viu reposto, por eleição de 1896, no Senado Federal, sendo então derrotado o dr. César Zama, amparado pela boa-vontade do governo federal, de que era *leader* na Câmara o político paulista Francisco Glicério, antigo colega de Rui no Governo Provisório: homem simples e bondoso, com as suas naturais paixões partidárias, mas de nome sempre honrado. Futuramente voltaria às boas com Rui. O florianismo, que continuava ativo no governo do dr. Prudente de Moraes, criou gravíssimas situações pelas ameaças, pelos atentados concretos e insegurança geral, quando se pôs à cata de culpados pelas sucessivas derrotas das forças armadas em Canudos, havido como baluarte da restauração monárquica. Rui, o governador Luís Viana e o dr. Artur Rios, ex-presidente da Câmara dos Deputados, seriam os prediletos do ódio de que se encheu aquela época. Rui enfrentou a partida bravamente e se portou com tamanha coragem moral por ocasião do atentado de Friburgo, que os criminosos tiveram de recuar. — Tristíssima foi a mudança dos sentimentos do vice-presidente Manuel Vitorino Pereira em relação a Rui, com quem nunca mais se reconciliaria a outra notável figura da *Visita à terra natal*, o coestaduano excessivamente amável, um dos que mais freqüentavam a casa da Praia do Flamengo e que cedo morreria no ostracismo, sem ter conhecido a de S. Clemente. (A propósito, correu que foi ele vítima de intoxicação devida a um caldo-de-cana, que com sua simplicidade ingeriu numa moenda de rua, fato que muito se estranhou por ser ele um médico ilustre.) — Ao lado da força armada, que garantia a residência de Rui em Friburgo, postou-se outra, de elementos civis locais, com as espingardas do seu uso. Os friburguenses tinham sincera veneração à pessoa de Rui, por estarem acostumados a vê-lo entre êles. — Acredito que o cor. Hermes Rodrigues da Fonseca, comandante da Brigada Policial do Rio de Janeiro, nunca soube da justiça que Rui lhe fez nesta carta. O dr. Amaro Cacalcanti provou ser o caboclo capaz de enfrentar o momento, conforme pensaram os que haviam delegado a Tobias do Rêgo Monteiro a missão de catequizá-lo para a chefia-de-polícia. ⁽¹⁾ — A pobre da Cota, demasiadamente sensível em relação a tudo quanto tocasse ao marido, não podia deixar de adoecer seriamente naquelas condições de vida. — Mostrei ao governador Luís Viana esta carta de Rui. A simpatia, que senti votar-me, fez-me freguês assíduo do palácio governamental, e isto lhe agra-

(1) Foi também ministro da Justiça, e não sómente chefe-de-polícia.

dava, porque lá fora rugia contra êle um ódio surdo, bem explorado e em grau de explosão. Chegou a rebentar um motim para derrubá-lo do poder, coisa que abafou com pulso firme, mas sem as sangueiras que não soubera aprender com os *consolidadores*. Presenteei-o com um bom revólver, do qual agora mesmo acabo de lembrar-me, ao ler o anúncio de venda de outro, cabo de madrepérola, da mesma fábrica Smith and Wessen, por Cr\$ 14.000,00. — Rui realizou, em curtos dias, a premeditada viagem à Bahia. — Lá permaneci durante 4 a 5 meses, e de lá returnei, para mais tarde rever a minha terra, a que sempre quis; mas, apenas pelo espaço de 48 horas, em 1914.

186 — CARTA DE 4-5-1897

Rio, 4 de maio, 1897.

Meu caro Carlito.

A alegria, que tivemos com a notícia da salvação de meu afilhadinho, foi igual à tristeza, por q. passáramos, com o saber do perigo, que êle atravessou. Agora o q. convém é que a minha cara comadre se restabeleça, p.^a nos voltar ainda mais bonita do q. daqui foi.

Deixamos, afinal, Friburgo. Mas infelizmente ainda não encontramos no Rio a temperatura habitual desta quadra. A isso creio q. se deve a moléstia do Carlos, acometido de uma grave febre amarela, cujos riscos não se podem considerar inteiramente passados, mas q. já agora me parece q. se vencerão. Tive com isso muitas apreensões e pezares.

O L., em carta de 24 do p.p., recebida há poucos dias, escreve-me: "Muito agradável seria à Bahia e aos amos. de V.e. aqui recebê-lo, e estou convencido q. não faltar-lhe-ão as precisas garantias, nesta terra q. honra-se em tê-lo por filho. Entretanto parece-me q. não seria inconveniente assistir V.e. aí o reconhecimento de poderes no senado, tomando parte em seus trabalhos e deixando a visita à nossa B.^a para ocasião, em q. ela possa recebê-lo como tem feito, e isto fora das mágoas que hoje a compungem." Não posso contrariar, como bem vê, o amigo, q. assim me escreve. O pensamento dêle é evidentemente q. eu aguarde a solução do incidente, cuja primeira fase tanto nos agoniou. Terei, pois, de demorar a minha viagem. Mas não posso retardá-la indefinidamente; porq., como já te disse, antes dela não posso abrir a boca no congresso. O mais q. poderei esperar, é até o princípio de junho, partindo no prim.^{ro} paquete dêsse

mês. Careço tanto mais de abreviar isso, quanto creio q. o meu discurso aí será, ao mesmo tempo, o meu agradecimento e o meu adeus à vida política.

À vista disto faze o q. mais conveniente julgares quanto à tua volta. Estamos à cata de casa para ti, e temos em vista neste momento uma muito próxima a nós, q. bem conheces e é a q. fica em seguida à confeitaria, tendo jardim na frente e aos lados, bem como grande terreno nos fundos. Apesar de velha, talvez n. se possa encontrar outra em condições tão boas para a ocasião e os teus desejos.

Fecho aqui, por estar a meu lado o dr. Domingos Teodoro, portador desta.

Lembranças e abraços a todos e mil carícias aos afilhinhos.
Teu do C.

R.

O afilhinho doente foi o meu Carlinhos, que eu já levara para a Bahia com a saúde alterada por enfermidade da própria infância. — Rui tinha por minha mulher uma afeição paternal, e ela igualmente lhe queria outro tanto. Acredito que no sentimento dela entrava muito de alma feminina agradávelmente lisonjeada, pois Iaiá já estava habituada a ouvi-lo dizer como forma complementar de saudação invulgar: — “Como a minha comadre está graciosa!” — O Carlos, a quem Rui se refere, é o Nunes de Aguiar. A confissão das “muitas apreensões e pezares” mostra como este se havia reabilitado na estima do amigo, que dêle se queixara no exílio. — “L.”, está visto, é o governador Luís Viana, o qual, aludindo às “mágoas que hoje a compungem”, lembrava a campanha de Canudos com os seus tremendos insucessos. — Rui estêve na Bahia, com Maria Augusta, acolhidos por meu cunhado Augusto Viana, em dias finais dêsse mês de maio de 97, e lá pronunciou, no *Politeama Baiano*, duas conferências políticas (datas de 24 e 26), com a particularidade da ausência do governador amigo, muito comentada e levada à conta de medida de prudência pessoal, dada a geral exaltação de ânimos; mas a intenção de Rui, de dizer “adeus à vida política”, desgraçadamente seu destino não quis que se cumprisse. Ele nutria, de fato, o propósito de mais uma espetacular renúncia ao mandato de senador, para passar a ser exclusivamente advogado. — Tomou-se para mim a casa, que se tinha em vista, ou seja a de n.º 77 da mesma Rua S. Clemente. — Já se sabe quem era o dr. Domingos Teodoro, que também fôra portador da carta de 18-3-97.

Rio, 11 de maio, 97.

Meu caro Carlito.

Tomei a resolução, q. deveis considerar subsiste se não receberes telegrama em contrário, de partir daqui p.^a a Bahia no dia 19 do corrente, vapor inglês Danube, ficando aí até ao dia 29, em q. voltarei no Nile, estando outra vez no Rio, p.^a os anos de Dedélia, antes de 2 de junho.

Meu fim, chegando aí, é dirigir dois discursos ao eleitorado. Devem ser de noite e no Teatro (S. João). Convém, pois, q., se me quiserem fazer aí qualquer demonstração, ela tome essa forma. Se não, precisarei do Teatro duas noites para êsses discursos, que serão proferidos então como duas conferências. Combina tu em todo o caso com os amigos o que for mais conveniente. Chegando aí no dia 21, posso fazer a primeira no dia 23 e a outra no dia 25.

Esta carta chegará às mãos em tempo de me mandares dizer a êste respeito qualquer coisa pelo telégrafo, com endereço ao Juca, até o dia 27. Bastará isso, pouco mais ou menos: "Vem. Está tudo arranjado" e o mais que convier.

Avisa ao L. Viana e aos amigos. Quanto à imprensa, n. me parece conveniente q. publique notícia antes do meu telegrama definitivo, q. te mandarei a 18, ou 17, depois do teu.

Saudades à Com.^e, aos afilhadinhos, a todos enfim.

Teu comp.^e e am.^o

R.

Tudo assim correu, ficando apontadas as datas de ida e volta. Datas são coisa que certos biógrafos de Rui omitem, ou dão imprecisamente. — Os amigos, ainda no calor da recente estrondosa vitória eleitoral, fizeram-lhe grandes manifestações de apreço, à chegada, nas duas conferências e à partida. Desarmariam, assim, a Rui para qualquer propósito de renúncia à vida política. Em tôdas aquelas manifestações, notou-se a ausência do governador Luís Viana, que, na época, fazia muito bem não se expondo. Com êle eu continuava a estar em palácio. — Juca é o já sabido meu primo e cunhado João Luís Viana, também tratado familiarmente de Bi-juca. (O original desta carta meu filho Rui ofereceu ao gen. Flôres da Cunha, desejoso de possuir um autógrafo do grande civilista.)

N. Friburgo, 22 maio, 98.

Carlito.

Recebi ontem tudo em regra: dinheiro e chave. Esta volta inclusa, para q., com ela, me tire V., e me remeta pelo portador do Carlos amanhã de manhã, mais 300\$000, caso o homem não pague hoje. Se, porém, élê pagar, não tire êsse dinheiro; mas envie-me, pelo mesmo portador, amanhã, a parte que nesse pagamento me couber, inteira, porquanto as contas me cresceram aqui de modo inesperado.

Amanhã, se Deus quiser, seguirão as meninas, e nós depois. V. providencie, a fim de que toda a bagagem, q. elas levarem, seja retirada amanhã mesmo.

Estamos debaixo d'água, com 12.º gráus ao meio dia.

Saudades de todos a todos.

Diga amanhã cedo ao Dr. Tôrres Câmara, na Revista de Jurisprudência, 33, Ourives, q. não me mande provas terça-feira, porque nesse dia desço eu.

Seu comp.^e e am.^º

RUI.

Quem se propuser a ler as recomendações íntimas, de todos os tempos, às pessoas a quem Rui solicitava préstimos, há de notar a segurança e clareza com que se expunha, ao correr da pena, de maneira que exluia dúvida ou imprevisões. Ninguém poderia culpá-lo de não se ter explicado convenientemente. — Estêve em cena o Carlos de Aguiar. — O "homem" era o com. Antônio Marinhas, cliente e velho amigo de Rui. Não houve o pagamento em que êste pensava, e eu tive de utilizar-me da chave, que me voltou às mãos. — A outra parte do dinheiro esperado do Marinhas caberia a Ulisses Brandão, que advogava com Rui. — Note-se sua preocupação em não se ausentar de Friburgo deixando lá contas por pagar. Ele não o faria nunca, em parte alguma. — As provas relativas ao dr. Tôrres Câmara deviam ser de colaboração na *Revista* indicada. Rui, sempre que podia, impunha sua revisão final nos trabalhos que dava ao prelo. Quando não, resultavam-lhe aborrecimentos insanáveis.

189 — RECADÔ DE 12-1-1899

Carlito.

Depois da porcaria em que acabam de envolver o meu nome pela imprensa, infamado como me acho, não posso mais ter autoridade, para ser jornalista um só dia. Desde hoje, pois, cesso de ser redator da Imprensa.

Podem anunciarlo, dizendo que a deixo, por estar doente, que realmente estou, de corpo e de espírito.

Seu comp.^e e am.^o

RUI.

12 jan. 99.

Não me é possível lembrar-me do motivo desta, entre várias tempestades-em-copo-d'água, de todo inconseqüente, porquanto Rui só deixaria em março de 1901 a redação de *A Imprensa*. Não fôssem elas, escritas ou verbais, muito comuns naquele jornal, onde, por sua causa ou não, só vivíamos de nervos exacerbados.

190 — BILHETE DE 23-1-1899

23 jan. 99.

Carlito.

O ato da prefeitura e da polícia, contra o qual hoje tão formalmente se pronuncia a imprensa, é, na minha opinião, perfeitamente justo e legal. Vejo que o costume de sair a fôlha, sem que eu saiba estas coisas da noite, me pode trazer responsabilidades sérias. Estou incomodado com isso.

Seu

RUI.

Chocou-se Rui com uma crítica da *Imprensa*, que se lhe afigurou descabida, e o leva à conta da prática de sair a fôlha sem él ter conhecimento dos assuntos, diariamente tratados. Vê-se até que ponto pensava él em comandá-la; mas tal prática era inexequível, porque Rui não podia deixar-se à disposição do jornal, quando imperativo era ficar êste na dependência dos editoriais dêle, sempre escritos fora da redação. Isto mostra, ademais, que Rui era muito capaz de achar justos e legais certos atos públicos, para sua maior autoridade de jornalista combatente.

191 — CARTA DE 17-2-1899

Friburgo, 17 fev. 99.

Carlito.

Agradeça ao Teixeira a sua carta de ontem.

Alinhavei a resposta ao Jornal, que já lhe remeti por carta expressa. Recebemos o correio quase ao meio-dia!

Agora uma outra encomenda, além da que já hoje lhe fiz. Em 1892, ou 1893, sendo, creio eu, ministro o Rodrigues Alves, quando a reconversão das apólices de 1889, depois de ter passado na câmara, caiu no senado por influência minha, o José Carlos escreveu forte artigo no Jornal, sustentando que o governo era obrigado a dar por cada uma apólice oiro de conto de réis.

Isto é certíssimo.

Mande na biblioteca pública, ou na do Senado, ver e copiar isso com tôda a urgência, e remeta-me logo.

Estou correndo.

Seu do C.

RUI.

Teixeira era o nosso amigo, dr. Joaquim Pereira Teixeira, já ou futuro secretário de *A Imprensa*, em substituição a José Veríssimo. — Sabe-se que o cons. Francisco de Paula Rodrigues Alves foi, por algum tempo, ministro da Fazenda do governo de Floriano. — Vém ao caso o *Jornal do Comércio* e seu proprietário, o dr. José Carlos Rodrigues. — Recomendações como a desta carta, que documenta a boa memória de Rui, eram ordens peremptórias, a serem cumpridas sem mais nem menos. Valiam-me como umas pacíficas “mensagens a Garcia.”

192 — RECADOS DE 7-3-1899

Friburgo, 7 março, 99.

Dr. Teixeira, ou Carlito.

Ai vai a carta p.ª o B. G. de Resende.

—:-—

No artigo de amanhã, onde se diz “restauração, ou anarquia”, emende-se “subversão ou anarquia”.

—:-—

Outro dia, por engano, não trouxe a Gazeta, que devia trazer. Peço-lhe o favor de mandar comprá-la. É o número, onde vem um editorial sob o título "Reclamações italianas".

— :- —

Que novas há por aí?

O am.º RUI

Surge o barão Geraldo de Resende, casado com irmã de d. Francisca Jacobina e, portanto, concunhado do dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina. Há sinais de que ele não via com bons olhos o nome de Rui, quando deixou o ministério. O certo, porém, é que este não guardava ódio a quem quer que fosse. — A emenda foi feita e saiu melhor do que a encorrenda. Veja-se o editorial *Somos nós oposicionistas?*, onde se tem a locução: "...na subversão, ou na anarquia" ... (Obr. Sel. — VIII — Camp. Jorn., 1957 — Pág. 13.)

193 — CARTA DE 7-4-1899

Friburgo, 7 abril, 99.

Carlito.

Enfim... vá ainda mais uma vez por alguns dias a experiência, já que nisso estão envolvidos outros, cuja felicidade tanto desejo.

Recebi o teu telegrama e ambas as tuas cartas. Deus queira que se verifiquem as notícias ali contidas.

Obrigado pelo q. tens feito. Eu continuo mal de saúde. Podes publicar os tais artigos do amigo do Carlos.

Até amanhã, não?

Lembranças ao Teixeira.

Teu do C.

R.

Rui, pelas razões que lhe sobravam, principalmente as responsabilidades de advogado, fazia repetidos protestos de deixar a *Imprensa*. A cada arranco seu, maiores apelos de todos nós do jornal, para não nos faltar, pois sem sua pena não nos seria possível subsistir. Aqui, acede ele mais uma vez a tais apelos. — As "notícias" devem referir-se à expectativa de alguma causa vantajosa. Eu vivia tarejando-as e consegui umas tantas. Daí o "obrigado pelo que tens feito." — Mais um préstimo de Rui ao seu amigo Carlos Nunes de Aguiar.

Fr. 11 abr. 99

Carlito.

Irci amanhã. Se o transporte for pela tal lancha, tomarei o bonde em Maroim, para seguir na barca de Niterói.

Lembrou-se do Papa?

Saudades de todos Lembranças ao Teixeirinha.

Seu comp.^e

R.

Estamos na época em que os trilhos da *Leopoldina Railway* ainda não chegavam ao Rio. A estação era em Maroim, subúrbio de Niterói. Daquêle ponto havia transporte direto para aqui. Introduziu-se nesse transporte certa lancha, à qual Rui prefere o bonde e a barca da *Cantareira*. — “Papa”? Um exemplar de *O Papa e o Concílio*.

F. 19 de abril, 99.

Carlito.

Quase não lhe mando mais artigo hoje; tão aborrecido fiquei com o triste estado da incorreção, em q. saiu o desta manhã. Ai vai com os erros indicados para uma errata. Logo numa questão desta ordem, em q. a má fé dos adversários não perde vaza para nos atacar, é que nos expomos assim à sua crítica. Se a Imprensa decididamente não melhorar a tal respeito, basta-me êsse motivo, para q. eu seja obrigado a deixá-la; porque nada é mais desagradável a um homem de letras do que ver os seus escritos estropiados.

Recebi as suas cartas de ontem e hoje, q. lhe agradeço. Deus queira q. se verifiquem as suas esperanças. Eu por mim não as tenho. Não creio em promessas tão adiadas sem motivo plausível.

Todos aqui bons. Mandam-lhe lembranças.

Recomenda-me ao Teixeirinha.

Seu comp.^e e am.^o

R.

Manda-me ver no Garnier, Laemert, ou Briguet, e traze-me amanhã este livro: ANATOLE FRANCE: L'anneau d'améthyste. Avie-me também na farmácia Murtinho a encomenda inclusa.

Mais um grande aborrecimento causado a Rui pelos descuidos de revisão em *A Imprensa*, e mais uma sua ameaça de, por isto, deixá-la. Eu, que não tinha culpa, era quem mais purgava. O artigo do dia intitulou-se: *O que é a política*. — Agradece-me Ele notícia que lhe dei, de causa cujo patrocínio andava empenhando-me por que lhe fosse entregue. No mais das vezes as promessas confirmavam-se porque eu não largava os promitentes. — Rui detinha-se em Friburgo; eu, veraneando lá ou não, nunca lhe faltava semanalmente com a minha presença e as suas encomendas. — Rui tornou-se homeópata desde que lhe ofereceram uma caixa de remédios da espécie. Ministrava-os a si próprio, enquanto não via o mal crescer. Neste caso, deixava os tais remédios e recorria ao médico, disposto a seguir à risca as prescrições que lhe fôssem feitas. Ele chegou a dizer, numa certa ocasião, que só se submetia a uma tirania: a do médico.

196 — CARTA DE 27-4-1899

Friburgo, 27 de abril, 99

Meu caro Carlito.

O correio de hoje foi de aborrecimentos para mim. Não comprehendo a insistência do David depois do meu telegrama de ontem. Se se tratasse de um prazo fatal, que houvesse de começar a correr contra nossa vontade, teria Ele razão. Mas o de que se trata é de um término, que há de principiar a decorrer depois que pedirmos vista. De nós, portanto, depende o pedi-la mais cedo ou mais tarde. E, não tendo nós vantagem absolutamente nenhuma que colher com a antecipação de alguns dias, não vejo razão para que os meus amigos não tenham pena de mim, que não estou aqui ocioso e são. A questão, a meu ver, está irremissivelmente perdida com o agravo. Com a pequena demora de alguns dias, pois, antes poderemos ter lucro do que desproveito. Demais V. mesmo me manda dizer q. a nossa casa não nos pode receber antes do dia 10. Logo, só então me será possível descer. Não é a azáfama, que há de salvar uma questão em tão más condições como essa.

Acabo de receber uma carta do Doux, que com pouco mais seria uma ameaça, responsabilizando-me, não só pela minha conta, q. inclusa lhe remeto, como pela da Imprensa:

1. ^a	—	2:424\$000
2. ^a	—	1:723\$640

Por tudo quanto há, com que a fôlha me deve, salde-me sem demora o meu débito, e trate logo também de resgatar o do jornal. Cheguei aos 49 anos de idade, sem ter credor que me chamasse nunca a juízo. Não me coloquem hoje na posição de passar tal desgôsto. Livrem-me daquele miserável, e façam-lhe uma cruz à porta.

Diga ao Teixeira que só depois de voltar poderei dar o parcer pedido pelo J.^e Mariano. Aqui não tenho os livros precisos.

Incluo uma carta, q. V. me fará o favor de entregar ao Fróis (da Sanitária).

Mande-me dizer se o meu filho está doente. Há 12 dias q. partiu, já daqui recebeu 2 cartas, e não me escreveu uma só!

Agradeço-lhe o remédio da Cota, q. recebi a tempo.

Enquanto as suas esperanças crescem, eu vou perdendo de todo as minhas. É o q. me inspira a minha experiência.

Vejo muito mal a situação do país e a minha pior. Pobre da nossa Imprensa! Deve fatalmente morrer.

Seu do C.

R.

Vem à cena um David. É o Saxe de Queirod, concessionário de um burgo agrícola, o qual, nessa qualidade, se viu na contigência de mover ação contra a União, tendo Rui como advogado. Tomou-lhe êste a causa mais para servir ao Manuel da Pascoal, que era o financiador da empresa do David. A defesa da União estava entregue a Raimundo Barcelos, sendo Joaquim Martinho ministro da Fazenda. As razões de Rui foram tais, que a União propôs a David solução amigável, mediante a indenização de 4 ou 5 mil contos. Rui instou com êle para que aceitasse. Mas David, cego pela cupidez, recusou. Queria 20.000 contos. A União agravou para o Supremo Tribunal Federal e êste decidiu contra David, como Rui pressentira. — Nos dias desta carta, a casa de S. Clemente passava por uma pintura, cujos efeitos detiveram Rui por mais tempo em Friburgo. — O Doux Ferreira (móveis e tapetes) não havia que apresentar a Rui a conta de *A Imprensa*, emprêsa com sede geralmente conhecida. Foram de pronto atendidas as recomendações de Rui no sentido da imediata liquidação dos dois

débitos. O fato é que êle tinha horror a credores na porta, e isto aconteceu por circunstâncias alheias aos seus hábitos de ir em pessoa pagar as próprias compras. A demora em Friburgo teria sido uma delas. — José Mariano Carneiro da Cunha, o respeitado tabelião, que já trouxera nome ilustre e festejado de Recife, era amigo de Rui. Tratava-se, pois, de mais um parecer cordial, cuja pressa se encarecia por intermédio do Teixeirinha. — Não se confundisse o Fróis, médico (da Sanitária), com o Fróis, caixa de *A Imprensa*, muito ligado ao dr. Edmundo Bittencourt, a quem acabou acompanhando. — Ressurge o Ruizinho, que, chegado da Suíça, já estaria cursando a Escola Naval. Ei-lo a despertar os zelos paternos. — Eu não perdia o otimismo, às vêzes forçado, com que procurava neutralizar o pessimismo latente de Rui, a perder sempre as esperanças. — Começavam a agravar-se as dificuldades de *A Imprensa*. Já me fôra o relógio de ouro, com que me presenteara o Honold. (Este relógio, aliás, servia nos "apertos" não só meus como de certos amigos, até que um dêles perdeu a cautela, e foi um dia!) Já principiavam a ir-se as ricas jóias de minha pobre mulher, forte e resignada. Haveríamos de ficar com os dedos. É interessante lembrar que uma das mais constantes testemunhas dessa migração irremediável de recursos, era o Edmundo Bittencourt, o mesmo cuja letra redonda ficara na ata da organização da emprêsa. Um dia, condôido de ver-me com uma cautela ainda fresca, chegou a dizer-me: — "Ora, Carlito! Você fazendo uma coisa destas..."

197 — CARTA DE 2-5-1899

Friburgo, 2 de maio 99.

Carlito.

Incluo os conhecimentos de sua bagagem, e peço-lhe que me mande aviar hoje mesmo, para vir no trem de amanhã, a inclusa receita.

Agradeça ao Teixeira o seu abraço. Diga-lhe q. não perca mais tempo em me animar com escritos meus. Sou uma máquina, cuja caldeira já se apagou, e cujos êmbolos ainda se movem simplesmente pelo impulso anterior. Breve o resfriamento será completo, e tudo entrará no domínio da ferrugem. Hoje quase não lhes envio artigo: tamanho vai sendo o meu desalento.

Adeus. Saudades a Iaiá.

R.

Eu e Iaiá tínhamos regressado de mais um daqueles agradáveis veraneios. Rui e Cota ficaram: êle com o seu eterno desalento e ambos com os males sem gravidade, que forçavam as renovações de velhas receitas.

198 — CARTA DE 3-5-1899

Friburgo, 3 maio, 99.

Carlito.

Obrigado pela carta de ontem.

Nota, entretanto, que V. não me fala na minha carta da mesma data, carta de expansão íntima, que lhe escrevi. Ela deve ter-lhe sido entregue, visto q. foi dentro da que levou o artigo, e com a nota de urgentíssima. Mas V. não me diz coisa alguma dela, nem mesmo sôbre a receita de Cota, que lhe pedi mandasse aviar. Tranquilize-me, acusando o seu recebimento.

Foi paga a minha conta? Estou inquietíssimo, acabrunhado e desesperado.

Seu comp.^e e am.^o

R.

Eu tinha que escrever constantemente a Rui, que, ávido pelas notícias de tôda ordem que eu sempre lhe dava, não esquecia as respostas por mim devidas a letras suas, mesmo que estas não contivessem assuntos concretos. Mas o que o tornava "inquietíssimo, acabrunhado e desesperado" era o não ter ainda sabido se haviam sido pagas as contas do Doux Ferreira (carta de 27-4-99).

199 — CARTA DE 8-5-1899

Friburgo, 8 maio 99.

Carlito.

Sinto o seu incômodo, de que me fala o Teixeira, na sua carta de ontem.

Não escrevo a êle, porque ainda me acho mal de uma dor de cabeça e outros aborrecimentos ligados à gripe.

Faça-me o favor de dizer ao M. que recebi os 5 por êle mandados, mas que, quanto aos autos, me é materialmente impossível fazer aqui as razões, pois o meu estado de doença, que me impossibilita de escrever para a Imprensa, com maioria de razão não me permitiria fazer outros trabalhos. Éle que se

entenda com o escrivão, para tolerar a demora, coisa que todo o mundo obtém sem grande esforço.

Estamos em trabalho, para partir na quinta, se Deus permitir.

Sinto muito a demissão do Várzea. Por que lhe diminuiram o ordenado?

Lembranças a Iaiá.

Seu comp.^{re}

R.

Diga a Iaiá que as meninas vão quarta-feira. Previna também o Luís.

Nosso secretário era para todos nós o Teixeirinha. Sómente Rui não lhe atribuía jamais o diminutivo, embora muito o estimasse. — "M", o prestimoso com Antônio Martins Marinhos, esteio do jornal, grande amigo de Rui, a quem nunca faltou em momentos difíceis. — Realmente, não houve editoriais do redator-chefe em *A Imprensa* nas datas de 5 a 11 de maio de 99. A venda avulsa caía e a minha dor-de-cabeça levantava-se. — Várzea (Virgílio), o catarinense que criaria nome como homem de letras brasileiro, era um dos nossos bons elementos da redação. Afastou-se, com o pezar de todos, por não se conformar com a geral redução de ordenados imposta pela crise econômica, que o jornal atravessava. Rui sentiu o afastamento do promissor rapaz, porque lhe reconhecia o mérito e assim o apreciava, muito embora não tivesse contactos com ele. Só os tinha comigo e o Teixeirinha. A pergunta de Rui ao tratar do Várzea revela quanto ele estava longe de saber dos tormentos que a falta de recursos nos causava. — O Luís do *adendo* era um dos jardineiros de S. Clemente. O outro chamava-se Antônio. Mas o Luís foi quem se tornou, afinal, o homem de confiança entre os servidores domésticos daquela casa.

200 — CARTA DE 11-6-1899

11 junho 99.

Carlito.

Talvez por ter eu, adivinhando, pôsto uma recomendação de cuidado na revisão ao artigo de hoje, saiu ele com vários erros tipográficos, um dos quais é uma asneira: susto em vez de surto. Entretanto eu, pressentindo uma destas peças, apesar de se tratar de um termo já diversas vezes usado por mim, depois de ter escrito a palavra, risquei-a e tornei a escrever em letras bem graúdas, para não escaparem à miopia dos srs. revisores. Não podendo imaginar propósito, é evidente que há, nesse serviço,

negligência indesculpável. Se definitivamente não há, no pessoal da Imprensa, quem se interesse pelos meus artigos, — tanto têm êles caído na estima da própria fôlha, que dêles vive! — eu decididamente deixarei de escrever. Digo-lhes isto sem outra intenção mais que a de prepará-los para um fato, a que me forçarão com êsse desamor pelo meu trabalho, com tantos sacrifícios feito.

Seu do C.

RUI.

O editorial intitula-se: *A festa naval*. Rui estava coberto de razão, e eu era quem curtia as conseqüências, diante de revisores incorrigíveis. Antes, desapertava com o Virgílio Várzea, que dirigia a revisão. Agora, sem êle, pior haveria tal serviço de andar, sabendo todos nós que seria passageira a zanga de Rui.

201 — CARTA DE 12-7-1899

12 de Julho

Carlito

Acabo de receber do agente da Havas, em Buenos Aires, uma carta, dirigida a mim pessoalmente, reclamando o pagamento de 4:000\$000, q. diz estar a dever-lhe a Imprensa, e acrescentando q. por isso lhe suspendeu o serviço de telegramas.

Não comprehendo isso.

Seu do C.

RUI.

Não resta dúvida de que esta carta é de 1899. Depõe ela expressivamente sobre a situação de dificuldades agudas que o jornal atravessava, e eu não consentia em que transparecessem a Rui. Por isto êle não comprehendia. Tive de dar as voltas precisas, e pagar à *Agência Havas*, para poupar à fôlha o vexame de não mais dispor do seu valioso serviço.

202 — RECAUDO DE 21-7-1899

21 de Julho, 99.

Meu caro Carlito.

A apologia da política do Amazonas e seus homens publicada hoje pela Imprensa não me permite continuar na sua redação, de q. me despeço.

Seu comp.^e e am.^o

RUI.

— ou não soube procurá-lo — nas conhecidas bibliografias de Rui. (*) O caso é que, nesta carta, querendo Rui aplaudir a Nuno, pelo gôsto de fazer-lhe justiça, se viu embaraçado pelo que expõe. Calcule-se o trabalho que isto deu, para Rui voltar às boas com o jornal, que já o aborrecera com aquela “apologia da política do Amazonas e seus homens” da edição de 21 de julho. Intitula-se: *Considerações de um ignorante* o artigo de 23 de outubro. — O autógrafo desta carta, dei-o de presente ao dr. Floresta de Miranda, em homenagem às suas distintas qualidades pessoais e cívicas, ao seu elevado espírito público, de que dá constantes demonstrações em colunas da imprensa, muitas vezes evocando o exemplo de Rui. Sei, com satisfação, que tal autógrafo se acha emoldurado, em lugar honroso da residência do presenteado.

204 — RECAUDO DE 13-12-1899

Friburgo, 13 de dezembro, 99.

Carlito.

Não tenho tempo de escrever-te, senão para te dizer que o pedido do Ulisses é insensato. Seria uma indignidade e um despropósito atender-lhe. Que temos nós com isso?

Lembranças a todos.

Teu do C.

R.

Devemos relatar os fatos, como os outros, fielmente.

Não guardo lembrança nítida da natureza dêsse pedido do dr. Ulisses Brandão, companheiro de escritório de Rui. De modo que o presente recado serve para documentar a inteireza moral de meu cunhado, que, na direção da fôlha, não transigia nem mesmo em favor de amigo dos mais diletos.

(*) A êste ponto, o dr. Américo Lacombe concorre com o esclarecimento de que não lhe parece que Rui “tenha dado parecer a Castro. Escreveu, isto sim, capítulos inteiros do folheto que êste publicou! É isto o que se deduz de uma carta de Castro, existente no arquivo da C.R.B. O médico apenas uniformizou os escritos de Rui com os dêle.

“Interessante — acrescenta — é que o opúsculo de Castro é dos poucos livros brasileiros no *Index*. (Por sinal que na letra D — DE CASTRO.)”

Mas uma consequência da impraticabilidade de se submeter previamente a Rui todos os assuntos versados pelos diferentes redatores do jornal. Foram-lhe dadas as precisas explicações, e a predisposição em que ele sempre se achava, de perdoar aos arrependidos, levou-o a passar adiante. — Sirva o caso, entretanto, para ressaltar a intransigência com que Rui queria que o jornal afinalasse com a oposição que ele fazia à “política dos governadores”, corruptora do regime.

203 — CARTA DE 25-10-1899

25 out.

Carlito.

Decididam.^{te} a Imprensa é malfadada. Lendo hoje, logo pela manhã, o telegrama do Nuno aos médicos de Santos, tive o maior prazer, porque êsse telegrama parece inspirado pelo meu artigo de ante-ontem, imediatamente o separei, a fim de escrever a êsse respeito, louvando-o, e mostrando a razão, que tínhamos tido. Eis senão quando recebo a Imprensa de hoje, que lhe mete as botas exatamente por estar de acordo comigo. Estou assim na posição mais ridícula do mundo. Desta vez o golpe não se pode disfarçar. A Imprensa despediu o seu redator-chefe. Não há mais panos quentes, com que dissimulá-lo; e V. faça anunciar a minha saída, pois nem posso tomar a responsabilidade daquilo, nem me pôr em divergência, sem expor o jornal à desmoralização completa.

Teu amigo e comp.^e

RUI

Nuno é o dr. Nuno de Andrade, diretor da Saúde Pública, que não ia à missa com Rui. Vejamos por que motivo. Em certa ocasião o dr. Abel Perante se pôs em campo, sustentando a tese de ser defensável a esterilização da mulher. O assunto apaixonou os competentes meios científicos. O dr. Francisco de Castro alistou-se ao lado dêsse seu colega, e em oposição surgiu o dr. Nuno de Andrade. Castro e Nuno entraram em acirrada polêmica, na qual Rui seria envolvido, visto ter dado a Castro um parecer favorável ao seu ponto de vista. (Tenho quase certeza dêsse parecer sobre tão singular quão delicada matéria social e científica; mas não o encontro mencionado

Friburgo, 17 dezembro 99.

Carlito.

Ontem enviei pelo Militão editorial para amanhã.

Nesse editorial começo pelas palavras: "Não podemos aceitar". Emenda assim: "Não podíamos aceitar".

O artigo, q. V. me remete, será bom transcrevê-lo, mas por ora noutras fôlhas: Tribuna, Gazeta. Só depois então convirá, talvez, reproduzi-lo na Imprensa.

Dedele fica, e irá amanhã com V.

Publique o telegrama incluso, a cujo respeito creio escreverei amanhã.

Seu do C.

R.

Militão era um rapaz de bom procedimento, muito sossegado, que, do serviço do escritório de Rui, foi por êste pôsto em *A Imprensa*. — O editorial de 18 intitula-se: *A bem do serviço*. — Já não tenho idéia alguma a respeito quer do artigo, quer do telegrama de que Rui ora se ocupa.

Friburgo, 6 fev. 1900.

Carlito.

Chegamos bem, e bem vamos indo, salvo as saudades, que não são poucas.

Procedeste com acerto (e assim poderás proceder sempre em casos semelhantes porque eu não tenho segredos) quanto à carta, que nada vale, e nenhuma urgência tem.

Aí vai o meu artigo. Já sabes que só deverá ser publicado, se declinarem o meu nome. Todo o zêlo na revisão.

Agradece por mim ao Dr. Cunha Costa os serviços, que já vai prestando à Imprensa.

Fico ciente do que se passou quanto à remessa do dinheiro. Obrigado.

Publicado o meu escrito na Imprensa. faze-o reproduzir, no dia seguinte, pela Gazeta. Creio q. seria bom também estampá-lo na Notícia.

*E do B.? Nenhuma resposta ao teu telegrama?
Lembranças a Ruizinho (quando vem êle?), a Iaiá, a tia
Elisa e carinhos nos afilhados.
Teu am.º*

RUI.

*Não esqueças o mestre d'obras.
Ontem recebi todos os jornais, menos o do Brasil. Hoje,
nenhum, exceto a Imprensa. Peço-te q. providencias.
Manda-me trazer um vidrinho de plumbum homeopático,
dinamização 30.º (Farmácia Murtinho).*

Não me recordo da iniciativa que tomei, e que mereceu a aprovação de Rui. Alguma providência, ou alguma réplica verbal a comentário que lhe era desfavorável, coisa, aliás, muito comum de minha parte. — O artigo trazido com essa carta é o *Agora eu*, dado em *A Imprensa* de 9, no qual Rui, defendendo-se a si mesmo, trata de deliberação tomada em assembléia geral da Companhia de S. Cristóvão. (Vê-se em *Obras Seletas* — VIII — 3.º volume — Págs. 165-74.) — Vem à tona o dr. Cunha e Costa, jornalista português em atividade no Brasil, esforçado, talentoso, mas... De há muito esforçava-se êle por um lugar em nosso jornal. A oportunidade surgiu quando o dr. Joaquim Pereira Teixeira, tentado pelo eldorado da Amazônia, para lá partiu com uma carta de Rui, recomendando-o ao dr. Silvério Nery, já no governo do Estado, e que passou a ser bem visto por meu cunhado. (Fê-lo em boa hora o Teixeirinha, que ganharia lá muito e muito dinheiro.) Cunha e Costa, assumindo a secretaria vaga do jornal, não tardou em impor-se na simpatia de Rui. Depois... — “B”, se me não engano, era um oficial de marinha de sobrenome Brito, nosso amigo, trazido à baila por qualquer motivo. — O mestre-de-obras chamava-se Pimentel, e merecia a confiança de Rui à vista de trabalhos por êle já feitos na casa de S. Clemente, como o banheiro pavimentado a chumbo e outras obras. — Rui só era homeopata quando afilido por pequenos incômodos, para os quais encontrava indicações precisas na caixinha de remédios da espécie, que lhe deram de presente.

207 — CARTA DE 7-2-1900

Friburgo, 7 fev. 1900.

Carlioto.

Vai o Carlinhos expressamente para levar esta carta.

*O escrito incluso é para ser encartado no artigo remetido
ontem. O lugar, onde deve inserir-se, está indicado nas notas
à tinta vermelha, que o precedem, e o seguem.*

Chame o C. Costa, a fim de dirigir êsse trabalho, de modo que se não dê algum engano, inconveniência, ou transposição, e peça-lhe q. se incumba da última revisão das provas.

Mude o nome do artigo para êste: "Repulsa de um assalto".

Note bem. Ele deve ser publicado amanhã, se hoje na assembléia for declinado o meu nome. O Ulisses é quem lh'o deve informar.

Hoje não recebi a Imprensa, nem o Jornal do Comércio.

Tinha melhorado um pouco, ao chegar. De ontem para hoje perdi tudo, e estou doente bastante.

Recebi a sua carta de ontem. Darei o parecer, logo q. o meu estado de espírito melhore.

Diga ao Ulisses que me escreva sobre essa infâmia.

Fico ciente do telegrama do B. Já o Carlos ontem me tinha dito.

Lembranças e saudades.

Teu do C.

R.

— Se na assembléia não for declinado o meu nome, devolva-me o artigo, para ser modificado, e voltar amanhã pelo trem da tarde. Todo o cuidado em tudo isto. Seria melhor se o Ulisses pudesse aqui vir amanhã.

Carlinhos era um filho de Carlos de Aguiar. — O artigo vindo “ontem” já se sabe qual foi, pelos comentários precedentes. — C. Costa é o já apontado jornalista Cunha e Costa. — O editorial ficou sendo mesmo *Agora eu*, e não *Repulsa de um assalto*, como recomendou Rui, que, afinal, manteve o título anterior. — A “assembléia” é da *Companhia de S. Cristóvão*, e não chegou a ser declinado nela o nome de Rui. Leia-se o artigo. — O dr. Ulisses estava envolvido no caso, mas sem indignidade. — Como não houvera Rui de piorar de saúde, se se via chamado a defender-se de insídia a que ele mais adiante chama “infâmia”? — Já não sei de que parecer se tratava. O fato é que Rui tinha sempre uns tantos pedidos de pareceres, a que ele ia atendendo como lhe permitiam as forças e as demais atividades, e conforme as imposições de sua carência de pecúnia, sempre constantes; e em muitos casos era eu abordado para encarecer a urgência ora de um, ora de outro solicitante. — Temos, de novo, o “B.” já atraç referido. — Carlos é o — Aguiar. — O grande culpado de tôda a celéuma era, afinal, o dr. José Carlos Rodrigues, em quem Rui desfecha o tiro de misericórdia com um artigo seguinte, intitulado *Como quiserem* (jornal de 13-2-900).

Friburgo, 1900, 9 de fevereiro.

Carlito,

Aprovo tudo o que fizeram. Não deixe de fazer transcrever o meu artigo nas fôlhas que lhe indiquei. Ao menos, na Gazeta.

Ainda hoje não recebi o J. do Comércio. Não sei, pois, se alguma coisa trouxe acerca do assunto nesta data.

V. fala-me em artigos sobre o impôsto do sêlo. Primeiramente não sei como os conciliaria com a declaração, feita pela Imprensa, quando subi, de que o meu estado de saúde não me permitia escrever durante algum tempo, e com a realidade das minhas fôrças, que ainda me não deixaram sequer arrazoar uns autos, trazidos comigo, de cujo despacho eu colheria uma soma de dinheiro, tão necessária neste momento às minhas desgraçadas finanças. Em segundo lugar, não tenho aqui, para esse trabalho, elementos de espécie alguma: jornais, discursos, texto de lei, enfim, nada. Não poderia o Dr. Cunha e Costa fazer qualquer coisa neste sentido?

Depois, hoje mesmo, chega aqui, por carta de alguém, a notícia de que a Imprensa chega aos últimos apuros, não tendo em casa mais de três bobinas, e não encontrando já quem lhe forneça papel. Mas então por que não são francos comigo, e por que não seremos logo francos com o público, fechando a porta?

Diga ao Caldas que o J.º de Sá esteve comigo no mesmo wagon toda a viagem e aqui, em casa do Rodolfo, mas nos meus honorários nem me tocou.

Mande saber do Francisquinho, por carta, se recebeu o meu parecer. Preciso ter ao menos certeza disso.

Incluo uma pequena errata ao meu artigo, para sair amanhã.

Só hoje chegou aqui o Luís, q. viaja desde ante-ontem. Tal está hoje esta estrada!

Saudades a todos.

Seu comp.^e

RUI.

Corrijam primeiro o exemplar do meu artigo, q. houver de servir para a transcrição.

Tudo correra conforme as instruções de Rui, no tocante ao atrubulado editorial intitulado *Agora eu*, e deram certo as iniciativas que eu e Ulisses tivemos que tomar por conta própria. — Nessa ocasião,

houve a criação da lei do impôsto-do-consumo. O comércio gritou, muito agitado. Pareceu-me que *A Imprensa* poderia tirar partido da situação, mediante uma série de artigos de Rui, e andei instando com êle para escrevê-los. Faltava-lhe, antes, o ânimo. Pensou que o Cunha e Costa pudesse enfrentar o assunto. Mas eu, certo do contrário, nem sequer falei a êste a respeito. — Eu guardava de Rui as precaríssimas condições econômicas do jornal, a que ia agüentando às custas das jóias de minha mulher, que chegavam a têrmo, perdidas uma a uma. Porém, não faltava quem lhe escrevesse sobre dificuldades, que não podiam ser escondidas. Acredito que o Cunha e Costa, com seus planos de ver-me fora da fôlha e sentindo merecer as atenções de Rui, seria um dos que a êle transmitiam notícias desagradáveis. E Rui, a quem nunca faltou coragem para os prélrios da pena e da tribuna, mostrava-se sempre possuído de uma covardia mórbida diante de qualquer dificuldade financeira. O credor, que lhe aparecesse em momento de poucos recursos, assumia-lhe o caráter de carrasco pronto a agir. Foram, sem dúvida, os dez ancs de lutas pela liquidação das dívidas paternas, que lhe criaram êsse complexo de pânico diante da possibilidade de dívidas e compromissos irremovíveis. Bastava-lhe, pois, saber que era grave o momento econômico da emprêsa, para vir-lhe o desânimo fatal, o desejo de fechar os olhos a fim de não ver a queda, sem pensar nos meios de reação. Edmundo Bittencourt acompanhava-me as agonia, e penalizava-se de minha consunção. — Caldas fazia as vêzes de solicitador de Rui, na falta do Amaral, trabalhando por fora, isto é, sem o caráter de empregado. Não guardo idéia do João de Sá, devedor que estava no caso de ensinar a Rui como olhar para os credores. Torna à cena, de roldão com êsses, o cons. Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, o primeiro entre os poucos amigos de Rui noutros tempos. Com a República, esfriaram um com o outro. De volta do exílio e tornando a Friburgo, Rui renovou a amizade, que já não seria com as emoções de outrora, sendo ainda franca e leal. Rui ia à casa de Rodolfo para os desabafos do momento. Rodolfo batia palmas a Rui, quando o entusiasmo o despertava, tal como em dias do passado. Já era um fidalgo arruinado, como tantíssimos outros do Estado do Rio e do país, depois do 13 de Maio. E vivia na profunda tristeza da viuvez, em pleno palco de sua doirada felicidade extinta: a bela e simples Alice falecera em 1896, deixando-lhe uma graciosa "escadinha". Daria a grande alma ao Criador, em Paris, em 12 de setembro de 1901. — Francisquinho era o filho do dr. Francisco de Castro, já formado em S. Paulo, onde começou a vida profissional. — Não saiu artigo de Rui a 10, e sim a 12, ou seja o denominado *Tres exércitos* (reedição do de 24-2-99); mas o que êle está referindo deve ser o

de 13 : *Como quiserem* (resposta a José Carlos Rodrigues), a que atrás aludi. — Luís é o jardineiro de S. Clemente, serviçal de tôda confiança de Rui e Cota.

209 — CARTA DE 10-2-1900

Friburgo, 10 de fevereiro, 1900.

Carlito.

Não podendo abraçá-lo, já lhe dirigimos hoje um telegrama, felicitando-o pelo seu aniversário. Deus lhos repita, e cada vez mais felizes.

Continua-me a falta de jornais. Hoje só recebi a Gazeta. A ausência do Jornal do C. (para não falar nos outros) me é intolerável neste momento, com o conflito, em que me acho metido. E que quer dizer um diretor de fôlha, que não recebe ao menos as outras do lugar? Por que não fazem como o ano passado, quando o serviço postal da Imprensa se incumbia de remeter-me tôdas as manhãs, num envoltório especial, tôdas as fôlhas do dia?

Vejo que V. deixou de fazer reproduzir o meu artigo nouetros jornais, como lhe pedi ontem e ante-ontem. Se é por falta de dinheiro, empregue nisso o que sobrou do saque para Paris.

Adeus. Saudades a Ruizinho e a todos.

Tenho-lhe escrito diariamente.

Seu cunh.^º e comp.^e

RUI.

Estes votos de Rui, iguais aos de sempre na mesma data, Deus quis ouvi-los e atendê-los. Levanto as mãos para o Céu. — Realmente em relação ao ano passado, as coisas iam de mal a pior em nosso jornal. — Está claro que havia falta de dinheiro, de modo que as reproduções do artigo *Agora eu* só seriam feitas aos arrancos.

210 — CARTA DE 12-2-1900

Frib., 12 fev. 1900

Carlito,

Aí vai a minha resposta final ao Rodrigues, para sair amanhã. Manda-a transcrever também depois na Gazeta. E não te esqueça a reprodução de ambas na Notícia. É imprescindível esta despesa. Agora mesmo me acaba de insistir nisso o Rodolfo, que daqui sai.

O Ulisses respondeu muito bem a esse miserável. Diga-lhe que estou satisfeito.

Sempre que puder, escreva-me V. ao menos uma linha; porque vivo muito só.

Hoje só recebi a Gazeta. O Jornal do Com. só me chegou aqui no primeiro dia. O do Brasil duas ou três vezes, e acabou. O País desapareceu.

Não te esqueças de escrever ao Francisquinho.

Lembranças a Ruizinho, Iaiá e todos.

Seu do C.

RUI.

A “resposta final” é o *Como quiserem*, endereçado ao dr. José Carlos Rodrigues, e saído mesmo a 13. — Vê-se que, assim como Rui ia ao chamado *chalet*, onde morava o Rodolfo Dantas, ia êste à casa de seu amigo. — O Ulisses Brandão teve que envergar a armadura de cavaleiro e sair a campo, bravamente, pois estava mais medido na berlinda da *Companhia de S. Cristóvão* do que o Rui e não apenas como Pilatos no *Credo*. — Já vem de trás o Francisco de Castro Filho, de quem eu não me esqueceria. (O autógrafo desta carta foi oferecido, por meu filho Rui, ao dr. Simões Filho, político e jornalista baiano, o qual, mostrando-se satisfeito, lhe disse que o colocaria em moldura de prata, para assim figurar em lugar distinto de sua residência. Tê-lo-ia feito?)

211 — CARTA DE 13-2-1900

Friburgo, 12 de fevereiro de 1900.

Carlito.

Por meu filho, que me trouxe a tua carta de ontem, recebi hoje notícias suas e dos seus.

As minhas mãos têm chegado as suas cartas, a cujo conteúdo tenho respondido, bem que sem as acusar especificadamente, por sinal que aí voltam as duas do Pécher. Quando me responderes, peço-te que te refiras sempre ao recebimento e à data das minhas, para meu descanso.

Fala hoje a Imprensa em revolução no Amazonas. Será possível q. isto tenha fundamento.

Encareces na tua de ontem a impressão causada aí pela minha primeira resposta ao J. Carlos. Entretanto não houve um só

amigo, q. me dirigisse, a esse respeito, uma expressão de conforto. Muito me tem magoado essa indiferença. Só se lembrou de mim o Miguel Lúcio, a cujas palavras de simpatia e animação neste momento amargo respondi comovido.

O meu artigo saiu na Gazeta com as mesmas incorreções, com q. a Imprensa o estampara. É que se esqueceram de emendar, como eu pedira.

O de hoje tem apenas um leve defeito. Naturalmente foi revisto pelo Dr. C. e Costa, a quem te peço que agradeças. Dize-lhe também q. recebi a sua carta de ontem, e que estou de acordo com o que nela me expõe.

O Carlos não desce hoje por doente.

Se encontraras o Marinhais, dize-lhe que a má saúde e os trabalhos destes dias ainda me não permitiram responder à sua consulta. Pergunta-lhe o que há sobre o contrato de Petrópolis. Se isto não se resolve, dize-lhe, pedirei a minha dispensa. Já basta o trabalho empregado sem garantia. Também o Pal. se incumbiu disso, e nada nos comunicou até hoje. Muito caipora sou eu sempre. Saudades.

Teu do C.

R.

Já se terão notado os solecismos de Rui nestas cartas, quando me dispensa ao mesmo tempo os tratamentos das 2.^a e 3.^a pessoas gramaticais. Era obviamente pela pressa e despreocupação com que escrevia, sem imaginar da vida reservada a estas suas íntimas comunicações. — Pécher é nome de que não guardo a mínima lembrança. — J. Carlos, está-se a ver que é o dr. José Carlos Rodrigues, e a "primeira resposta" a que Rui alude é o seu *Agora eu*, que tem sido mencionado em cartas anteriores. — Note-se como Rui se desagradava do silêncio dos amigos a respeito dos artigos dele. Não haveria meios de que se desinteresse do juízo do seu meio, querendo-o, temendo-o. — Miguel Lúcio era um advogado amigo, irmão do Joaquim Lúcio, gerente do *Jornal do Brasil* (93-94), que fundara com Rui. — C. e Costa é o dr. Cunha, que já vem de trás. — Carlos é o Aguiar, que veraneava em Friburgo, também. — Do "contrato de Petrópolis" ocorre-me que fôsse expectativa de alguma causa, por iniciativa do com. Marinhais, e com a qual Rui já houvera perdido algum tempo sem mais consequências.

Friburgo, 16 fev. 1900.

Carlito.

Estou bastante doente. Cota e Chiquita também adoeceram. Acho-me muito acabrunhado e aborrecido com tantos desgostos e encargos, já superiores a minhas fôrças. Por ora não tenho cessado de perder com a minha estada em Friburgo. Descer agora não posso. Só se fôsse de uma vez. Mas isso únicamente na hipótese de descerem todos, o que também não pode ser. Muito me teria arrependido já, se tivesse vindo por minha causa. De dia em dia me faltam mais as esperanças de conseguir alguma coisa pelo bem desta terra.

Quem precisar de falar-me, venha. Diga ao Teixeira, cuja carta recebi, que preciso urgentemente falar-lhe. Vê se êle sobr amanhã. descendo no mesmo dia. Previna-me por telegrama, para eu o esperar. É muito necessário conversarmos.

Lembranças a Iaiá. A bênção ao afilhado e afagos ao Rui-zito do comp.^e

RUI.

Não deixe de vir o Teixeira, salvo impossível absoluto.

Rui e os seus tinham ido para Friburgo, no propósito de passarem lá a temporada do verão, tanto pelo interesse de sua saúde, como pela conveniência dos que lhe eram caros, visto que Maria Augusta e os filhos muito gostavam da vida serrana. Ei-lo, porém, descontente e insatisfeito, no seu eterno pessimismo e sem "mais as esperanças de conseguir alguma coisa em bem desta terra", como se isto estivesse a depender de suas energias, consumidas, pela causa pública, no Senado e na imprensa, em grave detimento de sua banca de advogado, que era de onde lhe vinham os meios de vida. E não estava satisfeito! — O Teixeirinha, que ainda não tinha seguido para o eldorado do Amazonas, atendeu com satisfação ao chamado de Rui.

Friburgo, 17 de fevereiro 1900.

Carlito.

Por aqui está abominável o tempo. Não se põe pé fora de casa.

Recebi hoje o 3.º vol. da Década.

Expede-me com urgência o inclusivo telegrama para S. Paulo, acrescentando o endereço do escritório, que aqui não tenho. Há dezoito dias que seguiu o meu parecer, e ainda não se lhe acusou o recebimento. Nesse negócio há coisa. Quero deslindá-lo. Não espero a resposta do outro, sobre cujo procedimento quase já não tenho dúvida. Saudades a Iaiá e a todos.

Seu do C.

RUI.

Manda-me as minhas galochas q. meu filho levou outro dia.

Trata-se da *Década Republicana*, publicação da *Companhia Tipográfica Brasileira*, que, a partir de certo número, deu para inserir um e outro artigo de Rui em *A Imprensa*, começando pelo relativo a Andrade Figueira (13-3-900). — Aqui, Rui já não pode conter a impaciência quanto ao parecer enviado ao dr. Francisco de Castro Filho, em S. Paulo, e do qual lhe faltavam notícias. Está-se-me afigurando que êsse parecer se prende à questão: *A letra falsa — Causa Poyares-Banco de São Paulo — Alegações do réu*, por seu advogado Alfredo Pujol (n. 212 de *Bibliografia* organizada por Fernando Nery.) — O outro, não me ocorre quem fôsse.

214 — CARTA DE 23-2-1900

Friburgo, 23 fev. 1900.

Carlito.

Acabo de receber a tua carta de ontem. Se bem a entendo, na consulta que me fazes, a idéia em questão é a de se estamparem na Imprensa os retratos dos seus redatores e empregados. Absolutamente não o faças. Não há nada mais ridículo. Deixemos isso ao esdrúxulo modelo do J. do B. As fôlhas têm por fim servir ao público; e para êste não há o menor interesse em nos conhecer as caras. Depois naquele jornal a coisa ainda era menos disparatada; porque, publicando outras figuras, bem se podia admitir que reservasse um canto da galeria para a gente de casa. Mas a Imprensa, q. não é periódico ilustrado, por que havia de abrir essa exceção para o seu pessoal? Seria a mais desfrutável das vaidades. Portanto, nem em tal pensar.

Não pode ser o que pretende o Garcia, não por motivo de mais ou menos dinheiro, mas de ordem e paz entre a gente de serviço. Não convém meter em casa outro criado, além do Luís, responsável por ela. Ele, entretanto, poderá chamar o Garcia,

se entender, para limpar a casa, em vez de alugar um homem para o serviço do jardim, nos dias em que se tratar de assear o prédio e os móveis.

Sentimos a doença de Maria Luisa. Aqui também temos andado sem saúde eu, Maria Augusta, o Carlos, a Cecília, sendo que esta última se acha de cama.

Adeus. Lembra ao Ruizinho as duas pequenas encomendas que lhe fiz, e que êle parece ter esquecido, apesar de as levar por escrito.

Saudades a Iaiá e a todos.

Seu do C.

R.

Rui era avesso a tudo que pudesse ferir o feitio material do órgão, como lhe aprazia. Em matéria de *clichês* (e não lhe tiro a razão no caso desta carta), era intransigente. Não concordou que se estam-passe nem o do cap. Dreyfus. Queria o jornal moldado à inglesa, e eu tinha que ceder, mas muito contrariado, pois o meu desejo e os meus cálculos eram por um do tipo do *Le Figaro* ou *Le Matin*, modernos modelos da imprensa francesa, ou com a variedade e a leveza dos novos diários norte-americanos. Por mim, haveria em *A Imprensa* não só farta ilustração, como vários redatores, cada qual com a sua própria seção. Sairiam retratos de artistas e abundantes notícias correlativas. Eu cheguei mesmo a insinuar a Rui que fôssem mais espaçados os seus editoriais, não só para que êle se pouasse quanto possível, como para que o nosso órgão não se impusesse sómente por causa dêstes, já não tendo valor a edição em que faltassem as colunas do redator-chefe. Nada podendo fazer, desabafava com o Edmundo Bittencourt, que ia assuntando inteligentemente. — Desvia-se Rui, sempre a responder-me, para questões de serviço da casa de S. Clemente. Já se sabe quem era o Luís. O Garcia chegou a trabalhar com êle, no mesmo serviço, algum tempo. Posteriormente, montou um estranho negócio de aluguel de casacas e roupas usadas, e assumiu ligeira notoriedade com uma entrevista em que fala como antigo doméstico da família de meu cunhado. — Maria Luisa, única dos meus em seu sexo, é o mimo mais caro em minha abençoada prole de quatro rebentos vingados e um, que voou cedo para o céu. Menina, sómente ela. — Eis de novo o Carlos de Aguiar. Cecília é sua filha, muito querida de todos nós. Também única menina numa prole de três.

Friburgo, 24 fev. 1900.

Carlito.

Recebi ontem de noite, pelo Fróis, os dois livros, cuja pronta remessa lhe agradeço, e hoje a sua carta de ontem.

Muito sentimos os incômodos, que VV. vão tendo com a moléstia de Maria Luísa, esperando, porém que tudo acabe sem o menor contra-tempo.

Escreveu-me ontem o C. e Costa sobre a necessidade urgente de uma seção forense na Imprensa, com o que, diz êle, não se dispenderão mais de cem mil réis mensais. Essa necessidade também eu a reconheço. É imperiosa. Mas vai com vista a V.

Quando haverá telegrama do B.?

Diga ao Ruizinho q. recebi a sua carta de ontem, capeando o novo orçamento. A êste respeito vamos pensar e deliberar. Como meter-me em despesas, se não assoma no horizonte o menor recurso?

Ruizinho poderá demorar a sua vindia, já que por ora está cativo de outros deveres. Mas venha, logo que puder.

Saudades a Iaiá e carinhos aos pequenos. Por aqui o tempo vai meio ruim, com caretas de chuva para o carnaval.

Estou com desejos de dar um salto até aí em princípios de março, caso não luvre muito aceso o calor.

Pergunta-me ao Manuel como vamos. Alguma coisa de novo? Mais esperanças?

Teu comp.^e e am.^o

R.

Fróis, já ficou registrado, era o caixa de *A Imprensa*, ótimo rapaz, que acompanharia o Edmundo Bittencourt. — Criou-se a seção forense, sugerida pelo dr. Cunha e Costa, ainda às boas comigo. — "B", já admito que fôsse o Bentoca, ou Bento Rocha, irmão do Juca Rocha, cunhado, êste, do Carlos de Aguiar, e de quem Rui esperava a solução de algum negócio. — Rui, apesar de seu muito amor ao Ruizinho, dá-lhe jeitosamente o contra em algum projeto sobre o qual parece que já tinha havido um primeiro orçamento. Veja-se como o velho era cauteloso, mesmo estando em causa o rapaz, quando se tratava da assunção de novos encargos onerosos. Nada mais do que seu horror a compromissos embarracosos. O Ruizinho tinha a cumprir os deveres de aluno da Escola Naval. — Lembra-se Rui, por fim, do prestimoso Manuel Lopes de Carvalho (o da Pascoal.) Queria

saber como andavam as coisas atinentes à questão do burgo agrícola do David Saxe de Queirod, de quem Rui era advogado desiludido e o Manuel o pagante descoroçado.

216 — CARTA DE 24-2-1900 (SEGUNDA)

Friburgo, 24 fev. 1900.

Carlito.

Acabo de receber o inclusivo memorial, pelo qual vejo que o Edmundo ainda não liquidou a questão da Maraú, e que o Anderson se queixa de estar no desembolso de sessenta e seis contos de réis e não sei o que mais.

Rogo-lhe, por tudo quanto há, o favor de ir imediatamente ao Edmundo, apurar com êle o que há, e tranqüilizar-me com uma resposta contra esta surpresa. Valha-me Deus! Peço-lhe que não me demore isto absolutamente.

Seu cunhado

RUI.

Não deixe o memorial em mão dêle. Mostre-lhe, e devolva-me.

O caso é o de uma das questões que Rui confiou à proficiência de Edmundo Bittencourt, esta relativa à liquidação de certa companhia conhecida por Maraú, no Estado da Bahia. (Pode ser bem identificado diante do arquivo de Rui, buscando-se o nome do dr. Tomás Guerreiro de Castro.) Entendi-me imediatamente com o Edmundo, cujas informações transmiti logo a Rui, deixando-o tranquilo, como se verá da carta a seguir.

217 — CARTA DE 25-2-1900

Friburgo, 25 de fev. de 1900.

Carlito.

Obrigado pela presteza, com que ontem mesmo me respondeu à minha carta de ontem. De um grande cuidado me tiraram as suas informações acerca da Maraú, a cuja liquidação estou completamente alheio, tendo-a entregado, como V. sabe, ao Edmundo. Em todo o caso, preciso de que êste me escreva sem demora, explicando-me o que tem havido na solução final deste negócio, a fim de que eu possa responder ao Dr. Tomás Guerreiro quanto antes.

No que toca ao M., será bom recomendar-lhe não durmam na transação, que alguma inesperada mudança de tempo pode vir frustrar.

Previna-me em casa e no escritório de que lhe entreguem tôda a minha correspondência, e remeta-me com segurança; pois espero êstes dias de um cliente meu em Minas uma carta de importância, cujo descaminho quero evitar.

Estimamos muito as melhoras de Maria Luisa. Maria Augusta não tem passado nada bem. Parece que decididamente lhe não convém êste lugar. Estou decidido não voltar a êle, e talvez antes de maio regressemos, se a temperatura aí em baixo o permitir.

Lembranças de todos nós a meu filho, a Iaiá e aos mais.

Seu do C.

R.

Tenho-lhe escrito diariamente, sem exceção do dia 22, sempre cartas expressas, salvo ontem, que tomei por portador o Carlínho. Recebeu a carta de 23? É bom acusar as datas para minha tranqüilidade.

Vejam-se os comentários precedentes. Sei que o Edmundo escreveu a Rui. O dr. Tomás Guerreiro de Castro era um distinto advogado baiano e futuro professor de direito, que idolatrava a Rui, de quem se faria comadre. Vez por outra, recorria a Rui, que lhe retribuía cordialmente a estima sincera e escrupulosa. — "M." continua a ser o com. Antônio Martins Marinhos, que não largava Rui, seu advogado na *Questão do Mercado da Glória* (antes que cutras), ruidosamente ganha contra a *Fazenda Municipal*. (V. ns. 183 e 184 da *Bibliografia* organizada por Fernando Nery.) Mas não faltavam casos diferentes para estarem a se lembrar, muito, um do outro, numa velha e sincera amizade sempre valiosa a Rui. — Carlínho, já se viu que é filho do Carlos Nunes de Aguiar.

218 — CARTA DE 26-2-1900

Friburgo, 26 de fevereiro, 1900

Carlito.

A chuva e os confetti puseram ontem em misero estado o único chapéu, que aqui tenho, deixando-me impossibilitado quase de sair à rua. Peço-lhe, pois, que, tomando por medida o de

feltro, que eu dei ao Luís, me compre, à minha conta, na Torre Eiffel, ou onde entender, um semelhante, cinzento, mas de fibra clara, e me remeta quarta-feira.

Leia o papel incluso. Não terá êle relação com os negócios do nosso amigo?

Adeus. Isto por aqui vai chuvoso, triste e ruim. Cota continua adoentada, João e Baby constipados, eu nervoso e abatido. Lembranças.

Seu do C.

R.

Não esqueça o Edmundo. Ele que me escreva a explicação dos fatos, para eu remeter ao Guerreiro.

Por menos carnavalesco que Rui fôsse, temo-lo a queixar-se dos efeitos da alegria popular em que se envolveu, ou acompanhando a família numa voltinha pela cidade, ou mais provavelmente no trajeto entre sua casa e o *chalet* do Rodolfo Dantas. E temo-lo, ainda, a dizer de suas preferências em matéria de chapéu e de casa de artigos para homem. Aprecie-se-lhe ademais o recurso de imaginação, a fim de dar-me indicação da medida de sua cabeça — a grande cabeça do Brasil — buscada pela de seu humilde jardineiro, o Luís, que se vê ser de sua estima. — Quanto ao papel, cuja leitura me é recomendada... talvez ainda me lembre. — O Edmundo Bittencourt, que vem de comentários anteriores, ainda não tinha escrito a Rui, mas acabou escrevendo.

219 — CARTA DE 28-11-1900

Friburgo, 28 de fevereiro, 1900.

Carlito.

Não tendo recebido hoje carta sua, estou receioso de que lhe não chegasse às mãos a minha carta de ante-ontem (segunda-feira, 26), de que foi portador o Juca Rocha. Levava nota de urgente, e tinha recomendado o Carlos ao cunhado que, não estando V. na Imprensa, dissesse, em meu nome, à gente de serviço que lha remetesse imediatamente por um expresso. Nessa carta, que V. procurará, pois, ali, ou em mão do J. Rocha, se a não recebeu, lhe recomendava eu para hoje um chapéu (estou andando com um emprestado pelo Carlos), e enviava-lhe um impresso, fazendo-lhe a seu respeito uma pergunta. Inquieto, quis hoje telegrafar-lhe: mas infelizmente encontrei interrompido o fio.

Recebi ontem a sua de 26, de cujo conteúdo fico inteirado, especialmente no que se refere ao Edmundo, cujas explicações aguardo, para responder ao Guerreiro.

Diga ao Ulisses que êste me pede também informações acerca do negócio do Dr. Pacheco Mendes, cuja expedição no Tesouro lhe cometi. Peça-lhe que me escreva sobre êste assunto, e dê-me notícias suas.

Saudades a Iaiá, tia Elisa e as meninas. Quando entra meu filho em exames?

Aqui cessou hoje a chuva, que esta noite foi diluvial.

Seu cunhado e am.^o

R.

Continuo deslebrado a respeito dos impressos. — Já são conhecidos o Carlos (de Aguiar) e seu cunhado Juca Rocha. Era tal a intimidade entre o primeiro e Rui, que êste se permitiu andar com chapéu emprestado pelo outro. — Edmundo tardava com as explicações destinadas ao dr. Guerreiro de Castro, advogado na Bahia. — Surge nova personagem: o dr. Antônio Pacheco Mendes, que seria conhecido como bom médico-parteiro baiano. No momento tinha um processo de seu interesse em curso no Tesouro Federal. — Estivera em evidência como assistente do gen. Hermes Ernesto da Fonseca, irmão de Deodoro, quando êste chefiava o Govêrno Provisório e aquêle, antigo comandante das armas na Bahia, se viu emergentemente no govêrno do Estado, que deixou por motivo de grave enfermidade, embarcando para o Rio, onde em breve faleceria. Nessa viagem, o dr. Pacheco Mendes o acompanhou. Daí abriram-se-lhe as portas do mundo político provinciano, em que soube viver inteligentemente. Chegou a ser deputado federal e intendente do município da capital baiana, e figurou entre grandes concessionários de obras públicas, como, se não de outras, as Docas da Bahia. Entre os seabristas da primeira linha, gozava de boa reputação.

220 — CARTA DE 2-3-1900

Friburgo, 2 de março, 1900.

Carlito.

Se receberes hoje os meus honorários, tira, da parte que para mim reservei, Rs. 50\$000 para meu filho, e manda-me pelo Antonico, que deve regressar amanhã, os Rs. 950\$000 restantes; pois estou aqui baldo ao naípe.

Ia-me esquuccendo. Dos 950\$000, entrega ao Luis 240\$000, salário dèle e do Antônio no mês findo. E remete-me os 710\$000 remanescentes.

Lembranças e saudades.

Seu do C.

R.

Trata-se do subsídio de senador, de Rs. 1:000\$000, que eu recebia por procuração. — Rui tinha o cuidado de não deixar o Rui-zinho sem dinheiro, e, mesmo “baldo ao naipe” em Friburgo, não adiava o pagamento do salário dos seus empregados, que menos pudessem esperar. Custavam-lhe todos Rs. 900\$000 por mês (exclusive as *nurses*), conforme as notas, que ainda conservo, do emprêgo mensal daquele subsídio. — Antônio, um homem já maduro, era o chefe dos jardineiros, por ser bem môço o Luis, de maior estima e confiança dos patrões. Rui e Cota levavam naturalmente para a cidade serrana empregados da casa de S. Clemente.

221 — CARTA DE 3-3-1900

Friburgo, 3 de março 1900.

Carlito.

A notícia do jantar oferecido pelo presidente da república e sua senhora (!) ao falsário e estelionatário de 1866 confirma solenemente o diagnóstico do dr. Erico Coelho. Só a loucura poderia explicar essa aliança cínica do chefe da nação ao velho ladrão do Tesouro. Foi o sr. Campos Sales, com efeito, quem, com o Wandenkolk, recebeu, em 1890, no Governo Provisório, o meu ato, dizendo: “Fêz muito mal, sr. — O sr. acaba de nomear um ladrão!”

Isto apodrece. Estamos numa verdadeira cloaca. Quero safar-me desta latrina.

Fêz muito bem a Imprensa, noticiando as prisões. Continue. Seu dever é dizer a verdade.

Já não espero mais o telegrama do nosso amigo. Parece que nos devemos preparar para o último desengano. Também não acredito na terça-feira do Manuel. Os meus clientes são tão caiporas, quanto o seu advogado.

Por aqui vai grande alvorôço com a notícia de sua vinda. Maria Augusta pergunta se também vem a Dulce.

*Acho boa a lembrança da publicação, em que me fala.
Enganei-me, mandando dar a meu filho 50\$000, em vez de
100\$000. Se puder entregar-lhe a diferença, aqui lha embolsarei.
Adeus. Seu cunhado*

R.

O môço, que, no princípio de sua carreira de advocacia, se vira abertamente acusado de grave deslize moral (vá-se ao arquivo de Rui), decidiu-se a deixar o Brasil, indo viver nos Estados Unidos, com o que maior força criava a terrível imputação... nos tempos do Império. Proclamada a República, pareceu a Rui, ministro, que, com a longa auto-expatriação, estava o mesmo môço reabilitado, e deu-lhe certa nomeação na Delegacia do Tesouro Brasileiro em Londres. É a êsse ato que Rui se refere (lembrando ainda Wandenolk), na indignação de saber que confraternizavam o presidente da República e, já agora, o diretor de jornal, que lhe estavam no index. ⁽¹⁾ — Não digo senão pelas palavras de Rui, que o diagnóstico do dr. Erico Coelho, médico, deputado pelo Estado do Rio e muito ligado a Alcindo Guanabara, seria o da loucura do presidente Campos Sales; mas recordo-me perfeitamente de que êsse decidido parlamentar atacava rudemente o chefe da nação, na Câmara, nos jornais e de viva voz. — As prisões foram de pessoas havidas como suspeitas de conspiração contra o presidente, que, pelos planos, seria apanhado de surpresa em Petrópolis, onde veraneava. Falharam êles, ao que se dizia, porque Campos Sales, avisado a tempo, desceu imprevistamente dali para o Catete. — O caso do "nossa amigo" e do Manuel da *Pascoal* seria a questão do David Saxe do Queirod, de mal a pior depois que êste recusou, contra o conselho de Rui, o acordo amigável proposto pelo representante da fazenda da União. — Dulce era

⁽¹⁾ Sem circunlóquios e mais claramente :

José Carlos Rodrigues foi acusado de falsificar a firma do ministro da Fazenda num aviso mandando pagar-lhe grossa quantia. Expatriou-se, para não ser condenado. Em 1876, d. Pedro II, não obstante, apertou-lhe a mão em Washington, reabilitando-o. Rui declara no artigo que desconhecia tudo isso. De fato, êle estava na Bahia.

O caso é que Rui, quando ministro, o nomeara delegado do Tesouro Brasileiro em Londres. Rodrigues já era então um homem rico. Com a impugnação de Campos Sales e Wandenolk, Rui lhe deu, em compensação, a incumbência de estudar a encampação das estradas de ferro, do que resultou excelente relatório. (Arq. da C.R.B.) Durante a estadia de exilado em Londres, Rui e J.C. Rodrigues lá estiveram juntos algumas vezes. Foi a pedido dêste que Rui escreveu as *Cartas de Inglaterra*. A indignação de Rui, em oposição a Campos Sales, era por vê-lo na presidência da República ter por maior conselheiro o mesmo que êle impugnara no Governo Provisório como indigno, enquanto o órgão a êste pertencente, o *Jornal do Comércio*, dava guarida a insinuações contra a honra do antigo ministro da Fazenda. Durante a 1.^a guerra mundial Rui e José Carlos Rodrigues reconciliaram-se.

a senhora do dr. Samuel Andrade Pertence e afetuosa amiga de Cota. — A publicação deve ser uma das que *A Imprensa* constantemente reproduzia, sempre ouvido Rui. Quando não, os aborrecimentos seriam certos. — Sobre a mesada do Ruizinho, veja-se a carta anterior.

222 — CARTA DE 4-3-1900

Friburgo, 4 março 1900.

Carlito

Amanhã, segunda-feira, se Deus quiser, escreverei sobre os últimos sucessos. O Carlos, que segue no trem da tarde, ou, se ele não for, outro portador de confiança, levará o meu artigo. V. espere na Imprensa. Não posso evitar esse dever.

Seu cunh.^o

R.

Intitula-se *A situação* o artigo de Rui, saído a 6 de março, sobre os tais “últimos sucessos”, ou sejam os acontecimentos de que resultaram as prisões mencionadas na carta da data anterior. Escrevê-lo julgou Rui um “dever”, quando seu estado de saúde lhe impunha o repouso pelo qual seus editoriais estavam sendo espaçados. — Carlos de Aguiar é sempre o Carlos das cartas de Rui.

223 — CARTA DE 20-3-1900

Da firma Salgado recebi ontem um apêlo por telegrama. V. faça-me o favor de lhes dizer que estou a sua disposição, para dar os pareceres e fazer os trabalhos jurídicos, que quiserem, contra a violência, q. acabam de sofrer. Mas, se, tendo com êles o contrato de advocacia, que tenho, confundir a minha pessoa com a da Imprensa, para os ir defender editorialmente nela, isso, pela suspeição que se não deixará logo de alegar, em vez de os servir, exautorará, pelo contrário, à Imprensa e a mim. No mais ela fará pela justiça da sua causa o que razoável e decentemente lhe fôr lícito.

Peço-lhe que me envie o incluso telegrama ao Ulisses.

O C. não escreve mais?

O Ed. gabou-se ao S. de ter sido ele quem pagou a última fórmula. Já não está disso embolsado?

Seu comp.^e

R.

O chefe da firma Salgado, homem distinto e correto (pai do que seria futuramente ministro da Aeronáutica, o dr. Salgado Filho), entrou em divergência com o seu sócio comercial, o capitalista Lavrador, e, já vítima da violência a que Rui alude, decidiu-se a ir à Justiça. Tinha uma alta situação na firma o Eugênio Honold, com quem eu me dava, irmão de meu antigo patrão Luís Honold, homem digno e empreendedor, sempre meu amigo. Sabedor da questão surgida, fui ao Eugênio a fim de pedir que o Salgado desse sua causa a Rui. (Eu tinha sempre destas iniciativas, às vezes felicíssimas.) Consegui-o. Mas o homem não se conformava com as recusas de Rui em tratar do assunto como jornalista, e este não cedia. Por isto, abandonou o constituinte teimoso. Tempos depois, o Lavrador pediu a respeito da questão um parecer a Rui, e foi atendido. Foi-o, digo eu, porque Rui, com os seus escrúpulos e a respeitabilidade de seu nome, achou que não errava em dá-lo. Recentemente, apreciando a obra jurídica de Rui, disse uma alta autoridade que este, no caso, "pulou o muro", isto é — creio eu — passou-se de um constituinte para o opôsto. Pelo visto, não se deu tal. Um simples parecer sobre determinada particularidade jurídica será coisa muito diferente do esposamento da causa forense, em que essa particularidade valeria como adminículo ou acessório, de maior ou menor relêvo. Poderá um solicitante ter razão num ponto e não a ter em dois ou três outros da questão em que peleja. E isto muita vez o advogado contrário reconhecerá, para chegar a conclusões desfavoráveis ao direito contra o qual argumenta. Ou estarei, profano que sou, em êrro? — Trata-se do Ulisses Brandão, fora do Rio, e do Carlos de Aguiar (o "C."), que regressara de Friburgo. — "Ed." é o Edmundo Bittencourt "S." o Sancho de Barros Pimentel, com quem Edmundo trabalhava como advogado. O caso da gabolice se resume, por um lado, em momentânea falta de recursos, de minha parte, para pagamento da fórmula semanal do pessoal de *A Imprensa* e, do outro, no ocasional oferecimento de meios, a título de empréstimo, por parte do Bittencourt, desejoso de tornar-se credor da fórmula para firmar direito de preferência em sua compra. Aliás, esse direito também era igualmente disputado pelo Alcindo Guanabara de parceria com Francisco Glicério, assim em emulação com aquél amigo, que levaria a palma.

224 — CARTA DE 6-4-1900

Friburgo, 6 de abril, às 6 da manhã, 1900.

Carlito.

Isto vai de mal a pior. Não nos dão esperança de vermo-nos livres deste cerco. A política de aldeia e o interesse da Com-

panhia fazem com isto a sua roça. É uma situação intolerável, uma provação desesperadora. Se puder mandar aqui um repórter, fazendo o que fêz o da Notícia, será bom.

Esta carta só poderá chegar ao Rio amanhã, seguindo pela estação do Com. Paulino para Pôrto Novo do Cunha e daí, pela Central, até a capital.

Creio que o melhor será publicar os três artigos, que aí vão, no mesmo número da fôlha, sob um grande título (porque aliás perderão o seu valor de atualidade), e expor a coisa ao público, fazendo sentir o sítio em que se acha Friburgo, quando é o único trecho da linha, onde se poderá dizer que nada houve. Todos bons.

Seu do C.

R.

P. S. A carta já não vai pela mala, mas por um amigo, sobre cujo nome devemos guardar o maior segredo, e que vai de propósito a esta missão. (Custam-me as despesas 200\$000).

Incluo mais dois artigos, para se publicarem num só dia, ou se dividirem por dois, como convier.

Esse amigo lhe poderá dar informações para uma boa reportagem.

Houve uma greve, muito séria, do pessoal da E. F. Leopoldina, e, por causa dela, o tráfego ferroviário sofreu grandemente. Rui se viu embaraçado, e disto aqui está uma amostra. — *A Imprensa* mandou um repórter a Friburgo e noticiou largamente o fato. — Os artigos de 9, 10 e 11 de abril de 1900 intitulam-se, respectivamente: *A conflagração de Friburgo*, *O gato em Friburgo* e *Surra Geral*. — Escapa-me da lembrança o nome do amigo, sobre quem Rui queria o "maior segredo."

225 — CARTA DE 6-4-1900 (SEGUNDA)

Friburgo 6 de abril 1900.

Carlito.

Depois de posta no correio a minha correspondência para aí, retirei-a, substituindo-a por este simples aviso; porque a mala do Rio, chegada hoje de Cachoeira, veio completamente violada.

Isto aqui está insuportável. Vamos a pior. Não há razão nenhuma para o cérco, em que nos achamos. O caminho daqui para Niterói está perfeitamente trafegável, apenas com uma ou

duas baldeações, quando muito. Achamo-nos sob o jugo dos Chonchons. Portanto, logo que haja serviço regular dos trens, volto com minha família para o Rio.

Infamíssimos tempos!

Seu do C.

R.

A violação da correspondência era efeito da greve atrás referida. — Os “Chonchons” (apelido) eram uma família, descendente de italianos, de influência política em Friburgo, que acompanhava ao dr. Alberto Tôrres, e um de cujos membros exercia ali cargo de delegado de polícia. A política intrometera-se no movimento grevista. É lerem-se os três artigos de Rui, mencionados nos comentários anteriores. — Rui deixou logo que pôde a cidade serrana, para a qual regressaria, tudo normalizado, em comêço de maio.

226 — CARTA DE 5-5-1900

Friburgo, 5 de maio 1900.

Carlito.

Como V. aí está, é a ocasião de avisá-lo da resolução, que sou obrigado a tomar. Não posso mais escrever para a Imprensa. Como experiência e sacrifício em pura perda, já sobra. Tenho feito uma série de oito artigos sobre a questão da água. I-los-ei remetendo, para se publicarem até ao dia 13, em que estará finda a minha última passagem pelo jornalismo; e daqui até essa data poderão Vs. dispor as coisas, a fim de anunciarão a minha retirada.

Por isto, nestes derradeiros dias, não me meterei mais em questão nenhuma. Avise, pois, disso ao Palma, a quem assim já não posso servir no que lhe prometi.

Suspenda também as ordens dadas sobre a publicação das correspondências daquele amigo do Carlos.

E adeus. Tomem as suas medidas, para que o jornal, sob melhor redação, possa ter futuro melhor.

Eu continuo doente.

Seu am.^o e comp.^e

R.

De fato, publicaram-se tão somente, até ao fim desse mês de abril, depois daqueles artigos apontados em comentários anteriores, os de 12, 13 e 15, intitulados, respectivamente: *Pelo povo e pelos*

contribuintes, O justo e a justiça política (reedição do editorial de 31-3-99) e *Surrexit* (reedição do editorial de 2-4-99.) — Os oito artigos sobre a questão da água perderam a oportunidade. Passaram-se os meses de maio, junho e julho com a *Imprensa interrompida*. Em 2 de agosto, ela ressurgiu com o editorial *Continuando* (artigo programa da nova fase.) — Palma: o des. José Joaquim Palma, sempre ao lado de Rui. — Não tenho recordação desse "amigo do Carlos" (de Aguiar).

227 — CARTA DE 19-5-1900

Friburgo, 19 maio, 1900.

Carlito.

Recebi ontem, bem pode V. imaginar com q. desconserto, as suas cartas, contendo, além dos 230\$000, a notícia relativa à quantia, com q. eu contava, p.^a partir. À vista disto fica transferida a viagem das meninas para segunda-feira e a nossa para o dia seguinte. Para isso, porém, é mister que, com a chave inclusa, V. abra o cofre prêto situado à porta do meu dormitório, e do conto e oitocentos (tôda a minha fortuna), que lá se acha, tire e me mande até sábado, com segurança, 600\$000.

Adeus. Lembranças a Iaiá e ao Juca. Afagos ao Ruizito.

Seu comp.^e e am.^o

RUI.

Rui contava com certa quantia para o seu regresso definitivo de Friburgo. Dei-lhe neste sentido uma notícia contrária aos seus cálculos. É então forçado a modificar os planos da viagem, conforme expõe. E para fazê-la o antigo ditador das finanças republicanas teve que recorrer àquela reserva de Rs. 1:800\$000 (tôda a sua fortuna); ele, que jamais fôra perdulário, e que nunca deixou de ganhar muito dinheiro na advocacia, depois do penoso exflio.

228 — CARTA DE 31-1-1902

Petrópolis, 31 de jan., 902.

Carlito.

O portador dar-lhe-á notícias nossas miudamente.

Desde 4.^a feira aqui o esperamos, sempre logrados tôdas as manhãs. Quando vem? E o Carlos?

Vai o Benito levar-lhe o incluso artigo, q. V. me fará o favor de obter saia amanhã, entrelinhado, no J. do Comércio. Que necessidade tinha o F., para fazer a sua defesa, de me oferecer como escudo?

Remeto-lhe pelo p.^{or} 70\$000 p.^a essa publicação, q. creio n. custará mais de 30\$000. O resto empregue-me em remeter-me, com tôda urgência, água do mar concentrada, p.^a os banhos de Cota, q. precisa muito de começá-los.

Incluo também as provas revistas do meu parecer na questão dos seguros. Entregue-os logo ao Braga, e peça-lhe original, q. eu preciso também de rever, para corrigir um pequeno engano, q. deve ser retificado.

M.^{tas} lembranças a Chiquita e a Ruizinho. Recomenda-me também a Iaiá e a tia Elisa.

Outra vez: quando vem?

Seu cunhado e am.^o

RUI.

Rui passou a veranear em Petrópolis, desinteressado, já de Fri-burgo, a que sempre quis. Era-lhe cansativa a viagem de trem, via Niterói, e lá avivar-se-lhe-iam as saudades irremediáveis de Rodolfo Dantas, já na eternidade. Porém só mais tarde compraria a casa da Rua Ipiranga, onde veio a extinguir-se. Ocupava, então, um prédio alugado a um diretor da *Sul América*, no alto do môrro da estação, à direita de quem segue para ela pela Rua Paulo Barbosa. — O portador, Benito, era um rapaz espanhol, empregado doméstico de Rui. — Tem aqui a *Casa de Rui Barbosa* a indicação de mais um trabalho da lavra de Rui, que deve ter saído no *Jornal do Comércio* de 14-1-1902, mas que está omissa, ao que penso, em suas conhecidas bibliografias. À vista dêsse trabalho, talvez se identifique o "F.", de quem élê se queixa, e que o leva à imprensa. Dessa figura não consigo lembrar-me. — Naquela ocasião, usava-se como remédio de senhoras uma água do mar, "especial", concentrada. vendida em garrafões. — Braga era o pai da Marina, que seria mulher de Ruizinho, e dirigia uma companhia de seguros. O parecer deve ser o de n.^o 216 da bibliografia organizada por Fernando Nery: *Companhias de seguros — Representação ao Governo contra o Decreto n.^o 4.270, de 10 de dezembro de 1901. — Parecer — Rio, 1902.* Tip. G. Schmidt. — Chiquita já era a Senhora Raul Airosa.

Petrópolis, 15 fev., 902.

Carlito.

Recebi com m.^{to} prazer a sua cartinha, que me veio às mãos ante-ontem. No mesmo dia fiz despachar o barril d'água, q. parece já aí estava, mas não podia sair sem o conhecimento.

Obrigado pela notícia, que me dá, do David. Permita Deus se realize.

Envio-lhe incluso uma carta de Paris, concernente ao barril de vinho, q. me impingiu o tal Francês. Peço-lhe examine, entendendo-se com o Emílio de Barros, quando, como e por quanto se deve fazer o despacho, assim como se já chegou o saque, e em que data se vencerá.

Escreva-nos, e apareça. Saudades a Iaiá, a tia Elisa e aos meninos. O Carlos dar-lhe-á notícias nossas.

Seu c.^o e am.^o

R.

O barril seria para transporte da água de mar concentrada, que, na época, se usava no tratamento caseiro de senhoras. — Tem-se o David Saxe de Queiroz, constituinte de Rui, sobre cujo processo se vê que eu dei a êste uma boa notícia. É que, vez por outra, a pedido de Rui, eu agia como seu solicitador, acompanhando o andamento de autos de causas suas no fôro. — Cuida Rui de receber, na Alfândega, um barril de vinho francês, e o Emílio de Barros é o despachante aduaneiro, que ele conhece e vem ao caso. — Carlos de Aguiar veraneava onde Rui veraneasse.

Petrópolis, 22 de fev., 902.

Carlito.

Fico ciente de quanto me comunica em sua carta de ontem. Permita Deus se realize a boa notícia recebida.

O telegrama só pode ter esta interpretação: "Negócio está arranjado. Para o concluir preciso tanto".

O tribunal decidiu ontem o agravo, reconhecendo a competência da justiça daqui. Comunique ao Catrambi e ao Ulisses, dizendo a êste que se prepare, para requerer a execução da pena.

cominada, se não pagarem o imposto, logo que os autos desçam. Eu prevenirei, e vou hoje ao tribunal, a fim de fazer com que êles se não demorem.

Acusei imediatamente o recebimento do termômetro e do remédio em carta ao Carlos, por supor que este é que mos remetera.

Escreva-me sempre. Espero descer no começo da semana vindoura. Talvez segunda-feira. Lembranças a Dedele, que nos tem feito a maior falta.

Por ela temos sabido sempre do estado de Iaiá, a quem desejamos a mesma felicidade, q. teve a Chiquita.

O Carlos até hoje não nos escreveu. Forte horror ao papel e à tinta!

Seu cunhado do C.

R.

Diga a Dedele q. pode comprar para ela o chapéu, em que nos fala na carta a João.

Houve um telegrama, a mim, não me lembro de quem, com uma boa notícia, em proveito de Rui, que o interpreta. — Ele refere-se ao feliz curso, na *Justiça de Petrópolis*, dos autos do inventário dos bens dos Príncipes de Saxe. ⁽¹⁾ — Volta à baila o Carlos de Aguiar. — Dedélia, que nunca se afastava dos pais, ficara no Rio, ao lado de Chiquita, prestes a ser mãe. Rui viu-se avô pela primeira vez, de uma menina, a quem se deu o nome de Cota. Pela minha parte, poucos dias depois, eu me tornaria pai, pela última vez, nascendo-me o Fernando. — João-Rui, nos seus 12 anos, vem à cena, a propósito de um chapéu, que Dedélia, a moça sensata, não queria tomar na loja sem a autorização paterna expressa. E está parecendo que para o desejo buscava apadrinhar-se com o irmão.

231 — CARTA DE 24-2-1902

24 de fev. 1902.

Carlito.

Na carta q. ultimamente me escreveu o Carlos, incluiu êle a q. V. lhe dirigiu, comunicando-lhe o telegrama. O texto, porém, q. V. ali exara, não é igual ao q. me transmitiu. Falta nêle a palavra "concluir", que no caso tem muito alcance. Sem ela já o despacho não exprime a mesma coisa.

(1) Assim eram referidos; mas a verdade é que o inventário não foi dos príncipes da casa de Saxe e sim do imperador d. Pedro II. Rui era advogado dos herdeiros, príncipes de Saxe-Bragança. As petições de Rui estão publicadas.

Quando o nosso amigo p.^a aqui vier, farei os contratos. Espero descer quinta-feira. Lembranças a Iaiá e carinhos aos meus três afilhadinhas.

Seu do C.

R.

Parcebe-se que esta carta é, ainda, de Petrópolis, pois fala em "descer." — Carlos de Aguiar, sempre. — Volta a ser considerado o telegrama a que se refere a carta precedente, do qual resultariam contratos de advocacia interminados. Sómente buscas no arquivo de Rui os revelariam. — Foi êle padrinho dos meus três primeiros filhos, e padrinho em seus dias difíceis, desesperançosos.

232 — CARTA DE 25-2-1902

25 de fev., 902.

Carlito.

Recebi ontem uma cartinha sua sem data. Suponho ser de ante-ontem. Mas nela não acusa V. a minha do dia 22, q. foi registrada por intermédio de Dedele. Depois dessa tornei a lhe escrever ante-ontem. Estimarei muito q. V. acuse sempre as minhas cartas, quando me escrever; porque de outro modo fico sempre receoso de q. se hajam extraviado.

Deixou-nos inquietos a notícia de estar V. com febre alta. Esperamos tenha passado. Mas, como quer que seja, dêem-nos informações do seu estado. Não podendo V. fazê-lo, Iaiá que dirija uma linha a Maria Augusta, para q. não fiquemos a supor coisa ainda pior.

Vi o segundo telegrama. Nêle figura outra vez a palavra concluir, q. V. incluira numa das duas transcrições do primeiro, e omitira na outra. Já se satisfez o pedido?

Dê-me notícias dos pequeninos. Por que não manda Ruizito passar aqui alguns dias? Saudades a Iaiá e a Tia Elisa.

Seu do C.

R.

Dedélia (também Dedele) continuava aqui no Rio, ao lado da irmã, que se fizera mãe. — De novo, na berlinda, o telegrama objetivado em cartas anteriores, sem que eu consiga lembrar-me de seu assunto. — Note-se a constante atenção de Rui para com a carinhosa tia Elisa, solteira, irmã de minha mãe, e acomodada em S. Clemente.

Petrópolis, 5 abr., 902.

Carlito.

Telegrafei-lhe ontem de manhã, avisando-o de q. n. descia; mas, como errei o n.º da casa, provavelmente perdi o meu tempo. Hoje n.º cometi o mesmo erro, e V. deve ter recebido o meu despacho.

Ainda aborrecido por um resto de neuralgia de ontem, resolvi ficar ainda hoje. Espero em Deus descer segunda sem falta, com Dedele.

Deve sair, talvez hoje, ou amanhã, no D. Oficial, o projeto do Cod. Civil adotado pela Câmara. Peço-lhe q. dessa edição me compre 4 exemplares. Previna o Luís, p.º ter a casa aberta segunda-feira.

Saudades a Iaiá e a Tia Elisa. Carinhos aos afilhados.

Seu cunh.º e am.º

R.

Desde 10 de fevereiro de 1901, Rui deixara a atividade jornalística, morta para sempre a sua *Imprensa*. As ocupações dêle passaram a cingir-se ao Senado e à advocacia. Está, porém, atento à discussão do projeto de Código Civil, na Câmara, já declaradamente contrário ao açoitamento com que o governo de Campos Sales o queria pronto. Daí o pedido, que me dirigiu nesta carta. Sabendo-se, todavia, que o célebre *Parecer* foi apresentado à respectiva Comissão Especial do Senado em data de 3 de abril (dois dias antes desta carta), concluiu-se que toda aquela energia cerebral devotada à fôlha êle a desviou para o trabalho parlamentar fantástico, só rivalizável, nos anais parlamentares brasileiros, com os pareceres que ofereceu, êle mesmo, sobre o ensino, em 1882. Condenando a precipitação com que Epitácio Pessoa e Campos Sales queriam pronto o *Código Civil*, Rui já havia escrito os editoriais intitulados *Um Código Civil* e *O Código Civil*, de 14 e 15 de março de 1899, respectivamente.

Petrópolis, 6 set. 1902.

Carlito.

Peço-lhe o favor de entender-se, ainda uma vez, com o M. sobre a quantia (5:000\$), q. lhe pedi como seu advogado na questão do Bco. Rural. Em julho prometeu-me êle, a mim mesmo,

q. m'a daria até ao fim dêsse mês. Em agosto mandou-me assegurar por V. q. não me faltaria com ela até o fim do mês, ou antes. Entretanto, até agora a espero. Ora até o meado do corrente tenho de responder à família Darlot se fico ou não com a casa pelo novo ano, q. vai começar em 3 de outubro, dependendo disso a vir eu, ou não, para Petrópolis no estio vindoiro. Ora é com essa importância q. eu conto, para renovar o contrato. Se, pois, até aos 15 dêste mês o M. n. tiver cumprido a sua promessa, serei obrigado a ver nesse novo adiamento o mesmo que uma recusa. E nesse caso êle que seja franco, dando-ma desde já.

Pode V. mostrar-lhe esta carta.

Dedele a esta hora deve ter recebido notícias nossas de ontem, e V. poderá dar-lhas de hoje, informando que eu e M. Augusta estamos melhor. Contudo, se o tempo não levantar aqui, é bem provável que segunda ou terça-feira por aí estejamos, visto como n. vale a pena de estar em Petrópolis sem liberdade para sair e espairecer. Nesse caso, telegrafaremos.

Veja se me encontra no Laemmert os livros indicados em a nota junta. Não os tendo essa livraria, peça-lhe o obséquio de mandar ver se os encontram noutras.

Saudades a Iaiá e a todos. Escreva-nos.

Seu cunhado e am.^º

RUI.

Antes de tudo, note-se como continuava Rui a viver em apuros quanto a dinheiro, quanto a pequenas quantias como a de que se trata. — Tome-se, agora, conhecimento de que pertencia à família Darlot a casa que Rui ocupou primeiramente nos seus veraneios em Petrópolis, a partir de 1902. — "M." é sempre o Antônio Martins Marinhas, que, desta vez, atendeu ao natural pedido de Rui. — Dedélia continuava longe dos pais. — Registe-se a preferência de Rui pela Livraria Laemmert.

235 — CARTA DE 4-2-1903

Petrópolis, 4 fev., 903.

Carlito.

Escrevi ao B., que por escrito me respondeu não se cogitar absolutamente de reduzir vencimentos. Acrescentou estar inteiramente de acordo comigo nas considerações, q. sobre o assunto lhe fiz. Pode, pois, V. estar tranquilo, com esta boa notícia q. lhe dou.

*Em compensação veja se desenferraça esses dedos, e daí
nos diz alguma coisa; porque meu filho não escreve, e vivemos
aqui sem notícias de ninguém.*

*Que há quanto ao empréstimo? Não desencanta? E o Aze-
redo como vai? Aqui chegou-nos hoje uma tenebrosa notícia:
a de estar o R.^{es} Alves de febre amarela.*

*Se não for exata, como espero, mande-me um telegrama-
zinho com esta só palavra: Não.*

*Não temos sido felizes. Maria Augusta (a menina) aqui
recaiu. Felizmente, recorrendo nós à homeopatia, já está quase
sem febre. E os sobrinhos como vão? E Iaiá?*

Seu comp.^e e am.^o

RUI.

O "B." de agora é, por fôrça, o Leopoldo de Bulhões, amigo de Rui e ministro da Fazenda do presidente Rodrigues Alves, no governo desde 15-11-1902. Eu estava nomeado fiscal-do-impôsto-de-consumo (2-12-1902), e nos dias desta carta circulou a notícia de que os vencimentos de tal ordem de funcionários seriam reduzidos. Como a minha nomeação causara certo espanto, para prestígio meu, pois só havia uma vaga, muito disputada, passei a figurar em relêvo entre os colegas. Fui, assim, comissionado por êles para apurar a procedência do boato assustador, a fim de ver como agiríamos. Servi-me, então, de Rui, que fêz o que se vê. —Sobre o empréstimo, direi que já não me recordo da espécie do que se aponta. Andei à cata de alguns dêles, para acudir a Rui nas suas constantes mínguas de recursos. — O Antônio Azeredo tinha voltado às boas com Rui, ambos esquecidos de Floriano. Ocorre-me que por ser êle muito prestimoso e muito relacionado, fui ao seu encontro para pedir-lhe uma ajuda, no Supremo Tribunal Federal, em favor da pronta decisão da causa do David Saxe de Queiroz. Nessa ocasião, convidou-me êle para almoçar em sua casa. Acedi. Dona Sinhá — a bela e fidalga anfitrião, em cujos salões se faziam brilhantes reuniões sociais do Rio de Janeiro — recebeu-me num desabrochar de cativantes amabilidades; mas, à mesa, saiu-se com esta: — "Eu, por mim, não desejo amizades com senhoras de políticos....", — ao que, bom entendedor, retruquei: — "Então, a senhora tem que fechar a casa, porque seu marido é político, e suas relações são mais com famílias de políticos." — Não demorei muito emvê-la de novo ao lado de Cota, em casa desta, como a amiga preferida de minha irmã. Isto, até 1909, quando outra farda marechalícia lhe tornaria a desencaminhar o marido. — Rui prezou a ascenção do cons. Rodrigues Alves ao Catete, sendo-lhe, pois, sincera a adjetivação de *tenebrosa* dada à notícia, aliás falsa,

de que êste se achava de febre amarela. Ele, Rodrigues Alves, sim : foi quem com ela acabou. — Entre os pais, felizes de serem avós, Chiquita reanimava-se dos efeitos da primeira maternidade. Casara-se em 1-9-1900, quando os salões de S. Clemente se encheram, como nunca dantes, de figuras do grande mundo social carioca.

236 — BILHETE DE 13-2-1903

13 nov. 903.

Carlito.

Peço-lhe o favor de vir tomar café comigo cedo, para ir à casa do M. antes que êle saia.

Seu do C.

RUI.

Rui, como advogado do com. Marinhas, estava sempre às voltas com êle, ora procurando-o, ora sendo procurado. E eu tinha que ser o intermediário de meu cunhado, suprindo-lhe a falta de um solicitador a seu jeito.

237 — RECADÔ DE 14-7-1904

Carlito.

Sinto que continue incomodado. Quero ver se posso ir vê-lo. Aí vão os pareceres, com as cópias. Não estarei, porém, em casa, para receber o L.

Seu do C.

Rio, 14-7-04.

R.

Tornou-se-me portador de pareceres e suas cópias a um "L.", para quem Rui, ao que declarou, não estava em casa. Tratava-se do Lavrador, ou seja o sócio do capitalista Salgado, no célebre negócio chamado das *carnes verdes*, e com êle desavindo. Rui deixou de ser patrono de Salgado para fugir à impertinência com que êste queria que ao advogado se juntasse o jornalista, Anos depois, temo-lo dando parecer solicitado pela outra parte, isto é, o Lavrador. E por isto veio a dizer-se, no futuro, que Rui "pulou a cerca." Seria êle, pois, capaz de, profissionalmente, servir a Deus e ao diabo no mesmo terreno ? Na resposta não entrariam mais do que palavras. Vamos, portanto, a uma positividade de exemplo de Rui, um tanto

posterior embora. Em comêço de 1909, o colega e grande amigo de meu cunhado, advogado baiano, dr. Tomás Guerreiro de Castro, solicitou-lhe parecer em favor do direito de um John Gordon. Enviando-lhe o cheque de pagamento prévio, lembrou a Rui que estava em causa pessoa contra cuja pretenção êle já se pronunciara, mas que por *a* mais *b* (o homem era, também, professor de direito) o parecer podia ser dado. Realmente, o caso dizia com a exploração de *areias monozíticas*, sobre cujo assunto a bibliografia elaborada por Fernando Nery aponta o parecer sob o n.º 233 (1904), como, antes, indica, sob o n.º 213, êste registo: — *Carne verdes* — (Resposta aos Srs. Salgado, Cardoso, Lemos & Cia.) — Niterói, 20 de janeiro de 1901. — No *Jornal do Comércio*, 21 de janeiro 1901. Atente-se aos anos corridos, e, por fim, a esta carta do dr. Guerreiro de Castro, colhida no arquivo de Rui:

Bahia, 3 de maio de 1909.

Meu caro Compadre.

.....
Desejo que esta o encontre, bem como aos demais da família, no gózo da melhor saúde e de tôdas as felicidades.

Dou em meu poder seu telegrama de ontem, dizendo que não lhe era possível dar o parecer que lhe havia pedido; senti extraordinariamente êste fato, porque esperava o seu parecer como a palavra de um oráculo, pois eu estou convencido (sinceramente convicto) de que, à vista da verdade dos fatos, expostos na minha consulta, o seu parecer seria em meu favor agora, não obstante o seu parecer anterior dado em sentido contrário à vista da consulta de então, a qual lhe fôra feita de forma inexata ou incompleta, calando-se circunstâncias e fatos capitais, de influência decisiva no caso apreciado pelo compadre. Por isto consola-me a esperança de que a razão do compadre não poder dar agora o seu parecer não foi certamente a sua convicção atual, não obstante a minha exposição, ainda contrária a John Gordon.

.....

238 — CARTA DE 19-9-1905

19 setembro, 05.

Meu caro Carlito.

Recebi ontem de noite a tua comunicação do bilhete do P. Machado e do telegrama a êle dirigido pelo R. Barros, acerca

aa m.^a nomeação para o lugar de consultor jurídico da Light and Power.

Conquanto nas nossas relações, por assim dizer de pai a filho, não haja deve e haver, deixa-me agradecer-te a parte capital, que nisso tiveste. Não fôra a tua iniciativa, que assumiste à minha revelia, e certamente as coisas não passariam deste modo. É uma melhora sensível nas condições atuais da minha vida, que devo primeiramente à espontaneidade da tua intervenção.

Teu cunhado e amigo

RUI.

Esta é uma carta, que não me pesaria omitir nas presentes páginas, desde que muito toca à minha pessoa; mas isto não me seria lícito, porquanto ela diz também respeito a terceiros. Nela surge, em destaque, o nome do gen. Pinheiro Machado, com relação a fato que tem sua história na outra parte d'este livro; nome ao qual jamais deixarei de render o tributo de uma veneração irrestrita, de um respeito só menor do que eu devotava ao próprio Rui. Paralelamente, tem-se o dr. Rêgo Barros, diretor da *Companhia do Gás*, figura proeminente, portanto, do grupo da "Light", superintendido pelo notável *Sir Alexander Mackenzie*. — Quanto ao mais: é a confissão de Rui, de que às suas condições de vida era providencial o cargo; e é a desnecessidade, se não quisesse êle patentear que eu procedera à sua revelia. Sirva isto em abono do acendrado interesse, que era a minha preocupação constante, de ser-lhe útil, sem sobreacarregá-lo em nada. Não há orgulho em dizê-lo. Há verdade que se evidencia das próprias palavras acima lavradas, e através de muitas peças desta sua farta correspondência. Eu, môço, jurara assim conduzir-me. (O original desta carta foi dado, com prazer ao sr. Júlio Moura, a seu pedido, deixando-me êle ciente de que o ofereceria à biblioteca do *Jóquei Clube*, a qual está a seu cargo e conforme carta sua. O clube, aliás, já me agradeceu por ofício.)

239 — CARTA DE 22-4-1906

22 de abril, 06.

Carlito.

Já tinha expedido o telegrama, quando leio no C. da Manhã de hoje o que aí vai incluso.

Seu do C.

RUI.

Também não posso coordenar idéias a respeito destas curtas linhas. Direi apenas que o que se vê incluso é o recorte de notícia do sobredito jornal, assim concebida. — “Deve seguir hoje para o Estado de S. Paulo o sr. Lauro Müller, ministro da viação. S. ex., aquiescendo ao convite feito pelo dr. Carlos Botelho, secretário da agricultura daquele Estado, vai tomar parte na excursão que pretendem fazer, amanhã, às terras devolutas, situadas às cabeceiras do Juqueriquerê, nas contravertentes do rio Tieté, lugar onde o governo paulista pretende fundar um núcleo colonial. O sr. Lauro Müller deverá encontrar-se com os excursionistas em Parati ou S. Sebastião, conforme combinação anteriormente feita. A viagem, isto é, a inspeção às terras paulistas, demorará, pelo menos, doze dias.” — Fico admitindo, pois, que se tratava de telegrama ao ministro Müller, cuja imediata ausência do Rio seria um contratempo ao que Rui pretendia e era do meu conhecimento.

240 — CARTA DE 30-9-1906

Rio, 30 de set., 06.

Carlito.

....O F. disse ontem a meu filho que a obra me custaria oito contos. Pego-lhe, à vista disto, providencie, hoje mesmo, para que os operários cá não venham. Eu, pela minha parte, já preveni a gente de casa, a fim de os despedirem, se vierem.

Seu cunhº.

R.

Não é sem vontade de rir-me, que me lembro do episódio relativo a este bilhete. Era novidade no Rio a pavimentação a asfalto, aqui introduzida por uma agência no Brasil de *The Neuchatel Asphalte Company*, dirigida por um inglês de nome Heslop. Falei-me a respeito o amigo Andrade Faceiro, que andava às voltas com êle, e logo me ocorreu a idéia de experimentar a coisa nas alas do jardim da casa de Rui, parte da frente, toda calçada a paralelepípedos, de modo que, quando chovia, se formavam poças de maus efeitos. Consultado o Heslop, êste alvoroçou-se no desejo de executar o trabalho sem quaisquer lucros, para fins de propaganda. Disposto a concorrer su com a despesa, a título de presente a Rui e Cota, sugeri a meu cunhado a realização do serviço, e, com sua concordância, levei-lhe à presença o súdito britânico, certa manhã. Rui, ainda de pijama, acolheu-o com agrado, começando por obsequiá-lo com uma chícara de café. Depois, falando sempre em inglês,

desceu com êle para o jardim. O homem trazia uma trena, e, ali mesmo, lado a lado de Rui, tomou as medidas das áreas a serem pavimentadas com o novo material. Rui ficou certo, por minhas palavras, de que não dispenderia um real. No dia seguinte apareceram os trabalhadores da emprêsa com ordem para realizarem a retirada dos paralelepípedos. Não chegaram, porém, a fazê-lo, porque, nessa mesma ocasião, o Faceiro se encontrou com o Joãozinho e conversaram sobre os trabalhos. Mas, por gracejo, disse êle ao rapaz que tudo aquilo ia custar um dinheirão: nada menos de oito contos de réis. É então que Rui, com o seu horror a compromissos superiores às possibilidades econômicas do momento, me faz a carta acima. Fui a êle: — "Mestre Rui, como é isto? Você recebe amavelmente o inglês, ouve-o do melhor modo, concorda com tudo e quer voltar atrás? Que pensará êle, quando souber que você fechou o portão aos trabalhadores sem lhes dizer o motivo?" — Rui caiu em si, tanto mais quanto eu lhe reafirmei veemente que nenhuma despesa o oneraria com a obra, ficando o caso aos meus cuidados. — "Está bem, seu Carlito, mas esteja atento a essa conversa dos oito contos!" — "Deixe isto comigo, seu Rui!" — O serviço chegou a breve término, tão bem feito, que lá ainda está. Só em 31 de dezembro de 1907 recebi a fatura, de Rs. 3:877\$620, que paguei do meu bôlso, e guardo. Veio-me ela com esta carta:

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1907.

Amigo Sr. Carlos Bandeira.

Junto a conta do serviço feito no jardim do Conselheiro por sua ordem. Tirei uma nota minuciosa de todo o trabalho feito, despesa por despesa e a conta que vai é o custo real sem lucro de qualidade alguma para a Cia. Conseguí que a pedra para o concreto nada nos custou, pois os paralelepípedos velhos foram carregados e em lugar dêles, deram a pedra britada. Sobre a liquidação vamos conversar mais tarde. Saudações ao Conselheiro, que breve visitarei. Um abraço

do s/amigo

HESLOP.

241 — CARTA DE 21-2-1907

Petrópolis, 21 fev. 1907.

Carlito.

Peço-lhe o favor de entregar a inclusa carta ao Briguiet, e falar, ou mandar falar com o Serrado, a fim de q. êle providencie quanto ao objeto do incluso telegrama.

Lembranças a Iaiá e carinhos aos afilhados.

Seu comp.^e

R.

A primeira parte desta carta envolve assunto tão estritamente íntimo, que não deve ser exposta. — Em seguida, trata-se do proprietário da livraria a que o próprio Briguiet ligava seu nome, e que por certo recebia de Rui recomendações sobre novos livros para as estantes de S. Clemente. — Serrado é o Pedro, já advogado. De origem obscura, o Edmundo Bittencourt fêz dêle seu solicitador. Vivo, inteligente e ambicioso, estudou direito e veio a firmar-se na advocacia. Empreendedor, meteu-se em vantajosos, negócios de terrenos. Por cima de tudo isto, obteve, graças às suas relações com o dr. José Joaquim Seabra, o cartório, que ainda existia, da Rua dos Inválidos, na casa onde residiu o dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina. A certa altura, tornou-se inimigo fígadal de Edmundo. Era muito amigo do dr. Joaquim Pereira Teixeira e se dava comigo. Teve dias agitados e vida fortemente vivida.

242 — RECADÔ DE 21-4-1907

Carlito.

Veja a inclusa carta, a que já respondi, e que ontem muito me aborreceu.

Seu do C.

RUI.

21-4-07.

Outra falha de memória impede-me, mais uma vez, de esclarecer convenientemente um objeto de mais a mais oculto em passado de meio século. Sómente consulta ao arquivo de Rui traria a luz da explicação.

243 — CARTA DE 24-5-1907

R. M. S. P. "Araguaia".

24 de maio, 07.

Carlito.

Tudo se tem conspirado contra mim nesta viagem. Mal acomodado, não tendo lugar onde estude e trabalhe, ainda, por

cúmulo, me vejo obrigado a desembarcar hoje na Bahia, p.^o
receber festas, deixando doente a bordo minha filha Dedele.
Não sei como continuarei a levar esta cruz.

*Não preciso renovar-lhe recomendações já feitas. Sei quanto
é cuidadoso. Peço-lhe, todavia, ainda, q. vele por Chiquita e
Joãozinho. Dê-nos sempre notícias dêles.*

*Daqui a pouco devemos estar na Bahia. Peço-lhe me compre
na farmácia Murtinho e me envie pelo correio 10 vidros (dos
grandes) de tabletes de camomila e outros tantos de licodópio
(5.^o dinamização).*

Custa-me muito a escrever com a cabeça ainda mal segura.

*Abrace a Iaiá, afague por nós aos sobrinhos e receba o
coração de seu amigo e cunh.^o*

RUI BARBOSA.

Rui está a caminho de Haia. Perseguem-no as apreensões com que ele hesitadamente aceitou a representação brasileira. Sente-se enervado e pessimista, certo de que carrega uma cruz. Não o animava, sequer, a manifestação que ia receber em sua terra, governada por seu grande amigo José Marcelino de Sousa, tanto que a ela se refere com enfado. — Iam com ele Maria Augusta, Dedélia e Baby, assim como o sobrinho Dobbert, com um lugar na embaixada. Chiquita, embora casada, não lhe saiu dos cuidados. João-Rui era estudante no *Anchieta*. — Está pensando em seus costumeiros medicamentos homeopáticos, para tê-los em Haia. — Insiste nas recomendações já feitas a mim. Diziam elas com a minha atenta assistência à vida da casa de S. Clemente, mediante os recursos de que eu podia dispor como procurador dos seus subsídios, e outros. Aqui segue a lista dos pagamentos, do próprio punho de Rui :

MEMORIAL / de incumbências / a / Carlitto

— Pagar mensalmente :

— Escritório	235\$000
— Aos jardineiros	280\$000
— A criada Emilia	120\$000
— A minha filha	250\$000
— A minha tia Leonor	70\$000
— A tia Elisa	30\$000
— Casa de Petrópolis	300\$000
— Ao Benedito	20\$000
— Ao José, em Petrópolis	60\$000

— À viúva Amaral	50\$000
— A tia Carolina	25\$000
1:440\$000	

— Contas de luz.

— *Pagar trimestralmente:*

em 13	
de junho	
setembro	
dezembro	
— à Sul América o seguro de	
minha mulher	2:600\$000

— *Pagar agora:*

em Petrópolis
o impôsto de décima e pena d'água. *Cerca* de 400\$000

— *Pagar no fim do semestre:*

- a conta do colégio Anchieta
relativa a meu filho e a pensão do meu afilhado.
- Liquidar meus honorários de 20% na indenização Marinhas.
- Representar à Municipalidade contra excesso impôsto minha casa.
- Pagar mensalmente as contas do gás.
- Ver se pode passar, em boas condições, a outrem a casa de Petrópolis.
- Pagar a minha conta do Brandão.
- Pagar a minha conta do Palais Royal (dêste mês).
- Pagar conta Lawyers' & Cooperative Publishing Co.
(Estados Unidos). Deduzindo dollars Sul América.

244 — COMENTÁRIOS ADITIVOS — a)

Não poderá haver, pois, de quem quer que seja, testemunho mais eloquente de que Rui não era homem de esperar que suas contas lhe viessem à porta. — E há mais o que ver-se: há o apêgo à filha Chiquita Airosa; há o carinho às parentas idosas, como as tias Leonor (paterna), Elisa e Carolina (irmãs de minha mãe), às quais também não faltava com os alfinetes, a primeira e a última na Bahia, e a segunda aqui no Rio, antes em minha companhia e

depois na de Cota. Benedito era o encerador. José, um tipo de alemão, que tomava conta da casa contratada em Petrópolis. A viúva do solicitador Amaral, Rui favorecia com a mensalidade de Rs. 50\$000. As contas do Luís provinham de mudas, enxertos e adubo ou estrume para o jardim de S. Clemente. O afilhado a quem presenteava com uma pensão mensal de 50\$000 era o meu Ruizito, no *Colégio Anchieta*. A casa de Petrópolis pertencia ao Darlot, diretor da *Sul América*, e seu contrato de locação Rui pensou em passar a outrem, o que não chegou a fazer. (Ainda não tinha comprado a da Avenida Ipiranga, que adquiriria futuramente por Rs. 60:000\$000, fazendo um dos melhores negócios de sua vida.) Brandão era, no momento, o alfaiate de Rui, e o *Palais Royal* a loja que fornecia a Maria Augusta.

245 — COMENTÁRIOS ADITIVOS — b)

Desejo, agora, focalizar mais outros testemunhos, que dizem com a maneira como Rui procurava ser previdente, nestas três cartas seguintes, duas das quais (a primeira e a segunda) ainda conservo, porque não cheguei a ter necessidade de levá-las a seus destinatários, o que sómente faria em proveito dêle :

Rio, 20 de maio, 07.

Meu caro Afonso Pena.

O moço que ora lhe apresento, o sr. Carlos Bandeira, é um irmão de minha mulher, criado por nós e por nós havido em conta de filho. Sua inteligência, honestidade, critério e discreção no-lo tornaram muito prezado, antecipando-se nêle ao tempo e à idade qualidades, que só ela costuma dar, ou amadurecer. Retirando-me agora daqui, na missão que V., tão temerariamente, me confiou, e deixando-o como meu procurador e representante universal, visto ser meu filho Alfredo obrigado a estar na Bahia, ponho empenho em lho recomendar muito especialmente, rogando-lhe que, se êle houver de o procurar, o receba com a benevolência dispensada pelo seu afeto e cortesia

ao seu velho amigo

RUI BARBOSA

Rio, 20 de maio, 1907

Exmo. Am.^o Sr. Barão do Rio Branco.

Deixando aqui, durante a minha ausência na missão de Haia, como meu representante em todos os meus interesses e

depositário das minhas instruções ao meu amigo e cunhado Carlos Viana Bandeira, que, pela criação e pelo coração, conto no número dos meus filhos, há de V. Ex. permitir que eu lho recomende, com particular interesse, à sua estima e confiança.

Sempre de V. Exa.

adm.^{or}, cr.^o e amigo devotado

RUI BARBOSA

Rio, 20 de maio de 1907.

Meu caro Dr. Pinheiro Machado.

Ao ausentar-me de nossa cara terra, quero muito especialmente recomendar-lhe meu cunhado Carlos Bandeira.

Meu coração o inclui entre os meus filhos.

As suas qualidades mo têm tornado cada vez mais caro. A ele confio, durante a minha viagem, todos os meus interesses, o zélo dos meus direitos e o desempenho dos meus compromissos. Peço-lhe, pois, que nêle veja sempre, enquanto separados estivermos, o

Seu velho amigo do C.

RUI BARBOSA

246 — COMENTÁRIOS ADITIVOS — c)

Ora, eu sempre estava em constantes contactos com o gen. Pinheiro Machado. Visitavam-se a sua e a minha família, cordialmente. Permitia-me êle, no Senado, encontros em que dava discretamente ouvido às minhas palavras sobre os assuntos do momento, que eu da rua lhe levava. De sorte que, quando, mais para divertir-me, lhe entreguei a carta supra, êle se encheu de surpresa e, com aquêle sotaque que tanto o caracterizava, me inqueriu: — “E vosmecê precisa de cartas de recomendação para mim, de quem quer que seja?!”

247 — CARTA DE 6-6-1907

Costas da Espanha, perto de Vigo, 6 junho, 07.
R.M.S.P. “Araguaia”.

Meu caro Carlito.

Muito te agradeço o teu telegrama, q. recebi ontem em Lisboa. Na mesma data te telegrafei, recomendando-te registrares um endereço telegráfico, e lembrares ao Azeredo a solução do

caso Marinhas. Ele não se esqueça que, se eu não contasse com a liquidação dêsse débito, não poderia ter aceitado esta missão, que cada vez mais me custa. Espero q. não serei iludido na minha confiança.

Manda-me notícias minuciosas de meus filhos, de Iaiá, dos teus e de todos. Vela sempre por minha filha Chiquita, que bem poderá precisar dos teus cuidados. Não achei em Lisboa notícias políticas do Brasil.

O vapor trepida horrivelmente, e não me deixa escrever.

Abraços do teu amigo

RUI.

A questão do Antônio Martins Marinhas, que Rui advogara, estava liquidada em juízo, com a vitória dêle. Restava que a Prefeitura do Distrito Federal cumprisse a sentença de indenização, a ser feita em apólices municipais ao portador, sujeitas, portanto, a depreciação, das quais Rui receberia a importância de seus honorários. É disto que êle se impacienta, na suas constantes dificuldades pecuniárias, que, aliás, confessa. E para que não lhe tarde por mais tempo a remuneração, apela para a interferência do Antônio Azeredo junto ao gen. Sousa Aguiar, que era o Prefeito. — Note-se, uma vez mais, o peso que Rui sente da missão de Haia, para a qual diria de público que se achara sem forças, repetindo o que vinha dizendo em correspondência íntima, e assim comprovando sua sinceridade. E ainda há quem o julgue um vaidoso. — A filha Chiquita Airosa, por ser a que não vivia sob o teto dêle, não lhe saía dos cuidados paternos.

248 — CARTÃO POSTAL DE 8-6-1907

Cherburgo, 8 de junho de 1907.

Carlito

*De passagem, abraços e saudades.
Sem comp.^e*

RUI.

Sirva, pelo menos, como registo da data de passagem de Rui pelo pôrto de Cherburgo.

(Em papel impresso em Schéveninguen, com uma vista local, em que se destacam os prédios de seis grandes hotéis, entre os quais o *Palace Hotel*, a que Rui assim se refere: "Este é o hotel onde estamos.")

Schéveninguen, le 16 de junho 1907.

Meu caro Carlito.

Acabo de ler com muita satisfação a tua carta de 26 de maio. Acabara de percorrer, com lágrimas, a de Chiquita, que também me chegou esta manhã. A sua veio completá-la. Espero que todos vocês nos trarão sempre este consolo, o único, talvez, que aqui posso ter através dêste longo sacrifício.

Tive de vir sózinho (com o Dodó) p.ª Haia no dia 13, sendo Maria Augusta e m.ªs filhas obrigadas a demorar-se em Paris até o meado da semana que entra, a fim de ultimarem a prova das roupas que foi mister encomendar. Mais uma separação, ainda que de poucos dias, que não pouco me custou.

Schéveninguen, praia célebre de banhos, onde me acho, dista da capital meia hora de carro ou 15 a 20 minutos de tramway elétrico. Os aposentos, q. me mandou preparar o barão são quase principescos. Basta dizer-te q. a Alemanha ocupa, no mesmo hotel, do outro lado, um apartamento igual, e que a França o tem inferior no terceiro andar, ao passo q. eu me acho no primeiro. Mas a vida aqui e em Haia é de extrema carestia. O q. em França custa um franco, aqui importa meio florim, o qual vale 2 francos e 10 centésimos. Estamos na quadra q. por tôda a Europa se considera verão, e, todavia, neste país, especialmente nesta praia, faz um frio de rachar. O vento, contínuo e vivo, a umidade, intensa e penetrante, tornam a temperatura difícil de sofrer. Não há flanelas, q. sirvam, para encoiraçar um homem contra semelhante clima. Felizmente se anuncia q. pelo meio do mês vindouro começará o calor. Mas daqui até lá temos de contar ainda trinta dias. Vê quanto me vai custar esta situação, q. cada vez me arrependo mais de haver aceitado.

M.º te agradeço as notícias q. me envias e as diligências q. tens feito, sobre a cobrança de vencimentos meus. O q., porém, sobretudo, agora me inquieta, por êsse lado, é a liquidação do crédito Marinhais. Se ela falhar, entrarei em liquidação. Já estou vendido q. esta viagem, nas condições extraordinárias da minha posição atual, me vai custar os olhos da cara. Basta dizer-te q. as despesas iniciais, da minha chegada a Cherburgo, no dia 8, até agora, se têm elevado a perto de 14.000 francos. Fico aqui por hoje. Tenho-te escrito, ou telegrafado, de tôda a parte. De

*política não sei nada e nada. Que haverá em relação à Bahia?
O Azeredo ainda me não escreveu.*

*Carinhos aos afilhados. Abraços a Iaiá e a ti do teu
cunh.^o e am.^o*

RUI.

Lembranças a D. Escolástica, Béinha e Ziu

*Não te esqueças de ver no Laemmert os meus livros, dados
a encadernar por duas vêzes.*

Chiquita sofria a ausência dos pais e das irmãs. — Fernando Bandeira Dobbert (Dodó), sobrinho afim de Rui e participante da embaixada, necessariamente o acompanhava para onde ele fôsse. — Rui reconhece o cuidado do barão do Rio Branco, em proporcionar-lhe todo o conforto material. — ...“esta situação, q. cada vez me arrependo mais de haver aceitado....”, são palavras que demonstram ter Rui ido arrastado à conferência de Haia. — Ao esforço intelectual que ela lhe custou, seriam de equiparar-se os sacrifícios pecuniários que por ela fêz: lá estava, naquele teatro imenso das nações universais, em que pensava e agia pelo Brasil, lá estava ele a lembrar-se inquietantemente das miseráveis apólices municipais de que tanto precisava, provenientes dos longos serviços de advocacia prestados ao seu amigo Marinhas. Porque, além do mais, a embaixada pesava sensivelmente em suas magras algibeiras. — E pensa na política, a mesma que involuiria, já em seus tempos, até ao grau de politicanilha. E recorda-se do Antônio Azeredo, de quem esperava os bons ofícios acerca das apólices relativas ao Marinhas, que as recebeu nessa ausência de Rui, e com ele, de volta, liquidou em paz contas antigas. — Os livros entregues ao Laemmert estão-lhe no pensamento. — De minha sogra, d. Escolástica, e de minhas cunhadas, Ziu e Béinha, tôdas na Bahia, vieram aquelas lembranças de Haia.

250 — CABOGRAMA DE 26-12-1908

Carlos Bandeira

207 B — S. Clemente — Rio.

Saudades vamos bem veja lata papéis Amazonas.

RUI.

Viajando de Haia, passou-me Rui, no pôrto de Recife, êste cabograma. Supunha-me aqui no Rio, quando eu me achava na Bahia. Vinha o advogado pensando na documentação relativa ao pleito judicial do Amazonas, de que já se ocupara em 1906 (petição inicial), e voltaria a tratar em 1910 (razões finais). E se pensava em tal pleito, era porque, cessada a memorável batalha diplomática em

que granjeou fama universal, despertava para a realidade de sua própria situação econômica, que não seria nada promissora depois das despesas feitas por força da embaixada. Longe estavam de cobri-las as correspondentes vantagens pecuniárias.

251 — COMENTÁRIOS ADITIVOS

Abre-se-me enséjo ao registro de como eu concorri para que, sem delongas, a causa do Amazonas caísse em mãos de Rui. Eu lera a notícia de ter o Estado divergido da União quanto ao destino dado por esta ao Território do Acre depois do *Tratado de Petrópolis*. Logo, precisaria de um grande advogado. Achava-se em Manaus um amigo meu, com quem eu trocava correspondência: o Manuel Flóriano Correia de Brito, oficial-de-marinha (por sinal que anti-florianista). Levou-o lá a missão, fracassada, de fundar um banco nosso, dependente de favores legais do governo estadual; missão essa confiada pelo cons. Francisco de Paula Mayrink. Apressei-me, pois, em escrever, por minha conta, ao Correia de Brito, incumbindo-o de lembrar o nome de Rui ao governador, com quem se mantinha em necessários entendimentos. Em breve, chegava ao meu cunhado o convite oficial, e firmou-se o contrato de advocacia. Ficou Rui à espera dos documentos em que calcaria seu estudo. Quando estes chegaram, chamou-me a vê-los. Fiquei assombrado: formavam uma coluna de *in-fólios* e tudo o mais, que me batia acima da cintura. Olhei comadecido para Rui, e afastei-me com uma sensação de culpa. Dali sairiam os quatro volumes impressos (de 162, 126, 400 e 604 páginas), apontados sob os ns. 246, 247 e 307 na bibliografia elaborada por Fernando Nery. (Tenho ainda comigo as cartas recebidas do Correia de Brito.)

252 — CARTA DE 1-3-1908

1.^o de março.

Carlito.

Aí vai o bilhete para o Barata.

Não se esqueça das minhas encomendas para hoje:

claque e

lorgnon (no Tavares de Matos).

Lembranças a Iaiá e carinhos aos meninos.

Seu cunh.^o e am.^o

R.

Esta carta é de Petrópolis, e, estou certo, do ano de 1908. — Barata deve ser o Atanagildo, oficial de marinha reformado, irmão

do dr. Barata Ribeiro, e para cuja satisfação o bilhete foi escrito. Rui via-se solicitado constantemente para apadrinhar, com suas recomendações, interesses momentâneos de terceiros, e quase nunca se negava. Eu mesmo, a pedidos de todo o momento, lhe dava algum trabalho, neste sentido.

253 — CARTA DE 6-3-1908

Petrópolis, 6 de março, 08.

Carlito.

Peço-lhe que procure com cuidado entre os seus papéis; porque eu tenho certeza de lhe haver levado o documento para o despacho da mobília do gabinete, remetida pela casa Pander & Zonen, e elle não está entre os meus, aos quais dei por duas vêzes cuidadosa busca.

Foi o primeiro que lhe entreguei depois da minha vinda para Petrópolis.

Em todo o caso fale também ao Dodó, porque, se me resta alguma dúvida, é se foi a V. ou a elle que o dei.

Aqui tudo correu mal, e mal vai também a minha saúde, como a disposição do meu espírito.

Lembranças a Iaiá e carinhos aos meninos.

Seu cunh.^o e am.^o

RUI.

Em causa a mobília de gabinete, que Rui trouxe da Europa em fim de 1907, e que hoje se acha na "Sala de Haia" da *Casa de Rui Barbosa*. Ou entregue o conhecimento a mim, ou ao meu sobrinho Fernando Dobbert, que veio de Haia com Rui, tudo acabou sendo resolvido pela minha parte, e a mobília foi recebida em perfeita ordem. — Não posso lembrar-me do que tenha corrido mal. Rui era homem que se abatia profundamente com qualquer abalo físico, ou moral, e caía em pronunciada depressão. Era o que se poderia dizer: um homem sempre doente, sem nenhuma enfermidade. E se perdia nos tribunais uma questão, só faltava sucumbir. Não comprehendia que se lhe deixasse de reconhecer a justiça, que elle havia conscientemente comprovado. E dizia: — "Eu tenho que acabar guarda-livros...", porque nesta profissão não se discute: a escrita se faz sem outros raciocínios, a não serem os positivos, decorrentes da documentação em que se firma, sem lugar para a mínima dose de lógica.

26-3-08.

Carlito.

O meu telegrama ao Severino (o 1.º), que eu ditei bem claro ao Palma, saiu hoje alterado, num ponto q. vai servir à especulação, dizendo-se “amigos”, onde eu disse “colegas”. Deixo que amanhã seja retificado.

Até agora nem palavra do Ruizinho!

Seu am.º

RUI.

Vem à cena o chefe político baiano, dr. Severino dos Santos Vieira, que, de ministro de Campos Sales (1898), passara a governador da Bahia (1900-1904), e, agora, era senador federal por seu Estado, em plena harmonia com o governador José Marcelino de Sousa (1904-1908), amigo de Rui. Aliás, essa harmonia chegou a término com a cisão de 1907, devida à sucessão do dr. José Marcelino, este apoiando o dr. João Ferreira de Araújo Pinho, que lhe sucederia (1908-1912), e Severino querendo o dr. Joaquim Inácio Tosta. Rui e Severino nunca afinaram um com o outro, e, pois, as palavras do primeiro ao segundo precisavam ser bem pesadas e medidas. Rui, com o prestígio que tinha junto ao presidente Afonso Pena, concorreu para a vitória de Araújo Pinho, e, então, Severino Vieira, em oposição, marchando para o ostracismo, passou a combatê-lo. Não sei se a alteração do término *colegas* para *amigos* foi obra de boa intenção do des. José Joaquim da Palma, ou êrro do jornal, que Rui leu em Petrópolis, onde estava. Sei é que me coube tratar da retificação, que Rui desejou se fizesse. — Ruizinho, cheio de vida e mocidade, faltava ao pai com as notícias de que ele sentia necessidade.

Petrópolis, 15-4-08.

Carlito.

Aí vai a duplicata do conhecimento e a fatura consular relativa à caixa, cujo primeiro conhecimento lhe entreguei ontem. Peço-lhe recomendar pressa ao Henrique.

V. não me disse ontem se tinha feito aquelas duas remessas p.^a Haia, que lhe recomendei na minha penúltima descida, e constam da nota em seu poder.

Esperamos ir sem falta sábado. Lembranças a Iaiá.

Seu cunh.^o e am.^o

RUI.

Vê-se que na véspera eu tinha estado com Rui, em Petrópolis, onde lhe chegava ao fim o veraneio de 1908. — A caixa foi de livros, que Rui deixara encomendados em Haia, para onde me recomendou a remessa de fundos a que se refere. — Surge-nos o Henrique de Vasconcelos, despachante aduaneiro, de família Baiana, e, agora, marido de Ziu : meu cunhado, portanto.

256 — CARTA DE 19-5-1908

19-5-08.

Carlito,

Aí vai o telegr. q. acabo de receber do Amazonas. Os livros não vieram. Só encarregando-se V. mesmo de ir tirá-los da alfândega. Esta demora me faz mal; porq. preciso de remeter o dinh.^{r.o} quanto antes p.^a Haia, liquidando as minhas contas ali.

Seu

RUI.

Venha cá esta manhã, se puder.

O telegrama recebido do Amazonas dizia com a causa da defesa dos direitos dêsse Estado em relação ao Acre; causa dada a Rui por efeito de diligência minha. — Os livros são os mesmos de que ele trata na carta de Petrópolis, aos 15 de abril anterior. Note-se a impaciência de Rui em recebê-los, pois se sentia mal em tardar a liquidação de suas contas em Haia. Era o seu velho horror a dívidas.

257 — CARTA DE 9-7-1908

9-7-08.

Carlito.

Aí vai a resposta, q. acaba de chegar: é a que eu lhe tinha pedido. Não se ganha nada em pedir, quando se conta de antemão com a recusa. Agora não posso eu mais fazer pedido nenhuma àquela gente.

Seu

RUI.

Sinto não guardar memória, nem da natureza do pedido, nem da "gente" em causa. Se eu previsse que cinqüenta anos depois me serviria destas cartas como ora faço, elas estariam convenientemente anotadas, evitando-se êstes esquecimentos. Direi apenas que Rui, muitas vezes contrafeito, fazia pedidos a pessoas que não lhe eram de estreita amizade, para servir a certos solicitantes, muitos por meu intermédio. Este será um dêsses casos.

258 — CARTA DE 19-7-1908

Rio, 19 de jul., 08.

Carlito.

*Não posso ir visitar o Alcindo, porque estou incomodado.
Vou telegrafar-lhe.*

Escreverei hoje a cartinha p.^a o p.^e Natuzzi.

Seu cunh.^º e am.^º

RUI.

A visita ao Alcindo Guanabara era por mim lembrada, com alguma insistência, a fim de ficar bem firme a reconciliação entre Rui e êle. E tem a sua história. Dissera eu ao meu amigo Andrade Faceiro, com quem tive diversos negócios, que estava para apurar, de certa transação, uns 80 contos de réis líquidos, e que êste dinheiro seria aplicado no ressurgimento de meu jornal *A Imprensa*, pois, recordando-me dos grandes triunfos do outro, não me conformava em ver Rui fora da liça. O redator-chefe poderia ser outro. Convidei, então, aquêle amigo para gerente da futura emprêsa, visto que a minha condição de funcionário público (agente-fiscal-do-impôsto-de-consumo) me impedia de voltar a semelhante atividade. Faceiro lembrou que eu me associasse a Alcindo Guanabara, jornalista notável. Eu, porém, não aceitei de pronto êsse alvitre, desde que continuava a desconfiar do antigo adversário vermelho de Rui, por ocasião do domínio dos jacobinos. Mas, Alcindo, sabedor dos meus propósitos, procurou-me, e comprometeu-se a aceitar as minhas condições, isto diante do Andrade Faceiro, seu fiador moral. Ficamos, portanto, esquecidos do passado. Entramos nos ajustes. O jornal se chamaria *A Imprensa* em homenagem a Rui, e se conduziria incondicionalmente a seu favor em todo e qualquer terreno. Eu me obrigava a entrar com 80 contos em moeda corrente, para a organização da fôlha, desde a montagem de suas máquinas até à composição da

sociedade anônima. Alcindo, por sua vez, concorreria com igual importância, a ser integralizada parceladamente. E, assim decidido, convidou-me a ir, como fui, à presença do industrial Jorge Street, amigo do Cândido Gaffrée, do qual ouvi estas expressões : — “Sr. Bandeira, o dr. Alcindo Guanabara deu-me conhecimento dessa união, pela qual felicito a ambos.” — Esse capitalista cumpriu sempre a sua palavra, de apoiar financeiramente o Alcindo. Quando Rui veio de Haia, consegui que Alcindo lhe fizesse, em S. Clemente, uma visita de cortesia, acompanhado da esposa e da filha. A Rui cumpría retribuí-la, e eu teimava em que disto se desobrigasse quanto antes. Queriavê-los sinceramente aliados entre si. Em 29 de setembro de 1908, recebi de Alcindo uma importante carta política, na qual, lançando os olhos para os horizontes da próxima campanha da sucessão presidencial, afirmava estar pela candidatura de Rui. Procurei-o imediatamente. *Ecce homo!* E acertamos que no dia seguinte eu lhe entregaria 50 contos de réis. Mas, já o encontraria modificado : — “Bandeira, os amigos não me deixam largar o revólver, que eu tenho na mão!” — Percebi logo que não podia contar mais com êle, e deixei que as coisas fôssem correndo sem entrechoques. Pela campanha civilista, porém, tomei uma atitude decisiva : — “Cai o amigo, chegou o momento de resolvemos a nossa situação : ou eu, ou você! Dou-lhe 80 contos de réis pelas suas ações na *Imprensa*. — E êle, já agora com visível dose de impudênciia : — “Os amigos não me deixam largar o revólver, que eu tenho na mão!” — Resolvi-me a passar adiante as minhas ações, do valor de 150 contos, pela quantia de 45 contos de réis. Alcindo ficou à vontade no jornal, e lançou-se em apoio à candidatura do mar. Hermes. Sobre tudo isto, recomendo a leitura do prefácio de autoria do dr. Américo Jacobina Lacombe, ao Vol. XXV. 1898 — Tomo I — *A Imprensa — Obras Completas de Rui Barbosa* — Rio, 1947, — prefácio êsse em cujas páginas XXV a XXVIII está feita excelente crônica, para a qual ministrei ao seu ilustre autor todos os elementos elucidativos. Vê-se aí a carta política, a que me referi, verdadeira profissão-de-fé do grande jornalista, cuja talento estaria “contra ou a favor de Cristo”, conforme a encomenda. — O padre Natuzzi era diretor do *Colégio Anchieta*, onde Rui tinha o João, e eu o Carlos e o Ruizito. Esse e o padre Yabar eram as figuras proeminentes da importante instituição escolar, e tanto um como o outro prezavam distintamente o aprêço que Rui lhes dispensava. Eram, também, meus amigos.

24-8-08.

Carlito.

Incluso encontrará V. um conhecimento de dois volumes de livros, q. me vieram dos Estados Unidos pelo vapor Tennyson, aqui chegado há dois ou três dias. Creio que devem ser procurados na agência da Lamport & Holt, por intermédio da qual nos remeteu o nosso cônsul ali. Eu desejaria tôda a pressa no despacho.

Seu do C.

RUI.

Petrópolis, 29 agosto, 08.

Segunda às 10 1/2 da manhã devo estar no escritório do Alvim. Poderá, pois, ser terça à mesma hora.

Aí vão as pastilhas de quinina.

Seu cunh.^º e am.^º

RUI.

Vê-se que Rui me respondia quanto a ter que ir a algum lugar ou a alguém, e me atendia com as pastilhas de quinina. Nessa ocasião, Rui fazia um tratamento de banhos com o dr. Alvaro Alvim, de quem se tornaria amigo e admirador, e que, como se sabe, se fêz mártir da ciência, pagando-lhe o tributo da grande vida. Citei-o em carta-resposta de 19 quesitos, sobre os incômodos físicos de Rui, ao médico-oculista dr. A. Paulo Filho, autor de interessante monografia intitulada : *Rui Barbosa hipermétrope*.

Rio, 30 jul. 09.

Carlito.

Só agora podia eu ir examinar o assunto do parecer que ontem me pediste. Mas o dia de hoje me é todo perdido, de manhã por causa do meu tratamento no Alvim, de tarde por causa do A. Franco, a que desta vez não posso faltar, tendo faltado à primeira. Assim me seria absolutamente impossível responder para amanhã a consulta do nosso Teixeira, que não é nada simples nem fácil. Por isto me apresso em ta devolver.

Seu do C.

RUI.

Esta carta é de época em que Rui se envolvia em cheio na política, conduzindo-se à campanha civilista. — O parecer de que ela trata respeita à exploração de areias monazíticas. Pelo que se lê, Rui deixou de dá-lo. Mas, deu-o, e dêle se ocupará em carta futura. — Rui volta a referir-se ao tratamento a que se submetia com o dr. Álvaro Alvim. Já não quero deixar passar o enséjo de resumir aqui as afirmativas, que fiz em carta, aír aludida, ao dr. A. Paulo Filho. Disse-lhe eu que meu cunhado: já ao tempo do seu noivado com a minha irmã Maria Augusta, usava luneta, como se vê em seu retrato de ministro do Governo Provisório; que o atormentava a hipermetropia, de que, só muito mais tarde, se pôde libertar, quando, aqui no Rio, achou meio de sanar esse defeito. De modo que ler, para ele, na mocidade, era uma aflição contínua. Constâncio Alves no-lo representa, nessa fase, "com o rosto encostado aos livros, de vela na mão, alumiano as páginas, por horas e horas." (HOMERO PIRES — *Rui Barbosa e os livros*, 5.ª edição pág. 62.); que, libertado de tal defeito, lia, escrevia, e assistia quase diariamente a cinema, sem se queixar de cansaço da vista; que comprava suas lentes na *Casa Vieitas*, à Rua da Quitanda (entre Rosário e Hospício, naquele tempo); que costumava ler deitado, ou sentado; que lia durante as horas de que pudesse dispor, entremeadas de pausas para o almôço, o cinema e o jantar, e nunca para repouso visual; que, como hepático, que era, seu padecimento principal, desde a mocidade, foi a cólica hepática, de que se curou fazendo as estações de água de Carlsbad, em casa, por indicação médica, que cumpria religiosamente. Isto na mocidade. Na maturidade, teve febre tifóide em agosto de 1891, quando morava na Praia do Flamengo, n.º 14, e era ministro da Fazenda. Foi seu médico assistente o dr. Francisco de Castro, tornando-se ambos, desde então, amigos inseparáveis, salvo no exílio de Rui. Ele era também sujeito à gripe. Teve-a em S. Paulo, sendo assistido pelos drs. Baeta Neves e Matias Valadão; e em Poços de Caldas, em 1911, tendo por médico o dr. Modesto Guimarães, que em carta declarou nada lhe ser devido pelo tratamento. Não foi acometido da "espanhola" de 1918; que, nas suas crises de enxaqueca, se recolhia ao leito, quando já não suportava mais, de pé, as fortes dores de cabeça. Vomitava bálsis, e queria o quarto às escuras e silêncio completo. Não tinham hora certa para começar, nem coincidiam com as refeições. Decorriam, antes, de contrariedades, mormentes políticas, ou de ataques à sua honra pessoal, aos quais era muito sensível, ou de achar-se à míngua de recursos pecuniários para saldar compromissos imediatos, no que timbrava em conduzir-se com rigorosa pontualidade. Em estado febril, trabalhava.

O discurso de saudação a Anatole France foi ditado em francês a sua filha Maria Adélia, senhora Batista Pereira. A conferência realizada na *Associação Comercial do Rio de Janeiro*, primeira da série da campanha presidencial de 1919, foi também escrita no leito, com gripe de 39.^º de febre. A *Oração aos Moços* teve sua elaboração durante semana santa, sendo a primeira parte ao som de um órgão tocando em uma igreja protestante, à Avenida Ipiranga, em Petrópolis, defronte da casa onde morava. Trabalhava deitado, numa das suas gripes, em brando estado febril. Em tôdas as suas enfermidades, logo que era permitido haver luz no quarto, Rui exigia ao seu lado, com os remédios, um bloco de papel, livros, um grosso lápis vermelho, e, a seu alcance, um tinteiro e pena. (*O Tempo*, ed. de 15 janeiro de 1924); que, desde que Rui se casou, foram seus médicos clínicos: *na Bahia*, o dr. Salustiano Souto; e *no Rio de Janeiro*, os drs. Benício de Abreu, João Paulo de Carvalho, Francisco de Castro, Miguel Couto, Luís Barbosa, Modesto Guimarães e Correia de Lemos. Ocupou, também, o dr. Aloísio de Castro. Como especialistas (oculistas), os drs. Moura Brasil, Hilário de Gouveia, Pereira da Cunha e Abreu Fialho. Tratou-se com o dr. Álvaro Alvim, na aplicação dos banhos de "estufa", que fêz durante anos em seu estabelecimento de Raio X, único até então no Brasil, sendo os banhos dados pelo próprio cientista. Operou-se de uma hidrocele com o dr. Chapot Prevost, e, quando quebrou a perna, com o dr. Pais Leme; que, quanto ao que lhe diziam os médicos, a respeito dos seus padecimentos (diagnósticos, etc.), e que conselhos, medicamentos ou regimens lhe prescreviam, tinha as "funções orgânicas em seu estado normal." Embora franzino, poucos como él no vigor do seu organismo, sem outra doença que não fôsse a de um hepático. Daí sua enxaqueca. Aconselhavam, como primórdio, trabalhar menos. Nem sempre prescreviam medicamentos ou regimens. Costumava tomar "Coca e Cola" (fórmula do dr. Francisco de Castro, e "Cola teno." Em 1884, quando já morava na Praia do Flamengo, usava o vinho Quinado de Silva Araújo, e pílulas de carne crua envolvidas em canela, manipuladas em casa por sua sogra Maria Luísa Viana Ferreira Bandeira, minha mãe, a quem assim também chamava, ou aquela "a quem vivamente prezou." (Rui Barbosa, *Mocidade e Exílio*, pref. e ant. por Américo Jacobina Lacombe, ed. de 1934, pág. 98.) Sôbre suas medidas e pulsações: aos 6-6-1903, Rui, para efeitos de um seguro de vida de 50 contos na *Companhia Sul América*, acusou: altura, 1m,58; peso, 48 ks.; circunferência do tórax, 84 cm.; idem do abdômen, 72 cm.; pulsações por minuto, 76. (*O Tempo*, n. cit.). O período de sua vida, em que parecia mais doente, ou se queixava mais de cansaço,

ou perturbações visuais, foi no ano de 1923, em Petrópolis, quando acabou por falecer em 1.º de março, às 8,25 da noite. As receitas médicas, para doenças gerais ou oculares, resultantes de exames, radiografias, receitas de óculos, colfrios, etc., que restassem depois de sua morte, devem achar-se em seu arquivo, à guarda da *Casa de Rui Barbosa*; que não tinha bons dentes, mas não se descuidava de tratá-los com assiduidade, recorrendo aos dentistas americanos de renome, drs. William Booth Hentz e Charles Keyes; que, conquanto apreciasse os bons pratos, se servia de tudo, porém moderadamente. Gostava de caldo de feijão e pão provença, torrado, com manteiga. Quando se sentia indisposto por efeito de qualquer contrariedade, ou ameaçado de dor de cabeça, passava a chá com torradas. Durante anos, tomou leite às refeições, costume que abandonou depois de regressar do exílio, em 1895; que não tinha o hábito de beber, nem de fumar; que em hora nenhuma do dia sentia cansaço visual; que usava óculos no cinema e no teatro, mas não se fatigava de assistir às projeções ou representações; que em Lisboa, quando exilado em comêço de 1894, consultou médico sobre a hérnia inguinal, que tinha, não se sabendo se consultou, na Argentina ou na Europa, médicos clínicos e oculistas; que, quanto ao que diziam seus amigos e contemporâneos, a respeito de sua visão, cabem as seguintes palavras: "Aquêles que lhe foram companheiros de quarto nas *repúblicas* de estudante não guardam boas recordações dêsse tempo. A vela de Rui Barbosa não os deixava dormir. Contava um dêles, Domingos Guimarães, que foi depois deputado pela Bahia, que, já em dias do novo regime, ao interrogar Rui Barbosa se ainda lia com a mesma intensidade antiga, êste lhe replicava afirmativamente, e não sem emprestar às suas palavras o cunho da mais profunda tristeza: — Domingos, não poderei nunca me utilizar de tudo o que tenho estudado!" — Depois lhe ficou o uso da vela, mas para as primeiras horas da noite, para a última leitura, quando, já sob os lençóis, com o castiçal sobre o peito, lia romances de aventuras policiais e outros livros equivalentes, sucedendo-lhe às vêzes incendiá a roupa da cama." (HOMERO PIRES, *ob. cit.*, pág. 62.); e que em vários dos seus diferentes trabalhos, Rui se referiu a padecimentos gerais, e nunca os oculares. — Rui, presidente da Academia, estêve às voltas com o escritor Anatole France, e foi ao Teatro Municipal (¹) em recepção que a êste se fêz, e a que êle não queria faltar.

(¹) A recepção a Anatole France foi no *Silogeu*, onde então tinha sede a Academia Brasileira de Letras; e aí proferiu Rui a sua célebre saudação em francês. De volta de Buenos Aires, o escritor proferiu duas conferências no Teatro Municipal.

Com minha mulher, acompanhei, a êle e a Cota, nessa festa memorável. — O dr. Joaquim Pereira Teixeira, de regresso feliz do Amazonas, para êle e outros o eldorado daqueles tempos, reintegrava-se afinal, entre os velhos amigos do Rio de Janeiro.

261 — CARTA DE 26-12-1910

Fazenda do Rio das Pedras, 26 de dezembro, 1910.

Meu caro Carlito:

Deves ter recebido ontem o meu telegrama de Natal. Não o podes ter tido feliz, como eu te desejei. Mas que outros votos senão êsses poderíamos formar a teu respeito? De hora em hora Deus melhora. Não é assim? Ao menos é como devemos confiar que seja, quando nos supomos infelizes. Quem saberá onde se acha e em que consiste a felicidade? És moço ainda. Não te falta inteligência, sagacidade, jeito, simpatia entre os que te conhecem, um bom número de boas relações e experiência das coisas já maior do que a tua idade. Com êstes elementos, poderás cuidar agora seriamente do teu futuro, renunciando às muletas de empregado público, arrimado às quais coxeia miseravelmente o homem a vida inteira. Depois, ainda os teus filhos não estão no período, em que êles se multiplicam em netos. Eu já transpus os sessenta anos. Cheguei à idade, em que o futuro se fecha diante dos olhos do homem. E que vejo em roda de mim? Amigos sem amparo, três ou quatro famílias dependentes do meu, já tão sem serventia, no meu coração o desânimo, na minha vida a escassez financeira de recursos, no meu destino uma triste esterilidade. Tenho-me matado por meu país, e a coroa da minha carreira é a perseguição. Tenho-me esgotado no trabalho, e o prêmio de quarenta anos de uma lida sem tréguas é ver-me fugir de novo essa modesta independência, cuja ambição tem sido o sonho do meu amor de marido e pai. Que espero eu mais? Não sei. Mas preciso de não morrer, porque tanta gente, cara e necessitada, precisa de mim.

Consolemo-nos, pois, mutuamente, meu caro amigo. Bem sabes que sempre te inclui na conta dos meus filhos. Por isso do meu pouco terás sempre alguma coisa, como os outros. Ninguém conhece melhor as minhas circunstâncias, tendo sido, como tem, constantemente o meu procurador. Mas a amizade multiplica o pão, que ela reparte.

A minha saúde obriga-me a continuar aqui, embora não acreditando em melhorias, quando o espírito sofre tanto. Os ca-

*rinhos, que me cercam, não me dissipam a tristeza. Vou en-
chendo os dias, que a saudade e a inquietação entristece.*

*Confio ao teu cuidado os meus interesses aí. Recebidos os
meus honorários da Light, pagarás as despesas de escritório, o
salário dos criados de casa, darás 200\$000 a Chiquita, e pergun-
tarás ao Batista de quanto precisa. O resto, juntamente com o
subsídio de senador êste mês, recolherás ao banco. Não esqueças
a reforma da caução em 29 do corrente.*

Abraços nossos a Iaiá e carícias aos sobrinhos e afilhados.

Teu am.º do C.

RUI.

*Toma no inglês a minha caderneta, q., há muito, lá se acha.
Escreve-me.*

Carta de um mês e dias depois de assumir o marechal Hermes a presidência da República, quando tôda a nação, agitada pelas vibrações da campanha civilista, formara ao lado de Rui. Avassalava-o a descrença, o mais atroz dos desalentos, a suprema fadiga física e espiritual. Acolheram-no carinhosamente, e a Maria Augusta, na Fazenda do Rio das Pedras, em Campinas (cidade que sempre tanto lhe quis), os primos Luís Albino Barbosa de Oliveira e sua esposa. — O não poder eu ter tido um Natal feliz era por estar demitido do lugar de agente-fiscal-do-impôsto-do-consumo, pelo novo governo, logo que no poder, dado o crime de ser eu cunhado de Rui. Também foram ao mesmo tempo exonerados o Batista Pereira, por ser genro de Rui, o Borges da Costa, civilista ardoroso, e o Carlos de Sousa Dantas (Charlô), amigo exaltado de Rui, os dois últimos de cargo igual ao meu. (Por êstes Brasis afora, quantos?) Batista viu-se reintegrado quatro meses depois, com todos os atrasados, por efeito de ação judicial, de que Rui foi patrono. O Charlô e o Borges também voltaram aos seus emprêgos, com os vencidos, porque contavam mais de 10 anos de serviços, quando a brutalidade oficial os atingiu. Quanto a mim, Rui achou de comêço que não havia recurso, por me faltarem os 10 anos. Arranjei outro advogado, e movi ação. Quatorze anos depois (governo do presidente Bernardes) alcancei a possível vitória com a condição, a que me submeti, de desistir expressamente dos atrasados. Nesses quatorze anos, entretanto, atirei-me a diversos empreendimentos, e ganhei muito dinheiro, de hora em hora melhorando, à vontade de Deus, e, assim, não necessitando senão do favor dos Céus. Interessante é lembrar que minha vaga foi logo preenchida por um audacioso arruaceiro, apaniguado do ten. Mário Hermes da Fonseca, o qual, dentro em pouco, era demitido, por se atirar a extorsões e à cata de propinas nos

meios fiscalizados, escandalizando-os. — Chiquita continuava a receber os costumados "alfinetes" que seu pai não esquecia de dar-lhe. — A caução foi das apólices municipais recebidas do Antônio Marinhas, em pagamento. Realizara-se, em levantamento de empréstimo, no *Banco Alemão*, que para operações desta natureza havia estabelecido um sistema muito prático. Lembro-me, a propósito, que, no empenho de arranjar causas para Rui, falei com o gerente dêsse estabelecimento que, precisando, não tomasse outro advogado. Disse-me o teuto o seguinte, de que nunca mais me esqueci: — "Prefiro um mau acôrdo à justiça de sua terra." — Cresci para élle, em seu gabinete, e repliquei, indignado: — "Com efeito! Isto é coisa que o senhor me diga?!" — Era, já, a petulância dos boches, de que Rui nos vingaria a todos, depois, em Buenos Aires. — As palavras finais referem-se ao *London Bank*, onde élle tinha conta-corrente.

262 — CARTA DE 4-1-1911

Fazenda do Rio das Pedras, 4 de janeiro, 1911.

Meu caro Carlito:

Recebi ontem de noite a sua carta de 31 de dezembro, e já lhe venho responder, ao amanhecer de hoje. Por mais depressa que andem os intermediários, aos quais fôrça é recorrer, quando se não confia no correio, a interposição dêles ocasiona sempre demora. Esta carta, por exemplo, só seguirá p.º Campinas amanhã de manhã, só continuarará p.º o Rio no trem de amanhã de noite, e assim, não lhe pode chegar às mãos senão em 6, à tarde, ou a 7 pela manhã.

Devolvo-lhe, renovado com tôdas as formalidades, o escrito da caução.

Muito obrigado pela idéia, que V. teve, de procurar o colega, em quem me fala, e interessá-lo em me obter o trabalho de advocacia, a que alude em sua carta. A sua amizade nunca se esquece de mim. Também eu, é verdade, sempre lhe retribuí. Mas essa solicitude sua, nenhum outro amigo ma tem mostrado. Permita Deus que a intercessão da pessoa, com quem V. se entendeu, tenha efeito. Nesse caso, necessariamente lhe reservarei eu parte nas vantagens. Tenho nisso o maior prazer.

Li o q. me diz sobre o sujeito do parecer; mas, por telegrama dêle ontem mesmo, soube da sua partida para o Estado, e os três dias, q. êle lhe taxou, estão vencidos, e não me consta ainda coisa nenhuma, donde se depreenda a confirmação do que êle lhe anunciou. Vá-me informando, com cuidado, sôbre o mais, que a êste respeito ocorrer.

Peço-lhe ir ao Moura, da loja de jornais e revistas, na rua da Quitanda, recomendando-lhe me envie p.º aqui o Times, a Nation, a Review of Reviews e a American Review of Reviews.

Recebam V. e Iaiá muitos abraços nossos. Afagos e bênçãos aos sobrinho e afilhados, especialmente o Fernandinho, cujas lembranças agradeço.

Espero estar aí de volta, o mais tardar, até ao fim do mês. Escreva-me sempre.

O nome do meu primo é Luís Albino Barbosa de Oliveira.

Seu cunhado e am.º

RUI.

Quanto à caução, vejam-se os comentários à carta precedente. — Registem-se as expressões de Rui sobre a amizade que eu lhe dedicava. Vêm a propósito de eu obter causas para êle, vez por outra, estas, de vulto, aquelas, de algum valor, sem olhar para quaisquer vantagens. Aqui, promete-me êle, espontaneamente, uma "parte" nelas, por eu estar desempregado. Mas a causa que se tinha em vista, pela qual eu me entendia com o sen. Alfredo Ellis, muito amigo de Rui, deixou de tornar-se realidade. — Se me não engano, a pessoa a quem Rui passa a referir-se era o dr. Alfredo Pujol, de quem também falhou o pedido de parecer. — É interessante a verificação de como êle não se desobrigava de estar ao par das notícias mundiais pela leitura, que não queria interromper nem numa estação de repouso, de quatro grandes órgãos estrangeiros de sua predileção, fornecidos pelo Moura, vendedor de jornais e revistas, rapaz a quem Rui mostrava estimar. — Rui corrige-me a escrita errada, ou descuidada, do nome do seu primo e hospedeiro, Luís Albino Barbosa de Oliveira, cujo apelido de Lulu me trouxera confusão.

263 — CARTA DE 1-2-1911

Fazenda do Rio das Pedras — Campinas — 1.º de fevereiro, 911.

Mau caro Carlito:

Já ontem de tarde o avisei por telegrama de que só então recebera a sua carta, datada aliás de 23, cujo portador foi o Martins, que só ontem chegou a Campinas. Respondendo-lhe agora, isto é, ao amanhecer de hoje, não tenho, contudo, portador p.º ali, onde a minha carta deve tomar o correio, sendo amanhã de manhã; de modo que ela não pode seguir senão pelo

noturno, chegando ao Rio no dia 3. Só nesse data, ou talvez a 4, por ir registrada a carta, lhe chegará ela às mãos.

.....

.....

Passo agora aos outros pontos da sua missiva, já satisfeita no principal.

Recebi as cartas e contas que me enviou. Dou por inteiramente perdido o caso do parecer. Quanto à sua conversa com o Ellis, parece que não tem resultado algum. Ninguém a tal respeito me falou, e a pessoa com quem diz Você ficou de se entender aquél amigo, ausentou-se p.^a o estrangeiro, sem sequer se despedir de mim, não obstante lhe haver eu escrito, dias antes, a mais amável carta de cumprimentos. O outro, de quem Você me fala em relação a um negócio (não sei qual), de que é proponente um engenheiro, não creio que me dê mais valor, a julgar pela consideração até hoje dada às minhas recomendações em favor dos necessitados, que têm recorrido ao meu suposto valimento.

Peço-lhe continue a receber os meus honorários na Light, pagando pontualmente as despesas minhas de criados, escritório e mensalidades a Chiquita, elevadas estas a 300\$000.

Outrossim, me fará o favor de entregar ao filho do Vaz de Carvalho 4.000 francos.

Também lhe peço me retire d'alfândega a pequena encomenda, cuja fatura, já antes de virmos, estava em suas mãos, para se pagarem os direitos, contra cuja primeira avaliação reclamei, por me parecer excessiva.

Os 4.000 francos subirão, provavelmente, em moeda nossa, a cerca de Rs. 2.400\$000. Mas, como Você, o mês passado, arrecadou, recebendo, além dos meus honorários na Light, o meu subsídio, 4:225\$000, que, somados aos meus honorários de janeiro, montam em 6:225\$000, haverá de sobra para os pagamentos extraordinários, de que ora o incumbo. Devendo, porém, estar recolhido ao banco o encargo da arrecadação de dezembro, incluo um cheque de Rs. 1:500\$000, que adicionados ao resto da arrecadação deste mês, depois de satisfeitas as despesas ordinárias mensais, dará, com excesso, creio eu, p.^a a entrega dos 4.000 francos ao Vaz de Carvalho e os direitos da antiga encomenda, acima indicada.

Esses 4.000 francos ainda não saldarão totalmente o meu débito com o V. de Carvalho, cuja conta aqui não posso fazer.

A maior parte dela se deve à remessa de vinhos, que agora se acha na alfândega, e me importa, segundo a fatura do Vaz, em 2.287 francos. A esta despesa teria eu de acrescentar agora a dos direitos aduaneiros, que não sei a quanto subirá. Era mais um gravame, que eu desejaria evitar. Por isto muito estimaria eu, se aí achasse quem me comprasse êsses vinhos, na alfândega, pelos 2.287 francos, a que me saem, incumbindo-se o comprador de lhes pagar os direitos. Será possível?

São 24 caixas de vinhos francêses, brancos e tintos, das melhores qualidades, cada uma com 12 garrafas, e mais 4 caixas, cada uma com 24 garrafas de Champagne. Ao todo, 384 garrafas. É baratíssimo, principalmente se atendermos a que são marcas escolhidas. E eu não pensaria em me desfazer delas, se as minhas circunstâncias não fôssem tão ruins neste momento.

Recomendo-lhe ainda que não deixe de tomar, nos dois estabelecimentos, as minhas cadernetas, e guardá-las.

Escreva-me.

Adeus, meu Carlito. Lembranças e abraços nossos a Iaiá e aos meninos todos.

Seu cunhado e am.^o

RUI.

Pareceu-me conveniente excluir desta carta a parte em que Rui trata de assuntos exclusivamente familiares. — Dr. João de Assis Lopes Martins era pessoa afim da família da fazenda. Casado com uma filha do barão Geraldo de Resende. — Não me recordo nem da "pessoa" com quem o senador Alfredo Ellis se entenderia, para dar a Rui uma causa em S. Paulo (o que falhou), ou a mesma que cometeu para com êle a indelicadeza que está mencionada, nem do "outro", relativo a indeterminado "negócio". O engenheiro que o propôs foi o Heitor de Melo, filho do alm. Custódio José de Melo. O negócio, que chegou a ser requerido ao governo, com plantas e orçamento, consistia na construção de grandioso edifício, dentro da área do Campo de Santana, em que funcionassem distintamente a Câmara e o Senado. Esse Heitor de Melo tinha em conta exagerada meu prestígio, na época do cons. Afonso Pena, pelo seguinte: sendo êle credor de certa importância por construção feita em proveito do Ministério da Marinha, não havia meio de recebê-la. O Licurgo, irmão do Custódio, fizera o possível. Solicitado, fui ao alm. Alexandre de Alencar, ministro da Marinha, que morava em Santa Teresa, e de quem me afastei esperançoso. Na volta, noto num bondinho, dirigindo-se ao próprio federal do Silvestre, onde residia, o dr. David Campista, ministro da Fazenda, com quem as minhas

relações eram estreitas, e cordialíssimas as de nossas respectivas famílias. Vendo-me, acenou-me êle afavelmente. Corri em sua direção e sentei-me a seu lado, para expor-lhe o motivo da minha andança por aquelas alturas. O fato é que, assim falados os dois titulares, a conta do Heitor de Melo veio a ser logo paga. Êste pensou recompensar-me, mas eu não o consenti, levando minha participação a título da estima em que tinha o Licurgo. — Rui sabia por que aumentar a pensão que dava a sua filha Chiquita. — Não guardo o nome do filho do Vaz de Carvalho, (¹) representante de seu pai. Êste vivia em Paris, sendo sua atividade atender a pedidos de compras de brasileiros mediante comissão. Naquela época, tudo se podia mandar vir da Europa com grande facilidade, segurança e economia. Adquiri assim o meu enxoaval de casamento e outras coisas mais em diferentes ocasiões. A "pequena economia", pois, a que Rui alude, deve ter sido artigo de senhora (moda, confecção, fazenda, perfume), senão algo para êle próprio. — Anote-se o subsídio de senador, em 1911 : Rs. 4:225\$000 mensais. — Veja-se como Rui era seguro e preciso também no que respeitava a dinheiro. — Os vinhos. encomendados certamente em era de vacas-gordas, chegaram quando já magras. Seriam para os freqüentadores da mesa de S. Clemente, pois Rui não bebia (nem eu). Não seria difícil passá-los adiante como boa pechincha. Não faltaria quem os quisesse. A casa *Viúva Henry*, por exemplo, tradicional fornecedora de comestíveis, onde se supria Rui do que não encontrava na *Confeitoria Pascoal*. Nessa casa havia a vantagem de uns cartõezinhos, em que se gravava a bonificação (creio que 10%) sobre compras a dinheiro. Quando a soma desses cartõezinhos acusava o valor de Rs. 200\$000, com êles se pagaria compra equívalente. Rui não perdia um só. E era sorrindo, achando graça, que o gerente recebia dêle, sem quebra da gravidade, aquelas fichas, bem contadas e arrumadas. — Os dois estabelecimentos onde Rui tinha pequenas economias eram o *London Bank* e o *Banco Francês e Italiano para a América do Sul*.

264 — CARTA DE 6-3-1911

Fazenda Rio das Pedras, Campinas, 6 de março, 1911.

Meu caro Carlito:

Devo resposta a três cartas tuas: uma de 23 de fevereiro, outra, posterior, sem data e a última do 1.º do corrente.

(¹) Antônio Vaz de Carvalho era casado com Itala, filha de Carlos Gomes.

De quase tudo o que nelas se contém te terá dado solução o Batista, visto como aos assuntos em que êste se acha agora empenhado se referem quase exclusivamente tôdas elas. Quanto a mim, estou pronto a concorrer com tudo o que esteja ao meu alcance, em se oferecendo ocasião, e muito estimarei que daí nos resulte alguma coisa do que atualmente nos é tão precioso. O Martins para ai segue quinta-feira, 9 d'este, e com êle poderás conversar acerca da matéria, para chegarmos a uma combinação, que nos permita encaminhar algum projeto útil às nossas tão avariadas finanças. O grande empréstimo, a que aludes na tua última carta, não o julgo possível neste momento; visto como o mutuário em que pensas, tem presentemente dinheiro de sobra.

Estimo que tanto agradasse aos consultantes o meu parecer, cujos honorários recebi de tuas mãos na importância de dois contos de réis.

Fico ciente de teres saldado a minha conta com o Vaz de Carv.^o, no valor de 4:390\$000. Por telegrama te autorizei a dares ao Joãozinho os 450\$000 p.^a as despesas de matrícula.

Incluo a procuração, cuja nota me enviaste. Insisto na conveniência de me achares comprador p.^a os vinhos, cuja venda me aliviaria da carga dêsse desembolso.

Projeto ir a Caldas, donde, se o fizer, regressarei dentro em vinte dias, encaminhando-me diretamente p.^a o Rio, onde estarei, espero em Deus, ao começo de abril, o mais tardar.

Recomenda-me ao Luís que me ponha naftalina em tôdas as minhas estantes de livros.

Estou sôfrego por me ver aí quanto antes, para deliberar sobre o curso da minha vida, cujo rumo, nesta situação, tantas dificuldades me oferece.

Lembranças a Iaiá, a Maria Luisa e aos afilhadinhos.

Teu cunhado e am.^o

RUI.

O genro, dr. Antônio Batista Pereira, indo constantemente a S. Paulo, onde tinha os pais, de lá deu vários saltos à Fazenda do Rio das Pedras. Dessa vez, inteirou-se dos diferentes assuntos de minhas cartas a Rui, trazendo-me de viva voz as opiniões dêle a respeito. Um dos casos foi a concessão, que eu obtivera do Prefeito Pereira Passos, para abrir um cinema colorido (nada feito). Outro relacionou-se com certo capitalista inglês, que me foi apresentado pelo Adolfo Hasselmann, presidente da Sul América. Esse capitalista oferecia empréstimos aos nossos Estados e, pois, disto eu dei notícia a Rui, referindo-me a S. Paulo. Daí dizer-me êle: ...“o prestamista em que pensas, tem presentemente dinheiro de sobra.”

— Ao Martins já estão feitas menções em comentários passados. — Não tenho na memória os “consultantes” que se agradaram do parecer do custo de Rs. 2:000\$000. — Vem de trás a conta do Vaz de Carvalho. — Cursava o João-Rui a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. — Da procuração ora aludida Rui tratou em carta anterior, e ainda cuidará na que a esta se segue. — Os vinhos, importados de França, e referidos na carta precedente, ainda não tinham sido vendidos. — Anote-se a preferência que Rui dava à naftalina como desinfetante de estantes de livros. — Era tanta e tão perseverante, que, se um fumante, em S. Clemente, ia pôr fora a caixa de fósforos esvaziada, Rui lhe pedia, para, depois, encher de naftalina em pó o pequenino recipiente e ir, ele mesmo, deixa-lo numa daquelas estantes. — Minha filha Maria Luísa já merecia lembrança especial de Rui. Ela dispensava-lhe o tratamento de *Dindinho* (e ainda hoje o usa, referindo-se a él), por ouvi-lo dos irmãos Carlos e Ruizito, afilhados do tio afim.

265 — CARTA DE 22-3-1911

Poços de Caldas, 22 de março, 911.

Meu caro Carlito:

Deve ter chegado às suas mãos a minha carta de 6 do corrente, que lhe expedi registrada. Nela incluí a procuração, que V. me pedira, para o despacho aduaneiro de objetos importados por mim.

Depois dessa data apenas recebi a sua carta de 7 deste mês. Não havia nela coisa, que reclamasse solução especial. Por isto me demorei em lhe acusar o recebimento.

Vim afinal para aqui, como terá chegado logo ao seu conhecimento pelos jornais. Temo-nos dado bem eu, Maria Augusta e Dedélia, encontrando na gente do lugar, como na do caminho p.º esta vila, o melhor gasalhado. Mas creio não me demorarei mais de vinte dias; porque desejo e tenciono estar no Rio até 5 ou 6 de abril vindouro.

Segundo as notas que Você me deixou, uma das minhas cauções no banco alemão vencer-se-á em 29 do corrente. Não dispondo agora de dinheiro, para me exonerar desse débito, o que me parece devemos fazer, é transportá-lo, sob forma semelhante, para a Sul América. Ainda me restam, para esse movimento, apólices municipais de sobra, nas que confiei em depósito a essa mesma companhia.

Nas proximidades da minha viagem p.º aqui, tive um telegrama seu nestes termos: “Será bom mandar numeros casas.”

Não percebi. Telegrafei-lhe, dizendo-lhe que o não entendia. Mas, não tendo recebido resposta sua, estou, até hoje, por saber que era o que V. me telegrafara.

Inclusa lhe remeto, por mim revista, a cópia, que para esse efeito me enviou o Sá Peixoto, do meu parecer acerca do caso. Se êle tiver de vir à imprensa, cumpre que seja publicado depois de todos os outros. Providencie neste sentido.

Saudades nossas a todos os seus, com quem nos abraçamos. Sempre seu cunhado e amigo do C.

RUI.

P. S. Mande-me notícias da encantada questão. / Na antiga loja América e China há um remédio contra calos, que se vende numas carteirinhas de papel verde, e custam suponho que Rs. 1\$000 cada uma. Peço-lhe q. me compre uma delas, e ma envie em carta.

O despacho aduaneiro é assunto que vem de carta anterior. — Vê-se que Dedélia (senhora Batista Pereira), habituada a não se afastar dos pais, teria ido com êles para a Fazenda do Rio das Pedras, de onde os acompanhou a Poços de Caldas. — Continuava Rui a valer-se, em suas aperturas, das apólices municipais recebidas do Marinhas. Nota-se que ia caucionando aos poucos, no *Banco Alemão* e na *Sul América*, para onde acabou transferindo as das operações feitas com o mesmo banco. — No meu telegrama não compreendido, o que houve foi êrro de transmissão: eu pedia números de apólices, creio, e não de casas. — O dr. Sá Peixoto era um môço, que, no momento, governava o Amazonas. O parecer que com êle se relaciona consta, sob o n.º 310, da bibliografia organizada por Fernando Néry, assim: “*O caso do Amazonas — Nova fase da questão — Parecer ao Sr. Sá Peixoto — Datado do Rio das Pedras (Campinas), 20 de fevereiro de 1911.*” Etc. Sendo parecer político, Rui nada cobrou pelo trabalho, porque, sistemàticamente, não aceitava remuneração por pareceres políticos. Assim aconteceu, por exemplo, com o de n.º 308 de igual bibliografia: “*O Caso do Amazonas — Parecer ao senador Silvério Néri, em 2 de outubro de 1910.*” Sei que o senador me procurou por indicação de Pinheiro Machado. Estava disposto a pagar 100 contos de réis por um parecer conveniente. Rui produziu o que se assinala. Silvério não se agradou de certa passagem e voltou a mim. Rui, negando-se a maiores alterações, modificou apenas uma palavra. (Disse-me Rui que em absoluto não podia expor a coisa de maneira diferente da que expôs.) E... parecer político... nem um X, enquanto ia caucionando aquelas apólices municipais. — A “encantada questão” era, ainda,

a que nós esperávamos de S. Paulo, por influência do sen. Alfredo Ellis, conforme cartas anteriores, e que se foi por-água-abaixo. — Não era coisa de outro mundo, que Rui tivesse os seus discretos calos nos pés. Não falei dêles na carta-resposta ao dr. A. Paulo Filho, porque não fui perguntado, nem me ocorreu. Como também não me ocorreu dizer, nela, que entre os pratos da preferência moderada de Rui estava a boa frigideira de carangueijos, qual se faz, ou faria, na Boa-Terra. Frigideira diz-se lá, quando por tôda a parte se diz fritada. É que, na Bahia, a tudo quanto se prepara ao fogo, fritando-se se dá o nome da panela nisto usada.

266 — CARTA DE 1-4-1911

*Poços de Caldas, 1.º de abril, 1911.
As 5 1/2 da manhã.*

Meu caro Carlito:

A sua carta de 28 chegou-me às mãos ontem de noite. Para lhe responder hoje, é preciso que esta vá ter ao correio às 6 1/2, a fim de seguir expressa. Portanto, não tenho tempo senão de lhe escrever, correndo, algumas linhas, tanto mais quanto antes das 7 horas também devo estar no banho, que fica daqui a alguma distância, com Maria Augusta.

Incluo a procuração necessária à reforma da caução, que, em verdade, se impõe, desde que os títulos estão subindo de valor.

A minha viagem foi transferida para 6, devendo eu chegar aí a 11 do corrente. Mas estas datas agora são definitivas, salvo se Deus não quiser.

Estimo q. o parecer surta efeito. Mas cada vez duvido mais.

Tem razão Você quanto ao chuveiro. Não o mande pôr. O que eu desejava, é que se colocasse na copa o filtro, se houver lugar próprio, vendo Você isso.

Pego-lhe dizer ao Moura das revistas que não me envie mais nada para aqui depois do dia 3.

Creio que agora nos não escreveremos mais até ao nosso próximo encontro, querendo Deus. Se algum extraordinário houver, telegrafarei. E adeus, meu caro Carlito.

Muitos e apertados abraços a Iaiá, Maria e os dois afilhadinhas.

Sempre o mesmo seu am.º do C.

RUI.

Agradeço o medicam.^{to} contra calos, que Você me enviou tão prontamente.

Ainda aparecem referidas as apólices municipais, de cuja reforma de cauções Rui vinha tratando, por meu intermédio. — O parecer é o referente ao Amazonas, objetivado em cartas anteriores. — Alguns ligeiros serviços foram feitos na casa de S. Clemente, durante essa ausência de Rui, e a meu critério. Tinha-o él em boa conta, desde quando, de regresso do exílio, encontrou, ao lado do cômodo destinado a seu dormitório, um quarto de banho com piso de chumbo, que fiz, por lembrança minha e à minha custa. — Rui, em suas providências, era completo: aí está, novamente, o Moura (das revisitas), que podia ter sido deslembrado. — A pressa fê-lo dizer simplesmente Maria ao referir-se a minha filha Maria Luísa.

267 — NOTA DE 12-8-1911

Rio, 12 de agosto, 1911.

*Um cheque de
£ 19
ou
\$ 10
a favor de*

*Mr. Stuart Wood,
Filadélfia.*

Apenas isto, para o bom entendedor, que eu era, quitando-se Rui com um Stuart Wood, que lhe devia enviar determinados livros, estou certo, se ainda os não remetera.

268 — CARTA DE 13-8-1911

Carlito.

Não fale nada sobre a matéria da nossa conversa de ontem; porque, afinal, depois de muito refletir, a minha tendência é para não aceitar.

Devolvo-lhe o cheque; porque veio errado. Era para os Estados Unidos o que eu pedi, e veio sobre Londres.

Vai de novo a nota, bem explicada. Pagarei a diferença de sêlo e mais despesas necessárias à retificação, bem que a culpa seja dêles.

Seu cunhado e amigo

RUI.

Dois assuntos : o da *conversa* e o do *cheque*. Liquidemos logo o segundo. Rui dera-me o documento de origem da transação, isto é, a carta ou fatura do Stuart Wood, de Filadélfia. Fui ao banco, para obtenção do cheque do valor nêle indicado. Tudo em inglês, confiei e não conferi senão a cifra. E Rui, dando pelo engano, disse-me o que está nesta carta, a que juntou "a nota, bem explicada", que a precede.

269 — COMENTÁRIOS ADITIVOS — a)

Já quanto à conversa, há muito o que expor. Doía-me ver Rui desligado, como êle próprio se quis, dos trabalhos parlamentares relativos ao projeto de código civil, que lhe haviam custado o *Parecer* e a *Réplica*. Sofria eu em imaginar que seu nome se excluisse da primeira linha dos responsáveis por obra tão notável. E pensei que só um grande movimento externo o demoveria da posição em que se colocara. Lembrei-me, pois, do meu velho amigo Pinheiro Machado, a quem deixara de procurar, por motivo da ruptura de Rui, seguida da campanha civilista. E, sem mágoas pessoais, decidi-me a ir ao Morro da Graça, o que realizei em companhia de pessoa que gozava da estima do senador gaúcho, o meu amigo Porfírio Nogueira, homem ilustre, advogado e jornalista. Pinheiro recebeu-me possuído daquela mesma afabilidade com que me acolhia em Haddock Lobo, ou no Senado. E eu passei a expor-lhe a minha idéia, que era a de um movimento no sentido de Rui retomar seu lugar na comissão daquele projeto. O general, que nos recebeu em seu gabinete de trabalho (onde me foi grato observar, em lugar de destaque, os retratos de Rui e Maria Augusta), dispensou-me singular atenção, e considerou minha sugestão com evidente entusiasmo, enquanto tecia os maiores elogios à capacidade do grande amigo de outrora. Prometeu-me fazer o possível para chegar-se a resultado feliz. E o caso ficou reservadamente entre nós três : Pinheiro, Porfírio e eu. Dias depois, anunciou-se solene visita coletiva à Rua de S. Clemente, n.º 103 : era uma comissão de senadores, levando a missão de instar com Rui para reassumir seu posto no estudo do projeto de código civil. Recebida no salão nobre, quando Rui, avisado da presença dela, foi ao seu encontro, uma fragorosa salva de palmas dos seus colegas o saudou. Rui os conduziu à biblioteca, onde todos se detiveram em considerações sobre o magno assunto que os reunia. Passados alguns dias, o meu prezado amigo e distinto sen. Silvério Néri dirigiu-me esta carta :

Rio, 1/12/910.

Prezado amigo Carlito:

Estou autorizado a indagar se o nosso venerando amigo aceita: a) a título de remuneração do País (a Pátria, não o jornal) a importância de trezentos contos; b) ajuda de custo para a viagem obtida pela Comissão do Senado; c) apresentar o seu trabalho para uma sessão extraordinária em abril de 1912.

270 — COMENTÁRIOS ADITIVOS — b)

Alvorocado, passei-a às mãos de Rui. Foi-se um mês sem que ele me dissesse coisa alguma a respeito. Entrei a admitir desagradável desfecho. E entrei a importunar o meu cunhado, reclamando sua atenção quase diariamente para o prazo que corria sem ele sentir, e que era fator importantíssimo no trabalho despreocupado de tudo o mais a que urgia entregar-se. Cheguei a implorar-lhe que prestasse tal serviço à Nação e a si próprio, ligando seu nome a tão relevante obra. Um dia, ouvi de seus lábios que aceitaria o encargo. Mas, na data seguinte, escreveu-me ele a carta de 13 de agosto, com duas linhas para o códico civil e quatro para o cheque. Passara oito meses naquela indecisão. Fui ao general e tudo lhe expus. Ele lastimou sentidamente a recusa de Rui, e, com vistas ao prazo, comprometeu-se a dar alguns passos conciliatórios para nova tentativa. Procurei também o Porfírio, que por sua vez foi ao general, e acabou escrevendo-me estas linhas:

16 de Agosto de 1911.

Carlito amigo:

Estive ontem com o homem. Disse-me que, relativamente ao prazo, não poderia conseguir mais do que já obtivera, isto é, um ano, o que aliás representa uma vitória dele pois não queriam dar maior de seis meses.

Quanto à forma e demais condições, serão como melhor entender o nosso respeitável amigo.

Desculpa-me não ir até lá para conversar pessoalmente e manda tuas ordens ao amigo

PORFÍRIO.

271 — COMENTÁRIOS ADITIVOS — c)

Tenho para mim, que dois motivos concorreram no sentido de tal atitude negativa de Rui: um, sua requintada sensibilidade diante

da consideração do prêmio de 300 contos, que passou pela mente dos seus colegas; outro, a radical aversão que havia tomado à questão do código civil, pela qual nem concluirá o projeto de sua própria elaboração, quanto ao fundo, que se sabe ele elaborou em grande parte, nem quis saber mais do tocante à forma, em face do trabalho de autoria do dr. Clóvis Beviláqua, depois de entestar com o prof. Carneiro Ribeiro. Lembro-me, a propósito, que Rui, de posse do último livro, bem volumoso, do seu antigo mestre ginásial, intitulado *A redação do Projeto do Código Civil e a "Réplica" do dr. Rui Barbosa* (1.ª edição de 1905), passou a devorá-lo sôfregamente, enchendo-lhe as fôlhas de fartas anotações, para — dizia aos íntimos — dar afinal a palavra arrasadora na contenda. Mas, nisto, servindo já à vaidade ou ao orgulho, teria que não acudir ao pão de cada dia do próprio lar. Aquilo o avassalava. Seus compromissos e deveres de advogado iam ficando para trás. Foi quando, em boa hora, chamou o Palma, que lhe sabia dos ímpetos açaimados, e, quase dramático, lhe exclamou: — “Pelo amor de Deus, carregue-me isto” (o livro do prof. Carneiro) “daqui para sempre, senão eu não faço mais nada enquanto não liquidar de vez com a questão!” — E Palma conduziu de S. Clemente o volumoso tratado filológico, que, outras fôssem as condições de Rui, o levaria a trabalho três vêzes maior.

272 — CARTA DE 27-11-1912

Rio, 27 nov. 912.

Carlito.

Peço-lhe q. veja o incluso cartão, e, devolvendo-mo, venha até aqui esta manhã, para conversarmos acerca das providências, q. são urgentes, contra a ligeireza dêsse atrevidíssimo patife.

Lembranças a Iaiá.

Seu cunh.^o e am.^o

RUI.

Ora, não vamos trazer para estas páginas nenhum “atrevidíssimo patife”, por mais categorizado que seja, entre os que se atravessaram diante de Rui. Isto, não!

273 — CARTA DE 7-12-1912

7 dezembro, 912.

Carlito.

Como não posso ir hoje ao senado, peço-lhe o favor de falar ao meu amigo sobre o Francisquinho, cujo auxílio considero indispensável e decisivo para o bom êxito do pleito. Será bom que eles conferenciem, e entre si combinem esse concurso imprescindível. Tudo daí depende.

Seu c.^o e am.^o

R.

Esta carta refere-se à causa do interesse do Estado do Amazonas, uma das mais importantes da vida profissional de Rui, contratada por 200 contos de réis. O "amigo" de quem ele trata era o sen. Jônatas Pedrosa. Rui fêz questão de colaboração habilitada do dr. Francisco de Castro Filho, que, entretanto, não deixaria o nome ligado ao pleito. (Ver os ns. 246 e 307 da bibliogr. de F. Néri.)

274 — CARTA DE 11-2-1915

Rio, 11 de fevereiro, 1915.

Meu caro Carlito:

Depois da minha última conferência, de há dois dias, com o doutor secretário, sobreveio, hoje, uma circunstância decisiva, que me obriga a recuar da resolução adotada.

Vindo ver-me esta manhã, o meu médico me declarou que os meus excessivos trabalhos destes últimos tempos exigem de mim uma folga total, de uns dois ou três meses, durante os quais o meu organismo repouse inteiramente, a fim de poder voltar em maio, sem prejuízo da minha saúde, à minha vida habitual. Ora este conselho, com o qual sinto que me devo conformar, é incompatível com o patrocínio da ação, de que se trata, pois, para a propor no começo de abril, seria mister que eu empregasse o tempo decorrente daqui até lá em estudar completamente o assunto, e redigir o trabalho inicial. Assim não há remédio senão renunciar definitivamente a esse encargo, para cujo desempenho não faltarão outros advogados, que me substituam com vantagem.

É o que lhe peço o favor de comunicar hoje mesmo ao dr. secretário.

Seu cunhado e am.^o

RUI BARBOSA.

É a causa do Espírito Santo, que recrudesce com a invasão de terras do Estado por autoridades mineiras. Rui, sobre ela, produziu a *Ação de Nulidade de Arbitramento movida pelo Estado do Espírito Santo contra Minas Gerais* (1915); vendo-se, portanto, que não prevaleceu a eçusa, de que procurou valer-se para não aceitar a causa, por motivo de moléstia. Aliás, a verdade, por mais absurda que pareça, é que Rui nunca estava sôa, nem nunca estava doente. Não havia médico que, como então procedeu o dr. Miguel Couto, não lhe deixasse de fazer rigorosas recomendações de repouso a qualquer momento. Não obstante, Rui, se assim entendesse, encontraria no próprio organismo sempre combalido resistências imprevistas e surpreendentes, como tantas vezes se deu. — Percebe-se que esta carta foi escrita para ser mostrada ao “secretário”, a quem se refere. Não me recordo precisamente de seu nome. Registam-se, porém, os drs. J. J. Bernardes Sobrinho e Xavier da Costa, que, vindos expressamente de Vitória, nalgumas ocasiões se entenderam com Rui sobre o assunto, em nome do governador, cel. Marcondes Alves de Sousa. E por quê Rui me meteu nisto? Pelo seguinte: Quando o Estado do Espírito Santo se viu na necessidade de recorrer ao seu patrocínio, procurou como intermediário ao dr. João de Assis Lopes Martins (o Martins das cartas da Fazenda do Rio das Pedra, casado com Amélia, filha do barão Geraldo de Resende e de Maria Amélia, esta irmã de Francisca Jacobina), o qual pôs em contacto com Rui os intermediários do governo estadual. Mas, apercebendo-se Rui das razões da causa, reconheceu desde logo quanto ingrata e difícil era ela. E foi-se deixando ficar sem dar um passo. Debalde o Martins, por várias vezes, pediu-lhe timidamente que se lançasse aos autos, até que desistiu, e o comunicou aos interessados. Entraram êstes em considerações, e chegaram a uma conclusão. — “Só o Carlito será capaz de levar o Rui a decidir-se favoravelmente.” — E veio, então, a mim o dr. Jerônimo Monteiro, de quem acabei ficando muito amigo. Para servi-lo, passei a assediar o meu cunhado, que, afinal, resolveu procurar com empenho a saída jurídica, que ainda não tinha encontrado. Achou-a, e bateu às portas do Supremo Tribunal Federal. Na carta que fica assim comentada, Rui ainda esperneia, resistindo.

275 — CARTA DE 10-6-1918

Rio 10 junho, 918.

Carlito.

Suspenda a apresentação da proposta. Acabo de verificar, por um estudo mais atento, que não a posso assinar, nem conti-

nuar na sociedade. A lei estende a incompatibilidade parlamentar, não só aos casos de garantia de juros, mas também aos de "outra subvenção", fórmula na qual me parecem compreendidos os de empréstimos do governo a companhias.

Con quanto eu esteja muito atrapalhado venha ver-me esta manhã, p.^a conversarmos sobre o assunto.

Seu cunh.^o

RUI.

Organizamos, eu e o engenheiro Júlio Viveiros Brandão, que havia sido intendente da capital baiana, a sociedade anônima *A Carbônica*, destinada a funcionar pelos mais modernos processos, e pusemos Rui em sua presidência. Na hora de assinar êle o requerimento em que eram pleiteados os favores da lei, houve a carta supra. Resta dizer que, sem Rui, a companhia fêz o pedido, de que dependia o início de suas atividades, e, não atendida, passamo-la adiante. Tenho ainda comigo a documentação demonstrativa dessa tão lícita e justa, quão malfadada iniciativa.

276 — RECADO DE 25-10-1922

Rio, 25 de out.

Carlito.

Peço-lhe o favor de chegar até aqui sem demora. O meu parecer foi alterado deslealmente num ponto essencial, e eu não me conformo com esse abuso.

Seu cunhado

RUI.

Trata-se do trabalho, que Fernando Néry regista assim na biografia de sua lavra : — “513 — *Carta-Parecer ao sr. John Gordon sobre a exploração de areais monazíticas no Estado do Espírito Santo* — Petrópolis, 18 de janeiro de 1922, 6 págs. datilografadas. / (A carta responde a um memorial de John Gondon (3 de janeiro de 1922). — No arquivo de Rui Barbosa.” — O original incluiu-se, naturalmente, nos autos da questão; mas, para efeitos de publicidade, o interessado, ou seu patrono, divulgou tal trabalho no *Jornal do Comércio*. Rui leu a publicação, e deu com a alteração de má-fé. Tive que ir ao presumido responsável para manifestar-lhe a indignação causada, por seu procedimento, a Rui.

277 — ESCRITOS DE DATAS IMPRECISAS

Restam cartas, recados e notas de datas imprecisas, ou não datados, o que só por exceção se dava com o que Rui dirigia a outrem. Aliás, ele não admitia nada escrito sem estar datado, e sempre que assim lhe chegava às mãos um papel, inseria nêle o dia do recebimento, e, quando se lhe oferecia ensejo, ressaltava de viva voz o omissão a quem a cometesse. Comigo, pelo menos, isto de vez em quando ocorria. Nem por isso, tais cartas, recados e notas faltarão nestas páginas, onde os estudiosos da vida de Rui lhes darão o valor que mereçam. Passemos, pois, a semelhantes subsídios, sem outro critério de ordenação a não ser das respectivas extensões, decrescentemente.

278 — a) VÁ ESPERA DO REPÓRTER

Carlito.

Estou aborrecidíssimo, e até com dôres de cabeça, pelo q. me acaba de fazer o V. Deixei, com sacrifício, de ir hoje à cidade, só porque o esperava. Entretanto, como eu tivesse saído a um pequeno passeio um pouco além do Ed. Silva, do qual regressei com pouca demora, ele, não me encontrando aqui nem lá, tomou o bonde, e foi-se. Isso não tem desculpa, visto q. aqui lhe disseram estar eu na Tijuca, e, tendo eu saído com tôda a minha gente às 10 horas, sem haver almoçado, era claro que não fôra para a cidade. Bem. Vejo que o sr. V. não faz de boa-vontade este serviço. Já outro dia, regressando no bonde para o Rio, ele se manifestara, declarando-se "muito prevenido". Eu não quero quem traga prevenções contra a verdade dos fatos. Escolha, pois, outro repórter, hábil, e mais sensato do que este se tem mostrado. Com este me entenderei amanhã, de manhã, quando descer, e subirá depois, sábado, para desempenhar a sua comissão.

A Imprensa fêz hoje grandes louvores a um livro socialista. Deste modo vejo-me cada vez mais comprometido nas idéias mais contrárias às minhas. Pobre do meu nome e da minha responsabilidade! Felizmente com o fim do ano estou chegando também à minha carreira na Imprensa, onde só colho desgostos. Lembranças a Iaiá, Dedele, João, Baby e os afilhadinhos. Expeça-me hoje o inclusivo telegrama.

Seu cunhado

RUI.

Dizia o telegrama: — “Dr. Cândido Lacerda (Rua Monte Caseros / Amanhã a 1 hora o esperarei no meu escritório / RUI.”

O aborrecimento, a dor-de-cabeça levou Rui a esquecer a data; mas, vê-se que esta carta é de fim de ano, e da época de *A Imprensa*, e do dia em que nela se elogiou um livro socialista, que ora não se determina. Rui veraneava no Alto-da-Tijuca, no *Hotel Itamarati*, e não na casa de que tinha a chave quando partiu para o exílio. — “V.” era repórter daquele jornal, e seu nome não me ocorre. Devia ele entrevistar um Eduardo Silva sobre curas milagrosas, que se lhe atribuíam, por meio de hipnotismo ou sugestão. Esse “Ed. Silva” também se encontrava naquelas alturas e Rui o conhecia. Percebe-se que este se inclinava a aceitá-las, diante da “verdade dos fatos.” Dentro os curados apontava-se até o alm. Custódio de Melo, portador de não sei que espécie de hérnia. Cogitava-se, portanto, de reportagem de grande efeito, pela qual o próprio Rui se interessava. — Esqueço-me do “livro socialista” que veio ao caso. — Não pude levar a sério a ameaça de Rui, de deixar *A Imprensa*, tanto a isto já vivia acostumado. — Finalmente, não posso recordar-me daquele Dr. Cândido Lacerda. Não seria difícil sua identificação diante do arquivo de Rui.

279 — b) VÁRIAS RECOMENDAÇÕES E O ‘PASQUINO E MARFÓRIO’

— *Falar Ulisses, ou Caldas, sobre autos Morro Velho.*

— *Receber honorários.*

— *Comprar pince-nez.*

— *Liquidar negócio cognac (banco e Emilio).*

— *Mandar entregar hoje carta Palma.*

— *Pagar Luís e Antônio.*

— *Papel almaço para artigos.*

Tirar e remeter-me:

— *Do meu quarto de vestir, papeleira que fica ao lado da minha secretária, gavetas à direita de quem olha para ela, segunda ou terceira a contar de cima, — um artigo meu sob o título Pasquino e Marfório (¹).*

— *Da biblioteca, estante situada entre as duas portas do corredor, lado esquerdo, terceira ou quarta prateleira, contando de baixo, uma obra de lombada preta em dois volumes, com o título Duvergier d'Hauranne: Les abus d'autorité en France.*

(¹) Ainda nessa estante, na mesma parte envidraçada, primeira ou mais provavelmente segunda prateleira, a contar de baixo, um volume com o título *Liberté individuelle*.

— Do gabinete, estante oposta às janelas, primeira ou segunda prateleira a contar de cima, segundo ou terceiro corpo a contar da esquerda, — Carrara, Diritto Criminale, Programma, Parte speciale; o volume onde estão os §§ 2.760 a 2.779.

Aqui temos uma série de recomendações, que Rui me enviou, ou que eu de suas mãos trouxe, vindo de Friburgo. Nas aparecem o dr. Ulisses Brandão, seu companheiro de escritório; o Caldas, que lhe prestava serviços de solicitador sem ser um seu empregado; e o des. Palma, seu amigo de sempre. Os "autos Morro Velho" deram na *Apelação n.º 570* — Supremo Tribunal Federal — Apelante: Companhia de Mineração de S. João d'El-Rei. Apelada: Associação Nacional de Mineração no Brasil — Razões de apelação — Rio, 1903, Tip. do *Jornal do Comércio*, 40 págs. (Com Ulisses Brandão) — conforme se vê do n.º 222 da bibliografia elaborada por Fernando Néry. — Rui estava às voltas com um conhaque recebido da Europa, do qual queria desfazer-se. E vem ao caso o Emílio, que dirigia a loja de comestíveis e bebidas chamada *Casa Viúva Henry*. — As recomendações relativas a livros, deixando ver como eram os repoussos de Rui, já são conhecidas como singulares expressões de sua extraordinária memória visual, no que tangia com a sua biblioteca. Mas essas recomendações, é preciso que se diga que êle não as fazia senão a mim, numa excepcional demonstração de confiança, que a necessidade lhe impunha. — Sobre o artigo *Pasquino e Marfório*, cabe o esclarecimento de que não há êste trabalho na obra jornalística de Rui.⁽¹⁾ Há, sim, *A saburra de Pasquino* em *A Imprensa* de 17-10-1900. E tão bem lavrado, que está em *Primores*, pág. 239. Sabe-se que, atingido por êsse artigo, José do Patrocínio, tomando por muletas a Guimarães Passos e Olavo Bilac, produziu o *Tartufo*, em resposta, que saiu 48 horas depois, na *Cidade do Rio*.

280 — c) MEMÓRIA VISUAL

Manda-me êstes dois livros:

Arte de Amar (Ovídio). Está no meu quarto de vestir, estante prête do canto onde se põe os vasos, 3.^a prateleira, contando de cima.

Litré: *Médecine et medecins* — Está na minha biblioteca, estante prête estreita, q. fica junto à porta da escada do segundo

⁽¹⁾ *Pasquino e Marfório* existe, em manuscrito. Rui nunca o publicou. Naturalmente não o julgou bem apurado. Constará de um volume suplementar de artigos inéditos, aliás, bastantes. (Esclarecimento do dr. A. J. Lacombe).

andar, parte envidraçada, 1.^a prateleira contando de baixo. O volume acha-se deitado.

Não é assombrosa essa segunda demonstração de excepcional memória vistual? (Se guardo o original, é porque o recado foi a mim.)

281 — d) LISTA DE ENCARGOS

Encom.^{as} a Carlito, 3 agosto.

- Receber no Bco. e na S. Am. a importância do dois recibos juntos: 7:100\$000
- Recolhê-la ao London Bank.
- Dar aí a m.^a caderneta, p.^a escriturar.
- Pedir no alemão um caderno de cheques.
- Ver a importância dos meus 2 cheques p.^a os Est.^{os} Unidos.
- Receber os meus honorários na *Light*.
- Ver o recibo da fábrica de gêlo.

Estas encomendas, de 3 de agosto (?), serão de Petrópolis, e de nunca antes de 1905, pois Rui já era advogado da *Light*. — Tinha êle pequenos fundos no *Banco Alemão* e na *Sul América*, resultantes, quero crer, de caucionamento das apólices municipais recebidas do com. Marinhais, e tratava de transferi-los para o *London Bank*, de sua preferência. — Cheques para os Estados Unidos, só por fôrça de compra de livros. — Eram mensais os pagamentos das contas de gêlo, que as famílias acumulavam em apropriados depósitos, para utilizarem-no convenientemente. Ainda tardava a invenção das geladeiras, que nos chegaram um pouco depois de Rui.

282 — e) ASNÁTICO, SUJO, PORCO

Carlito.

Vê como saiu asnático o meu editorial de hoje. Nem por ser tão pequenino o meu pobre artigo, mereceu cuidado à revisão. Definitivamente é preciso demitir êsses revisores, analfabetos, ou relaxados, ou então me demitirei eu; porque não estou para aparecer tôdas as manhãs em público sujo e porco, agüentando com a responsabilidade de tolices.

Seu do C.

RUI.

Se Rui indicasse o título do artigo, ter-se-ia facilmente a data desta explosão, que era mais uma. Enchia-se êle de razão, mas os sabões dêste cunho serviam apenas para ser mostrados aos réus.

Maus revisores havia-os em todos os jornais da época, e não só em *A Imprensa*, enquanto os bons não estavam à espera de vagas para o lugar dos que fôssem demitidos. Seja como fôr, eu era quem mais purgava.

283 — f) PAGAMENTOS IMEDIATOS

Carlito pagar

— Luciano	120.000
— Emília	60.000
— Jard. ^{os}	270.000
— Bened. ^o	20.000
— Chiquita	200.000
— Roupa lav. ^a	
	670.000
— Tia Elisa	20.000

Mais um encargo de pagador, que Rui, fora do Rio, me deu, visto que eu era quem, como procurador, recebia o seu subsídio no Senado. Os contemplados foram o Luciano, cocheiro (o do desastre que já deixei narrado); a Emília, mordoma, portuguêsa, que sabia defender como nenhum outro serviçal os interesses dos patrões; os jardineiros Antônio (o mais velho) e Luís, môço e benquisto, mas que a certa altura deixou o trabalho, para fazer-se banqueiro de jôgo-de-bicho; e o Benedito, encerador, que funcionava duas vezes por mês, a 10\$000 de cada vez. Ainda mais: as mesadas carinhosas à filha casada, Chiquita, e à estimada Tia Elisa, que de nada precisava à sombra da afeição de Rui e Cota.

284 — g) MAIS PAGAMENTOS

Tomar no Lond. & Brazilian B.

a m.^a caderneta.

— Pagar ao <i>Sacré-Coeur</i> :	Rs. 845.400
V. de Carvalho, 105, Quitanda.	
3.703.680	
500.000	
845.400	
	5.049.080

Nesta nota: um pagamento ao colégio de Baby e mais duas outras quitações, indeterminadas, parecendo que uma delas à firma Vaz de Carvalho.

285 — h) OUTROS PAGAMENTOS

Compras p.: Carlito

— Contas pagas:

— De Didot & Ferreira, em	
26 nov ^{bro} 1907	Frs. 4.411 —
— De E. Carpentier (um ves-	
tido verde p. ^a a senhora)	250

	Frs. 4.661.

Vindo Rui de Haia, trouxe-me satisfeitos os pedidos acima. A primeira firma era responsável pelo *Palais Royal*, de quem teria sido a compra, a mim solicitada. Naquela ocasião, presenteou-me Rui com um belo tapete, adquirido na Europa.

286 — i) DELICADEZA

6 nov.

Carlito:

Aí vai o incluso telegr.^a, q. aqui recebemos ontem quase às 11 horas da noite, e abrimos p.^a ver se haveria urgência em lho remeter imediatamente.

Seu cunh.^o

R.

Aqui, apenas, a ser salientada a delicadeza de Rui em explicar-me por que abriu um telegrama para mim, que fôra ter em S. Clemente, entre as centenas dos despachos, que na data de seu aniversário ali teriam sido recebidos.

Podemos chegar ao fim.

DEUS SEJA LOUVADO !

APÊNDICE
PALAVRAS DO REDATOR

I

Desde que entramos a conhecer detidamente, fichando-a, a correspondência de Rui Barbosa, na *Casa* que lhe guarda o nome aureolado — encargo com que nos distinguiu o dr. Américo Jacobina Lacombe — víhamos nutrindo o desejo crescente de uma aproximação com a pessoa do sr. Carlos Viana Bandeira, nome que, naquela caudal de documentos em que tanto se refletem fatos da mais grandiosa vida brasileira, freqüentemente aparece, ou por extenso, ou nas simplificações de Carlos, Carlito e Bandeira.

Por sua idade, já não era pessoa encontradiça em rua, sabíamos nós, como estávamos informado de residir êle num apartamento em Copacabana. Mas, a que razoável pretexto solicitarmos-lhe que nos acolhesse em seu lar e nos dispensasse alguns minutos de atenção? A fim de conversarmos sobre Rui? Não o constrangeria isto com estranho para o qual poderia deixar de ter justas reservas? Permiti-lo-iам suas comodidades de otogenário?

E eis que o dr. Lacombe nos faz a proposta de um encontro com o sr. Carlos Bandeira, em casa dêste, para encarar-se a possibilidade de redigirmos nós o livro de memórias em que êle, Bandeira, pensava, sobre sua vida ao lado de Rui Barbosa, seu cunhado. Isto, em junho de 58.

Sinceramente sentimos que se esperava de nós tarefa especiaíssima, talvez superior aos nossos recursos intelectuais; mas a aspiração a que já nos referimos atuou-nos irrefreável, e aceitamos.

Ajustados dia e hora, lá fomos: o dr. Lacombe e êste seu criado. Nossa Senhora de Copacabana, n.º 860, 10.º andar. Residência de um feliz casal ancião, irrepreensível quanto aos arranjos domésticos e ao bom-gôsto sem ostentações. De relance: sala-de-recepção distintamente montada e guarneida de molduras e óleos de inteligente seleção, entre os quais avultava o retrato em ponto grande de d. Guilhermina Viana Bandeira (Iaiá); sala-de-jantar igualmente condigna, em ambiente leve e alegre, abundante de jarras, pratarias, faianças e *bibelots* antigos; pequenino jardim-de-inverno de

variedades bem escolhidas e viçosas; gabinete, de cujas paredes pendiam fotografias singulares ou de grupos, a mostrarem figuras de antepassados, de parentes menos remotos e de raros amigos dos donos da casa, predominando os relativos à família tanto de Rui como dêles. Dêste, uma ampliação em 3/4 do porte natural, reproduzindo foto muito divulgado, da época de Haia.

Valham apenas êste traços em demonstração de que os habitantes daquela morada, se vinham de ontem, traziam modernizados a vida e os hábitos, não só pelo espírito sempre jovial de d. Iaiá, como por seu meio social, de que não podiam retrair-se. Por que não eram uns insulados. Se relações afetuosas não lhes restassem (ali, tivemos a honra de ser apresentado à exma. Viúva Raul Airosa, único rebento da prole de Rui, que nos restava conhecer), nunca lhes faltavam os filhos Carlos, Rui e Fernando, as duas noras gentis, os netos varões e graciosas consortes, e a garrulice dos demais descendentes. Lá estavam sempre e sempre, como anjo tutelar de tal velhice abençoada, a filha Maria Luísa, cuja fidalguia não nos propomos evidenciar, e seu marido, o sr. Joaquim Dias Garcia, observador, reservado e extremamente polido.

Foi nesse meio e nessa convivência que passamos a elaborar as presentes memórias.

A princípio, posta à nossa disposição a máquina de escrever solicitada, supusemos que poderíamos ir datilografando o que do memorialista fôssemos ouvindo, para a posterior coordenação e formalização. Quem disse? O homem dispunha de um arquivo apreciável, guardava muitos apontamentos e possuía memória de tal modo fluente e inesgotável, que não havia datilógrafo que lhe desse jeito.

Passamos, portanto, a conversá-lo sobre fatos e pessoas e a tomar, com registros mentais, fartas anotações e lápis, num critério cronológico indispensável à seqüência que as circunstâncias permitiam.

Estabelecemos entre nós que nossos encontros seriam aos sábados, desde pela manhã. O trabalho cessaria à hora do almôço-ajantarado. D. Iaiá presidia-o com o calor do sorriso que nunca lhe faltava. Era quase infalível a participação do casal Dias Garcia e também a presença de filhos e noras, sendo igualmente habitual o novel par Carlos José Bandeira-Helena Whitacker Dias Garcia, esta como que escolhida para dar aos futuros habitantes de seu lar a aparência viva da mais encantadora das fadas dos contos que os esperam.

Trazendo conosco as nossas anotações e a cabeça cheia de pormenores correlativos, madrugávamos ao domingo seguinte diante do papel em que fômos vertendo fato a fato, registro e registro, epi-

sódio a episódio. Passávamos os relatos (assim sempre lhes chamaríamos) a máquina, aos cinco, dez ou mais, no correr da semana, e os líamos da Tijuca, pelo telefono, ao sr. Carlos Bandeira; e, conforme suas ponderações ou objeções, os refundíamos e de novo os datilografávamos, para serem ainda discutidos de viva voz e dados como definitivos, *por enquanto*, no próximo sábado.

Passo a passo, assim marchamos até ao mês de outubro. Não queremos esquecer que na discussão dos relatos, o sr. Carlos Bandeira, com o zêlo muito seu de deixar tudo bem preciso e certo, invocava de quando em quando o testemunho de d. Iaiá. Chamava-a ao gabinete e lá ela aparecia afável, demonstrando o gôsto que tomava no empreendimento do marido. E sua palavra era, afinal, a luz que se buscava.

Em novembro, d. Iaiá passou a sorrir um pouco artificialmente. Crucavam-na de-mais-a-mais as dôres, que depressa a levariam ao leito. Amiudava-se em casa a presença do médico e de enfermeiros com as suas agulhas e seringas. Ainda bem que já estava concluída a primeira parte d'este livro. Dentro em pouco, era a paciente removida para o solar Dias Garcia, na Rua Santa Clara, n.º 205, a estar ainda mais sob os olhos da filha, que por ela se desvelava. Deram-se aí ligeiros encontros nossos com o sr. Carlos Bandeira, que só por honra da firma os enfrentava. Sem demora, os nossos colóquios foram forçosamente suspensos. Já tínhamos passado a elaborar em casa a segunda parte — comentários às cartas de Rui — ouvindo pelo telefono o autor, ainda em seus aposentos. Alinhaváramos essa metade, também já quase ao término, em seu primeiro lançamento, quando ele e a espôsa sofredora se internaram no *Hospital dos Estrangeiros*.

Restava a fazer-se, pois, uma revisão bem ponderada de todo o trabalho lavrado de primeira-mão. Esta revisão deixou, entretanto, de realizar-se de imediato em razão do exposto. Em meados de dezembro era d. Iaiá operada. A 30, partimos para a Bahia, como tanto necessitávamos. O estado de d. Iaiá tinha alternativas em que todos quantos por ela oravam punham fugaces esperanças, visto que seu mal devia sanar-se pela cirurgia. E foi assim que, distante, vimos a saber que ela, a 8 de janeiro d'este ano, entregava sua alma tranqüila ao Criador, tendo recomendado ao marido, sem mais ânimo nem estímulos, que concluisse seu livro, para que os filhos ficassem conhecendo-o melhormente.

Em fim de março, regressamos da Bahia e voltamos à presença do sr. Carlos Bandeira, definitivamente em casa da filha, por estar desfeita, sem mais razão de ser, a de Nossa Senhora de Copacaba-

na. E recomeçamos a trabalheira, enquanto êle, nisto, passava a ser um homem arrasado.

Tais foram os dolorosos percalços.

II

Aprovado pelo sr. Carlos Bandeira, em nosso segundo ou terceiro encontro, o esquema de seu livro, duas dificuldades passamos, como redator, a enfrentar. Uma foi a de conter-lhe a intenção de estender-se em demasia, querendo trazer a cada passo de suas afirmativas as provas, havendo-as em suas gavetas. Não teria fim a inserção de cartas e mais cartas, a êle dirigidas. São elas, em muito, de algum valor; mas nem tôdas se relacionam direta ou indiretamente com Rui, está-se a ver. Sugerimos-lhe, pois, que procedesse em seus papéis a uma seleção, em que se distinga o que diz sómente a sua pessoa do que fôr condizente a Rui, de modo que esta parte venha a ser recolhida à *Casa de Rui Barbosa*, à qual êle não tardará a doar as próprias cartas do seu glorioso cunhado, neste livro comentadas, como já fêz com aquela grande ampliação em 3/4.

A outra das sobreditas dificuldades quase não a vencemos, por consistir em omitir-se tôda reminiscência no caso de ofender à memória de quem quer que seja, ou a descendentes de terceiros. De certo, é muito sensato êste cuidado e, à vista dos princípios e do caráter, como da própria sensibilidade do autor, muito natural. Ah, se êle se propusesse a dizer, nu e cru, muita coisa que há de levar no peito para o túmulo...

Não foi, contudo, sem possível coibição que o sr. Carlos Bandeira assim procedeu. Homem cujo feitio o habituou a perdoar aos seus malfeiteiros de tôda espécie, começando pelos agentes do Mar. Floriano Peixoto, de quem, aliás, não guarda rancor e em quem reconhece boas qualidades, — não sabe, todavia, descontar a revolta que lhe causam as injustiças outrora feitas a Rui e, agora, à história de sua vida. A êste e àquele biógrafo toma das obras e aponta, inflamado, a ofensa, o êrro, o desacérto comprometedor da verdade. Insinuar-se que Rui foi desonesto; dizer-se que êle dispunha de burras cheias ou gozava existência faustosa, superior à do seu oneroso nível social e de seu valor de homem, que se via obrigado a receber, mais do que outro brasileiro, as celebidades mundiais vindas a êste país; admitir-se que Rui auferiu proveitos indiretos do jôgo, como acionista do *Frontão*, quando, quer êle quer seu cunhado, eram de inteira aversão a tal vício e o *Frontão* não podia ser apontado como centro de jogatina, e sim de diversões esportivas, sem baralhos, nem dados, nem fichas. — tudo isto ainda o revolta e entristece.

Coisa singular é essa, mas que tem sua explicação. O menino Carlos Bandeira perdeu o genitor, de quem era o animado caçula, aos 6 anos, e, logo, com aquela que o trouxera à luz, passou a viver à sombra de Rui. Cresceu, testemunhando-lhe de perto as finuras da alma e os prodígios do talento. Mediu-lhe, como pôde, as proporções dos grandiosos atos de homem público. Amou-o (pondor de parte a esposa e os filhos, futuramente) "sobre tôdas as coisas". Nada sabia pedir-lhe, nem esperou dêle, sequer, o sacrifício de levá-lo a uma escola superior, de onde saísse doutor. Deu-lhe tudo o que lhe podia dar dignamente. Por êle sofreu tudo o que se lhe impôs como sofrimento. Outro, que fôsse, ao ver-se livre da prisão onde se achava quando a esposa, bem jovem, lhe ofereceu o segundo filho, já falecido o primogênito, outro exclamaria: — "Chega! Basta!" — Mas, ao contrário, tornou como que com forças dobradas a cuidar dos interesses do exilado, tanto quanto dos seus.

É que Rui lhe tangera, desde aqueles 6 anos enlutados, as coradas do débil coração com a mesma doçura com que antes o havia feito Alfredo de Ferreira Bandeira, o bondoso senhor de glebas na Restinga às margens da foz do Paraguaçu, tão desanimado de cultivá-las. De fato, Rui, em várias de suas cartas a Carlos Bandeira, lhe afirma que o tem como a um filho. E isto não era efusão do momento, não. Tanto assim que num livro que d. Maria Augusta ofertou, do marido extinto, ao mano dela (livro que o acaso nos deparou, entre outros por nós compulsados em Copacabana), lemos estas palavras corroborantes: — "Ao meu querido irmão Carlito, aquêle a quem meu Rui sempre quis como filho..." Isto, em 1943.

Nesta ordem de apreciações, somos levado a sentir que a dedicação de Bandeira a Rui foi tão absoluta e integral, que, por ela, êle — homem inegavelmente ativo e empreendedor, decidido e ousado, como nasceram um Mauá, um Laje, um Delmiro de Gouveia — falhou ao seu destino, mentiu ao seu sangue, porque, desrido de egoísmo diante de Rui, não compreendia nada em sua vida sem um lugar para êle. E êste, a seu lado, já não podia conduzir-se sem tê-lo à mão.

Como um portador de recados, um executor de ordens subalternas? Absolutamente, não! Não, porque o critério, o ânimo, o desprendimento, a clarividência de Carlos Viana Bandeira, desde cedo revelados, se tornariam em instrumentos maiores da ação de Rui na guarda elevada de seus interesses. Rui, até morrer quase que nos braços dêle, não sabia — insista-se — prescindir do concurso, dos conselhos e dos passos dêsse filho antecipado. E tamanho lhe era o bom-senso, que excedia, sem dúvida, o de todos os íntimos do grande Conselheiro. Aqui estão as advertências, que lhe fêz Bandeira, ex-

pontâneas ou não. Aqui estão as iniciativas. Aqui, as resoluções sem consulta prévia, que só deixavam a Rui o caminho de aceitar. Como os acertos de Rui, por inspiração dêle, Bandeira; como os erros, um e outro bem graves, que Rui cometeu por se afastar dos avisos dedicados e sinceros.

Fôsse Bandeira homem mediocre, por certo que se encheria de timidez e não iria além da sala-de-jantar de S. Clemente. Nem participaria, com a esposa, da vida social de Rui e de d. Maria Augusta, em banquetes, teatros, atos fúnebres ou religiosos, nos quais Rui estimava a companhia do jovem cunhado. Nem lhe dispensava a atenção que sempre lhe dispensou o mundo de lutas em que Rui se agitava. Senão, quem foi o procurado pela alta política para tentar Rui a candidatar-se à presidência da República, em dezembro de 1913? E quem foi o solicitado pela mesma alta política para induzi-lo a aceitar a embaixada brasileira à conferência-da-paz, em 1918? As provas aqui se apresentam. Delas é farta, ainda, a correspondência guardada na *Casa de Rui Barbosa*. E se quiserem uma, eloquente, de como Bandeira sabia discernir e opinar, mesmo em proveito de juristas ligados a Rui, atente-se nesta carta por nós colhida no meio daquela documentação:

*"EDMUNDO BITTENCOURT
Advogado*

Rio, 24 de abril de 1901.

Exmo. Amo. Sr. Cons.^o Rui Barbosa.

Só hoje posso dar a V. Exa., por escrito, o relatório dos negócios da liquidação da Maraú, que, verbalmente, tantas vezes hei feito a V. Exa., na parte que concerne aos Snrs. John Grant & Cia.

Houve demora porque, como V. Exa. sabe, estive doente, e depois porque só ante-ontem o Dr. João Figueiredo, advogado do Banco e do síndico, me pôde dar os papéis e documentos da liquidação, bem como as contas do Banco, para examinar, conforme me fora ordenado por V. Exa.

A liquidação da Maraú produziu Rs. 259:000\$000 que foram depositados pela Companhia de Seguros Nacionais, síndico da liquidação forçada, no Banco Intermediário e uma pequena parte, cerca de 40:000\$000, no Banco Nacional.

As despesas da liquidação importaram em Rs. 17:300\$000.

Ficou pois a quantia de Rs. 241:700\$000 para ser rateada entre 15.750 debêntures de um empréstimo que a Companhia contraiu, e que, como é de lei, foi classificado em 1.º lugar para pagamento.

Tocou, pois, a cada debênture Rs. 15.346.

John Grant & Cia.

nos mandaram, para se requerer a liquidação forçada, duas letras, de uma enorme importância em moeda esterlina. Estas letras foram classificadas como títulos quirografários. Mas, depois de me ter dirigido ao Sr. Anderson, con quem sempre me entendi, sobre os negócios da Maraú, soube que John Grant & Cia. eram também debenturistas.

Chamados os debêntures em circulação, apurou-se que John Grant & Cia. tinham direito a

9.066 debêntures

e a diretoria da Companhia (digo a V. Exa. isto com a devida reserva) não teve dúvida em dar-me um certificado daqueles títulos.

9.066 debêntures a Rs. 15\$346 dão Rs. 139:126\$836.

Portanto, John Grant & Cia. deviam receber Rs. 139:126\$836.

Logo que chegou a época de serem pagos os credores, fiz pressão sobre o Banco Intermediário para haver o pagamento da parte que cabia a John Grant & Cia. Uma das pessoas que vieram interceder para que eu não liquidasse o Banco, foi o Sr. Carlos V. Bandeira, cunhado de V. Exa., o qual, sensatamente, ponderou-me que eu nada lucraria com semelhante procedimento, porque o Banco, efetivamente, estava sem recursos, mas, graças à atividade do Dr. Rêgo Barros, seu ilustre presidente, e sobre-tudo atendendo as boas relações d'este, era possível que em breve viesse a melhorar de condições. O conselho foi bom e prático, porque graças a élle ainda se pôde receber alguma cousa do Banco, como V. Exa. vai ver daqui a pouco".

.....

.....

E então?

Se se quiser, porém, demonstração de capacidade intelectual, cumpulse-se o magnífico exemplar da revista *O Tempo*, edição comemorativa do falecimento de Rui. Era ela dirigida por Alfredo

Rui Barbosa e Carlos Viana Bandeira. Mas, o que se pode sentir, pelo comprovado gôsto do segundo por órgãos de publicidade, e o que se há de colhêr de indagações que se façam, é que essa caprichosa publicação, — farto repositório de elementos de toda variedade para os biógrafos do egrégio brasileiro, — resultou tanto da atividade, do empenho, do esforço, da tenacidade e mesmo da inteligência de Bandeira, quando de Alfredo Rui, cujos méritos não pretendemos desfazer; e, ainda, da colaboração do dr. Mário de Lima Barbosa.

III

As memórias do sr. Carlos Bandeira, ei-las, pois, com o valor que possam ter, menos pela forma, que lhes demos, do que pela essência, que é dêle. E não será dêle, por igual, o melhor da forma? Estamos a afirmar que sim, não passando nosso concurso a mais do que o de mero rabiscador. Simples que ela é, sem dúvida a refletir, como fita gravada, sua palestra singular, ao impulso de memória espantosa, como é a das inteligências amadurecidas no hábito das mesmas intensas recordações. As expressões foram por él bem sentidas. Imagine-se que tendo nós escrito que Rui e a mulher vieram ao Rio em *viagem de núpcia*, com isto não concordou o autor, afirmando que a excursão foi de recém-casados, porém não de núpcias. As minudências vêm, frescas, dos largos escaninhos ou reservas abundantes de lembranças. As redundâncias, — que as há e só um paciente trabalho de refusão as sanaria, — resultam do poder de tal memória, pelo qual a determinado sujeito (pessoa) deve acompanhar por fôrça o principal dos predicados (o fato mais impressionante que a él se liga). Assim é que, por exemplo, não há como referir-se o nome de Leovigildo Filgueiras sem se repetir sua qualidade de florianista exaltado. E os diálogos? São, *ipsis verbis*, do autor. Chame-se este, hoje, a narrar sua visita a Pinheiro Machado (a da véspera do duelo) e gravem-se-lhe as palavras. Faça-se o mesmo daqui a um ano. Comparem-se as duas gravações. Serão fatalmente iguais. É a nossa experiência. Os diálogos do livro são, evidentemente, da maior profundeza de um cérebro nunca perturbado pelos efeitos do fumo, ou do álcool, ou de enfermidade crônica, fatores jamais computáveis na saúde do sr. Carlos Bandeira.

IV

Agimos, portanto, como rabiscador atilado no coligir e concatenar os dados, que do autor colhemos, para dar a cada qual seu lugar nestas páginas. No final das contas, sobraram as seguintes an-

tações, que nós, como fiéis depositários, tratamos de restituir ao dono em o volume que lhe pertence. Vejamolas, a esmo :

a) Impressionava-se Bandeira com o tempo que Rui perdia em coisas de somenos, como respostas a inumeráveis cumprimentos, arrumação de papéis, obtenção de cópias de trabalhos seus, etc., para o que nem sempre podia contar com o auxílio da filha Maria Adélia, mãe de família; e, afinal, lhe perguntou : — “Por que não toma um secretário, para V. poder cuidar melhor dos seus trabalhos de advogado ?” — E ouviu : — “Eu disporia de um secretário natural, Carlito : o Batista, que me deu as melhores provas na campanha civilista, em São Paulo; mas êle tem os seus quefazeres. Nenhum melhor do que êle me satisfaria”.

b) Tinha Rui a casa do Flamengo repleta, na segunda ou terceira data da proclamação da República, quando algum dos presentes, em volta da mesa de jantar, lhe perguntou : — “E agora, Rui, que é que vocês vão fazer ?” — “Atos, atos e mais atos !” (Textual.)

c) O drama das freqüentes faltas de recursos em S. Clemente era às vêzes de tal ordem, dadas as despesas que a todo o momento surgiam imprevistamente, que d. Maria Augusta, a tesoureira do lar, vivia horas aflitivas no receio de atormentar o marido por semelhante motivo, além dos mais. Certo dia, tomou ela a decisão heróica de mandar ao penhor algumas de suas jóias. Quando, pouco depois, entrou Rui na posse de certa quantia proveniente do contrato do Amazonas, houve da parte da mulher, acumpliciada com o irmão, alguma *diplomacia*, a fim de ser obtida a quantia necessária ao resgate. Rui, despertado, chocou-se profundamente : — “Minha filha, tu a recorreres a semelhantes recursos sem eu saber...!”

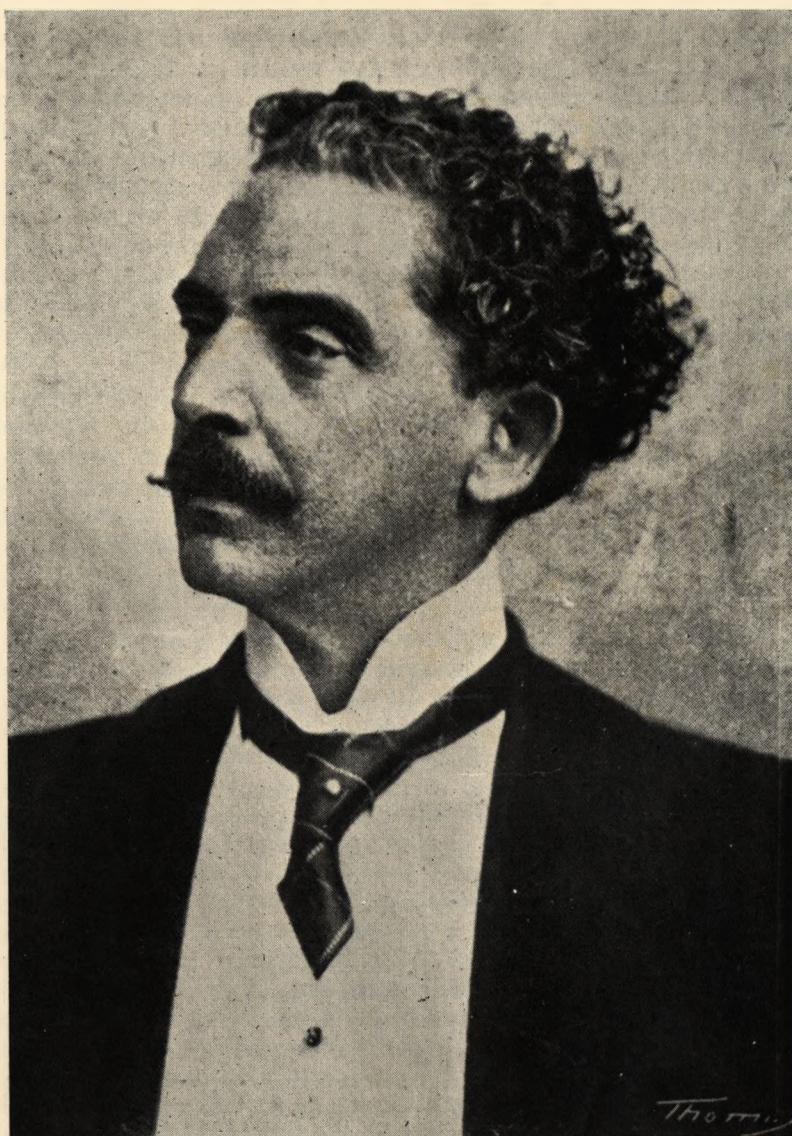
d) Numa das grandes recepções que Rui deu, aliás raras, já refeito dos estragos do exílio (talvez pelo casamento de Francisca, em 1900), os salões imersos em flores e luzes e o parque também profusamente iluminado, dois personagens de alta linha o percorriam, pasmos de admiração. E um dêles só tinha para o outro uma exclamação própria do seu caráter : — “Que ladrão...!” “Que ladrão!” — Muitas vêzes, futuro a dentro, Rui continuaria a estender-lhe a mão benfazeja, sem nunca ter sabido disto, que a Bandeira contara o outro dos dois personagens, seu amigo.

e) Contrariando fortemente d. Maria Augusta, foi que Rui se decidiu a partir para a Bahia, em fins de 1919, no propósito de lutar, como lutou, pela candidatura do dr. Paulo Martins Fontes ao governo do Estado. As passagens já estavam compradas para os dois, a neta Maria Augusta Airosa e o mordomo Antônio. As malas prontas. O vapor de saída, chegando-se a pensar em obter-se o adia-

mento para o dia seguinte, o que levou Mário de Lima Barbosa a telefonar para o Lóide. É que d. Maria Augusta fincava o pé: Não iam! Achavam-se todos da família e alguns íntimos ainda à mesa, concluído o almoço, enquanto a casa se ia enchendo de correliogionários e amigos em despedidas. E eis que se faz presente o sr. Carlos Bandeira, a chamado de Rui. Este, notando-o, falou-lhe calorosamente: — “Veja o papel de sua irmã! Opõe-se à nossa viagem à Bahia! Que diz a isto, *seu Carlito*?” — “Respondo apenas que se Você já assumiu o compromisso e os amigos lá o aguardam, não há outro remédio. Nem você nunca foi homem de recuar de suas decisões por motivo nenhum...” — “Estás ouvindo, minha filha?” (Arrematou ele, de modo decisivo.) — Os circunstantes impressionaram-se com a cena. D. Maria Augusta submeteu-se, contristada, diante de um mau presságio, que já não podia arredar de seus passos. É que seu primo, o dr. Augusto César Viana, lhe havia telegrafado dizendo que, naquela ocasião, a vida de Rui corria perigo na Bahia.

f) Relativamente a “imortais” e à Academia Brasileira de Letras, o Sr. Carlos Bandeira não se estende. Refere que, desde quando Rui regressou de Haia, glorificado, em fim de 1907, ele, narrador, passou a sofrer a maior caça em sua vida por parte de todo o mundo, fora do círculo de Rui, que pensava em resolver problemas vitais ou atender a altas aspirações, valendo-se do prestígio de seu cunhado. Foi assim que um simpático titular, já de elevada expressão no mundo oficial, o procurou para pedir que fosse a Rui como portador de solicitação de voto em eleição no *Silogeu*. Bandeira fê-lo prontamente. Rui ouviu-o e entressorriu: — “Como pode um homem que não é literato querer entrar para a academia, *seu Carlito*?! Não, isto não! Se você pedisse para ele, por exemplo, o lugar de chefe-de-policia, vá lá... porque talvez servisse, enquanto esta parece que não anda muito a contento; mas, para a academia...” — Tanto sendo ouvido, mais ou menos assim, Bandeira passava agora ao largo do alcance dos pluminítivos, só não podendo esquivar-se de um Emílio de Meneses, que em suas horas difíceis sabia encontrá-lo, mesmo às 10 da noite, no *Diário de Notícias*, e com quem não se aborrecia. Ainda não havia começado a preamar dos “expontentes”.

g) Pergutamos ao sr. Carlos Bandeira como explicava ele sua demissão do emprêgo na Fazenda, nos primeiros dias do governo do mar. Hermes, quando ainda contaria com a boa-vontade de Pinheiro Machado. E ele assim esclareceu: do próprio marechal não esperava nenhuma vingança contra Rui. Conhecia-o pessoalmente desde tempos do Governo Provisório. Tinha-o como homem de bons sentimentos. Em várias ocasiões, saindo bem tarde do seu jornal, encontrava o então comandante da Policia Militar nas suas



GEN. J. G. PINHEIRO MACHADO
(Grande amigo do Autor, que lhe reverencia vivamente a memória.)

habitais excursões solitárias pelas ruas do centro. Aproximavam-se um do outro. Dizia-lhe o general: — “Venha fazer comigo a digestão”. — E lá se iam, comentando os fatos do momento. Nessa qualidade, Hermes recebeu de Rui dois pedidos por escrito em favor de miseráveis presos (não importam seus nomes), para que se lhes amenizassem os rigores do cárcere. Tais apelos foram bem recebidos. Logo que Hermes assumiu a presidência da República, Carlos de Sousa Dantas (cem por cento ruista ativo e exaltado) correu a Bandeira: — “Vamos ser demitidos!” — Bandeira não quis ir a Pinheiro. Preferiu Silvério Néry. Este recebeu-o no quarto de vestir. Estava a molhar a base do peito duro da camisa. — “por que faz isto?” — Para não me incomodar, quando a usar.” — E quanto ao principal da visita: — “Nada receie, meu amigo. Nós temos a nosso lado o Pinheiro. Ele não consentirá. No outro dia, o Charlô: — “Olhe, Carlito, nossas demissões já foram lavradas!” — E logo mais o órgão oficial as publicava. Bandeira tornou a Silvério, que, um tanto amolado, foi com a fôlha a Pinheiro. Este correu ao Catete e não tardou a volta ao colega do Senado para dizer-lhe que já não podia fazer mais nada, porque as demissões eram coisas assentadas nos círculos do marechal. Não se referiu ao ten. Mário Hermes, que, depressa, colocou um apaniguado na vaga, para vê-lo sem tardança demitido, tantas foram as propinas que este recebeu e as extorsões que praticou, agindo deslavadamente. — Esta, a história da demissão do autor, em 1910.

h) Lembra o sr. Carlos Bandeira que Rui custou a ver-se livre de terríveis campanhas (falsas imputações e difamações odiosas), cujos autores tiveram seus pretextos e não ficaram incógnitos. Uma delas, dando-o como ateu e anticlerical, ainda na monarquia, é bem conhecida. Outra, em que ele era apontado como enriquecido no poder, tinha por principal agente, na Bahia, uma parenta de casa, ou a baronesa de Alenquer, de fortes vibrações verbais. É que um filho desta (Carlos Ferreira Bandeira) se tomara de amores pela bela prima e, pedindo-a em casamento, se vira por ela recusado. Preferindo, depois, a Rui, havido naturalmente como plebeu, os barões sentiram-se feridos em seu orgulho, e assim a fidalga não perdia ensejos de tentar humilhá-la, denegrindo-lhe a reputação do marido. Mas essas e outras campanhas não lograram aprofundar-se na consciência popular como se deu com aquela em que se atribuía a Rui desprêzo tal pela gente pobre, que até conseguiu da *Light* — dizia-se e repetia-se — a exclusão da Rua São Clemente do itinerário dos reboques de 2.^a classe. Foi tão maldosa essa propalação e tamanha prevenção ela, naturalmente, provocou entre as classes humildes, contra Rui, que alguns de seus amigos entraram a procurar-lhe o móvel e a autoria. Chegou-se, daí, à conclusão de que

tudo provinha da malquerença de Irineu Machado. Este, já indisposto com Rui desde a campanha das chamadas *cartas falsas*, e homem que sabia insinuar-se no seio do povo, começou a murmurar, aqui e ali — ao que se verificou — não ter a *Light* feito mais do que obedecer a imposição do Conselheiro Rui Barbosa, seu grande advogado, porque não se agradava êle de ver a pobreza transitando diante de seu palácio. E eis a gente do povo a lançar maus olhos de natural revolta à casa de S. Clemente. (*) — Não tinha limite a imaginação maléfica de Irineu Machado. Dêle, entretanto, Rui não esperaria isto. Ninguém se afigurara tão ruista e civilista quanto êsse homem terrível. E se inúmeros civilistas muito sofreram por o terem sido (haja vista o caso do dr. João Mangabeira, a quem Rui tanto queria entre os deputados eleitos pela Bahia ao tempo de Hermes, assim como outros, de vários Estados), tal não se passou com Irineu Machado, que, graças às resistências do civilismo em Minas e às mais constantes recomendações de Rui, se viu com dois diplomas na deputação federal da época, tendo de optar por um, e, portanto, bem a coberto das depurações do momento, porque a duas amarras. Certo é que, se Irineu, homem de lutas, bem valia como correligionário, era um correligionário que mais pensava em si. Vitorioso o hermismo — recordação esta, que se segue, do Sr. Carlos Bandeira — Irineu apresentou-se em S. Clemente com ares de vítima e palavras e atitudes tais, que Rui, em sua biblioteca, perdeu a paciência e explodiu: — “Está com pressa de aderir ao Pinheiro? Se quer, adira logo!” — Não houve essa adesão; mas haveria, enfim, motivo qualquer, mais dia menos dia, que separasse o chefe idealista do seu comandado egoista. E com a separação, provocada pelo último, a vingança... Assim cremos.

i) O sr. Carlos Bandeira sorri quando nota o interlocutor a admitir que êle, pelo menos, não podia deixar de sentir-se importante por seu parentesco e suas relações com Rui, ou, ainda mais, pela perfeita confiança dêste. Proveitos materiais, porém, afirma que não sabia tirar, nem seu caráter o permitia. Mas... as contrapartidas? O tempo que perdia em ouvir a um e outro? Os encargos de que se via investido? Os pedidos de favores de que o faziam intermediário? Os aborrecimentos que lhe externavam os descontentes?

(*) Aprecie-se, entretanto, êste telegrama de aniversário, cujo original se encontra no Arquivo da *Casa de Rui Barbosa*:

“Senador Rui Barbosa / Rio / 5-XI-1915 / Vosso amor e vosso carinho pela causa dos humildes; vossa abnegação, patriotismo e serviços à Nação Brasileira, já desfalecida, temendo perder advogado da liberdade, a notícia de vosso restabelecimento é para nós os “pequenos” o motivo do maior contentamento, tanto mais que coincide com a a auspíciosa data do vosso nascimento. / Os sargentos de infantaria da Brigada Policial.”

Outros muitos documentos dêste gênero poderiam ser citados.

tes... — tudo isto, todo dia? E não era só, porque, sendo Rui um vulto para quem não havia meios têrmos — ou muito combatido e infamado, ou muito aplaudido e endeusado — não era raro ver-se seu cunhado (que confessa ter sido quase sempre um impulsivo) envolvido em confusões de maior ou menor gravidade, reagindo contra quem, na sua presença, ofendesse o nome de Rui. Distrai ouvir-se ao sr. Carlos Bandeira a narração de episódios que, aliás, só não degeneraram em pugilatos violentos pelo retraimento da parte contrária ante o arrojo da reação provocada. Uma vez, ia êle de bonde, com destino a S. Clemente, e observava um capitalista que, no mesmo veículo, servia de cicerone a alguém a seu lado. Ao defrontarem a casa de Rui, falou o tal ao outro: — "Aqui mora um dos políticos que têm sido mais pernicioso a êste país". — Bandeira partiu: — "Olhe *seu* estrangeiro ousado! Como se atreve a atacar um homem como Rui Barbosa?"! — Isto, em berros, para começar. O sujeito, teuto ou suíço, bem colocado na praça, replicou que era brasileiro naturalizado. Bandeira achou mais o que dizer-lhe, indo muito além do ponto em que devia saltar. Teria sido um espetáculo. Doutra feita, já quase ao transpor o portão da entrada daquela casa, ouviu o que se segue de um dos operários da turma da *Light*, que por ali trabalhava: — "Olhem o palácio do rico, que não quer bonde de pobre passando em sua porta". — E Bandeira: — "Isto não é verdade! E você, *seu* ousado, não tem o direito de caluniar um brasileiro como o dono dessa casa, ouviu?"! — Levava o dedo em riste ao nariz do indivíduo. Outro da turma saltou: — "Pois eu sou brasileiro, e sustento o que o meu companheiro disse!" — "É um mentiroso! É um atrevido! Cale-se!" — Assim era, de ponta a ponta das classes sociais envenenadas pela maldade incansável. Em tôda a parte. Mesmo no cemitério. Não é de crer-se? Neste caso, ouça-se: Estava Bandeira em família, quando o telefono o chamou. Era d. Maria Augusta. Queria saber se o Carlito ia ao enterrero do cte. Retumba. — "Como não ir? A mulher dêle é tão amiga de Iaiá..." — "Pois espere em casa o Rui, que o tomará na *vitória*. Enorme foi a assistência, sobretudo de oficiais do exército e da marinha-de-guerra. No seio desta, era numeroso o círculo das relações de Bandeira. No ato do sepultamento, quis Rui romper a massa envolvente do esquife, e, procurando caminho, se desviou por um corredor entre sepulturas rasas. Tomou assim a dianteira do cunhado, distanciando-se um pouco. Este, seguindo-o, pôde ouvir certa personagem dizer para o companheiro ao lado: — "Abotoa-te e se-gura o relógio". — Rui nada percebeu e em Bandeira um jôrro de sangue subiu-lhe à cabeça. O insulto vinha de um fanfarrão gaúcho, tido como um dos homens mais violentos do Rio. Por aí se julgue de sua índole. Temiam-no muitos e não poucos o bajulavam. Ele contava ao certo fazer alarde daquele rasgo. O fato é que Bandeira,

sem o sentir, lhe saltou na gola como o tigre que se atira a animal de alto porte: "Seu canalha !!!" (A voz saiu-lhe guturalmente, abafada). — E de imediato sacudiu-o com todo o vigor dos punhos e o tangeu sobre uma das campas em volta, para vê-lo espojar-se, levantar-se, procurar as lunetas, limpar-lhes os vidros, ajeitar as roupas, formalizar-se, sacar do bolso um cartão, avançar uns passos a fim de entregá-lo a Bandeira. Era desafio para duelo. O desafiado não estêve pelos códigos: deu em cheio uma tapa na dextra que se lhe estendia e o cartão foi-se pelos ares. Raras pessoas viram tais cenas inconcebíveis, pois todos se voltavam para a sepultura no momento de receber o corpo do bravo cte. Retumba. Muito menos Rui, de quem Bandeira voltou a acercar-se. — "Que é que você tem, Carlito, que está rubro como um lacre?!" — "Coisa do momento". — Já em casa d. Iaiá: — "Meu filho, que te aconteceu, que me voltas dessa côr?!" — Bandeira desabafou. E ela: — "Mas é preciso que acabes com isto. Toma de vez juízo. Não corrigirás a maldade dêste mundo!" — Bandeira achou prudente ir deitar-se sem o jantar. Apenas chá com torradas, como Rui em suas enxaquecas. Receava uma apoplexia no período da digestão, tamanha era-lhe o calor da fornalha interna. Mas, no outro dia, bem disposto, na rua e no jornal, teve que repetir o episódio a um e outro, enquanto se lhe multiplicavam os avisos: — "Bandeira, toma cuidado!" — "Carlito, põe um revolver na algibeira!" — "Bandeirinha, eu não queria estar na tua pele..." — O sr. Carlos Bandeira, já sabendo o gôsto da prisão e conhecendo-se a si mesmo, não quis jamais andar armado. A pessoa a quem o valentão havia dito aquela frase insultuosa apareceu-lhe com esta explicação: — "Você ouviu mal. O que o F. me disse foi: — Abotoa-te, que o tempo está frio.' — Era uma água morna. Naqueles mesmos dias acharam-se num bonde os dois do quase duelo em campo-santo. — "É hoje" (pensou Bandeira, sentado alguns bancos atrás do outro.) — Este ia ao lado de alguém, que lhe ouvia apontamentos sobre residências distintas: — Aqui, o dr. Tal. Ali, o visconde de X. Acolá, o barão Z. Aproximavam-se da casa de Rui. — "Vai ser agora. Irá dizer, bem alto, para eu ouvir, que lá mora um ladrão. Quero, só, ver". — Mas o homem fez-se de ignorante. Deu as costas à *Vila Maria Augusta*, como se não a conhecesse. Bandeira respirou fundo, rendeu graças aos Céus e saltou. Caíra por certo o pano sobre um drama que era de ter o mais trágico desfecho. — E aqui ficam exemplos das contrapartidas de que o autor mal gosta de recordar-se. Comentaremos ainda: como era duro e amargo ser-se amigo devotado de Rui!

j) Instamos por que o Sr. Carlos Bandeira nos desse mais algumas impressões, tôdas suas, sobre o homem de vulto, de quem se aproximou. Seriam muitas — disse-nos — das quais uma grande

parte haveria de ficar em silêncio. Nunca se esquece, por exemplo, de que, sentindo-se d. Maria Augusta adoentada, Rui recomendou a êle que fôsse, de carro, solicitar a visita profissional do dr. Joaquim Murtinho, notável médico homeopata. Por aí, vê-se que Rui levava a sério a homeopatia, sem tê-la como exclusiva. O fato ocorreu depois que Murtinho, morando em Santa Teresinha, chegou ao término de sua brilhante gestão ministerial no governo de Campos Sales. O ex-titular de nossas finanças, por êle restauradas, acedeu prontamente ao chamado. E seguiu de *vitória* para S. Clemente, à direita de Bandeira, com quem não era de expandir-se, pois não mantinham relações pessoais, sendo grande a diferença de idade entre ambos: nada menos de 22 anos. Estava, todavia, o estadista transbordando de mágoa íntima contra o procedimento político de certo coestadão, que trouxe à baila, sem mais nem menos, e a quem chamava *traidor*, porque não renunciava à cadeira senatorial em que devia considerar-se um lenço. Bandeira confessou que se sentia contrafeito, ao invés de lisonjeado, com aquela confidênciia. Tanto mais que o ausente era pessoa bem recebida, na ocasião, em casa de Rui. De sorte que ainda não sabe se tais despropósitos eram naturais ou intencionais, para que, ouvidos, fôssem repetidos diante da terceira pessoa. Mas, como dar a entender que nem se agradava de semelhante desabafo, nem seria capaz de passá-lo adiante, por espírito de intriga? Considerava, ademais, como certas coisas da política reduziam a estatura moral de homens que se mediam pela medida dos gigantes.

Relembra êle, também, a triste e perdurable impressão que lhe causou um inqualificável procedimento de Fausto Cardoso, quando a fôlha *A Imprensa* já estava sendo gerida por Ulisses Brandão e o distinto político sergipano fazia parte do corpo redacional. Rui vinha tratando, como jornalista, de certo assunto empolgante. Vai o Fausto e, no próprio jornal em que assim discorria seu redator-chefe, se sai com artigo discordando do ponto-de-vista de Rui. Já não era pouco. Rui replicou por certo que com energia pondo o Fausto em situação insustentável no órgão. Que fêz, então? Redigiu um artigo contra Rui, mandou compô-lo, esperou que o pessoal da redação se retirasse, altas horas da noite, quando se dirigiu ao paginador com o seu problema diante do espelho da primeira página, e o intimou a substituir matéria em seu lugar pelo tal artigo agressivo. O paginador ponderou que não podia em absoluto atender àquilo. Fausto sacou de um revólver e foi terminante: — "Ou faz o que mando, ou . . ." — O oficial submeteu-se. A edição entrou no prelo ao sabor da violência. Na manhã seguinte, foi um estrondo! O jornal de que Rui era o diretor intelectual, sobre todos respeitado, desancava o próprio Rui! Nunca se vira isto em parte alguma. Ineditismo fragoroso! Lembrou-se fato único, semelhante, passado em Portugal, sendo, porém, vítima o proprietário da fôlha

e não seu redator-chefe, que era outro. Fausto e os de sua roda faram-se de gôzo. Calcule-se a que auge subiu a indignação de Rui, que teve de voltar à carga... — Pobre Fausto Cardoso! Desditoso se-medor de ventos! Não tardou que uma bala assassina, manobrada de Aracaju, lhe extinguisse a vida agitada, roubando ao país uma de suas vigorosas inteligências...

k) O sr. Carlos Bandeira é homem de cujas recordações não transparecem mágoas contra quem quer que seja, pelo que sofreu: e não transparecem um tanto por seu caráter generoso e outro tanto por efeito da decantação com que a idade nos purifica, em regra, o fim da vida. Mas, que, mágoas, não as sofresse, nem guardasse, por algum tempo... Conta-nos élle que se achava no salão do velho Senado, em cujas poltronas (di-lo, sorrindo) se refastelava como se estivesse na própria residência, e cujos funcionários o tratavam com a mesma atenção que dispensavam aos senadores, vendo nélle "o cunhado do sr. conselheiro Rui Barbosa", o vice-presidente da Casa; lá se achava élle ao lado de Rui e de Antônio Azeredo, a conversarem sôbre qualquer coisa, quando dêsse pequeno grupo se aproxima uma quarta personagem. Vinha cordial e afável e mal se emparelhava com aquêles três, distribuindo-lhes cumprimentos, Bandeira, nos seus trinta e poucos anos (o que era ser môço entre madiros), afastou-se acintosamente, num gesto de flagrante desconsideração à quarta figura. Rui e Azeredo contiveram o choque e comiseram a situação. O primeiro diria, depois, ao cunhado: — "Fizeste mal!" — O segundo assim lhe falaria: — "Tu não andaste direito!" — (De fato, era o máximo ser um senador desfeiteado, dentro do Senado, por um homem da rua). Nós, agora, estranhando que uma pessoa muito bem educada, como era Bandeira, de tal modo se conduzisse, lhe perguntamos por que não soubera comportar-se como devia. E élle nos respondeu que, quando os seus olhos se punham naquele político — que outro não era senão o gen. Valadão, representante de Sergipe — sempre que o via, o calor lhe aflorava às faces tal qual no momento em que dêle ouviu, sem poder reagir entre paredes policiais, aquêle desabrido: — "O senhor é um mentiroso!!!" — frase, entre vários ouvintes, que nunca cessara de retinir-lhe na memória auditiva como o estalido de uma chibatada. — Vê-se, pois, demonstrado que a lhaneza do sr. Carlos Bandeira, arma com a qual já sabia cativar e vencer, não se media com o brio de um homem que, entretanto, não se enfeitava de vaidades, nem se fortalecia de presunções.

l) Aludindo às injustiças que só pelo gôsto de acusar se faziam a Rui, o que dava sempre motivo a que lhe tomasse a defesa se

as ouvia, o sr. Carlos Bandeira expõe que o que o obrigava a silenciar mais depressa era a acusação de não costumar o cunhado responder a quantos lhe escreviam. Claro é que Rui não podia, por falta de tempo e de secretário (três seriam precisos, no mínimo), dar resposta à correspondência total que, aos quilos, lhe chegava diariamente, de todos os quadrantes brasileiros e de vários pontos do exterior. Mas é fato que admiradores seus se queixavam de sua indiferença epistolar, sem quererem pôr-se no lugar dêle. Lembra Bandeira, a propósito, um episódio em que entra Eduardo Ramos, homem com alma de pluma, tão brando era, naturalmente, nos gestos e nas palavras. Rui queria-lhe com profundeza de coração e Eduardo o estimava religiosamente. Um dia, pediu-lhe êste um parecer jurídico, mostrando nisto vivo interesse; e ficou feliz com o calor da afetuosa promessa. Um mês, dois, três meses, um ano se passaram... e nada. Eduardo não tinha sequer coragem de tocar no assunto. Os olhares compridos que dirigia a Rui, quando o encontrava ou ia a S. Clemente, não eram bem interpretados. Já não podendo esperar mais, nem estando no casode prescindir do parecer, Eduardo tocou de leve no ombro de Bandeira, com o ar mais súplice dêste mundo. Disse-lhe do caso e assegurou-lhe um beijo se transmitisse palavras de jeito ao cunhado. — "Mas êle esqueceu-se do que lhe prometeu?" — "Parece que se esqueceu, sim, meu amigo". — "Pois, amanhã terá você o prometido". — Logo mais, às primeiras expressões com que feriu o assunto, Rui bateu na própria testa, mostrando-se contrariado: — "Meu Deus, como é que acontece isto entre mim e o Eduardo! Carlito, aprontarei o parecer amanhã". — No dia seguinte, madrugou com a questão. Já à tarde, endereçava ao amigo um delicado cartão de desculpas, acompanhado do trabalho. Se tanto se passava com uma pessoa como o Eduardo Ramos...

V

Encerrando esta cadeia de registros que hão de ter algum merecimento, vamos pôr-lhe um fêcho de destaque:

O sr. Carlos Bandeira procura mostrar-nos que Rui era dominado por escrúpulos excessivos. Quem quiser, porém, comprovar-se do quilate de tais sentimentos, do comêço ao fim da vida, penetre o arquivo de Rui e leia sua correspondência, ou vá à sua obra e folheie as páginas onde êle se vê obrigado a falar de si. Mas isto não será tudo, porque, dêsses escrupulos, que eram a crosta de uma probidade invulnerável, se bem que percutida tanta vez pelo martelar raivoso da infâmia, ainda há quem elevadamente assim

nos venha falar, 24 anos depois da morte do brasileiro ímpar, num testemunha da mais alta expressão :

*"Embaixada Americana
Rio de Janeiro
14 de novembro de 1947.*

*Exmo. Sr. Dr. Américo Lacombe,
M. D. Diretor da Casa de Rui Barbosa.*

Prezado Sr.

Quem lhe dirige estas linhas é a filha de Salvador de Mendonça. Tendo lido há dias no Jornal do Brasil um artigo sobre a visita de Sua Excelência o Presidente Dutra à Casa de Rui Barbosa, e na qual menciona a edição raríssima de II Dante, achei que V. Sa. talvez se interessaria saber como o grande Mestre obteve esse fólio, ilustrado com gravuras de Boticelli.

Quando meu pai faleceu, em 1913, eu e meus irmãos resolvemos presentear o Dr. Rui com uma obra, à sua escolha, dentre os livros que compunham a biblioteca de Salvador de Mendonça. Enviamos-lhe o catálogo e Dr. Rui escolheu esta edição do Dante. Mandamos o fólio imediatamente à residência dèle.

No dia seguinte, D. Maria Augusto Rui Barbosa veio a nossa casa na Gávea, trazendo o Dante de volta e dizendo que o Dr. Rui não podia de modo algum aceitar uma obra daquele valor. Respondemos que a escolha do Mestre era a nossa e que Dante veio sómente dar um passeio na Gávea.

Mais tarde, ao receber-nos em sua casa, Dr. Rui nos conduziu primeiro à sala da biblioteca principal, depois nos levou por um corredor onde havia uma Coleção da Vida dos Presidentes dos Estados Unidos a él presenteada por meu Pai, quando Ministro do Brasil em Washington. "Agora", disse, "aqui é o santuário" e lá nos mostrou o Dante, em uma vitrina do tamanho do grande fólio aberto, mostrando uma das gravuras, página inteira.

Este fólio, naquele tempo, foi avaliado em 600 contos.

Ficamos satisfeitos em saber que o livro estava em boas mãos, e agora, que ficou para o nosso Governo. Meu pai já havia doado mais de 4 mil volumes raros à Biblioteca do Rio de Janeiro.

*Sem mais,
creia-me
atenciosamente*

VALENTINA DE MENDONÇA."

Que poderá haver mais edificantemente dos escrúpulos de Rui ? Ouvimos do Sr. Carlos Bandeira que, quando Rui, as mãos vazias abanando, deixou o *Ministério da Fazenda* em fevereiro de 91, seu valioso amigo, o cons. Francisco de Paula Mayrink, se movimentou em sua roda de banqueiros, para comprarem e lhe oferecerem o solar das Laranjeiras, depois adquirido, na época, pelo conde Modesto Leal. E Rui a tanto se opôs decisivamente, ficando, daí, a versão caluniosa de que a mesma propriedade lhe pertencia. Só um discurso vigoroso, no *Senado*, esmagaria os uivos surdos da infâmia, pelo menos na ocasião. Porque de suas cinzas, esta fênix negrejante não parou, por mais algum tempo, de tentar ressurgir.

VI

No relato n.º 21, salienta o Sr. Carlos Bandeira o fato de se terem incinerado, dentre a massa enorme de papéis particulares de Rui, as contas, faturas e notas de despesas do que êle comprou e pessoalmente pagou, em tôda a vida. Lamentavelmente isto ocorreu, em hora infeliz. Se a impressionante quantidade de documentos de tal ordem se afigurava coisa sem importância, não seria mal, entretanto, que nela se procedesse a uma seleção do que pudesse ter valor informativo, ou histórico, antes que se pusesse fogo no grosso. A verdade é que Rui (de quem ainda restaram alguns pouquíssimos de tais documentos, que estariam à parte do geral) não punha fora, jamais, papel algum que lhe chegasse às mãos. Nem cartas anônimas, desprezíveis, contra outras pessoas e contra êle próprio. Nem mesmo aquelas em que lhe eram feitas acusações tremendas, como, por exemplo, a de ter êle responsabilidade ou culpa no assassinio de Pinheiro Machado ! Por estas razões é que cresce de valor a conta-corrente de Bandeira com Rui, dos meses em que êste se afastou para Haia e aquêle ficou encarregado de responder pelo cunhado no tocante a pagamentos. Dela guarda Bandeira uma segunda-via, que desperta o maior interesse e onde o *crédito* de Rui são : os seus subsídios de senador (Rs. 1:350\$000 por mês); os honorários de advogado da *Light* (Rs. 2:000\$000 mensais); os de advogado do *Lóide Brasileiro* (Rs. 1:000\$000 por mês); e os da *Companhia Marconi* (Rs. 1:000\$000 mensais), além do completivos sacados por meio de cheques bancários. Vejamos, porém, analíticamente, as parcelas do *débito*, muito embora venha a estar na *Casa de Rui Barbosa*, brevemente e em definitivo, essa expressiva conta-corrente :

1907-Maio 22 — Pago despacho de livros	62.520
— " por telegramas expedidos ..	26.900
23 — Anúncios em diversos jornais, conforme recibos	30.000

24 —	Dinheiro suprido a João	20.000
—	Pago por um pincenez para João	20.000
29 —	" por um gornit. para Cotinha	15.000
—	" uma mantilha de renda, idem	25.000
—	Dinheiro a Joãozinho para ter no Colégio	35.000
—	Dinheiro para selos, ao mesmo....	5.000
—	Passagem do João, para Friburgo	12.000
—	Pago por um par de luvas	6.000
31 —	" por um violão	40.000
		297.420

Junho	1 — Pago sua parte do aluguel do es- critório	125.000
	— Pago ordenado de Francisco Trin- dade	60.000
	— " limpeza do Escritório.....	30.000
	— " 10 vidros de Camomila	20.000
	— " 10 " de Licopódio	20.000
	— " mesada de Chiquita.....	250.000
	— " " de D. Gabriela do Amaral	150.000
	— " registro de vidros para Eu- ropa e despacho de uma mala de João para Friburgo	8.700
	— " ordenado da Emilia	120.000
	— " ordenado dos 2 jardineiros	280.000
	— " conta da Farmácia Antunes	207.200
	— " " de Antunes & Irmão, armarinho	91.100
	— Dinheiro a tia Elisa, entregue em maio	30.000
	— Pago à Farmácia Werneck	38.000
	— " a Benedito limpeza de s/casa	20.000
	— " à Farmácia Antunes, por saldo	18.500
4 —	" ao Comissário de Petrópolis	73.000
	— " ao Alfaiate Brandão	910.000
	— " à Casa Quatro Nações	365.000
	— " ao Fotógrafo Bastos Dias c/ de j.º	60.000
	— " ao Armazém Martins Meira	65.000
	— " ao criado da casa de Petró- polis	60.000

—	” pensão do Colégio de seu afilhado Ruizito	300.000
5 —	” ao Palais Royal	2.891.750
—	” saque para New York de livros	754.030
7 —	” conta de leite	124.000
8 —	” ao Guarda-Noturno	5.000
—	” pensão a tia Nanô	70.000
—	Idem, idem a tia Carolina	25.000
—	Pago pena dágua da casa Petrópolis	19.000
—	” decima da casa de Petrópolis	135.000
14 —	” ao Comissário Lopes, de Petrópolis	9.000
—	” estampilhas para requerimentos	12.900
28 —	” fogos para João	30.000
—	” diferença no ordenado do Antônio	10.000
—	” diferença no imposto da casa de Petrópolis	45.000
		7.432.180

Julho	2 — Pago a Francisco Trindade s/ordenado	60.000
	— ” limpeza do escritório	30.000
	— ” mesada de Chiquita	250.000
	— ” ao Dentista, c/de Dedélia..	415.000
	— ” ” c/de Baby....	480.000
	— ” despesas de viagem a Friburgo	60.000
	— ” aos 2 jardineiros	290.000
5 —	” ordenado da Emília	120.000
	— ” ao Benedito	20.000
	— Dinheiro a tia Elisa	30.000
	— Pago sua parte no aluguel do Escritório	125.000
8 —	” a Luís Hermanny & Cia...	49.600
9 —	” à Casa Carioca	38.500
	— ” à Casa Clark s/c de calçado	30.000
	— ” à Casa Pereira Bastos	70.000
	— à Viúva Amaral	50.000
	— ” ao Guarda-Noturno	5.000
	— ao criado da casa de Petrópolis	60.000

—	” à Casa Carneiro c/calçado- Petrópolis	22.000
—	Pago pensão a tia Nanô	70.000
—	” ” ” Carolina	25.000
11	— prestação do trimestre do seguro Sul América	2.599.500
12	— registro do telégrafo	25.000
	— telegrama expedido para Haia	51.000
	— aluguel da casa de Petrópolis	300.000
	— por uma c/de Cotinha	175.000
	— c/do jardineiro Antônio ..	3.800
	— ” a Luís contas do mês p.p...	546.300
17	— doces para João, em Fri- burgho	20.000
18	— luvas, idem	8.000
	— Dinheiro para João, em Friburgo	20.000
		6.052,700

Agosto	2 — Pago mesada a Chiquita	250.000
	— ” ordenado do empregado Francisco	60.000
	— ” limpeza do escritório	30.000
	— ” s/parte no aluguel do Es- critório	125.000
	— ” a Antônio, jardineiro.....	140.000
	— ” conta de Antônio.....	31.800
	— ” a Antônio, conta de vasos para o jardim.....	20.300
	3 — por 20 carroças de estrume, a 12\$	240.000
	— ” ao jardineiro Matias	150.000
	— ” a Emilia, s/ordenado.....	120.000
	— ” ” , atrasados	150.000
	— ” Benedito	20.000
	— ” tia Elisa, sua pensão	30.000
	6 — ” Viúva Amaral, s/pensão	50.000
	— ” botinas para o João	36.000
	— ” à Companhia Transportes e Carruagens	332.000
	— ” ao Guarda-Noturno	5.000
	12 — ” ao criado da casa de Pe- trópolis, José	60.000
	— ” pensão a tia Nanô.....	70.000
	— ” ” ” Carolina	25.000

—	miudezas para João	11.000
—	por uma gravata para João	21.000
13	— Dinheiro dado a João, em Friburgo	35.000
17	— Pago c/de gás, antiga.....	331.000
—	por naftalina	7.500
—	aluguel da casa de Petrópolis	300.000
—	à Viúva Henry.....	50.900
20	— Dinheiro entregue a Ruizinho, para pagar a banheira e despacho..	600.000
—	Pago a Torres Carneiro	171.000
24	— Pago sêlo para o requerimento da ajuda de custas	9.000
—	Idem ao Formozinho, c/de luvas &	699.000
		4.181.000

Setembro	1 — Pago ordenado de Francisco Trin- dade	60.000
	— " limpeza do escritório	30.000
	— " aluguel do escritório, s/parte	125.000
	— " mesada a Chiquita	300.000
	— " pensão a tia Elisa	30.000
5	— " aos 2 jardineiros	280.000
	— " ordenado da Emília	120.000
	— " a Benedito, limpeza s/casa	20.000
	— " Colégio do João	1.067.450
	— " pensão de s/afilhado Rui- zito, — colégio	300.000
6	— " luz da casa de Petrópolis..	39.000
	— " c/de carpinteiro, da casa de Petrópolis	63.000
	— " c/do pintor, idem	10.000
	— Pago ao funileiro, idem	16.000
	— " carroça de estrume, idem..	15.000
	— " a José criado, idem	60.000
	— " ao Comissário Lopes-Pe- trópolis	6.000
	— " pensão à Viúva Amaral....	50.000
7	— " ao Guarda-Noturno	5.000
	— " pensão tia Nanô	70.000
	— " " " Pomboca	25.000
12	— " doces para João em Friburgo	12.600
	— " ao Comissário de Friburgo	4.000
	— " aluguel da casa de Petrópolis	300.000
	— " sêlos do requerimento do Senado	19.800

	18 — " a Garcia & Cia. — Ao Trovador	507.900
	19 — " ao Construtor das obras de s/casa, por c/.....	1.550.000
	23 — " a Luís, s/c	505.900 5.591.650
<hr/>		
Outubro	1 — Pago ao Comissário de Friburgo — telegramas para Scheveningen	2.000
	— " mesada de Chiquita.....	83.200
	— " a Francisco Trindade s/ ordenado	300.000
	— " limpeza do escritório	60.000
	4 — " por uma c/de Cotinha	30.000
	— " a José criado de Petrópolis	222.000
	— " ao Guarda-Noturno	60.000
	5 — " aos 2 jardineiros	5.000
	— " a Emília, s/ordenado	280.000
	— " a Benedito	120.000
	— " pensão a tia Elisa	20.000
	— " " à Viúva Amaral	30.000
	— " por tingir uma roupa de João	50.000
	7 — " pensão tia Nanô	8.500
	— " " Carolina	70.000
	11 — Dinheiro a João, em Friburgo..	25.000
	— Pago vidros para estufa de s/casa	60.000
	14 — Dinheiro ao José para pagamento de contas em Petrópolis	27.500
	16 — Pago aluguel da casa de Petrópolis	53.600
	— " ao Colégio do Raulzinho....	300.000
	23 — " aluguel do escritório, s/parte	20.000
	30 — " por uma banheira e aquecedor	125.000
	— " palmeiras para o jardim....	920.000
		8.000 2.879.800
<hr/>		
Novembro	1 — Pago a Pimentel & Meireles por conta das obras	1.000.000
	— " aos dois jardineiros.....	280.000
	2 — " a Benedito	20.000
	— " mesada de Chiquita	300.000
	— " ordenado da Emília	120.000
	— " pensão a tia Elisa	30.000
	— " " " " Nanô	70.000

—	”	”	”	”	Carolina	25.000
—	”	”	Francisco	Trindade, s/		
				ordenado	60.000	
—	”			limpeza do escritório	30.000	
—	”			prêmio do seguro de s/casa	836.700	
—	”			4 carroças de estrume	56.000	
—	”			a José criado em Petrópolis	60.000	
—	”			pensão à Viúva Amaral ...	50.000	
—	”			ao Guarda-Noturno	5.000	
22	—	”		aluguel da casa de Petrópolis	300.000	
30	—	”		c/do gás (consumo)	93.459	
	—	”		aluguel do escritório, s/parte	125.000	3.461.159

Dezembro	4	— Pago seguro do trimestre, conf s/				
		apólice de seguro de vida.....			2.599.500	
		— ” uma c/de Cotinha			96.360	
		— Pago mesada de Chiquita			300.000	
		— ” aos 2 jardineiros			280.000	
		— ” ordenado de Francisco Trin-				
		dade			60.000	
		— ” ” da Emilia			120.000	
		— ” ao João copeiro.....			110.000	
		— ” pensão a tia Elisa			30.000	
		— ” consumo luz elétrica de Pe-				
		trópolis			16.000	
	14	— ” limpeza do escritório			30.000	
		— ” a Viúva Amaral, s/pensão			50.000	
		— ” pensão a tia Nanô			70.000	
		— ” ” ” Carolina			25.000	
		— Dinheiro ao João.....			20.000	
		— Pago aluguel do escritório, s/parte			125.000	
		— ” ” casa de Petrópolis..			300.000	
		— ” ao criado José, de Petrópolis			60.000	
		— ” por galvanizar metais de s/				
		casa			65.000	
		— ” luz da casa de Petrópolis..			12.000	
		— ” trabalho e consertos da casa				
		de Petrópolis			12.500	
		— ” despesa de viagem a Fri-				
		burgo			50.000	
	15	— Dinheiro a João			50.000	
	21	— Pago a Pimentel & Meireles, por				
		c/das obras			1.000.000	
		— ” lavagem das cortinas			16.000	

24 —	Dinheiro a João	20.000
—	Pago décima e pena dágua da casa de Petrópolis	199.000
—	” a Luís, s/c.....	1.270.900
28 —	despesas do José Cozinheiro na ocasião de sua chegada	165.900
—	” idem, idem	29.560
—	” por abajours comprados ao Leonardo	108.000
—	Dinheiro dado ao João	40.000
—	Pago doces do Ernesto	60.000
—	” cheque n. 303427	4.000.000
—	” ” n. 303429	2.000.000
—	” ” n. 303430	1.550.000 14.940.720

1908

Janeiro	1 — Pago a Francisco Trindade, s/ or- denado	60.000
	— ” limpeza do escritório	30.000
9 —	aluguel do escritório, s/parte	125.000
	— ” mesada de Chiquita	300.000
24 —	” a David & Cia., c/de papel	700.000 1.215.000

Eis quanto Rui dispendera consigo, no Brasil, durante sua ausência em Haia, e um tanto por causa dela, em preparativos. Daí? Daí é que, se só com êsses lançamentos-de-caixa — pode-se dizer — algo se prova ou se conclui, que se não comprovaria em face da documentação lançada ao fogo?

Prova-se e comprova-se agora: que Rui não era mão-fechada para com o filho, estudante, pelo qual o Sr. Carlos Bandeira nos afirma que o pai sentia um indisfarçável alto grau de afeição; que, por seus sentimentos generosos, favorecia ele com pensões mensais às velhas tias queridas e amparadas: uma sua e duas da esposa; que, ainda por impulso de tais sentimentos, prestava um auxílio espontâneo e constante à viúva de bom amigo, que muito lhe servira; que prezava o conforto da família, com aquelas reformas onerosas em sua casa de S. Clemente e naquela alugada em Petrópolis; que amava os jardins bem tratados, cá e lá; e, principalmente, que sua pontualidade em compromissos comerciais era perfeita, não tardando em atendê-los, fôssem quais fôssem — do armazém à loja de modas, dos salários dos serviços às contas do dentista — nem mesmo em sua ausência; sendo, assim, um homem que não queria ter dívidas, nem em dinheiro, nem em amizade.

VII

Finalizemos, voltando-nos para d. Guilhermina Viana Bandeira, e reflitamos, em sincera homenagem à sua pranteada memória.

Nascida fidalga e educada primorosamente, deu-lhe o destino por marido um homem de caráter modelar. E, ainda mais, propiciou-lhe vida social em que podia fortalecer as próprias virtudes ao reflexo de dois grandes espelhos: um, d. Francisca Barbosa de Oliveira Jacobina; outro, d. Maria Augusta Rui Barbosa. E assim eram a "prima Chiquinha", a "Cota" e a "Iaiá" três estrelas de primeira grandeza, que chegaram a refugir concomitantes entre suas constelações familiares, e se foram sumindo espaçadamente nos nimbos da eternidade. E o notável é que essas três fulgurações banharam de luz, cada qual a seu modo, a alma afetiva de Rui: aquela, despertando-lhe amizade da mais pura veneração; a segunda, a do mais acrisolado amor conjugal; e a terceira, a de um delicado sentimento quase paternal a mais, entre os que êle sentia.

Diga-se o que se disser da primeira, como tanto ficou dito pelo Autor destas memórias. Refira-se o que se referir da segunda, como tanto têm feito os biógrafos de Rui. De d. Iaiá muito há que lembrar-se, desde que seu restos começaram a esfriar no campo de S. João Batista. Comece-se por acentuar que ela soube ser esposa, desde bem cedo, na fase cruel dos injustos sacrifícios do marido, em 94; que soube ser mãe, educando moralmente, como educou, a prole feliz, que chora sua ausência; e soube encarar a fatalidade da morte com o estoicismo e a resignação dos seus mais agros dias. Por certo que o largo coração tanto mais se lhe esvaziava do sôpro vital, quanto mais se enchia de ternura pelos que a rodeavam nas horas finais, como de gratidão pelos esforços baldos de seu delicado médico assistente, dr. Rubem Mayall, e de suas incansáveis enfermeiras. Por certo que procuraria superar a própria angústia crescente com o sorriso, que lhe fôra o fulgor natural de mulher cativante.

Estaremos falando facilmente, por conta própria, no desejo de sensibilizar? Então, ouça-se o dr. Antônio Batista Pereira (que de perto muito a conheceu), nesta carta de dolorosa efusão:

"Meu caro Carlito

Acabo de ler nos jornais o desaparecimento Daquela que foi a tua vida, a excelsa criatura que foi Iaiá.

Nunca vi mulher mais perfeita em tudo, mais senhoril, mais afetuosa, mais absorvida nos seus deveres de esposa, mãe e parenta.

Podes acreditar, meu caro Carlito, que Iaiá não teve admirador mais sincero do que eu. Sempre tive o culto das superio-

ridades morais, de que uma outra Iaiá — Minha Mãe — foi também um espécimen inexcedível.

Carlito, você e Iaiá realizaram na vida um milagre de que sempre fui a comovida testemunha: eram, pelas contingências terrenas, duas pessoas. Mas no fundo uma só, uma só alma, um só coração.

Tudo lhe deste, Carlito. Só para ela viveste. E quando (há tanto tempo!) eu lhe dizia, na tua casa da rua S. Clemente, pegada ao David Campista, ela me respondia gracejando, porém certa da minha sinceridade. E eu lhe sentia nos olhos que ela me ficava agradecida por tê-los compreendido a ambos. Perdi também uma grande amiga.

Nunca leio jornais. Vivo mais em S. Paulo do que aqui. Um acaso fêz-me abrir o jornal que noticiava seu passamento.

Irei acompanhar-lhe o féretro. Não acredito na morte. Vejo-a apenas como a fase necessária da Ressurreição. Encontra-la-ás um dia transfigurada e feliz, radiante das graças do Senhor e lá como sempre servindo-te a ti e aos teus de eterno Anjo-da-Guarda.

Quanto a ti, Carlito, são inúteis as palavras. Confia na Eternidade também. Que as suas perspectivas te sirvam de lenitivo.

Abraça-te o velho amigo

BATISTA

Rio, 9 de janeiro de 1959".

Assim, a d. Iaiá em família. E em sociedade? Deponha, pois, a cronista social "K" (Olga Moretzsohn) que com ela privou longamente; deponha em seu registro saído no *Correio da Manhã* de 18 de janeiro de 59 :

"A última vez que a vi foi, há três anos, no dia em que comemorava suas bodas de brilhante. Ao contrário das raras senhoras que, por uma concessão especial — ou talvez cochilo — da natureza chegam a celebrar sessenta e cinco anos de vida conjugal, ela não quis, para aquela tarde festiva, vestir-se de cinza, nem de roxo ou de um desses estampados miúdos e imprecisos que oscilam entre cinza e preto e nem tão pouco ostentar como adorno o clássico broche de camafeu dos álbuns de retratos.

Trazia um vestido meio reto, "areia-rosada", côntra então no rigor da moda e, à guisa de jóia, embora possuisse diversas, uma singela rosa-chá à lapela. Sua imagem falava de vida e felicidade e não de evocação do passado. Era uma presença e não uma saudade...

Fui dizer-lhe adeus, faz poucos dias, numa capela mortuária. Como John Ruskin, que praticava a “religião da beleza”, ela, talvez inconscientemente, tinha o culto do belo, o horror a toda forma de tristeza e, por isso, quis deixar a seus amigos e lembrança da mulher bonita e *soignée* que sempre foi e contra a qual os sofrimentos físicos e os “ultrajes do tempo” foram *impotentes*.

O longo roupão de cetim branco que a vestia até os pés, os cabelos de prata cobertos pelo véu de renda amarelada pelos anos — o mesmo véu que usou no dia já tão distante do seu casamento — envolviam-na numa aura de beleza, algo de muito feminino e muito suave que atenuava a lívida rigidez da morte.

Como na França a fabulosa Lady Mendl, Iaiá Bandeira foi a demonstração viva do conceito emitido certa vez por Chanel, autoridade no assunto: “Sempre, em qualquer idade, a mulher pode ser encantadora”.

Ela o foi, até o fim. Não tingia os cabelos, não usava *maquillage excessivo* (que envelhece ao invés de remoçar), não obedecia cegamente às exigências do “último figurino” — mas conseguia, graças a uma faceirice bem orientada, selecionar dentro da moda apenas aquilo que se harmonizava com seu tipo, subordinando cores e linhas às alterações que invariavelmente os anos trazem ao físico.

Se tôdas as mulheres tivessem igual noção de harmonia, se, da faceirice natural do sexo, soubessem fazer uma aliada, não haveria tantas criaturas resignadas a entregar os pontos antes do tempo, nem tão pouco o que é muito mais doloroso — tantas senhoras idosas procurando inutilmente se camuflarem de mocinhas...”

Estas, as primeiras impressões *post-mortem* acerca de d. Guilhermina Viana Bandeira, sem cujos estímulos e necessário concurso não se teria feito este livro. Outras serão ainda despertadas pela infinita saudade que ela de si deixou.

Rio de Janeiro, maio de 1959.

NAYLOR BASTOS VILLAS-BOAS.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abade, João — Relato n. 73.
Abreu, Benício de — Relato n. 260.
Abreu, Pedro Vergne de — Relato n. 47.
Aguiar, Acácio de — Relato n. 171.
Aguiar, Carlos Nunes de — Relatos ns. 19, 20, 25, 49, 52, 54, 66, 90, 101, 166 a 168, 171, 172, 177, 179, 186, 188, 193, 207, 211, 214, 217, 219, 222, 223, 226 e 229 a 231.
Aguiar, Francisco Marcelino de Sousa — Relatos ns. 109 e 247.
Aguiar, Nicota Nunes de — Relato n. 172.
Airosa, Francisca Rui Barbosa — Relatos ns. 10, 11, 29, 41, 157, 163, 228, 230, 232, 235, 243, 244, 247, 249, 261, 263, 283; *Ap.*: I, IV-d, VI.
Airosa, Raul Antônio — Relato ns. 132 e 228.
Alberto (Rei) — Relato n. 154.
Albuquerque, Diogo Velho Cavalcanti de. Visconde de Cavalcanti — Relato n. 124.
Albuquerque, José Joaquim de Campos da Costa Medeiros e — Relato n. 103.
Albuquerque, Lourenço de — Relato n. 87.
Alencar, Alexandrino Faria de — Relato n. 363.
Alenquer (barão e baronesa de) *Apêndice* : IV-h.
Allen, John Roscoe — Relato n. 153.
Almeida, Antônio José de — Relato n. 154.
Almeida Junior, João Mendes de Relato n. 55.
Almeida, Mendes de (irmãos) — Relato n. 170.
Almeida, Miguel Calmon du Pin e — Relatos ns. 108 e 159.
Alves, Antônio de Castro — Relato n. 5.
Alves, Constâncio — Relato n. 260.
Alves, Francisco de Paula Rodrigues — Relatos ns. 91 a 93, 95, 104, 105, 111, 143 a 147, 191 e 235.
Alves, José Rodrigues — Relatos ns. 143 e 145.
Alvim, Álvaro — Relatos ns. 120, 259 e 260.
Alvim, José Cesário de Faria — Relato n. 57.
Amaral, Gabriela Serpa do — Relatos ns. 243 e 244; *Ap.*: VI.
Amaral, José Antônio do — Relatos ns. 22, 69, 163, 166, 170, 171, 172, 175, 179 e 208.
Anderson, Geo — *Apêndice* : II.
Andrade, Álvaro de — Relato n. 168.

- Andrade, Nuno Ferreira de — Relato n. 203.
- Antônio (jardineiro) — Relatos ns. 199, 220 e 223; *Ap.*: VI.
- Antunes & Irmão — *Apêndice* : VI.
- Aparício (general) — Relato n. 73.
- Aragão, Antônio Ferrão Moniz de — Relato n. 147.
- Araújo, Hipólito Alves de — Relato n. 57.
- Araújo, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de — Relatos ns. 34, 40 e 63.
- Araújo, Silva (farmacêutico) — Relato n. 260.
- Ataíde (secretário do cons. Mayrink) — Relato n. 38.
- Azeredo, Antônio Francisco de — Relatos ns. 40, 44, 49, 54, 101 a 103, 109, 111, 134, 139, 154, 164, 235, 247 e 249; *Ap.* : IV-k.
- Azeredo, Bernardina de — Relatos ns. 164 e 235.
- Azeredo (cabelereiro) — Relato n. 68.
- Azevedo, Ciro de — Relato n. 175.
- Azevedo, Domingos Teodoro de — Relatos ns. 179 e 185.
- Azevedo Filho, Domingos Teodoro de — Relatos ns. 178, 185 e 186.
- Azevedo, Manuel Antônio Duarte de — Relato n. 55.
- Bahia, Torquato — Relato n. 47.
- Bandeira, Alfredo de Ferreira — Relato n. 2 e *Ap.* : II.
- Bandeira, Alfredo Viana — Relatos ns. 4, 10, 52, 54, 58, 163 e 167.
- Bandeira, Carlos Ferreira — *Apêndice* : IV-h.
- Bandeira, Fernando Viana — Relatos ns. 90, 107, 230; *Ap.* : I.
- Bandeira Filho, Carlos Viana — Relatos ns. 59, 62, 167, 168, 176, 179, 184, 186, 258 e 264; *Ap.* : I.
- Bandeira, Francisca Viana — Relatos ns. 58, 167 e 169.
- Bandeira, Guilhermina Viana — Relatos ns. 20, 33, 35, 36, 41, 47, 53, 59, 62, 90, 107, 119, 127, 135, 142, 143, 160, 164, 167, 168, 176, 178, 179, 183, 184, 186, 196, 197, 208, 260; *Ap.* : I, IV-i e VII.
- Bandeira, José Viana — Relatos ns. 4 e 172.
- Bandeira, Maria Luisa Viana Ferreira — Relatos ns. 2, 3, 6, 8 a 11, 13 a 15, 29, 31, 32, 34 a 36, 41, 42, 126, 162, 163, e 260.
- Bandeira, Raul Viana — Relatos ns. 41, 164 e 179.
- Bandeira, Rui Viana — Relatos ns. 62, 155, 177, 187, 244, 258 e 264; *Ap.* : I e VI.
- Bandeira, Sebastião — Relato n. 43.
- Barata, Atanagildo — Relato n. 252.
- Barbalho, João — Ver: Cavalcanti, João Barbalho Uchoa.
- Barbosa, Alfredo Rui — Relatos ns. 9 a 11, 29, 126, 127, 130, 138, 143, 167, 168, 196, 215, 220, 221, 228, 245, 254; *Ap.* : II.
- Barbosa, Elisa Tôrres — Relato n. 104.

- Barbosa, João — Ver: Oliveira, João Barbosa de.
- Barbosa, João Rui — Relatos ns. 30, 65, 66, 144, 168, 174, 230, 240, 243, 258 e 264; *Ap.*: VI.
- Barbosa, Luís — Relatos ns. 104, 157 e 260.
- Barbosa, Maria Augusta Rui — Relatos ns. 2 a 6, 8 a 11, 13 a 15, 18, 20, 21, 24, 29, 31 a 36, 42, 43, 45, 47, 59, 60, 62, 64, 66, 72, 74, 75, 80, 81, 90, 101, 110, 112, 125, 127, 130, 140, 150, 151, 153, 155, 158, 160, 161, 163, 165, 167, 170, 171, 175, 177, 179, 183, 185, 186, 197, 208, 212, 220, 221, 230, 235, 240, 243, 244, 260, 261, 269 e 283; *Ap.*: II, IV, IV-c, IV-e, IV-h, IV-i, IV-l, V, VI e VII.
- Barbosa, Marina Braga Rui — Relato n. 228.
- Barbosa, Mário de Lima — Relatos ns. 145, 149 e 159; *Ap.*: II e IV-e.
- Barbosa, Rui — Figura central destas memórias, só em raras de suas páginas deixa de aparecer, assim como nas do Apêndice.
- Barcelos, Ramiro Fortes — Relatos ns. 76, 100 e 196.
- Barreto, Américo Pinto — Relato n. 10.
- Barreto, Edmundo Muniz — Relato n. 81.
- Barros, João do Rêgo — Relatos ns. 96, 97 e 238; *Ap.*: II.
- Barros, Emílio de — Relato n. 229.
- Barros, Prudente José de Moraes e — Relatos ns. 70, 75 a 77, 79, 94, 169, 172 e 185.
- Bartolomeu, Luís — Ver: Silva, Luís Bartolomeu de Sousa e.
- Basson, José — Relato n. 24.
- Bastos, Pereira (comerciante) — *Apêndice*: VI.
- Batista Homero — Relatos ns. 122, 123 e 155.
- Beatinho, Antônio — Relato n. 73.
- Belfort, Antônio Roxo Roiz de Relato n. 114.
- Belisário, Francisco — Ver: Sousa, Francisco Belisário Soares de.
- Benedito (encerador) — Relatos ns. 244 e 283; *Ap.*: VI.
- Benévolo, Jaime — Relato n. 39.
- Benito (serviçal) — Relato n. 228.
- Bernardelli, Rodolfo — Relato n. 18.
- Bernardes, Artur da Silva — Relatos ns. 120, 156, 157, 159, 161 e 261.
- Bernardes Sobrinho, J. J. — Relato n. 274.
- Bernardez, Manuel — Relato n. 138.
- Bernardo, José — Relato n. 76.
- Beviláqua, Clóvis — Relatos ns. 152 e 271.
- Bilac, Olavo Brás Martins dos Guimarães — Relato n. 279.
- Bispo, Marcelino — Relato n. 76.
- Bittencourt, Amália — Relato n. 113.
- Bittencourt (cabelereiro) — Relato n. 68.
- Bittencourt, Carlos Machado — Relatos ns. 19, 75 e 76.
- Bittencourt, Edmundo — Relatos ns. 22, 82, 84, 100, 103, 110, 196, 208, 214 a 219, 223 e 241; *Ap.*: II.

- Bocaiúva Filho, Quintino — Relato n. 104.
- Bocaiúva, Francisca Torres — Relato n. 104.
- Bocaiúva, Quintino — Relatos ns. 25 e 104.
- Botelho, Antônio Ferreira — Relatos ns. 139 e 148 a 151.
- Botelho, Carlos — Relato n. 239.
- Boticelli (artista) — *Apêndice*: V
- Bousquet, Gastão — Relato n. 113.
- Braga, Cincinato César da Silva — Relatos ns. 117 e 161.
- Braga, Gastão — Relato n. 228.
- Brandão (alfaiate) — Relatos ns. 23 e 244; *Ap.*: VI.
- Brandão, Júlio Viveiros — Relatos ns. 132 a 134 e 275.
- Brandão, Ulisses de Carvalho Soares — Relatos ns. 22, 85, 148, 188, 204, 207, 208, 210, 223 e 279; *Ap.*: IV-j.
- Brasil, Geminiano — Relato n. 55.
- Brasil, José Cardoso de Moura — Relatos ns. 42 e 260.
- Brício Filho, Jaime Pombo — Relatos ns. 42 e 103.
- Briguiet, Ferdinand — Relatos ns. 23, 67 e 241.
- Brito, José Gabriel de Lemos — Relatos ns. 105 e 128.
- Brito, Manuel Floriano Correia — de Relatos ns. 206, 207 e 251.
- Brooking, Maria Augusta Rui Barbosa Airosa — Relato n. 230 e *Ap.*: IV-e.
- Buchareo, Jaime Cibilis — Relato n. 179.
- Bueno (?) — Relato n. 171.
- Bulhões, Leopoldo de — Ver : Jardim, José Leopoldo de Bulhões.
- Bulhões Sobrinho, Antônio de Araújo de Aragão — Relato n. 2.
- Burlamaqui, Armando — Relatos ns. 150 e 155.
- Burnier, Edite da Cunha — Relato n. 20.
- Burnier, Beatriz da Cunha — Relato n. 20.
- Burnier, João Penido — Relato n. 20.
- Caetano, Manuel — Ver : Passos, Manuel Caetano de Oliveira.
- Caldas, Carlos — Relato n. 57.
- Caldas, João Pereira — Relatos ns. 208 e 279.
- Câmara, Torres (editor) — Relato n. 188.
- Camargo, Afonso Alves de — Relato n. 136.
- Campista, David Moretzhon — Relatos ns. 67, 111, 112 e 263.
- Campista, Jusita — Relato n. 112.
- Campista, Lucila — Relato n. 112.
- Campos, Manuel José de Sousa — Relato n. 178.
- Campos, Martinho Álvares da Silva — Relato n. 10.
- Cardoso, Fausto de Aguiar — *Apêndice*: IV-j.
- Carneiro, Ernesto Pereira — Relatos ns. 121 e 147.
- Carneiro (comerciante) — *Apêndice* : VI.
- Carneiro, Luciano — Relatos ns. 67 e 283.
- Carneiro, Torres (?) — *Apêndice* : VI.
- Carvalho, Aluísio de — Relato n. 105.
- Carvalho, Álvaro Augusto da Costa — Relatos ns. 143 a 145.

- Carvalho, Antônio Vaz de — Relatos ns. 263, 264 e 284.
- Carvalho, Carlos Augusto de — Relato n. 96.
- Carvalho, Delfim Carlos de — Ver : Passagem, barão da.
- Carvalho, Itala Gomes Vaz de — Relato n. 263.
- Carvalho, João Paulo de — Relatos ns. 52 e 260.
- Carvalho, Luis da França Pinto de — Relato n. 3.
- Carvalho, Manuel Lopes de — Relatos ns. 71, 101, 171, 196, 215 e 221.
- Carvalho, Raul de — Relato n. 179.
- Carvalho, Tito Augusto de — Relato n. 3.
- Castro, Aluísio de — Relatos ns. 29 e 260.
- Castro Filho, Francisco de — Relatos ns. 90, 98, 120, 122, 128, 133, 134, 142, 171, 175, 208, 210, 213 e 273.
- Castro, Francisco de — Relatos ns. 44, 52, 60, 90, 104, 174, 175, 183, 203 e 260.
- Castro, Gentil de — Relato n. 76.
- Castro, Joana de (depois, Freitas) — Relatos ns. 107, 108, 174 e 183.
- Castro, José Antônio P. de Magalhães — Relato n. 168.
- Castro, Tomás Guerreiro de — Relatos ns. 216, 217, 219 e 237.
- Catrambi, Guilherme — Relato n. 89.
- Catrambi, José Antunes R. de Oliveira — Relato n. 89.
- Cavalcanti, Amaro Bezerra — Relatos ns. 70, 74, 152 e 185.
- Cavalcanti, João Barbalho de Uchoa — Relato n. 55.
- Celso, Afonso — Ver : Figueiredo, Afonso Celso de Assis.
- Celso (frei) — Relato n. 160.
- Cerdeira, Dionísio Evangelista de Castro — Relato n. 94.
- Cesário, Júlio — Ver : Melo, Júlio Cesário de.
- Chapot-Prevost, Eduardo — Relato n. 260.
- Chaves, Mafalda — Relato n. 168.
- Chaves, Olimpio Máximo — Relatos ns. 5 e 167.
- Clark (industrial) — *Apêndice* : VI.
- Chonchons (apelido de família) — Relato n. 225.
- Clemenceau, Georges Eugène Benjamin — Relato n. 144.
- Coelho, Custódio — Relatos ns. 128, 138, 142 e 148.
- Coelho, Erico Marinho da Gama — Relato n. 221.
- Coimbra, Francisco Manso de Paiva — Relato n. 135.
- Constant, Benjamin — Ver : Magalhães, Benjamin Constant Botelho de.
- Corazzi, David — Relato n. 3.
- Cordeiro, João — Relato n. 77.
- Costa, Antônio Joaquim da — Relatos ns. 68, 141 e 160; *Ap.* : IV-e.
- Costa, Borges da (fiscal do imposto-do-consumo) — Relato n. 261.
- Costa, Domingos Manuel da — Relato n. 121.
- Costa, José Soares da Cunha e — Relatos ns. 82, 83, 206 a 208, 211 e 215.
- Costallat, José Alípio Macedo da Fontoura — Relatos ns. 48 e 56.

- Costa, José da Silva — Relatos ns. 55, 58, 89 e 169.
- Costa, Oscar — Relatos ns. 148 a 150.
- Costa, Xavier da (advogado) — Relato n. 274.
- Coutinho, Gago — Relato n. 141.
- Couto, Miguel — Relatos ns. 123, 260 e 274.
- Couto, Paulo — Relatos ns. 30, 32 e 57.
- Couto, Rodolfo Pinto do — Relato n. 141.
- Cruz, A. Lopes da — Relato n. 120.
- Cunha, Dulce Pereira da — Relato n. 20.
- Cunha, Euclides Rodrigues da — Relatos ns. 72 e 76.
- Cunha, Heitor Pereira da — Relato n. 20.
- Cunha, Joaquim Pereira da — Relatos ns. 20, 75, 179 e 260.
- Cunha, José Antônio Flôres da — Relato n. 187.
- Cunha, José Mariano Carneiro da — Relato n. 196.
- Cunha, Luís Pereira da — Relato n. 20.
- Cunha, Maria da Glória Pereira da — Relato n. 20.
- Cunha, Mário Pereira da — Relato n. 20.
- Curie, Pierre — Relato n. 67.
- Dantas, Alice S. Clemente de Sousa — Relatos ns. 18 e 208.
- Dantas, Amália de Sousa — Relatos ns. 5 e 28.
- Dantas, Carlos de Sousa — Relatos ns. 33, 91, 128, 137 e 261; *Ap.* IV-g.
- Dantas, Hilda dos Reis — Relato n. 33.
- Dantas, Luís de Sousa (senior) — Relato n. 10.
- Dantas, Luís Martins de Sousa — Relato n. 91.
- Dantas, Manuel Pinto de Sousa (senador) — Relatos ns. 5, 8, 9, 16, 25, 28, 30 e 124.
- Dantas, Manuel Pinto de Sousa (filho) — Relato n. 54.
- Dantas, Rodolfo Epifânio de Sousa — Relatos ns. 5, 6, 8, 16, 18, 22, 29, 33, 40, 90, 128, 208, 209, 218 e 228.
- Darlot (proprietário) — Relatos ns. 234 e 244.
- David & Cia. *Apêndice* : VI.
- Dias, Bastos (fotógrafo) — *Apêndice* : VI.
- Dietrich, Paulo — Relato n. 120.
- Dobbert, Adelaide Viana Bandeira — Relatos ns. 2, 4, 36, 163, 167, 171, 173 e 183.
- Dobbert, Ana Bandeira — Relatos ns. 163, 171, 173 e 175.
- Dobbert (família) — Relato n. 179.
- Dobbert, Fernando Bandeira — Relatos ns. 28, 32, 54, 98, 163, 171, 174, 175, 243, 249 e 253.
- Dobbert, Fernando Gustavo — Relatos ns. 2, 4, 10, 17, 32, 36, 37, 54, 66, 163, 167, 171 e 175.
- Dreyfus, Alfredo — Relato n. 214.
- Drummond, Gaspar — Relato n. 55.
- Duarte, Alberto — Relato n. 48.
- Dumont, Alberto Santos — Relato n. 153.
- Dutra, Eurico Gaspar — *Apêndice* : V.
- Dutra (médico, delegado de polícia) — Relato n. 56.

Eu, condessa d' — Relatos n. 26.
Ellis, Alfredo — Relatos ns. 116, 262, 263, 266.
Emília (doméstica) — Relatos ns. 243 e 283; *Ap.*: VI.
Emílio (do comércio) — Relato n. 279.
Ernesto (doceiro) — *Apêndice*: VI.
Escorrel, Manuel Clementino de Oliveira — Relato n. 55.

Faceiro, José Joaquim de Andrade — Relatos ns. 240 e 258.
Farani, Domingos — Relato n. 164.
Faulhaber, Paulo — Relatos ns. 19, 35 e 46.
Fernandes, Antônio Barroso — Relato n. 66.
Ferraz, João Batista de Oliveira — Relato n. 20.
Ferreira, Bernardino — Relato n. 24.
Ferreira, Doux (comerciante) — Relatos ns. 195 e 198.
Ferreira (lojista) — Relato n. 15.
Fialho, José Antônio de Abreu — Relato n. 260.
Figueira, Domingos de Andrade — Relatos ns. 55, 82, 84, 148 e 213.
Figueiredo, Afonso Celso de Assis — Ver: Ouro Preto, visconde de.
Figueiredo, João — *Apêndice*: II.
Filgueiras, Leovigildo Ipiranga de Amorim — Relatos ns. 45, 47, 54, 55 e 105; *Ap.*: III.
Fonseca, Hermes Ernesto da — Relato n. 219.

Fonseca, Hermes Rodrigues da — Relatos ns. 66, 74, 76, 92, 102, 111, 113, 118, 128, 132, 159, 185, 258 e 261; *Ap.*: IV-g e IV-h.
Fonseca (horticultor) — Relato n. 12.
Fonseca, Manuel Deodoro da — Relatos ns. 24, 30, 40, 87, 88 e 219.
Fonseca, Mariana Cecília Mendes da — Relato n. 30.
Fonseca, Mário Hermes da — Relato n. 261 e *Ap.*: IV-g.
Fontes, Paulo Martins — Relato n. 150 e *Ap.*: IV-e.
Fragoso, Augusto Tasso — Relato n. 19.
França, José Alfredo de Campos — Relato n. 106.
France, Anatole — Relatos ns. 102 e 260.
Franco, Afrânio de Melo — Relato n. 137.
Franco, Artur Pedreira — Relato n. 106.
Freire, Laudelino de Oliveira — Relatos ns. 123, 130 e 131.
Freitas, Joana de — Ver: Castro, Joana de.
Freitas, José Augusto de (senior) — Relato n. 107.
Freitas, José Augusto de (filho) — Relatos ns. 44, 98, 106 a 108, 125, 130, 133, 143 e 174.
Fróis, Américo do Carmo — Relatos ns. 83, 196 e 215.
Fróis (da Sanitária) — Relato n. 196.

Gaffrée, Cândido — Relatos ns. 68 e 258.

- Gama, Domício da — Relatos ns. 143 e 145.
- Gama, Luís Filipe de Saldanha da — Relato n. 73.
- Galves, Luís — Relato n. 54.
- Garcia, Carlos José Bandeira Dias — *Apêndice* : I.
- Garcia (doméstico) — Relato n. 214.
- Garcia & Cia. *Apêndice* : VI.
- Garcia, Helena Whitacker Dias — *Apêndice* : I.
- Garcia, Joaquim Dias — *Apêndice* : I.
- Garcia, Maria Luísa Bandeira Dias — Relatos ns. 112, 158, 168, 179, 214, 264 e 266; *Ap.* : I.
- Garnier, B. L. — Relato n. 23.
- George, Lloyd — Relato n. 144.
- Gesteira, Francisco de Aragão — Relatos ns. 5, 10, 11 e 25.
- Gesteira, Rodrigo — Relato n. 11.
- Gianelli, Leopoldo — Relato n. 54.
- Glicério, Francisco — Ver : Leite, Francisco Glicério de Cerqueira.
- Gomes, Carlos — Relato n. 263.
- Gomes, Venceslau Brás Pereira — Relatos ns. 91, 92, 132, 143, 146 e 159.
- Gordon, John — Relatos ns. 237 e 276.
- Gouveia, Delmiro — *Apêndice* : II.
- Gouveia, Hilário de — Relato n. 260.
- Guanabara, Alcindo — Relatos ns. 76, 78, 113, 114, 221, 223 e 258.
- Guedes (banqueiro) — Relato n. 148.
- Guerra, José da Costa — Relato n. 126.
- Guerra, Maria Luísa Vitória Rui Barbosa — Relatos ns. 14, 65, 110, 126, 168, 171, 172, 243 e 284; *Ap.* : VI.
- Guilherme II (kaiser) — Relato n. 66.
- Guimarães, Artur Oscar de Andrade — Relato n. 76.
- Guimarães, Augusto Alves — Relato n. 5.
- Guimarães, Domingos — Relato n. 260.
- Guimarães, Edina Moreira — Relato n. 127.
- Guimarães, Francisco Teixeira Leite — Relato n. 19.
- Guimarães, João Moreira — Relatos ns. 125 e 130.
- Guimarães, Modesto — Relatos ns. 120, 127, 143, 157 e 260.
- Guinle, Guilherme — Relato n. 134.
- Guinle (irmãos) — Relatos ns. 98, 103 e 132 a 134.
- Hasselmann, Adolfo — Relatos ns. 29 e 264.
- Hasslocher, Germano — Relato n. 103.
- Henry, viúva — Relatos ns. 263 e 279; *Ap.* : VI.
- Hentz, Eleanor Leslie — Relato n. 29.
- Hentz, William Booth — Relatos ns. 29 e 260.
- Heslop (industrial) — Relato n. 240.
- Honold, Eugênio — Relatos ns. 27, 39 e 223.
- Honold, Jeanne — Relato n. 27.

Honold, Luís — Relatos ns. 27, 39, 124, 162, 163 e 196.
Hoonholtz, Antônio Luís von — Ver : Tefé, barão de.
Horn, Raulino — Relato n. 54.
Hughes, Charles — Relato n. 154.

Isabel, D. Princesa — Relato n. 26.
Itaboraí (porteiro do Ministério da Fazenda) — Relato n. 28.

Jacobina, Alberto Ferreira — Relatos ns. 14 e 17.
Jacobina, Antônio de Araújo Ferreira — Relatos ns. 3, 6, 11, 17, 29, 33, 50, 52, 53, 62, 72, 165 a 170, 172, 176, 180 e 241.
Jacobina, Eduardo Ferreira — Relato n. 14.
Jacobina Filho, Antônio de Araújo Ferreira — Relatos ns. 3, 14 e 17.
Jacobina, Francisca Barbosa de Oliveira — Relatos ns. 4, 6, 11, 16, 165, 166, 168, 173 e 192; Ap.: VII.
Jacobina, José Eustáquio Ferreira — Relatos ns. 14 e 172.
Jacobina, Maria Ferreira — Relato n. 14.
Jacobina, Paulo Ferreira — Relato n. 14.
Januzzi, Antônio — Relatos ns. 57, 170, 171, 175 e 177.
Jardim, José Leopoldo de Bulhões — Relatos ns. 95 e 235.
João (copeiro) — Apêndice : VI.
John Grant & Cia. — Apêndice : II.
José (serviçal em Petrópolis) — Relatos ns. 243 e 244; Ap.: VI.

Josefina (tia do conde de Leopoldina) — Relato n. 168.
Judite (escrava libertada) — Relatos ns. 4, 9 e 65.

Köpke, João — Relato n. 29.

Lacerda, Antônio Maria de — Relatos ns. 2 e 5.
Lacerda, Cândido — Relato n. 278.
Lacerda, Carlos — Relato n. 181.
Lacerda, Maurício de — Relato n. 118.
Lacombe, Américo Jacobina — Relatos ns. 7, 42, 64, 66, 70, 72, 81, 86, 157, 165, 171, 258, 260; Ap.: I e V.
Lacombe, Domingos Lourenço — Relatos ns. 14 e 33.
Lacombe, Francisca Jacobina — Relato n. 14.
Lacombe, Henrique Luís — Relato n. 14.
Lacombe, Isabel Jacobina — Relatos ns. 14 e 33.
Laemmert, Eduardo — Relatos ns. 23, 183, 234 e 249.
Laffont, Marcel Bouilloux — Relatos ns. 138 a 140 e 148.
Lago (industrial) — Apêndice : VI.
Lago, Isabel Lacerda — Relato n. 5.
Lago, Pedro Francisco Rodrigues do — Relato n. 3.
Laje, Henrique — Apêndice : II.
Lamare, Joaquim de — Relato n. 66.
Lavrador, Manuel — Relatos ns. 223 e 237.

- Leal, Afonso Artur Borges — Relatos ns. 54 e 71.
- Leal, João Leopoldo Modesto — Relatos ns. 42, 101, 115 e 118; *Ap.: V.*
- Leite, Francisco Glicério de Cerqueira — Relatos ns. 78, 87, 88, 93, 185 e 223.
- Leite, Helena Dobbert de Carvalho — Relatos ns. 19, 153, 163, 171, 172 e 175.
- Leite, Manuel de Carvalho — Relatos ns. 19, 153 e 163.
- Leme, Augusto Brant Pais — Relatos ns. 157 e 260.
- Leme, Pais (viúva) — Relato n. 19.
- Lemos, Edgard Correia de — Relatos ns. 157, 160 e 260.
- Lemos, Virgílio de — Relatos ns. 105, 106 e 128.
- Leonardos (irmãos) — Relatos ns. 14 e 108.
- Leonardos, Tomás — Relato n. 14.
- Leopoldina, conde de — Relatos ns. 168 e 175.
- Lessa, Pedro Augusto Carneiro — Relato n. 55.
- Lia (escrava libertada) — Relatos ns. 4, 9, 18 e 65.
- Lima, Augusto de — Relato n. 128.
- Lima, Augusto Pinto de — Relato n. 7.
- Lima, Bernardino de — Relato n. 128.
- Lima, Francisco Manuel Rodrigues — Relatos ns. 61 e 62.
- Lima, João Gonçalves Pereira — Relato n. 120.
- Lima, José Alexandre Barbosa — Relato n. 76.
- Lira, Augusto Tavares de — Relato n. 108.
- Lobo, Aristides da Silveira — Relato n. 31.
- Lopes, Amália de Oliveira — Relato n. 168.
- Lopes, Brites Barbosa de Oliveira — Relatos ns. 2, 9 e 168.
- Lopes (comissário) — *Apêndice: VI.*
- Lopes, Cristiano de Oliveira — Relato n. 168.
- Lopes, João — Relato n. 168.
- Loureiro, Francisco Antônio de Castro — Relato n. 5.
- Lowndes, Henry — Ver : Leopoldina, conde de.
- Lucas, José — Relatos ns. 26, 41, 43, 44, 46, 58, 169, 172 e 175.
- Luís Hermanny & Cia. — *Apêndice: VI.*
- Luís (jardineiro) — Relatos ns. 199, 208, 214, 218, 220, 243, 244 e 283; *Ap.: VI.*
- Luz, Hercílio Pedro da — Relatos ns. 128 e 129.
- Lúcio, Joaquim — Ver : Melo, Joaquim Lúcio de Albuquerque.
- Macedo Sobrinho, Álvares de Azevedo — Relato n. 19.
- Machado, Alcântara — Ver : Oliveira, José de Alcântara Machado de.
- Machado, Álvaro — Relato n. 76.
- Machado, Brasílio — Relato n. 55.
- Machado, Benedita Pinheiro — Relatos ns. 99 e 100.
- Machado, Irineu de Melo — Relatos ns. 113 e 120; *Ap.: VI-h.*
- Machado, João da Mata — Relato n. 52.

- Machado, José Gomes Pinheiro — Relatos ns. 92, 94 a 97, 99 a 105, 110, 112, 128, 129, 135, 136, 238, 245, 246, 265, 269 e 270; *Ap.*: III, IV-g, IV-h.
- Maciel, Antônio Vicente Mendes — Relato n. 73.
- Mackenzie, Alexander — Relatos ns. 97, 98 e 238.
- Magalhães, Benjamin Constant Botelho de — Relato n. 39.
- Magalhães, João Paulo de Almeida — Relato n. 179.
- Mangabeira, João — Relatos ns. 36 e 128; *Ap.*: IV-h.
- Mangabeira, Otávio — Relatos ns. 140 e 155.
- Maranhão, Augusto Severo de Albuquerque — Relato n. 76.
- Maranhão, Pedro Velho de Albuquerque — Relato n. 76.
- Marinhas, Antônio Martins — Relatos ns. 42, 86 a 88, 109, 166, 188, 199, 211, 217, 234, 236, 247, 249, 261, 265 e 281.
- Marinho, João — Relato n. 157.
- Martins, Amélia de Resende — Relato n. 274.
- Martins, João de Assis Lopes — Relatos ns. 130, 263, 264 e 274.
- Martins Junior, José Isidoro — Relato n. 55.
- Mártir, Diocleciano — Relato n. 76.
- Matias (jardineiro) — *Apêndice* : VI.
- Matos, João Cândido de Albuquerque Melo — Relato n. 55.
- Matos, José Veríssimo Dias de — Relatos ns. 78 e 191.
- Matozinhos, S. Salvador de (conde) — Relato n. 25.
- Mauá, visconde de — *Apêndice* : II.
- Mayall, Rubem — *Apêndice* — VII.
- Mayrink, Francisco de Paula — Relatos ns. 38, 41, 52, 53, 251; *Ap.*: V.
- Medeiros, Antônio Augusto Borges de — Relatos ns. 102, 122 e 128.
- Meira, Martins (negociante) — *Apêndice* VI.
- Melo, Alfredo Pinto Vieira de — Relato n. 80.
- Melo, Benjamin de — Relato n. 43.
- Melo, Carlos Peixoto de — Relato n. 129.
- Melo, Custódio José de — Relatos ns. 37, 46, 73, 263 e 278.
- Melo, Heitor de — Relato n. 263.
- Melo, Joaquim Lúcio de Albuquerque — Relatos ns. 40 e 211.
- Melo, Júlio Cesário de — Relato n. 46.
- Melo, Licurgo José de — Relatos ns. 37 e 263.
- Melo, Marcelino Bispo de — Relato n. 76.
- Melo, Miguel Lúcio de Albuquerque — Relato n. 211.
- Mendes, Antônio Pacheco — Relatos ns. 47 e 219.
- Mendonça, Salvador de — Relato n. 64; *Ap.*: V.
- Mendonça, Valentina de — *Apêndice* : V.
- Meneses, Emílio de — *Apêndice* : IV-f.
- Meneses, José Sotero de — Relato n. 119.
- Mentges, Nair Azeredo — Relato n. 164.

- Mesquita, Elpídio de — Relatos ns. 19 e 106.
- Militão (proletário) — Relato n. 205.
- Milliet (comerciante) — Relato n. 15.
- Miranda, Anverino Floresta de — Relato n. 203.
- Milton, Aristides Augusto — Relato n. 54.
- Moacir, Pedro — Relatos ns. 113. e 114.
- Monteiro, Bernardo — Relato n. 49.
- Monteiro, Jerônimo de Sousa — Relato n. 274.
- Monteiro, João — Relato n. 55.
- Monteiro, Ortiz — Relato n. 72.
- Monteiro, Tobias do Rêgo — Relatos ns. 30, 37, 40, 42, 44, 45, 47, 49 a 52, 54, 58, 60, 70, 78, 80, 81, 88, 148, 169, 170 e 185.
- Monteiro, Zacarias do Rêgo — Relato n. 81.
- Morais, João José Correia de — Relatos ns. 162 e 163.
- Moreira, Delfim — Ver : Ribeiro, Delfim Moreira da Costa.
- Moretzsohn, Olga — *Apêndice* : VII.
- Mota, Alfredo — Relatos ns. 49 e 51.
- Moura (jornaleiro) — Relatos ns. 262 e 266.
- Moura, Júlio — Relato n. 238.
- Mourão (?) — Relato n. 164.
- Müller, Lauro Severiano — Relatos ns. 137 e 239.
- Murtinho, Joaquim Duarte — Relatos ns. 86 e 196; *Ap.* : IV-j.
- Nabuco, Joaquim — Ver : Araújo, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de.
- Natuzzi, José Maria — Relato n. 258.
- Neiva, João Augusto — Relato n. 83.
- Nery, Fernando — Relatos ns. 77, 89, 104, 121, 157, 160, 213, 217, 228, 230, 237, 251, 265, 273, 276 e 279; *Ap.* : IV-g.
- Nery, Silvério José — Relatos ns. 206, 265 e 269; *Ap.* : IV-g.
- Neves, Baeta (médico) — Relato n. 260.
- Nogueira, José Luís de Almeida — Relato n. 54.
- Nogueira, Porfirio — Relatos ns. 135, 269 e 270.
- Norton Megaw & Cia. — Relato n. 57.
- Nova Friburgo, barão de — Relato n. 7.
- Oliveira, Adolfo Barbosa de — Relato n. 16.
- Oliveira, Albino José Barbosa de — Relatos ns. 6, 9 e 14.
- Oliveira, Américo Leonides Barbosa de — Relatos ns. 16 e 142.
- Oliveira, Barbosa de (família) — Relato n. 114.
- Oliveira, Clímaco Ananias Barbosa de — Relatos ns. 39, 54 e 110.
- Oliveira, José Félix Barbosa de — Relato n. 16.
- Oliveira, João José Barbosa de — Relatos ns. 9 e 25.
- Oliveira, José de Alcântara Machado de — Relato n. 55.
- Oliveira, Luís Albino Barbosa de — Relatos ns. 16, 261 e 262.
- Oliveira, Luís Carlos Barbosa de — Relato n. 85.

- Oliveira, Maria Leonor Barbosa de — Relatos ns. 2, 168, 243 e 244; *Ap.*: VI.
- Oscar, Artur — Ver : Guimarães, Artur Oscar de Andrade.
- Outro Prêto, visconde de — Relatos ns. 28, 55 e 76.
- Pacheco, Félix — Relato n. 150.
- Paiva, Manso de — Ver : Coimbra, Francisco Manso de Paiva.
- Palma, José Joaquim da — Relatos ns. 54, 90, 97, 102, 110, 130, 143, 158, 162, 226, 254, 271 e 279.
- Paraguaçu, João (pseudônimo) — Relato n. 24.
- Paranhos, José Maria da Silva — Ver : Rio Branco, barão do.
- Parente, Abel — Relato n. 203.
- Parish, Alfredo — Relato n. 47.
- Parish, Guilhermina Viana — Relato n. 47.
- Passagem, barão da — Relato n. 19.
- Passagem, baronesa da — Relato n. 31.
- Passos, Francisco Pereira — Relatos ns. 153 e 264.
- Passos, Manuel Caetano de Oliveira — Relato n. 54.
- Passos, Sebastião Cícero dos Guimarães — Relato n. 279.
- Patrocínio, José Carlos do — Relatos ns. 53, 63, 71, 77, 79 e 279.
- Paulo Filho, Antônio — Relatos ns. 259 e 260.
- Paulo Filho, M. — Ver : Paraguaçu, João.
- Peçanha, Nilo Procópio — Relatos ns. 96, 115 e 121.
- Pécher (?) — Relato n. 211.
- Pedrosa, Jônatas de Freitas — Relato n. 273.
- Pedro II (dom) — Relatos ns. 20, 89 e 221.
- Peixoto, Carlos — Ver : Melo, Carlos Peixoto de.
- Peixoto, Floriano Vieira — Relatos ns. 31, 36, 37, 39, 40, 46, 49, 51, 56, 58, 61, 66, 70, 75, 91, 118, 133, 147, 158, 167 a 169, 171, 172, 174, 175, 191 e 235; *Ap.*: II.
- Peixoto, Sá (governador) — Relato n. 265.
- Pena, Afonso Augusto Moreira — Relatos ns. 102 a 106, 108 a 112, 115, 245, 254 e 263.
- Pena, Dora Moreira — Relato n. 110.
- Pereira, Antônio Batista — Relatos ns. 116, 120, 127, 138, 143, 159, 261, 264; *Ap.*: IV-a e VII.
- Pereira, João Batista — Relato n. 55.
- Pereira, Lafayette Rodrigues — Relato n. 55.
- Pereira, Lucila Rui Barbosa Batista — Relato n. 64.
- Pereira, Manuel Vitorino — Relatos ns. 54, 61, 75, 76, 164 e 185.
- Pereira, Maria Adélia Rui Barbosa Batista — Relatos ns. 6, 8 a 10, 29, 43, 102, 127, 230, 232, 234, 243, 260, 265; *Ap.* : IV-a e VI.
- Peres, barão de — Relato n. 38.
- Pertence, Dulce de Andrade — Relatos ns. 175, 183 e 221.
- Pertence, Samuel de Andrade — Relatos ns. 175, 183 e 221.

- Pessoa, Epitácio da Silva — Relatos ns. 70, 91, 147 a 150, 152, 154, 155 e 233.
- Piedade, Amaro Lélis — Relato n. 105.
- Pimentel (construtor) — Relato n. 206.
- Pimentel & Meireles — *Apêndice*: VI.
- Pimentel, José de Barros — Relato n. 52.
- Pimentel, Sancho de Barros — Relatos ns. 22, 55, 122, 136, 170, 179 e 223.
- Pinho, João Ferreira de Araújo — Relatos ns. 105 e 254.
- Pinho, Sebastião de (conde) — Relatos ns. 168, 169 e 172.
- Pinto, Alfredo — Ver : Melo, Alfredo Pinto Vieira de.
- Pinto, Antônio Clemente — Ver : Nova Friburgo, barão de.
- Pires, Homero — Ver : Silva, Homero Pires de Oliveira e.
- Prestes, Severino — Relato n. 55.
- Poyares (causa) — Relato n. 213.
- Pujol, Alfredo — Relatos ns. 119, 213 e 262.
- Quartim, barão de — Relato n. 124.
- Queirod, David Saxe de — Relatos ns. 101, 196, 215, 221, 229 e 235.
- Queirós, Inocêncio Galvão de — Relato n. 61.
- Queirós, Edwiges de — Ver : Vieira, Manuel Edwiges de Queirós.
- Rabelo, César de Sá — Relatos ns. 14 e 163.
- Rabelo, Manuel — Relato n. 48.
- Rabelo, Maria Jacobina de Sá — Relato n. 14.
- Ramires, Ângelo — Relato n. 52.
- Ramos, Eduardo — Relato n. 55 e *Ap.*: IV-l.
- Ramos, José Ferreira — Relatos ns. 70 e 87.
- Ramos Junior, Paulo — Relato n. 55.
- Raunier (lojista) — Relato n. 23.
- Rebelo, João de Castro — Relato n. 47.
- Reis, Rosa Neto dos — Relato n. 33.
- Requião, Júlio — Relato n. 105.
- Resende, Geraldo de (barão) — Relatos ns. 192 e 263.
- Resende, Geraldo Ribeiro de Souza — Ver : Resende, barão Geraldo de.
- Resende, Luís de — Relato n. 164.
- Retumba, João da Silva — Relato n. 43 e *Ap.*: IV-i.
- Ribas, Antônio Joaquim — Relato n. 183.
- Ribeiro, Cândido Barata — Relato n. 252.
- Ribeiro, Delfim Moreira da Costa — Relatos ns. 143, 146, 147 e 154.
- Ribeiro, Demétrio Nunes — Relato n. 87.
- Ribeiro, Ernesto Carneiro — Relato n. 271.
- Ricardo (cabelereiro) — Relato n. 68.
- Rio Branco, barão do — Relatos ns. 127, 245 e 249.
- Rio Negro, barão do — Relato n. 179.
- Rios, Artur César — Relatos ns. 47, 54 e 185.
- Rocha, Bento — Relato n. 215.

- Rocha, Carneiro da (irmãos) — Relatos ns. 19 e 25.
- Rocha Filho, Antônio Geraldo da Rocha — Relato n. 131.
- Rocha, Geraldo — Ver : Rocha Filho, Antônio Geraldo da.
- Rocha, João Martins da — Relatos ns. 166 a 168, 172, 177, 179 e 219.
- Rocha, Pedro Martins da — Relato n. 54.
- Rocha, Artur Pinto da — Relato n. 164.
- Rodrigues, José Carlos — Relatos ns. 33, 191, 207, 210 e 211.
- Romero, Sílvio — Relato n. 52.
- Roosevelt, Teodoro — Relato n. 20.
- Rosa, Francisco Otaviano de Almeida — Relato n. 19.
- Roxo, Henrique — Relato n. 135.
- Roxoroíz, Antônio, Príncipe de Belfort — Relato n. 114.
- Russell — Relato n. 19.
- Russell, Alfredo de Almeida — Relato n. 19.
- Russell, João Frederico — Relato n. 19.
- Russell, João Frederico Mourão — Relato n. 19.
- Rymer, Ricardo — Relato n. 168.
- Sá, João de — Relato n. 208.
- Sales, Manuel Ferraz de Campos — Relatos ns. 70, 78, 80, 81, 86, 87, 88, 91, 93, 104, 134, 170, 181, 221, 233 e 254; *Ap.*: IV-j.
- Salgado, Cardoso, Lemos & Cia. — Relatos ns. 121 e 237.
- Salgado Filho, Pedro — Relato n. 223.
- Salgado, Pedro — Relato n. 223.
- Sancifrian, Bernardino — Relato n. 54.
- Santos (miss) — Relato n. 65.
- Saraiva, Gumercindo — Relato n. 73.
- Saxe (príncipes de) — Relatos ns. 89, 101, 221 e 230.
- Seabra, José Joaquim — Relatos ns. 77, 81, 95, 103, 104, 132 a 134, 147, 150, 157 e 241.
- Sebastião (guarda-livros) — Relato n. 103.
- Sena, Ernesto — Relato n. 150.
- Serrado, Pedro — Relato n. 241.
- Sérgio (cozinheiro) — Relatos ns. 43, 44, 59, 65, 172 e 177.
- Severino (empresário) — Relato n. 112.
- Severo, Augusto — Ver : Maranhão, Augusto Severo de Albuquerque.
- Silva, Afonso Caminha Pereira da — Relatos ns. 42, 52, 71, 166, 168, 169 e 180.
- Silva, Alice Tôrres da — Relato n. 104.
- Silva, Eduardo — Relato n. 278.
- Silva, Francisco de Assis Rosa e — Relato n. 66.
- Silva, Homero Pires de Oliveira e — Relatos ns. 105, 128, 129 e 260.
- Silva, José Gonçalves da — Relatos ns. 30, 40, 44, 45 e 174.
- Silva, Juliano — Relato n. 104.
- Silva Junior, Manuel Joaquim da — Relato n. 54.
- Silva, Luís Bartolomeu de Sousa e — Relatos ns. 102 e 239.
- Simas, Fernando M. — Relato n. 54.
- Simões Filho (Ernesto Simões da Silva Freitas Filho) — Relato n. 210.

- Sinfrônio (cozinheiro) — Relato n. 26.
 Sinimbu Filho, João Lins Vieira Cansansão de — Relato n. 87.
 Sinimbu, visconde de — Relato n. 87.
 Soares, Artur — Relato n. 68.
 Soares, Macedo (irmãos) — Relato n. 19.
 Sodré, Alcindo — Relato n. 157.
 Sodré, Francisco — Relato n. 5.
 Sousa, Francisco Belisário Soares de — Relato n. 49.
 Sousa, João Elói de — Relato n. 76.
 Sousa, José Marcelino de — Relatos ns. 104, 105, 113, 243 e 254.
 Sousa, Luís Pereira de — Relato n. 70.
 Sousa, Marcondes Alves de — Relato n. 274.
 Sousa, Marieta Mercedes Lopes de — Relato n. 108.
 Sousa Washington Luís Pereira de — Relato n. 70.
 Souto Salustiano Ferreira — Relatos ns. 5 e 260.
 Street, Jorge — Relato n. 258.

 Tarquínio, Luís — Relato n. 19.
 Tefé, barão de — Relato n. 17.
 Teixeira, Joaquim Pereira — Relatos ns. 22, 44, 49, 66, 77, 78, 82, 143, 148, 181, 191, 199, 206, 212, 241 e 260.
 Tisdel, W. P. — Relatos ns. 27, 28, 32 e 87.
 Tomás, Antônio — Ver : Quartim, barão de.
 Torres, Alberto de Seixas Martins — Relato n. 225.

 Torres, Artur Ferreira — Relato n. 54.
 Torres, Paulo Pereira — Relato n. 104.
 Tosta, Joaquim Inácio — Relato n. 254.
 Trindade, Francisco — *Apêndice* : VI.

 Uranga, Juan C. — Relato n. 54.

 Valadão, Manuel Presciliano de Oliveira — Relatos ns. 48, 49 e 56; *Ap.* : IV-k.
 Valadares, Benedito — Relato n.
 Valadão, Matias — Relato n. 260.
 Valadares, Benedito — Relato n. 55.
 Valdetaro, Alfredo — Relatos ns. 57, 104 e 159.
 Varela, Carlos Artur Bush — Relato n. 55.
 Vargas, Getúlio Dorneles — Relato n. 155.
 Várzea, Virgílio — Relatos ns. 199 e 200.
 Vasconcelos, Henrique de — Relatos ns. 34 e 255.
 Vasconcelos, Escolástica Viana de — Relato sns. 33, 34, 53, 168, 249 e 255.
 Vaz (um dos) — Relato n. 159.
 Velho, Diogo — Ver : Albuquerque, Diogo Velho Cavalcanti de.
 Veloso Filho, Pedro Leão — Ver : Vidal, Gil.
 Veríssimo, José — Ver : Matos, José Veríssimo Dias de.
 Viana, Antônio Ferreira — Relatos ns. 55 e 89.

- Viana, Artur Luís — Relatos ns. 34, 47, 83 e 168.
- Viana, Augusto César — Relatos ns. 34, 44, 46, 49, 62, 70, 74, 151, 167 a 169, 171, 178, 184 e 186; *Ap.*: IV-e.
- Viana, Augusto Luís — Relato n. 47.
- Viana, Elisa — Relatos ns. 9, 33, 53, 168, 172, 232, 243, 244 e 283; *Ap.*: VI.
- Viana, Escolástica Rodrigues — Relatos ns. 33, 34 e 249.
- Viana, Francisco Luís — Relatos ns. 34 e 168.
- Viana Filho, Luís — Relatos ns. 94, 151 e 165.
- Viana, João Caldas — Relato n. 112.
- Viana, João Luís — Relatos ns. 34, 54, 59, 90, 158, 167, 168, 170, 171, 177 e 187.
- Viana, Luís — Relatos ns. 51, 74, 78, 93, 94, 133, 178 e 185 a 187.
- Viana, Maria Carolina — Relatos ns. 33, 168, 243, 244; *Ap.*: VI.
- Viana, Maria Constança — Relatos ns. 168 e 249.
- Viana, Miguel Luís (filho) — Relato n. 34.
- Viana, Miguel Luís (pai) — Relatos ns. 9 e 34.
- Viana, Ulisses Machado Pereira — Relato n. 112.
- Vidal, Gil — Relato n. 113.
- Vidal, Rafael Sampaio — Relato n. 161.
- Vieira, Manuel Edwiges de Queirós — Relato n. 76.
- Vieira Meneses, Joaquim José de — Relato n. 17.
- Vieira, Severino dos Santos — Relatos ns. 78, 93, 104 a 106 e 204.
- Vieirinha (?) — Relato n. 58.
- Vieitas (lojista) — Relato n. 260.
- Vilaboim, Manuel Pedro — Relatos ns. 128 e 129.
- Vitorino, Manuel — Ver : Pereira, Manuel Vitorino.
- Wagner, Andrés M. — Relato n. 54.
- Wagner, Duncan L. — Relato n. 54.
- Wandenkolk, Eduardo — Relatos ns. 31 e 221.
- Werneck (farmacêutico) — *Ap.*: VI.
- Wilson, Thomas Woodrow — Relato n. 144.
- Wood, Stuart — Relatos ns. 267 e 268.
- Yábar, Luís — Relato n. 258.
- Zama, Aristides César Espínola — Relatos ns. 18, 66, 74, 93 e 185.
- Zilá (?) — Relato n. 99.
- Zimmermann (securitário) — Relato n. 52.
- APELIDOS — DIMINUTIVOS — PSEUDÔNIMOS**
- Alfredinho* — Alfredo Viana Bandeira.
- Anita* — Ana Bandeira Dobbert.
- Beatinho*, Antônio — (Assim nomeado na história de Canudos.)

- Conselheiro*, Antônio — Antônio Vicente Maciel. (Figura da mesma história.) (1)
- Baby* — Maria Luísa Vitória Rui Barbosa Guerra.
- Beinha* — Maria Constança Viana.
- Belinha* — Isabel de Lacerda Lago.
- Belinha* — Isabel Jacobina Lacombe.
- Bentoca* — Bento Rocha.
- Bijuca* — João Luís Viana.
- Biriba* — Prudente José de Moraes e Barros.
- Carlito* — Carlos Viana Bandeira.
- Casusa* — José Eustáquio Ferreira Jacobina.
- Casusa* — José Viana Bandeira.
- Charlô* — Carlos de Sousa Dantas.
- Chico* — Francisco Luís Viana.
- Chiquinha* — Francisca Barbosa de Oliveira Jacobina.
- Chiquinha* — Francisca Viana Bandeira.
- Chiquita* — Francisca Rui Barbosa Airosa.
- Cota e Cotinha* — Mari aAugusta Rui Barbosa.
- Dedele e Dedélia* — Maria Adélia Rui Barbosa Batista Pereira.
- Dodô* — Fernando Bandeira Dobbert.
- Francisquinho* — Francisco de Castro Filho.
- Freitinhas* — José Augusto de Freitas (filho).
- Gil-Vidal* — Pedro Leão Veloso Filho.
- Helenita* — Helena Dobbert de Carvalho Leite.
- Iaiá* — Guilhermina Viana Bandeira.
- Iaiá* — Guilhermina Viana Parish.
- Joaninha* — Joana de Freitas (antes, de Castro).
- Joãozinho* — João Rui Barbosa.
- João-Paraguaçu* — M. Paulo Filho.
- Juca-Rocha* — João Martins da Rocha.
- Juquinha* — José Rodrigues Alves.
- Lulu* — Luís Albino Barbosa de Oliveira.
- Maneco* — Manuel de Carvalho Leite.
- Manuel-da-Pascoal* — Manuel Lopes de Carvalho.
- Maricota* — Maria Pereira da bosa de Oliveira de Resende (Baronesa Geraldo de Resende).
- Maricota* — Maria Pereira da Cunha.
- Maroquinha* — Maria Jacobina de Sá Rabelo.
- Miguelinho* — Miguel Luís Viana (filho).
- Mimita* — Helena Dobbert de Carvalho Leite (segundo apelido).
- Nanô* — Maria Leonor Barbosa de Oliveira.
- Nhanhã* — Benedita Pinheiro Machado.
- Ninô* — Antônio Francisco de Azeredo.
- Ruizinho* — Alfredo Rui Barbosa.

(1) Apontado assim fora de Canudos. No arraial, o vulgo era: *Bom Jesus Conselheiro*, cf. EUCLIDES em nota à pg. 612 da 4.^a ed. de *Os Sertões*, 1911.

Sinhá — Adelaide Bandeira Dob-
bert.

Sinhá — Bernardina de Azereedo.

Sinhá — Elisa Tôrres Bandeira.

Sinhôzinho — Augusto César
Viana.

Sinimbuzinho — João Lins Vieira
Cansanção de Sinimbu Filho.

Teixeirinha — Joaquim Pereira
Teixeira.

Totom e Totome — Antônio de
Araújo Ferreira Jacobina Filho.

Zé-do-Pato — José Carlos do Pa-
trocínio.

Ziu — Escolástica Viana de Vas-
concelos.

ÍNDICE GERAL

Dedicatória	VII
Prefácio	IX
Ao leitor	XV

PRIMEIRA PARTE

Fatos e Recordações

1 — Prece e afirmação	3
2 — Início de convivência	3
3 — Largo da Piedade	4
4 — Os Viana Bandeira	5
5 — Primeiras reminiscências	6
6 — Mudança para a Corte	7
7 — Largo do Valdetaro	8
8 — Picada de centopéia	9
9 — De novo, na Bahia	10
10 — Bahia, Corte, Bahia	11
11 — Na Corte, definitivamente	12
12 — Rua do Resende	13
13 — Jardim ao gôsto de Rui	14
14 — O Cons. Albino e os Jacobina	14
15 — Reuniões familiares	16
16 — Prolongamento do lar	16
17 — Estudos e colégios	17
18 — Praia do Flamengo	17
19 — Vizinhos	18
20 — Os Pereira da Cunha	20
21 — Excursões urbanas	21
22 — Escritórios de advocacia	22
23 — Indumentária e hábitos	23
24 — História de um chapéu de aba quebrada	23
25 — Fora da Câmara e livre das dívidas	24
26 — Guarda Negra? José Lucas	25
27 — República	27
28 — Visita do Cons. Dantas	28
29 — Educação escolar dos filhos de Rui	29
30 — Poder e inferno	30

31 — Foram-se as andorinhas	32
32 — Tacadas sóbre tacadas	33
33 — Chegam as primas	33
34 — Juem casa quer casa	34
35 — Nabuco é quem rasga papel	35
36 — Luto	36
37 — Floriano	36
38 — Estado de sítio	37
39 — Bordo do Aquidabã	38
40 — Desafios à ditadura	39
41 — 5 de setembro	40
42 — Casa de C. Clemente	41
43 — "Que há, mestre Rui?"	42
44 — Cada qual para seu lado	42
45 — Entregues ao Senhor-do-Bonfim	44
46 — Bravura inútil	44
47 — Hora do sacrifício	45
48 — Homo homini lupis	46
49 — Sopé de um Gólgota	47
50 — Passos da escalada	48
51 — Prêso... porque estava sólto	49
52 — Vida pregressa	49
53 — Banco Vitalício do Brasil	50
54 — Clube Frontão Brasileiro	51
55 — Esporte, e não jôgo	52
56 — Prossegue a Via Crucis	53
57 — Outros atormentados	54
58 — Dispensou-se a crucificação	55
59 — Liberdade	56
60 — Do Rio ao Tâmisa	56
61 — Divina proteção	57
62 — O bom povo baiano	59
63 — Lado a lado, novamente	59
64 — Roseirista	60
65 — Criadagem	62
66 — Carruagens	63
67 — Quase como Pierre Curie	64
68 — Navalhas e tesouras	65
69 — A espera de clientes	66
70 — "Pague-se, mas que ladrão!"	66
71 — O temível Zé-do-Pato	67
72 — Alma valorosa	68
73 — Canudos	69
74 — Bahia agitada	69
75 — Bravo e mártir	70
76 — Dies irae	70
77 — Homem incorrigível	72
78 — De novo, na estacada	73
79 — Agora, um purgatório	74
80 — "Por que não?"	74
81 — Rui versus Tobias	75
82 — Crise intestina	76

83 — "Não brinque com o Bandeira!"	77
84 — De porco a porqueiro, não	78
85 — Fênix de vida curta	79
86 — Receita recusada	79
87 — Frente a frente de Deodoro	80
88 — Até hoje	81
89 — Casa Imperial	82
90 — Golpe crudelíssimo	83
91 — <i>Parecer e Réplica</i>	84
92 — De alma curvada	85
93 — Térmo da proscrição	87
94 — Mensagem retida	87
95 — Rasgo de Pinheiro	88
96 — Rui na Light	88
97 — Arauto do júbilo	89
98 — Não era sinecura	90
99 — O homem, na intimidade	91
100 — Ambos briosos	92
101 — Nobreza de Pinheiro	93
102 — Pela última vez	94
103 — Esperanças e desesperanças	95
104 — O bocado não é para quem o faz	96
105 — A Bahia com Rui, como sempre	97
106 — Meca de políticos	98
107 — Não era um louvaminhas	99
108 — Jarrões azuis	99
109 — Ir ou não ir, eis a questão	101
110 — Rui e Afonso Pena	101
111 — Carta de rebeldia	102
112 — Escrúpulos excessivos	103
113 — Idéia fixa	104
114 — Levado à breca	105
115 — Mais pobre do que nunca	105
116 — Testemunho fidedigno	106
117 — Não foi sem-mais-nem-menos	107
118 — Susto razoável	108
119 — Mandavam os tenentes	108
120 — Ora bons ventos, ora vendavais	109
121 — Pescando para Rui	110
122 — Maquináções do coração	111
123 — Mas a coisa não ia	113
124 — De quem fôra o Banco do Brasil	114
125 — Perda de albumina	115
126 — Da mãe à filha	116
127 — Um grande susto	116
128 — Novos aspectos	117
129 — Questão liquidada	119
130 — Maná caído do céu	120
131 — Mão e fronte frias	120
132 — Paz entre baianos	121
133 — Velho conhecido	122
134 — Tonitroante e espalha-brasas	123

135 — Acontecimentos tremendos	124
136 — Lamentável ocorrência	125
137 — Pedra a rolar da montanha	126
138 — No idioma gaulês	126
139 — Lampejo de gênio	127
140 — 25 contos de réis	128
141 — Agora, o busto	128
142 — Gripe espanhola	129
143 — Missão importantíssima	131
144 — "Viva ! Viva ! Salvamos a Pátria !"	132
145 — Dias de profunda tristeza	133
146 — Demência progressiva	135
147 — A mesma fibra	135
148 — "Boa idéia, Bandeira !"	136
149 — Caldo entornado	137
150 — Coitado dêle !	139
151 — Resposta não recebida	140
152 — Culminâncias do mundo civilizado	142
153 — Amante da natureza	143
154 — Com o Rei Alberto	144
155 — Nobreza de Epitácio	145
156 — Deusa Fortuna	146
157 — Aperto doloroso na garganta	147
158 — "Leia este papel"	148
159 — Clamor por justiça	149
160 — Apêlo a Deus	150
161 — Post scriptum	152

SEGUNDA PARTE

Cartas de Rui

162 — Carta de 8-7-1887	156
163 — Carta de 18-1-1888	156
164 — Carta de 14-2-1893	158
165 — Carta de 28-11-1893	159
166 — Comentários aditivos	162
167 — Carta de 22-8-1894	162
168 — Comentários aditivos	168
169 — Carta de 12-9-1894	169
170 — Carta de 17-9-1894	174
171 — Carta de 14-12-1894	178
172 — Carta de 25-12-1894	182
173 — Carta de 23-1-1895	185
174 — Carta de 24-1-1895	187
175 — Carta de 5-2-1895	188
176 — Carta de 10-2-1895	191
177 — Carta de 6-3-1895	192
178 — Carta de 20-4-1895	193
189 — Comentários aditivos — a)	197

180 — Comentários aditivos — b)	199
181 — Carta de 10-1-1897	200
182 — Recado de 7-1-1897	201
183 — Carta de 23-1-1897	201
184 — Carta de 18-3-1897	203
185 — Comentários aditivos	205
186 — Carta de 4-5-1897	207
187 — Carta de 11-5-1897	209
188 — Carta de 22-5-1898	210
189 — Recado de 12-1-1899	211
190 — Bilhete de 23-1-1899	211
191 — Carta de 17-2-1899	212
192 — Recados de 7-3-1899	212
193 — Carta de 7-4-1899	213
194 — Recado de 11-4-1899	214
195 — Carta de 19-4-1899	214
196 — Carta de 27-4-1899	215
197 — Carta de 2-5-1899	217
198 — Carta de 3-5-1899	218
199 — Carta de 8-5-1899	218
200 — Carta de 11-6-1899	219
201 — Carta de 12-7-1899	220
202 — Recado de 21-7-1899	220
203 — Carta de 25-10-1899	221
204 — Recado de 13-12-1899	222
205 — Carta de 17-12-1899	223
206 — Carta de 6-2-1900	223
207 — Carta de 7-2-1900	224
208 — Carta de 9-2-1900	226
209 — Carta de 10-2-1900	228
210 — Carta de 12-2-1900	228
211 — Carta de 13-2-1900	229
212 — Carta de 16-2-1900	231
213 — Carta de 17-2-1900	231
214 — Carta de 23-2-1900	232
215 — Carta de 4-2-1900	234
216 — Carta de 24-2-1900 (segunda)	235
217 — Carta de 25-2-1900	235
218 — Carta de 26-2-1900	236
219 — Carta de 28-2-1900	237
220 — Carta de 2-3-1900	238
221 — Carta de 3-3-1900	239
222 — Carta de 4-3-1900	241
223 — Carta de 6-3-1900	241
224 — Carta de 6-4-1900	242
225 — Carta de 6-4-1900 (segundo)	243
226 — Carta de 5-5-1900	244
227 — Carta de 19-5-1900	245
228 — Carta de 31-1-1902	245
229 — Carta de 15-2-1902	247
230 — Carta de 22-2-1902	247
231 — Carta de 24-2-1902	248

232 — Carta de 5-2-1902	249
233 — Carta de 5-4-1902	250
234 — Carta de 6-9-1902	250
235 — Carta de 4-2-1903	251
236 — Bilhete de 13-2-1903	253
237 — Recado de 14-7-1904	253
238 — Carta de 19-9-1905	254
239 — Carta de 22-4-1906	255
240 — Carta de 30-9-1906	256
241 — Carta de 21-2-1907	257
242 — Recado de 1-4-1907	258
243 — Carta de 24-5-1907	258
244 — Comentários aditivos — a)	260
245 — Comentários aditivos — b)	261
246 — Comentários aditivos — c)	262
247 — Carta de 6-6-1907	262
248 — Cartão-postal de 8-6-1907	263
249 — Carta de 16-6-1907	264
249 — Carta de 16-6-1907	264
250 — Cabograma de 26-12-1908	265
251 — Comentários aditivos	266
252 — Carta de 1-3-1908	266
253 — Carta de 6-3-1908	267
254 — Carta de 26-3-1908	268
255 — Carta de 15-4-1908	268
256 — Carta de 19-5-1908	269
257 — Carta de 9-7-1908	269
258 — Carta de 19-7-1908	270
259 — Cartas de 24 e 29-8-1908	272
260 — Carta de 30-7-1909	272
261 — Carta de 26-12-1910	276
262 — Carta de 4-1-1911	278
263 — Carta de 1-2-1911	279
264 — Carta de 6-3-1911	282
265 — Carta de 22-3-1911	284
266 — Carta de 1-4-1911	286
267 — Nota de 12-8-19	287
268 — Carta de 13-8-1911	287
269 — Comentários aditivos — a)	288
270 — Comentários aditivos — b)	289
271 — Comentários aditivos — c)	289
272 — Carta de 27-11-1912	290
273 — Carta de 7-12-1912	291
274 — Carta de 11-2-1915	291
275 — Carta de 10-6-1918	292
276 — Recado de 25-10-1922	293
277 — Escritos de datas imprecisas	294
278 — a) Vá esperá do repórter	294
279 — b) Várias recomendações e o "Pasquino e Marfório"	295
280 — d) Memória visual	296
281 — d) Lista de encargos	297
282 — e) Asnático, sujo, porco	297

283 — f) Pagamentos imediatos	298
284 — g) Mais pagamentos	298
285 — h) Outros pagamentos	299
286 — i) Delicadeza	299

A P É N D I C E

Palavras do Redator	303
---------------------------	-----

ÍNDICE ONOMÁSTICO	335
-------------------------	-----

FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA
GRÁFICA OLÍMPICA EDITORA
RIO DE JANEIRO
BRASIL